

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

**A ABIN NA IMPRENSA
DIMENSÃO DIALÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM**

 ANA VAZ

RECIFE
2009

ANA VAZ

**A ABIN NA IMPRENSA
DIMENSÃO DIALÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Prof^a. Dra. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha

**RECIFE
2009**

Vaz, Ana

A ABIN na imprensa: dimensão dialógica da construção de uma imagem / Ana Vaz. - Recife: O Autor, 2009.

2 v.: il., quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Lingüística. 2. Dialogismo. 3. Análise do discurso. 4. Agência Brasileira de Inteligência. 5. Imprensa. 6. Jornalismo. I. Título.

**801
410**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CAC2009-31**

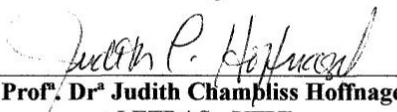
ANA ELIZABETH MOREIRA VAZ

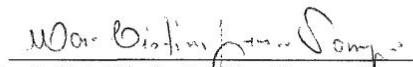
A ABIN na Imprensa: Dimensão Dialógica da Construção de Uma Imagem

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para a obtenção do Grau de Doutor
em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:


Profº. Drª. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha
Orientadora – LETRAS - UFPE


Profº. Drª Judith Chambliss Hoffnagel
LETRAS - UFPE


Profº. Drª. Maria Cristina Hennes Sampaio
LETRAS - UFPE


Profº. Drª. Cristina Teixeira Vieira de Melo
PPGCOM - UFPE


Profº. Drª. Rita Maria Diniz Zozzoli
LETRAS - UFAL

Recife – PE
2009

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a Dr^a Dóris de Arruda Carneiro da Cunha, pela paciência e pela seriedade com que realizou a orientação de minha pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade que me foi dada de realizar um doutorado sanduíche na França, o que me permitiu um aprofundamento teórico no campo das teorias enunciativas e do discurso.

A Jacqueline Authier-Revuz, pelo importante apoio recebido durante o meu doutorado sanduíche junto à Universidade de Paris III.

Ao Professor Luis Antonio Marcuschi, pelo brilhantismo de suas inesquecíveis aulas e pelas proveitosas observações por ele tecidas em relação à minha tese.

À Professora Maria da Piedade M. de Sá por sua importante orientação e aconselhamento quando da minha banca de qualificação.

A Prof^a Dr^a Gilda Lins pelo inestimável apoio dado ao início deste trabalho.

A todos os professores e colegas do PG Letras, pela oportunidade de um convívio enriquecedor durante a realização do doutorado.

A meus filhos Elisa, Fábio e Renata, que eu amo tanto.

RESUMO

A presente tese realiza um estudo analítico de matérias veiculadas na imprensa escrita, que fazem referência à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) - órgão do Poder Executivo encarregado da produção de conhecimentos de interesse estratégico para a Presidência da República. No acompanhamento dos textos veiculados na imprensa, observa-se a existência de uma espécie de “descompasso” entre a missão legalmente atribuída àquele órgão de inteligência e as formas como as suas atividades são representadas na mídia escrita. A constatação da polêmica aí fundada, englobando múltiplos dizeres e refletindo posicionamentos diversos, evidenciou a necessidade de uma análise mais profunda dos fios discursivos enredados nessa complexa teia de opiniões e de pontos de vista em confronto, tomando como base a teoria dialógica bakhtiniana e estudos contemporâneos da enunciação e do discurso. A análise busca elucidar os efeitos de sentidos criados pela multiplicidade de dizeres presentes nas matérias de jornais diversos, aí englobando o discurso do próprio órgão de imprensa, do jornalista e colaboradores, bem como de representantes legais da Agência Brasileira de Inteligência. Explicita também os procedimentos que presidem tal funcionamento discursivo, levando em conta as várias vozes que ali se entrecruzam e fundam uma relação polêmica. Evidencia que esses discursos, ao mesmo tempo em que propiciam o fortalecimento dos lugares enunciativos ocupados por cada uma das instâncias envolvidas, revelam a existência de uma interdependência mútua, de um dialogismo marcado pela presença da heterogeneidade constitutiva, cujas marcas se exteriorizam em uma heterogeneidade mostrada tanto no campo da interlocução como no campo interdiscursivo. Por outro lado, a polêmica instaurada constrói uma imagem da Abin e dos sujeitos envolvidos nos diversos discursos, que termina por lançar indagações acerca da sua real efetividade e do necessário, mas sempre problemático equilíbrio entre a opacidade e a transparência de suas ações.

Palavras chave: dialogismo, discurso jornalístico e Abin.

RESUME

Cette thèse de doctorat fait une analyse des articles de la presse quotidienne brésilienne dont le thème est l'ABIN (*Agência Brasileira Brasileira de Inteligência*) – agence du gouvernement brésilien chargée de l'élaboration des renseignements pour informer le Président de la République. Dans l'ensemble d'environ un millier de textes, extraits des principaux journaux en circulation au Brésil, on a pu vérifier l'existence d'un certain écart entre la mission attribuée à ce service de renseignement et leurs formes de représentation dans la presse écrite. La constatation de l'existence d'une relation polémique au sein de ces articles – tant dans la pluralité de dires que dans la multiplicité de points de vue – a été la raison par laquelle on a essayé de saisir les différents effets de sens produits par les discours de la presse sur l'ABIN, et de l'ABIN, tissés dans un courant dialogique ininterrompu. Le point de départ de cette recherche est la conception dialogique du langage de Mikhaïl Bakhtin et son Cercle, enrichie par des recherches contemporaines sur l'énonciation et le discours. Pour arriver à la compréhension des sens construits dans la tessiture de ces différents discours, on a fait l'usage des articles de presse contenant les voix des journalistes, des journaux et celles des représentants légaux de l'ABIN. L'étude réalisée montre que les discours construits renforcent des places énonciatives, tout en dévoilant l'interdépendance de ces discours marqués par la présence d'une hétérogénéité constitutive. D'autre part, la polémique instaurée construit une image de l'ABIN dans la presse qui pose des questions à propos de son effectivité et sur le point d'équilibre toujours nécessaire entre l'opacité et la transparence du travail qu'elle réalise.

Mots-clés: dialogisme, discours de la presse écrite, Abin.

ABSTRACT

This thesis performs an analytic study of newspaper articles published in written press in regard to the Agência Brasileira de Inteligência (Abin – Brazilian Intelligence Agency), an Executive Branch bureau in charge of producing knowledge that may interest the Presidency from a strategic point of view. Considering texts published in the press, it is possible to recognize some kind of “inconsistency” when the mission legally assigned to the intelligence agency is compared to how its activities are actually portrayed in written media. This controversial finding, which carries multiple voices and reflect different positions, made clear how necessary was to carry out a deeper analysis of the discursive threads woven in such a complex web of opposing opinions and points of view, based on Bakhtin’s dialogism theory and contemporary studies on utterance and discourse. Such analysis attempts to clarify effects of meaning produced by the multiple voices within the articles of different newspapers, including the discourses of the news agency itself, the journalist’s, the collaborators’ as well as the discourse of the Brazilian Intelligence Agency legal representatives. It also explains the procedures that guide this discursive mechanism considering the several different voices that intertwine in the text and establish polemic relations. It shows that these discourses, while strengthening the enunciative positions occupied by each and every one of the participants, reveal the existence of a mutual interdependence, a *dialogism*, that is, a *constitutive heterogeneity* and a *enunciative heterogeneity*, both in the interlocutional and in the interdiscursive fields. On the other hand, this controversy forms an image of the Abin and the subjects involved in various discourses that puts into question the agency’s real effectiveness and the imperative—but always intricate—balance between obscurity and transparency in its actions.

Keywords: dialogism, journalistic discourse, Abin

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO

- 1. TEXTOS SELECIONADOS**
- 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS, NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABIN	–	Agência Brasileira de Inteligência
ABRAJI	–	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AD	–	Análise do Discurso
ADF	–	Análise do Discurso Francesa
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIA	–	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
DD	–	Discurso Direto
DI	–	Discurso Indireto
DIL	–	Discurso Indireto Livre
FARCs	–	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI	–	Federal Bureau of Investigation (Escritório Federal de Investigação)
FD	–	Formação Discursiva
GSI	–	Gabinete de Segurança Institucional
IRE	–	Investigative Reporters and Editors (Repórteres e Editores Investigativos)
MA	–	Modalização Autonímica
MI5	–	Security Service (Serviço de Segurança Britânico)
MI6	–	Secret Intelligence Service (Serviço de Inteligência Britânico)
PC	–	Paulo César Farias
PNPC	–	Programa de Proteção ao Conhecimento
PT	–	Partido dos Trabalhadores
SNI	–	Serviço Nacional de Informações
TER	–	Tribunal Regional Eleitoral
UnB	–	Universidade de Brasília
Unicamp	–	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
I – BASES TEÓRICAS	5
1. O DIALOGISMO BAKHTINIANO.....	8
2. A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA.....	31
3. ALTERIDADE E HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVAS.....	41
II – MODELO METODOLÓGICO	
1. A CONSTRUÇÃO DO CORPUS.....	47
1.1 Critério Cronológico.....	49
1.2 Temas e Objetos de Discurso.....	50
1.3 Gêneros Discursivos.....	55
1.4 Órgãos de Imprensa.....	67
2. O CORPUS ELABORADO.....	73
III – A ABIN E A IMPRENSA	
1. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA.....	78
2. A ATIVIDADE JORNALÍSTICA.....	85
3. INTELIGÊNCIA E JORNALISMO.....	93
IV – A ABIN NA IMPRENSA	
1. O DISCURSO DA ABIN.....	109
1.1 Monofonia Enunciativa.....	109
1.2 Dimensões Dialógicas do Discurso da Abin.....	114
2. O DISCURSO SOBRE A ABIN.....	119
2.1 Plurivocalidade Discursiva.....	119
2.2 Dimensões Dialógicas do Discurso sobre a Abin.....	126
3. A ORIENTAÇÃO DIALÓGICA DO DISCURSO	132
3.1 ORIENTAÇÃO DIALÓGICA EM DIREÇÃO AO OUVINTE	132
3.1.1 O OUVINTE EFETIVO.....	134
3.1.1.1 A Refutação Explícita.....	135
3.1.1.2 O Silenciamento do Oponente.....	141
3.1.1.3 A Refutação Irônica.....	145
3.1.1.4 Posicionamentos Assumidos quanto ao Ouvinte Efetivo	153
3.1.2 O OUVINTE IDEALIZADO.....	154
3.1.2.1 O Ouvinte Aliado.....	157
3.1.2.2 O Ouvinte Simpatizante.....	162
3.1.2.3 O Ouvinte Testemunha.....	169
3.1.2.4 O Ouvinte Juiz.....	173
3.1.2.5 Posicionamentos Assumidos quanto ao Ouvinte Idealizado.....	179
3.2 ORIENTAÇÃO DIALÓGICA EM DIREÇÃO AO OBJETO DE DISCURSO	181
3.2.1 A Disputa Dialógica quanto ao Objeto de Discurso.....	181
3.2.2 Duas Palavras para uma Mesma Coisa.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM.....	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

APRESENTAÇÃO

A tese ora apresentada realiza um estudo analítico de matérias jornalísticas veiculadas na imprensa escrita, que fazem referência à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – órgão do Poder Executivo encarregado da produção de conhecimentos de interesse estratégico para a Presidência da República.

Uma das motivações para a realização desse trabalho de pesquisa prende-se ao fato de que essas matérias, embora relacionadas a eventos específicos ocorridos no meio social, findam por promover um questionamento acerca da missão institucional dada à Abin, lançando indagações acerca da sua real efetividade e do necessário, mas sempre problemático, equilíbrio entre a opacidade e a transparência de suas ações.

No acompanhamento que fiz dos textos veiculados na imprensa acerca do tema, pude observar a existência de uma espécie de “descompasso” entre a missão legalmente atribuída àquele órgão de inteligência e a representação de suas atividades no discurso da mídia. A constatação da polêmica aí fundada, englobando múltiplos dizeres e refletindo posicionamentos diversos, evidenciou a necessidade de uma compreensão mais profunda dos fios discursivos enredados nessa complexa teia de opiniões e de pontos de vista que se confrontam e dialogam entre si.

Busquei, no presente trabalho, elucidar os efeitos de sentidos criados pela multiplicidade de dizeres presentes nas matérias de jornais diversos, aí englobando o discurso do próprio órgão de imprensa (sob a forma de editoriais), do jornalista (com suas notícias, colunas e artigos de opinião), dos leitores (através de cartas publicadas nos jornais), assim como o discurso da Abin, por meio dos seus representantes legais (em entrevistas e artigos de autoria própria, além de citações localizadas em matérias jornalísticas diversas). Tentei, então,

explicitar os procedimentos que presidem tal funcionamento discursivo, as estratégias argumentativas desenvolvidas, levando em conta as várias vozes que se entrecruzam no espaço da imprensa, se respondem mutuamente, e fundam ali uma relação polêmica.

Em seguida, tentei verificar se os discursos veiculados sobre o tema “Abin”, abrigando várias vozes, caracterizariam a presença de uma polifonia discursiva ou implicariam a existência de um dialogismo marcado pela bivocalidade retórica cujos efeitos de sentido seriam monovalentes.

A pesquisa assim realizada foi distribuída em quatro capítulos, aos quais se seguem algumas considerações finais bem como referências à bibliografia utilizada.

O primeiro dos capítulos faz uma explanação dos principais fundamentos epistemológicos utilizados em meu trabalho, partindo de três vertentes teóricas – a *Teoria Dialógica do Círculo de Bakhtin*, a *Análise do Discurso de Orientação Francesa* e a *Heterogeneidade Enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz* – as quais me pareceram, em alguns de seus postulados, complementares entre si.

O segundo capítulo trata da metodologia adotada na construção do meu *corpus* de trabalho de modo a torná-lo passível de análise, tomando por base não apenas o critério da distribuição cronológica das matérias coletadas, mas também a questão dos temas e dos gêneros discursivos ali presentes, assim como a consideração dos órgãos de imprensa nos quais essas matérias foram produzidas e veiculadas.

O terceiro capítulo aborda questões vinculadas às principais instâncias discursivas postas em cena no espaço da imprensa escrita, tentando realizar uma análise comparativa entre a atividade de inteligência e a atividade jornalística, de modo a evidenciar diferenças e similitudes no que diz respeito aos seus modos de ação e às suas formas de elaboração discursiva.

Finalmente, o quarto capítulo faz uma análise do tema na Abin na imprensa, buscando explicitar as diversas vozes ali emergentes, bem como as diferentes dimensões dialógicas instauradas através da adoção de estratégias discursivas específicas. Tomando por base a noção da dupla orientação dialógica bakhtiniana foi possível estudar o material coletado tanto no que diz respeito a sua orientação em direção ao objeto de discurso quanto no que diz respeito aos vários posicionamentos assumidos quando o discurso se dirige a diferentes tipos de ouvinte, partindo da distinção presente na reflexão teórica de Mikhail Bakhtin entre o ouvinte efetivo e o ouvinte idealizado.

O estudo realizado evidenciou que esses discursos, ao mesmo tempo em que propiciam o fortalecimento dos lugares enunciativos ocupados por cada uma das instâncias envolvidas, revelam a existência de uma interdependência mútua. Por outro lado, o dialogismo ali instaurado, longe de se ater unicamente ao paradigma da busca de uma verdade absoluta, funda diferentes níveis dialógicos no interior do discurso, implicando, para além do campo da interlocução imediata, um permanente diálogo dos sujeitos envolvidos com os diversos tipos de ouvinte produzidos no e pelo discurso.

A hipótese inicialmente formulada – de que esses discursos, por seu caráter polêmico, tenderiam a criar uma “circularidade” monossêmica de cunho argumentativo –, foi, no desenvolvimento do trabalho, sendo revista, e abriu espaço a novas indagações que trouxeram à tona questões relacionadas à visão psicanalítica do imaginário e ao fenômeno da modalização autonímica.

O trabalho desenvolvido não fornece respostas definitivas às questões levantadas, pretendendo tão-somente contribuir, na medida do possível, para uma melhor compreensão de aspectos vinculados ao fenômeno do “dialogismo” discursivo, voltado para a questão da criação e representação de eventos na mídia escrita.

Segundo Lúcia Santaella (1996, p. 212), “devemos lutar contra o hábito de só nos propormos a debater uma questão quando já temos respostas prontas para ela. Isso seria negar a essência mesma do debate e do diálogo que é a indagação e a busca”. De fato, se houvesse respostas prontas, transparentes e unívocas para o que é aqui investigado, esse trabalho perderia a sua razão de existir.

Espero, assim, que a tese ora apresentada possa, por um lado, contribuir para uma compreensão mais precisa da imagem pública e institucional da Abin – das formas pela quais ela se diz e é dita na imprensa brasileira –, criando, por conseguinte, a possibilidade de uma reflexão sobre o próprio agir comunicativo da instituição, o qual tem papel determinante em um processo de legitimação que se queira efetivo¹.

Espero, por outro lado, que a pesquisa realizada possa contribuir com os estudos hoje realizados no campo da teoria dialógica de Mikhail Bakhtin e desperte algum interesse não apenas de lingüistas e pesquisadores do tema inteligência, mas do cidadão de uma maneira geral, enquanto parte legitimamente interessada no fortalecimento das nossas instituições públicas e do Estado Democrático de Direito.

¹ Uso aqui “legitimação” no sentido habermasiano do termo. Para Habermas (citado por GNERRE, 1985, p. 5): “A legitimação é o processo de dar ‘idoneidade’ ou ‘dignidade’ a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita”.

I - BASES TEÓRICAS

O presente trabalho tem como marco teórico fundamental a Teoria Dialógica de Mikhail Bakhtin², com ênfase no caráter dialógico dos textos estudados.

O dialogismo constitui, na realidade, o *leit-motiv* de toda a obra bakhtiniana, o que pode ser claramente observado na passagem seguinte:

A relação discursiva [...] divide-se em dois momentos: a enunciação, que diz respeito ao locutor; a compreensão do enunciado pelo ouvinte, a qual contém, desde já e sempre, elementos de resposta. De fato, em condições normais, estamos sempre em acordo ou em desacordo com o que é dito; e trazemos, via de regra, uma resposta a todo enunciado do nosso interlocutor [...]. Pode-se, pois, afirmar que toda comunicação, toda interação verbal se realizam sob a forma de uma troca de enunciados, assumindo a dimensão de um diálogo.³ (BAKHTIN/ VOLOSHINOV, 1981, p. 292).

É, portanto, fazendo uso da metáfora do diálogo que o autor representa, como afirma o lingüista Carlos Alberto Faraco (2003, p. 57), a “dinamicidade do universo da cultura humana”, o qual, intrinsecamente responsável, se move como se fosse um grande diálogo. Mas esse *diálogo*,

[...] deve ser compreendido num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. [...] Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta,

² A referência aqui feita unicamente ao nome de Mikhail Bakhtin deve-se ao fato de que esse autor é hoje considerado o principal expoente do chamado “Círculo de Bakhtin”, o qual envolve também a produção teórica de outros pensadores, tais como Valentin Voloshinov e P. Medvedev. Muitos dos textos consultados são, inclusive, assinados por mais de um autor, prática que findou por gerar uma ampla controvérsia no que diz respeito à autoria do conjunto de obras produzidas pelo Círculo. Optei por citar textualmente os autores quando me refiro às obras especificamente assinadas por cada um deles, e utilizar unicamente o nome de Bakhtin quando trato do pensamento filosófico-lingüístico do Círculo como um todo.

³ Todas as citações extraídas do ensaio *La structure de l'énoncé* (traduzido diretamente do russo para o francês por Tzvetan Todorov) correspondem a uma tradução por mim realizada do idioma francês para a língua portuguesa. De modo semelhante, livros e artigos consultados em língua estrangeira também foram objetos de tradução com o objetivo de harmonizar a língua utilizada na apresentação da tese.

confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p. 123)

Essa noção de dialogismo, implicando a presença – explícita ou não – do outro no discurso, mostrou-se valiosa para a compreensão dos modos pelos quais a relação polêmica, presente nos textos em estudo, é discursivamente construída.

O ponto nodal que serviu de fundamento a minha pesquisa diz respeito às diferentes formas de orientação dialógica de que fala Bakhtin (1988a, p. 85), remetendo ao mesmo tempo para o discurso de outrem a partir do seu objeto (ou tema) e para o discurso de outrem na resposta antecipada do ouvinte, caso em que o discurso corrente é diretamente determinado pela resposta futura a lhe ser dada.

A teoria dialógica bakhtiniana foi trabalhada em uma interface com as modernas tendências da Análise do Discurso de linha francesa (ADF), partindo da premissa de que, muito embora o dialogismo bakhtiniano e a ADF sejam vertentes teóricas distintas, ambas são voltadas para uma visão da linguagem enquanto fenômeno eminentemente social e de clara conformação ideológica.

A teoria do sujeito desenvolvida pela ADF clássica, qual seja a de um sujeito que não é senhor absoluto do seu dizer, mas clivado/dividido entre o eu e o(s) outro(s) permitiu enfocar a noção bakhtiniana de dialogismo trazendo, no desenvolvimento do trabalho, aspectos relacionados à noção lacaniana de alteridade, alteridade esta também basilar na produção intelectual de Bakhtin, sobretudo em seus estudos sobre a poética do escritor russo Fiódor Dostoevski. Tem-se ali evidenciada a multiplicidade das vozes dispersas em um discurso – vozes próprias e vozes alheias, vozes próximas e vozes longínquas – que atravessam os processos enunciativos. O que significa dizer que, de modo similar ao que ocorre na perspectiva da ADF também para Bakhtin o sujeito não é onipresente nem é unívoco o seu discurso.

É também nessa perspectiva que vão inserir-se as reflexões de Jacqueline Authier-Revuz acerca da heterogeneidade discursiva, tema que a pesquisadora desenvolve a partir das idéias de Mikhail Bakhtin e de Jacques Lacan, formulando as premissas da “não-coincidência interlocutiva”, da “não-coincidência do discurso consigo mesmo”, da “não-coincidência entre as palavras e as coisas”, e da “não-coincidência das palavras consigo mesmas”.

Trabalhando com a questão do dialogismo do ponto de vista da alteridade que lhe é constitutiva, Jaqueline Authier-Revuz nos fornece um interessante estudo das formas de modalização autonímica, ou seja, dos modos pelos quais o sujeito se representa em seu próprio discurso enquanto não-um, mas aspirando à unidade ou criando para si mesmo a ilusão de uma unidade redentora.

Em síntese, as principais vertentes teóricas utilizadas em minha pesquisa equivalem a três diferentes dimensões discursivas que me parecem complementares entre si: (a) os aspectos dialógicos do discurso, com base nas reflexões de Bakhtin; (b) as instâncias enunciativas reveladas através dos lugares sociais que ocupam e de uma memória discursiva que se manifesta na interdiscursividade, com base nos postulados básicos da ADF; (c) as marcas lingüísticas da alteridade e da heterogeneidade a partir das concepções de Authier-Revuz.

A essa trilogia vêm se somar contribuições de Dominique Maingueneau, como uma espécie de bússola quanto à metodologia aplicável, capaz de atender às exigências específicas do *corpus* de trabalho.

Os principais fundamentos da teoria dialógica bakhtiniana, bem como aqueles referentes à ADF e à heterogeneidade enunciativa, são rapidamente esboçados a seguir e constituem a base do trabalho analítico por mim realizado. Base esta que, na medida em que a própria análise dos textos o exigiou, foi constantemente retomada e complementada, de modo a

evidenciar as formas pelas quais as várias vozes presentes nos discursos estudados se enredamumas nas outras, se complementam e se autonomizam, assumindo feições as mais diversas em sua luta por serem ouvidas e acatadas.

1 O DIALOGISMO BAKHTINIANO

O princípio dialógico, como já ressaltado, atravessa toda a produção teórica de Bakhtin e constitui o elemento-chave para a compreensão dos fenômenos discursivos na perspectiva desse autor. A primazia ali dada não é à “língua” enquanto sistema abstrato e normativo, mas à linguagem enquanto prática ativa de sujeitos capazes de operar mudanças nesse sistema. A palavra vai mais além da sua significação dicionarizada e, integrando processos dinâmicos de interação verbal cotidianamente presentes na vida das pessoas, estabelece, como diz Bakhtin, uma espécie de ponte entre o “eu” e o “outro”.

Muito embora a questão da alteridade tenha sido também abordada por outros pesquisadores de peso, pode-se afirmar que foi o Círculo de Bakhtin o responsável pela elaboração de uma teoria verdadeiramente dialógica, desdobrando a percepção do diálogo em múltiplas dimensões e tomando como elemento-base de suas análises o enunciado e os processos enunciativos que a ele dão origem, como se pode verificar nas passagens seguintes:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p. 123).

O enunciado concreto (e não a abstração lingüística) nasce, vive e morre no processo de interação social dos participantes de um enunciado. Sua significação e sua forma são determinadas essencialmente pela forma e pelo caráter desta interação. Se se retira o enunciado desse solo fecundo e bem

real, perde-se a chave que dá acesso à compreensão da sua forma e do seu sentido e não se tem, entre as mãos, senão um envelope vazio, seja ele o da abstração lingüística, seja ele o, tão abstrato quanto, esquema de pensamento. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 199).

Essa concepção dialógica de base enunciativa, ao migrar do Leste Europeu para o Ocidente, foi e permanece sendo responsável por inúmeros desenvolvimentos teóricos no campo dos estudos lingüísticos⁴. Mas essa ampla difusão gerou, por assim dizer, um movimento “inflacionário” quanto ao uso feito das principais idéias do pensador russo, o que, se por um lado possibilita o enriquecimento e aprofundamento das reflexões ali presentes, por outro, opera, em alguns casos, uma banalização de seus conceitos-chave.

Em muitos dos trabalhos produzidos reina, inclusive, uma forte diversidade terminológica (também presente, é bem verdade, nos próprios escritos bakhtinianos⁵), diversidade esta que, no caso, dá origem a desdobramentos teóricos portadores de sentidos fortemente diferenciados. É assim, por exemplo, que a semiótica Júlia Kristeva, no ambiente do estruturalismo francês dos anos 60, introduz o termo “intertextualidade” como sinônimo de dialogismo, o que, como afirma José Luis Fiorin (2003: 29), corresponde a um “conceito redutor, pobre e, ao mesmo tempo vago e impreciso”. Outros estudiosos, tal como Ubaldina Lorda (1997), falam da noção polifônica de Bakhtin como sendo equivalente ao próprio dialogismo quando é possível ter, na realidade, processos dialógicos sem que esses impliquem necessariamente em polifonia. Um outro exemplo que se pode citar diz respeito à

⁴ Tais desenvolvimentos tornaram-se possíveis pelo fato de que, muito embora Bakhtin tenha se ocupado, sobretudo, da produção literária, muitos dos seus trabalhos demonstram a necessidade do exame de aspectos do enunciado verbal que não dizem diretamente respeito à obra de arte, mas ao discurso da vida cotidiana. Em *Le Discours dans la vie et dans la poésie* (1926), por exemplo, Bakhtin/Voloshinov destacam que os fundamentos e as potencialidades da forma artística ulterior já se encontram, justamente, nesse tipo de enunciado. E assim afirmam em *La structure de l'énoncé* (1981, p. 301): “É nos enunciados mais simples que nós encontraremos a chave da estrutura linguística dos enunciados literários”.

⁵ Bakhtin (2000b, p 397) se autocomenta: “Meu fraco pela variação e pela variedade terminológica que abrange um único e mesmo fenômeno...” Sobre essa questão, afirma Beth Brait (2003, p. 16): “A incompletude interna do pensamento bakhtiniano, mais do que um arcabouço teórico e inacabado, é uma postura científico-filosófica, uma forma de investigação que aponta para uma totalidade aberta em que o discurso, forma histórica e falante, faz-se ouvir através de suas inúmeras vozes, dirige-se a um interlocutor e impõe uma atitude dialógica, a fim de que os vários sentidos, distribuídos entre as vozes, possam aflorar. Nessa perspectiva, o discurso, e seu concerto de incessante produção de efeitos de sentido, não é jamais um objeto pacífico e passível de submissão ao monologismo de uma teoria acabada”.

aplicabilidade da noção de polifonia no domínio da estrutura lingüística, tal como desenvolvida por Oswaldo Ducrot (1977). Para esse autor, há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Em Bakhtin, entretanto, a presença de interlocutores longe de indicar uma identidade direta com o fenômeno polifônico pode apontar simplesmente para a presença de posições enunciativas nas quais domina a bivocalidade, cada instância interlocutiva defendendo o seu próprio ponto de vista e lançando, em direção ao outro, a sua contrapalavra.

Bakhtin estuda o fenômeno dialógico a partir de diferentes patamares ou dimensões, indo do mais amplo ao mais restrito, ou, em termos propriamente bakhtianos, do “grande” ao “microdiálogo”⁶. Para ele, não só as pessoas dialogam entre si como também dialogam consigo mesmas; os textos, os discursos, se respondem uns aos outros; o já-dito dialoga com o que ainda não foi dito; e o próprio fenômeno lingüístico é marcado pela heteroglossia, ou seja, pela presença de um plurilingüismo dialógico que lhe é constitutivo.

Nesse sentido, diz o autor (eu grifo):

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significante do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro. [...] Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc. desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem [...]. Por último, as relações dialógicas são possíveis também com a sua própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele, se de algum modo nós nos separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância face a elas, como que limitamos ou desdobramos a nossa autoridade. Uma abordagem ampla das relações dialógicas nos mostra que elas são possíveis também entre outros fenômenos conscientizados, desde que estes estejam expressos numa matéria sínica. Por exemplo, as relações dialógicas são possíveis entre imagens de outras artes, mas estas relações ultrapassam os limites da metalingüística. (BAKHTIN, 1997a, p. 184).

⁶ Bakhtin (1997a, p. 42) se refere ao *grande diálogo* como sendo típico da obra dostoievskiana, na qual coexistem “vários diálogos” que o condensam e iluminam, instaurando o fenômeno da polifonia. Já o *microdiálogo* (1997a, p. 223) é definido como “a combinação de vozes no âmbito de uma consciência”.

Até mesmo no plano da formação da consciência, que dá origem ao discurso interior, Bakhtin/Voloshinov vêem uma base dialógica ao afirmarem que o próprio pensamento já encontra a palavra povoada. Segundo esses autores:

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe, etc.), e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo. [...] Assim como o corpo que se forma originalmente dentro do seio (do corpo) materno, a consciência do homem desperta envolta na consciência do outro. (BAKHTIN, 2000b, p. 378).

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatisado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p. 147-148).

Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 63) chamam às unidades do discurso interior *impressões globais de enunciações*, fazendo empréstimo da expressão cunhada por Gompertz para designar “uma impressão ainda não isolada do objeto total e que oferece uma impressão do todo, que precede e lança os fundamentos da cognição clara do objeto”. Tais impressões globais encontram-se, segundo os autores, ligadas umas às outras e se sucedem, não segundo as regras da lógica ou da gramática, mas segundo leis de convergência apreciativa (emocional), de concatenação de diálogos, e numa estreita dependência das condições históricas da situação social.

Vê-se que a concepção que Bakhtin/Voloshinov têm do diálogo interior – forma emblemática de microdiálogo – faz com que os autores se interessem, sobretudo, pelo movimento que ele realiza em direção ao exterior, ou seja, na utilização que os interlocutores fazem da palavra na comunicação verbal ativa. Pode-se falar, portanto, na presença de duas

dimensões dialógicas – a do discurso interior e a do discurso exterior – as quais, complementando-se mutuamente, não podem ser pensadas de forma isolada:

A orientação da atividade mental no interior da alma (a introspecção) não pode ser separada da realidade de sua orientação numa situação social dada. E é por essa razão que um aprofundamento da introspecção só é possível quando constantemente vinculado a um aprofundamento da compreensão da orientação social. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p. 62).

Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro (as reações podem variar infinitamente), a começar pela minha assimilação delas [...] para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana. (BAKHTIN, 2000b, p. 383).

Entretanto, como diz Bakhtin, ainda que as palavras se dividam para cada um de nós em palavras pessoais e palavras do outro, as fronteiras entre essas categorias podem ser flutuantes, sendo justamente nessas fronteiras que se trava o “duro combate dialógico”.

Nesse contexto, é possível afirmar que o moderno conceito de intertextualidade (como já visto, introduzido por Kristeva nos anos 60), bem como a ênfase atualmente dada aos modos de apropriação discursiva da palavra do outro, vinculam-se à reflexão bakhtiniana acerca do dialogismo, muito embora o autor não faça uso desses termos. Os fenômenos da intertextualidade e da interdiscursividade estão implicitamente presentes no princípio dialógico do Círculo de Bakhtin, como se pode perceber na passagem seguinte:

Não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que lhe sucederão; ele nunca é o primeiro nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia. Existe entre os enunciados uma relação impossível de definir por termos de categorias mecânicas ou lingüísticas. (BAKHTIN, 2000b, p. 375).

Aqui, abro um parêntese para analisar um pouco a sempre controversa distinção entre *interdiscurso* e *intertextualidade*. Muitos estudiosos debruçam-se sobre a questão sem chegarem, entretanto, a um denominador comum, provavelmente em razão da própria diversidade com que as noções de *texto* e de *discurso* são, por cada um deles, trabalhadas. É

possível citar, como exemplo de tal diversidade conceptual, as idéias de Jean Dubois (*in ORLANDI, 1997b, p. 123*) para quem “a intertextualidade é definida em termos de expressões linguajeiras (seu conteúdo e sua forma), enquanto que a interdiscursividade é definida no plano do sentido das expressões”. Numa direção diversa, Eni Orlandi (1999, p. 34) fala do interdiscurso como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” e do intertexto como “a relação de um texto com outros textos”. Maingueneau (1999, p. 140), por sua vez, tenta elucidar o problema sugerindo uma distinção entre *intertexto* e *intertextualidade*, o primeiro compreendendo “o conjunto de fragmentos que o texto cita efetivamente” e a segunda correspondendo aos “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas”, ou seja, como “tipos de relações intertextuais que uma formação discursiva mantém com outras”. A intertextualidade se dividiria, segundo esse autor, em intertextualidade *interna* – onde o discurso se define por sua relação com discursos do mesmo campo –, e intertextualidade *externa* – em que o discurso define uma certa relação com outros campos.

O crítico literário Gérard Genette, citado por Maingueneau (1999, p. 154-155) complexifica ainda mais esse quadro conceitual, inserindo, em seus estudos literários, as noções de *paratextualidade* (relação de um texto com seu entorno, aí compreendidos título, subtítulos, prefácios, epígrafes, ilustrações, comentários marginais, etc.), *metatextualidade* (comentários sobre outros textos, sem que passe necessariamente pela citação de fragmentos do texto comentado), *arquitextualidade* (que coloca o texto dentro de uma taxonomia, uma tipologia do discurso) e *hipertextualidade* (múltiplos processos que permitem produzir um texto a partir de outro).

O enfoque bakhtiniano da questão, entretanto, parece independente dessas distinções propostas. Na realidade, quando Bakhtin trata do discurso ele o faz sempre levando em conta as formas de diálogo presentes nos textos que o atualizam. Ora, analisar um discurso só é

possível através dos textos (escritos ou orais) que lhe dão concretude, e, *mutatis mutandis*, analisar textos, na perspectiva bakhtiniana, significa priorizar os movimentos dialógicos que cada um desses textos instaura em relação a outros, ou seja, implicam dar primazia aos movimentos dialógicos que fundam o discurso no já-dito.

Para Bakhtin:

Toda palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros textos. [...] O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo com que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (e não entre texto e contextos), entre os elementos abstratos desse texto (entre os signos dentro do texto), e que é indispensável somente para uma primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido). Por trás desse contato, há o contato de pessoas e não de coisas. (BAKHTIN, 2000c, p. 404-405).

A ênfase assim dada pelo autor aos aspectos dialógicos que presidem a produção e a circulação dos textos impõe uma reflexão acerca da também polêmica noção de “contexto”.

Em Bakhtin/Voloshinov (1997b), essa noção é trabalhada a partir dos chamados contexto *narrativo* e contexto *social*⁷. Os autores vinculam o contexto *narrativo* aos vários textos produzidos sobre um determinado tema e às maneiras pelas quais cada um desses textos incorpora em sua construção formal “o discurso de outrem”. O contexto *social* é relacionado aos aspectos extraverbais do enunciado, quais sejam, a situação e o auditório.

Ressalte-se, entretanto, que ambos os contextos – contexto narrativo (da ordem do verbal) e contexto social (da ordem do extraverbal) – se fundem, naturalmente, no interior das práticas discursivas. Assim é que, para Bakhtin/Voloshinov, o contexto narrativo reflete necessariamente as tendências sociais da interação verbal numa época e num grupo social dados, ao mesmo tempo em que o contexto social se faz apreensível no interior de cada

⁷ Referências ao contexto *social* são encontradas nas páginas 71, 117 e 124, da obra acima citada. Referências ao contexto *narrativo* são também ali encontradas, sobretudo a partir da página 144, quando os autores tratam dos esquemas de transmissão da palavra de outrem no discurso.

enunciado. Faces de uma mesma realidade enunciativa, o verbal e o extraverbal dialogam entre si complementando-se um ao outro, e a tal ponto que, de modo semelhante à problemática da distinção entre o intertextual e o interdiscursivo, conceber um implica necessariamente levar em conta o outro.

Tratando do *contexto narrativo*, os autores levam em conta os aspectos formais de elaboração textual, enfatizando, em suas análises, questões relacionadas à estilística e à sintaxe. Bakhtin (1997a, p. 185) cita como formas estilísticas de representação do discurso alheio a *estilização em sentido estrito*, a *paródia retórica* e o *skaz*, ressaltando que todos esses fenômenos têm como traço comum um duplo sentido (ou uma dupla orientação) – voltado para o objeto do discurso e para um *outro discurso*, ou seja, para o *discurso de um outro*. Os esquemas sintáticos de distribuição das palavras de outrem são tratados por Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 144-196) através das categorias do *discurso direto*, do *discurso indireto* e do *discurso indireto livre*, além dos modelos mistos (praticamente infinitos) que permeiam essa tríade estabelecida.

A *estilização* é definida por Bakhtin como “a representação literária do estilo lingüístico de outrem” constituindo um modo de aclaramento mútuo entre diferentes linguagens (no sentido dos dialetos sociais que as constituem). Na estilização, estão presentes duas consciências lingüísticas: a que representa e a que é representada (estilizada). Diferentemente do discurso original do autor, o fragmento, inserido em outro contexto narrativo, ganha nova importância e significação, ainda que adote o mesmo ponto de vista do discurso original. Isso significa dizer que, diferentemente da imitação, onde o imitador leva a sério o que imita, apropriando-se diretamente do discurso do outro em um processo de fusão de vozes, na estilização ocorre uma convencionalização do estilo do autor, que passa, assim, a servir a novos fins. O importante para o estilizador é o conjunto de procedimentos do discurso de outrem como expressão e reforço do seu próprio ponto de vista. Justamente por isso,

Bakhtin considera que uma sombra objetificada recai sobre o ponto de vista assim formado, de onde resulta tornar-se ele convencional.

Já na *paródia*, muito embora o autor fale a linguagem do outro, de modo diferente ao que ocorre na estilização, ele reveste essa linguagem de orientação semântica diametralmente oposta à orientação anterior. O discurso se converte, assim, em palco de luta entre duas vozes que estão em oposição hostil.

O *skaz* é visto por Bakhtin como uma forma específica de representação que, de modo similar à estilização e à paródia, também refrata o discurso de outrem, para atender a novas intenções. O *skaz* pode adquirir um tom parodístico ou ficar mais próximo da estilização. O seu diferencial em relação a essas duas outras categorias seria, de um lado, o fato de ser ele estruturado como narração de uma pessoa distanciada do autor (pessoa concretamente nomeada ou subentendida), e, de outro lado, a sua orientação para o discurso falado, com ênfase em certas particularidades lingüísticas (entoação da fala, construção sintática do discurso falado, léxico correspondente, etc.).

Bakhtin ressalta ainda que entre a estilização e a paródia se distribuem híbridos determinados por inter-relações as mais variadas das linguagens. O conflito que ocorre no interior do discurso, o grau de resistência do discurso parodiado em relação àquele que o parodia, o plurilingüismo que o cerca, funcionam como fundos dialógicos e criam a variedade de procedimentos da representação da língua de outrem.

A breve exposição aqui feita mostra o quanto a questão do estilo afasta-se, no pensamento do Círculo de Bakhtin, da visão estilística tradicional (na qual o estilo é concebido a partir de regularidades que tipificam o texto, isto é, de preceitos estabelecidos do ponto de vista da imanência do sistema lingüístico). Em Bakhtin, o estilo, longe de corresponder à normatividade de formas padronizadas de dizer, é definido, segundo palavras do autor (1988a, p. 174), “por uma relação criativa e substancial do discurso com o seu

objeto, com o próprio falante e com o discurso de outrem; ele tende a fazer com que o material se comunique organicamente com a linguagem e a linguagem com o material”.

Bakhtin tece, inclusive, uma crítica explícita à estilística convencional, ao ressaltar a pouca importância ali dada à relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado:

A estilística encerra cada fenômeno estilístico no contexto monológico de uma dada enunciação autônoma e fechada, como se o aprisionasse num contexto único: ela não pode fazer eco a outras enunciações, não pode realizar seu sentido estilístico em interação com elas, ela é obrigada a exaurir-se no seu contexto fechado. [...] É justamente o caráter plurilíngüe, e não a unidade de uma linguagem comum normativa, que representa a base do estilo. (BAKHTIN, 1988a, p. 113 e 84).

Esse caráter plurilíngüe do estilo vai se fazer sentir, do ponto de vista sintático, nos modos pelos quais o discurso se apropria da palavra de outrem operando a sua inserção e a distribuindo no interior de textos. É nessa perspectiva que Bakhtin/Voloshinov introduzem a noção de discurso citado, sob as formas do *discurso direto*, do *discurso indireto* e do *discurso indireto livre*, enquanto esquemas composticionais básicos capazes de realizar a transmissão das enunciações de outrem e integrá-las em um contexto coerente. Para os autores (1997b, p. 144), o discurso citado é “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação”, e é, ao mesmo tempo, “um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”.

O *discurso direto* caracteriza-se pela presença de marcas lingüísticas claras, com estabelecimento de fronteiras definidas entre o discurso narrativo e o discurso citado. Criando um estilo que o autor chama “monumental”, o discurso direto apresenta, entretanto, variantes que, na maior parte das vezes, findam por destruir semanticamente essas fronteiras tão claramente definidas. Nesses casos, opera-se um contágio recíproco entre a citação e o contexto que a recebe. É nesse campo que Bakhtin/Voloshinov inserem as categorias: (a) do *discurso direto preparado* (caracterizado por uma certa “imposição” do ponto de vista do autor, o que significa dizer que os temas básicos do discurso direto a ser introduzido são

antecipadamente coloridos pelas entonações do autor); (b) do *discurso direto esvaziado* (no qual o autor se envolve tão fortemente com aquilo que cita, que a citação a ser feita assume as características do ponto de vista pessoal do autor); (c) do *discurso citado antecipado e oculto* (no qual a própria narrativa do autor citante já é conduzida a partir do ponto de vista do discurso citado); e, (d) do *discurso direto retórico* (no qual pergunta e resposta são simultaneamente apresentadas e podem ser interpretadas como tendo por fonte o autor da narrativa ou o autor do discurso citado, o que indica um forte grau de solidariedade entre os interlocutores).

O *discurso indireto* corresponde à transmissão analítica do discurso de outrem. Essa tendência analítica manifesta-se, principalmente, pelo fato de que os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, pois eles não são expressos no conteúdo, mas nas formas da enunciação.

Esse esquema apresenta, segundo Bakhtin/Voloshinov, três variantes – o *discurso indireto analisador do conteúdo*, o *discurso indireto analisador da expressão* e a *variante impressionista* –, cada uma delas dirigindo a atenção para objetos fundamentalmente diferentes.

Assim, no *discurso indireto analisador do conteúdo*, a enunciação de outrem é apreendida como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante, ou seja, é de maneira analítica que é transcrita a composição objetiva do que disse o falante. A enunciação de outrem é apreendida no plano temático, abrindo espaço para a réplica e o comentário no contexto narrativo, uma vez que há uma nítida distância entre as palavras do narrador e as palavras citadas. Já no *discurso indireto analisador da expressão*, as palavras, as maneiras de dizer de outrem, geralmente colocadas abertamente entre aspas, são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Ao apropriar-se do discurso direto, o narrador torna esse entre aspas

um discurso indireto, dando a ele o seu tom, o que provoca, nas palavras de Bakhtin/Voloshinov, uma espécie de “estranhamento” que convém à necessidade do autor. A variante *impressionista*, localizada a meio caminho entre a variante analisadora do conteúdo e a variante analisadora da expressão, é utilizada para a transmissão do discurso interior, dos pensamentos e sentimentos do autor do discurso citado, tratando o discurso de outrem com alto grau de liberdade, seja abreviando-o, seja indicando apenas os seus temas ou as dominantes desses temas.

O *discurso indireto livre* caracteriza-se principalmente por ser desprovido de marcas sintáticas claras em razão da presença de uma passagem constante entre os horizontes apreciativos dos interlocutores envolvidos (aquele que é citado e aquele que cita). Ele permite ao locutor – ao mesmo tempo em que se identifica com as citações que faz – conservar a distância em relação a elas. Bakhtin faz observar que no discurso indireto livre a palavra citada é apreendida menos por seu sentido considerado isoladamente e mais pelas entoações e acentuações próprias do discurso reportado, ou seja, graças à orientação apreciativa do discurso. Percebe-se que os acentos e as entoações do autor são interrompidos por julgamentos de valor de outra pessoa.

Ressaltando que cada um desses esquemas estudados recria a sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular e específica, Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 148-152) retomam a questão do estilo realizando uma espécie de síntese do conjunto de processos (estilísticos e sintáticos) de apropriação dialógica, ao evidenciar a existência de duas grandes linhas de orientação que ditam as características de um dado discurso. A essas duas linhas orientativas, eles dão os nomes de *estilo linear* e *estilo pictórico*.

O *estilo linear* apresentaria uma tendência à conservação da integridade e da autenticidade do discurso citado em relação ao discurso citante, zelando pela manutenção de

fronteiras definidas, do que pode ser exemplo a citação “literal” feita em discurso direto, na qual a palavra de outrem é aparentemente preservada.

Na segunda vertente, a do estilo *pictórico*, diferentemente do estilo linear, ocorre uma tendência ao apagamento de fronteiras, fazendo com que a língua elabore meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem.

O *estilo pictórico*, terreno privilegiado dos discursos indireto e indireto livre, apresentaria também duas orientações diversas, ora fazendo com que o significado da palavra alheia seja subestimado – o que lhe dá uma feição de ordem “decorativa” –, ora provocando uma espécie de diluição do próprio contexto narrativo no qual a palavra alheia é inserida, o que faria com que esse contexto seja percebido – e até mesmo auto-reconhecido – como fala de “outra pessoa”. É o caso, por exemplo, em que o autor parece apagar-se a si próprio e se transmuda na figura de um narrador que dialoga, muitas vezes em pé de igualdade com os heróis, os personagens, ou os fatos que comenta.

Bakhtin/Voloshinov ressaltam que no *estilo pictórico*,

[...] o contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras. [...] Sua tendência é atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. Além disso, o próprio discurso é bem mais individualizado. Esta tendência encerra uma variedade de tipos. O narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entonações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p. 150).

A citação acima mostra claramente o quanto o *contexto narrativo* de um discurso se insere e se mescla, para Bakhtin/Voloshinov, em um amplo *contexto social* não puramente verbal, mas integrado por outras variáveis – tais como os possíveis sentimentos do autor em relação ao que enuncia e a sua contraparte entonacional.

Quanto à importância do *contexto social* na elucidação de efeitos de sentidos, os autores a introduzem exemplarmente em sua obra fazendo a narrativa de duas situações diversas: no primeiro dos exemplos dados, Bakhtin/Voloshinov (1981, p. 188-190) se referem a dois indivíduos que se encontram olhando uma paisagem exterior através de uma janela, quando um deles, ao ver a neve que ali cai, dirige-se ao outro e enuncia: “*Voilà*”⁸. No segundo exemplo, Bakhtin/Voloshinov (1981, p. 301-303) introduzem a figura de um homem que, sentado em uma mesa e tendo um adolescente de pé a sua frente, teria dito depois de um momento de silêncio: “*M-oui!*”⁹, o que faz com que o jovem enrubesça violentamente e deixe o recinto. Indagando sobre o que poderia significar os lacônicos enunciados “*Voilà*” e “*M-oui!*”, os autores mostram que ainda que se realizasse uma análise gramatical sob todos os seus aspectos, ainda que se procurasse nos dicionários todos os sentidos possíveis destas palavras, ainda assim, seria impossível compreender tais conversações, que correspondem, entretanto, a verdadeiros e completos diálogos.

A dificuldade da sua compreensão residiria, justamente, na ignorância em relação a tudo o que diz respeito à segunda parte (extraverbal) do enunciado, a qual seria determinante para a elucidação do sentido da primeira parte (verbal).

Assim é que, os autores ressaltam no caso do segundo exemplo citado:

Nós ignoramos, antes de mais nada, onde e quando se processa tal conversação; em seguida, desconhecemos o seu objeto; e, finalmente, nada sabemos da posição de cada um dos interlocutores em relação a esse objeto nem das respectivas avaliações que incidem sobre tal objeto. Suponhamos que estes três componentes da parte extraverbal do enunciado deixem de nos ser desconhecidos; nós sabemos que o fato ocorreu durante uma prova; o candidato não respondeu a nenhuma das questões, ainda que simples, que o examinador lhe propôs; este último, instalado em seu “bureau”, diz “*M-oui!*”, com um ar de reprovação e uma ponta de compaixão; o candidato comprehende que o examinador o reprovou, ele sente vergonha, e ele deixa a sala. [...] Este pequeno “*M-oui!*” inicialmente vazio e desprovido de significação, ganha sentido. Ele adquire uma significação perfeitamente

⁸ A tradução mais próxima para o português, ainda que não inteiramente satisfatória, seria “olhe para isso!” ou “veja só!”.

⁹ Equivalente, aproximadamente a “pois sim!”, “pois muito bem!” ou simplesmente “pois bem！”, em língua portuguesa.

determinada passível de – se se deseja –, ser decifrada sob a forma de uma frase determinada, clara e completa; assim por exemplo, “Você foi mal, muito mal meu camarada! Eu sinto muito, mas eu não posso lhe dar a média necessária”. É exatamente assim que o candidato comprehende o enunciado “*M-oui!*”, e ele está de acordo com o que ele significa. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 302).

Bakhtin/Voloshinov concluem, portanto, ser todo enunciado necessariamente constituído de duas partes — uma parte verbal e uma parte extraverbal:

Todo enunciado da vida quotidiana comporta [...], junto à sua parte expressa verbalmente, uma parte extraverbal, não expressa, mas subentendida, formada pela situação e pelo auditório. Se não se leva em conta este último elemento, o próprio enunciado não pode ser compreendido. (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1981, p. 290).

Os elementos integrantes da parte extraverbal do enunciado, considerados como indispensáveis na determinação da orientação social ali presente, são, portanto, a *situação* e o *auditório*. Mas estes elementos, Bakhtin não os concebe como simplesmente exteriores, como realidades outras que tangenciariam as expressões verbais. Também aqui, ao considerar o verbal (“parte percebida ou realizada em palavras”) e o extraverbal (“parte presumida”) como realidades enunciativas, os autores os submetem a uma constante inter-relação dialógica.

Como ressalta Beth Brait,

Para Bakhtin, além do posto, existe, no processo de comunicação, e por força do processo interacional, elementos pressupostos e que fazem parte da construção da significação. [...] A situação extraverbal não é meramente a causa mecânica do enunciado, mas se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial à estrutura de sua significação. (BRAIT, in FIORIN E BARROS, 2003, p. 19).

A *situação* é definida por Bakhtin/Voloshinov como sendo a “realização efetiva, na vida concreta, de uma determinada formação, de uma determinada variação da relação de comunicação social”. Para os autores:

É mais do que evidente que o discurso na vida não é suficiente por si mesmo. Ele surge no interior de uma situação vivida, de natureza extraverbal e se conserva em estreita relação com ela. Mais ainda: o discurso é

complementado pelos elementos do vivido e não pode deste ser separado sem que perca seu sentido. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 189).

Bakhtin/Voloshinov propõem que se leve em conta três elementos constitutivos da situação: (a) o *espaço* e *tempo* do evento enunciativo; (b) o *objeto* ou o *tema* do enunciado; (c) a *posição dos interlocutores* diante do fato (a “avaliação”).

Considerando, por outro lado, que toda situação vivida supõe necessariamente — na medida em que ela produz um enunciado —, a presença de um ou de vários atores/locutores, os autores dão o nome de *auditório* do enunciado, à presença necessária daqueles que fazem parte da situação.

O *auditório* corresponde, por conseguinte, à própria cena enunciativa presente na elaboração discursiva, distanciando-se da idéia de um simples “público” e atingindo um maior grau de complexidade, ou seja, pressupondo uma relação dialógica que envolve tanto interlocutores como ouvintes. Dito em outras palavras, o ouvinte/leitor, estando ou não fisicamente presente, é condição de existência de um discurso, assim como o locutor é também, de certa forma, um ouvinte — ouvinte das múltiplas vozes que, necessariamente, atravessam o seu próprio discurso. E mais ainda: um terceiro participante do processo também é colocado em cena — o herói (na criação literária) ou o referente (na enunciação cotidiana).

Tem-se, então, uma complexa teia interlocutiva tecida por múltiplos fios dialógicos, que foge, consequentemente, da visão linearizante de um emissor e de um receptor como figuras estanques a ocupar espaços comunicativos previamente determinados. A tríade interlocutiva à qual Bakhtin/Voloshinov se referem interage continuamente, alterna posições e determina a orientação social dos enunciados.

Ressaltando que a *orientação social* relaciona-se com o peso hierárquico e social do auditório (isto é, com a classe social à qual pertence(m) os interlocutores, sua situação financeira, sua profissão, sua função), os autores afirmam:

A orientação social é justamente uma das forças vivas e constitutivas que, ao mesmo tempo em que organizam o contexto do enunciado – a situação –, determinam, também, sua forma estilística e sua estrutura gramatical. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 299).

A situação e o auditório são por eles vistos como elementos indispensáveis à compreensão dos processos de comunicação concreta entre sujeitos de discurso:

Ali, onde a análise lingüística não vê senão palavras e relações recíprocas entre situações abstratas (fonéticas, morfológicas, sintáticas, etc.), ali, para a percepção artística viva e para a análise sociológica concreta, são descobertas relações concretas entre os homens. Relações que são simplesmente refletidas e fixadas no material verbal. O discurso é um esqueleto que se recobre de carne viva ao longo da percepção criativa e consequentemente no curso da comunicação social viva. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 204)

Essas relações vivas, fundamentalmente dialógicas, existentes entre os homens através dos discursos, ganham colorações diversas em razão da orientação que rege a sua materialidade textual. Tem-se então que, como Bakhtin sugere, se o discurso da vida prática está cheio de palavras de outros, estas palavras não são jamais neutras do ponto de vista do falante que delas faz uso:

Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 1997a, p. 195).

Os processos dialógicos instaurados no interior das práticas discursivas apresentam, portanto, diferentes níveis de recepção e aceitação, o que faz com que eles apresentem uma graduação que vai desde o que se pode considerar uma aparente “monofonia enunciativa” até a multivocalidade plena que, abrigando múltiplas vozes, pode transmudar-se em polifonia. Entre um e outro pólos dialógicos – do mais monofônico ao mais plurivocal –, encontramos toda uma gama de procedimentos, de estratégias lingüísticas adotadas pelos

interlocutores, atestando a existência de diferentes níveis de amplitude dialógica que podem estar presentes no discurso.

É justamente aqui, mais do que em qualquer outro campo de investigação da teoria bakhtiniana, que se observa uma variedade terminológica capaz de induzir a interpretações bastante diversas entre si, sobretudo no que diz respeito à distinção existente entre os fenômenos da polifonia e da plurivocalidade enunciativas.

Ao tratar dos estilos linear e pictórico, Bakhtin/Voloshinov observam que o estilo linear tenderia a um *racionalismo dogmático* (ou *autoritarismo ideológico*), enquanto que no estilo pictórico esse dogmatismo autoritário e racionalista tenderia a desaparecer dando lugar a um certo *relativismo das apreciações sociais*, relativismo este favorável a uma apreensão positiva e intuitiva de todos os matizes lingüísticos individuais do pensamento e das opiniões.

O diferencial entre os chamados estilos pictórico e linear estaria, portanto, não exatamente na questão da presença explícita de apenas uma voz (monofonia), de duas vozes (bivocalidade) ou de várias delas (plurivocalidade), mas nos modos pelos quais um discurso se apropria da palavra de outrem, (a) tornando-a anônimamente sua e dela se servindo para reforçar seu próprio ponto de vista; (b) refutando-a de forma silenciosa ou explicitamente defendendo um ponto de vista contrário; ou (c) admitindo a heterogeneidade constitutiva do discurso, o caráter polissêmico de toda e qualquer palavra e com ela estabelecendo um diálogo plenamente válido.

O dialogismo assim concebido como elemento constitutivo de toda e qualquer prática discursiva, tangencia a seara das realidades semânticas que podem dar origem a uma monovalência ou uma plurivalência de sentidos, de acordo com a valoração dada à palavra de outrem, a qual, se equipolente, instaura a polifonia.

Todo dialogismo pressupõe a bivocalidade, isto é, a presença, no mínimo, de duas vozes convergentes ou divergentes entre si. Trata-se, como afirma Brait (*in* FIORIN e

BARROS, 2003, p. 24), de um fenômeno “constante e primário da comunicação discursiva comum e mesmo nas discussões de temas científicos e nos debates ideológicos”.

Mas essa bivocalidade – assim como a própria plurivocalidade – não conduzem necessariamente a uma plurivalência discursiva. Bakhtin ressalta que, sendo as relações de acordo-desacordo, afirmação-complemento, pergunta-resposta, etc., relações puramente dialógicas, em muitos casos,

[...] não são um atrito entre duas últimas instâncias significativas, mas um atrito objetivado do enredo (do tema) – entre duas posições representadas – e inteiramente subordinado à instância suprema e última do autor [locutor]. Neste caso, o contexto monológico não se interrompe nem se debilita. (BAKHTIN, 1997a, p. 189)

As relações dialógicas podem, portanto, apresentar um caráter monológico, isto é, uma monovalência de sentidos, independentemente da bivocalidade que lhe é imanente. Nesses casos, processos de restrição semântico-discursiva pretendem a criação de um efeito de sentido unívoco e dominante.

A esse respeito:

Qualquer discussão entre duas vozes num discurso com o intuito de assenhorar-se dele, de dominá-lo, é resolvida antecipadamente, sendo apenas uma discussão aparente. Cedo ou tarde, todas as elucidações plenisignificativas do autor se incorporarão a um centro do discurso e a uma consciência, todos os acentos, a uma voz. (BAKHTIN, 1997a, p. 205).

É a partir dessa acepção que Bakhtin contrapõe a construção discursiva monológica àquela que abre espaço para a polifonia. Todas as considerações feitas pelo autor acerca do romance monológico servem para explicar o que a polifonia não é nem pode ser. A posição adotada é bastante produtiva, uma vez que opor a polifonia à monofonia propriamente dita não daria conta da problemática ali discutida. Mas tal metodologia utilizada pelo autor conduz uma boa parte dos estudiosos a considerarem que, se ao monológico se opõe o polifônico, é possível tomar esse último termo como sinônimo de plurivocalidade discursiva.

A meu ver, entretanto, *polifonia* não deve ser confundida com *plurivocalidade*, como o próprio autor parece deixar claro:

A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. [...] A polifonia pressupõe uma multiplicidade de vozes plenivalentes nos limites de uma obra, pois somente sob essa condição são possíveis os princípios polifônicos de construção do todo. (BAKHTIN, 1997a, p. 21 e 35).

Desta forma, o fenômeno polifônico caracteriza-se, para Bakhtin, não apenas pela existência de múltiplas vozes, presentificadas no discurso, mas, sobretudo, pelo fato de que essas vozes se fazem *plenivalentes* e *equípolentes*, sem que uma tenha primazia sobre a outra¹⁰.

A polifonia instauraria, consequentemente, a plurivalência de sentidos, tendo por principais características: (a) a multiplicidade de vozes imiscíveis; (b) a não objetificação dos sujeitos de discurso; (c) a absoluta igualdade entre os participantes do diálogo; e, (d) a independência recíproca dos interlocutores envolvidos no processo discursivo.

Interessante observar que é apenas na análise da obra dostoievskiana que Bakhtin faz uso da noção de *polifonia*. O que me levou a indagar sobre a possibilidade de sua aplicabilidade na análise de práticas discursivas cotidianas. Isto porque, trabalhando no terreno específico de análise da produção literária, Bakhtin vislumbra, ali, a possibilidade que tem o romancista de escalar as profundezas do discurso interior do homem, a alteridade constitutiva desse discurso, dando forma, através do romance, a todas as consciências que

¹⁰ Paulo Bezerra (1997b, p. 4) introduz uma nota na tradução por ele feita de *Problemas da Poética de Dostoiévski*, explicando que o termo *plenamente* aponta para a presença de vozes “plenas de valor, que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo”, enquanto que a idéia da *equipolência* indica que as “consciências que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se objetificam, isto é, não perdem o seu SER enquanto vozes e consciências autônomas”.

habitam simultaneamente uma única consciência. Dito em outras palavras, a matéria prima da elaboração romanesca é a idéia. O que significa dizer que na criação do romance é possível trabalhar diretamente com o que o homem pensa, dando-lhe corporidade narrativa, enquanto que na linguagem cotidiana, trabalha-se com o que é dito acerca do que o homem pensa.

Como Bakhtin afirma (1997a, p. 73), o romancista russo “representa a vida dos personagens no limiar de suas crises e reviravoltas, fazendo com que as personagens sejam internamente inacabadas (pois a autoconsciência não pode ser acabada de dentro)”. Já o discurso cotidiano, tendente à objetificação da idéia, não poderia apresentar senão *rasgos de polifonia* (como é o caso das marcas de modalização autonímica a que se refere Authier-Revuz), mas a polifonia não se instaura nunca de forma plena e efetiva. Permanecendo na imagem da metáfora polifônica bakhtiniana, é possível afirmar que, na vida cotidiana, a partitura musical pressupõe necessariamente a figura de um regente (o locutor) que, harmonizando as vozes dos múltiplos instrumentos, estabelecendo as alternâncias entre o solo e o coro, o canto e o contracanto, fornece sempre o tom da melodia a ser executada.

Por outro lado, se a polifonia porta em si a plurivocalidade e o plurilinguismo, sua recíproca não é verdadeira. Um discurso pode abrigar uma multiplicidade de vozes, uma multiplicidade de línguas, e permanecer monológico, ou seja, monovalente. A esse respeito, diz Bakhtin:

O debilitamento ou a destruição do contexto monológico só ocorre quando convergem duas enunciações iguais¹¹ diretamente orientadas para o objeto. Dois discursos iguais e diretamente orientados para o objeto não podem encontrar-se lado a lado nos limites de um contexto sem se cruzarem dialogicamente, não importa que um confirme o outro ou se completem mutuamente ou, ao contrário, estejam em contradição ou em quaisquer outras relações dialógicas [...]. Duas palavras de igual peso sobre o mesmo tema, desde que estejam juntas, devem orientar inevitavelmente uma à outra. Dois sentidos materializados não podem estar lado a lado como dois objetos: devem tocar-se internamente, ou seja, entrar em relação semântica. (BAKHTIN, 1997a, p. 189).

¹¹ Enunciações iguais aqui entendidas como enunciações que, embora portadoras de índices de valor (semântico) diferenciados, são colocadas em um mesmo nível de pertinência e/ou validade.

É, pois, no plano das relações semânticas que os diferentes graus de dialogismo ganham corporalidade, seja permitindo a convivência de sentidos diversos, seja impondo-lhes uma hierarquia valorativa ou alimentando a ilusão de um sentido único, auto-evidente. Nesse contexto, parece ser possível falar de (a) um dialogismo *monossêmico*, no qual a multiplicidade de vozes converge para a legitimação de um sentido unívoco, monovalente; (b) um dialogismo *bissêmico*, no qual coexistem dois sentidos contrapostos, que disputam a prevalência na cena enunciativa; e (c) um dialogismo *polissêmico* que incorporaativamente múltiplos sentidos e os confronta, atribuindo-lhes índices de valor diferenciados e, em alguns casos hierarquicamente equivalentes, o que tornaria possível a instauração de uma verdadeira polifonia¹².

Em qualquer dessas dimensões, o dialogismo, tal como concebido por Bakhtin, foge aos paradigmas convencionais das teorias comunicativas, impondo uma reconsideração dos papéis tradicionalmente atribuídos a cada um dos agentes envolvidos nos processos enunciativos. Esses agentes passam a ser vistos, não mais nas posições estanques de emissor e de receptor, mas de co-participantes (ou co-enunciadores) nos processos de elaboração discursiva.

Considerando que a dialogização do discurso dá-se, em duas principais linhas (BAKHTIN, 1988a, p. 91) – a relação dialógica para com o discurso de outrem no objeto e a relação dialógica para com o discurso de outrem na resposta antecipada do ouvinte – Bakhtin enfatiza que:

O ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como é representado como parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da lingüística geral, não corresponde ao protagonista real da comunicação verbal (BAKHTIN, 2000d, p. 291).

¹² Bakhtin faz uso dos termos aqui propostos, quando se refere a: (a) uma *monossemia* vazia que pode se fazer presente no interior da polissemia semântica (1988, p. 175); (b) à *bissemeia* do discurso bivocal, cuja dialogicidade interna a tornaria prenhe de um diálogo (1988, p. 132); e à pluriacentuação como problema estreitamente relacionado com o da *polissemia*. (1997b, p. 107).

Protagonista que é desdobrado, pelo autor, em vários outros possíveis, quando ele afirma que o ouvinte pode ser:

[...] o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos, etc.; pode ser, até de modo absolutamente indeterminado, o *outro* não concretizado. (BAKHTIN, 2000d, p. 320-321).

Esse “outro não concretizado” parece equivaler ao que Bakhtin/Voloshinov chamam de ouvinte “imanente” ou “idealizado”, afirmindo a esse respeito:

O ouvinte [...] é entendido aqui como o ouvinte que o próprio autor leva em conta, aquele a quem a obra é orientada e que, por consequência, intrinsecamente determina a estrutura da obra. Portanto, de modo algum nós nos referimos às pessoas reais que de fato formam o público leitor do autor em questão. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 205)

A concepção de um ouvinte que pode ser situado, ao mesmo tempo, em dois diferentes planos ou dimensões (um plano interior, na antecipação, pelo enunciador, de uma resposta possível, e um plano exterior, no “por-vir” que se concretiza através da resposta concreta do destinatário) significa que o discurso trabalha, simultaneamente, em um campo de interlocução direta – marcado pela exotopia de um ouvinte efetivo – e em um campo dialógico atravessado pela questão da alteridade constitutiva, abrindo espaço à instauração de um ouvinte imaginário (o “ouvinte idealizado”) que pode, segundo Bakhtin/Voloshinov, ocupar posições diversas no interior do enunciado.

A categoria do ouvinte idealizado é inicialmente invocada por Bakhtin/Voloshinov, em 1926, nas posições de *testemunha* ou *aliado* (1981, p. 196). Posteriormente, em 1929, ao analisar a obra de Doistoiévsky (1997a, p. 53-55), Bakhtin defende que a personagem dostoievskiana não é uma imagem objetiva, mas um discurso pleno, uma voz pura que “ora fala para si, ora se dirige a uma espécie de ouvinte invisível, a

algum *juiz*'. Finalmente, em seu ensaio *A estrutura do enunciado*, de 1930, Bakhtin/Voloshinov ampliam o leque das posições que podem ser atribuídas a esse segundo participante, ao afirmar que “o ouvinte virtual pode assumir os papéis diversos de *aliado*, de *testemunha*, de *simpaticante* ou de *juiz*” (1981, p. 296).

Tanto a categoria do *ouvinte efetivo* quanto os diferentes tipos nos quais se desdobra o *ouvinte idealizado* foram utilizados na análise que faço dos textos coletados, facilitando a evidenciação dos diferentes posicionamentos presentes na relação dialógica ali instaurada.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

As noções de *posição* e de *posicionamento* atravessam grande parte da produção teórica da Análise de Discurso Francesa (ADF), noções estas que vão sofrer constantes deslocamentos no interior desse campo de pesquisas. Se, como afirma Maingueneau (2006, p. 14), a “*posição*” da qual fala Pêcheux nas primeiras fases da ADF se inscreve no espaço da luta de classes e a idéia mais recente de posicionamento se define no interior de um campo discursivo a partir do chamado “*ponto de vista*”, parece possível associar a questão da *posição* à noção althusseriana do “*lugar-tenente*” (lugar ideologicamente dado e assumido pelo sujeito), enquanto que a idéia de *posicionamento* abrangeira toda uma multiplicidade de pontos de vista, implicando a presença simultânea de posições diversas assumidas no e pelo discurso.

A passagem historicamente verificável no campo da ADF do uno para o múltiplo, do fechado para o aberto, do acabado para o inacabado, dá-se, sobretudo através da revisão

crítica ali realizada no que diz respeito à noção foucaultiana de “formação discursiva”.

Categoría basilar na primeira fase da ADF, a formação discursiva (FD) – descrita por Michel Foucault (1987, p. 124) como “sistema enunciativo geral ao qual um grupo de performances verbais obedece” – determina, nos termos de Pêcheux, tudo o que “pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”. O próprio Foucault, entretanto, chega paradoxalmente à conclusão de que as FDs não podem ser reduzidas a um simples princípio de unidade, ou ainda que este princípio de unidade só pode ser explicado pela *regularidade na dispersão*, afirmando a esse respeito que “uma formação discursiva não desempenha o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela [...]coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos” (1987, p.82).

Já no campo específico da ADF, como explica Authier-Revuz:

À reflexão crítica de Pêcheux sobre a ideologia (e o discurso que a realiza) “não podendo de forma alguma ser compreendido como bloco homogêneo, idêntico a si mesmo”, responde uma série de trabalhos que, confrontados ao real da discursividade, demonstram, na prática da análise de discursos específicos, que a circulação dos enunciados não obedece a simples regras de remissão a uma FD (formação discursiva). (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 258).

As formações discursivas passam a ser vistas – em um longo processo de revisão crítica, ao qual Authier-Revuz refere – como não mais isoláveis do seu exterior, mas sob a dependência do interdiscurso, de um “dito em outro lugar” que atravessa o dizer e o constitui:

Será necessária uma série de reflexões teóricas e de trabalhos descritivos para que o princípio do “ça parle” seja verdadeiramente levado em consideração, questionando a homogeneidade das formações discursivas, herdada da primeira etapa, seguido de um questionamento para além da idéia de sua consistência e, finalmente, pondo termo à própria noção de formação discursiva, “desfeita” pelas formas de uma exterioridade interna irredutível à determinação de uma “supermáquina estrutural” interdiscursiva. (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 257).

É justamente o reconhecimento da *primazia do interdiscurso sobre o discurso* que possibilita a criação de uma interface entre os estudos contemporâneos no campo da ADF e a teoria dialógica de Bakhtin.

Para Authier-Revuz:

A progressiva abertura sobre a heterogeneidade discursiva de uma AD fundamentalmente marcada pela exigência de procedimentos descritivos aplicáveis a discursos específicos constitui um ponto de partida para a apreensão concreta do princípio do funcionamento dialógico, tal como posto por Bakhtin. (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 259).

De fato, como já visto anteriormente (p.12), a interdiscursividade encontra-se implícita na noção bakhtiniana do dialogismo. Para Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 98), a enunciação é sempre uma resposta a alguma coisa, mesmo que sob a forma immobilizada da escrita. “Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as”.

O trabalho sobre o discurso consiste, assim, em um trabalho sobre o interdiscurso, espaço da construção de uma memória discursiva partilhada.

O termo “memória discursiva” se funda na idéia de que a memória coletiva é sempre construída no(s) e pelo(s) discurso(s). Nesse sentido, Courtine (citado por POSSENTI, 2004) afirma que a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas¹³. A memória coletiva, calcada nas tensões da luta social, longe de constituir um espaço acabado e cristalizado de saberes armazenados em documentos e em monumentos, é capaz de permitir a constante reconfiguração desses saberes, conferindo uma dinâmica própria à questão do posicionamento.

A esse respeito, diz Maingueneau:

¹³ Moirand (1999) explica que as noções “domínios da memória” e “memória discursiva” foram introduzidas na ADF por Courtine, em 1981, a propósito do discurso político, após uma releitura de *Arqueologia do saber* de Foucault. Nessa perspectiva, o domínio da memória abriga enunciados que, não necessitando mais serem definidos ou discutidos, estabelecem laços de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade e de descontinuidade histórica.

O enunciado de um posicionamento pode ser lido sobre seu “espaço próprio” e sobre seu “anverso”: a primeira face significa a sua pertença a seu próprio discurso e a segunda face marca a distância constitutiva que o separa de um ou de inúmeros outros discursos. Nessa perspectiva, as polêmicas duradouras (duráveis) que se estabelecem a partir dos posicionamentos não veem do exterior de forma contingente, mas constituem a atualização de um processo de delimitação recíproca que está na raiz mesma dos discursos concernentes. Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como se pensa geralmente, de qualquer retorno a ele próprio, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos (MAINGUENEAU 1999, p. 163).

A ADF, assim “reconfigurada em disciplina de interpretação”, ao produzir leituras sistemáticas de seqüências discursivas, constrói “ecos” ou “efeitos de memória”, materializando – como afirma Authier-Revuz (1995, p. 261) – “a hipótese de um espaço interdiscursivo no qual o ‘princípio dialógico’ ganha corpo, ao mesmo tempo em que realiza um deslocamento na questão do sujeito”.

Se o fenômeno da interdiscursividade atesta a natureza heterogênea do discurso, pelo que ele porta de outros dizeres – seja de forma explícita (como na citação em discurso direto), seja implicitamente (como na alusão e no subentendido) –, essa heterogeneidade tem sua origem na própria heterogeneidade do sujeito de discurso. Dito em outras palavras, o discurso é sempre heterogêneo, porque heterogêneo é o próprio sujeito enunciador cindido entre o eu e o outro, entre o consciente e o inconsciente. Nesse sentido, algumas abordagens contemporâneas vêm tentando associar a questão da alteridade lacaniana à visão da alteridade bakhtiniana para explicar o sujeito como efeito de linguagem e as formas de constituição desse sujeito não no interior de uma fala “homogênea”, mas na diversidade de uma fala “heterogênea” por natureza.

Tal associação, entretanto, não é ponto pacífico entre teóricos e/ou pesquisadores. O fato pode ser exemplificado por meio das reflexões de Bakhtin/Voloshinov, que teceram, em *O Freudismo* (1927), uma vigorosa crítica à visão psicanalítica vigente em sua época. Ressaltando que o freudismo (“essa psicologia dos desclassificados” nas palavras dos autores)

teria se tornado a corrente ideológica reconhecida dos mais amplos círculos da burguesia européia, Bakhtin/Voloshinov (2004, p. 91) vêem como motivo ideológico central dessa teoria o fato de que “a consciência do homem não é determinada pelo seu ser histórico, mas pelo ser biológico, cujo aspecto central é a sexualidade”.

Para os autores, esse indivíduo biológico abstrato é, entretanto, uma ficção:

O indivíduo humano só se torna historicamente real e culturalmente produtivo como parte do todo social, na classe e através da classe. [...] Só essa localização social e histórica do homem o torna real e lhe determina o conteúdo da criação da vida e da cultura (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2004, p.11) [grifo dos autores].

A ênfase dada à correlação entre sujeito e classe social, como explica Paulo Bezerra na introdução da tradução brasileira de *O Freudismo*, seria conseqüência do diálogo que Bakhtin/Voloshinov travaram com os condicionamentos ideológicos da época, diálogo esse que teria sido desenvolvido a partir de uma perspectiva marxista com ênfase na socialização do “eu”.

Ainda assim, várias passagens presentes no conjunto da obra bakhtiniana parecem remeter – se não à instância do inconsciente tal como abordada por Sigmund Freud (1856-1939) –, ao fato de que o sujeito de discurso não é senhor absoluto do seu dizer, isto é, não tem o completo domínio do que enuncia, sendo constantemente atravessado por palavras alheias sem que, disso, necessariamente, se dê conta. Disto são exemplos (grifos meus):

O homem nunca coincide consigo mesmo. A ele não se pode aplicar a forma de identidade: A é idêntico a A. No pensamento artístico de Dostoievski, a autêntica vida do indivíduo se realiza como que na confluência dessa divergência do homem consigo mesmo, no ponto em que ele ultrapassa os limites de tudo o que ele é como ser material que pode ser espiado, definido e previsto “à revelia”, a despeito de sua vontade. (BAKHTIN, 1997a, p. 59).

O eu se esconde no outro, nos outros, quer ser o outro para os outros, entrar até o fim do mundo dos outros como outro, rejeitar o fardo do eu único no mundo (o eu-para-mim). (BAKHTIN, 2000b, p. 388).

A bem dizer, na vida, agimos assim, julgando-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente à nossa própria consciência: assim, levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem [...]. Na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos do outro [...]. (BAKHTIN, 2000a, p. 37).

Nossa situação na frente do espelho é sempre deturpada pois, na ausência de um meio de abordagem de nós mesmos, também nesse caso identificam-nos com o outro possível, indeterminado, com cuja ajuda tentamos encontrar uma posição de valores a respeito de nós mesmos; ou seja, é a partir do outro que, mais uma vez, tentamos dar-nos vida e forma. (BAKHTIN, 2000a, p. 52).

Nunca é nossa alma, singular e única, que se encontra expressa no acontecimento-contemplação: sempre se introduz um segundo participante – o outro fictício, o autor não fundamentado e não autorizado; não estou sozinho quando me olho no espelho, estou sob o domínio de outra alma. (BAKHTIN, 2000a, p. 53).

Uma obra, poderosa e profunda, é sob muitos aspectos, inconsciente e portadora de sentidos múltiplos. (BAKHTIN, 2000b, p. 382).

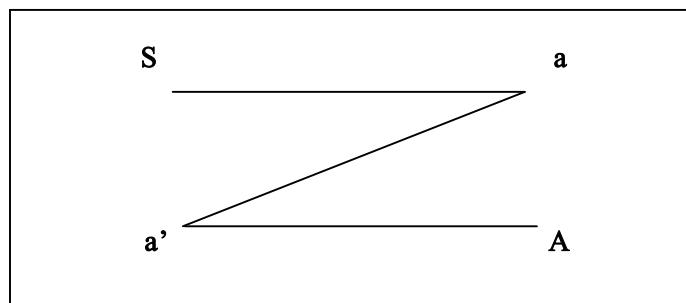
Os excertos acima transcritos parecem apresentar pontos de tangenciamento com aspectos do pensamento teórico desenvolvido por Jacques Lacan (1901-1981), sobretudo no que diz respeito ao que o autor nomeia “Estádio do Espelho” e ao seu famoso “Esquema L”.

As idéias lançadas no ensaio de Lacan intitulado *Le Stade du Miroir comme formateur de la fonction du “Je”*, tratando de um limiar específico do processo de maturação da criança, são apresentadas pelo crítico inglês Terry Eagleton de forma bastante didática:

Se imaginarmos uma criança pequena contemplando-se num espelho – a “fase do espelho”, segundo Lacan – podemos ver o modo como, do interior desse estado de ser “imaginário”, começa a se desenvolver um ego, uma auto-imagem integrada. A criança, que ainda não tem coordenação física, vê refletida no espelho uma imagem gratificantemente unificada de si mesma, e embora sua relação com essa imagem ainda seja do tipo “imaginário” – a imagem no espelho é e não é ela mesma, uma confusão de sujeito e objeto ainda prevalece – ela inicia o processo de construir um centro do eu. [...] chegamos ao senso de um “eu” vendo esse “eu” refletido de volta para nós mesmos por algum objeto ou pessoa no mundo. Tal objeto é, ao mesmo tempo parte de nós mesmos – nós nos identificamos com ele – e ainda assim não é parte de nós, continua a nos ser estranho. [...] O imaginário para Lacan é precisamente esse reino das imagens, no qual fazemos identificações, mas que, no próprio ato de fazê-las, somos levados a ver mal, e a reconhecer mal a nós mesmos. Quando a criança crescer ela continuará a

fazer essas identificações imaginárias com objetos, e é assim que seu ego será edificado. (EAGLETON, 2001, p. 227).

No que concerne ao “Esquema L”, foi ele apresentado no seminário *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse* (1955) e, em seguida, reapresentado, de forma simplificada, no *Séminaire sur la lettre volée* (1956), com a seguinte forma diagramática:



Esse diagrama pode ser interpretado da forma seguinte:

S = correspondente ao “Eu” (Je), que pode ser reduzido, grosso modo, ao sujeito-indivíduo, na sua singularidade existencial.

a = correspondente a um outro (“l’autre”) que é a auto-imagem desse “Eu”, ou seja, a imagem que o indivíduo tem de si próprio, operando um deslocamento imaginário para uma outra espécie de “eu”, o eu “lugar-tenente” althusseriano ou, em termos lacanianos, o “je-moi” (o eu que é meu).

a' = correspondente ao outro (“l’autre”) ao qual o indivíduo se dirige, mas que é também da ordem do imaginário. Esse outro se instaura a partir do “je-moi” e corresponde àquele que imaginamos que o outro seja a partir do que julgamos que somos.

A = correspondente ao Outro (“l’Autre”) concreto, real, e fundamentalmente inacessível pela via do imaginário (ou do simbólico que é a linguagem), e que constitui a instância do inconsciente.

As linhas que unem o diagrama indicam:

1. a presença de dois movimentos lineares nos eixos horizontais: um movimento que vai do sujeito-indivíduo ao sujeito ‘outro’ que ele imagina ser (de **S** a **a**); e um movimento que vai do outro que se imagina existir para o Outro da ordem do inconsciente (de **a'** a **A**);
2. a presença de um eixo diagonal unindo **a** a **a'** (isto é, unindo o outro que eu imagino ser a um outro que eu creio existente), o qual é designado por Lacan como *eixo do imaginário*.

Cotejando algumas das citações de Bakhtin com os movimentos explicados no esquema L, parece possível considerar que *o homem nunca coincide consigo mesmo* porque é irreversivelmente atravessado por imagens especulares de si próprio e do outro (no movimento que vai de **a** a **a'**); ou ainda que *o eu que quer ser o outro para os outros* realiza o movimento em Z do diagrama, em sua tentativa de mover **S** em direção a **A**, tentativa entretanto atravessada transversalmente pelo eixo do imaginário (de **a** a **a'**).

Deve ser lembrado o fato de que Bakhtin/Voloshinov, restritos ao pensamento freudiano dominante na época, desconheceram os desdobramentos de tal pensamento operados na reflexão teórica de Lacan.

Ao afirmar que “o inconsciente se estrutura como linguagem” ou ainda que “o inconsciente é o Outro”, Lacan insere a instância psíquica no campo do social, o que me leva a concordar com o que Eagleton afirma:

Na verdade, reinterpretando o freudismo em termos de linguagem,atividade eminentemente social, Lacan nos permite explorar as relações entre o inconsciente e a sociedade humana. Uma maneira de descrever sua obra é dizer que ela nos faz reconhecer que o inconsciente não é uma região pulsante, tumultuada, particular, “dentro” de nós, mas um efeito de nossas relações com os outros. O inconsciente está antes “fora” do que “dentro” de nós – ou melhor, ele existe “entre” nós, como existem as nossas relações. (EAGLETON, 2001, p. 239).

Assim, onde Todorov (citado por DAHLET, 1997, p. 64) afirma que para Bakhtin “no fundo do homem não está o ‘*id*’, mas o ‘*outro*’”, é possível complementar afirmando que,

para Lacan, o *id* é o “*Outro*”. Se para Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 52), a palavra corresponde ao “fundamento e base da vida interior, pois a sua exclusão reduziria o psiquismo a quase nada”, de modo semelhante para Lacan (citado por DOR, 1989, p. 103), é impossível dissociar a palavra da atividade psíquica: “a linguagem é condição do inconsciente. [...] O inconsciente é a aplicação lógica da linguagem: com efeito, não há inconsciente sem linguagem”.

Nesse contexto, Louis Althusser (1993, p. 96) considera que, quando Lacan afirma que “o inconsciente se estrutura como uma linguagem”, ele não diz, absolutamente, que o inconsciente seja a linguagem ou uma linguagem. Trata-se, segundo Althusser, de uma semelhança de estrutura. O que significa dizer que “não é possível reduzir a teoria do inconsciente a um capítulo ou a um subcapítulo de lingüística geral”, assim como não me parece possível reduzir a lingüística a um estudo sobre o inconsciente.

Considero que psicanálise e lingüística, trabalhando cada uma no seu campo específico de conhecimento, apresentam pontos de convergência que permitem à ADF realizar a sua aproximação. A esse respeito, diz Michel Arrivé:

Lingüística e psicanálise têm ambas que ver com a linguagem. Constituem então dois domínios contíguos. O problema que de início se levanta é o da fronteira que as separa: intransponível muralha da China – como dizem às vezes? Ou frágil treliça? Para instalar-me na metáfora, prefiro descrevê-la como um biombo ao mesmo tempo poroso e trespassado de aberturas. (ARRIVÉ, 994: xxii).

Segundo Faraco:

Mesmo recusando, Voloshinov sente-se atraído (e desafiado) pela “descoberta freudiana” [...] Por outro lado, o pesado discurso marxista [...] pode velar as qualidades polêmicas do texto de Voloshinov [referência ao livro *O Freudismo*] e impedir, quase oitenta anos depois de sua publicação e considerando a história posterior da psicanálise, um diálogo produtivo entre a concepção de linguagem do Círculo e as teorias do inconsciente. Um tal diálogo adquire particular interesse na atual conjuntura dos estudos lingüísticos, em que as teorias que propuseram uma incorporação teórica do inconsciente psicanalítico na análise da linguagem, embora tenham contribuído para uma relevante problematização do dizer e de suas

significações, não foram ainda muito além das genéricas declarações de princípio – talvez porque o inconsciente mais se esconde do que se revele. Saber se há, de fato, incompatibilidade epistemológica entre um olhar bakhtiniano e um olhar psicanalítico é tema complexo [...]. Entendemos ser uma questão pertinente um eventual diálogo entre esses dois mundos, em especial considerando que ambos os olhares pressupõem a alteridade, a heterogeneidade, o conflito, a singularidade e, em especial, a linguagem – mesmo que em planos teóricos diferentes. (FARACO, 2003, p. 84-85).

De modo semelhante, Brait, ao mesmo tempo em que ressalta que a alteridade lacaniana tem suas raízes no inconsciente não devendo ser confundida com a alteridade como concebida por Bakhtin, afirma:

Isso não significa, entretanto, que não se possa, sem confundir as duas concepções, trabalhar o outro bakhtinianamente enquanto ideologia e lacanianamente como inconsciente, assegurando na linguagem os possíveis pontos de diálogo (BRAIT, 2001: 17).

A questão da delimitação entre o psíquico e o ideológico foi objeto de uma importante reflexão de Bakhtin/Voloshinov, ao considerarem que, ao se partir de uma correlação entre o “individual” e o “social”, extrai-se a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social. Esta concepção seria, segundo os autores, radicalmente falsa, uma vez que *social* está em correlação com *natural* (e não com *individual*), como eles explicam:

Não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos da sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Assim, o conteúdo do psiquismo individual é, por natureza, tão social quanto a ideologia e a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos seus direitos é ideológica, histórica e internamente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior. [...] Estas duas acepções da palavra individualidade (o indivíduo natural e a personalidade) são habitualmente confundidas, o que faz com que se constate geralmente, na reflexão da maior parte dos filósofos e psicólogos, um *quartenio terminorum* ora se considera uma acepção, ora ela é substituída pela outra. [...] Meu pensamento, desde a origem, pertence ao sistema ideológico e é subordinado a suas leis. Mas ao mesmo tempo, ele também pertence a um outro sistema único, e igualmente possuidor de suas

próprias leis específicas, que é o sistema do meu psiquismo (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997a, p. 58-59).

Individual e *social* não se encontram, portanto, em relação opositiva no pensamento teórico de Bakhtin/Voloshinov. Muito pelo contrário, ambas as categorias são consideradas nas reflexões dos autores, sobretudo em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, por meio da discussão ali lançada acerca da inevitável imbricação do discurso da vida cotidiana com o chamado “discurso interior”. Essa imbricação, como já comentado, é aprofundada e desenvolvida na análise que Bakhtin realiza da produção literária de Dostoievski, onde o filósofo enfatiza a originalidade do escritor russo ao colocar no mesmo plano enunciativo as múltiplas vozes que atravessam o discurso de seus personagens, revelando, desta forma, os embates ali travados a evidenciarem os inevitáveis pontos de diálogo que se estabelecem entre o indivíduo na sua singularidade existencial e a assunção de sua posição de enunciador, isto é, de agente do seu próprio discurso.

Alguns aspectos desse possível diálogo entre *ideologia* e *psiquismo*, ou, mais especificamente falando, entre a noção de alteridade lacaniana e aquela do dialogismo bakhtiniano, encontram-se desdobrados em Authier-Revuz, nos estudos por ela empreendidos tendo por tema central a questão da heterogeneidade enunciativa.

3 ALTERIDADE E HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVAS

Authier-Revuz parte da irrefutabilidade do caráter heterogêneo do discurso para realizar um estudo detalhado das formas pelas quais essa heterogeneidade se manifesta e pode ser linguisticamente apreensível no corpo dos enunciados. Como ponto de partida para o desenvolvimento da sua teoria, a autora considera a existência, em todo discurso, de dois

níveis distintos de heterogeneidade, aos quais ela dá os nomes de *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada*.

A *heterogeneidade constitutiva* diz respeito à alteridade intrínseca ao discurso, a qual pode ser percebida fazendo uso de construtos teóricos exteriores à lingüística, quais sejam o dialogismo bakhtiniano e a visão psicanalítica lacaniana do sujeito. Já a *heterogeneidade mostrada* corresponde, nas palavras da autora, a formas de “negociação” do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do discurso, detectável na linguagem e passível de uma análise lingüística. Assim, essas formas de heterogeneidade correspondem a duas diferentes dimensões, solidárias entre si, ambas presentes no interior das práticas discursivas.

Questionando se a descrição propriamente lingüística das formas manifestas da presença do outro não estariam desgastadas em relação à constatação de que o outro é sempre onipresente no discurso e ali está em toda parte, Authier-Revuz conclui que a questão da heterogeneidade constitutiva, instaurando *um outro que atravessa constitutivamente o um*, não pode prescindir de uma ancoragem no exterior do puramente lingüístico, razão pela qual ela faz uso de duas abordagens não-lingüísticas (o dialogismo do Círculo de Bakhtin e a psicanálise a partir de uma leitura de Freud marcada pelas reflexões de Lacan), para indicar as linhas diretrizes de uma articulação entre a heterogeneidade constitutiva da palavra e a heterogeneidade mostrada que depende da descrição lingüística.

Ressaltando o fato de que a psicanálise demonstre – na interpretação lacaniana de Freud – que sob nossas palavras “outras palavras” sempre são ditas, Authier-Revuz (2004a: 69) considera que a teoria da heterogeneidade só pode ser pensada a partir de uma teoria do *descentramento do sujeito*¹⁴.

¹⁴ Segundo a teoria do “descentramento do sujeito”, como explica Helena Magamine Brandão (1995, p. 55-56): (1) *O sujeito é dividido, clivado, cindido*: ele não é uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano; (2) *o sujeito é descentrado*: o “eu”

Tal posicionamento teórico remete à teoria do sujeito contemplada na ADF, cujas raízes remontam à categoria do assujeitamento, de Althusser. Mas, diferentemente da ênfase dada por aquele autor à questão da sobredeterminação ideológica como elemento estruturador do fantasma da “ilusão de um centro”, Authier-Revuz destaca a “necessidade”, normal e permanente, da criação desse “centro”¹⁵, o que se dá através de um constante processo de negociação com um conjunto de não-coincidências nem sempre detectadas ou conscientemente reconhecidas pelo sujeito-enunciador.

Essas não-coincidências podem ser distribuídas, segundo Authier-Revuz, em quatro diferentes campos: o da *não-coincidência interlocutiva*, o da *não-coincidência entre as palavras e as coisas*, o da *não-coincidência das palavras com elas próprias*, e o da *não-coincidência do discurso consigo mesmo*, cada um desses campos implicando um conjunto de formas específicas – ainda que não exaustivamente inventoriáveis – de enunciação.

A *não-coincidência interlocutiva* dá forma ao irrepresentável da distância estrutural, irreduzível, que afeta a comunicação entre dois sujeitos criando um “mal entendido” constitutivo. A *não-coincidência do discurso consigo mesmo* é associada pela autora ao que designa no discurso as palavras do outro, criando uma espécie de geografia “interior” (palavras próprias) *versus* “exterior” (palavras alheias), geografia esta que, tentando reafirmar as fronteiras de um discurso próprio, atesta, entretanto, que cada palavra recebida de “fora” é saturada de um já-dito, que a nutre e a despossui. A *não coincidência entre as palavras e as coisas* vincula-se às figuras de (in)adequação da nominação – confirmada, questionada ou rejeitada – assumindo a feição de uma distância local, acidental que surge no

assume a função de manter a ilusão de um centro; e (3) o *sujeito é efeito da linguagem*: ele é visto como uma representação que depende das formas da linguagem que ele enuncia e que na realidade o enunciam.

¹⁵ Authier-Revuz (2004a, p. 65-69) cita Roudinesco (1977), para ressaltar que se o sujeito é descentrado, dividido (e não “desdobrado”), nem por isso ele desaparece. Ele enuncia, permanecendo no fantasma sob a forma do “*Moi*”. É justamente a descoberta do inconsciente que permite mostrar que a ilusão do centro permanece e que ela é inerente à constituição do sujeto. A partir dessa constatação, a autora propõe que o imaginário seja “posto em seu devido lugar”, ou seja, como instância subjetiva encarregada de assegurar a necessária ilusão do UM.

dizer. A *não coincidência das palavras com elas mesmas* equivale ao espaço das figuras do equívoco, rejeitando ou acolhendo a palavra (o sentido) “a mais” da polissemia ou da homonímia.

Às formas de heterogeneidade mostrada a autora dá o nome de “boucles énonciatives”, ressaltando assim o fato de que, de modo semelhante à forma circular de um aro ou de um anel, esses pontos de não-coincidência operam um retorno sobre si mesmos, em um trabalho reflexivo acerca do dizer. Nesses casos, como explica a autora, o signo se impõe como objeto, sendo colocado diante da cena como “personagem” ao qual o dizer faz referência.

Considerando as formas localizáveis de heterogeneidade mostrada não um reflexo fiel, uma manifestação direta da heterogeneidade constitutiva do discurso, mas como afirma Authier-Revuz (2004a, p. 70), “elementos de *representação* – fantasmática – que o locutor (*se*) dá de sua enunciação”, a autora trabalha com as formas do discurso reportado e da modalização autonímica para realizar uma dupla abordagem do fenômeno discursivo a partir das representações ali existentes do “discurso outro” (o discurso acerca do qual se fala) e do “outro do discurso” (o discurso a partir do qual se fala).

Assim, segundo Authier-Revuz (2004a, p. 12), a heterogeneidade mostrada pode ser localizada: (a) na inscrição de outros discursos no interior da enunciação de um locutor único, caso em que um certo número de formas lingüisticamente detectáveis inscrevem, em sua linearidade, o *outro* (o outro do discurso relatado); (b) quando o locutor é usuário e observador das palavras que utiliza, ou seja, ele menciona fazendo uso e faz uso mencionando (dando origem, assim, a diferentes formas de conotação autonímica).

Ao longo de seu trabalho de pesquisa, Authier-Revuz vai substituir o termo *conotação autonímica*, proposto por Rey-Debove (1978), por aquele de *modalização autonímica* (MA). Para Rey-Debove, como explica a autora, há conotação autonímica quando

o enunciador faz *uso de uma menção*. Dito em outras palavras, enquanto a autonímia simples caracteriza-se pela presença explícita de uma *menção*, na conotação autonímica as palavras não são apenas mencionadas, mas são também usadas conotativamente pelo locutor. A nova abordagem proposta por Authier-Revuz, a partir da concepção de modalização autonímica permite inserir a questão no campo da discursividade propriamente dita, ressaltando a sua dimensão enunciativa quanto forma de comentário reflexivo que “opifica” um ponto do dizer e o modaliza.

Em minha pesquisa, a categoria da modalização autonímica revelou-se produtiva, sobretudo no que diz respeito à questão da orientação dialógica em direção ao objeto do discurso. A presença de uma constante “duplicação” do objeto de discurso, isto é, a sua colocação em par (*couplage*), em um processo de justaposição meta-enunciativa, equivale, no caso, a uma forma peculiar de modalização autonímica. Isto porque, diferentemente, do modelo clássico de MA, não existe, nesse tipo de construção, um elemento autonímico ou metalingüístico unívoco. Quando muito, se pode registrar a presença de um marcador de reformulação (gramatical – tal como *isto é, quer dizer, ou melhor* – ou tipográfico – *italico, aspas, sinais de pontuação*). Mas muitas vezes esse próprio marcador se faz ausente e, nesses casos, é o segundo termo do par que opacificando o dizer, tem função autonímica.

A localização da presença da MA resulta, portanto, mais de um trabalho interpretativo da relação interpresa entre os termos do par (*X* e *Y*), implicando o reconhecimento ali de dois dizeres, de dois diferentes pontos de vista sobre um mesmo objeto, calcados em uma relação implícita de identidade referencial.

Authier-Revuz se refere ao fenômeno da *multi-nominação* – presente em cada um dos quatro campos de não-coincidência elencados – para explicar o uso enunciativo de duas palavras para uma mesma coisa, fazendo com que uma dessas palavras opere um retorno sobre a outra. Para Authier-Revuz (2000), a forma visível de um “dois” sob o espaço de uma

mesma nominação realiza o encontro de dois territórios discursivos postos em contato na cadeia significante sob a forma teatral de um diálogo a duas vozes.

As bases teóricas por mim escolhidas privilegiam, em síntese, os aspectos dialógicos dos processos enunciativos, a primazia do interdiscurso sobre o discurso, e a alteridade inerente à própria constituição de um sujeito permanentemente atravessado pela heterogeneidade em seu dizer. Esses princípios basilares, apresentados como categorias isoladas, vão naturalmente superpor-se no trabalho de análise realizado, demonstrando, na prática, os pontos de contato entre eles existentes.

A concepção dialógica de Bakhtin, contemplando diferentes níveis, diferentes formas, e diferentes graus de dialogismo, conduz, inevitavelmente, a uma reflexão sobre o fenômeno da interdiscursividade como ponto nodal para a compreensão do *continuum* da interação verbal, onde um enunciado é visto como elo integrante de uma complexa cadeia de enunciados, e remete, consequentemente, à multiplicidade das vozes ali presentes, pondo em relevo a questão da heterogeneidade enunciativa.

Os lugares de emergência das múltiplas vozes em confronto nos textos estudados são vistos, desta forma, como espaços dinâmicos, inacabados, cada texto escolhido complementando ou respondendo, de certa forma, a outro. O que significa dizer, com Maingueneau (1984), que, nesse caso, a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos na construção do corpus de trabalho.

II – MODELO METODOLÓGICO

1 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS

O corpus de trabalho de minha pesquisa foi construído através de uma coleta sistematicamente feita de textos publicados na imprensa escrita acerca da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), abrangendo o período de janeiro de 1999 (ano de criação legal daquele órgão público) a dezembro de 2004.

Essa coleta inicial tomou por parâmetro a presença, nos textos, de qualquer forma de citação à Abin e tentou cobrir a maior quantidade possível de matérias difundidas nos jornais. Utilizei como principal fonte de consulta a rede mundial de computadores (Internet), mas, sem adentrar nas questões relacionadas à *hipertextualidade*, o critério de seleção das matérias jornalísticas foi o fato de terem sido produzidas originalmente para jornais impressos e neles veiculadas. A pesquisa que realizei através da internet me permitiu uma coleta mais ágil e de maior amplitude, resultando na obtenção de um conjunto de 968 textos, os quais foram dispostos em uma grade esquemática¹⁶ a partir dos critérios de (a) data de publicação; (b) assunto ou tema dominante; (c) gênero textual; (d) órgão de difusão.

A leitura feita desse conjunto de textos evidenciou, logo de início, a necessidade de realizar um trabalho de “enxugamento” capaz de transformá-lo em *corpus de trabalho*,

¹⁶ A referida grade integra o anexo do presente trabalho.

tomando por base as noções descritas por Maingueneau (1984)¹⁷ de *universo discursivo*, e *espaço discursivo*:

Chamaremos de “universo discursivo” ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Este universo discursivo constitui e representa necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados, os “campos discursivos”.

Por este último termo, é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. “Concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto, quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramatúrgico, gramatical etc,... Esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. Como era de esperar, a delimitação de tais campos não tem nada de evidente, não basta percorrer a história das idéias para vê-las oferecerem-se por si mesmas à apreensão do analista.

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e fazemos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e eles não se situam todos necessariamente no mesmo plano. Não é possível, pois, determinar a priori as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo. É-se então conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação (MAINGUENEAU, 1984)

Muito embora a noção de formação discursiva não seja utilizada no presente trabalho, a distinção entre *universo*, *campo* e *espaço* discursivos me pareceu produtiva no processo de organização do material obtido.

Tentei, assim, delimitar o espaço discursivo passível de análise, levando em conta, para isso cada um dos tópicos da grade esquemática acima referida, na busca de um modelo metodológico adequado ao trabalho de análise a ser realizado.

¹⁷ Algumas das citações feitas ao longo dessa tese fazem referência apenas ao ano de publicação da obra citada em virtude da sua obtenção por meio eletrônico (Cf. referências bibliográficas às pp. 211-216).

1.1 O CRITÉRIO CRONOLÓGICO

O critério cronológico correspondeu ao primeiro tipo de recorte efetuado, consequência natural da própria ordem de aparecimento das notícias¹⁸ em uma linha de tempo previamente delimitada (1999 a 2004). Pude observar assim a presença de uma grande concentração de matérias nos anos de 2000 e 2004 (274 e 330 matérias, respectivamente), enquanto que nos outros anos a quantidade de notícias coletadas decresceu significativamente (1999: 118 matérias; 2001: 98; 2002: 84; 2003: 64). Observei que o ano de 2000 corresponde, justamente, ao primeiro ano de existência e atuação legal do novo órgão de inteligência, enquanto o ano de 2004 foi marcado pela divulgação de fotos tidas como sendo do jornalista Vladimir Herzog, morto à época da ditadura militar, o que deu origem a uma multiplicidade de matérias tecendo análises comparativas entre o modelo do serviço de inteligência atuante à época da repressão e a Abin em sua atual configuração.

Observei ainda que a eclosão de um dado acontecimento no contexto social, exigindo da mídia a sua “cobertura” imediata, não chega, entretanto a criar uma linearidade temática. Antes, o tratamento discursivo dado ao evento evoca, quase sempre, épocas passadas, acontecimentos anteriores, fazendo do interdiscurso o espaço privilegiado do processo enunciativo, o que significa dizer que a relação existente entre os temas tratados na imprensa e o momento do seu surgimento longe de corresponder a um processo linear, dá-se de forma fragmentada, permitindo retomadas, justaposições, e recomposições que dão aos enunciados o caráter de *dispersão* de que fala Foucault:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. (FOUCAULT, 1987, p. 29).

¹⁸ O termo “notícia” aqui é tomado em sua acepção mais ampla, como sinônimo de matéria jornalística e não como gênero específico.

Se o critério cronológico me foi produtivo no sentido de efetuar um recorte incial, delimitando fronteiras para o vasto campo discursivo da Abin na imprensa, foi necessário, entretanto, recorrer a outras formas de abordagem, a outros critérios, para realizar escolhas metodológicas mais objetivas.

1.2 TEMAS E OBJETOS DE DISCURSO

No âmbito jornalístico, a noção de tema remete à idéia de “cobertura de um fato”. Mas a idéia de que notícias sejam “puros registros de fatos” obscurece, segundo Abramo (citado por MORAES, 2004), a questão de que não é possível revelar fatos em si. É nessa mesma perspectiva que Verón afirma:

Os acontecimentos não são, em si mesmo, *faits divers*, não pertencem tampouco, por si sós, à ordem do político, do econômico etc. É o tratamento discursivo que *os constrói* como tais. De acontecimentos “por si sós” não sabemos nada. (VERÓN, citado por HAMMES RODRIGUES, 2001:136).

Adotando ponto de vista semelhante, de que os fatos não “falam por si”, eles são por mim vistos como “*acontecimentos discursivos*” em torno dos quais se organiza um arquivo (tudo o que se passa a dizer – ou que se pode recuperar de datas anteriores em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas etc., como explica Sírio Possenti (2004)). Nessa mesma perspectiva, Hammes Rodrigues ressalta que os eventos motivadores da emergência do artigo (termo aqui ampliado para toda e qualquer matéria jornalística) são *acontecimentos discursivizados*, ou seja, são fatos ou conjuntos de fatos que, por sua atualidade e interesse social, tornam-se temas de circulação da comunicação sócio-discursiva.

Vendo no *tema* um dos três aspectos subentendidos que formam a parte extraverbal do enunciado, juntamente com o *espaço* e *tempo* do evento e a *posição dos*

interlocutores diante do fato (ou seja, *a avaliação*), Bakhtin/Voloshinov (1981, p. 302) o definem como sendo fundamentalmente “aquilo de que se fala”. Essa noção vai ser desdoblada ao longo da obra bakhtiniana, apontando para duas direções: a primeira delas enfoca diretamente o evento discursivamente construído, enquanto a segunda faz do(s) protagonista(s) de tais eventos – o *herói*, nas análises que Bakhtin realiza do discurso romanesco – o principal objeto de discurso. Desta forma, o tratamento discursivo de um tema pode significar tanto falar de “*fatos*” como do *herói* que os personifica, dando origem a dois tipos de referente a ocuparem o primeiro plano da cena enunciativa, não isoláveis entre si, mas aclarando-se mutuamente.

Como afirma Bakhtin:

As relações de reciprocidade entre os heróis são criadas pelo enredo e concluídas pelo próprio enredo. As autoconsciências e as consciências desses heróis enquanto seres humanos não podem contrair entre si quaisquer relações extratemáticas que tenham a mínima importância. [...] Herói e enredo são feitos de um mesmo fragmento. (BAKHTIN, 1997a, p. 104).

Nos textos coletados acerca da Abin, observei que a instituição ocupa diferentes lugares no plano enunciativo, ora correspondendo ao principal objeto da matéria, ou seja, ocupando a posição do herói, ora simplesmente acompanhando a narração e o comentário de fatos ocorridos. A partir de tal constatação foi possível construir uma grade com os tópicos seguintes:

TEXTOS QUE TÊM POR REFERENTE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA NA POSIÇÃO DO HERÓI		TEXTOS QUE TÊM POR REFERENTE FATOS DIVERSOS INSERINDO A ABIN NO ENREDO DISCURSIVO	
Processo de Criação da Abin	34 textos	Arquivos Secretos	148 textos
Estrutura Organizacional da Abin	171 textos	Ações de Espionagem	285 textos
Missão Institucional da Abin	112 textos	Atos de Corrupção	20 textos
		Acompanhamento de Movimentos Sociais	57 textos
		Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado	17 textos
		Ameaças Terroristas	25 textos
		Eleições – Sistema de Urnas Eletrônicas	35 textos
		Denúncias de Tortura	51 textos
		Políticas Públicas	13 textos

Cruzando a distribuição temporal dos textos com a sistematização acima feita dos objetos de discurso, observei que os temas desenvolvidos a partir da figura do herói portavam uma certa regularidade cronológica, isto é, se apresentavam distribuídos ao longo de todo o recorte temporal por mim efetuado, enquanto os temas explorados a partir de fatos específicos eram freqüentemente abordados em matérias pontuais, presentes numa faixa de tempo limitada, a receberem maior ou menor ênfase tanto em função da natureza do evento abordado como do momento político da sua aparição na imprensa. É assim, por exemplo, que o tópico “espionagem” se desdobra em subtópicos diversos, tais como o *Caso BNDES*, o *Caso Lunus*, as duas diferentes ações de suposta *Espionagem no Planalto*, etc. De modo similar, o tópico “tortura” se desdobra nos casos *Del Menezzi*, *Bizerril*, *Campello*, e assim por diante.

Por outro lado, alguns tópicos relacionados a eventos específicos, muito embora tenham sido timidamente difundidos quando lançados na imprensa (como é o caso, por exemplo, daquele que trata de uma possível vinculação entre as FARCs e o PT, representado por uma nota de coluna em 2002 (texto 64/2002) e por uma carta de leitor em 2004 (texto 9/2004)), passam a ganhar, em seguida, os holofotes das mídias tornando-se largamente

explorados na produção de notícias¹⁹. É bem verdade que muitos deles têm vida breve no espaço da imprensa, seja porque correspondem a eventos esporádicos, com limites temporais precisos (como é o caso do tópico *Urnas Eletrônicas*, que eclodiu quando da realização das eleições para prefeito em 2000) seja porque a própria emergência de novos temas no meio social opera um deslocamento de foco nos jornais, sensíveis que são à ideologia do cotidiano e à deriva da opinião pública.

Essa irregularidade distribucional observada, esse jogo de luzes e sombras a que os eventos são submetidos nos processos de construção discursiva remete à idéia foucaultiana dos sistemas de dispersão de enunciados e demonstra que no campo jornalístico, os textos produzidos se entrecruzam, se expandem, se desdobram e se renovam continuamente. Ao mesmo tempo, uma única matéria pode apresentar, em seu interior, diversas facetas, diversos fios temáticos, fazendo com que ao tentar “arrumá-la” em um grupo temático específico, se corra o risco de empobrecer a percepção dos múltiplos efeitos de sentido ali criados. Esse é o caso, por exemplo, do subtópico *Caso Herzog*, em relação ao qual se pode perguntar em que grupo temático colocá-lo de forma precisa: vincula-se ele mais diretamente à prática da tortura ou ao clamor pela abertura dos arquivos secretos e à conseqüente polêmica engendrada a respeito do assunto? Esses textos se desenvolvem, na realidade, a partir de ambas as vertentes, de forma simultânea e de tal modo que nenhuma delas pode ser considerada como a determinante. A grande quantidade e variedade de notícias difundidas acerca de um mesmo evento findam por criar uma complexa teia discursiva na qual se inserem múltiplos dizeres refletindo e refratando vários pontos de vista, o que me leva a considerar que, como diz Stam (1992, p. 28), o discurso verbal, finalmente, não é uma representação mimética de eventos, mas uma reação (para mim, sempre axiológica) aos mesmos.

¹⁹ O tema de uma suposta ajuda financeira dada ao Partido dos Trabalhadores pelas FARC foi largamente explorado pela mídia no decorrer do ano de 2005, em notícias diversas publicadas nos principais jornais do País.

Nesse sentido, a idéia desenvolvida por Maingueneau de uma *semântica global*, revelou-se produtiva no que diz respeito à compreensão do(s) objeto(s) de discurso construído(s) nos textos coletados.

Como afirma Maingueneau (e eu grifo),

Os textos estão destinados a construir redes de sentido que especifiquem uma relação global com o mundo através de um conjunto de temas que eles devem integrar, a articular elementos que estão engrenados às regiões mais diversas. [...] Os temas mais importantes são aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico. [...] Mesmo se se tenta torná-la menos grosseira com instrumentos estatísticos, a confrontação de listas dos temas de diferentes discursos constitui em si um procedimento completamente insuficiente. Como no caso do vocabulário, o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico. (MAINGUENEAU, 1984).

Essa semântica global – a qual, segundo Maingueneau, nada tem a ver com o significado dicionarizado das palavras nem com os sentidos literal ou figurado das proposições –, pode ser associada à idéia bakhtiniana dos “motivos”, introduzida por esse autor (1988, p. 222) quando ele analisa os elementos constitutivos do enredo no romance.

Bakhtin ressalta a importância de que se leve em conta os *motivos* presentes em um enredo e cita, a título de exemplo, os motivos do “encontro”, da “despedida”, e da “perda”, dentre outros.

Trasladando essa concepção para o âmbito de minha pesquisa, a diversidade de questões ali tratadas parece remeter a três motivos básicos – explicativos ou justificativos da própria atividade de inteligência –, quais sejam os motivos da *visibilidade*, da *efetividade* e da *credibilidade* que se deva atestar a um serviço secreto²⁰.

²⁰ Marco Aurélio Cepik (2003: 4-5) aborda a mesma questão – ainda que dentro de uma ótica diferente –, ao tratar do binômio “agilidade/transparência”, em seu questionamento acerca da possível (ou impossível) interface entre *atividade de inteligência* e *regime democrático*. O termo “agilidade”, tal como o autor o emprega, remete ao motivo da *efetividade* enquanto esforço empreendido por um determinado órgão para tornar-se estável e eficiente no cumprimento de suas missões. Já no que diz respeito à “transparência” (no sentido de *visibilidade*), o autor ressalta ser ela “um dos requisitos mais valorizados da prática política contemporânea (e a principal promessa não cumprida da democracia)”. O terceiro motivo – o da *credibilidade* – é implicitamente introduzido quando o autor afirma que numa “busca por reconhecimento e valor aos olhos dos cidadãos (o que depende da transparência), não se pode simplesmente contornar o

Esses motivos são constantemente discutidos nos textos coletados, correspondendo, assim, aos três principais eixos norteadores da relação polêmica fundada nos discursos estudados. Os motivos da *visibilidade*, da *efetividade*, e da *credibilidade* formam juntos como que um semantismo global (aqui compreendido na dimensão do *grande diálogo* bakhtiniano) do tema da Abin na imprensa.

Motivos esses que, permeando praticamente todas as matérias jornalísticas analisadas, ganham roupagens formais extremamente variadas abrangendo diferentes tipos ou gêneros de discurso.

1.3 GÊNEROS DISCURSIVOS

Em seu ensaio *Os Gêneros do Discurso*, Bakhtin (2000d, p. 279) ressalta que o uso da língua dá-se sob a forma de enunciados (orais e escritos), que emanam dos integrantes de esferas da atividade humana, e que cada uma dessas esferas de utilização elabora seus “tipos relativamente estáveis de enunciados”. A estes tipos, Bakhtin dá o nome de *gêneros do discurso*.

Entretanto, a estabilidade enunciativa à qual o autor se refere não congela de forma definitiva os modos de dizer por meio de modelos atemporais, acabados, imutáveis. Trata-se de uma estabilidade apenas *relativa*, como o próprio Bakhtin afirma, comportando, consequentemente, variações inesgotáveis em processos de diferenciação “à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

Desta forma, os gêneros do discurso portam em si duas características heterogêneas: ao mesmo tempo em que garantem a repetibilidade de enunciados, dada a sua

problema de forma pragmática, dizendo que a existência de segredos governamentais e de serviços de inteligência constitui exceção a uma regra ou princípio”.

tendência à padronização, carregam uma dose de flexibilidade (plasticidade) que lhes dá abertura para a miscigenação e transformação desses modelos, quando requerido por uma determinada comunidade discursiva no uso cotidiano da língua.

Bakhtin distingue os chamados *gêneros primários* (simples) dos *gêneros secundários* (complexos), distinção esta algumas vezes erroneamente associada àquela existente entre a fala e a escrita.

Na realidade, como ressalta Luiz Antônio Marcuschi (2004) em suas aulas sobre gêneros discursivos, os gêneros primários vinculam-se a uma “esfera discursiva imediata e relações sociais mais diretas”, enquanto os gêneros secundários “aparecem em situações culturais mais complexas da comunicação artística e sóciopolítica”, ambos os gêneros podendo assumir a forma oral ou escrita. Souza-e-Silva (2001, p. 137) também comenta a classificação estabelecida por Bakhtin ressaltando que os gêneros primários ou simples englobam enunciações orais ou escritas produzidas nas trocas espontâneas, cotidianas e pouco institucionalizadas, e que os gêneros secundários ou complexos se produzem em situações institucionalizadas, de natureza cultural ou científica.

No caso de minha pesquisa foi possível trabalhar unicamente com gêneros secundários oriundos de práticas discursivas altamente institucionalizadas.

As práticas discursivas presentes na esfera da atividade jornalística apresentam regras explícitas de formação e transformação de enunciados, em uma tipologia de gêneros já consagrada nos manuais de redação²¹ dos principais jornais brasileiros. Mas tal tipologia, largamente difundida, não é isenta de problemas, assim como não é, também, isenta de problemas a própria noção de gênero no campo dos estudos lingüísticos, muito embora se

²¹ Hammes Rodrigues (2001) define os manuais de redação, ou *style books*, de origem norte-americana, como um conjunto de normas, instruções, procedimentos e recomendações, criados pela redação dos jornais com o objetivo de padronizar a produção dos textos jornalísticos das diversas seções dos jornais e sistematizar o processo da preparação dos textos, para facilitar o trabalho de diagramação e de composição do jornal. No Brasil, o primeiro manual de redação e estilo foi elaborado pelo jornal *Diário Carioca*, na década de 50.

trate de uma noção essencial para as ciências da linguagem. Dóris Cunha (1999) explica que, se ao longo da história, os gêneros foram inicialmente restritos ao âmbito literário abrangendo o *épico*, o *lírico* e o *dramático*, e se na tradição retórica eles foram classificados em cinco grandes formas (*argumentação*, *descrição*, *narração*, *explicação* e *diálogo*), “ambas as classificações, na realidade, não dão conta da dimensão lingüística [dialógica] do problema”. Cunha considera que a teoria bakhtiniana foi talvez a primeira a formular uma definição baseada em critérios enunciativos ligados às condições sociais de produção, tornando-se uma importante referência por introduzir as instâncias reais de uso da língua, ou seja, o contexto da enunciação.

Partindo dessa perspectiva, o estudo dos gêneros apresenta hoje inúmeros desdobramentos decorrentes, em parte, dos diferentes empregos dados ao termo “gênero” no próprio conjunto da obra de Bakhtin. De fato, em *Problemas da Poética de Dostóieievsky* (1929), o autor trabalha com essa noção em diferentes níveis perceptivos: o gênero pode ser entendido como sinônimo de discurso (quando ele faz referência aos *gêneros literário, retórico ou cômico*, dentre outros), pode corresponder a uma orientação específica no interior de um campo discursivo (quando ele analisa, por exemplo, o *gênero parodístico* ou o *gênero da sátira menipéia* no âmbito do binômio *sério-cômico*), e pode, ainda, relacionar-se a aspectos formais de elaboração textual (quando o autor fala de *gênero epistolar, relato de viagem, panfletos*, etc.).

De um modo bastante sintético é possível afirmar que hoje vigoram duas grandes tendências na abordagem da questão do gênero: uma que parte dos seus aspectos formais e outra que considera o gênero mais como prática discursiva do que como estrutura formalmente constituída.

Na primeira vertente, encontra-se o trabalho desenvolvido por Jean-Michel Adam (1997) ao analisar algumas das tentativas feitas para estabelecimento de um esquema

classificatório dos gêneros – principalmente dos gêneros jornalísticos – e ao propor, em seguida, que as unidades redacionais da imprensa escrita sejam estudadas como “esquemas”, isto é, como realidades discursivo-interacionais e lingüístico-textuais.

Na segunda vertente podem ser situadas as formulações de Maingueneau (1999, p. 179) que realizam uma abordagem do gênero a partir da idéia de “posicionamento”, remetendo, segundo o próprio autor, à questão das “modalidades enunciativas” de Foucault – isto é, aos modos de encadeamento discursivo cuja compreensão só é possível levando em conta o lugar institucional de onde provém o discurso e a posição do sujeito enunciador.

No processo de seleção dos textos a integrarem o meu corpus de trabalho, ambas as abordagens revelaram-se produtivas e, de certa forma, complementares entre si.

Interessou-me, sobretudo, o fato de que Adam enfatize a necessidade de que se leve em consideração as tipologias genéricas formuladas no campo específico da atividade jornalística. Para esse autor (1997, p. 7), “é necessário levar em conta e até mesmo partir das categorizações práticas já existentes, definidas pelos especialistas da imprensa escrita e pelos profissionais e usuários da formação discursiva considerada”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Sophie Moirand (2003), ao tratar das interrogações do analista de discurso frente a seu corpus, faz observar que, se a questão dos gêneros permite construir uma grade provisória de tipos e categorias, quando se tenta articular formas lingüísticas com funcionamentos sociais (objetivo maior das ciências da linguagem), é-se obrigado a abandonar os critérios que se ligam aos grandes setores da atividade social e a levar em conta os gêneros, tais como eles são identificados, reconhecidos e nomeados pelos sujeitos que atuam em um dado domínio discursivo.

Nessa perspectiva, ainda que ciente da incompletude e da fragilidade de qualquer tentativa classificatória – o que, no caso, segundo Cunha (1999), seguindo a mesma linha de pensamento de Adam, seria resultante da própria ausência de uma “teoria dos gêneros” na

práxis redacional da imprensa escrita – considerei válido conhecer as linhas gerais das categorizações ali existentes em razão do seu caráter de “universalidade pragmática”, o que as situa como marcos definidores na formatação das matérias jornalísticas ora em circulação no campo da atividade jornalística.

A tipologia estabelecida por José Marques de Melo (1985), tomando como referência a classificação dos gêneros estabelecida por Luiz Beltrão, aproxima-se da práxis profissional observada no Brasil e parece atender, ao menos parcialmente, às peculiaridades do jornalismo escrito praticado hoje no país.

O autor adota dois critérios para a classificação dos gêneros, agrupando-os de acordo com a sua *natureza estrutural* e segundo *categorias jornalísticas* propriamente ditas.

A *natureza estrutural* dos gêneros abrigaria, por sua vez, duas direções distintas, segundo Melo, a primeira dizendo respeito à reprodução do real (os acontecimentos), e a segunda referindo-se à possível leitura feita desse real, ambas articuladas com a função jornalística e cada uma delas centrada em um núcleo específico de interesse: a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa). Essas duas vertentes corresponderiam, assim, às categorias do jornalismo *informativo* e do jornalismo *opinativo*.

Tal distinção entre o informativo e o opinativo torna-se, entretanto, praticamente inviável se se levar em conta que, como diz Bakhtin (1988a, p. 100) “a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante”.

Inúmeros estudos realizados na área da ADF, com análises de *corpora* os mais diversos possíveis, já demonstraram que, em lugar de se falar de uma prática discursiva de

ordem puramente informativa, talvez se deva falar da existência de diferentes graus de opinião, o que é reiterado, inclusive, na reflexão teórica de alguns jornalistas²²:

Trata-se de um interessante jogo de faz-de-conta, um discurso repetido insistente nos editoriais, o da objetividade e da imparcialidade, editoriais que, aliás, constituem o único espaço que ela admite ser o da opinião, esquecendo-se, ou fingindo ignorar, que o exercício do jornalismo, cotidianamente, termina por ser opinativo, mesmo quando se traveste de pura e simples notícia. (EMILIANO JOSÉ, 1985, p. 16).

Considerando, pois, que toda matéria jornalística traz sempre uma carga opinativa, seja de forma explícita ou implícita e em maior ou menor grau, coloquei em suspenso a distinção *opinativo/informativo* e segui apenas a tipologia formal dos gêneros jornalísticos proposta por Melo, em razão do seu caráter prototípico universal, buscando, a partir daí, verificar quais dos gêneros propostos seriam os mais adequados para a análise proposta.

Melo (1985, p. 48) estabelece como categorias genéricas encontradas no jornalismo brasileiro o *editorial*, o *artigo de opinião*, a *entrevista*, a *notícia*, a *coluna*, a *reportagem*, a *carta*, o *comentário*, a *crônica*, a *resenha*, e a *caricatura*, fazendo uso de critérios diversos (angulação temporal, relação de autoria, progressão de acontecimentos, densidade informativa, dimensões de textos) o que vai ao encontro do que Adam comenta a propósito da categorização estabelecida nos manuais de redação. Segundo esse autor:

[...] é difícil compreender a(s) lógica(s) das classificações propostas pelos manuais de jornalismo. As definições variam e as categorias se justapõem. [...] Na medida em que um desses critérios é colocado em primeiro plano, as categorias mudam sensivelmente. (ADAM, 1997, p. 4-11),

Foi necessário, então, considerar os gêneros pondo em relevo as instâncias discursivas envolvidas e os modos pelos quais o enunciador dialoga com a palavra do outro.

²² Assim é que muito embora Melo utilize esse tipo de distinção já clássica, ele próprio admite (1985, p. 133) que a fronteira entre a informação e a opinião, metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas consequências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós. Hammes Rodrigues (2001) ressalta que a questão em torno da distinção entre opinião e informação é, sobretudo, um efeito discursivo resultante do trabalho ideológico da própria comunicação jornalística.

Moirand propõe, justamente, uma classificação dos gêneros que, sem desconsiderar a tipologia clássica estabelecida no âmbito jornalístico, realiza o seu reagrupamento em dois grandes conjuntos, tomando como critério distintivo as marcas de heterogeneidade ali presentes, ou seja, os modos pelos quais *o outro* se inscreve na materialidade textual das notícias difundidas.

A autora (2000, p. 98) distingue os “gêneros de enunciação objetificada” (*objectivisée*) dos “gêneros de enunciação subjetivizada” (*subjectivisée*), os primeiros tendo por principal característica a inserção da palavra de outrem tomada como objeto do dizer (normalmente em textos de informação geral ou especializada, cronologias e quadros explicativos), os segundos marcados pelo recurso à memória discursiva e fazendo uso da interdiscursividade sob as formas do subentendido ou da alusão (mais presentes nos editoriais, nas crônicas e nos artigos de opinião).

A distinção proposta por Moirand, diferentemente daquela estabelecida por Melo (entre o opinativo e o informativo), em lugar de priorizar a maior ou menor carga apreciativa presente em uma dada matéria, enfatiza os modos pelos quais o enunciador se apropria da palavra alheia e a insere na enunciação.

Um desdobramento possível da perspectiva moirandiana diz respeito à questão das vozes presentes em cada um desses gêneros discursivos, o que permitiria verificar em que medida um gênero jornalístico específico pode propiciar, ou não, a instauração da plurivocalidade e/ou polifonia discursivas.

Entrecruzando provisoriamente a classificação de Melo com a distinção elaborada por Moirand²³, tem-se que:

²³ Nesse processo, optei por não considerar a *resenha*, a *caricatura* e a *crônica* por não serem categorias encontradas nos textos coletados. O *comentário*, por sua vez, me pareceu uma categoria um tanto e quanto incerta, podendo agrupar textos próximos do *artigo de opinião* ou da *notícia*, em função de sua maior ou menor carga opinativa, não constituindo, por conseguinte, um gênero jornalístico específico.

- (1) O *Editorial*, espaço da opinião institucional cuja autoria é atribuída ao próprio jornal, corresponde a um gênero de enunciação subjetivizada. Ampliando e deslocando a voz do profissional que escreveu a matéria, ele apaga a autoria real do texto e lhe confere o status de “voz coletiva”, fazendo muitas vezes uso de um “nós” de cunho retórico como uma espécie de “pessoa ampliada”. No editorial não fala uma voz sem nome, mas uma voz metonimicamente alargada e alçada à condição de senhora absoluta do seu próprio discurso²⁴.
- (2) O *Artigo de Opinião*, mesclando fatos e idéias e trabalhando, sobretudo, com argumentos, estaria também situado no agrupamento genérico de enunciação subjetivizada. Ele traz a marca da autoria pessoal do jornalista, do colaborador ou do especialista. É o espaço do argumento de autoridade, da opinião individualizada, e caracteriza-se por uma clara orientação apreciativa em relação a eventos sociais específicos. Muito embora, de um ponto de vista formal, o artigo de opinião tenda a um aparente monologismo (há uma voz que é assumida e posta em primeiro plano), ele se faz atravessado por uma bivocalidade constitutiva, se se admite, seguindo Gomes (citado por Hammes Rodrigues), que “quando o articulista é um jornalista, ele não está representando a empresa na qual trabalha, mas a opinião de um segmento da sociedade civil”.
- (3) A *Entrevista* seria um gênero de enunciação objetivizada marcado pela alternância verbal formalmente delimitada entre os interlocutores. Esse gênero coloca em cena duas instâncias enunciativas que interagem sob a forma de perguntas e de respostas, palavra e contrapalavra, criando, segundo Moirand (2000, p. 106), uma representação estereotipada de interação didática, na qual pode inscrever-se a

²⁴ Muito próxima do gênero Editorial encontra-se a chamada *Carta ao Leitor*, publicada na primeira página da revista *Veja*. De modo semelhante ao *Editorial*, é a voz da instituição que assume o primeiro plano da cena enunciativa. Mas diferentemente do *Editorial*, a *Carta ao Leitor*, realiza, normalmente uma espécie de apresentação da matéria de destaque presente no exemplar da revista. Como se trata, também, de uma voz institucional, esse gênero foi por mim agrupado junto aos editoriais coletados em jornais diversos.

intertextualidade própria a um domínio específico do saber que é entrecortado por questões do entrevistador pretensamente apresentando as questões do público-leitor. Interessante observar que, muito embora a pessoa do entrevistador seja sempre citada no início da matéria²⁵, as perguntas ali transcritas o são não em seu nome, mas no nome do órgão de imprensa, que dá assim à voz pessoal do jornalista uma função ecóica, e assume a responsabilidade face ao que é por ele enunciado. Com uma formatação próxima da configuração conversacional, é na entrevista que se pode mais claramente demarcar a presença de uma bivocalidade polêmica.

- (4) A *Notícia*, para Melo correspondente ao “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”, seria tendente ora à enunciação objetivizada – com suas ilhas textuais, seus microsegmentos aspeados, etc. –, ora à enunciação subjetivizada – quando o enunciador torna praticamente suas as palavras de outrem. Esse gênero compreende matérias que apresentam dizeres de origens diversas, tendo geralmente por tema um evento imediato ocorrido no meio social. Espaço por excelência do discurso reportado em suas diversas formas, a notícia, apesar da sua permanente busca de neutralidade, é aquela que, de um ponto de vista analítico (e justamente em função da ênfase ali dada ao discurso do outro), parece mais claramente evidenciar as *fraturas* do discurso em sua heterogeneidade constitutiva. Assim, paradoxalmente, é justamente no gênero que se pretendia mais *objetivo*, que a subjetividade aflora, não só através do recorte feito na palavra

²⁵ Com relação à freqüente presença de uma espécie de nota introdutória à *Entrevista*, Hoffnagel (2003: 189) faz observar que “o fato de algumas entrevistas colocarem em suas introduções expressões tais como ‘a seguir os principais trechos da entrevista’, denota o quanto as mesmas são ‘editadas’”. A autora ressalta: “Não somente inclui-se apenas parte do material coberto na entrevista originalmente, mas as marcas da oralidade (hesitações, falsos começos, repetições, etc.) são eliminadas tanto das respostas quanto das perguntas. Essas marcas são índices que orientam a interpretação da interação”. No meu corpus de trabalho, o texto 14/2000 apresenta outra forma interessante de edição de entrevistas: as perguntas ganham ali a forma impersonal de tópicos a partir dos quais são introduzidas as respostas do entrevistado.

de outrem, mas também quanto aos modos de introduzir esse recorte feito no contexto narrativo da nova enunciação²⁶.

- (5) A *Coluna*, espécie de mosaico de notícias caracterizado pela presença de *notas* – unidades curtíssimas de informação e de opinião –, seria um gênero de enunciação subjetivizada. Ela diferencia-se do artigo, como diz Melo, pelo fato de que não se limita a emitir uma simples opinião pessoal, mas veicula versões diversas acerca de fatos de repercussão na opinião pública. Tem-se, assim, paradoxalmente, que uma voz com nome, uma voz jornalisticamente sacralizada e aparentemente monofônica, faz-se atravessada por múltiplos dizeres. Fazendo uso de enunciados fortemente modalizados, a plurivocalidade ali presente não se furta, entretanto, a um caráter monológico no que diz respeito aos seus efeitos de sentido.
- (6) A *Reportagem* – relato ampliado de um acontecimento – pode ser vista como uma espécie de hipergênero que organiza e abriga gêneros diversos, principalmente notícias, acompanhadas de quadros explicativos e eventuais entrevistas. A reportagem tende à objetivização ou à subjetivização em função justamente do tipo de matérias jornalísticas ali enxertadas. Dentre tais matérias, merecem destaque os chamados *Quadros Explicativos*, os quais, aparentemente monológicos (configurando a presença de vozes que uma vez apropriadas se tornam como que singularmente inexistentes), funcionam como lugares de inscrição de uma intencionalidade didática. Moirand (2000, p. 105) considera que eles encerram um duplo dialogismo, ainda que mascarado, constitutivo de uma

²⁶ Vinte e duas das notícias que integram o meu corpus de trabalho receberam uma *Nota de Chamada* na primeira página dos jornais. Assim procedendo, o órgão de imprensa não apenas destaca a matéria em comento, mas reforça a sua posição de garante face ao que ali é enunciado. Esse é também o caso – ainda mais marcante – de algumas notícias encontradas no *Estado de Minas* (textos 112 e 119/2004), seguidas do que ali é chamado de “Análise da Notícia” – mas que equivale praticamente a um “mini-editorial” no qual se pode perceber claramente um posicionamento institucional.

representação “espontânea” da ação de explicar, alimentada por lembranças escolares estereotipadas.

- (7) A *Carta* (do leitor), recurso utilizado para expressar os pontos de vista do leitor e/ou suas reivindicações, corresponde a um gênero de enunciação subjetivizada, trazendo explicitamente para o interior da cena enunciativa a figura do ouvinte que ali assume a posição de autor. Trata-se, em termos bakhtinianos, de uma réplica dialógica efetiva. Ainda assim, relativamente escassas dentre as matérias coletadas, as cartas não chegam a constituir, no âmbito do domínio jornalístico, uma tribuna confiável de aferição da opinião pública, se se levar em conta que, das cartas recebidas, apenas algumas são efetivamente publicadas em consequência do processo de triagem a que são submetidas por parte do corpo editorial da empresa jornalística²⁷.

A distribuição quantitativa do material coletado revelou uma forte dominância do gênero *notícia* (592 matérias), vindo, em seguida os chamados *artigos de opinião* (120). Os demais textos coletados obedecem à distribuição seguinte: 108 *notas de coluna*, 33 *entrevistas*, 30 *reportagens*, 27 *editoriais*, 22 *notas de chamada*, 21 *quadros explicativos* e 13 *cartas de leitores*²⁸. A predominância observada é explicável em razão da própria natureza do discurso jornalístico, ou seja, da necessidade da emergência, constantemente atualizada, de textos referentes a fatos que eclodem no contexto social. Gênero dialógico por excelência, a notícia, entretanto, finda por constituir-se como um espaço no qual predomina a voz do

²⁷ A *Carta do Leitor*, de forma semelhante à chamada *Nota de Esclarecimento* (do que pode ser exemplo o texto 58/2003), corresponde a uma forma de resposta ativa do ouvinte. No estudo do meu corpus de trabalho observei, inclusive, que autoridades e representantes legais de instituições governamentais fazem algumas vezes uso do espaço reservado a cartas de leitores para publicarem seus pontos de vista e/ou declarações que equivalem a verdadeiras notas de esclarecimento (Textos 61/1999; 62/2001; 54/2002 e 223/2004).

²⁸ Além da *Carta do Leitor*, uma outra forma de resposta foi encontrada em resultados de *enquetes* lançadas pelo corpo editorial do Jornal do Brasil e diretamente dirigidas à massa de leitores. O tema da Abin na imprensa foi objeto de uma dessas pesquisas (cf. textos 178 e 179/2000).

jornalista ou do corpo editorial do jornal, mesmo fazendo uso de palavras de outrem sob a forma de citações.

Tal constatação me levou a tentar realizar uma distribuição quantitativamente mais equilibrada das várias vozes que atravessam o discurso jornalístico, de modo a contemplar de forma igualitária as duas principais instâncias enunciativas ali presentes: a instância da mídia (através do próprio órgão de imprensa, do jornalista profissional e do colaborador eventual ou permanente) e a instância da Abin (através de seus representantes legais e servidores)²⁹. Para isso, priorizei os *artigos de opinião*, os *editoriais* e as *entrevistas*, partindo do fato de que os primeiros preservam na íntegra as palavras dos enunciadores, enquanto que as entrevistas, ainda que editadas, guardam, ao menos em princípio, um certo grau de fidelidade quanto às palavras usadas por cada interlocutor. Finalmente, tive ainda que levar em conta algumas das citações de representantes da Abin presentes em grande parte das notícias jornalísticas publicadas.

Esse procedimento me permitiu enfatizar a procedência dos enunciados em estudo, remetendo à questão do gênero em sua segunda vertente, ou seja, enquanto *posicionamento*.

No caso dos textos coletados em minha pesquisa, como já visto, duas diferentes instâncias enunciativas emergem de imediato: de um lado, os profissionais da imprensa falando sobre a Abin e, de outro, a própria Abin se apresentando e se representando no espaço do jornal. A interlocução ali fundada releva de dois lugares diversos, refratando e refletindo

²⁹ Dos 968 textos coletados, apenas 24 trazem de forma direta a voz da Abin (aí incluídos cinco artigos de opinião, uma carta, uma nota de esclarecimento e 17 entrevistas envolvendo representantes e servidores), enquanto 598 são assinados por jornalistas e 30 deles têm sua autoria expressamente assumida pelos jornais, sob a forma de editoriais. Dezenove textos são assinados por colaboradores; 17 correspondem a entrevistas realizadas com autoridades ou especialistas convidados; 12 correspondem a cartas de leitores dos diversos jornais. Os 268 textos restantes, sem autoria definida, podem ser situados numa zona fronteiriça, uns deixando entrever a pessoalidade do jornalista, outros apresentando uma estrutura composicional que os torna mais próximos da voz do próprio Jornal.

visões de mundo e pontos de vista não raras vezes conflitantes entre si, como será demonstrado no desenvolvimento do presente trabalho.

A presença fortemente marcada dessas duas vozes se desdobra, entretanto, em uma complexa teia discursiva atravessada por muitas outras vozes. Se, do lado do órgão de inteligência é possível observar uma relativa monofonia, pela dominância da voz do representante legal daquela instituição ou do seu superior hierárquico, esse não é o caso do vasto campo de matérias *sobre* a Abin que incluem as vozes do jornalista, do colaborador, do especialista, do leitor e do próprio órgão de imprensa. O que me levou a indagar se, nesse caso, existiriam modos de dizer próprios a cada um dos jornais onde as matérias circulam e, consequentemente, se seria possível falar de um lugar e de uma posição institucional precisa para essas diversas vozes que circulam nos diferentes órgãos da imprensa escrita hoje atuantes no país.

1.4 ÓRGÃOS DA IMPRENSA

A coleta de textos realizada abrangeu jornais diversos, cobrindo tanto periódicos de grande circulação como aqueles com menor tiragem e distribuição. Uma maior concentração de notícias acerca do tema Abin foi observada nos jornais cuja distribuição é menos regionalizada – atingindo, consequentemente uma maior gama de leitores. Esse é o caso da *Folha de São Paulo* (com 435 matérias), e, em menor escala, do *Jornal do Brasil* (com 258). Numa segunda faixa de volume de notícias, encontrei os jornais *O Globo* (55), *O Estado de São Paulo* (54), e o *Correio Braziliense* (43), enquanto que nos periódicos de menor circulação registrei apenas notícias esporádicas, nunca ultrapassando o número máximo de 10.

Mas, se a distribuição dessas matérias é quantitativamente falando bastante diversificada, esse não parece ser o caso quando se parte para uma análise qualitativa das mesmas, tomando por referência a questão do órgão difusor. Persiste um certo grau de homogeneização nos modos de produção e circulação da notícia, tendo por limite extremo a adoção de procedimentos de reprodução (e quase-reprodução) de matérias difundidas em outros jornais ou oriundas de agências de notícias internacionais e nacionais³⁰.

Em outros casos, as matérias jornalísticas correspondem a desdobramentos e comentários sobre reportagens divulgadas nas principais revistas semanais que circulam no país³¹ ou a notícias pontuais divulgadas nos meios eletrônicos³².

Finalmente, pude observar, no interior dos textos produzidos, a presença de procedimentos mais ou menos generalizados, dentre eles, a constante apresentação do foco narrativo sem emprego da primeira pessoa; a recorrência no uso de formas infinitivas acompanhadas de partícula indeterminante; o recurso a depoimentos e testemunhos de autoridades; o uso disseminado das aspas com funções diversas.

Esses aspectos observados remetem à reflexão lançada por Bakhtin no que diz respeito aos dialetos sociais existentes, dentre eles os chamados “jargões profissionais”. O que significa dizer, no caso do discurso veiculado na imprensa, que os manuais de redação existentes nos órgãos de imprensa podem ser pensados como verdadeiras gramáticas de um fazer jornalístico marcado por um sistema de restrições compostionais e semânticas. Ainda assim, foi possível verificar que a circulação de uma mesma notícia no campo da imprensa

³⁰ Assim por exemplo, a reprodução integral ou parcial da notícia é observável nos textos 186 e 188/2004; 251 e 253/2004; 274 e 276/2004; 275 e 278/2004.

³¹ A título de exemplo, pode ser citada a reportagem da revista *Veja*, equivalente ao texto de número 127/2000, o qual que constitui a referência de base para o desenvolvimento de uma ampla série de matérias divulgadas nos principais jornais do País. No conjunto de matérias coletadas sobre o tema Abin,, foram encontradas 16 matérias na revista *IstoÉ* e igual número na revista *Veja*.

³² O jornalista Augusto Fonseca (*in* EMILIANO JOSÉ, 1996, p. 165) considera que “os jornais não têm tempo nem paciência para um trabalho mais aprofundado. Eles querem a manchete do dia seguinte a qualquer preço, nem que esse preço seja uma apuração capenga”. Por outro lado, o advento e crescimento dos meios eletrônicos, abrindo espaço para matérias televisivas e notícias em tempo real na Internet funcionam como importantes pontos de referência para a elaboração de matérias.

escrita apresenta interessantes variações de um jornal a outro, não apenas em razão do público ao qual se dirige, mas também em função do próprio corpo editorial e do grupo de jornalistas e/ou colaboradores que integram a equipe. No interior de uma aparente homogeneidade discursiva que dá ao chamado *discurso jornalístico* a sua feição particular, persistem variações capazes de efetivar a construção de efeitos de sentidos diferenciados, a evidenciarem tomadas de posições ideologicamente demarcadas e distintas.

Uma primeira análise, ainda que superficial, do conjunto de instituições implicadas nos processos da produção de notícias remete, assim, à questão da tomada legítima da palavra, ou seja, da instauração de uma prática discursiva tornada possível a partir de um posicionamento específico, o que implica levar em conta a instância do ideológico e as diversas acepções que norteiam a questão da “ideologia”.

Bakhtin (1993, p. 224) define a ideologia como um “conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que ocorrem na mente do homem, tornados fixos por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas”. O termo é, portanto, tomado pelo autor, em seu sentido positivo, diferentemente do adotado por algumas outras correntes marxistas, a exemplo do pensamento de Luis Althusser, em que a noção de ideologia ganha contornos mais restritos e torna-se explicável através dos mecanismos da sujeição e da interpelação que lhe são inerentes.

Fazendo uso de uma metáfora espacial, parece ser possível afirmar que a Teoria da Ideologia de Althusser coloca-se em um plano espacial no qual domina a verticalidade – na análise que realiza dos Aparelhos Ideológicos de Estado como disseminadores da ideologia da classe dominante –, enquanto que Bakhtin desenvolve sua argumentação colocando a questão ideológica em um plano dominado pela horizontalidade, no qual as relações entre os homens são responsáveis pela construção de sentidos no interior de práticas discursivas construídas e vivenciadas cotidianamente.

Distinguindo entre a *ideologia constituída* (sistemas ideológicos, tais como a arte, a moral, o direito) e a chamada *ideologia do cotidiano*, Bakhtin/Voloshinov (1997b) mostram que a ideologia, longe de pertencer unicamente a espaços altamente institucionalizados, faz-se também presente em “conversas de corredor, trocas de opinião”, enfim, em qualquer “modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia”.

Enfatizando diferentes dimensões do fenômeno ideológico, as teorias desenvolvidas por Bakhtin/Voloshinov e Althusser, apresentam, entretanto, um ponto de partida comum: o fato de que a consciência não resulta de fatores transcendentais, mas se constitui de modo *relacional* no diálogo existente entre os homens e as suas condições (reais e imaginárias) de existência. O termo *formação ideológica*³³ remete, justamente, ao conjunto de crenças e valores socialmente partilhados, alçados à condição de axiomas expressos discursivamente. Essas crenças e valores construídos e partilhados pelos membros de uma dada comunidade discursiva³⁴, aparecem de forma difusa no espaço da imprensa, refletindo e refratando vários pontos de vista.

Os diferentes pontos de vista que emergem das práticas discursivas cotidianas tenderiam, por conseguinte a constituir formações ideológicas diversas, as quais não podem, entretanto, ser pensadas como axiomas pré-existentes à comunidade discursiva que as constrói e veicula. Como afirma Régis Debray,

A ideologia faz avançar, logo de início, um trabalho de representação do mundo e de organização dos homens que são o verso e o reverso de uma mesma atividade [...] Do mesmo modo que uma doutrina revolucionária, ela

³³ A expressão “formação ideológica” é utilizada por Althusser em seu artigo “Freud et Lacan”, *in Écrits sur la Psychanalyse* (1964, p. 47). Bakhtin/Voloshinov (1981, p. 184) também fazem uso do termo, ao tratar da questão das determinações sociais, afirmado que “as formações ideológicas são de natureza sociológica de modo intrínseco e imanente”.

³⁴ Optei pelo uso da noção de “comunidade discursiva” em detrimento àquela de “classe social” que me pareceu extremamente problemática em se tratando da produção e difusão de notícias no espaço da imprensa escrita. Isto porque a noção de classe social tenderia a explicar de forma monólica os conflitos que ali emergem, fazendo com que as formações ideológicas passem a ser vistas como estruturas fechadas, dotadas de uma coerência própria, imanente e constitutiva. Considero que no campo da atividade jornalística, o conceito de classe parece ineficaz para explicar os diferentes posicionamentos dos agentes enunciativos envolvidos nos processos de construção da notícia, os quais integram, muitas vezes, um mesmo estrato social.

se edifica edificando um conjunto de seus suportes práticos [...] O processo de constituição do grupo não é exterior nem posterior àquele do pensamento. [...] Não existe um corpo mais ou menos sistematizado de representações ao qual viria se agregar em seguida, e de fora, uma estrutura mais ou menos complexa de organizações. As duas séries se fazem e se desfazem junto e obedecem a uma única lógica. [...] Toda operação de pensamento remete a um dispositivo de transmissão que o estrutura do interior e do qual ela não pode ser dissociada. É necessário, por conseguinte, interessar-se pelos processos de organização, pensar a instituição não como um organograma estático, mas como um complexo que inclui tanto os gestos como os modos de relação entre os homens. (DEBRAY, citado por MAINGUENEAU, 1999, p. 96).

No caso de minha pesquisa, o fato de trabalhar com um leque relativamente amplo de jornais me permitiu verificar a existência de diferentes modos de dizer uma notícia³⁵, não só em razão do contexto social para o qual ela se dirige (o auditório), mas também como resultado de práticas jornalísticas que apresentam variáveis no que concerne às regras estilísticas e composicionais dominantes, dependendo do corpo editorial de cada jornal. Tal constatação me levou a descartar definitivamente a idéia da existência de uma “formação discursiva jornalística” e a reafirmar a heterogeneidade enunciativa dominante no espaço da imprensa.

A esse respeito, comenta Melo:

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores. [...] De qualquer maneira, a estrutura do jornalismo industrial comporta, até mesmo por razões mercadológicas, diferenças de perspectiva na apreensão e valoração da realidade. Talvez não se possa falar de pluralismo, porque toda instituição jornalística possui sua linha editorial que, através da seleção de informações entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um mesmo sentido. Mas existe uma abertura para que a valoração das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista. (MELO, 1985, pp. 77-78).

³⁵ Assim, por exemplo, os títulos dos textos 190 e 203/2000 (“A Abin é um órgão sem controle” e “General admite que setor da Abin está sem controle”) ambos pretendendo relatar uma suposta declaração feita pelo General Alberto Cardoso a integrantes do órgão de controle externo da Abin, mas construindo, na verdade, diferentes efeitos de sentidos.

É bem verdade que jornalistas e acadêmicos são mais ou menos unâimes em afirmar que a imprensa está sempre, invariavelmente, do lado do poder instituído, o que é ratificado no depoimento do jornalista Augusto Fonseca:

A grande imprensa está sempre ao lado do poder econômico. Essa regra não tem exceções e, se exceção algum episódio parecer, pode estar certo que estará havendo um rodízio na linha de comando do poder econômico (FONSECA, *in* EMILIANO JOSÉ, 1996, p. 161).

Outro, entretanto, é o ponto de vista do jornalista Bernardo Kucinski, em prefácio ao livro supramencionado, quando afirma que:

O *impeachment* de Collor pode ser interpretado como um momento de ruptura desse padrão. Um momento importante. Por isso, abalou a ideologia dominante nas academias e nos botequins, sobre a importância do jornalismo brasileiro. Mostrou que nem sempre ele se identifica com o poder. Mostrou que dá para agir naquele espaço de contradições de forma a elevar o teor de democracia do sistema. (KUCINSKI, em prefácio ao livro de EMILIANO JOSÉ, 1996).

De onde me foi possível concluir que o poder, assim como a ideologia que lhe dá suporte, não é uma instituição nem é um atributo inerte, indissoluvelmente ligado a esta ou aquela classe social, mas, antes, um fenômeno difuso que permeia e, de certa forma constitui todos os grupos sociais, sob a forma de discurso.

Como afirma Foucault,

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1999, p. 10).

O discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se pode tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; [...] ele aparece como um bem [...] que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 1987, p. 139).

Luta que transparece em grande parte dos textos coletados em minha pesquisa, sob a forma de vozes que se confrontam, se rejeitam ou se acolhem mutuamente, vozes que dialogam entre si.

2 O CORPUS ELABORADO

A consideração das categorias acima descritas constituiu a base para o enxugamento do corpus inicial, resultando em um conjunto de 137 textos escolhidos, os quais recobrem o recorte temporalmente feito (1999 a 2004) e abrangem temas diversos a partir do seu principal objeto de discurso: a Agência Brasileira de Inteligência.³⁶ Dos textos selecionados, 47 pertencem ao gênero *artigo de opinião*; 37 ao gênero *notícia*; 19 correspondem a *entrevistas*; 18 a *editoriais*; 8 equivalem a *notas de colunas*, além de uma *nota de esclarecimento*; cinco correspondem ao gênero *carta do leitor* e duas a *reportagens*.

Buscando explicitar as vozes presentes nesses textos, tentei distribuí-las, como anteriormente explicado, de forma mais ou menos igualitária³⁷ retirando, dos textos em referência, excertos específicos que, a meu ver, mostravam mais claramente a dimensão dialógica dos discursos estudados. Esse procedimento me possibilitou a construção de um corpus de trabalho composto por 195 excertos³⁸ retirados dos textos selecionados, correspondendo, no caso em tela, ao que Maingueneau (1976, p. 15) chama de *corpus*

³⁶ Outros 40 textos são citados, ilustrando algumas das questões discutidas no desenvolvimento da pesquisa, razão pela qual foram incorporados ao anexo que acompanha esta tese.

³⁷ Para facilitar a localização das vozes que atravessam o discurso *sobre* e *da* Abin na imprensa, optei por adotar na transcrição dos fragmentos analisados, um sistema de notação, no qual em cada um dos excertos transcritos é encontrado um símbolo gráfico que especifica a instância da qual provém o enunciado. Desta forma, todos os dizeres da Abin são antecedidos pelo símbolo ⇔, enquanto que aqueles oriundos da equipe do jornal e seus eventuais colaboradores são antecedidos por ⇒. Fragmentos nos quais ambas as vozes circulam expressamente de forma simultânea são acompanhados pela notação ⇔.

³⁸ Todos os excertos utilizados na tese são colocados em negrito no anexo, de modo a facilitar a sua localização.

elaborado, ou seja, “aquele que se constitui a partir das hipóteses de trabalho construídas e da determinação de um programa de análise capaz de delimitar o conjunto de enunciados a serem estudados”.

No caso de minha pesquisa, a hipótese levantada, tomando por base o fenômeno dialógico, é a de que vigore no espaço discursivo dedicado ao tema Abin no âmbito da imprensa escrita, um dialogismo de cunho polêmico marcado por uma bivocalidade retórica tendente ao monologismo, o que afastaria qualquer pretensão a uma autêntica polifonia, apesar da plurivocalidade ali observada.

A hipótese construída provocou, naturalmente, o surgimento de questões que me pareceram fundamentais no sentido de confirmá-la ou invalidá-la. De fato, se, em se tratando de discurso, dialogismo sempre há, parece importante verificar em que bases e sob quais formas esse dialogismo opera nos textos que o corporificam. No processo da análise por mim realizada tentei responder às indagações seguintes:

- Existem formas lingüísticas específicas que denotem a existência de uma relação polêmica no interior dos textos estudados?
- Que tipos de estratégias discursivas são utilizadas pelos agentes enunciadores envolvidos na polêmica fundada na imprensa acerca da Abin? É possível falar de estratégias discursivas próprias a cada uma das instâncias envolvidas?
- Existem formas de dizer específicas quando o enunciador se dirige a um ouvinte efetivo e a um ouvinte idealizado?
- Em sua necessidade de afirmar o seu próprio ponto de vista face à multiplicidade de vozes dissonantes que atravessam o seu dizer, de que forma o locutor negocia com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso?

- Através de quais marcas é possível observar os modos pelos quais os enunciadores reconhecem ou desconhecem, rejeitam ou acolhem a palavra do outro?

Para responder a tais questões, foi necessário adotar, de um ponto de vista metodológico, uma dupla abordagem: (1) quantitativa, através da qual pude verificar, por exemplo, a repetibilidade de certos procedimentos de nominação que, sacralizantes, tendem a construir estereótipos (sob a forma de palavras-slogans), ou ainda a freqüência com a qual alguns modos de dizer se estabilizam configurando a formação de verdadeiras estratégias enunciativas; (2) qualitativa, no sentido, não apenas de dar nome a essas estratégias repetitivamente observadas, mas, sobretudo, de tentar observá-las e apreendê-las no contexto dialógico da sua ocorrência.

Em síntese, como diz Maingueneau (1984), se “comparado ao universo dos possíveis, o campo dos discursos recortados e estudados por uma área social dada é apenas uma ilhota de resíduos de uma exigüidade extrema”, tentei, na medida do possível, selecionar um conjunto de enunciados capazes de pôr em destaque as várias vozes em confronto na polêmica verificada.

Marina Yaguello (1997b, p. 15), em prefácio a *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, aponta que haveria em Bakhtin/Voloshinov uma crítica implícita à noção de *corpus*, prática reducionista que tenderia a “reificar” a linguagem: “o corpus transformaria as enunciações em monólogos e, neste sentido, o procedimento dos lingüistas seria o mesmo que o dos filólogos”.

Mas essa crítica parece dirigir-se, sobretudo, a *corpora* constituídos no campo da Linguistica Estrutural ou do “objetivismo abstrato” ao qual Bakhtin/Voloshinov (1997b) se referem, enquanto visão da língua na qual as relações dialógicas são abstraídas e domina a idéia da existência de um “sistema objetivo de formas normativas e intocáveis”.

A constituição de um corpus, ainda que provocando um certo fechamento de fronteiras quanto aos discursos estudados, pode tornar essas fronteiras permeáveis justamente a partir da concepção dialógica do discurso que, mantendo o diálogo com o entorno verbal e extraverbal do corpus constituído, permite que esse corpus se oxigene e respire, permanecendo vivo e instigante.

III – A ABIN E A IMPRENSA

Como visto no capítulo anterior do presente trabalho, a teoria bakhtiniana do dialogismo leva em conta não apenas o texto em si, mas também o contexto no qual ele se constitui e é dito, abrangendo tanto a ordem do verbal (contexto narrativo), como os aspectos extraverbais do enunciado (contexto social), aí compreendidos a *situação* e o *auditório*.

Em minha pesquisa, trabalhei com ambas as categorias. Partindo da premissa de que mesmo o discurso mais aparentemente monológico é habitado por outras vozes, atravessado por uma heterogeneidade que lhe é constitutiva, tentei precisar, através da análise do contexto narrativo, em que pontos específicos do dizer a alteridade emerge, ou seja, a partir de quais marcas lingüísticas se torna possível localizar a voz do outro do discurso e como o enunciador negocia com o seu ouvinte – concreto ou imaginário. Por outro lado, levando em conta que para entender como o dialogismo age no interior do discurso é preciso também pensar os seus exteriores, me pareceu importante verificar a situação em que os textos tendo por tema a Abin foram efetivamente produzidos, o que implicou uma reflexão – ainda que sucinta – acerca das atividades típicas das duas instâncias enunciativas envolvidas na sua produção.

1. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A Atividade de Inteligência corresponde a um tipo específico de ação do Estado, que cria as condições necessárias a sua conformação e fortalecimento. Serviços de Inteligência foram inicialmente criados não apenas para garantir a permanência de um determinado grupo no poder, mas como parte indissociável da própria criação desse poder, a partir da obtenção de conhecimentos especializados, capazes de fornecer, a determinados grupos políticos, um maior potencial de conhecimentos e, por conseguinte, uma possibilidade de ação diferencial, otimizada.

Cepik (2001, p. 104-106) ressalta que o surgimento dos serviços de inteligência deu-se pelo fato de que reis e ministros dos Estados europeus modernos, no esforço de exercerem sua dominação sobre territórios e populações cada vez mais amplas criaram organizações especializadas na obtenção de informações. Entretanto, como reconhece o autor, “a trajetória moderna dos serviços de inteligência é marcada por grandes descontinuidades entre os primeiros serviços secretos surgidos no contexto do Absolutismo e as inúmeras organizações que configuraram atualmente os sistemas nacionais de inteligência e segurança”.

Assim, em lugar de buscar na gênese histórica a compreensão desse tipo de atividade, achei mais interessante averiguar o que se entende, contemporaneamente, pelo termo *inteligência*.

Segundo o consultor e especialista no tema, Jorge da Silva Bessa (2001), uma das definições mais usuais de Inteligência é a seguinte:

Produto resultante da coleta, avaliação, análise, integração e interpretação de todas as informações disponíveis, e que se relacionem com um ou mais aspectos de um determinado país ou áreas que representem interesses imediatos ou potenciais para os decisores.

Michael Herman, por sua vez, vê a Inteligência como:

Um processo de trabalho seqüencial, separado entre um estágio de coleta, que é especializado segundo as fontes e meios utilizados para a obtenção das informações (*single-sources collection*), e um estágio de análise das informações obtidas a partir das diversas fontes singulares e de outros fluxos não estruturados (*all-sources analysis*). (HERMAN, citado por CEPIK, 2003, p. 28).

Já para José Manoel Ugarte:

Denomina-se inteligência um produto, que é conhecimento, informação elaborada. Também, uma atividade ou função estatal, como também uma organização, que pode constituir um conjunto de organizações (UGARTE, 2003, p. 92).

Nas definições acima, o termo *inteligência* é considerado, portanto, como função, ou como produto resultante de uma ação concreta de obtenção de conhecimentos, o que expande a expressão e lhe confere um novo sentido, tornando-a indissociável do lexema complexo *Atividade de Inteligência*. Essa atividade se desenvolve no interior do chamado “ciclo de inteligência”, aí compreendidos o planejamento da produção, a obtenção, a elaboração e a disseminação do conhecimento como etapas dinâmicas e sucessivas³⁹.

Partindo, assim, da noção de *atividade de inteligência* enquanto ação concreta de produção de conhecimentos pareceu-me interessante verificar a sua diferença da mera informação.

³⁹ É nesse sentido que a pesquisadora Priscila Antunes (2002: 21) ressalta: “ao se definir que inteligência é o que as organizações de inteligência fazem e as ações que elas desenvolvem, fica muito mais prático estabelecer o que deve e o que não deve ser considerado inteligência. A inteligência neste caso não é definida como um conceito”.

O lexema *informação* sugere a existência de um dado ainda em estado bruto⁴⁰, isto é, não elaborado, não processado interpretativamente, enquanto o termo *inteligência* corresponderia a um trabalho de processamento da informação, no qual esse dado bruto seria “tratado”, isto é, submetido a análises e interpretações. Essa não é, entretanto, a concepção vigente no campo da doutrina de inteligência. Tanto não é que durante muitos anos (1964-1990), o serviço secreto brasileiro respondeu sob a alcunha de “Serviço Nacional de Informações” (SNI), muito embora o trabalho ali desenvolvido fosse (ou ao menos pretendesse ser) de caráter analítico e interpretativo.

A mudança terminológica operada na substituição do termo *informação* pelo de *inteligência* a partir da criação Abin é explicada de forma um tanto tautológica na seção “perguntas mais freqüentes”, encontrada no site da instituição (www.abin.gov.br) assim como em seu *folder* promocional “A Agência Brasileira de Inteligência” (Brasília: Gráfica Abin, 2003: 33).

À questão colocada “por que a denominação de ‘inteligência’ e não de ‘informações’?” é respondido, em ambos os textos, o seguinte:

Porque no sentido de produção de conhecimentos voltados para a segurança do Estado e da sociedade, é consagrado o uso do termo “Inteligência”.⁴¹

O estudioso do tema Lúcio Porto de Oliveira tenta traçar uma distinção entre as duas expressões explicando que:

⁴⁰ O Dicionário Michaellis apresenta em seu verbete “informação” as seguintes definições: 1. Ato ou efeito de informar-se; informe. 2. Transmissão de notícias. 3. Comunicação. 4. Instrução, ensinamento. 5. Parecer técnico de repartição ou funcionário.

⁴¹ O deslocamento terminológico efetuado quando da criação da Abin, operando a substituição de “informação” por “inteligência” parece vincular-se não apenas à adoção de uma estratégia valorizadora da própria atividade (não meramente informativa, no sentido vulgar da palavra), mas, sobretudo, a uma clara tentativa de apagamento de qualquer forma de vinculação do novo órgão com o anterior Serviço Nacional de Informações, tema que será retomado posteriormente.

A palavra *Inteligência*, ao ser adaptada às ações dos serviços secretos, serviu para traduzir o exercício de tarefas próprias que culminavam com a produção de um resultado não alcançado pelos métodos convencionais aplicados nas atividades políticas. Esses resultados podem-se concretizar em um conhecimento exclusivo, em um embaraço no funcionamento da estrutura econômica do país-alvo, na deflagração de um processo de mudança da ordem político-institucional de um outro Estado, entre outros alcances da mesma espécie. A palavra *Informações*, por sua vez, tem seu sentido restrito aos produtos resultantes das ações de reunião de dados que levam a um conhecimento global e conclusivo dos fatos e das situações analisados (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

Assim, enquanto o termo *inteligência* seria aplicável ao campo das ações empreendidas por esse tipo de serviço, as *informações* corresponderiam aos relatórios elaborados a partir de tais ações. Tal distinção, entretanto, está longe de ser satisfatória, inclusive porque o produto final do conhecimento elaborado nesse tipo de atividade recebe o nome genérico de “relatório de inteligência” e não o de “relatório de informações”.

Cepik fornece um aparato teórico mais consistente, ao afirmar (grifo meu):

A inteligência diferencia-se da mera informação por sua capacidade explicativa e/ou preditiva [...] Em relação a essa dimensão analítica, a diferença entre as análises e estimativas elaboradas no âmbito das atividades de inteligência e quaisquer outras análises de órgãos de assessoramento técnico governamental está no fim a que se destinam as análises de inteligência: aumentar o grau de conhecimento sobre os adversários e os problemas que afetam a segurança estatal e nacional. Diferentemente dos institutos de geografia e estatística ou de centros de pesquisa econômica aplicada, serviços de inteligência estão voltados para a compreensão de relações adversariais e por isso a maioria de seus alvos e/ou problemas são principalmente internacionais e “difíceis”. Inteligência lida com o estudo do “outro” e procura elucidar situações nas quais as informações mais relevantes são potencialmente manipuladas ou escondidas, onde há um esforço organizado por parte de um adversário para desinformar, tornar turvo o entendimento e negar conhecimento. (CEPIK, 2001, p. 31-32).

A formulação de Cepik remete, portanto, não ao processo ou ao produto dessa atividade, mas, sobretudo, a suas finalidades específicas, o que implica uma reflexão sobre a relação existente entre *Atividade de Inteligência e Segurança de Estado*, termos algumas vezes colocados em pretensa relação de sinonímia.

O tema é controverso pela própria vaguezza do termo *Segurança de Estado* ou *Segurança Nacional*. Nesse sentido Ugarte (2003, p. 95) considera que “um aspecto suscetível de influenciar na definição de Inteligência é o conceito de segurança nacional que for adotado”, enquanto Antunes (2002, p. 20) ressalta que “a definição de inteligência como coleta e análise de informações que interessam à segurança nacional é muito imprecisa, uma vez que o próprio conceito de segurança nacional é obscuro”.

De modo similar, Cepik afirma que:

A própria noção de segurança nacional é problemática, pois tanto o seu significado quanto as consequências práticas de seu uso estão longe de ser auto-evidentes. Daí ser inconsistente pretender resolver o debate sobre a justificação pública do valor da atividade de inteligência apenas referindo genericamente às necessidades da segurança nacional. Em particular, a recorrente utilização de segurança nacional como um princípio de justificação de práticas políticas repressivas e autoritárias torna questionável a compatibilidade entre tal noção e uma concepção democrática de governo e de resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, dada a irredutibilidade da segurança coletiva à segurança individual, não é possível simplesmente abandonar o conceito de segurança nacional. [...] Em geral, a insistência num conceito absoluto de segurança nacional tende a “despolitizar” de forma autoritária o conceito, desautorizando a própria discussão sobre o tema. (CEPIK, 2001, p. 163-166).

O jurista Hely Lopes de Mirelles (1972), em conferência proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), se refere à existência de uma conceituação legal e de uma conceituação doutrinária de *segurança nacional*.

A conceituação legal explicada pelo autor pauta-se pela Emenda Constitucional de 1969, hoje prescrita⁴². Já a conceituação doutrinária origina-se, segundo o palestrante, de estudos da ESG, constituindo um aspecto fundamental da doutrina formulada pelas Forças Armadas.

⁴² A atual Constituição Brasileira (1988) não faz uso da expressão “segurança nacional”, muito embora dedique o seu capítulo III às questões de Segurança Pública, vinculando-as, especificamente, aos órgãos policiais.

Meirelles explica que:

Segundo a Escola Superior de Guerra, segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.

O fato é que a própria vagueza do termo permitiu e permite o seu uso em um amplo leque de acepções, tornando difusa a sua aplicabilidade, e fazendo aí entrar ações de defesa voltadas para o exterior ou implementadas no próprio campo interno do país.

Nesse contexto, Ugarte destaca:

O conceito clássico de segurança – referente a ameaças representadas por Estados estrangeiros e compreendendo aspectos próprios da defesa e das relações internacionais – não era o que vigorava na América Latina, onde conceitos de segurança nacional referiam-se, fundamentalmente, ao âmbito interno do próprio país, identificando segurança nacional com defesa e esta com a política geral do país. [...] Parece evidente a existência de uma relação entre tal diversidade conceitual e as também diversas características dos sistemas de Inteligência dos países centrais a respeito dos vigentes em outros países, particularmente na América Latina, caracterizados em geral, à diferença dos primeiros, pela amplitude e escassa precisão na determinação das competências, particularmente no interior do próprio país; pela ausência de toda diferenciação em matéria de competências, entre o interior e o exterior do próprio país, e entre cidadãos do próprio país e estrangeiros, e, em diversos países da região, pela concentração das funções de Inteligência interna, externa e contra-inteligência num único organismo dependente diretamente do máximo nível do Estado.⁴³ (UGARTE, 2002, p. 96).

Essa concentração de atribuições, implicando uma atuação da inteligência tanto no campo externo como no campo interno é uma constante em todo o histórico da formação de serviços secretos no Brasil – desde a constituição do primeiro serviço integrado de informações, no governo Washington Luís (1927), passando pela criação do Serviço

⁴³ As doutrinas de inteligência distinguem a *inteligência interna* (voltada para o acompanhamento sistemático de ações que possam representar ameaças à estabilidade nacional), da *inteligência externa* (voltada para a detecção de ameaças interpostas por ações de países estrangeiros) e da *contra-inteligência* (responsável pela salvaguarda de conhecimentos de interesse estratégico da nação). Se em alguns países, essas atribuições são distribuídas em órgãos distintos (como é o caso dos Estados Unidos, com a CIA e o FBI, e da Inglaterra, com o MI-5 e o MI-6), em outros, como é o caso do Brasil, um único órgão de inteligência agrupa as diferentes funções, dando margem à conformação de um amplo leque de competências nem sempre claras ou bem delimitadas.

Nacional de Informações (SNI) em 1964, e alcançando até mesmo a recém-criada Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o que gera inúmeras controvérsias não só no que concerne à invasão de competências e à duplicidade de tarefas constitucionalmente típicas dos órgãos policiais do Estado, mas também no que diz respeito aos limites a serem interpostos a suas ações⁴⁴.

O que poderia distinguir e delimitar a amplitude de tais atribuições é justamente o aspecto prospectivo das ações de inteligência, diferentemente daquelas vinculadas à defesa e à segurança estrito senso, ambas de caráter fortemente reativo.

Nessa perspectiva:

- (a) a *atividade de inteligência* teria uma função antecipadora (por meio da elaboração de cenários e da formulação de estimativas), em um plano de ordem preventiva;
- (b) a *atividade policial* teria uma função de provimento da segurança (por meio de ações de contenção e repressão), em um plano de ordem da neutralização de ameaças;
- (c) a *atividade militar* teria uma função de garantia da soberania nacional (por meio de ações de contenção e repressão), em um plano de ordem defensiva.

A distinção aqui proposta parece, entretanto, estar distante da realidade hoje vivenciada, cujas dificuldades práticas refletem uma possível necessidade de reestruturação de todo um campo doutrinário, o que escapa, evidentemente, aos limites e objetivos do meu trabalho de pesquisa. A questão o atravessa apenas na medida em que tomei por objeto de estudo os discursos que refletem e refratam, também, essa doutrina.

⁴⁴ A Lei nº 9.883 de 07 de Dezembro de 1999 que criou a Agência Brasileira de Inteligência estipula, em seu Art. 4º, que compete à ABIN: “1. Planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; 2. Planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; 3. Avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional”. A mesma lei define Inteligência como “a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”. (grifos meus).

O que me leva a ressaltar que não se está, aqui, realizando uma análise do “real”, na acepção vulgar do termo, mas uma análise do “real do discurso” e dos modos pelos quais ele opera na construção ou na desconstrução de uma imagem pública. O real do discurso pressupõe um trabalho no campo do ideológico, não como visão de mundo subjetivamente encerrada na alma do indivíduo, mas como prática social viva, materializada nos discursos.

2. A ATIVIDADE JORNALÍSTICA

Jornalismo e imprensa, expressões comumente tomadas como sinônimas, podem também ser pensadas como categorias distintas, o jornalismo dizendo respeito à atividade desenvolvida por um grupo específico de indivíduos profissionalizados e responsáveis pela produção de matérias a serem veiculadas e difundidas pela mídia, enquanto a imprensa constitui o espaço socialmente estabelecido para a veiculação e difusão de notícias diversas, abrigando, em seu corpo físico (através de seus vários órgãos), tanto matérias produzidas pelos próprios jornalistas como provenientes de outras instâncias enunciativas.

A imprensa se apresenta, assim, como um espaço multiforme, plurivocal, abrigando dizeres múltiplos e de sentidos vários. Nessa perspectiva, ela poderia ser considerada um fórum privilegiado de discussão, uma vez que, ao buscar informar, ela abriria espaço para a polifonia, propiciando uma democrática instauração de relações dialógicas plenivalentes.

Ocorre que, como ressalta Maingueneau, é necessário perguntar se a noção de “intermediário” entre um grupo social e um discurso é tão simples quanto parece:

Quando se coloca a questão de saber “em que condições um arquivo é possível”, não é suficiente evocar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares de enunciação institucionais; é necessário, ainda, imaginar que o espaço de enunciação ele mesmo, longe de ser um simples

suporte contingente, um quadro exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico, sociologicamente caracterizável, que não é um conjunto fortuito de porta-vozes. [...] Não é suficiente dizer que “entre” as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, entre os escritores e as obras, as instituições literárias, entre os cidadãos e os enunciados políticos os meios políticos, e assim por diante. Na realidade, não se tem de início informações, escritores ou cidadãos, e em seguida instituições mediadoras, e depois enunciados em circulação: tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição mediadora não é segunda em relação a uma “realidade” que ela se contentaria em formular segundo certos códigos. (MAINGUENEAU 1999, p. 189).

De fato, se as condições de exercício da função enunciativa na imprensa realizam-se, é certo, por meio de procedimentos que formam um código próprio, um sistema específico de produção e circulação da notícia, esse sistema não pode ser pensado apenas como um conjunto de regras auto-suficientes. Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 118), quando tratam dos chamados “sistemas ideológicos constituídos” - tais como os da moral social, da ciência, da arte e da religião -, mostram que esses sistemas não são inertes e voltados apenas para si mesmos: eles se cristalizam a partir da chamada “ideologia do cotidiano” e sobre ela exercem, em retorno, uma forte influência que lhe determina o tom.

Espaço institucionalizado – com normas próprias que vão desde a seleção dos eventos a serem noticiados, passando pelos diferentes gêneros e alcançando os modos de circulação interna e externa da notícia –, o espaço da imprensa nutre-se, justamente, das correntes ideológicas que se formam no dia-a-dia, nas conversas de corredor, nas filas públicas, nos encontros sociais. Nutre-se, enfim, de práticas discursivas cotidianas.

A esse respeito, afirmam Bakhtin/Voloshinov:

Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano⁴⁵, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. No decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência)

⁴⁵ Bakhtin (1993:239) ressalta não ser necessário “crer que a ideologia cotidiana seja algo de monolítico, uniforme em todas as suas partes. Nela, pode-se distinguir uma série completa de estratos, desde os mais baixos, que se movem e se modificam mais facilmente, até os superiores, que estão nas fronteiras dos sistemas ideológicos”.

essas novas correntes da ideologia do cotidiano, é claro, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumuladas. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997, p. 120-121).

É o contato permanente com a ideologia do cotidiano que faz, portanto, da imprensa, um espaço que abriga simultaneamente a repetibilidade e a produtividade criativa.

Nessa perspectiva ressalta o jornalista político Franklin Martins:

No fundo, nós jornalistas, lidamos com os fatos da vida dos indivíduos, com o que afeta seu cotidiano, enquanto os escritores tratam dos fatos, das angústias e dos problemas das sociedades que vivem longos períodos. (MARTINS, 2005, p. 113).

O autor destaca ainda a necessidade de um comportamento ético por parte do jornalista, introduzindo o princípio que considera ser o mais importante de toda a prática jornalística, qual seja o *princípio da lealdade para com a sociedade*:

Nós, jornalistas, respondemos simultaneamente a numerosas lealdades no exercício de nossa profissão: às fontes, aos colegas, à categoria, aos chefes, à empresa em que trabalhamos, à nossa carreira, à sociedade etc. Todas elas são importantes. [...] No exercício da profissão, por mais importantes e legítimas que sejam todas as lealdades, elas devem estar sempre subordinadas à lealdade à sociedade. É esta última que faz o jornalismo ser o que ele é. (MARTINS, 2005, pp. 32-33).

Para Martins, a atividade jornalística teria por fim último informar à sociedade, vista, pelo autor, como uma espécie de entidade exterior com a qual o jornalista firmaria um “contrato informal” e cujas cláusulas estabeleceriam como contrapartida à liberdade de imprensa, o dever da informação e não do convencimento e adesão a determinadas idéias.

Contrariamente às máximas, bastante difundidas, de que “jornalista não tem opinião, quem tem opinião é o dono do jornal”, ou de que “jornalista tem de ser isento, não precisa ter opinião”, Martins considera:

O jornalista tem de formar opinião sobre os assuntos que cobre. [...] Repórter que não tem opinião não consegue sequer apurar direito a matéria.

[...] Ter opinião não significa ser parcial ou escrever sem objetividade. Significa formar o próprio juízo sobre os fatos, entender sua importância (ou falta de importância) para a sociedade, avaliar seu impacto sobre a vida das pessoas, perceber os interesses que estão em jogo e esforçar-se para informar sobre a essência dos conflitos, e não sobre sua aparência. (MARTINS, 2005, p. 76).

A asserção do jornalista parte da distinção que, segundo ele, deve ser feita entre opinião e interpretação:

Interpretação e opinião não são a mesma coisa. São semelhantes, porque ambas buscam ir além do fato em si e dar uma explicação a ele. Mas são também muito diferentes. A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntar e relacionar seus vários fragmentos no momento que ele está ocorrendo. A primeira fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas. A segunda, ao contrário, busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio. Uma é taxativa, tem respostas definitivas; a outra é indagativa, no máximo tem idéias preliminares. (MARTINS, 2005, p. 22).

Nessa mesma linha de raciocínio, os jornalistas brasileiros Cremilda Martins e Paulo Roberto Leandro (citados por MELO, 1985, p. 20) tentam resgatar a identidade do jornalismo interpretativo definindo-o como “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele – e não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz em jornalismo opinativo”.

A distinção entre *opinião* e *interpretação*, e seus reflexos na constituição das categorias do jornalismo opinativo e do jornalismo interpretativo é, entretanto, inviável se se parte da perspectiva bakhtiniana do dialogismo. Além disso, pautada na visão de mundo do jornalista, tal distinção remete ao campo da subjetividade não sendo claramente demarcável no corpo concreto da notícia. Considerando que ao produzir a notícia o jornalista efetua recortes nos fatos observados (caso contrário ele naufragaria no oceano do interdiscurso), é necessário observar que o ato de fazer um recorte traz, em si, a adoção, mesmo involuntária, de uma determinada angulagem a partir da qual se observa um dado evento. Por outro lado, os processos da produção de notícias não se dão linearmente, o fato antecedendo a sua

interpretação. A própria percepção do fato implica, ao mesmo tempo, uma interpretação desse fato, construindo, consequentemente, pontos de vista. O que significa dizer que o jornalista, dialogando permanentemente com os eventos a sua volta, torna-se parte integrante dos modos pelos quais esses eventos ascendem à categoria de fatos discursivamente construídos. É possível falar, no máximo, de diferentes graus opinativos presentes nos diferentes gêneros jornalísticos.

De qualquer modo, a posição defendida por Martins – de que jornalista tem, sim, opinião –, constitui, mais do que um avanço, uma ruptura com a ingênua idéia de que fazer “boa” matéria signifique colocar-se no abstrato campo de uma neutralidade pura. O autor nos mostra, inclusive, como esse ideal de neutralidade teria sido fortalecido, no Brasil, à época da ditadura militar:

Há 20 ou 30 anos, o noticiário político limitava-se à enunciação seca dos fatos, às declarações de autoridades e de parlamentares, à reprodução de comunicados. O leitor que se virasse para entender o que estava acontecendo. A interpretação da notícia, na melhor das hipóteses, era uma atividade restrita às colunas – na verdade, a algumas poucas colunas. Em boa medida, essa atitude burocrática e cautelosa revelava as marcas deixadas pela censura imposta à imprensa e pela auto-censura que grassou na maioria dos jornais durante a ditadura militar. Progressivamente, no entanto, esse quadro foi se alterando (MARTINS, 2005, pp. 22-25).

Martins ressalta, entretanto, que as mudanças desde então ocorridas não tiraram da imprensa sua feição hierárquica e fortemente institucionalizada:

As redações de jornais, revistas, telejornais, etc. continuam sendo ambientes extremamente hierarquizados, com cadeias de comando claramente definidas. Em resumo, funcionam assim: (a) os profissionais envolvidos na produção direta das matérias (repórteres, redatores e, na TV, produtores) são chefiados por alguém, em geral um editor, que decide o que entra nas páginas ou vai ao ar; (b) os editores, por sua vez, prestam conta do trabalho de suas respectivas áreas ao aquário, nome genérico dado ao comando operacional da redação (editor-chefe e editores-executivos); (c) o aquário, no devido momento, reporta-se ao diretor de redação ou de jornalismo, que, de uma forma ou de outra, se relaciona com os acionistas ou donos da empresa. [...] Mas a opinião do dono da empresa de comunicação, que reinava absoluta na definição do rumo do noticiário na época da imprensa de viés partidário, é hoje contrabalançada, pelo menos nacionalmente e nos grandes

centros urbanos, pela opinião pública e, de forma mais direta, pela opinião de leitores, telespectadores e ouvintes. (MARTINS, 2005, p. 25).

O autor faz referência, de um lado, à *opinião pública*, e, de outro, à opinião de uma *massa de leitores, telespectadores e ouvintes*, distinguindo, consequentemente, uma da outra, assim como distingue *sociedade* e *opinião pública*:

Sociedade e opinião pública são coisas diferentes. Simplificando, a opinião pública é a opinião predominante na sociedade (ou em seu segmento mais ativo e participativo) em um determinado momento. Não se confunde com a própria sociedade, cujos interesses, objetivos e definições são permanentes e consolidados. (MARTINS, 2005, p. 35).

A noção de “opinião pública” afasta-se, aqui, da idéia da existência de um simulacro⁴⁶ no interior do qual toda a sociedade estaria representada, para constituir, como afirma Martins, apenas “um ator do processo político”, o que significa dizer que esse “pensamento do segmento mais ativo e participativo do país em um certo momento” não coincide necessariamente com os interesses de toda a sociedade.

Riyuzo Ikeda (2002, p. 120), por sua vez, propõe uma distinção entre “opinião pública” e “opinião publicada”, esta última nem sempre sintonizada com as expectativas da sociedade como um todo, mas sim, com as de grupos de interesses específicos – corporações, extratos sociais, grupos econômicos e/ou políticos.

Sociedade e opinião pública não estão, portanto, em relação de sinônima, mas em possível relação de metonímia, na qual o jornalista, tomando a parte pelo todo, exprime seu utópico desejo de se fazer ouvido pelos mais amplos segmentos possíveis do corpo social. Sabe-se, entretanto, que a sociedade, mesmo quando pensada como pluralidade de indivíduos

⁴⁶ O professor Philippe Penna (2009), ressalta que segundo Jean Baudrillard, o simulacro corresponde a uma suplantação do real por signos do real. Pelo simulacro, a realidade é pervertida e mascarada. A proposição do simulacro implica o colapso entre as distinções sobre os *objetos representados e a representação* em si mesma.

organizados em um sistema de classes, é sempre múltipla, multifacetada, o que significa dizer que ela é inacessível em sua totalidade⁴⁷.

Partindo da distinção de Martins entre *opinião pública* e *massa de leitores*, é possível incorporar à massa de leitores que compõem o público específico de um dado jornal, a categoria de Maingueneau (2004, pp. 49-50) do “leitor-modelo”. Essa categoria abrangeia diversos tipos de leitores, correspondendo a “uma divisão bem conhecida entre as produções midiáticas que constroem seu público por exclusão (públicos *temáticos*) e aquelas que excluem um mínimo de categorias de leitores (públicos *generalistas*). O primeiro tipo daria ao leitor a impressão de pertencer a um universo de iniciados”.

Trasladando a observação do autor para o meu campo de estudos, observo que o tema *inteligência*, quando veiculado na imprensa, parece dirigir-se a um público temático bastante específico⁴⁸. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, as matérias veiculadas acerca do tema ocupam invariavelmente as primeiras páginas ou os primeiros cadernos dos jornais.

O paradoxo se afigura, entretanto, apenas aparente se se admite, com Martins, que essa massa de leitores corresponde, justamente, aos segmentos sociais mais ativos e

⁴⁷ A inacessibilidade à totalidade do corpo social dá-se, inclusive pela baixa tiragem dos jornais brasileiros. Anne-Marie Smith (2000, pp. 50-51) ressalta ser uma característica notável da imprensa brasileira o seu pequeno número de leitores. O jornalista Franklin Martins (2005, p. 19) se refere a uma tiragem total dos jornais no país de cerca de 150 mil exemplares, o que significaria um público de aproximadamente 450 mil leitores, considerando que um jornal seja lido, em média, por três pessoas. A disponibilização dos jornais na rede mundial de computadores alavanca, sem dúvida, tais estimativas. Mas, ainda assim, não se pode desprezar o fenômeno, hoje intensamente debatido, da “infoexclusão” fazendo com que os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil sejam menos de 3% da população brasileira.

⁴⁸ Experiências por mim vividas rotineiramente, tais como montagens de estandes para divulgação do PNPC - Programa de Proteção ao Conhecimento, lançado pela Abin, em espaços os mais diversos (Universidades, Centros Tecnológicos, etc.) evidenciaram, mesmo nesses meios tradicionalmente mais bem informados e politicamente ativos, a existência de um quase que total desconhecimento acerca do que tais siglas significuem, chegando-se mesmo a desconhecer, de forma absoluta, a existência de um serviço de inteligência atuante no País. Nesse sentido a declaração do então diretor geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva:

(1) ⇔ *A sociedade precisa conhecer melhor o que faz o serviço secreto de um país. [...] Hoje nós temos deputados e senadores que nem sabem pra que serve a Abin. Ou o que é a Abin. Freqüentemente ligo para órgãos públicos e quando eu falo em Abin, eles me perguntam se é associação de alguma coisa. As pessoas não entendem a importância da nossa área* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada no *Correio Braziliense* - Texto 178/2004).

conformadores da opinião pública (ou do “clima de opinião pública”, no sentido de Habermas⁴⁹) reinante no País.

A distinção sugerida por Martins desdobra a figura do ouvinte, fazendo-o ocupar duas diferentes posições responsivas: a de um leitor ideal (a “sociedade”) e a do grupo específico de leitores do jornal, este último integrando o segmento mais ativo da população e exercendo um papel determinante na construção do que se convencionou chamar de “opinião pública”.

Esse desdobramento apresenta pontos de contato com a obra de Bakhtin/Voloshinov, que distinguem entre as categorias do público-leitor e do ouvinte:

O ouvinte, a par com o autor e o herói, é um fator intrínseco essencial, da obra, e de modo algum coincide com o assim chamado público leitor, localizado fora da obra, cujos gostos artísticos e exigências podem ser conscientemente levados em conta. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1976, p. 205).

No espaço da imprensa, o enunciador dialoga, portanto, não apenas com o seu interlocutor direto, mas também com dois diferentes tipos de ouvinte: o público efetivo, consumidor das notícias veiculadas nos jornais e o ouvinte “idealizado” a quem pode ser discursivamente outorgada, segundo Bakhtin, a posição de *aliado, testemunha, juiz* ou *simpatizante*.

Se para Bakhtin/Voloshinov (1981, p. 298) “todo discurso é um discurso dialógico orientado em direção a alguém que seja capaz de compreendê-lo e dar-lhe uma resposta, real ou virtual”, esta orientação em direção ao *outro* conduz necessariamente,

⁴⁹ Para Habermas (2004), o que hoje permanece no contexto social não seria exatamente uma opinião-pública, mas uma não-opinião pública, ou, em alguns casos, uma opinião quase-pública, ou um “clima de opinião”. Na mesma linha de raciocínio, Sá Marques (1999) ressalta que se a imprensa de opinião dos séculos XVIII e XIX tinha uma função pública, legitimada pelo reconhecimento da sua dimensão de liberdade comunicativa, modernamente, com as transformações sociais decorrentes da consolidação das democracias de massa no século XIX, teria ocorrido um reordenamento das fronteiras entre o Estado Social e a sociedade, e, conseqüentemente, entre as fronteiras do público e do privado, agudizando os conflitos sociais e forçando uma readaptação da imprensa e da própria opinião pública.

segundo os autores, a se levar em conta a relação social e hierárquica que existe entre os interlocutores. É a partir dessa premissa que tento delinear, no tópico que se segue, os pontos de contato existentes entre as duas instâncias enunciativas estudadas cotejando esses pontos de contato a partir de suas principais semelhanças e diferenças.

3. INTELIGÊNCIA E JORNALISMO

Tanto a atividade de inteligência quanto a atividade jornalística têm como principal objetivo a obtenção de dados, sua elaboração textual e a difusão de conhecimentos, ainda que estes se dirijam a públicos distintos.

As duas instâncias enunciativas envolvidas nesse processo pretendem ambas pautar-se por um princípio de “neutralidade”, o qual, se levado ao seu extremo, anularia inteiramente as diferenças existentes quanto aos índices de valor que podem ser outorgados a uma palavra ou a um enunciado. Não é isso o que ocorre cotidianamente no espaço da imprensa.

Exemplificando, textos de jornalistas e de jornais diversos tendo por objeto o discurso proferido por Lima e Silva quando de sua posse na Abin, realizam uma análise crítica das metáforas ali contidas e enfatizam a polêmica questão de uma possível reeleição do Presidente Lula, acentuando aspectos que findam por evidenciar uma recepção diversa daquela pretendida pelo enunciador, implicando a diversidade dos índices de valor que podem ser dados a uma mesma palavra⁵⁰:

⁵⁰ Além da notação estabelecida para o discurso da Abin (\Leftarrow), para o discurso jornalístico (\Rightarrow) e para a presença simultânea das vozes de ambas essas instâncias discursivas (\Leftrightarrow), ponho em negrito, em cada um dos enunciados, o fragmento que melhor exemplifica a questão específica ali discutida.

(2) ⇔ *Se o novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, conduzir o setor de informações estratégicas com a consistência com que defende suas idéias, o Brasil está mal arranjado. O delegado começou o discurso como estadista e terminou como cabo eleitoral.* (Jornalista Dora Kramer, em nota de coluna publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 89/2004).

(3) ⇔ *O novo chefe da Abin não entendeu nada.* Saiu dizendo: – Tem muito jogo pela frente. Já fizemos muitos gols, mas eu já tomei caneladas antes mesmo de entrar em campo. Temos que nos antecipar às jogadas. Vamos ganhar de goleada e, no final do jogo, não será surpresa para mim a torcida pedir bis. *Futebol não tem "bis", mas ele não corrompeu só a metáfora.* (Jornalista Nelson de Sá, em nota de coluna publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 98/2004).

(4) ⇔ *Para usar a alegoria futebolística – já meio surrada, é verdade, pelo excesso de uso presidencial – o novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, fez um verdadeiro gol de placa (contra) em seu discurso de posse.* Ele até que teve uma boa saída de meio-de-campo, quando afirmou, no primeiro tempo de seu discurso, que a Abin é um “órgão de Estado” e suas atividades não podem ser confundidas com ações do governo – no que demonstrou afinidade com idéia do mesmo teor, exposta pelo presidente da República, no evento. Mas, no decorrer de seu desempenho discursivo, o sr. Lima e Silva desandou num palavreado que apontava para algo justamente oposto, ou seja, um descabido engajamento político-partidário que mereceria, no mínimo, um cartão amarelo da opinião pública. (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 107/2004).

Lima e Silva, ao defender-se das críticas recebidas, daria origem aos comentários seguintes:

(5) ⇔ *O novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, acha que foi mal interpretado em seu discurso de posse quando, ao externar a certeza de que a sociedade pedirá "bis" ao governo Lula, pareceu defender a reeleição do presidente. [...] O "bis", segundo ele, foi fruto do entusiasmo e uma forma de agradecer ao presidente a indicação.* (Jornalista Dora Kramer, em nota de coluna publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 105/2004).

(6) ⇔ *O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Mauro Marcelo Lima e Silva, considerou-se "hipostasiado" pelos jornais que deram "outra vida e outro contexto" à palavra "bis", usada no discurso de posse.* Lembra que trabalha para o Estado e não pode nem deve pregar a reeleição do governo. (Jornalista Cláudio Humberto, em nota de coluna publicada em *O Globo* – Texto 114/2004).

De forma semelhante, o uso do lexema “povo”, no quadro de entrevista concedida por Lima e Silva ao jornal *O Povo* (texto 168/2004), ao provocar acirradas reações de reformados do Exército Brasileiro (textos 185, 186, 187, 188, 208/2004), levaria o diretor, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* três meses depois (texto 290/2004), a realizar a substituição de “povo” pelo termo “comunista”, como se vê nos excertos abaixo:

(7) ⇔ *O País não pode prescindir de um serviço de inteligência. Acontece que nós temos missão. O foco da Abin é como se fosse o Norte de uma bússola. Eu preciso saber qual é a missão. O serviço de inteligência em Israel tem um foco 100% palestino. O foco da atividade de inteligência norte-americana hoje é exclusivamente o terrorismo. Cada país tem o seu foco. Na Coréia do Sul, o foco é a Coréia do Norte. E o Brasil? O Brasil é um grande problema. Porque não temos bem delineada uma definição de qual é o foco aqui. Isso se perdeu. Na época da repressão, tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo. A época da ditadura, os desmandos, abusos, violência, arbitrariedade que foram praticadas no passado. Isso é fato, os senhores sabem melhor que eu. O grande problema hoje é descobrir o foco* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

(8) ⇔ *A gente precisa contextualizar essa situação do SNI na época. Faço paralelo com a época do macarthismo nos EUA. Hoje perseguir comunista é bobagem, estamos cansados de saber. Mas na época era o inimigo público número um* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 290/2004).

Não raras vezes processos metalingüísticos encetados pelo enunciador demonstram claramente o caráter polissêmico de uma palavra, implicando índices de valor diferenciados e provocando a sua aceitação ou recusa:

(9) ⇔ *Por que o Sr. evita o termo espião quando se refere aos empregados da Abin?*
 ⇔ *É um termo da literatura e distante da nossa atual realidade. Não somos espiões nem agentes secretos. Somos analistas. A espionagem é a busca da informação por meios ilegais. Nós buscamos dentro da legalidade.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *IstoÉ Dinheiro* – Texto 172/2004).

(10) ⇔ *O senhor sabe que contribuição esse rapaz que morreu, o Raimundo Alves Ferreira Filho (Billy) deu à Abin daqui, como informante?*
 ⇔ *Eu não uso o termo informante. Trabalhamos com fontes, como vocês trabalham. É tudo muito compartimentado. Se ele era ou não fonte do funcionário, é o funcionário que tem que explicar isso.* (Mauro Marcelo de

Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004)⁵¹.

Ambas as atividades trabalham, realmente, com as chamadas “fontes” e tentam, na medida do possível, preservá-las. Mas, de uma maneira geral, cada uma dessas instâncias discursivas desempenha também o papel de “fonte” em relação à outra. Não sem razão afirmaria o Ministro-chefe do GSI, General Armando Félix:

(12) ⇔ *Somos um pouco parasitas do trabalho de vocês* [jornalistas]. *Na verdade, vocês trabalham para nós.* [...] A Abin tem pouco mais de 1.400 agentes, mas há milhares de repórteres bisbilhotando por toda parte. (General Jorge Armando Félix, segundo a jornalista Eliane Catanhêde, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 281/2004).

Assim, se a Abin trabalha em parte com o que a mídia informa, alguns jornalistas, por sua vez, desempenham trabalhos investigativos muito próximos daqueles levados a cabo por um órgão de inteligência. É possível observar inclusive, que algumas investigações realizadas no âmbito da atividade jornalística se antecipam muitas vezes ao próprio trabalho de inteligência, fornecendo informações que, só depois de noticiadas na imprensa, vão ser aprofundadas por analistas voltados para a produção de conhecimentos. Dotados de tecnologias de ponta, sofisticados aparelhos de escuta e gravação, e menos pressionados pelos rigores da legalidade, os jornalistas muito se assemelham a agentes operacionais de um serviço secreto no que diz respeito à coleta de dados não ostensivos.

Nesse sentido, vale a pena transcrever parte de depoimento dado pelo jornalista Bob Fernandes:

⁵¹ Nesse mesmo sentido, a declaração abaixo, com processos de modalização autonímica presentes na enunciação de ambas as instâncias discursivas:

(11) ⇔ *O senhor falou que hoje o principal instrumento de trabalho é o informante...*
 ⇔ *Nós não falamos informante. Falamos fontes.*
 ⇔ *Então, como ocorre o recrutamento dos informantes ou das fontes, como o sr. prefere chamar? Elas são pagas?* (Rômulo César Mourão Rodrigues, chefe da Agência Ceará da Abin, em entrevista publicada no *Diário do Nordeste* – Texto 180/2004).

Antes das férias em julho fiquei quinze dias num flat no Itaim, que era onde morava o PC [...]. Quer dizer, eu fiquei 15 dias vendo no restaurante *Vecchia Cucina*, que funcionava no prédio do Vitória Flat, o peso pesado do empresariado... E como [Paulo César Farias] não [me] conhecia, eu podia ficar ali e ver ele tomar café da manhã com um, jantar com outro, não sei o quê. Eu estava sempre onde ele estava, estava sempre acompanhando.... [Eu] tinha [fontes secretas]. Um deles eu tinha que pegar o jatinho e ir a São Paulo com ele conversando; um cara de São Paulo. Ele ia a Brasília, me pegava, voltava pra cá (São Paulo) conversando, pra não poder ser visto em lugar nenhum. E ele só não seria visto em nenhum lugar comigo, segundo ele, no ar, no jatinho dele. É bom quando surge aquilo que eu chamaria de “fonte filantrópica”, que é a fonte terciária, que é aquele cara que dá informação por prazer, só porque quer ver o circo pegar fogo, tal e tal. (FERNANDES, in EMILIANO JOSÉ 1996, pp. 189-190).

Em nível internacional, praticamente todos os serviços de inteligência trabalham com dados fornecidos pela imprensa, seja simplesmente transcrevendo notícias⁵², seja checando as informações ali presentes e aprofundando-as. Exemplo disso é a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) que, de modo similar à Abin (textos 206/2000 e 291/2004), declara que 90% de suas informações são extraídas de fontes ostensivas, principalmente dos jornais.

Esse estado de coisas, se radicalizado, pode levar a supor que a atividade de inteligência possa ser substituída por aquela desenvolvida por órgãos técnicos do governo, ou até mesmo pela imprensa, como defendido em alguns editoriais e artigos de opinião:

(14) ⇔ *A agência, ademais, foi incapaz de informar as autoridades federais da proximidade e da extensão da recente paralisação dos caminhoneiros. Para isso, bastaria ter lido os jornais às vésperas do movimento.* (Editorial da Folha de São Paulo – Texto 92/1999).

⁵² A prática da mera transcrição provocaria, no discurso jornalístico, a crítica seguinte:

(13) ⇔ [...] além disso, quem já teve acesso aos relatórios do antigo SNI e da atual Abin surpreende-se com a pobreza e a obviedade das informações. Carlos Lacerda dizia que o SNI não funcionava às segundas-feiras, porque não havia jornais a recortar. (Jornalista Carlos Alberto Sandeberg, em artigo de opinião publicado em O Estado de São Paulo - Texto 39/2002).

Igualmente críticos em relação a essa prática, o Presidente John Kennedy (citado por MACGARVEY, 1972: 34-35) afirmaria: “Não acho que todas as informações sejam interessantes. Há dias em que eu sei de mais coisas lendo o *New York Times*”. Nesse mesmo sentido, declaração do Presidente Lyndon Johnson: “Não consigo achar uma coisa que eu saiba e que a imprensa não saiba logo depois. Ah, sim, certos detalhes, alguns poucos segredos, mas não há uma só atividade importante em que estejamos empenhados que eu já não tenha visto nos jornais ou na televisão de uma certa forma”.

(15) \Rightarrow A principal questão é determinar se o Brasil tem necessidade de um serviço secreto nos moldes da Abin. Ninguém contesta o fato de que dispor de informação é fundamental. Mas é preciso definir se os dados de que necessita o poder público (e não pessoas à frente do Estado) precisam ser obtidos por espiões ou podem ser coletados por pesquisadores e técnicos operando com fontes abertas. (Editorial da Folha de São Paulo – Texto 125/2000).

(16) \Rightarrow Quando a revista “Veja” publicou, na semana passada, as informações a respeito da espionagem da Abin em cima de um jornalista, do governador Itamar Franco (MG) e de um procurador da República, entre outros, Hélio Schwartzman [...] defendeu imediatamente a tese de que não há necessidade de uma agência de espionagem (ou de inteligência). De fato, todas as funções imagináveis para um organismo do gênero podem ser exercidas por outras agências do poder público. Claro que ações não legítimas nem legais, frequentemente praticadas por órgãos como a Abin, não contam, por motivos óbvios. (Jornalista Clóvis Rossi, em artigo de opinião publicado na Folha de São Paulo – Texto 165/2000).

(17) \Rightarrow Se podemos contar com a imprensa e com toda uma rede de comunicação social, é redundante e perigoso manter a Abin, cujas bisbilhotices mostram-se nocivas à cidadania. (Roberto Romano, filósofo e professor da Unicamp, em artigo de opinião publicado na Folha de São Paulo – Texto 251/2000).

Entretanto, jornalismo e inteligência constituem, como já visto, atividades distintas. A primeira dirige-se a um público-leitor pretendendo formar ou aguçar uma visão crítica acerca dos acontecimentos, enquanto a segunda se destina a um público bem mais restrito e específico, trabalhando muitas vezes com informações que em nada despertariam o interesse da massa de leitores de um jornal. Existem, isso sim, pontos de convergência nas práticas investigativas por ambas adotadas.

Essa similaridade de ações, induzindo a uma certa confusão identitária entre as atividades desenvolvidas nesses dois campos, faz com que o agente de informações assuma algumas vezes o papel do jornalista, esquecendo que as informações coletadas devem ser trabalhadas numa ótica específica que é a da inteligência, ou, em outras situações, é o próprio

jornalista que passa a se ver como uma espécie de agente em missão secreta ao escarafunchar bastidores ocultos da vida social⁵³.

O debate em torno dessa similitude de ações quando se trata de obter informações negadas, ganhou força no espaço da imprensa com a eclosão do caso *Espionagem no Planalto II*: segundo matérias divulgadas em 2004, agentes da Abin teriam denunciado dois jornalistas que, trabalhando no Palácio do Planalto, estariam atuando como espiões ao repassarem informações sobre as atividades sigilosas do governo para dois funcionários do próprio órgão de inteligência, que os teriam recrutado. Tanto a imprensa como a própria Abin reagiram tratando o caso como possível “teoria conspiratória dentro do governo”:

(18) ⇨ *Não tenho que abafar nada. Primeiro, tenho que saber se existe o caso, se existe fundamento, porque as pessoas podem estar criando a teoria da conspiração (fora da realidade).* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não especificada, publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 73/2004).

(19) ⇨ *Esse enredo é típico das fantasias conspiratórias que cercam gabinetes palacianos e, em especial, autoridades egressas da velha esquerda. Nessa trama, todos perdem. Perde a Abin, mais uma vez protagonista de episódios pouco edificantes. Perdem também os jornalistas, ambos homens respeitáveis agora postos sob suspeição por acusadores irresponsáveis.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 56/2004).

O polêmico debate lançado na imprensa mostra o quanto as práticas para a obtenção de dados negados aproximam as ações de inteligência do chamado “jornalismo investigativo”, o qual implica, segundo o presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)⁵⁴, Marcelo Beraba (citado por FORTES, 2005, p. 15), “a busca

⁵³ Fortes (2005: 35) destaca: “o olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo”. Muito embora esse autor considere a investigação jornalística muito próxima do trabalho policial, as ações empreendidas pelo chamado “jornalismo independente” parecem apresentar maior similaridade com aquelas desenvolvidas na atividade de inteligência, uma vez que esta também não possui qualquer poder de polícia. O jornalista não age sobre os eventos e os sujeitos nele envolvidos dando ordem de prisão ou promovendo acareações. Os métodos por ele adotados, quase sempre envolvendo microcâmeras e microfones, visam, sobretudo, a obtenção de dados negados para a elaboração da notícia.

⁵⁴ A ABRAJI, criada em 2002 foi concebida, segundo Fortes (2005: 26), “no rastro de entidades semelhantes montadas em países tão distintos como Estados Unidos e Filipinas, com o mesmo objetivo: incentivar e fortalecer a investigação jornalística, disseminar o assunto entre jornalistas e estudantes de comunicação, além de manter fóruns abertos para a discussão constante do tema”. O autor destaca existirem pelo menos

obsessiva por documentos e provas”, prática esta que dá origem a uma ampla discussão quanto a sua legalidade remetendo, por conseguinte, ao plano da ética.

Martins trata a questão a partir de um exemplo hipotético:

Se alguém a serviço de uma empresa se meter a fuçar o lixo de outra companhia, poderá ser acusado – com razão – de espionagem industrial. Mas se um jornalista fizer isso com o objetivo de informar a sociedade sobre determinado projeto que ameaça o meio ambiente, não só não acontecerá nada com ele como sua reportagem será bem recebida por leitores ou telespectadores. Qual seria a diferença, no caso, entre o espião industrial e o repórter? O primeiro estaria tentando tirar proveito particular da informação, o segundo estaria atrás dela para prestar um serviço público. (MARTINS, 2005, p. 34).⁵⁵

E conclui o seu arrazoado afirmando que:

Deve haver interesse público relevante no assunto, tão relevante que justifique o uso de documentos e depoimentos obtidos por métodos heterodoxos. Note bem: “interesse público” e não “interesse do público”. São duas coisas bem distintas. (MARTINS, 2005, p. 41).⁵⁶

Argumento semelhante já havia sido utilizado pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Mendes Cardoso:

oito grandes organizações de jornalismo investigativo no mundo, sendo a maior delas a norte-americana Investigative Reporters and Editors – IRE, fundada em 1975.

⁵⁵ Exemplo similar já havia sido utilizado por Mauro Marcelo de Lima e Silva:

(21) ⇔ *Trabalhamos com uns 90% de informações abertas, mas também trabalhamos com dados negados. Não cometemos nada de ilegal. Pode até ser eticamente questionável, mas não há nada ilegal. [...] Posso dar um exemplo clássico, que é a investigação do lixo. Se colho sua lata de lixo todo dia de manhã, durante uma ou duas semanas, levanto sua vida inteirinha. É o cheque rasgado, o que você come, o que você bebe. É crime? Não. Mas é eticamente questionável. Eu ficaria puto se fizessem comigo.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* - Texto 291/2004).

Declaração esta que receberia a réplica seguinte:

(22) ⇔ *Para Maierovitch, é um absurdo o chefe da Abin falar em remexer o lixo como meio de investigação. Fere os direitos e garantias fundamentais da Constituição, que protege a intimidade e a vida privada. E o dirigente é irônico: "Um governo com um serviço de inteligência como esse não precisa mais nada!"* (Wálter Maierovitch, ex-secretário nacional Antidrogas do governo FHC segundo a jornalista Eliane Cantanhêde, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* - Texto 294/2004).

⁵⁶ Na mesma linha de raciocínio, em 2004, o então diretor-geral da Abin proporia a distinção entre “interesse público” e “interesse do público” (Cf. Texto 100/2004).

(20) ⇔ *O governo assume que a agência, de fato, está metida nos casos do juiz Nicolau dos Santos e na busca aos autores da falsificação de um dossier sobre contas de autoridades, entre elas o presidente, no exterior. Aí está envolvido o interesse nacional.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Dora Kramer, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 135/2000).

É justamente em nome desse interesse “nacional” ou “público” que a Abin defende a prática, em certas circunstâncias, de ações *encobertas* para a obtenção de informações capazes de otimizar a elucidação de fatos de interesse do Estado. Essas ações, tratadas pela imprensa como atos de *espionagem*, não são, muito diversas, como foi demonstrado, daquelas empregadas pelo profissional da imprensa em sua ânsia por “furos jornalísticos”.

Fato é que a questão da ética, quando trazida para o primeiro plano da discussão em tela, dá origem a enunciações no mínimo intrigantes, para não dizer contraditórias, por parte de ambas as instâncias discursivas, do que podem ser exemplos alguns excertos extraídos de matérias jornalísticas versando sobre o *Caso BNDES*.

(23) ⇔ *Embora desaprove a maneira como as gravações foram feitas, o jornal decidiu publicar todos os diálogos que ajudam a esclarecer o relacionamento do governo com o grupo a favor de quem foi feita a manobra. [...] a sua revelação, quase um ano depois do leilão, tem um significado histórico para compreender o que se passou.* (Jornalistas Fernando Rodrigues e Elvira Lobato, em reportagem integrante de Caderno Especial da *Folha de São Paulo* – Texto 11/1999).

(24) ⇔ *Mino Pedrosa afirmou que a fonte responsável pela entrega das fitas [do grampo do BNDES] não tem nenhuma relação com o senador cassado [Luiz Estevão]. "Acho que ele foi um dos que tentaram pegar o senador", disse o repórter. Para ele, mesmo que Luiz Estevão tenha sido responsável pela produção e vazamento das fitas, as declarações do juiz Nicolau dos Santos não podem ser desqualificadas. "A gente não obtém essas informações de mocinhos. Eu tenho de depender de bandidos para que eles delatem os companheiros deles", disse o jornalista.* (Jornalista Mino Pedrosa, segundo notícia de autoria não especificada, publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 78/2000).

A delicada questão da ética é abordada por Martins a partir de uma indagação à qual o próprio autor responde de forma um tanto pragmática:

Mas o que é ética, afinal? Já foram escritos milhares de tratados sobre o tema, consumindo rios de tinta e toneladas de papel. [...] Simplificando, no fundo ser ético significa fazer o que está certo e não fazer o que está errado. (MARTINS, 2005, p. 30).

A crer na amplitude de tal posicionamento, seria possível concordar com o que o jornalista Leandro Fortes defende:

O que não se pode, melhor, não se deve, é relegar essa polêmica a um embate entre sacrossantos e demônios, como se a subversão de algumas normas não estivesse na raiz do sucesso de grandes reportagens ou de importantes investigações policiais. Acontece todo o tempo. Pode-se limitá-la, organizá-la, vigiá-la, mas não detê-la. (FORTES, 2005, p. 54).

Ou com a seguinte afirmação tautológica do General Alberto Mendes Cardoso:

- (25) ⇔ *O sr. recebeu um levantamento sobre irregularidades cometidas por funcionários do Ministério da Saúde, mas não levou adiante. Recebeu um documento sobre atividades do governador Itamar (Minas) e decidiu jogar no triturador de papel. O sr. concentra em suas mãos o destino de uma investigação...*
- ⇨ ***Eu acho correto porque faço com correção*** (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista para reportagem publicada na revista *IstoÉ* – Texto 142/2000).

E ainda com as seguintes declarações atribuídas ao General Jorge Armando Félix:

(26) ⇔ *É importante caracterizarmos que as fronteiras éticas da atividade de inteligência são complexas. Na ética absoluta, não podem existir serviços de inteligência.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Tânia Monteiro em notícia publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 36/2003).

(27) ⇔ *A atividade de inteligência possui padrões éticos que beiram o mimesmo de certos animais, cuja cor depende do ambiente. Assim, por exemplo, o que é considerado antiético – e, às vezes, ilegal dentro do país – é absolutamente desejável, indispensável e até vital para um Estado, quando realizado no estrangeiro* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo Editorial da Folha de São Paulo – Texto 108/2004).

O terreno é nebuloso e respostas definitivas estão longe de ser alcançadas. As reflexões de Cepik, ao tratar da polêmica questão do segredo quanto a métodos utilizados para a obtenção de dados privilegiados, merecem ser destacadas:

Serviços de inteligência são justamente organizações que dependem do segredo sobre seus métodos de atuação e suas fontes de informação para operar de forma eficaz. Na medida em que o processo de institucionalização desse tipo de organização implica não apenas um esforço para tornar-se estável (o que depende da agilidade), mas também uma busca por reconhecimento e valor aos olhos dos cidadãos (o que depende da transparéncia), não se pode simplesmente contornar o problema de forma pragmática, dizendo que a existência de segredos governamentais e de serviços de inteligência constituem exceção a uma regra ou princípio. [...] Na verdade, como afirma o próprio David Luban, o segredo governamental e as atividades de inteligência são compatíveis com o princípio da transparéncia somente quando a justificação de sua existência puder ser feita, ela própria, em público. Nesses termos, a proposição de Luban fornece um interessante ponto de partida para a análise das complexidades, tensões, e condições de possibilidade associadas à transparéncia como um desafio de institucionalização. (CEPIK 2001, pp. 5-6).

Trata-se, portanto, da questão de imposição de limites ao princípio doutrinário da *negação plausível*, explicado por Cepik (2001, p. 224) como “doutrina segundo a qual as ações na área de inteligência devem ser conduzidas de modo a permitir ao governo negar seu envolvimento, aprovação ou mesmo o conhecimento das operações para evitar desgastes diplomáticos e crises internacionais”.

Desnecessário dizer o quanto esse princípio pode ser elastecido. Cepik considera que, justamente aí, o mecanismo de fiscalização da mídia, a decisão jornalística a favor da publicização de segredos governamentais tornar-se-ia aceitável e cabível: quando o próprio governo falhasse em justificar publicamente a necessidade do segredo do ponto de vista da segurança nacional, ou seja, quando a informação classificada estiver servindo apenas para ocultar uma incompetência, um crime ou um capricho dos governantes e não para proteger os cidadãos de ameaças contra a sua segurança.

O caráter fiscalizador da imprensa no que concerne à atividade de inteligência dá-se no campo do chamado “controle social” que difere do “controle formal” exercido no âmbito da Administração Pública. Meirelles (2003) define o controle formal como sendo “a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”. Já o controle social apresenta formas de exercício mais

abrangentes, mas de alcance paradoxalmente mais restrito, vinculando-se unicamente a uma capacidade de vigilância, ou, quando muito, a uma capacidade orientativa de cunho informal, sem qualquer obrigatoriedade de observância. Assim é que a fiscalização eventualmente exercida pela imprensa é não-normativa e prescinde de uma contrapartida por parte do órgão ou poder fiscalizado (o que não significa dizer que esta contrapartida não ocorra). Fato é que, apesar das dificuldades aí existentes ou das distorções sempre possíveis nesse tipo de controle, críticas e sugestões acerca de um dado evento, quando veiculadas na imprensa, contribuem para a ampliação do horizonte perceptivo da massa de leitores (ou, em termos bakhtinianos do “fundo perceptivo” do ouvinte) e alavancam os graus de pressão exercida pelos grupos mais atuantes, no que diz respeito a decisões.

A função fiscalizadora da mídia tem um caráter de “incitação” a um controle social mais efetivo, a qual produz efeitos na própria configuração dos sistemas de controle formal. Disto pode ser exemplo a trajetória de constituição da Comissão para Controle Legislativo sobre as ações da Abin, a qual apenas prevista genericamente na lei de criação daquele órgão de inteligência (Lei nº 9983/99), só teve a sua instalação efetivada um ano depois (novembro de 2000), graças às pressões provocadas por denúncias, feitas na imprensa de supostos atos de espionagem praticados por agentes da Abin (textos 126 e 160/2000, equivalentes a reportagens que foram desdobradas em diversas matérias difundidas nos jornais em circulação).

Esse tipo de comissão de controle congressual para ações de inteligência corresponde, na realidade, a um modelo comum a serviços de inteligência de países diversos, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos da América. Naquele país, entretanto, os comitês parlamentares criados são especializados em temas de inteligência, enquanto que no Brasil esse controle externo é exercido, de um lado, pelo Tribunal de Contas da União (no que diz respeito à gestão de recursos orçamentários), e de outro, por uma Comissão Mista do

Congresso Nacional (sobre atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência) integrada pelas lideranças majoritária e minoritária do Congresso Nacional e pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ao dedicar um dos capítulos de sua tese de doutorado à questão do controle externo, Cepik (2001, p. 214) faz ver que, muito embora o papel do Congresso como instituição fiscalizadora do Poder Executivo adquira centralidade (justamente por ser o legislativo considerado o poder mais representativo nas democracias), esse tipo de controle apresenta mecanismos frágeis, tornando necessário “problematizar a premissa segundo a qual os parlamentares são melhores agentes dos cidadãos do que os burocratas, os presidentes, os juízes ou a mídia em se tratando dessas áreas de políticas públicas”.

Amy Zegart considera que:

Os parlamentares tendem a evitar o envolvimento em atividades de supervisão de segurança nacional porque tais atividades envolvem altos custos transacionais para a obtenção de informações e muitos conflitos para construir a autoridade necessária ao exercício efetivo da supervisão. Devido ao segredo governamental e à baixa densidade de grupos de interesse atuando nessa área da sociedade civil, o tempo de construção de laços de confiança e do conhecimento especializado necessários para uma atuação relevante é simplesmente demais para parlamentares que precisam “mostrar serviço para seus eleitores” tendo em vista o imperativo intermediário da renovação do mandato ou da progressão na carreira política. (ZEGART, citado por CEPIK, 2001, pp. 215-216).

Segundo essa linha de raciocínio e fazendo uso das formulações de Adriana Marques (2004), duas hipóteses explicariam a baixa intensidade do debate parlamentar em torno da criação e fiscalização da Abin: (a) o elevado nível de dedicação necessário para que um parlamentar se especialize no tratamento do tema atividade de inteligência e o baixo retorno eleitoral desse tipo de assunto; e (b) a tendência verificada à cooptação dos

parlamentares para uma visão acrítica e condescendente em relação às práticas e justificativas das agências de inteligência do Poder Executivo⁵⁷.

Nesse contexto, o papel desempenhado pela mídia, notadamente pela imprensa escrita, ganha relevância, muito embora – é necessário ressaltar – as duas diferentes formas de controle não sejam substituíveis uma pela outra.

O reconhecimento de tal relevância não é unânime, alimentando uma acirrada polêmica entre seus defensores e seus críticos, além daqueles que, céticos quanto ao tema, desacreditam na possibilidade da eficácia desse tipo de controle social em se tratando de questões de inteligência.

Cepik admite que um dos papéis fundamentais da mídia seria o de levar à atenção do público, temas relevantes e polêmicos. Mas ressalta a existência de duas principais dificuldades quando se está tratando de questões de segurança e de inteligência: a primeira delas remete aos limites da isenção jornalística em contextos nos quais as grandes empresas de comunicação e os governos mantêm relações simbióticas e ao mesmo tempo conflitivas; a segunda dificuldade diz respeito aos limites impostos pelo segredo governamental e às difíceis decisões sobre tornar público ou não um segredo obtido pelos meios de comunicação.

Apontando para o risco da manipulação da informação pelo governo, assim como para o da “espetacularização” da notícia pela mídia, Cepik considera:

Como os temas de inteligência e segurança são particularmente sensíveis a ambos os tipos de pressão [...], isso limita bastante a capacidade da mídia comportar-se como um agente público na fiscalização e controle das

⁵⁷ O que teria levado o deputado José Genoíno a afirmar:

(28) ⇔ *Embora exista uma comissão de controle da Abin, composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado e pelos presidentes das comissões de segurança das duas Casas, o controle, na prática, não existe. Seus membros não exercem uma atividade parlamentar específica e especializada, voltada para a área de informação e segurança do Estado. A falta de controle dos órgãos de informação e a ausência de uma política para esse setor vêm gerando uma sensação de insegurança generalizada. Ao mesmo tempo em que se espiona todo mundo, o governo permanece sem informações estratégicas relevantes* (Deputado José Genoíno, em artigo de opinião publicado no *Correio Braziliense* - Texto 153/2000).

políticas e agências de inteligência e segurança. Limitação não quer dizer impossibilidade. Há exemplos de cobertura jornalística que contribuem para esclarecer o público, mas as limitações para isso são realmente muito grandes. (CEPIK, 2001, p. 194).

Outra, entretanto, é a visão da própria imprensa, a qual, segundo Anne-Marie Smith:

[...] conserva sua meta, embora insuficientemente atingida, de atuar como um foro social. Idealmente, considera estar desempenhando um importante papel cívico ao proporcionar informações, debates e comentários. No exercício desse papel, a imprensa se vê a si mesma e é vista (pelo menos retoricamente) como um fator essencial para a cidadania responsável e a participação democrática. (SMITH, 2000, p. 20).

Essa capacidade fiscalizadora da imprensa é reiterada em alguns dos textos coletados:

(29) ⇔ *Uma imprensa livre, um Congresso aberto e um Executivo firme são os meios ao alcance das sociedades democráticas para infundir de alto a baixo nas organizações de espionagem a convicção de que a má conduta será descoberta e castigada.* (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 43/1999).

(30) ⇔ *É a imprensa que desempenha o papel investigatório de fundamental importância, obtendo e divulgando informações que serão, sempre, selecionadas e aprofundadas com a instauração formal de investigações.* (Guilherme Zanina Schelb, procurador da República, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 11/2001).

(31) ⇔ *Na minha visão de democracia, a imprensa é o principal pilar do Estado democrático de Direito. E a liberdade de imprensa é o verniz dessa pilastra. A imprensa não pode ser atingida nem mesmo pelo braço da Justiça.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, segundo o jornalista Iuri Dantas, em notícia publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 100/2004).

Não obstante o reconhecimento pela Abin da importância do papel fiscalizador da imprensa, por inúmeras vezes a instituição é levada a desmentir matérias e a defender-se de acusações contidas em notícias publicadas:

(32) ⇔ *Alberto Cardoso divulgou ontem nota oficial em que desmente “veementemente” declarações atribuídas a ele pelo jornal O Globo. Segundo o diário, o general teria dito ser possível que a escuta no BNDES*

tivesse sido feita na Abin, onde o grampo estaria “banalizado”. (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo o jornalista Renato Fagundes, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 32/1999).

(33) ⇔ *O general Alberto Cardoso disse que vai colaborar com a comissão do Congresso. “Essa comissão foi organizada por iniciativa da própria Abin”, afirmou. “A Abin não fez nada daquilo que está na revista (Veja)”.* *O general não fez nenhuma referência à reportagem da Veja desta semana, em que são apontadas as áreas de atuação da Abin. A agência teria uma atuação muito além das suas atribuições legais, segundo a revista.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo os jornalistas Valdeci Rodrigues Márcio de Freitas e Abnor Gondim, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 151/2000).

(34) ⇔ *A Presidência da República e o Gabinete de Segurança Institucional conseguiram emitir uma nota sobre o artigo aqui publicado ontem, para afirmar que “o general Alberto Cardoso não manteve contato telefônico com o juiz Nicolau dos Santos Neto em qualquer época”, e “lamentar que o jornalista não tenha tido o cuidado de apurar, junto ao Gabinete de Segurança Institucional, a veracidade de suas alegações”.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo o jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 248/2000).

(35) ⇔ *Isso é um absurdo. Essas acusações são desconectadas da realidade que se vive na Abin porque ela (a instituição) segue regras rígidas de trabalho e presta contas de seu trabalho à comissão de fiscalização do Congresso.* (Marisa Almeida del'Isola, na posição de ex-diretora-geral da Abin, segundo a jornalista Tânia Monteiro em notícia publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 68/2004).

Tem-se aqui caracterizada a presença de uma “polêmica aberta”, o que significa dizer, em termos bakhtinianos, que ela é diretamente orientada para o discurso refutável do outro. A questão é relevante, na medida em que esta forma de oposição semântica, marcada pela negação polêmica, ao mesmo tempo em que aponta para as diferenças dos pontos de vista defendidos pelas instâncias envolvidas, evidencia as semelhanças ali existentes no que diz respeito a aspectos formais de elaboração discursiva. O sistema de restrições discursivas próprias da imprensa revela o verso e o reverso de tipos similares de atividade enunciativa e organiza a complexa teia de fios discursivos em constante diálogo uns com os outros.

IV – A ABIN NA IMPRENSA

1 O DISCURSO DA ABIN

1.1 Monofonia Enunciativa

O discurso da Abin na imprensa apresentou, em uma primeira leitura feita, a seguinte peculiaridade: trata-se de um discurso proferido por uma voz única, com clara pretensão a uma monovalência de sentidos. Esse discurso, entretanto, não é proferido pelo representante legal da agência de inteligência, ou seja, seu Diretor Geral, mas pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), órgão ao qual a Abin é subordinada. De fato, desde a criação legal da agência (1999) até o ano de 2002, é o General Alberto Mendes Cardoso – ministro-chefe do GSI durante esse período – quem responde a entrevistas (textos 94/1999, 27/2000, 37/2000, 142/2000, 206/2000), dá declarações diversas, e assina artigos de opinião (textos 243/2000, 59/2001, 79/2001).

A ordem do discurso instaura aqui os seus “processos de interdição” no sentido que Foucault empresta ao termo:

Sabe-se bem que não temos o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, que se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1999, p. 9).

No caso da Abin, há uma espécie de hierarquização enunciativa que resulta no silenciamento do próprio representante legal da instituição, cabendo ao seu superior hierárquico o encargo de *dizer a Abin* no espaço da imprensa. Poucas são as referências

encontradas⁵⁸ a enunciados dos diretores gerais Ariel De Cunto (1999 a 2000) e Marisa Del'Isola e Diniz (2000 a 2004), referências estas que, quando encontradas, se apresentam sob as diversas formas do discurso reportado⁵⁹.

Tanto Ariel De Cunto como Marisa Del'Isola são constantemente referenciados na mídia como pessoas “discretas”, o que explicaria, na ótica de seus superiores hierárquicos, a pouca freqüência com que as suas vozes aparecem na imprensa escrita:

(36) ⇔ *Antes das denúncias da revista Veja [que o agente Carlos Alberto Del Menezzi teria sido torturador durante a ditadura], De Cunto poderia ser confundido com qualquer funcionário do Palácio do Planalto. Cerca de 60 anos, baixo, calvo e de óculos, era educado com os subalternos e passava despercebido pelos superiores de outras áreas [...]. Apesar da posição discreta e pouco perceptível, De Cunto virou alvo de críticas diante de denúncias de que a Abin investigou a vida privada de diversas pessoas, incluindo o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o filho do presidente, Paulo Henrique Cardoso, o promotor Luiz Francisco de Souza, servidores públicos e um jornalista.* (Jornalistas Sônia Carneiro e Renata Giraldi, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 188/2000).

(37) ⇔ *O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, assim definiu a subordinada: “A doutora Marisa é uma mulher muitíssimo competente, séria e discreta. Vocês jamais verão uma entrevista dela. É bom que o (a) chefe do Serviço de Inteligência fale pouco”. Cardoso alertou que a orientação será para que a nova responsável pela Abin evite falar, mantendo discrição. [...] “Ele [o ex-diretor Ariel De Cunto] sempre falou com a minha autorização. Mas o ideal é que o diretor ou a diretora da agência fale pouco”.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não especificada, publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 198/2000).

⁵⁸ Foram localizados 40 textos que trazem o nome de De Cunto, oito deles reproduzindo excertos de notas oficiais da Abin, enquanto dez utilizam o seu nome como mera referência funcional ao cargo por ele ocupado. O texto 11/2000 além de citar o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, se refere ao “seu segundo na Abin”, no caso o coronel Ariel de Cunto. Já no que diz respeito a Marisa Del'Isola, foram localizados 22 textos, um deles correspondendo a uma nota oficial da Abin reproduzida na íntegra (texto 58/2003) e nove fazendo apenas referências funcionais ao seu nome enquanto diretora geral da Abin.

⁵⁹ A aparente monofonia observada é raramente quebrada quando escândalos envolvendo a instituição eclodem na imprensa e provocam o surgimento de depoimentos prestados por servidores neles diretamente envolvidos, do que podem ser exemplos os casos do escândalo dos gramos no BNDES (textos 98/1999, 104/1999 e 36/2001) ou da suposta existência de um torturador no quadro de servidores da Abin (texto 187/2000).

Os enunciados acima se referem ambos à discrição como atributo próprio ao cargo de diretor geral da Abin. Mas se o primeiro exemplo (36) apenas faz referência a essa discrição, encarnada, no caso, na pessoa de De Cunto, o segundo excerto (37) tem um teor claramente injuntivo, ainda que fuja do clássico uso da forma verbal imperativa. O enunciado não apenas exorta o dirigente da Abin a se manter discreto (*é bom que o chefe do Serviço de Inteligência fale pouco*), como é dotado de um caráter instrucional, quando prescreve a orientação a ser dada e mantida.

Essa valorização da discrição em detrimento ao livre uso da palavra (*vocês jamais verão uma entrevista dela*) parece ser em parte responsável pela pouca freqüência com que as vozes de De Cunto e de Marisa Del'Isola aparecem no espaço da imprensa ou pelo caráter lacônico de algumas das poucas declarações feitas:

(38) ⇔ *Cunto não soube explicar se a atuação dos militares era oficial ou paralela nessas operações conjuntas, nem dizer se era a cúpula do SNI que autorizava as mobilizações. “Isso eu não sei. O SNI foi extinto em 1990, e muitas coisas aconteceram. Cheguei na Abin em 1996, não sei de nada”, afirmou o coronel.* (Coronel Ariel de Cunto, diretor-geral da Abin, segundo a jornalista Sônia Carneiro, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* - Texto 31/2000).

(39) ⇔ *O governo paraguaio foi avisado pelo governo brasileiro, com pelo menos quatro dias de antecedência, dos preparativos do golpe deflagrado na noite-madrugada do último dia 18. A informação foi colhida pela Embaixada do Brasil em Assunção e repassada à Abin (Agência Brasileira de Inteligência). [...] Questionado sobre a ação do serviço brasileiro de inteligência, o diretor da Abin, o coronel Ariel de Cunto, disse apenas: Não vamos comentar o assunto.* (Coronel Ariel de Cunto, diretor-geral da Abin, segundo os jornalistas Rui Nogueira e William França, em notícia publicada na *Folha de São Paulo* - Texto 60/2000).

Ocorre uma quebra desse paradigma com a ascensão do delegado da Polícia Civil Mauro Marcelo de Lima e Silva ao posto de diretor geral da Abin, durante o segundo trimestre de 2004. A discrição – tida até então como atributo ideal para o cargo – cede lugar a uma proliferação de textos que trazem o novo diretor para o centro da cena enunciativa, não apenas no que concerne ao número de entrevistas concedidas – cinco, no período de apenas

três meses (textos 168, 172, 178, 290 e 291/2004) – mas também quanto à quantidade de comentários e de citações (mais de uma centena) encontradas nas matérias jornalísticas então produzidas.

As declarações de Lima e Silva junto à mídia – dando maior visibilidade à instituição – pretendem ser pautadas, como ele próprio o afirma, por uma maior transparência quanto às ações e à missão institucional da Abin:

(40) ⇔ *Ao assumir a direção geral da instituição, destaco, mais uma vez, o caráter democrático que rege minhas convicções. E a certeza de que essa será uma gestão a primar pela transparéncia. Infelizmente, boa parte da crônica da inteligência é episódica de tocaias contra a cidadania, de vilanias contra o senso comum. Esses tempos, em que a atividade de inteligência era um dos kits de sobrevivência do Estado paralelo, foram definitivamente encerrados.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 124/2004).

(41) ⇔ *Sem criticá-la [a ex-diretora da Abin], a posição minha é completamente diferente. Eu quero é levantar esse manto do secretismo. [...] O que detectei é que existe um preconceito muito grande com a atividade de inteligência, não só no Brasil, mas em vários países, por causa de desmandos no passado. A idéia é desmitificar. O senso comum do povo é pautado por filme hollywoodiano, literatura ficcional. Todo mundo pensa que somos agente secreto, James Bond, carros bonitos, mulheres bonitas. Não é assim. A Abin é pobre. Temos problemas de recursos.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

Essa quebra de paradigma, expressada na busca de uma maior transparência, em nada diminui, entretanto, o caráter aparentemente monofônico do discurso da Abin na imprensa. O sistema de restrições permanece marcado pela questão da autoridade e da posição hierárquica, como ressalta o próprio Lima e Silva:

(42) ⇔ *Vou ter liberdade de contato [com o presidente da República], mas o meu chefe é o ministro general Jorge Félix.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, segundo a jornalista Tânia Monteiro, em notícia publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 126/2004).

(43) ⇔ *Não se modifica a cultura do povo, de uma instituição, do dia pra noite. É evidente que alguns vícios ainda existem. Em algumas reuniões, só faltava o pessoal bater continência. Quebrei o gelo lá com todo mundo.*

Hoje estamos comandando, eu e a nova diretoria – modifiquei 80% dos cargos de direção – estamos trabalhando muito mais como se fosse um colegiado. Nada é feito na Abin sem passar na mesa do diretor. [...] Em tese, a Abin só pratica qualquer tipo de ato, qualquer operação, com ciência do diretor. (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

(44) ⇔ *O que é bom, de certa maneira, é que os funcionários aqui são enquadrados. Eles têm alguma coisa que não é exatamente doutrina militar, mas tiveram comandantes militares durante muitos anos e adquiriram um respeito muito grande à hierarquia. Hoje, quem manda na agência sou eu. O pior cenário é o do funcionário autorizado com conduta não autorizada.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 291/2004).

Se em (42) Lima e Silva coloca-se como subordinado, nos excertos seguintes ((43) e (44)) ele assume uma posição de comando, evidenciando, assim, a rígida escala hierárquica existente na instituição.

Interessante observar que no exemplo (43), o diretor vai se auto-referir como uma terceira pessoa, o que vai ao encontro da observação bakhtiniana (200a, pp. 57-58) de que o indivíduo pode perceber-se através de um sentimento externo convertendo-se, assim, em seu próprio objeto. Aqui, é o lugar-tenente que é posto em cena pelo seu ocupante ou, em termos lacanianos, o *je-moi* que é enunciado enquanto imagem especular de si próprio que circunscreve uma forma de habitar o mundo. A presença de uma imagem especular do outro também se faz presente no mesmo enunciado através da referência à *cultura do povo*, em uma construção discursiva *sui generis* ao fazer uso de um artigo definido em lugar do indefinido (não se trata da cultura de um povo, mas da *cultura do povo*). Os efeitos de sentido permanecem truncados em razão da estrutura sintática do enunciado. Interpretativamente falando, seria possível considerar a presença de um equívoco, querendo o locutor dizer que, do mesmo modo que não se modifica a cultura de “um” povo do dia para a noite, também é impossível mudar rapidamente a cultura de “uma” instituição. O enunciado desliza, desta forma, de uma generalização a uma restrição semântica, sem que o leitor possa se situar de forma precisa quanto às intenções do enunciador....

No último dos exemplos dados (44), a palavra de autoridade ganha uma corporalidade mais definida, corporalidade esta que, conjugada na primeira pessoa (*quem manda na agência sou eu*), reafirma o lugar enunciativo de onde o locutor fala para, logo em seguida, referir-se aos servidores da agência como *funcionários enquadrados, com respeito muito grande à hierarquia*.

Mas o uso feito da hierarquia existente, como estratégia para a instauração de um dizer aparentemente monofônico, não interrompe o incessante atravessamento de outras vozes no discurso da Abin, sejam elas desejadas ou indesejadas⁶⁰.

1.2 Dimensões Dialógicas do Discurso *da* Abin

Um breve retorno a dois excertos anteriormente transcritos ((40) e (41)) serve para exemplificar algumas das formas pelas quais o dialogismo atua no discurso pretensamente monovocal da Abin. No primeiro excerto, à transparência defendida pelo novo diretor é contraposto um modelo de gestão anterior, evocado por Lima e Silva como um modelo caracterizado por *tocaias contra a cidadania, vilanias contra o senso comum e variadas arbitrariedades*. Tem-se, assim, que esse discurso aparentemente homogêneo se abre ao registro histórico de um tempo passado trazido para o presente como eco e ressonância de um outro discurso. Em (40), a inserção de uma voz outra no plano enunciativo dá-se através da referência feita ao *senso comum do povão*, que é, logo em seguida, refutado pelo enunciador.

Inúmeras são as vozes presentes no discurso da Abin, ali instaurando dimensões dialógicas diversas. Introduzindo em seu próprio dizer vozes ecóicas ou vozes dissonantes, o enunciador não apenas dialoga com o seu ouvinte concreto, participante ativo da interlocução

⁶⁰ Como afirma Bakhtin (2000d, p. 318) em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade.

direta, como também dialoga com um interlocutor fisicamente ausente (como em (45) e (46)) ou com uma voz sem nome, difusa, que é inserida na enunciação (como em (47) e (48)):

(45) ⇔ [Ariel Decunto] *É de absoluta confiança, amigo de infância, irmão. Eu falei: "Ariel, ouvi isso lá do João Guilherme, nós temos que achar essas fitas, temos que ter essas fitas. Final de setembro". "Alberto, temos as fitas, chegaram as fitas"*. (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 94/1999).

(46) ⇔ *Os serviços de inteligência funcionam até hoje nas democracias modernas para combater inimigos externos. Um estudo feito pela pesquisadora Priscila Antunes, da Fundação Ford, aponta ser o erro mais grave da Abin priorizar inimigos internos.*

⇨ *Engano dela. Tem muita gente falando sobre a Abin sem conhecer. A agência tem um departamento de assuntos internacionais e outro de nacionais.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na revista *IstoÉ* – Texto 142/2000).

(47) ⇔ *Eu digo: se ilude aquele ministro que acha que tem poder. Corre o risco de, numa primeira iniciativa errada, cair fora. Aí ele vai ver que seu poder não existia, estava ao alcance da caneta do presidente da República. Então, essa história de que o Cardoso está recebendo muito poder... Não, o Cardoso está recebendo algumas atribuições que o presidente resolveu colocar aqui, nenhuma delas pedida ou insinuada por nós.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 27/2000).

(48) ⇔ *É que nos arquivos há aqueles "constam que", "dizem que", que ofendem as pessoas. Existia tendência na época de botar tudo no papel, todas as fofocas. [...] Era uma maneira de fazer pressão.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 290/2004).

O enunciado (45) apresenta um interessante jogo de superposição de vozes colocadas em um mesmo plano enunciativo, ou seja, uma complementando a outra com vistas a criar um mesmo efeito de sentido. A formatação dada ao texto faz do uso das aspas como marcador de distinção dessas duas vozes postas em ação no desenvolvimento narrativo (do ministro-chefe do GSI e do diretor-geral da Abin). Também em (46) as vozes introduzidas são claramente demarcadas, mas, diferentemente de (45) o enunciado é marcado pela alternância da palavra e da contrapalavra, ambas contracenando com um terceiro participante (a pesquisadora) que ocupa o centro do evento enunciativo. Já os enunciados (47) e (48)

mostram a presença de vozes que se opõem, sem que elas se encontrem formalmente delimitadas. Assiste-se em (47) à inserção da voz de outrem sob a forma de um “discurso indireto analisador do conteúdo”, enquanto que em (48) predomina o “discurso indireto analisador da expressão”. Em ambos os casos, o terceiro participante, claramente nomeado em (45) e (46) adquire em (47) e (48) a forma de um dizer outro sem qualquer indicação precisa quanto à sua origem.

Esse dizer difuso, generalizado, atribuído a uma voz coletiva posta em ação, pode assumir a forma de um dizer o mesmo com um dizer a mais, com uma *outra linguagem* (no exemplo a seguir, a linguagem religiosa) de um “dizer de uma outra forma”, que ecóicamente fortalece o dito:

(49) ⇔ *Necessária é, portanto, vigilância redobrada com o objetivo de permitir que continuemos no Brasil a viver, para usar os salmos, sem "nos assustarmos com o terror noturno nem com a mortandade que assola ao meio-dia".* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 79/2001).

Ou pode penetrar no campo de um dialogismo que se instaura com a própria língua, nos termos de um dizer em relação ao qual o enunciador ao mesmo tempo em que dele faz uso, dele toma distância, assinalando a sua não pertença à linguagem que julga ser a sua:

(50) ⇔ *Para usar uma expressão de traseira de caminhão, queremos perguntar como estamos dirigindo. Se sentirmos que estamos em descompasso com o que esperam de nós, vamos mudar.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não especificada, publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 28/2003).

(51) ⇔ *“Espionagem política é coisa do passado. Conheço bem o general Cardoso, não seria do fétio dele permitir isso”* disse o general, acrescentando: *“Não tem componente, como se diria na gíria, de fofoca. Isso não tem mais”*. (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não identificada, publicada em *O Globo* – Texto 84/2002).

Ao referir-se a *uma expressão de traseira de caminhão* (50) e a *fofoca* (51) como expressão de *gíria*, o enunciador anuncia que toma de empréstimo palavras que não são suas, instaurando um dialogismo marcado pela não-coincidência do discurso consigo mesmo. Esse tipo de modalização autonímica - dita de empréstimo (AUTHIER-REVUZ, 2001b) – apresenta aqui um duplo movimento: ao mesmo tempo em que o locutor tenta realizar uma aproximação com uma linguagem do cotidiano ele afasta tal possibilidade ao deixar claro não ser esta a sua forma habitual de expressão.

A assinalação de uma não pertença também está presente no enunciado abaixo:

(52) ⇔ *O termo corregedoria é um pouco pesado para a instituição, mas é para evitar algo inconcebível: uma agência de inteligência permitir vazamento de informação.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 290/2004).

Mas, diferentemente dos enunciados (50) e (51), não é a existência de “dialetos sociais” diversos que é aqui marcada. O que é posto em causa é a própria inadequação da palavra usada, presentificando uma não coincidência entre a palavra e a coisa. Nesse caso, o enunciador como que se desculpa pela palavra que usa, indicando uma falha, uma falta da palavra exata para o que quer dizer, e, assim o fazendo, instaura um dialogismo com a palavra de “outrem”, ou, como diria Bakhtin (1988a, p.100) com uma palavra já “povoada ou superpovoada de intenções de outrem”.⁶¹

O diálogo instaurado do discurso consigo mesmo pode, finalmente, dar origem à formação de um duplo do enunciador, implicando um diálogo com o seu próprio dizer no momento em que é dito:

⁶¹ Nesse sentido: “Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções. [...] A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva. Nem todos os discursos se prestam de maneira igualmente fácil a essa assimilação e a esta apropriação: muitos resistem firmemente, outros permanecem alheios, soam de maneira estranha na boca do falante que se apossou deles, não podem ser assimilados por seu contexto e escapam dele; é como eles, fora da vontade do falante, se colocassem entre aspas”. (BAKHTIN, 1988a, p. 100).

(52) ⇔ *Nossos "policiais" não podem andar armados. Nossos "policiais" não têm poder... (risos) Ato falho aí. Os nossos agentes, nossos analistas da Abin não podem andar armados. Não podem fazer investigação.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

O movimento dialógico aqui presente opera um retorno reflexivo do enunciador sobre as suas próprias palavras, indicando a sua incorreção, a sua impropriedade, através de um comentário (*ato falso aí*) por meio do qual ele ressalta o seu equívoco quanto à palavra usada (*nossos policiais*) e efetua a sua correção no interior do que enuncia (*nossos analistas*). Nesse caso, o contexto extraverbal é requerido para que se possa entender como sendo *ato falso* a impropriedade da palavra usada pelo enunciador: é da sua posição de ex-delegado da Polícia Civil que Lima e Silva sugere a pertença do primeiro termo a um outro campo semântico, a uma voz que já foi sua quando falada a partir da posição antes assumida de um outro lugar-tenente.

O conjunto de exemplos acima analisados me permite afirmar que o discurso da Abin, ainda que formalmente expresso a uma só voz, é pleno de dialogismo. Assim como ressaltam Bakhtin/Voloshinov (1997b, p. 98), a enunciação monológica é, na realidade, mera abstração, embora seja uma abstração de tipo “natural”. Em seu esforço de afirmação do UM – para usar a terminologia de Authier-Revuz – o enunciador se defronta permanentemente com o NÃO-UM em seu discurso, atravessado que é pela incontornável alteridade que funda o dialogismo.

2 O DISCURSO *SOBRE* A ABIN

2.1 Plurivocalidade Discursiva

Diferentemente do discurso *da* Abin na imprensa, o discurso *sobre* a Abin na imprensa caracteriza-se pela presença explícita de múltiplas vozes que instauram uma plurivocalidade discursiva, acompanhada por uma multiplicidade de pontos de vista.

Isto ocorre, por exemplo, na polêmica discussão lançada acerca da real necessidade da existência de um órgão de inteligência no País, como se vê nas diferentes vozes de jornais diversos:

(53) ⇒ *Serviço secreto é estrutura estratégica para munir o Estado de informações capazes de orientá-lo na tomada de decisões e dar-lhe as bases de conhecimento para medidas de correção e prevenção políticas. Mas o instrumento de trabalho da Abin é a intriga, forma de identificar brasileiros como inimigos internos. E, assim, não serve ao Estado, desdenha do governo e desnatura o regime democrático. É tempo de extinguir de vez as formas totalitárias com que ainda atuam os serviços de segurança do país.* (Editorial do *Correio Braziliense* – Texto 120/2004).

(54) ⇒ *Não há outra conclusão possível: a sociedade está à mercê de um organismo que, desde 1956, vive de bisbilhotar a vida da população e de transformar brasileiros em “inimigos internos”. A falta de reformulação no serviço secreto provoca uma situação perigosa: passados 19 anos do fim da ditadura, o País ainda não chegou à democracia plena. Está, portanto, no meio do caminho. Se irá para trás ou para frente, dependerá única e exclusivamente da sociedade. Pela sua omissão ou pela sua ação. A escolha é nossa.* (Análise da notícia, em reportagem publicada em *O Estado de Minas* – Texto 119/2004).

(55) ⇒ *Precisamos dela? [a atividade de inteligência] Sim e não. Não precisamos do modelo tradicional de inteligência, virada unicamente para dentro do país, destinada a monitorar dissidências políticas, opiniões e movimentos sociais. A democracia dispensa esse modelo. [...] [Mas] O Brasil não pode seguir alheio e isolado. Para tomar decisões certas é preciso contar com uma estrutura de inteligência. Faz parte do jogo internacional. Países que são, ou pretendem ser, no mínimo potências regionais, como o Brasil, têm que jogar esse jogo, sob pena de permanecer cegos e surdos à realidade de um mundo cada vez menor, mais globalizado e visível para quem quer (e precisa) ver.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 98/2001).

(56) [...] há quem imagine ser esta [referência ao grampo do BNDES] uma boa oportunidade para o governo arquivar o projeto de institucionalização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). [...] Restabelecida a democracia, é inevitável que essas "tradições" contaminem em alguma medida os novos órgãos de informação do governo. Mas essa está longe de ser uma razão boa o bastante para que os dirigentes do Estado democrático abram mão do legítimo direito - a rigor, do dever - de dispor de informações confiáveis que não sejam de domínio público, às quais eles não teriam acesso de outro modo e que são relevantes para o processo decisório do Executivo e também para a defesa do Estado democrático contra seus inimigos. [...] Fechar a Abin, em suma, em nada beneficiará o interesse nacional. Fazê-la funcionar, sim. Fechar a Abin não trará nenhum benefício ao Estado. Ele só terá a ganhar se ela funcionar bem. (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 43/1999).

Enquanto o primeiro enunciado (53) assume claramente uma posição contrária à permanência e funcionamento da Abin, vista como um órgão que *não serve ao Estado, desdenha do governo e desnatura o regime democrático*, o segundo (54) amplia o foco da discussão ao afirmar que *desde 1956* [o serviço de inteligência] *vive de bisbilhotar a vida da população*. Ambos os enunciados se referem à visão do oponente discursivo acerca dos brasileiros como *inimigos internos*. Mas enquanto em (53) esse argumento serve de reforço à idéia da absoluta inutilidade da Abin, em (54) é destacada a necessidade de uma reformulação no serviço secreto, para tanto conclamando a participação ativa da sociedade e deixando em aberto a sua efetivação (*se irá para trás ou para frente dependerá única e exclusivamente da sociedade*).

No enunciado (55) o ponto de vista defendido pelo enunciador parte da formulação de dois opostos (*sim e não*) para de um lado afirmar a necessidade de um serviço de inteligência no País e, de outro, questionar a adequação da Abin a tal necessidade. É fazendo uso da contradição existente entre um dever-ser e um ser que o enunciador finda por rejeitar o *modelo tradicional* (encarnado na Abin) ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de se *contar com uma estrutura de inteligência*. Em posição contrária, o último exemplo dado (56) defende claramente a permanência da Abin, afirmando que o seu fechamento em nada beneficiaria *o interesse nacional*.

Diversos são também os pontos de vista encontrados na pessoalidade das vozes de articulistas:

(57) ⇒ *Há três níveis de discussão sobre a Abin (Agência Brasileira de Inteligência). O primeiro é sobre se é necessária ou não uma agência de inteligência no país. Na minha opinião, é, e muito. [...] A segunda questão é sobre o papel a ser desempenhado por uma agência desse tipo. A missão da Abin – apresentada pelo general Alberto Cardoso, seu diretor-geral – é adequada, assim como os instrumentos institucionais de controle externo. O terceiro nível de análise é como está sendo estruturada, na prática, a Abin. Trata-se de uma organização nova, sujeita a desvios de atuação – que podem ser passageiros, se devidamente reprimidos, ou ficar entranhados na própria estrutura do órgão.* (Jornalista Luiz Nassif, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 173/2000).

(58) ⇒ *O presidente da República e seus auxiliares têm acesso aos jornais, que noticiam regularmente as atividades do MST. Logo, o governo, a menos que não tenha nem a agência de inteligência nem inteligência alguma, sabe que há boas possibilidades de invasões. Se quiser controlá-las de fato, tratará de resolver o problema da terra, para o que não necessita de Abin alguma. O exemplo da terra vale para todos os campos possíveis de atuação de um organismo como a Abin. Portanto, a lógica indica que fechar a Abin talvez seja uma solução melhor do que revê-la de alto a baixo⁶².* (Jornalista Clóvis Rossi, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 165/2000).

Assim como nas vozes de especialistas, colaboradores e políticos, em vários dos gêneros veiculados na imprensa:

(59) ⇒ *O temor é a velha ótica da ordem interna. Foi criado um modelo de inteligência que não dá certo e em momento inóportuno. Estamos vivendo um clima de endurecimento do governo no enfrentamento dos movimentos sociais.* (Deputado José Genoíno, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 26/2000).

(60) ⇒ *A Abin como agência de inteligência não existe. Uma coisa é inteligência: pensar, digerir a informação e tirar uma conclusão. Isso leva muito tempo para ser criado.* (Nelson Düring, analista militar, segundo o jornalista Rodrigo Lopes, em notícia publicada no *Zero Hora* – Texto 1/2003).

(61) ⇒ *O grande problema dos serviços de inteligência é a definição dos limites. Quais são os limites? Se você estabelecer, você restringe a capacidade de atuação. Se não, cria um monstro. [...] Um serviço de*

⁶² O texto em comento constitui uma resposta ecoica a artigo de opinião anteriormente publicado (texto 157/2000), reforçando e, de certa forma, radicalizando o ponto de vista ali defendido.

inteligência é absolutamente necessário. Os limites devem se propor a estabelecer regras de atuação no campo ético. (Ex-senador Jarbas Passarinho, segundo o jornalista Policarpo Júnior, em reportagem publicada na revista *Veja* – Texto 127/2000).

Mais raramente, é a voz do leitor que emerge no espaço da imprensa, expressando também diferentes pontos de vista sobre o tema:

(62) \Rightarrow *Há, sim, a necessidade de um órgão como a Abin. Há, no entanto, a necessidade de maior autoridade e controle por parte da Presidência da República, que ditará os limites de trabalho da organização.* (Edson F. Nascimento, leitor da *Veja* – Texto 159/2000).

(63) \Rightarrow *É imperdoável a atitude do presidente não demitindo todos os responsáveis pela omissão ocorrida no setor energético. [...] Afinal, para que serve a Abin? Não é para manter informado o presidente sobre problemas estratégicos? Se a agência também não fez o dever de casa, para que existe?* (Antonio Carlos Scorza Giannini, leitor do *Jornal do Brasil* – Texto 43/2001).

No primeiro dos excertos transcritos (57) o enunciador assume claramente a responsabilidade sobre o seu dito (*na minha opinião, é, e muito*), enquanto que em (58) esse dito é colocado no plano de uma conclusão lógica cuja validade independe do sujeito que a formula. O fragmento (59), por sua vez, apresenta um terceiro ponto de vista, na medida em que sem negar a necessidade da Abin, considera ser ela pautada em *um modelo que não dá certo* e ter sido *criada em momento inoportuno*. Outro é o ponto de vista defendido em (60) que nega peremptoriamente a própria existência da Abin como serviço de inteligência (*a Abin como agência de inteligência não existe*), enquanto o enunciado (61), questionando os limites que devia ser dado ao órgão, faz uso de uma alusão calcada no interdiscurso (*o monstro*, expressão do criador do SNI, General Golbery de Couto e Silva, constantemente retomada na imprensa escrita), findando por concluir pela necessidade “absoluta” de um serviço de inteligência, desde que suas ações sejam pautadas por regras colocadas no plano da *ética*. Na mesma linha de raciocínio, o leitor defende em (62), mais do que a necessidade de um serviço de inteligência, a própria permanência da Abin, enquanto o enunciado (63) lança uma

pergunta – cuja formulação contém a sua própria resposta – questionando a eficácia e a razão de ser da instituição.

Foi possível observar, assim, diferentes pontos de vista no interior da plurivocalidade discursiva presente no discurso *sobre* a Abin. Pontos de vista estes que se contrapõem ou que se complementam mutuamente, em uma tensa batalha dialógica que nem por isso abre mão da criação de efeitos de sentidos que se querem monovalentes.

A leitura feita dos textos que integram o discurso jornalístico evidencia, na realidade, a presença de vozes não plenivalentes, ou seja, de vozes que não são colocadas em um mesmo patamar de validade. A plurivocalidade discursiva observada, não chega a fundar, portanto, uma verdadeira polifonia.

Correspondendo este espaço a um dos principais canais de expressão do jornalista, é a sua voz naturalmente que surge com maior freqüência e faz ali emergirem outras vozes sob a forma de discurso reportado. Esse tipo de procedimento é, por assim dizer, a “alma” do discurso jornalístico, como se pode ver abaixo:

(64) ⇔ *Segundo informações publicadas na imprensa, a Polícia Federal teria conversas gravadas em que o general combinaria com os agentes de inteligência suspeitos do grampo o depoimento que eles iriam prestar no inquérito. A versão foi desmentida pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que confirmou, no entanto, terem sido instaladas escutas, com autorização judicial, nos telefones de três suspeitos. [...] “Este é um mundo muito obscuro. Ninguém sabe de onde parte nada. É fácil uma atitude isolada respingar no chefe” afirma Genoíno. De fato, segundo o próprio general, o trabalho de inteligência só funciona se for “compartimentado”. Isso significa que nem todos os funcionários da agência de inteligência sabem em que seus colegas estão trabalhando. Em muitos casos, segundo Alberto Cardoso, nem mesmo os superiores devem ser informados sobre o andamento de uma missão.* (Jornalista Renato Fagundes, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 25/1999).

No excerto acima, em um único parágrafo extraído do texto é possível localizar a presença simultânea das vozes de jornais diversos (a “imprensa”), de autoridades, de políticos,

e, finalmente, a voz do próprio jornalista que realiza um pretenso trabalho de tradução das palavras citadas.

O uso constamente feito do discurso citado vai ao encontro do que afirma Bakhtin, quando analisa as práticas discursivas cotidianas:

O tema do sujeito que fala tem um peso imenso na vida cotidiana. Ouve-se, no cotidiano, a cada passo, falar do sujeito que fala e daquilo que ele fala, Pode-se mesmo dizer: fala-se no cotidiano sobretudo a respeito daquilo que os outros dizem – transmitem-se, evocam-se, ponderam-se, ou julgam-se as palavras dos outros, as opiniões, as declarações, as informações; indigna-se ou concorda-se com elas, discorda-se delas, refere-se a elas, etc. [...] Fala-se, portanto, do falante (ouvi dizer, consideram, pensam) e daquilo que ele diz. [...] Entre todas as palavras pronunciadas no cotidiano não menos que a metade provém de outrem (BAKHTIN, 1988a, pp. 139-140).

No caso do discurso sobre a Abin na imprensa, são as variantes clássicas dos discurso direto (DD) e discurso indireto (DI) que surgem com mais freqüência nos textos coletados. Em ambos os casos, como afirma Bakhtin (1997b, pp. 144-145), “o discurso citado é visto como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa. Essa existência autônoma do discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade lingüística e da sua autonomia estrutural primitiva”.

Os rudimentos de integridade lingüística a que Bakhtin se refere equivale, no caso do discurso direto, à uma *mise en scène* das palavras de outrem, palavras essas que passam a servir, na maior parte dos casos, aos interesses e pontos de vista do próprio órgão da imprensa ou do próprio jornalista⁶³.

Esse é o caso dos exemplos a seguir, onde as citações feitas sob a forma de DD integram editoriais publicados, sendo acompanhadas por comentários que lhes dão novos efeitos de sentido:

⁶³ Segundo Bakhtin (2000d, p. 313), a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como palavra *neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como palavra *do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; como palavra *minha*, pois na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou da minha expressividade.

(65) ⇔ *E com o exagerado entusiasmo*, próprio de um técnico não muito preocupado em esconder a tática a ser usada em campo, [o então diretor da Abin, Lima e Silva] asseverou: "Temos certeza de que vamos ganhar de goleada e, no final do jogo, a torcida, extasiada com a atuação do time do Estado, vai gritar: É campeão, é campeão." Então, arrebatado concluiu: "E não será surpresa para mim se, no final do jogo, esta torcida pedir bis." Quer dizer, um funcionário do Estado, que afirmara não ter função a ser confundida com a de governo, *deixa mais do que claro*, já em sua posse, que, além de governamental, sua função será partidária, eleitoral propriamente dita, na qualidade de prosélito confesso da reeleição do atual presidente da República. (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 107/2004).

(66) ⇔ "Não tem nada bonito ali", avisou o general Jorge Armando Félix, ministro-chefé do Gabinete de Segurança Institucional. "Pelo menos 95% desse total é baboseira", garantiu Mauro Marcelo Silva, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Ambos falavam, em momentos distintos, sobre os documentos que Exército, SNI ou Doi-Codis produziram no período da ditadura militar. Um fez, indiretamente, chantagem. O outro, pouco caso. Ambos justificam, cada um a seu jeito, a disposição do governo em não abrir essa papelada para a sociedade. (Notícia de autoria não especificada, publicada no *Correio Braziliense* – Texto 259/2004).

Em (65) o enunciador permanece na fronteira dos fragmentos citados, mas os modaliza antecipadamente (*com o exagerado entusiasmo asseverou* e *então, arrebatado concluiu*), construindo assim um “discurso direto preparado” no qual os temas básicos do discurso direto a ser ainda introduzido são antecipadamente coloridos pelas entoações do autor. Em seguida à citação, o enunciador realiza uma pretensa tradução do dito (que na verdade nada traduz, pondo em cena simplesmente o seu próprio ponto de vista).

O segundo excerto (66) é impregnado pelo interdiscurso, fazendo referência a textos anteriormente publicados (textos 248, 255 e 259/2004), e aclarando, desta forma, a presença de um dialogismo no próprio movimento de circulação da notícia no âmbito da imprensa escrita.

A constante presença do discurso reportado no discurso jornalístico instaura um permanente diálogo entre discurso citante e discurso citado, diálogo este que coloca alternadamente em cena diferentes horizontes apreciativos no interior de um mesmo enunciado. As vozes ali presentes podem fazer-se concordantes ou discordantes, mas são

invariavelmente distribuídas de modo a reforçar, em última instância, o ponto de vista defendido pelo enunciador, criando efeitos de sentidos monovalentes.

2.2 Dimensões Dialógicas do Discurso *sobre* a Abin

O dialogismo presente no discurso jornalístico dá-se principalmente, como visto, sob a forma de discurso reportado nas suas categorias clássicas do discurso direto e do discurso indireto⁶⁴, ali introduzidas através de estratégias argumentativas diversas.

O enunciador pode recorrer a uma palavra de autoridade que faz eco direto às suas próprias palavras (67), ou pode introduzir uma palavra de autoridade em claro confronto com um outro dito (68) como forma de abalizar o ponto de vista que defende:

(67) ⇔ *A Abin deve ser fechada porque ficou claro que ela herdou agentes e métodos do falecido Serviço Nacional de Informações. O SNI foi uma instituição inepta, inútil e politicamente corrupta. Dele se pode dizer, no mínimo, o que disse o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva: "Criei um monstro". No máximo, o que Graciliano Ramos escreveu a respeito da repressão política do Estado Novo: "Ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações".* (Jornalista Elio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 35/1999).

(68) ⇔ *Barjas Negri diz que a "Abin [Agência Brasileira de Inteligência, o SNI criado atual pelo governo] e a Polícia Federal não teriam condições de fazer varreduras [telefônicas] quinzenais ou mensais", por falta de pessoal e de estrutura. É mentira. Palavras do coronel Fontenelle: "Para fazer 'varredura' de um telefone, um minuto e meio. Para fazer uma sala, meia hora". (E acrescenta o pormenor técnico: "Sempre fora do expediente, de preferência à noite").* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 18/2002).

⁶⁴ O discurso indireto livre é praticamente inexistente no discurso jornalístico, talvez em função mesmo do caráter retórico desse discurso. Para Bakhtin (1988a, p.153), “muito embora os gêneros retóricos conheçam as formas mais variadas de transmissão do discurso de outrem, e na maioria dos casos, fortemente dialogizados, [...] a bivocalidade retórica das representações do homem que fala e daquilo que ele diz é raramente profunda: com suas raízes no caráter dialógico da linguagem em transformação ela se constrói não sobre um plurilinguismo substancial, mas sobre discordâncias”.

No primeiro caso (67) o locutor se utiliza de duas citações com o intuito de fortalecer a sua opinião de que a *Abin deve ser fechada*. O reforço obtido é construído, nesse caso, de maneira *sui generis*, na medida em que o enunciador faz uso de uma citação atribuída a um adversário histórico (Golbery do Couto e Silva), aqui alçado à posição de parceiro discursivo, realizando assim, uma transmissão interessada do discurso de outrem ou, como diria Bakhtin (1988a, p. 141), “recorrendo a um procedimento de enquadramento apropriado” para, mesmo citando de maneira exata, atender à reafirmação do ponto de vista que defende.

Diferentemente do primeiro exemplo, o recurso ao discurso citado dá-se, em (68) pelo uso simultâneo de duas diferentes vozes introduzidas pelo enunciador e que se opõem no plano dos sentidos. Nesse processo de contraposição, uma das vozes funciona como avalista ou garante do enunciador cuja pessoalidade enunciativa se reduz praticamente a apenas duas palavras (*é mentira*). Interessante observar que nesse exemplo até mesmo a citação feita sob a forma de discurso indireto é colocada entre aspas, estratégia pela qual o enunciador enfatiza a sua intenção de preservar a fidelidade do fragmento citado⁶⁵, e, assim o fazendo, põe em cena o que Bakhtin/Voloshinov chamam de “discurso indireto analisador da expressão”, pois, ao apropriar-se do discurso direto, o narrador torna esse entre aspas um discurso indireto, dando a ele o seu tom, o que provoca, nas palavras de Bakhtin/Voloshinov, uma espécie de “estranhamento” que convém à necessidade do autor.

Contrariamente ao que ocorre em (67) e (68), o diálogo estabelecido entre o discurso citante e o discurso citado assume, no exemplo que se segue uma feição coloquial, fazendo com que a palavra de autoridade citada seja, logo em seguida, destituída do seu caráter de palavra de autoridade:

(69) ⇔ *Sempre refratário a falar de política, o general [Alberto Cardoso] não resistiu e fez uma crítica: "Em toda eleição, há dossiês para tudo*

⁶⁵ Authier-Revuz (1992a) se refere a esse tipo de construção lingüística como uma forma de discurso indireto particular - o “DI quase-textual” - no qual o enunciador informa, através das aspas, ter reduzido ao mínimo o seu trabalho de tradução do enunciado citado.

quanto é lado, mas desta vez começou muito cedo. Pelo visto, vai ser um inferno". Vai não, general. Já está um inferno. Roseana Sarney (que se diz vítima de arapongas) e José Serra (suspeito número um de contratá-los) que o digam. O capeta anda solto. (Jornalista Eliane Cantanhêde, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 19/2002).

Observei ainda que muitas vezes as citações presentes, em lugar de colocarem em cena enunciações completas, restringem-se a microfragmentos colocados entre aspas. Pinçadas do seu contexto narrativo original, essas “ilhotas textuais”⁶⁶ – muitas delas sob a forma de uma única palavra posta em destaque – instalam, no coração do dizer, diferentes níveis de dificuldade interpretativa quanto às reais intenções do enunciador: desejo de enfatizar o uso pessoal do termo? Dar-lhe uma entonação irônica? Marca de distanciamento? Ou impossibilidade de realizar a tradução da palavra, ponto de resistência de outro dizer? É o contexto narrativo, nesse caso, que pode evidenciar o efeito de sentido pretendido pelo enunciador:

(70) ⇔ *Sobre as investigações da Abin no caso do filho do presidente, a versão de De Cunto também se chocou com a oficial. Ele disse que os agentes apenas tiveram uma conversa "de psicólogo" com o empresário e que nem ele nem o general Cardoso sabiam do envolvimento do nome do filho do presidente. Estava errado.* (Jornalista Policarpo Júnior, em notícia publicada na revista *Véja* – Texto 223/2000).

(71) ⇔ *Mesmo que falando em "serviço democrático" da Abin, o governo está apenas continuando a que Fernando Henrique deu início com a Abin. Por tudo o que consta, a Abin do governo está repleta das figuras físicas e jurídicas do SNI. E isso não tem significações apenas para o presente, mas para o futuro que esses serviços costumam praticar fora das suas atividades regulares.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 46/2003).

Os dois exemplos acima fazem uso de ilhotas textuais para designarem a presença de palavras de outrem no interior do discurso proferido, palavras essas em relação às quais o enunciador assinala a sua distância ao mesmo tempo em que assegura a suspensão da sua

⁶⁶ Authier-Revuz (2004b) destaca que a ilhota textual não deve ser confundida com um DD. Deve-se ter, segundo a autora, uma visão de conjunto, na qual o discurso direto deixa de ser DD estrito senso, integrando-se ao DI sob a forma de “ilhota textual” e podendo constituir um caso particular de funcionamento da modalização autonímica.

responsabilidade face ao dito. O uso ali feito das aspas parece indicar, em cada um dos exemplos, um diferente posicionamento do enunciador em relação ao que ele cita. No primeiro caso (70) é como se persistisse uma dificuldade de tradução da palavra posta entre aspas no interior da citação. As aspas designam, assim, o estranhamento do enunciador face à palavra citada, assumindo a função de “aspas de questionamento” do caráter apropriado dessa palavra (REVUZ, 2004c). No segundo caso (71), o questionamento anterior cede espaço para um claro movimento refutativo do dizer do outro caracterizando o uso de “aspas de refutação”.

Essa presença de ilhotas textuais no interior do discurso indireto dá origem ao que Cunha (1992, pp. 109-110) chama de formas mistas, atravessadas por palavras que remetem a outras vozes e que correspondem à estrutura composicional dominante no discurso sobre a Abin na imprensa.

Mas, escapando das variantes clássicas do discurso reportado, encontrei ainda formas de dialogismo no discurso sobre a Abin na imprensa que falam a partir de conteúdos de um outro dizer ou com palavras – algumas explícitas, outras nem tanto – retiradas de um discurso outro e acerca dele tecendo comentários diversos.

A palavra de outrem é, desta forma, introduzida algumas vezes sem qualquer marcação explícita da sua não pertença. Há, nesse caso, um apagamento das fronteiras entre o próprio dizer e o dizer do outro, fazendo com o reconhecimento do que é citado só seja possível através de um percurso interdiscursivo:

(72) ⇒ *Diante do crescimento intangível de um general que controla o setor de informações do governo, vale questionar se não estamos vivendo, como farsa, o surgimento de um Edgar Hoover tupiniquim. A blindagem do general Cardoso estará na sua competência profissional ou em seu indefectível talento para encontrar fitas debaixo de viadutos?* (Jorge Venerando de Lima, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, em artigo de opinião publicado no *Jornal do Brasil* – Texto 19/2000).

O enunciado acima - bastante próximo do discurso indireto livre, sem que com ele se confunda⁶⁷, realiza, na verdade, uma recolocação em cena de palavras de outrem, só reconhecíveis para aqueles que acompanharam a declaração do ministro-chefe do GSI de que as fitas gravadas referentes ao escândalo do caso BNDES teriam sido encontradas embaixo de um viaduto da cidade de Brasília (textos 20, 68, 94, 106, e 107/1999). A diluição do fragmento citado no interior do contexto narrativo torna praticamente irreconhecível o empréstimo feito pelo enunciador das palavras de outrem, desfazendo a estrutura compacta do discurso citado e apagando as suas fronteiras, o que aproxima o enunciado em estudo do chamado *estilo pictórico*.

Outras formas dialógicas encontradas dizem respeito à introdução das palavras de outrem de modo a realizar, acerca delas, comentários que operam um duplo dialogismo: com o fragmento citado, no plano dos sentidos, e com as próprias palavras do fragmento citado, no plano metalingüístico:

(73) ⇒ *A Abin, provavelmente imperfeita (há algo perfeito na área pública brasileira?), está realmente sujeita a deslizes de funcionamento, até porque a natureza da atividade não raro exige o trânsito pela tênue periferia da legalidade e da ética, cuja não ultrapassagem depende mais de autocontenção dos servidores do que de controles de eficácia duvidosa, dada, vale repetir, a natureza da atividade. [...] grande é a hipocrisia da aceitabilidade da inteligência de Estado condicionada na mente de cada um pelo “desde que não se meta nos meus interesses e perspectivas”.* (Mario César Flores, almirante-de-esquadra reformado, em artigo de opinião, publicado no *Jornal do Brasil* – Texto 269/2000).

(74) ⇒ *O chefe de operações da então Secretaria de Segurança Institucional, Gerci Firmino da Silva, informou que recebeu o telefonema anônimo [sobre fitas clandestinas do BNDES] no dia 30 de setembro de 1998, por volta de 10h. [...] Quebrado o sigilo dessa linha, verificou-se que naquela manhã o doutor Gerci recebeu três chamadas (às 10h51, 10h52 e*

⁶⁷ Muito embora o enunciado apresente várias das características típicas do DIL, tais como: (a) o fato de ser desprovido de marcas sintáticas claras; (b) corresponder a uma estrutura na qual autor e herói se exprimem nos limites de uma mesma e única construção; (c) omitir o verbo introdutório fazendo com que o autor apresente a enunciação do herói como se ele mesmo se encarregasse dela; (d) dar uma nova orientação apreciativa ao discurso citado, diferentemente do DIL, é praticamente impossível, no exemplo acima, perceber que “os acentos e as entonações do autor estão sendo interrompidas por julgamentos de valor de outra pessoa” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b, p.191).

11h06). Todas de sua casa. Informam os procuradores que ele "protagonizou uma grotesca simulação". Dá prazer também vê-los chamar de "comédia" a sessão durante a qual a Abin pretendeu filmar e gravar uma conversa de dois suspeitos de terem montado a escuta. Os dois cidadãos encontraram-se, e a Abin grampeou-os em áudio e vídeo. Vai-se ver o resultado da operação e descobre-se que o som não presta. Grande Abin. Grampeia uma conversa, fica com a imagem, mas perde o som. Bons tempos aqueles da infância do SNI. Grampeava apenas 20 telefones, mas não se perdia o som. (Jornalista Elio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 4/2001).

(75) ⇒ *Crise, rusga, tremor. Foram esses os termos usados pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, para caracterizar o relacionamento entre a Polícia Federal, a ele subordinada, e o setor de inteligência do governo federal, a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ambas na prática sob o comando do general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República.* (Editorial da *Folha de São Paulo* – Texto 38/1999).

Nos exemplos acima, o locutor faz emergir outras vozes — indefinidas, como em (73), ou claramente atribuídas, como em (74) e (75) — enfatizando as palavras por elas utilizadas e se detendo, justamente em suas formas de uso, o que implica a sua transformação no novo enquadramento dado. Se em (73) a expressão *desde que não se meta nos meus interesses e perspectivas* é substantivada, e dessa forma transformada em objeto de um dizer outro, assiste-se em (74) e (75) a processos de adjetivação das palavras citadas (*comédia* em (74) e *crise, rusga, tremor* em (75)), que passam a desempenhar, nos novos contextos narrativos em que são introduzidas, a função de atributos quanto às formas de dizer do outro.

O estudo sobre as principais características dos discursos *da* e *sobre* a Abin na imprensa comprova, assim, que tanto a monofonia como a plurivocalidade discursivas podem coexistir com o princípio da monovalência. O que me fez indagar se essa monovalência observada permanece atuante face à emergência do *outro* a quem esses discursos se dirigem.

3 A ORIENTAÇÃO DIALÓGICA DO DISCURSO

Como foi visto no capítulo II (p. 29) do presente trabalho, a dialogização do discurso dá-se, segundo Bakhtin, em duas principais linhas: a relação dialógica para com o discurso de outrem no objeto e a relação dialógica para com o discurso de outrem na resposta antecipada do ouvinte. Esses movimentos dialógicos, presentes nas práticas discursivas ligadas ao tema da Abin na imprensa, instauram, de um lado, um movimento dialógico em direção ao ouvinte – efetivo ou idealizado – e, de outro lado, um movimento dialógico em direção ao objeto de discurso – seu referente ou herói.

3.1 ORIENTAÇÃO DIALÓGICA EM DIREÇÃO AO OUVINTE

O ouvinte presente nos discursos *da e sobre* a Abin na imprensa desdobra-se, se adotada a perspectiva bakhtiniana, em dois diferentes tipos de ouvinte: o ouvinte-respondente da interlocução direta e o ouvinte idealizado, visto como imanente ao próprio ato enunciativo.

Esse ouvinte idealizado não corresponde, entretanto, como salienta Bakhtin a um reflexo do autor num espelho, a um reflexo que seria a sua duplicação (2000c, p. 408). Trata-se, em termos bakhtinianos, não de uma construção do espírito, abstrata, mas de um outro (outrem) possuidor de um *excedente* inherente ao fenômeno da alteridade, isto é, que não se funde com a figura do enunciador. Em termos lacanianos, trata-se de um outro (*a*) ao qual o indivíduo se dirige de forma imaginária, mas que se origina de um *Outro* (A) concreto, real, e fundamentalmente inacessível pela via do imaginário (ou do simbólico que é a linguagem).

Esse ouvinte idealizado é, assim, um produto eminentemente social⁶⁸ introjetado no discurso interior do autor e formalmente expresso em seu discurso exterior.

A esse propósito, dizem Bakhtin/Voloshinov:

O fato é que todo ato consciente de algum grau de nitidez não pode dispensar o discurso interior, as palavras e as entoações – as avaliações, e, consequentemente, todo ato consciente já é um ato social, um ato de comunicação. Mesmo a mais íntima introspecção já é uma tentativa de tradução em um código comum, e de se levar em conta o ponto de vista do outro; e, consequentemente, ela inclui uma orientação em direção a um ouvinte potencial. Este ouvinte pode ser simplesmente o portador das avaliações (julgamentos de valor) do grupo social ao qual pertence o sujeito da introspecção. Neste sentido, a consciência [...] não é *apenas um fenômeno psicológico*, mas também, e, sobretudo, um *fenômeno ideológico, um produto de uma relação de comunicação social*. Este *co-participante* constante de todos os nossos atos conscientes determina não apenas o conteúdo da consciência, mas também – e eis aqui o ponto principal para nós – a própria *seleção* do conteúdo, a escolha daquilo de que nós temos consciência, e assim determina também as *avaliações* que penetram na consciência (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1981, p. 212) [grifos dos autores].

Desta forma, é possível afirmar, seguindo Authier-Revuz (2004a, p. 46), que “o outro do discurso em Bakhtin não é nem o *objeto* exterior do discurso [...] nem o *duplo*, não menos exterior do locutor: ele é a *condição* do discurso e é uma *fronteira interior* que marca no discurso a relação constitutiva com o outro”.

Relação esta que se desenvolve, portanto, a partir de uma tríade dialógica, incorporando, no processo enunciativo além do enunciador, um ouvinte efetivo e um ouvinte idealizado.

⁶⁸ É o auditório do enunciado – no caso em tela, não apenas o interlocutor imediato, mas também a massa de leitores de jornais enquanto tipo particular de ouvinte efetivo - que é fundamentalmente levado em conta na construção, sempre discursiva, do ouvinte idealizado.

3.1.1 O OUVINTE EFETIVO

É no campo da interlocução direta que o ouvinte efetivo constitui-se, para cada uma das instâncias envolvidas, como respondente exotópico das palavras enunciadas, fundando, no caso em estudo, uma relação polêmica onde essas instâncias discursivas ocupam simultaneamente tanto a posição de locutor como a de respondente. A relação conflitiva entre um “eu” e um “outro” emerge claramente nos textos coletados, através de jogos estratégicos de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de ataque e de defesa, de palavra e de contrapalavra. As vozes que se opõem no espaço da imprensa escrita fazem desse espaço, como diria Bakhtin (1997b, p. 167), a “arena em que se defrontam e lutam duas entoações, dois pontos de vista, dois discursos”.

A resposta ativa do interlocutor, implicando uma reação de discordância face ao dito, evidencia a presença de vozes que se opõem, fazendo dos discursos *da* e *sobre* a Abin na imprensa, um discurso do dissenso, da disputa verbal, das contraposições semânticas, marcadas pelo uso de estratégias argumentativas variadas.

As estratégias observadas na leitura dos textos em estudo, quando dirigidas ao ouvinte efetivo, obedecem a três principais movimentos, a primeira realizando uma **refutação explícita do discurso do outro**, a segunda tentando o **silenciamento do oponente discursivo**, a terceira fazendo uso de diversas formas de **ironia**.

3.1.1.1 A Refutação Explícita

Nos textos coletados, foram observadas estratégias diversas das quais os interlocutores fazem uso para refutar o discurso do outro e, através de tal refutação, provocar a desestabilização do oponente. Das estratégias ali adotadas, a mais evidente é a *negação polêmica*, onde a cada palavra dita é interposta a sua negação, estabelecendo assim, uma relação de contradição com o enunciado que refuta. Mas essa refutação pode ocorrer de forma menos direta, casos em que o enunciador interpõe a sua contrapalavra através de comentários colocados em um plano metaenunciativo, na tentativa de realizar a *restrição da polissemia das palavras* presentes no discurso adversário, seja atribuindo-lhes uma significação unívoca a ser acatada ou rejeitada, seja questionando os efeitos de sentido ali criados ou estabelecendo para essas palavras um novo efeito de sentido. Uma outra forma de refutação explícita do discurso do outro reside no uso feito pelo enunciador de uma espécie de *discurso substituído*⁶⁹ por meio do qual ele projeta na voz do seu adversário as palavras que, considera, deveriam ter sido por ele pronunciadas ou, em um sentido oposto, faz uso desse discurso substituído para reforçar a validade do seu próprio ponto de vista.

- A *negação polêmica* faz-se presente, sobretudo, em entrevistas, gênero no qual a interlocução imediata proporciona um embate direto entre entrevistador e entrevistado, do que constituem exemplos emblemáticos os textos 27/2000 (no qual das 13 perguntas lançadas pelo entrevistador, 11 são respondidas negativamente) e 142/2000 (onde se observa, nas respostas às 38 questões colocadas, 32 formas negativas)⁷⁰.

⁶⁹ Bakhtin (1997b: 188) se refere ao discurso substituído como uma forma de discurso representado ou objetificado: “Trata-se do discurso direto do herói. Este tem significação objetiva, imediata, mas não se situa no mesmo plano ao lado do discurso do autor e sim numa espécie de distância perspectiva em relação a ele”.

⁷⁰ Outros excertos que servem de exemplo à negação polêmica são encontrados na página 108 desta tese.

Mas a negação polêmica dá-se também no plano intertextual, dando origem a um tenso dialogismo entre textos que se respondem uns aos outros:

(76) ⇔ *O chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, 65, pediu demissão nesta semana ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe fez um pedido: esperasse até a reforma ministerial do fim do ano. Conforme a Folha apurou, Félix alegou que estava se sentindo desprestigiado e atropelado pelo chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), delegado Mauro Marcelo.* (Jornalista Eliane Cantanhêde, em notícia publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 212/2004).

⇨ *Não tem fundamento a notícia publicada na Folha sob o título ‘Desprestigiado, Félix pede demissão a Lula’ (Brasil, pág. A5, 23/10). Ao contrário do que afirma a matéria, em nenhum momento o presidente e o ministro trataram desse assunto ou cogitaram interromper essa relação de confiança. A Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República lamenta que à Folha tenha faltado a cautela de publicar versões antes de confirmar sua veracidade.* (Fábio Kerche, secretário-adjunto de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, em nota publicada no Painel do Leitor da *Folha de São Paulo* – Texto 223/2004).

(77) ⇔ “Parar a Abin seria inócuo. Nossa jeito de fazer greve é vaziar informações, contar o que sabemos, sobre muita gente, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário”, ameaça um dos líderes do movimento [de greve dos servidores da Abin], em tom de chantagem, falando a *ISTOÉ* na véspera da assembleia. (Jornalista Luiz Cláudio Cunha, em notícia publicada na revista *IstoÉ* – Texto 55/2003).

⇨ *Sobre a matéria intitulada “Arapongas no trombone” (ISTOÉ 1781), esclareço que: [...] A ameaça de vazamento, contida na matéria referenciada, não condiz com os valores e a formação profissional que caracterizam os servidores da Agência Brasileira de Inteligência. Cabe destacar que o conhecimento produzido pela Abin não pertence a ela ou a seus servidores, mas ao Estado.* (Marisa Diniz, diretora-geral da Abin, em nota de esclarecimento publicada na revista *IstoÉ* – Texto 58/2003).

Por outro lado, se os exemplos acima são marcados pela presença da palavra e da contrapalavra, esta última surgindo sob a forma de uma reação imediata, o dialogismo intertextual pode estender-se em textos distribuídos de forma temporalmente dispersa, fazendo com que a sua dimensão refutativa só possa ser apreendida a partir do interdiscurso, como se vê abaixo:

(78) ⇔ *Qual o motivo da visita do senhor ao Ceará?*

⇨ *Hoje (ontem) completa-se o segundo mês que estou no comando da Abin. Fui convidado pelo presidente. A minha principal missão nesses dois anos é*

meio que tenho, em tese, se não tiver problema nenhum.. Nem hipoteticamente posso imaginar eventual reeleição do presidente ou renovação de convite. Não penso nisso. Não sou petista, sou apolítico. Sou técnico. Sou delegado de polícia, fui convidado, aceitei o desafio. (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

(79) ⇔ *Nos últimos dias, voltou à baila na mídia a "preocupação" com o "fato" de que um órgão da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) seja o "responsável exclusivo" pela segurança dos dados das eleições. Nas entrelinhas de certos noticiários, emerge a suspeita de que uma instituição do Poder Executivo, ligada à área de inteligência, o Cepesc (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), com a sua tecnologia ímpar de informática e de criptografia, estaria em condições de falsear os resultados das urnas. Em outros termos, o bico-de-pena que "corrigia" na República Velha os resultados dos escrutínios ressurge, nos tempos modernos, sob a forma de algum software solerte capaz de redirecionar os votos para candidatos favorecidos pelo governo.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 59/2001).

Esses excertos, de modo muito próximo ao exemplo bakhtiniano comentado na página 21 desta tese, necessitam de um contexto bem mais amplo para ter o seu caráter refutativo apreendido. O dialogismo ali presente, comporta, na verdade, toda uma “parte presumida”, reafirmando a primazia do interdiscurso sobre o discurso e exigindo do leitor o recurso a uma memória discursiva partilhada.

No primeiro caso (78), o diretor geral da Abin responde, na realidade, a críticas feitas por jornalistas ao seu discurso de posse, o qual foi interpretado como uma acalourada defesa à reeleição do Presidente Lula (textos 89, 98, 101, 107, 108/2004). Essas críticas só são respondidas, portanto, dois meses depois, no contexto de uma entrevista concedida ao Jornal *O Povo* e sem qualquer vinculação direta com a pergunta então formulada pelo entrevistador.

Já em (79), a argumentação desenvolvida responde aparentemente, de forma imediata, a declarações do Senador Romeu Tuma questionando a possibilidade de burla no uso de urnas eletrônicas em eleições no Brasil (texto38/2001). Mas o artigo de opinião em tela parece reportar-se, sobretudo, – no âmbito de uma série de textos anteriormente publicados na imprensa acerca das eleições municipais de 2000 (textos 94 a 101/2000 e 117 a 119/2000) –, a

acusações atribuídas ao candidato Leonel Brizola (texto 94/2000), quando faz uso de palavras presentes nesse texto, seja marcando a sua pertença a outro discurso através das aspas (“*fato*”, “*preocupação*”), seja parafraseando o dito – a expressão *o fato de que um órgão da Abin seja o "responsável exclusivo" pela segurança dos dados*, podendo ser tomada como parafrasagem de termos presentes no texto 94/2000 (*o fato de nem os técnicos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terem domínio do programa usado na votação eletrônica*), como se vê abaixo:

(80) ⇒ *Além da impossibilidade da recontagem, duas coisas incomodam Brizola, escaldado pela tentativa de fraude que quase lhe tirou o governo estadual na eleição de 1982, no chamado escândalo da Proconsult. Uma preocupação do pedetista é com o fato de nem os técnicos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terem domínio do programa usado na votação eletrônica.* (Ex-governador Leonel Brizola, segundo os jornalistas Paulo Vasconcellos e Francisco Luiz Noel, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 94/2000).

O artigo de opinião em comento, do qual foi extraído o excerto (79), daria origem, inclusive, a um contradiscorso por parte de Leonel Brizola, construído a partir de palavras do discurso que refuta:

(81) ⇒ *Não é raro que a tolice caminhe sob o disfarce da pretensão. É o que tem acontecido com muita gente que, quando apontamos a inconfiabilidade das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições brasileiras, reage com argumentos pueris e superficiais, procurando desclassificar as críticas sob o argumento da "modernidade" e da velocidade que os computadores permitem. Ora, só mesmo um tolo para negar que a informática possa oferecer meios para um processo eleitoral com segurança e rapidez. Mas é preciso alguém muito mais tolo para não ver que, sem mecanismos de auditagem e de controle, o uso de computadores e programas obscuros possa permitir fraudes que fariam parecer obsoletos os fraudadores a bico-de-pena da República Velha.* (Ex-governador Leonel Brizola, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* - Texto 88/2001).

A complexa teia de fios discursivos, assim tecida, reafirma a idéia bakhtiniana (1997b, p. 123) de que “qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta”.

➤ Formas outras de refutação explícita do discurso do outro, equivalentes a tentativas de *restrição da polissemia das palavras*, puderam ser encontradas nos excertos seguintes:

(82) \Leftrightarrow *O organismo do novo monstro será imenso: a tal Abin, Agência Brasileira de Inteligência, que, no caso e em bom português, quer dizer informação e olhe lá; a Secretaria Nacional Antidrogas; uma espécie de serviço de proteção da Presidência; uma secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, para prever problemas e crises, veja só, e orientar o comportamento do governo com antecedência; a secretaria do Conselho de Defesa Nacional; e a secretaria da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 86/1999).

(83) \Leftrightarrow *Em uma clara demonstração de que está vestindo a camisa da Abin, o diretor [Mauro Marcelo de Lima e Silva] repudiou as acusações de que a agência faz arapongagem. "Nós e os funcionários da Abin abominamos a questão da arapongagem. A Abin não bisbilhota ninguém e vamos provar que é possível fazer inteligência em um regime democrático." Mauro Marcelo se recusa a usar a expressão de que haverá uma limpeza na agência.* "O termo limpeza é muito forte, porque denota sujeira e não temos sujeira. Temos alguns ajustes de foco e a adequação das diferentes carreiras internas", diz (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, segundo a Jornalista Tânia Monteiro em notícia publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 126/2004).

Se em (82) a voz do jornalista, efetuando um trabalho de cunho corretivo, explicita claramente o sentido que deva ser dado a “inteligência” (*que, no caso e em bom português, quer dizer informação*), em (83) o representante da Abin introduz o sentido atribuído ao termo “limpeza” através do seu antônimo (*porque denota sujeira*), rejeitando o uso da palavra e realizando, dessa forma, uma correção (*não temos sujeira [e sim] ajustes de foco*).

A tentativa de restrição da polissemia das palavras pode ocorrer ainda através de um questionamento quanto aos efeitos de sentido pretendidos pelo adversário discursivo (84) ou através da afirmação do efeito de sentido que deva ser dado às palavras do oponente (85):

(84) \Leftrightarrow *O novo diretor-geral [Mauro Marcelo de Lima e Silva], em entrevista coletiva, fez afirmações não de todo comprehensíveis, como se estivesse falando em código para uma opinião pública sem condições de*

*decifrá-lo. Afirmou, por exemplo, que não se deve confundir “o interesse público” com o “interesse do público” (*qual a essencial diferença?*). Disse que “o MST não é problema para a Abin, o problema é a questão agrária” e que, “da mesma forma, o PCC e o Comando Vermelho não são problemas da Abin, são de segurança pública”. Em sã consciência, o que significa isso?* (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 108/2004).

(85) \Rightarrow *As acusações contra a Abin que surgiram nas últimas semanas não são verdadeiras?*

\Leftarrow *Não, nenhuma até essa agora, a primeira com algum fundamento, que é a denúncia sobre o analista acusado de ter cometido violências (tenente da reserva Carlos Alberto Del Menezze [sic], acusado de ter torturado presos políticos). Ele foi afastado e uma sindicância foi aberta. As demais não são verdadeiras, são termos transformados em histórias verossímeis. Mas não houve as investigações de que falam.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 206/2000).

O enunciado (84) corresponde a um interessante exemplo de polêmica aberta através do uso ali feito do discurso citado. Há, nesse caso, uma fusão do “discurso indireto analisador do conteúdo” – no qual a enunciação de outrem é apreendida como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante – com o “discurso indireto analisador da expressão” – no qual as maneiras de dizer de outrem, colocadas abertamente entre aspas, são introduzidas de tal forma que “sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico, são claramente percebidos” (BAKHTIN/ VOLOSHINOV, 1997, p. 160). De fato, se ali é o conteúdo semântico que é claramente questionado (*qual a essencial diferença? e o que significa isso?*), o enunciador não se priva, mesmo fazendo uso do discurso indireto, do uso das aspas para marcar, de forma modalizante, seu distanciamento em relação ao que cita. Já em (85), logo em seguida à negação explícita, o enunciador precisa o efeito de sentido que deva ser dado ao discurso adversário (enquanto *termos transformados em histórias verossímeis*).

➤ Uma outra forma de refutação explícita do discurso do outro diz respeito ao uso feito pelo enunciador de uma espécie de *discurso substituído*, por meio do qual ele projeta na voz de outrem palavras que, na realidade, jamais foram ditas:

(86) ⇔ *Como essas duas fitas chegaram ao Planalto? Um telefonema anônimo informou que elas podiam ser recolhidas debaixo da primeira pilastra de um viaduto de Brasília [segundo o general Alberto Mendes Cardoso]. Fez mal o general. Poderia ter dito, pura e simplesmente, que um serviço de inteligência não revela detalhes das operações que conduz. Pensando bem, só poderia ter dito isso.* (Jornalista Élio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 4/2001).

(87) ⇔ *O senhor acreditou nessa história [de fitas gravadas encontradas em um viaduto]?*

⇨ *Eles mesmos [servidores da Abin], se não fosse verdade, podiam ter dito outra coisa. Mas eles me contaram a verdade também E eu cobrei.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 94/1999).

No primeiro enunciado (86) a refutação do discurso adversário dá-se através da sua substituição (imaginária) por um outro discurso. Fazendo uso das palavras de Bakhtin (1997a, p. 188), o discurso ali “é elaborado como objeto da intenção do autor”. Tem-se, assim, que o locutor projeta, no discurso de seu oponente discursivo, um dizer que, imagina, lhe seria mais apropriado, monovalentemente visto como o único cabível (*pensando bem, só poderia ter dito isto*). Já em (87) o discurso substituído, diferentemente de (86,) é colocado na voz de um parceiro, como forma de recusa ao questionamento feito pelo interlocutor.

3.1.1.2 O Silenciamento do Oponente

Numa segunda vertente refutativa do discurso do outro, este não é atacado de forma direta. O enunciador busca silenciar o seu interlocutor através de estratégias que, apresentando um cunho retórico — no sentido em que Bakhtin vê esse termo (2000b, 394), ou seja, como forma de “triunfar sobre o adversário” —, fecham o espaço enunciativo fazendo uso

de formas monológicas que funcionam como barreiras interpostas à emergência da voz do interlocutor. A estratégia mais comumente utilizada é a formulação de uma *pergunta dita retórica* porque ali é o enunciador que imediatamente responde à pergunta que ele próprio formula, antecipando-se, assim a uma possível resposta de seu ouvinte efetivo. A categoria bakhtiniana da pergunta retórica – situada segundo Bakhtin (1997b, p. 170) na fronteira entre o discurso narrativo e o discurso interior – foi por mim desdobrada em uma variante: a *pergunta-que-é-resposta*, na qual o próprio modo de formulação da questão traz, no corpo do enunciado, a sua resposta. Finalmente, a tentativa de silenciamento pode se dar por meio do uso de *evasivas* que bloqueiam o desenvolvimento do fio dialógico ali tecido.



São exemplos de *perguntas retóricas* encontradas nos textos estudados:

(88) \Rightarrow *O que o governo quer é a condenação, mesmo depois de alguém dizer uma coisa e provar. Isso é coisa de nazista, de Torquemada. Nos Estados Unidos um auditor quebra o sigilo de um sonegador. A CIA não pode se meter em assuntos internos. Aqui a Abin tem três mil agentes. Para quê? Para informar ao presidente. Para quê? Para que o governo controle as pessoas por meio de dossiês políticos.* (Luiz Francisco de Souza, procurador da República, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 102/2000).

(89) \Leftarrow *E por que foi um telefonema anônimo?* [dizendo que a fita do grampo do BNDES estava debaixo de um viaduto] *Porque isso movimenta muito dinheiro, no Rio de Janeiro e em algumas outras cidades. Isso aí dá morte. Mata-se por causa desse negócio, de disputa.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 94/1999).

Como se vê acima, a pergunta retórica fecha qualquer espaço à resposta ativa do interlocutor, apresentando uma circularidade monossêmica praticamente intransponível. Circularidade que é também encontrada na formulação da *pergunta-que-é-resposta* como estratégia de silenciamento.

➤ A *pergunta-que-é-resposta* realiza uma espécie de condensação pelo qual apenas formalmente é que se pode falar da existência de uma indagação (dada a presença de uma marca interrogativa), mas que semanticamente apresenta um caráter assertivo de cunho monovalente:

(90) ⇒ *A identificação, nos quadros rigorosamente selecionados da Abin/SNI, de um militar torturador e integrante do SNI levou o general Cardoso a admitir agora, na Comissão do Senado para (pretensa) Fiscalização e (imaginário) Controle da Abin, que são 226 os egressos do SNI incorporados pela Abin. [...] E como a Presidência e o general quereriam compor um serviço de interesse do Estado democrático usando os especialistas em antidemocracia e em proteção de ditadura?* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 210/2000).

(91) ⇒ *Quer dizer que a Abin espiona gostosamente para o governo movimentos reivindicativos e legais? A agência coloca o MST no mesmo nível dos jagunços dos fazendeiros. Ora, espionagem sobre as organizações da sociedade civil é entulho autoritário e forma incompetente de se preparar para cenários futuros.* (Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 315/2004).

(92) ⇔ *[O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública] não é um sistema para o MST, mas para obter informações de ações de segurança pública. Se entrar na seara da segurança pública, vai entrar na abrangência desse subsistema. Agora, qual governo pode abrir mão de ter informações?* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 27/2000).

Em todos esses enunciados, as perguntas funcionam como argumentos utilizados pelo locutor para desacreditar seu oponente discursivo. Assim é que se pode ler, nas perguntas retoricamente elaboradas, as assertivas seguintes: *A Presidência [da República] e o general [Cardoso] usam agentes do extinto SNI para compor o quadro do novo serviço de inteligência* (90); *a Abin espiona movimentos legais* (91); *nenhum governo pode abrir mão de ter informações* (92), implicando a necessidade de um serviço de inteligência.

➤ Uma terceira estratégia de tentativa de silenciamento do oponente discursivo diz respeito ao uso da *palavra evasiva*, encontrada, nos textos estudados, principalmente no

gênero entrevista (ou em notícias que tecem comentários a respeito de entrevistas), provavelmente em razão do fato de que esse é praticamente o único gênero jornalístico no qual a interlocução ocorre quase sempre face-a-face, exigindo do interlocutor uma resposta ativa imediata.

Bakhtin (1997a, p. 236-237) considera que a evasiva pode corresponder a “um recurso utilizado para reservar-se a possibilidade de mudar o sentido último e definitivo do seu discurso”. Mas a palavra evasiva pode, ao mesmo tempo, objetivar a neutralização do discurso adversário, pelo que introduz de não-dito na troca dialógica, fazendo com que o dialogismo seja temporariamente interrompido, como nos exemplos abaixo:

(93) ⇔ *Questionado se havia mais pessoas acusadas de tortura atuando no governo, ele [Coronel Rubens Bizerril] disse que era “evidente”. Depois se corrigiu, dizendo que era “natural” e “possível” e explicou: “O general Alberto Cardoso (ministro do Gabinete de Segurança Institucional) não afirmou que 13% dos funcionários da Abin vieram do SNI? Então...”. Questionado se os acusados de tortura estavam entre esses 13%, ele respondeu: “Não digo nem que sim nem que não. Vocês (repórteres) ganham para isso”. Bizerril disse que conhecia pessoalmente o general Cardoso (“ele foi meu chefe”), mas que nunca disse a ele que era acusado de tortura: “Ele nunca me perguntou” (Coronel do Exército Rubens Bizerril, servidor da Abin cedido à Secretaria Nacional de Segurança Pública, segundo o jornalista Wilson Silveira, em notícia publicada na Folha de São Paulo – Texto 231/2000).*

(94) ⇔ *João Pedro Stédile, líder do MST, é fichado?*
 ⇔ *Vou até procurar... Não se inicia dossiê de pessoa... sem razão. Stédile?*
Não sei.
 [...]
 ⇔ *Quantos dos atuais funcionários da Abin trabalharam para o SNI?*
 ⇔ *O grupo é pequeno. Não sei quanto. A pergunta carrega um estigma.*
 (General Alberto Cardoso de Melo, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na revista IstoÉ – Texto 142/2000).

(95) ⇔ *No Exército, o sr. ouviu relatos de que havia tortura contra presos políticos?*
 ⇔ *Não me lembro disso, não.* Quer dizer: o que você ouve falar é que, em qualquer atividade policial, o cidadão, criminoso comum, depois de confessar, chega em juízo e diz que confessou sob pressão (Carlos Alberto Del Menezzi, servidor da Abin, em entrevista publicada na Folha de São Paulo – Texto 187/2000).

A evasiva pode assumir ainda a forma de uma esquiva através da qual o entrevistado re-direciona uma questão que lhe foi interposta fazendo interpelação a um terceiro, a quem outorga a posição de respondente:

(96) ⇒ *O sr. é diretor das Divisões de Assuntos de Organizações Criminosas e de Contra-Inteligência da Abin.*

⇐ *Exatamente. Das duas divisões, não. Essas informações é melhor obter lá (na Abin).* (Carlos Alberto Del Menezzi, servidor da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 187/2000).

(97) ⇒ *A juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal de Brasília, determinou que o Exército torne públicos todos os arquivos sobre a guerrilha do Araguaia. O Exército diz que não há arquivos, mas diversos jornais, inclusive a Folha, já divulgaram documentos sobre operações. Afinal, há ou não arquivos?*

⇐ *Tem que perguntar isso ao Exército. Eu não estou mais no Exército, estou no GSI.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 13/2003).

Nos exemplos dados é possível reconhecer o domínio da palavra retoricamente “esvaziada”, que, sem nada acrescentar à polêmica instaurada, interrompe a interlocução e fecha as possibilidades de retomada de um tema.

3.1.1.3 A Refutação Irônica

É no campo da refutação não explícita que pode ser inserido o fenômeno da *ironia*. A principal característica da ironia – “forma de riso contido”, para Bakhtin (1988c, p. 343) no qual há “o encontro, em uma mesma voz, de dois julgamentos de valor personificados e sua interferência recíproca” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1976, p. 210) – consiste em negar o que afirma ou afirmar o que nega, apresentando, assim, um interessante jogo de inversão no plano dos sentidos.

A ironia, de forma contrária às estratégias utilizadas para realizar o silenciamento do oponente discursivo, pressupõe necessariamente o uso da palavra de outrem que, inserida

em um novo contexto narrativo, pode ser reacentuada através de *comentários sarcásticos* do enunciador ou até mesmo sugerir uma *aparente concordância com o discurso denegado*. A ironia pode também ser construída através do que eu chamo *reconvenção discursiva*, processo pelo qual o enunciador remete de volta uma pergunta que lhe foi dirigida, ou ainda ser interposta, de forma mais sutil, através do uso enunciativo de *sinais tipográficos*.

➤ São exemplos da utilização de palavras de outrem como meio para a interposição de um *comentário sarcástico*⁷¹:

(98) ⇔ *A moda primavera-verão no Rio é o assassinato de policiais. O todo-poderoso general Alberto Cardoso, mais uma rima que não é solução, mas fala pelo presidente da República, pelo ministro da Justiça, pelo ministro da Reforma Agrária, é ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e tem em mãos o SNI-Abin, já deu o veredito: “É o terrorismo”. De volta. Nada como ter a percepção afiada e a lucidez cultivada dos formados na e pela ditadura militar. [...] Lá do seu gabinete de secretário da Presidência o general Cardoso pode identificar nos assassinatos motivações e características que os policiais, talvez porque formados já no regime democrático, são incapazes de perceber.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 120/2000).

(99) ⇔ *Já se pode dizer que a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin que sucede o SNI, prestou um serviço útil. Mais do que isso: quase prestou um serviço também inteligente.* Embora um serviço muito particular. As aparências de investigação da Abin, relatadas por “Veja”, em torno da denúncia de um empresário contra Paulo Henrique Cardoso, o filho, tiveram como utilidade, e portanto como única finalidade conhecida, proporcionar cobertura prévia ao denunciado⁷². (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 175/2000).

⁷¹ Nesse sentido, o texto 123/2004 tem toda a sua estrutura narrativa marcada pelo uso de comentários do autor, os quais, fazendo contraponto às citações ali presentes, dota toda a matéria — a começar pelo seu título (“Sherlok da Abin”) — de uma forte conotação irônica.

No excerto (98), o locutor recorre ao “dialeto” da moda⁷² para dar força enfática ao fato que denuncia (*o assassinato de policiais*), sugerindo, de forma irônica, a banalização da impunidade no estado do Rio. A esta primeira ironia, seguem-se algumas outras: (a) o *todo-poderoso general Alberto Cardoso*, metalingüisticamente apontado como *uma rima que não é solução*; (b) a referenciação ao *SNI-ABIN*, como estratégia de criação de uma logomarca explicativa do perfil do atual serviço de inteligência; e, finalmente a ironia que, (c) fazendo uso do discurso citado sob a forma de DD (é *o terrorismo*), acresce à referida citação comentários pessoais repletos de ironia (*nada como ter a percepção afiada e a lucidez cultivada dos formados na e pela ditadura militar*) e (*motivações e características que os policiais, talvez porque formados já no regime democrático, são incapazes de perceber*).

Já em (99), é o dialogismo intertextual, que permite a construção da ironia. Fazendo referência à matéria publicada na Revista *Veja* (texto 181/2000), o enunciador insere o seu irônico comentário de que a Abin, finalmente, teria prestado um serviço não apenas *útil* mas *também inteligente*. No comentário feito, o autor realiza uma espécie de “trocadilho semântico”, tirando partido da polissemia do lexema “inteligência” para em uma clara referência ao nome da Abin, mostar (para rejeitar) a afinidade entre o tipo de atuação do serviço secreto e a sua vinculação com o sentido usual do termo inteligência (enquanto “faculdade de entender, pensar, raciocinar e interpretar”, cf. Dicionário Michellis).

➤ A ironia, quando utilizada como forma de refutação do discurso do oponente pode até mesmo sugerir uma *aparente concordância com o discurso denegado*:

⁷² O termo dialeto é aqui tomado no sentido bakhtiniano, ou seja, como variação estilística da linguagem, associada a um determinado grupo social. Bakhtin (1997a, p. 184) considera que “as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais lingüística”.

(100) ⇔ *A explicação do general Cardoso para o único caso em que admitiu a existência de um relatório – a espionagem de Itamar Franco desde 98 – é a seguinte: o agente espionou por iniciativa própria e, quando o relatório afinal lhe chegou às mãos, o general o destruiu no triturador de papel. Não há por que descrever da explicação. Antes houvesse.* Porque a pior ameaça dos serviços internos de operações secretas está em que não são controláveis. Como o general Cardoso reconhece implícita e involuntariamente na sua explicação. Mal tão óbvio que aqui mesmo foi dado como inevitável, tão logo a Abin, se a Presidência insistisse em criá-la, soltasse os seus espiões por aí. (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 147/2000).

(101) ⇔ *Levando-se em conta as explicações oficiais do serviço secreto, fica combinado assim:* a investigação do procurador foi iniciativa pessoal de uma soldado, as fitas do BNDES apareceram num viaduto, o relato detalhado de uma reunião do governador Itamar Franco foi denúncia de um anônimo, as buscas atrás do juiz Lalau não foram "muita coisa", as investigações do Dossiê Cayman resultaram só em "umas parcerias" e o exame nas contas do ministério de José Serra não passou de "uma coisa eventual". (Jornalista Policarpo Júnior, em reportagem publicada na revista *Veja* – Texto 127/2000).

Em (100), o locutor faz uso do discurso reportado sob a forma de DI, dando uma nova coloração entoativa às palavras reproduzidas. Segue-se à citação uma aparente concordância com o dito (*não há por que descrever da explicação*), concordância essa logo em seguida ironizada pela observação de que *antes houvesse*, abrindo espaço para um novo efeito de sentido (*porque a pior ameaça dos serviços internos de operações secretas está em que não são controláveis*), o qual é remetido à responsabilidade do próprio adversário discursivo (*como o general Cardoso reconhece implícita e involuntariamente na sua explicação*).

O enunciado (101) sequer chega a tecer comentários explícitos acerca do que cita. A ironia é introduzida diretamente na expressão *fica combinado assim* e enfatizada em seguida pelo uso de aspas de conotação autonímica (REVUZ, 2004), através das quais o enunciador realiza o comentário crítico das palavras do outro.

➤ Forma irônica encontrada apenas no gênero entrevista foi por mim chamada de *reconvenção discursiva*⁷³, processo pelo qual o interlocutor — ao remeter de volta a pergunta formulada ou ao formular, ele próprio, uma pergunta ao entrevistador — realiza uma inversão de papéis⁷⁴, o que se dá, em alguns casos, com uso da ironia:

(102) ⇔ *Os movimentos [sociais] abdicaram de reivindicações específicas e adotaram um discurso comum?*

↔ *Muito bem posicionada essa frase. Eles nem sabem o que estão pedindo. Eles estão protestando. Estão querendo farra e bagunça.*

⇒ *Contra o governo?*

↔ *Não sei. É?* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 291/2004).

(103) ⇔ *Mesmo que a ordem não tenha sido sua [de suposta investigação, por parte da Abin, do procurador da República Luiz Francisco de Souza], alguém da agência pode ter feito isso. O sr. controla toda a Abin?*

↔ *Não, claro que não. Isso é utopia. Alguém aqui controla os filhos? Por hipótese, pode ter sido alguém do Flamengo, do Vasco, de qualquer órgão.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *IstoÉ* – Texto 142/2000).

Se no primeiro exemplo (102), o entrevistado se esquia da pergunta feita pelo entrevistador, remetendo-a de volta ao ironicamente afirmar não saber respondê-la, em (103) a pergunta colocada é enfaticamente respondida pelo enunciador que introduz, então, uma nova pergunta endereçada ao entrevistador, pergunta essa que, no exemplo dado, sugere a construção simbólica por parte do entrevistado, da posição de pai em relação à Abin. Logo em seguida, o enunciador opera uma espécie de quebra na coerência discursiva, e, por meio de uma comparação aparentemente absurda, deslocada de um encadeamento lógico

⁷³ O termo *reconvenção discursiva* parte de uma analogia que busquei no campo das ciências jurídicas. O instituto da reconvenção, juridicamente falando, caracteriza-se pelo redirecionamento dado a uma determinada denúncia ou acusação, findando por reverter a posição do réu, que passa da condição de interpelado para aquela de interpelante. No campo do discurso, esse tipo de palavra autoritária tenta, de modo semelhante, operar uma reinversão de papéis, ao remeter a pergunta de volta ao adversário, e exigir dele a resposta que deveria ser dada ao interlocutor. A reconvenção discursiva estabelece, assim, um tenso dialogismo entre discurso e contradiscurso.

⁷⁴ O texto 168/2004 é emblemático quanto a esse procedimento de *reconvenção discursiva*. Ali, o entrevistado abandona essa posição e assume, por algum tempo, aquela de entrevistador do jornalista, formulando quatro perguntas seguidas, o que força aquele profissional a realizar uma quebra no encadeamento do fio discursivo para conseguir retomar a sua posição de entrevistador.

convencional, ironicamente faz referência a times futebolísticos como forma de demonstrar o quanto o discurso adversário se apresenta, do seu ponto de vista, inaceitável.

➤ Foram encontradas, ainda, algumas formas de ironia em que o enunciador faz uso de *sinais tipográficos*, os quais abandonam a sua função demarcadora clássica e passam a ter uma orientação argumentativa. O uso desses sinais tipográficos atende a diferentes intenções do enunciador, ambas refratando o discurso citado e criando para ele novos efeitos de sentido:

(104) ⇔ *Na sexta-feira, FHC falou em acabar com a \$udam. Espera-se que não dé cabo também da Abin. Sem os pastelões da arapongagem, Brasília ficará meio sem graça. E o país deixará de tomar conhecimento de negócios como os que envolveram a venda das teles.* [...] *Vida longa à Abin.* (Jornalista Josias de Souza, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 253/2000).

(105) ⇔ *O cadáver de Ismael Silva exibia claros sinais de maus-tratos. Trazia um olho vazado, as palmas das mãos lanhadas. Pela versão oficial, cometera suicídio. Envergonhado por ter sido preso, teria se enforcado com um fio de persiana. À frente do inquérito, Robine Bizerril, aferrado ao “espírito de irrestrito cumprimento do dever”, não se deu ao trabalho de abrir uma reles sindicância. Seu nome foi ao dossiê do projeto “Brasil Nunca Mais”. Procurado, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência manifestou-se por escrito na sexta-feira. Disse que a “referência elogiosa” a Robine Bizerril foi anotada em papel “confidencial” porque nomes de servidores da Abin não podem, por força de lei, constar de “documentos ostensivos”. De resto, o “Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União não estabelece qualquer discriminação em razão da origem do servidor”. Por isso, Robine Bizerril “recebeu tratamento igual a todos os demais”. Ponto final.* (Jornalista Josias de Souza, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 57/2003)

No primeiro exemplo (104) a substituição da letra *s* pelo cifrão possibilita ao enunciador realizar um comentário irônico acerca do caso do grampo BNDES, fazendo referência às supostas negociações financeiras ali ocorridas. No segundo exemplo (99), a inserção da expressão *ponto final* constitui, na realidade, uma espécie de comentário irônico do enunciador sobre o discurso que cita. Seguindo o pensamento de AUTHIER-REVUZ (1979) de que a “pontuação” facultativa de um discurso oral ou escrito, por meio dos nomes dos signos constitui um comentário do locutor sobre sua própria palavra, é possível afirmar,

no caso em tela, que o enunciador faz uso desse tipo de estratégia não para autocomentar-se, mas para comentar o discurso de outrem, denunciando, em (105) o seu caráter autoritário.

Finalmente, é importante destacar que os exemplos aqui utilizados com mera intenção didática, encontram-se contextualmente inseridos em textos que apresentam, de forma simultânea, estratégias diversas. Na leitura do material coletado foi possível observar, inclusive, a presença, em um único fragmento, de várias das categorias aqui apresentadas, tanto no discurso jornalístico, quanto na voz da própria agência de inteligência, como se pode ver abaixo:

(106) ⇒ *Está estabelecido que a Abin pesquisou a legalidade e a conveniência da reversão, para a Viúva, das milhagens aéreas acumuladas pelos funcionários públicos que viajam de avião. Fez isso sem grampear vivalma ou xeretar a vida alheia. Esqueceu-se apenas de fazer uma pergunta: o que é que a Abin tem a ver com milhagem de companhias aéreas? Nada. [...] Para propor que o governo capture a milhagem dos funcionários que viajam a serviço, a Abin, ou qualquer outro cidadão, deve apenas sugerir ao doutor Pedro Parente, chefe da Casa Civil, que pense no assunto. O resto é coisa de quem não tem o que fazer.* (Jornalista Elio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 146/2000).

(107) ⇒ *Quanto aos conceitos emitidos, nada a objetar: são endossados por quaisquer profissionais decentes. Manda a ética que só sejam divulgadas notícias com fundamento, que se atire ao lixo o rumor improcedente, que se ouçam as partes envolvidas, que se trate com cautela a honra alheia. Tais regras figuram nos manuais do bom jornalismo (nem sempre respeitados, convém ressalvar). [...] ‘Denuncismo’ é pecado a combater: o neologismo embute os riscos da pressa, da precipitação. Denúncia, que dispensa aspas, é coisa bem diferente. Fazê-la, quando pertinente, é dever da imprensa. [...] ‘Denuncismo’, insista-se, é uma espécie de doença que publicações sérias costumam eliminar. De qualquer forma, o Brasil segue à espera de explicações sobre acontecimentos envolvendo ex-integrantes do governo e membros do PT. Fatos até hoje encobertos pela penumbra.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 107/2004).

(108) ⇔ *A melhor analogia encontrada vindica uma Abin como uma espécie de “beque central do Estado” – e não do governo. Cabe a esse beque central antecipar as jogadas (oportunidades). Também deve evitar o ataque adversário (proteção ao conhecimento, à sociedade, ao Estado*

democrático de Direito e aos interesses nacionais). A diferença entre Estado e governo é imperceptível para o senso comum, mas norteadora da nossa administração. (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 124/2004).

No primeiro exemplo (106), ao mesmo tempo em que o enunciador se apropria da palavra do outro, sugerindo uma aparente concordância com o discurso alheio, essa concordância se desfaz na medida em que há uma evidente ironia na forma como essa palavra é introduzida no corpo do enunciado. Realmente, a expressão introdutora (*está estabelecido que*), fortemente modalizada, pode ser lida como que carregando o peso da palavra de autoridade (que “estabelece que”), mas também pode ser lido como uma refração irônica do enunciador significando que ao menos em princípio se deva, com ele, concordar (*deve-se acreditar que*), fazendo com que o enunciado possa ser considerado como uma espécie de antífrase semântica. Ali, duas vozes são ouvidas, simultaneamente, a exigirem um trabalho interpretativo do leitor que o próprio desenvolvimento da enunciação finda por apagar. Tanto é assim que, logo em seguida, o locutor insere uma pergunta e uma resposta retóricas (*o que é que a Abin tem a ver com milhagem de companhias aéreas? Nada*) para introduzir, na seqüência, o seu discurso substituído (*a Abin, ou qualquer outro cidadão, deve apenas sugerir que*), de forma autoritária (*o resto é coisa de quem não tem o que fazer*).

O enunciado seguinte (107), de forma bastante próxima ao anterior, também apresenta uma aparente concordância com o discurso do oponente, concordância esta inicialmente marcada pela apropriação da palavra alheia como se fora constitutiva do próprio ponto de vista do locutor. Entretanto, logo em seguida, o enunciador tece uma observação metalingüística, através da qual opera uma distinção semântica entre os termos *denuncismo* e *denúncia*, fazendo uso, inclusive de uma observação metalingüística (*denúncia que dispensa aspas*) estabelecendo para cada uma dessas palavras um diferente efeito de sentido, e, desta forma, tomando distância em relação ao discurso do oponente. O enunciador reafirma o seu

posicionamento, diverso daquele do discurso que cita, lança a sua contrapalavra na voz de um terceiro participante (um *Brasil* inclusivo), e exorta o adversário a uma tomada de atitude (*o Brasil segue à espera de explicações de fatos encobertos pela penumbra*).

No último dos exemplos (108), o locutor faz uma analogia através do uso da metáfora do time de futebol para designar o governo, colocando a Abin na posição de *beque central do Estado*. É a partir de tal posicionamento que o enunciador estabelece o papel a ser desempenhado pelo órgão de inteligência, enunciando não apenas o que a instituição cabe fazer, mas também o que por ela deva ser evitado. Pretendendo reforçar a idéia central da sua enunciação, o locutor tece uma digressão semântica acerca da distinção entre *Estado* e *governo* e, ao fazê-lo, subestima explicitamente (tal distinção seria *imperceptível para o senso comum*) a massa de leitores do jornal (ou a figura do ouvinte), dirigindo, portanto, a sua enunciação, a um restrito grupo de “iniciados”.

3.1.1.4 Posicionamentos Assumidos quanto ao Ouvinte Efetivo

O que se depreende do conjunto de excertos analisados no plano do dialogismo interlocutivo é a constituição de uma relação polêmica marcada pela presença de dois posicionamentos distintos – um de ataque e outro de defesa – na tensa disputa travada no espaço da imprensa. Essas vozes, contraditórias e concorrentes, instauram uma bivocalidade retórica de cunho monovalente, fazendo uso de estratégias argumentativas em grande parte comuns a ambas as instâncias discursivas.

Na relação polêmica instituída, é negando o discurso do oponente que cada instância discursiva reafirma o seu próprio discurso tentando manter para si a última palavra. Se, como afirma Bakhtin (1997a, p. 98) “as convicções têm uma habitual função

monológica”, as idéias sobre a Abin veiculadas na imprensa são convicções monovalormente afirmadas.

As formas de afirmação e reafirmação dos discursos *da* e *sobre* a Abin na imprensa ganham, entretanto, um colorido diverso – não se restrigindo unicamente ao ataque e à defesa típicas do campo da intelocução direta – quando a palavra se dirige não ao ouvinte efetivo do campo interlocutivo, mas a um outro tipo de ouvinte que é também parte ativa do processo enunciativo: o ouvinte idealizado.

3.1.2 O OUVINTE IDEALIZADO

Nos textos coletados, a figura do ouvinte idealizado é geralmente invocada através do uso de expressões nominais generalizantes (tais como “povo”, “cidadão”, “país”, “sociedade”, “nação”, “brasileiros” etc.) o que lhe confere um caráter de personalidade coletiva⁷⁵ à qual a palavra se dirige. Essa prática enunciativa, presente tanto no discurso *da* Abin como no discurso *sobre* a Abin na imprensa, finda por criar uma imagem unificadora que instaura no interior dos enunciados a ilusão de um todo indivisível capaz de neutralizar diferenças quanto à “orientação social” de classes ou de auditórios precisos, como se vê abaixo:

(109) ⇒ *Desarticulados pelo então presidente Fernando Collor, o serviço secreto e os funcionários remanescentes reconhecem que chegaram a sofrer uma crise de identidade. Isso ocorreu porque o trabalho de inteligência não apenas deixou de ser importante para o presidente, mas também visto com*

⁷⁵ Para Bakhtin/Volshinov (1997a, p. 41), a personalidade coletiva corresponde a “um conceito metafísico ou mítico (a ‘alma coletiva’, ‘o inconsciente coletivo’, ‘o espírito do povo’, etc.).” Bakhtin comenta ainda (2000b: 406) que “com freqüência, a consciência criadora monologizada unifica e personaliza as palavras do outro, tornadas vozes do outro, anônimas, na forma de símbolos especiais: ‘voz da própria vida’, ‘voz da natureza’, ‘voz do povo’, ‘voz de Deus’, etc.”.

desdém pela sociedade. (Jornalista Marcus Peixoto, em prólogo a entrevista feita com Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, publicada no *Diário do Nordeste* – Texto 180/2004).

(110) ⇔ *Fui indicado pelo governo para um trabalho de Estado, e não de governo. Tenho plena consciência disso. Peço a confiança da sociedade, e para isso só disponho de uma peculiar credencial: a minha biografia.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 124/2004).

Também é amplamente utilizada a discutível categoria da “opinião pública”:

(111) ⇒ *O esforço dos dirigentes da nova agência para criar imagem diferente das práticas passadas não corresponde ao que os cidadãos esperam de um serviço que carrega suspeita genética. Os incidentes têm efeito oposto na opinião pública, com desgaste político para o governo perante a opinião pública.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 242/2000).

(112) ⇔ *Não menos importante, a opinião pública e a imprensa provaram, à saciedade, nas últimas semanas, a capacidade da nação de fiscalizar essa vertente do poder público [a Abin].* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 243/2000).⁷⁶

Expressão máxima de um ouvinte discursivamente construído como uma espécie de ouvinte idealizado, ou seja, como um *supradestinatário*⁷⁷, a personalidade coletiva permanece, em ambos os discursos, como entidade à parte, exterior ao enunciador que com ela não se confunde. Essa colocação à distância é feita por meio de um trabalho metonímico

⁷⁶ Esse enunciado recebeu a réplica interlocutiva seguinte:

(113) ⇔ De quebra, lembra o general, "a opinião pública provou à saciedade, nas últimas semanas, a capacidade da nação de fiscalizar" as atividades da Abin. **Fiscalização difícil de entender**, se alguns parágrafos adiante o general Cardoso define como mera "maledicência" tudo o que foi publicado sobre a Abin. Inclusive, pois, o relatório de um agente sobre Itamar Franco, que o general Cardoso disse, primeiro, haver recebido e lançado na trituradora de papéis e, depois, negou haver existido (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* - Texto 248/2000).

⁷⁷ Como explica Bakhtin (2000e: 333) “O enunciado sempre tem um destinatário (com características variáveis, ele pode ser mais ou menos próximo, concreto, percebido com maior ou menor consciência) de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsável. Este destinatário é o *segundo* [...]. Porém, afora esse destinatário (o segundo), o autor do enunciado, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um *supradestinatário* superior (o terceiro), cuja compreensão responsável absolutamente exata é pressuposta seja num espaço metafísico, seja num tempo histórico afastado (o destinatário da emergência). Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsável, idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência, etc.)”.

no qual a massa de leitores do jornal é tomada pelo todo do corpo social, implicando, como afirma Marilena Chauí (1997, pp. 92 e 114), à criação de “suportes de imagens unificadoras quer no plano do discurso político e ideológico quer no das experiências e práticas sociais”.

Mas a construção discursiva de um supradestinatário ao qual a enunciação se dirige pode ocorrer através de formas mais inclusivas, nas quais o enunciador estabelece um lugar preciso para esse ouvinte idealizado, fazendo com que ele ocupe, como sugere Bakhtin, diferentes posições que lhe são atribuídas, quais sejam, as de *aliado*, *testemunha*, *simpatizante* ou *juiz* do que é enunciado.

Realmente, o ouvinte idealizado pode situar-se *lado a lado* com o autor como seu cúmplice e **aliado**, instaurando uma espécie de enunciação conjunta o que faz com que o enunciador apague, como diz Revuz (1990), a não coincidência do “eu” e do “tu”, anexando o outro à sua própria vontade, reduzindo a diferença entre os dois através da assimilação de um “nós-enunciador” imperativamente posto como fonte das palavras que ele próprio escolhe.

Ele pode também situar-se em uma zona fronteiriça, como se persistisse no locutor certa dúvida quanto ao seu grau de comprometimento com o enunciado, o que levaria esse locutor a concentrar esforços em despertar-lhe a simpatia para com os pontos de vista que defende, objetivando obter a adesão de um ouvinte **simpatizante**, para em seguida, convertê-lo à posição de aliado.

Esse clima de envolvimento empático pode, entretanto, fazer-se inteiramente ausente. Nesse caso, o ouvinte é interpelado a atuar no interior do dito na posição daquele que lhe serve de **testemunha**, independentemente de sua própria vontade, tal como em um processo judicial testemunhas podem ser arroladas à sua revelia. O dialogismo assim criado não se coloca mais no plano da cumplicidade mútua ou da simpatia: ele opera no campo do registro histórico de uma memória coletiva partilhada que é exigida ou cobrada.

Finalmente, o ouvinte pode ser alçado à posição de **juiz** do enunciado, caso em que ele é introduzido como suposto árbitro neutro dos conflitos gerados pela interlocução direta, dando suporte, como afirma Maingueneau (1984) à “utopia de uma posição que seja parte interessada no conflito e exterior a ele”,⁷⁸, em uma batalha discursiva constantemente renovada.

3.1.2.1 O Ouvinte Aliado

O movimento em direção a um ouvinte tido como **aliado** apresenta como pressuposto a existência de uma cumplicidade mútua entre o enunciador e seu destinatário, dotado imanentemente de uma compreensão responsiva. Essa cumplicidade imaginada pode corporificar-se através de um trabalho discursivo voltado para a *eliminação das posições sociais* ocupadas, operando uma quebra na distinção dos diferentes lugares enunciativos, caso em que o enunciador torna comum o lugar de onde ele fala. Pode ainda fazer uso do *subentendido* ou da *alusão*, como formas de evidenciar a presença de uma memória discursiva tida por partilhada.

➤ A *eliminação das posições sociais* ocupadas pelo enunciador e seu ouvinte dá-se principalmente na construção discursiva de um NÓS que cria a ilusão do UM, expresso no uso de pronomes indefinidos ou no plural inclusivo de alguns tempos verbais que eliminam qualquer distanciamento entre o autor e aquele a quem sua palavra se dirige:

(114) ⇒ *Cabe tudo dentro desse organismo [Abin]. O que quer dizer que cabemos todos, como vítimas da voracidade que esse tipo de monstro tem sobre a liberdade dos cidadãos e os direitos individuais e coletivos, cuja ingestão feroz lhes é necessária para justificar sua existência e as*

⁷⁸ Nesse sentido, afirma ainda Maingueneau (1984): “seja o Papa, o partido, os sábios, o bom senso... deve existir em algum lugar algum tribunal habilitado a decidir. Ficção que sustenta a polêmica sem nela poder pôr um termo”.

montanhosas verbas secretas. (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 86/1999).

(115) ⇒ *Sabemos que todo o “podre” de algumas pessoas, o passado obscuro, inconfessável, acaba servindo de moeda de troca política nos bastidores do poder. Nesta hipótese, o sigilo dos documentos atende aos interesses escusos de algumas poucas pessoas e não ao interesse coletivo ou geral de publicidade, que é a regra num estado democrático de direito.* (João Gilberto Gonçalves Filho, procurador da República, segundo matéria de autoria não especificada, publicada na *Tribuna da Imprensa* – Texto 259/2004).

(116) ⇒ *Ninguém mais sabe se está sendo espionado em seus movimentos, se tem os telefones sob escuta clandestina, se as particularidades mais pessoais de sua vida atual e passada estão sendo levantados. A mal denominada Agência Brasileira de Inteligência, a Abin com que o governo fez o seu SNI, está aí.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 147/2000).

(117) ⇒ *Políticos de oposição. Dirigentes sindicais. Líderes religiosos. Jornalistas. Todos podem estar agora sendo bisbilhotados por arapongas da Agência Brasileira de Inteligência. [...] O depoimento do coronel de Cunto demonstra que continua forte na forma de atuar da Abin a antiga filosofia de Segurança Nacional que balizava os atos do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o regime militar.* (Jornalista Rudolfo Lago, em notícia publicada no *Correio Braziliense* – Texto 232/2000).

Se em (114) o locutor inclui a si próprio diretamente no corpo dos enunciados, partilhando a condição de cidadão com o ouvinte (*cabemos todos*) nos outros dois enunciados ((116) e (117)) a inserção de pronomes pessoais indefinidos designando a pessoa gramatical de modo impreciso⁷⁹, abre espaço para a interpretação de que, também ali, o enunciador se inclua na massa de seus leitores, uma vez que em um sentido negativo (*ninguém*) ou em um sentido positivo (*todos*) persiste a idéia de uma totalidade globalizante. Em (117), inclusive, o locutor inicia nomeando os supostos principais alvos de espionagem da Abin (*políticos de oposição, dirigentes sindicais, líderes religiosos e jornalistas*), se incluindo, consequentemente na última categoria mencionada, para em seguida, realizar uma

⁷⁹ Muito embora seja corrente a idéia gramatical de que o uso desse tipo de pronome indefinido designe a terceira pessoa gramatical, acredito que ele possa também, no plano dos sentidos, se referir a um nós inclusivo, no sentido de “nenhum de nós” ou “qualquer um de nós”, com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular.

generalização de todos os grupos nomeados (*todos podem estar agora sendo bisbilhotados por arapongas da Agência Brasileira de Inteligência*).

➤ Uma outra forma de inserir o ouvinte na posição de aliado diz respeito ao uso do *subentendido*, pressupondo o conhecimento prévio dos pontos de vista do enunciador e a concordância implícita do ouvinte com a carga valorativa presente na parte não expressa do enunciado:

(118) ⇒ *Mesmo com a Abin sendo o que é, Fernando Henrique não precisava ser surpreendido. Primeiro recurso: se fizesse, como é próprio dos governantes, despachos regulares com cada ministro, algum dos prejudicados pelo problema quereria discuti-lo (Alcides Tápias, com certeza). Mas despachos com ministros, ainda mais se regulares, são trabalho, Deus o livre.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 37/2001).

(119) ⇒ *Até a semana passada, o coordenador do Infoseg era o coronel Rubens Bizerril. Ele foi afastado devido à acusação de envolvimento com tortura. O modo de operar da comunidade de informações brasileira, seja no Ministério da Justiça, seja na Abin, continua o mesmo.* É como se a redemocratização do país fosse apenas um acidente. (Editorial da *Folha de São Paulo* – Texto 244/2000).

Ambos os enunciados acima jogam com o subentendido enquanto avaliação comum ao locutor e ao ouvinte, o que tornaria desnecessário, em (118), explicar o que é a Abin, ou discorrer, em (119), sobre o seu *modus operandi*. Esse tipo de procedimento releva de um saber comum pautado pela existência de um já-dito que é atualizado através do dito. Tem-se, assim, que, como afirmam Bakhtin/Voloshinov, as avaliações presentes no subentendido não são meramente o produto de emoções individuais, mas atos socialmente determinados. Segundo esses autores (1981, p. 192), “as emoções individuais acompanham o tom dominante da avaliação social: o eu não pode realizar-se no discurso senão se apoiando sobre um nós”. Nos exemplos acima esse “nós” torna-se implicitamente construído, justamente, em razão da parte subentendida dos enunciados.

➤ O terceiro movimento dialógico instaurado em direção ao ouvinte-aliado é encontrado no campo da *alusão*, em modos de dizer que, de forma semelhante ao subentendido, afirmam a crença do locutor na existência de uma memória discursiva partilhada. A principal distinção entre os mecanismos de uso do subentendido e da alusão reside no fato de que o primeiro toma por objeto o próprio herói do enunciado (no caso a Abin) enquanto o segundo faz intervir, no interior do tema em comento, um comentário calcado na representação de um discurso outro, cuja conexão com o dito não é explicitada, mas apenas sugerida:

(120) ⇒ *É óbvio que o presidente está ciente das intrigas em seu governo. Reconhece ainda que o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete Militar da presidência, é um dos seus homens mais leais. Tanto que participou de todos os temas sensíveis ou explosivos do seu governo: a comissão de indenização às famílias de vítimas da repressão, a criação do Ministério da Defesa, o combate ao narcotráfico e ainda a criação da famigerada Abin⁸⁰ (Agência Brasileira de Inteligência).* (Jornalista Marcia Carmo Karam, em nota de coluna publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 29/1999).

(121) ⇒ *E o monstro não pára de crescer. Se depender de Cardoso, os 900 analistas de informação devem chegar a dois mil. O último concurso aberto para a seleção de 61 analistas exigia, entre outras coisas, conhecimento de alemão, árabe, espanhol, francês, inglês ou russo. A revelação de que a Abin continua praticando espionagem política mostra, porém, que os arapongas do general Cardoso ainda não saíram do velho porão em que agiam livremente durante a ditadura.* (Jornalistas Andrei Meireles e Ricardo Miranda, em reportagem publicada na revista *IstoÉ* – Texto 142/2000).⁸¹

(122) ⇒ *Sobre signatários a MP [de certificação digital] só descarrega riscos, pois está a decretar que o cidadão precisa, doravante, confiar sua capacidade de representar sua própria vontade, perante a Lei e o Estado, a estas misteriosas entidades. [...] a MP escolhe o aparelho de espionagem do Poder Executivo. [...] Este prêmio o Poder Executivo pode receber na forma de monopólio do conhecimento e de acesso às ‘portas de fundo’ dessas caixas pretas opacas, nos bastidores desse tal conselho. Como em Orwell.⁸²* (Pedro Antonio Dourado de Rezende, professor de criptografia da UnB, em artigo de opinião publicado no *Jornal do Brasil* – Texto 51/2001).

⁸⁰ Alusão ao “famigerado SNI”, elocução amplamente utilizada para fazer referência ao Serviço Nacional de Informações criado à época da ditadura militar.

⁸¹ Alusões a: (1) célebre frase do general Golbery do Couto e Silva (“criei um monstro”); (2) à novela “Araponga” de Dias Gomes, lançada, em 1990, na Rede Globo de Televisão, cujo personagem corresponde à figura de um agente secreto atrapalhado e trapalhão; (3) câmaras de tortura consideradas existentes em porões, à época do SNI.

⁸² Alusão ao romance *1984*, do escritor George Orwell, no qual o personagem fictício “O Grande Irmão”, corresponde a um sistema de controle onipresente instaurado pelo partido político no poder.

A alusão – sempre calcada no contexto extraverbal do enunciado – correria o risco de ser mal entendida ou, ainda, de permanecer como “forma de apelo suspensa em um vazio” (Authier-Revuz, 2007, p. 18), não fosse a presença de um ouvinte alçado pelo interlocutor à posição de aliado.

Na análise realizada dos excertos selecionados observei então que, diferentemente do discurso jornalístico – onde a cumplicidade marca presença em um saber constantemente tido por partilhado –, o discurso *da* Abin na imprensa não apresenta qualquer forma de inclusão de um ouvinte aliado. Ali, a posição hierárquica é formalmente mantida e o uso feito do plural inclusivo remete exclusivamente a um processo de assimilação da voz do autor com a voz da instituição de onde ele fala. Por outro lado, pronomes indefinidos ou partículas indeterminantes, quando utilizadas, remetem a dizeres outros, dos quais o enunciador se defende, funcionando, assim, não no campo de uma aliança julgada possível, mas em um terreno claramente defensivo, como se pode ver abaixo:

(123) ⇔ *O sr. mandou investigar o jornalista Andrei Meireles?*

↔ *De maneira nenhuma.*

⇒ *Como, então, chegou à revista Veja uma ficha do Andrei?*

↔ *Fizemos uma investigação interna, verificamos o arquivo do Andrei e constatamos que não foi feita pesquisa no nosso período na Abin. É muito fácil alguém chegar e dizer:* fez-se um levantamento do Andrei e consta lá que ele foi comunista, do PCB. (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na revista *IstoÉ* – Texto 142/2000)

(124) ⇔ *Afirma-se que a recém-criada agência, filha do momento democrático brasileiro nesta virada de milênio, só pode ser o espelho de obsoletas instituições da Guerra Fria. Apaga-se o fato de que a Abin nasceu de um ano de debates no Executivo, seguido de dois anos e três meses de análise no Congresso Nacional. Ignora-se que está submetida a controles estritos do Executivo e, externamente, do Legislativo.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 243/2000).

Em ambos os exemplos, a voz do locutor não se funde com a de um parceiro discursivo, mas é colocada à distância reafirmando a presença de uma voz de autoridade.

3.1.2.2 O Ouvinte Simpatizante

O ouvinte é interpelado na posição de **simpatizante** para que o enunciador dele obtenha a adesão e o transforme em aliado discursivo. Na tentativa de angariar a sua simpatia, o locutor se esforça por criar um clima de empatia, fazendo uso de estratégias discursivas que apelam para as emoções do ouvinte como forma de envolvê-lo e torná-lo receptivo ao que é enunciado.

Partindo da acepção bakhtiniana de que o jornalismo é um “gênero retórico vivo” (1988a, p. 80), podendo ser concebido como uma forma de “retórica contemporânea” (2000b, p. 391), é possível pensar o movimento dialógico em direção ao ouvinte simpatizante a partir da categoria clássica do *pathos*, aqui entendido como procedimento através do qual o orador joga com as paixões e emoções dos ouvintes de modo a conquistá-los.

As tentativas de conquistar a simpatia do ouvinte ganham corporalidade no discurso *sobre* a Abin através do *humor*, presente tanto na palavra pessoal do jornalista como na retomada do discurso alheio sob as formas estilísticas do *skaz* e da *paródia* enquanto procedimentos de “carnavalização” do dito. Em todos esses casos, a intenção é suscitar o riso e, deste modo, angariar a simpatia do ouvinte. O humor funciona como uma porta que se abre de forma mais franca no interior do discurso e o areja. Como diria Bakhtin (2000b, p. 374), “o riso levanta as barreiras, abre o caminho”, fazendo do ouvinte um participante ativo e interessado.

➤ Assim, por exemplo, na *palavra pessoal* do jornalista:

(125) ⇒ *Ninguém deu importância ao fato [vinda de Bin Laden, em 1995, ao Brasil] – nem o informante da Abin, que desconhecia as atividades terroristas de Bin Laden, nem a própria Abin, que, à época, era capaz de confundir Bin Laden com o nome de uma estação de esqui austríaca. E assim se passaram três anos, até que as bombas começaram a explodir.* (Jornalista Policarpo Júnior, em notícia publicada na revista *Veja* – Texto 3/2003).

(126) ⇒ *O que não pára de surpreender são os bastidores do Planalto, enquanto Lula e Marisa dançam fôrró no Torto. A última é a Abin (a agência de inteligência do governo) espionar quem espiona. Ao que parece, todos espionam todos. [...]. Mas daí a alguém do governo vislumbrar um complô extraterrestre em normais e inevitáveis vazamentos sobre reuniões, disputas de poder e idiossincrasias palacianas é típica fantasia conspiratória da velha esquerda. Façam-me o favor... [...] José Dirceu, sempre ele, está no centro de tudo. As fofocas começam nele, espalham-se em ondas ao redor dele e voltam-se contra ele. Que se defende procurando chifre em cabeça de cavalo e tucanice em petista de carteirinha ou de coração. É assim que Brasília está. De morrer de rir ou de chorar, dependendo do lado. Férias, pra quê férias?* (Jornalista Eliane Cantanhêde em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* - Texto 53/2004)

Em ambos os casos, observei a recorrência a um processo de carnavalização onde o tom único (sério) torna-se inaceitável para o enunciador que recorre à dessacralização do tema. Assim, em (125) o nome de Bin Laden é humoristicamente associado a um *nome de estação de esqui* e em (126) a discussão política é referida como procura de *chifre em cabeça de cavalo*, excluindo, como afirma Bakhtin (1997a, p. 167), a seriedade dogmática e não permitindo a absolutização de nenhum ponto de vista.

➤ O uso do humor através da *estilização de palavras do outro* está presente no exemplo abaixo que remete de forma simultânea à *paródia* (quando faz uso de uma escolha lexical típica do governo Lula) e ao *skaz* (quando se apropria interdiscursivamente da série televisiva “Agente 86”):

(127) ⇒ *A presidência pediu à Abin (Agência Brasileira de Inteligência) que desenvolva um projeto próprio de aparelho celular criptografado, que*

seria fabricado pelo próprio governo, em pequena quantidade, para uso exclusivo de autoridades. Alô, companheiro Dirceu?? Sapato-fone errado chefe, esse número de sapato-fone é do Palloci. O governo fabricando celular criptografado. Durma-se com um barulho desses. (Jornalista Mônica Bergamo, em nota de coluna publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 173/2004).

Essa espécie de paródia da paródia, tornando o herói ainda mais prosaico, penetra no que Bakhtin nomeia de “zona de um contato familiar com a atualidade inacabada” (1997a, p. 108), fazendo com que o cômico atue em um limite máximo de aproximação. É justamente essa aproximação, esse clima de intimidade obtida através do interdiscurso, que envolve o leitor e desperta a sua simpatia.

Nesse contexto, pude observar na enunciação jornalística uma freqüência significativa quanto ao uso do lexema “araponga” para designar o servidor da Abin: o termo – com suas variáveis “arapongagem”, “arapongar” e “arapongada” – é utilizado 383 vezes no conjunto dos 968 textos coletados, funcionando quase sempre como uma espécie de referente naturalizado, mas, mesmo assim, mantendo o caráter pejorativo com que é freqüentemente empregado. Assim, por exemplo, no excerto abaixo o uso do lexema corresponde a uma estilização que realiza, através dos comentários que a ele se seguem, a “estigmatização e ridicularização folclórica daquilo que é velho: do antigo poder, da antiga verdade e da antiga palavra” (BAKHTIN, 1988b, p. 406):

(128) ⇒ *Crescem as viagens internacionais de arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). As autorizações para que os 007 se ausentem do País têm sido publicadas no Diário Oficial, identificando-os perfeitamente. Só falta desembarcarem em Cabul usando crachás de “agente secreto”.* (Jornalista Cláudio Humberto em nota de coluna publicada em *O Globo* – Texto 87/2001).

Aqui, o locutor faz uma vinculação direta entre os termos “araponga” e “007”, remetendo-os ao campo semântico do “agente secreto” e fazendo uso do lexema popularizado na novela de Dias Gomes, lançada, em 1990, na Rede Globo de Televisão⁸³.

A figura do “araponga” é, na realidade uma figura ambivalente, tal como ocorre com toda imagem carnavalesca. A sua compreensão exige do ouvinte uma dupla leitura, implicando necessariamente o conhecimento do que é estilizado. Isso significa dizer que seria praticamente impossível pensar a criação dessa imagem, não houvesse anteriormente a heróica personagem literária do agente secreto, internacionalizada na obra do ex-agente do serviço secreto inglês, Ian Fleming, ou, ainda, a adaptação cinematográfica da personagem com a conseqüente criação de um protótipo: o *James Bond* ou *007*⁸⁴. Bakhtin cita Hegel ao afirmar que a paródia surge quando os artistas ultrapassam as convenções e se dispõem a dissociar-se do passado, demonstrando, justamente, que o humor não destrói o mito, mas, antes, o atualiza, ou, melhor dizendo, o investe de novo acento apreciativo. Para Bakhtin (1997a, p. 126), o riso abrange, assim, os dois pólos da mudança: pertence ao processo propriamente dito de mudança e à própria *crise*.

⁸³ Dias Gomes cria a figura de um agente secreto atrapalhado e trapalhão em sua novela *Araponga*, fazendo uma associação com a ave do gênero *Procnias*, popularmente conhecida por aquele nome, e que se caracteriza por emitir um som estridente que pode ser ouvido há mais de um quilômetro de distância. O autor parece realizar, em sua obra, várias associações parodisantes, quando se sabe que os agentes da mítica CIA norte-americana são vulgarmente chamados de “corvos” e que uma das características das aves arapongas é possuírem penas em tons de verde oliváceo e preto. A sátira assim construída, dialógica por exceléncia, não deixa de constituir uma resposta desse militante do PCB, que, segundo Baffa (1989, pp. 124-129) foi acompanhado de perto pelo serviço de informações da época da repressão no Brasil, e teve sua peça de teatro intitulada “*O Berço de Heróis*”, bem como sua novela “*Roque Santeiro*” proibidas pela censura sob o argumento de ofensa à moral, à ordem pública e aos bons costumes.

⁸⁴ O uso discursivo do protótipo *007* no âmbito jornalístico provocaria a refutação seguinte por parte da Abin:

(129) ⇔ *Acho equivocada essa idéia que somos um bando de 007 fazendo espionagem política. Não quero ficar preso ao que já foi. Quem olha pelo retrovisor bate de frente com o futuro. A Abin sabe o que está acontecendo no mundo de hoje e temos as ferramentas adequadas para ajudar quem nos procura.* (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista concedida à *IstoÉ Dinheiro* - Texto 172/2004).

Casos há em que o uso do termo *araponga* abre espaço, em um permanente trabalho de atualização do mito, a novas predicações, criando, consequentemente, novos efeitos de sentido:

(130) \Leftrightarrow *O serviço, descrito no edital [de concurso da Abin], deixa claro que o governo está recrutando futuros e democratas "arapongas". Pelo texto, os aprovados deverão produzir "documentos de inteligência destinados a assessorar o presidente da República". E para chegar a eles, continua o edital, pode ser necessário valer-se "inclusive de ações sigilosas". Tudo isso, para preservar o país de "ameaças internas e externas à ordem constitucional e aos interesses e à segurança nacionais".* (Jornalista João Carlos Leal, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 5/2000).

Assiste-se aqui à inserção de uma nova carga valorativa dada a *araponga*, agora associado ao lexema *democrata*. O uso das aspas, no caso, serve de elemento sinalizador da transformação em curso. Mas seja qual for o grau ou o caráter dessa transformação, a ambivalência e o riso permanecem na criação da imagem carnavalizada, que é “tomada pelo autor como a opinião corrente, a atitude verbal normal para um certo meio social, o ponto de vista e o juízo correntes” (BAKHTIN, 1988a, p. 108).

É justamente a convergência do ponto de vista do ouvinte com o seu próprio ponto de vista que é buscada pelo enunciador ao interpelar esse ouvinte como simpatizante.

Outra, entretanto, é a forma de interpelação presente no discurso *da* Abin na imprensa: de forma contrária ao humor observado no discurso *sobre* a Abin, o *pathos discursivo* apresenta, no discurso *da* Abin, uma forte carga emotiva, dramática – quase sempre dotada de um caráter confessional – atuante não só na construção da idéia de uma absoluta transparência para com o público, mas também na tentativa de angariar a simpatia do ouvinte, despertando a sua piedade:

(131) \Leftrightarrow *A Abin produz as informações e a Saei recebe essas informações daqui e de outras fontes, vai fazendo o acompanhamento, e, nos seus estudos*

institucionais, elabora propostas de estratégias que são encaminhadas ao presidente da República. Então, aí se pode ver que a inteligência federal não pode ficar perdendo tempo, energia, prestígio, confiança, credibilidade com essas mazelas que estão aparecendo agora por aí e que estão me dando um enorme dissabor. (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 94/1999).

(132) ⇔ *Há uma hipótese provável de que alguma coisa [referente a supostas investigações feitas na vida de funcionários públicos e do jornalista Andrei Meirelles] saiu da Abin. Há um certo nexo na hipótese. Isso dói.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Renata Giraldi, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 132/2000).

(133) ⇔ *Confesso que, nesse momento* [da visita de integrantes do Conselho Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de Inteligência à sede da Abin], *senti certa emoção ao constatar a materialização diante de meus olhos de objetivo que acalentei desde que o senhor presidente Fernando Henrique Cardoso me confiou, em 1996, a responsabilidade de reorganizar a atividade de inteligência: dotar o país de uma agência cujo funcionamento esteja em plena consonância com os pressupostos do Estado Democrático de Direito.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 243/2000).

Se nos enunciados (131) e (132) o locutor se auto-refere como vítima de circunstâncias que lhe são adversas (*essas mazelas, hipótese provável*) para falar de seus estados emocionais — criando, dessa forma, uma interface de caráter confessional e intimista com o leitor —, em (133) esse caráter confessional adquire um sentido positivo, quando o locutor fala de sua *emoção* ao *constatar a materialização* de um objetivo acalentado por vários anos.

Esse tipo de discurso-apelo é, inclusive, ratificado por comentários encontrados no discurso jornalístico. Outro parece ser, entretanto, o efeito de sentido ali pretendido: o relato de supostos estados emocionais do oponente discursivo, tenta, na realidade, provocar a desestabilização do adversário enfraquecendo a credibilidade do seu discurso, como é o caso dos exemplos abaixo:

(134) ⇔ *Sempre calmo e atencioso, Cardoso estava transtornado durante a coletiva de quinta-feira – por pouco não deu um soco na mesa quando foi obrigado a negar que teria conversado com os arapongas investigados pela*

Polícia Federal como suspeitos do grampo, para combinar o depoimento que seria prestado no inquérito. (Notícia de autoria não especificada, publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 20/1999).

(135) ⇔ *A timidez com que o general Cardoso agiu na semana passada no caso do grampo reforçam a tese de que há com os arapongas mais fitas que estariam servindo para chantagear e amolecer o governo Fernando Henrique Cardoso. Até agora, o general não demitiu um único agente envolvido no caso.* (Jornalista Valéria Propato, em notícia publicada na revista *IstoÉ* – Texto 97/1999).

(136) ⇔ *Demonstrando emoção e se esforçando para conter o choro, o general [Alberto Mendes Cardoso] confessou que o processo de demissão do ex-diretor-geral da Abin foi um dos momentos mais difíceis da sua vida.* (Jornalista Renata Giraldi, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 197/2000).

Assim é que em (134) o locutor tenta demonstrar o caráter paradoxal do comportamento do outro, o que é reforçado pelo uso que faz do advérbio de tempo *sempre* em substituição a um advérbio de modo “habitualmente” (ou outro correlato) o que permitiria uma passagem semanticamente não conflitante com a mudança de comportamento relatada.

Em (135), é a uma qualidade de caráter (*timidez*) que o enunciador se refere para justificar e validar a sua tese (de que existiria material secreto utilizado para chantagem).

Finalmente, no enunciado (136) – onde é encontrada uma forma de *variante impressionista* do discurso indireto – o relato inicial da emoção e do choro do interlocutor justifica o uso feito pelo enunciador do verbo introdutor “confessar”, evidenciando a presença de todo um processo interpretativo do próprio locutor da enunciação que põe em cena.

Mas, seja qual for o tipo de estratégia discursiva utilizada, o que se depreende de uma forma geral é que o *ouvinte simpatizante* é alvo de uma acirrada disputa dialógica travada no espaço da imprensa, diferentemente do que pôde ser observado quanto à atribuição da posição de aliado, exclusiva, no caso do estudo em tela, ao discurso *sobre* a Abin. Aqui, ambas as instâncias discursivas – cada uma ao seu modo – tentam envolver emocionalmente o ouvinte como forma de angariar a sua simpatia.

3.1.2.3 O Ouvinte Testemunha

O ouvinte **testemunha** é discursivamente requisitado como garante e fiador dos pontos de vista que o enunciador defende.

A sua participação é exigida, nos textos em estudo, de duas diferentes formas: ora o enunciador faz apelo à memória desse ouvinte – memória constantemente reativada no decorrer da enunciação –, ora ele, ao mesmo tempo em que enuncia, se esforça por favorecer a própria construção de uma memória discursiva a ser partilhada.

Nos processos de reativação ou construção dessa memória discursiva, o enunciador pode fazer uso da *ilustração* ou do *exemplo*, categorias que podem ser pensadas como um “a mais” inserido no desenvolvimento da argumentação.

Maingueneau (1976, pp.169-170) estabelece como distinção entre a ilustração e o exemplo o fato de que exemplo busca trazer para o protagonista um personagem reconhecido pela comunidade com o objetivo de estabelecer uma regra por generalização, diferentemente da ilustração cujo intento seria o de reforçar uma regra mostrando o seu interesse em função da variedade de suas aplicações. Tem-se assim, como principal traço distintivo, que o exemplo preserva a unidade temática do fio discursivo e o generaliza remetendo a fatos similares àquele em comento, enquanto a ilustração faz vir de um exterior – e muitas vezes de forma metafórica – comentários outros que enriquecem o objeto de discurso sem com ele apresentarem uma vinculação direta.

Uma terceira forma de atribuir ao ouvinte a posição de testemunha dá-se através do que eu chamo de *inversão testemunhal*, processo pelo qual, de forma semelhante à atuação de um advogado que, em juízo, reverte a posição de uma testemunha de acusação trazendo-a forçosamente para o seu próprio lado, fragmentos do discurso adversário são colocados em

um novo contexto narrativo, criando novos efeitos de sentido e interpelando o ouvinte a assumir a posição de testemunha contrária ao enunciado do oponente.

Em todos esses casos, o envolvimento criado não se coloca mais no plano da cumplicidade mútua ou da simpatia, mas opera no campo do registro histórico de uma memória coletiva que é cobrada ou vai sendo discursivamente construída para ser partilhada.

➤ Pode ser exemplo do uso da *ilustração*⁸⁵:

(137) ⇒ *É conhecida a história do antibiótico e do micrório. Sempre que um laboratório cria um novo antibiótico, mais eficaz do que os anteriores, não demora muito e aparece um micrório reciclado, imune ao remédio. Ao laboratório cabe trabalhar em outro antibiótico, que, por sua vez, despertará o surgimento de um micrório mais resistente. É a vida. [...] Se é bom a gente sentir tanta firmeza por parte de quem está encarregado de zelar pela lisura das eleições, também será bom jamais esquecer, com todo respeito, a história do antibiótico e do micrório. Quem garante que não surgirá por aí um micrório eleitoral capaz de distorcer a voz das urnas eletrônicas, mesmo sofisticadas como são as atuais, apesar do programa secreto instalado no sistema?* (Jornalista Carlos Chagas, em artigo de opinião publicado na *Tribuna da Imprensa* – Texto 69/2002).

O enunciado acima faz uso de uma estrutura fabular, ao ilustrar com a *história do antibiótico e do micrório* o debate acerca da credibilidade a ser dada ao sistema de votação eletrônica. A figura metafórica do *micrório eleitoral* tem, assim, função persuasiva, incitando o leitor a operar uma reflexão sobre o sistema de votação eletrônica, servindo de desfecho à narrativa argumentativa do jornalista.

⁸⁵ Um outro exemplo de uso da ilustração no discurso jornalístico é encontrado no texto 251/200, no qual o autor recorre a uma anedota contada por Hegel para estabelecer um paralelo com a atuação da Abin. Por outro lado, o exemplo (79), encontrado à página 137, mostra o uso feito da *ilustração* no discurso da Abin. Ali, o emprego da expressão “em outros termos” não designa a presença de MA, uma vez que o enunciador fala de duas coisas distintas. No caso, ele utiliza a figura metonímica do “bico de pena” para designar, por implicação, aqueles que interferiam nos resultados das votações à época da Velha República. O recurso a um diferente tempo histórico pelo locutor serve para ilustrar, de forma explicativa, o que ele denuncia: o fato (para ele *absurdo*) de que se possa considerar que a votação realizada por meio de um dispositivo eletrônico (*software*) possa ser fraudada por aqueles que o criaram e o manipulam.

➤ O uso enunciativo do *exemplo* enquanto forma de apelo à memória discursiva do ouvinte foi encontrado em ambas as instâncias discursivas. Esses exemplos são normalmente antecedidos por uma expressão de caráter inclusivo, que funciona, no caso, como uma forma de apelo direto a uma memória partilhada:

(138) ⇔ *Quem esqueceu o papel decisivo do Intelligence Service da Inglaterra na vitória contra o Eixo? O que teria sido de Israel sem o seu lendário Mossad? Nenhuma polícia do mundo tampouco está imune à corrupção e à cumplicidade com o banditismo. Mas não passará pela cabeça de quem quer que seja acabar com as forças policiais de seu país.* (Editorial de *O Estado de São Paulo* – Texto 43/1999).

(139) ⇔ *Todo mundo lembra que o SNI foi muito criticado pela imprensa, às vezes de forma justificada e outras vezes não. Mas houve uma crise de identidade com relação ao nome do órgão que o substituiu, o de Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ninguém sabia o que isso queria dizer. Nós ficamos de uma maneira que as pessoas já não nos davam importância. Continuamos trabalhando e trabalhando muito. Houve o resgate dessa identidade quando da criação da ABIN.* (Rômulo César Mourão Rodrigues, coordenador geral da Abin no estado do Ceará, em entrevista para reportagem publicada no *Diário do Nordeste* – Texto 180/2004).

Mas os exemplos introduzidos pelo enunciador podem objetivar a própria construção de uma memória a ser partilhada, seja operando no campo do não factual, do meramente imaginado, como em (140) e (141), seja fazendo referência a dados históricos (142) ou situações específicas (143) que o enunciador supõe não serem conhecidas do ouvinte:

(140) ⇔ *O atual diretor da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, é a favor da permissão para escutas telefônicas. O sr. também?*

⇨ *Em alguns casos, seria interessante. Exemplo: chega alguém no Brasil suspeito de terrorismo. Acompanhar visualmente é possível, eventualmente vejo que está telefonando. Para quem? Falando o quê? Não sei.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 248/2004).

(141) ⇔ *Há várias formas de embuste por meio do software instalado na urna ou do uso indevido dessas urnas. Por exemplo, o boletim enviado ao tribunal em disquete pode ser gerado em uma urna clonada, que funcionaria escondida na mão do mesário. Mas as fraudes mais perigosas são as que podem ser montadas dentro da urna.* (Pedro Antonio Dourado de Rezende, professor de criptografia da UnB, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 53/2002).

(142) ⇒ *A História registra [...] que o inglês Henrique V(1387-1422) foi um dos que se beneficiaram em passado distante de um serviço completo e organizado de agentes secretos. Os espiões descobriram uma conspiração para depor o monarca. Henrique V mandou arrastar os traidores até a morte pelas ruas de Southampton. Os Estados modernos, admite-se, precisam de serviços de inteligência, mesmo que eles possam se transformar em fontes de problemas, como muitas vezes acontece. O simples fato de trabalharem na surdina, com acesso aos desvãos do poder e à intimidade das pessoas, já os torna potencialmente perigosos. Tanto nos regimes de arbítrio quanto nas democracias, os espiões costumam ser refratários a controles. Enquanto buscam decifrar os segredos alheios, suas próprias ações são protegidas pelo sigilo. Daí ao abuso é um pulo.* (Carta ao Leitor da revista *Veja* – Texto 126/2000).

(143) ⇒ *Hoje precisamos definir se devemos atuar no campo da obtenção de informações para proteção de empresas nacionais que buscam mercados lá fora ou podem ser ameaçadas por empresas que vêm de fora, por exemplo. Os limites de nossa ação, é isso que queremos definir com a sociedade.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não especificada, no *Jornal do Brasil* – Texto 33/2003).

Se em (140) e (141) o enunciador trabalha com situações que são hipoteticamente lançadas ao seu ouvinte, apelando diretamente para a valoração pessoal que ele possa realizar do dito, em (142) ele recorre à certeza de um registro histórico e em (143) a sua própria experiência profissional requisitando o ouvinte a lhes servir de testemunha.

➤ Finalmente, em um terceiro movimento, o ouvinte-testemunha pode ser interpelado através do que eu chamo de *inversão testemunhal*, no qual o enunciador exorta o seu ouvinte a assumir uma posição contrária ao discurso do oponente:

(144) ⇒ *A descoberta de que um agente da Abin pode ter usado a máquina do Estado para gravar até mesmo o presidente da República é coisa triste, porém banal. É apenas o desmascaramento de uma lorota, segundo a qual a Abin não grampeava os contribuintes. Acreditou nela quem acreditou que “o presidente que derrotou a inflação vai derrotar o desemprego”.* (Jornalista Elio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 35/1999).

(145) ⇒ *O governo acreditava que essas fitas [do caso do grampo BNDES] ficariam embaixo dos viadutos onde a Abin teria achado sua cópia. Só mesmo o governo para acreditar em coisas desse tipo. É novamente a perda do tato. Acontecem tantas coisas e ninguém fica sabendo, que se confunde o exercício do poder com a capacidade de fazer*

qualquer coisa, com a certeza de que nunca se saberá tudo o que aconteceu. (Jornalista Elio Gaspari em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 87/2000).

Em ambos os enunciados, o locutor introduz um ouvinte imaginário que ocupa a posição de um terceiro quanto à polêmica instaurada, na condição de testemunha de defesa independentemente da sua vontade. Assim, por exemplo, a modalização não isenta de ironia presente no uso das expressões *acreditou nela quem acreditou que* (144) e *só mesmo o governo para acreditar em coisas desse tipo* (145) como que obrigam o ouvinte a admitir como verdadeiro o ponto de vista do locutor e a, consequentemente, reforçá-lo.

Esse tipo de procedimento já se encontra muito próximo daquele no qual o enunciador confere ao seu ouvinte idealizado a posição de juiz, posição da qual ele é interpelado para emitir um veredicto final acerca da credibilidade que deva ser dada ao que é enunciado.

3.1.2.4 O Ouvinte Juiz

É estabelecendo para o ouvinte a posição de **juiz** que o enunciador o instiga a uma tomada de posição, seja ao *formular e lançar hipóteses* que reclamam a construção de um veredicto final seja apresentando ao ouvinte as suas razões e contra-razões em uma espécie de *libelo discursivo* para formação da sentença.



São exemplos da **formulação de hipóteses** a serem valoradas pelo ouvinte:

(146) ⇒ *Em seu depoimento, Luiz Eduardo [sociólogo Luiz Eduardo Soares] revelou perplexidade pelo fato de a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não ter se pronunciado sobre Waldomiro quando este assumiu o cargo na Casa Civil. Como secretário nacional de Segurança, o sociólogo soube que teria de passar pelo "rigorosíssimo filtro da Abin". [...] Há três hipóteses: ou a Abin não investigou o Waldomiro, ou investigou inadequadamente, ou investigou, achou alguma coisa e não se pronunciou*

por ordens superiores. (Jornalista Ruy Sampaio, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 20/2004).

(147) ⇔ *Ao se constatar que a Abin não é capaz de fazer a varredura e a proteção contra grampos telefônicos em órgãos públicos, como foi o caso do Ministério da Saúde, entre outros, ou atesta-se a incompetência da agência, ou o desperdício de dinheiro público, ou, ainda, a falta de confiança do governo nos seus serviços de informações.* (Deputado José Genoíno, em artigo de opinião publicado no *Jornal da Tarde* – Texto 37/2002).

(148) ⇔ *No que tange às tarefas da Abin, se surgir alguém falando em nome da agência não existe outra possibilidade: ou se estará diante de uma tentativa de desmoralização, ou da construção de uma tempestade a partir de um copo de água [...] ou ainda de um aproveitamento da nefasta memória que o SNI deixou na opinião pública.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Dora Kramer, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 135/2000).

Em todos esses exemplos, o locutor transfere para o seu ouvinte a responsabilidade da valoração final acerca do que enuncia. As hipóteses lançadas podem, inclusive, não ser excludentes (como é o caso do exemplo (147)), devendo ser validadas ou invalidadas pelo ouvinte de forma independente uma da outra.

Mas o movimento dialógico instaurado em direção ao ouvinte juiz não significa, de modo algum, a formação de um campo de neutralidade para o enunciador. As hipóteses construídas têm na realidade mera força retórica, uma vez que seja qual for a escolha feita pelo ouvinte, todas elas são direcionadas para um mesmo objetivo, qual seja, desacreditar o oponente discursivo, como se pode ver nos enunciados (146) e (147). O enunciado (148), referente ao próprio discurso da instituição, parece não fugir à regra: seja por qual razão for, o que o enunciador pretende deixar claro é que não há nenhuma pessoa autorizada (que não ele) a falar acerca das tarefas da Abin.

➤ A inserção de julgamentos de valor pessoais, quando da formulação de hipóteses pelo enunciador, dá origem à formação de uma espécie de *libelo discursivo* lembrando a clássica peça de acusação apresentada ao corpo de jurados em um Tribunal do Júri. Nesse

caso o locutor tenta influir na formação do veredito final de forma mais explícita, como se pode ver abaixo:

(149) \Leftrightarrow *Admitindo-se, como hipótese, que o grampo foi feito por agente da Abin, há duas possibilidades que poderiam levar ao mandante da arapongagem. Ou o agente secreto realizou um trabalho extra, um bico criminoso, ou agiu dentro da hierarquia, recebendo ordens de superiores. A primeira hipótese evidencia que, para araponga, bico pode significar bandidagem. A segunda, mais abjeta por revelar um poder paralelo no governo, é consequência lógica da existência de uma força obscura, que age em um vácuo legal.* (Editorial da Folha de São Paulo – Texto 92/1999).

(150) \Leftrightarrow *Organismo tão respeitável que investiga até o filho do presidente, a Abin entrevistou o denunciante de favorecimento à White Martins por Paulo Henrique. Investigou também as histórias de um imóvel. E nenhuma irregularidade encontrou. [...] Ou o diretor de investigação da Abin autoriza investigação sobre assunto que ignora de todo e nem lê, depois, o relatório e respectiva documentação, ou sua dedicação a atividades secretas está escondendo também a mais singela e inegável veracidade. Em um caso ou em outro, vale como definição da Abin.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na Folha de São Paulo – Texto 175/2000).

É adotando lógica semelhante que a Abin se defende, tentando induzir o ouvinte-juiz a adotar o seu ponto de vista:

(151) \Leftrightarrow *O general Alberto Cardoso admite erro na condução do episódio [de invasão, pelo MST, da fazenda do Presidente da República]. Chama para si a responsabilidade. E refuta com veemência a tese de complô eleitoral. "Seria preciso que se admitisse que o presidente autorizou a violação de sua própria intimidade. Ou que se imaginasse que eu, como seu auxiliar, fui altamente desleal. É muito surrealismo.* (General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-chefe do GSI, segundo o jornalista Josias de Souza, em notícia publicada na Folha de São Paulo – Texto 45/2002).

Em (149) o locutor estabelece uma ligação em cadeia entre as hipóteses levantadas, a segunda sendo considerada uma consequência lógica da primeira. Já em (150) o enunciador coloca as duas hipóteses levantadas em um mesmo patamar de validade, uma ou outra servindo, segundo ele, *como definição da Abin*. No enunciado (151), o locutor refuta veementemente a “tese de complô eleitoral” através da formulação de duas hipóteses que, decorrentes do próprio discurso do oponente, se dirigem a um ouvinte juiz já carregadas das

intenções do autor, o que é perceptível no emprego dos tempos verbais e no comentário que tece ao fim do enunciado (*é muito surrealismo*).

Tem-se, assim, que, em uma graduação quase imperceptível, o enunciador passa não apenas a lançar hipóteses, mas a desempenhar um papel semelhante ao de um advogado de defesa ou de acusação, tentando, desta forma, interferir diretamente na formação da sentença:

(152) \Leftrightarrow *De tanto apregoar a falta de dilema no que diz respeito ao que fará com o novo diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo o governo acabou entrando em um dos dilemas mais atrozes entre os que viveu até hoje com suas nomeações polêmicas. Basta ver a falta de consistência e as contradições na argumentação que usam as autoridades para justificar por que não desistiram de Campelo a tempo de evitar desgastes para ele e para o presidente Fernando Henrique Cardoso.* (Jornalista Rosângela Bittar, em artigo de opinião publicado no *Jornal do Brasil* – Texto 55/1999).

(153) \Leftrightarrow *Integro o número dos que defendem a existência da Abin, tendo em vista a inserção brasileira nas lutas internacionais, do comércio à produção científica e tecnológica. Mas considero que semelhante organismo ainda não provou isenção política, reconhecida por todos os setores do país. A imprudência do seu uso para manter o sigilo das urnas é manifesta.* (Roberto Romano, filósofo e professor da Unicamp, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 62/2002)⁸⁶.

(155) \Leftarrow *Em suma, as informações do presente texto objetivam demonstrar ao leitor que as declarações sobre a falta de indícios de terroristas no Brasil não são afirmações sem base factual com o objetivo de apenas tranquilizar a opinião pública. Aliás, o momento não é o de minimizar a questão, mas sim de redobrar o trabalho da inteligência, em todo o país; o que está sendo feito. A cada dia, o terrorismo faz-se mais presente no mundo globalizado em que estamos inseridos.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 79/2001).

(156) \Leftarrow *[...] é até bom acharem que a Abin se surpreendeu com essas invasões [do MST], porque é uma demonstração de que a Abin não está*

⁸⁶ Referido artigo de opinião receberia o comentário seguinte de um leitor do jornal:

(154) \Leftrightarrow *O artigo “Urnas eletrônicas, Abin e Unicamp” (“Tendências/Debates”, pág. A3, 11/6), do professor Roberto Romano, demonstra de forma cabal a preocupação de qualquer eleitor razoavelmente informado a respeito das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas eleições de outubro vindouro. Que garantia temos de que o programa é absolutamente confiável? A palavra do governo? É pouco, muito pouco, pouquíssimo. O que fazer a esta altura do campeonato?* (Juvenal Ferreira Fortes Filho, leitor da *Folha de São Paulo* – Texto 63/2002).

grampeando telefone de ninguém. (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 27/2000).

Todos os enunciados acima têm por característica a presença de argumentos dirigidos um ouvinte-juiz, argumentos esses que são desenvolvidos no discurso jornalístico a partir de termos amplamente utilizados no mundo jurídico (*inconsistência, contradição*, “falta de provas”), como se pode ver em (152) e (153) enquanto que no discurso da Abin ((155) e (156)) essa argumentação adquire uma formatação mais neutra, na medida em que o termo utilizado é mais encontrado no discurso científico (*demonstrar que, demonstração de que*).

Seguindo a mesma linha argumentativa, são encontrados ainda no discurso jornalístico, enunciados que tentam excluir o benefício da dúvida:

(157) ⇒ *Quanto está custando de fato aos brasileiros a Abin – Agência Brasileira de Inteligência, os cidadãos não têm o direito de saber. Mas não podem mais ter dúvida, se acaso ainda havia, de que o próprio criador da Abin nega a finalidade pública atribuída à agência, restando-lhe só mesmo a de novo SNI.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 37/2001).

(158) ⇒ *O artigo do general Cardoso, em "Tendências/Debates" (10/12), é um primor de preconceito e de argumentação abstrata. Passando pelo ideal (o controle da Abin pelo Parlamento, por enquanto apenas um conceito sem experiência empírica notável), nele se nega a criminosa investigação contra os desafetos do governo. Até o referido artigo, cidadãos prudentes tinham o direito de exercitar a dúvida sobre os intentos reais da Abin. Negando o evidente e tentando desqualificar os interlocutores, a direção daquela agência define o seu próprio discurso como simples retórica.* (Roberto Romano, filósofo e professor da Unicamp, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* - Texto 251/2000).

Finalmente, o jornal ou o jornalista praticamente sobrepõe-se à própria figura do ouvinte-juiz que ele interpela, realizando previamente o julgamento do discurso do oponente:

(159) ⇒ *Na noite de terça-feira, o ex-diretor-geral da Abin coronel Ariel de Cunto confirmou, em depoimento aos procuradores Luís Francisco de Souza e Guilherme Schelb, que as pessoas que lidam com essas atividades são alvo de investigação da agência. O depoimento do coronel de Cunto demonstra que continua forte na forma de atuar da Abin a antiga filosofia de Segurança Nacional que balizava os atos do Serviço Nacional de*

Informações (SNI) durante o regime militar. (Jornalista Rudolfo Lago, em notícia publicada no *Correio Braziliense* – Texto 232/2000).

(160) ⇔ *A gota d'água para a exoneração do coronel Ariel de Cunto, que estava à frente da Abin, foi o fato de ele ter nomeado para um cargo de confiança na agência o tenente Carlos Alberto del Menezzi, acusado de participar de tortura durante o regime militar. É claro que, até prova em contrário, todos são inocentes, mas a "defesa" de Del Menezzi não convence. Afirmar que era um "instrutor de entrevistas" é totalmente insatisfatório. [...] O que o Brasil precisa é rediscutir o papel de uma agência de inteligência, decidir se pretende mesmo mantê-la e, se o fizer, criar mecanismos mais efetivos de controle público sobre ela. De outra forma, denúncias como as que agora pesam sobre a Abin vão se multiplicar.* (Editorial da *Folha de São Paulo* – Texto 213/2000).

A assunção de uma posição na qual o locutor ao mesmo tempo em que interpela o seu ouvinte juiz, realiza o julgamento do dito – fortemente presente no discurso jornalístico como um todo –, praticamente inexiste no discurso *da Abin*, a qual assume freqüentemente a posição de ré do contencioso, adotando uma clara posição defensiva sem, nem por isso, abrir mão do ataque ao discurso adversário:

(161) ⇔ *Terão cessado todas as denúncias sobre a Abin? Parece que não, a despeito de nossa permanente disponibilidade para explicar o trabalho da agência. A maledicência dirige-se agora a atos administrativos perfeitamente legais e rotineiros. A partir dos dados sobre a cessão de funcionários da Abin para outros órgãos da administração pública federal, fabrica-se a teoria de que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional estaria montando uma rede de espiões que cobriria todos os nichos do governo. Fabrica-se a teoria de que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional estaria montando uma rede de espiões que cobriria todos os nichos do governo. Está, pois, lançada a versão tropical do "Grande Irmão", criação de George Orwell que tudo vê e que tudo fiscaliza. Em verdade, essas cessões de servidores, em detrimento da própria Abin, ocorrem em atendimento a pedidos formais dos órgãos requisitantes. Receio, contudo, que a "rede de espiões" entre, junto a tantos outros preconceitos, para o imaginário da nossa vida política.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 243/2000).

A resposta à pergunta retórica elaborada pelo locutor o insere na condição de vítima de maledicências que ganham corpo na falsa teoria (“fabricada”) de que *o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional estaria montando uma rede de espiões que*

cobriria todos os nichos do governo. É no domínio da intersemiose discursiva que o enunciador se refere ao discurso do oponente, colocando-o no plano da ficção literária por meio da analogia que estabelece com o romance “1984” do escritor inglês George Orwell (*versão tropical do Grande Irmão*).

3.1.2.5 Posicionamentos Assumidos quanto ao Ouvinte Idealizado

O estudo que realizei das formas pelas quais os discursos *da* Abin e *sobre* a Abin na imprensa fazem apelo a um ouvinte idealizado mostrou, de modo similar ao que ocorre no movimento dialógico em direção ao ouvinte efetivo, que muitas das categorias aqui descritas, cuja sistematização é meramente didática, se apresentam sobrepostas nos textos coletados.

O trabalho analítico realizado me permitiu constatar a existência de uma graduação no que diz respeito aos diferentes níveis de adesão do ouvinte – níveis estes imaginados pelo enunciador ao levar em conta a possível resposta desse ouvinte face ao enunciado. Assim, se as categorias do *ouvinte aliado* e do *ouvinte simpatizante* são marcadas por um movimento dialógico de aproximação máxima do locutor com o seu leitor, as duas últimas categorias – a do *ouvinte testemunha* e a do *ouvinte juiz* – parecem estabelecer um outro tipo de relação dialógica entre enunciador e destinatário, na qual os posicionamentos assumidos ganham contornos mais nítidos e se fazem dotados de mais autonomia, sem implicarem uma mera concordância com o que é enunciado.

Por outro lado, observei que quando o ouvinte idealizado é colocado nas posições de *testemunha* ou de *juiz*, o dialogismo ali presente se exterioriza pelo uso de estratégias argumentativas comuns a ambas as instâncias discursivas. Não é o que ocorre, entretanto, quando o enunciador se dirige ao ouvinte idealizado na posição de *simpatizante*. Nesse caso, enquanto o discurso jornalístico caracteriza-se pela construção de um *pathos* discursivo

pictoricamente colorido pelo recurso ao humor – sob as formas estilísticas da paródia e do *skaz* – o discurso da Abin recorre à construção de um *pathos* pautado pelo caráter confessional dado aos enunciados, buscando angariar a simpatia do ouvinte por meio de um apelo aos seus sentimentos. Já no que diz respeito ao ouvinte *aliado*, tem-se duas posições distintas: enquanto o discurso jornalístico é marcado por um constante movimento dialógico em relação a esse tipo de ouvinte, visto como participante ativo do processo enunciativo, o discurso da Abin carece de qualquer orientação em direção a um ouvinte tido por aliado.

Observei ainda que, nos diversos movimentos dialógicos instaurados em direção ao ouvinte idealizado, a *polêmica interlocutiva* permanece sempre atuante e se projeta como uma sombra nos dizeres de ambas as instâncias discursivas, em um amálgama que entrelaça os fios discursivos ali tecidos e cria uma complexa teia dialógica nos discursos estudados.

3.2 ORIENTAÇÃO DIALÓGICA EM DIREÇÃO AO OBJETO DE DISCURSO

A orientação dialógica em direção ao *objeto de discurso* dá-se, seguindo a teoria dialógica, não no campo da investigação de um objeto único, idêntico a si mesmo e portador de uma unicidade de sentido, mas de um objeto, segundo Bakhtin/Voloshinov⁸⁷, “valorizado”. Isso significa dizer que o objeto de discurso é “o lugar onde se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências” (BAKHTIN, 2000d, p. 319), seja sob a forma de reações-respostas imediatas – na interlocução direta –, seja sob a forma de ressonâncias dialógicas em direção ao ouvinte idealizado.

Instaura-se, assim, no campo da nomeação do objeto de discurso, não só uma polêmica *sobre* esse objeto – no que diz respeito ao significado que lhe deva ser atribuído –, mas também uma disputa *pelo* próprio objeto – no sentido da aceitação ou da recusa do seu significante na materialidade lingüística dos enunciados.

3.2.1 A DISPUTA DIALÓGICA QUANTO AO OBJETO DE DISCURSO

As diferentes vozes postas em cena no discurso *da e sobre* a Abin na imprensa adquirem aqui uma feição particular: todas elas se referem ao extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) para falar sobre a Abin, sugerindo, afirmando, ou negando a permanência daquele órgão no novo serviço de inteligência⁸⁸. A discussão assim engendrada dá origem a

⁸⁷ Para esses autores (1997b, p. 44), “a cada etapa do desenvolvimento da sociedade encontram-se grupos de objetos particulares que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular”.

⁸⁸ No conjunto dos 968 textos coletados, foram encontradas 464 referências ao SNI, das quais 401 estão

uma tensa disputa travada no espaço da imprensa englobando dizeres dos jornais, dos jornalistas, de terceiros e colaboradores, bem como da própria Abin, explicitando a presença de pontos de vista opostos.

Na voz do jornal – expressa, sobretudo, em editoriais e análises de notícias - os pontos de vista assumidos apresentam duas variantes: a primeira delas (como em (162) e (163)), presente na maioria dos textos coletados, expressa a crença na revisvecência do SNI através da Abin, enquanto a segunda – menos frequentemente encontrada – nega tal revivescência (como em 164):

(162) \Rightarrow *Até as pedras da Esplanada dos Ministérios sabiam que o serviço secreto daria dor-de-cabeça a Lula, caso ele fosse eleito presidente. Afinal, a Abin é uma continuação mal repaginada do SNI e preserva muito dos defeitos desta instituição maldita do regime militar. Desde o início da restauração da democracia, em 1985, o País vem adiando uma reforma definitiva no serviço secreto. Emendou-se aqui, passou-se um verniz ali, mas o cerne do SNI foi mantido na Abin: o caráter militar e a atuação no campo interno. A verdade é que, até que esses dois pontos sejam enfrentados, continuará inacabada a transição democrática no Brasil. O PT tem, assim, a chance de virar uma página na história do País. Resta saber se está à altura da tarefa.* (Análise de notícia, em reportagem publicada no Correio Braziliense – Texto 112/2004).

(163) \Rightarrow *O general Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo do extinto regime militar, muito antes de morrer afirmou que criara um monstro. Referia-se ao Serviço Nacional de Informações, o SNI, nascido de proposta sua ao governo ditatorial (1964-1985). Restaurada a ordem democrática, acreditava-se que o monstro, cevado nos desvãos sombrios da tirania, não resistiria à luz intensa das liberdades públicas. Engano pueril. Série de reportagens deste jornal [...] mostra a aberração tão sadia quanto no dia em que nasceu. O SNI está vivo, mudou apenas de nome, agora batizado de Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 1999 pelo então presidente FHC. Sua estrutura não só permaneceu a mesma como foi reforçada. Passou a ocupar a posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). O estilo operacional da Agência*

presentes no discurso jornalístico e distribuídas da forma seguinte: 115 tratam de fatos ocorridos na era SNI ou de seus dirigentes, muito embora se situem em contextos narrativos que fazem também referência à Abin; 52 referências estabelecem uma correlação direta entre Abin e SNI, ali tratados como órgãos que se sucedem ou se substituem cronologicamente; 21 referências sugerem o temor da continuidade do SNI na Abin, enquanto 198 referências defendem a existência de uma mesma estrutura organizacional, de um mesmo *modus operandi*, implicando não uma mera sucessão, mas uma efetiva continuidade do SNI, camuflada pelo uso do “nome fantasia” Abin. Em um sentido inverso, 15 referências negam qualquer similaridade entre os dois órgãos. As demais referências (63) são feitas pela própria Abin. Ressalto que, na contagem por mim realizada não foram consideradas referências ao SNI quando inseridas em quadros explicativos de ordem cronológica, em razão da sua mera intenção didática.

conserva o modelo, os vícios, os abusos funcionais, o autoritarismo e as desavenças internas do SNI. É tempo de extinguir de vez as formas totalitárias com que ainda atuam os serviços de segurança do país. (Editorial do *Correio Braziliense* – Texto 120/2004).

(164) \Rightarrow *Fez muito bem em deixar essas coisas bem claras [suposta colaboração entre os serviços de informação das ditaduras, latino-americanas] o diretor geral da nova Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que aliás nenhuma ligação tem com o antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), do tempo do arbítrio. As funções são semelhantes, tudo bem. Mas, semelhante não quer dizer igual:* primeiro, não se pode fugir do fato de que esse tipo de repartição é uma coisa em tempos de ditadura e outra completamente diversa num governo democrático. Depois, a Abin nasce em meio a uma série de irmãs (agências) que o governo atual cria dentro de um espírito de modernidade que se afasta de modo radical do SNI. *O velho SNI de modo algum é seu modelo nem pode ser tomado como tal.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 33/2000).

Os enunciados (162) e (163) estabelecem uma relação de equivalência entre os dois serviços de inteligência, vendo na Abin uma continuação do extinto SNI. O primeiro (162) denuncia a permanência da mesma estrutura do antigo serviço na Abin, criticando a ausência de *uma reforma definitiva no serviço secreto* capaz de dar-lhe identidade própria. O segundo exemplo (163) faz referência a uma mera mudança de nome, sem modificações quanto ao *estilo operacional* adotado. Em um sentido oposto, o enunciado (164) nega qualquer vinculação entre os dois órgãos, respondendo veladamente ao discurso que lhe é oposto, não apenas através do uso de um operador argumentativo com função retificadora (*aliás*), mas também na concessão feita às palavras de outrem, quando insere a observação de que *as funções são semelhantes, tudo bem* – ao que se segue a proposição de uma distinção semântica (*semelhante não quer dizer igual*) utilizada como reforço ao argumento de que *o velho SNI de modo algum é seu modelo nem pode ser tomado como tal*.

O mesmo tipo de dicotomia é encontrado na voz do jornalista que, ora denuncia a permanência do SNI na Abin, come se vê em (165) e (166), ora nega – de forma menos freqüente – a existência de tal permanência (como em (167) e (168)):

(165) ⇒ *O general Alberto Cardoso, ministro-chefé do Gabinete de Segurança Institucional, dirige um caminhão sem freios. No comando da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) desde 14 de abril de 1996, o oficial de 60 anos, espírita e com reputação de liberal, não consegue, mesmo com uma mudança de sigla e um discurso ético, remover o coração do monstro criado pelo general Golbery do Couto e Silva, no início do regime militar. Dez anos depois da extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Abin repete os métodos de um dos filhotes mais nefastos da ditadura militar.* (Jornalistas Andrei Meireles e Ricardo Miranda, em reportagem publicada na revista *IstoÉ* – Texto 142/2000).

(166) ⇒ *O general Alberto Cardoso pretende demonstrar que sua Abin não é uma reedição do SNI. Se isso dependesse apenas do estilo de seu criador, o SNI também não teria virado o que virou: "Um monstro", segundo o general Golbery do Couto e Silva, que o concebeu.* (Jornalista Elio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 146/2000).

(167) ⇒ *A dura experiência brasileira com o velho SNI pode produzir a impressão de que serviços secretos são coisa de ditaduras ou regimes totalitários. É um engano.* Todos os países razoavelmente estruturados têm serviço de inteligência, cuja tarefa é municiar o mandatário da nação com informações capazes de ajudá-lo a tomar decisões. *Serviços de inteligência são um instrumento tradicional dos governos, que não apenas os têm como precisam tê-los.* (Jornalista Policarpo Júnior, em reportagem publicada na revista *Véja* – Texto 127/2000).

(168) ⇒ *Longe de nós supor qualquer relação entre o passado e o presente, ou seja, o general Alberto Cardoso nada tem a ver com os Golberys, Garrastazus, Fontouras, Figueiredos e Medeiros que durante duas décadas fizeram do SNI um governo dentro do governo, valhacouto do Grande Irmão que tudo dirigia. As coisas mudaram, a partir do general Ivan de Souza Mendes, e o SNI até mudou de nome, tendo implodidas suas antigas finalidades, métodos e áreas de atuação.* (Jornalista Carlos Chagas, em artigo de opinião publicado na *Tribuna da Imprensa* – Texto 33/2001).

Se em (165) o enunciador faz uso da sua própria palavra para argumentar a favor da continuidade do SNI na Abin, em (166) é a partir de um discurso outro que ele constrói o seu próprio discurso, contrapondo duas palavras de autoridade (do General Cardoso e do General Golbery) como forma de reforço à argumentação que desenvolve. Em uma outra vertente, os enunciados (167) e (168) negam a permanência do SNI na Abin. Mas essa negativa é construída através de concessões feitas aos argumentos contrários. Em (167) o enunciador admite como natural a *impressão* de impropriedade de um serviço de inteligência em um regime democrático, fazendo uso do exemplo para afirmar o ponto de vista que

defende (*todos os países razoavelmente estruturados têm serviço de inteligência*), enquanto que em (168) o enunciado permanece em um terreno um tanto e quanto ambíguo: ao mesmo tempo em que o locutor afirma categoricamente que as *coisas mudaram*, ele afirma que *o SNI até mudou de nome*, argumentando terem sido *implodidas suas antigas finalidades, métodos e áreas de atuação*.

Foi ainda na voz do jornalista que pude observar a presença de um procedimento apenas encontrado em artigos de opinião, gênero caracterizado, justamente, como já visto (p. 62) pela emergência de uma voz pessoal: a estratégia ali utilizada consiste em realizar um *processo de substituição* do nome da Agência por termos que remetem diretamente ao antigo serviço de informações:

(169) ⇒ *Esse SNI criado por Fernando Henrique Cardoso⁸⁹ tramita no Congresso, sob a forma de projeto, desde meados de 97. [...] Mas o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Alberto Cardoso, já mencionou o número de agentes, nomes de arapongas, o funcionamento de agências nos Estados, o nome do chefe dos espiões no Rio. Muito mais do que o necessário para demonstrar, por ingenuidade ou desinteligência, o pleno funcionamento da Abin em total ilegalidade. O novo SNI tem um custo, por certo alto, e, seja qual for a rubrica orçamentária que o envolve, é coberto pelo Tesouro Nacional.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 40/1999).

(171) ⇒ *Uma das características das ditaduras é que nelas se tem medo dos ditadores. Numa democracia, felizmente, ninguém tem medo do presidente. Para sorte da democracia brasileira, temperamentos benevolentes como os de José Sarney e FFHH contribuíram para fortalecer a segurança dos cidadãos. Não é justo que o professor grampeado em 1978 ajude a criar um novo monstro em 1999.* (Élio Gaspari, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 35/1999).

(172) ⇒ *Compreende-se a preocupação governamental quanto ao noticiário, no qual eventos tidos como escandalosos se sucedem, de sorte*

⁸⁹ Em uma mesma linha argumentativa, a Abin seria, quatro anos depois, citada como “o *SNI de Lula*”:

(170) ⇒ *Com duas entrevistas exclusivas, com o general Jorge Armando Félix (Segurança Institucional) e com o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva (Agência Brasileira de Inteligência), a Folha deu um perfil ao leitor dos órgãos de informação do governo — por uma questão de clareza: do "SNI do Lula".* (Jornalista Eliane Cantanhêde, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 294/2004)

que um sai das manchetes empurrado pelo outro. Relembrem-se alguns: a compra de votos para a emenda de reeleição; as fitas do leilão da TeleBrás; o uso, por ministros, de aviões da Força Aérea como veículos de transporte turístico; o uso das Forças Armadas para guarda de uma propriedade de familiares do presidente; o procurador da República Luiz Francisco de Souza sendo espionado pelo novo SNI; a designação, para funções na Abin, de um acusado de tortura; as denúncias de despesas feitas sem licitação na Feira de Hannover; as denúncias contra um ex-assessor do presidente, que teve status ministerial; e assim por diante. (Celso Antônio Bandeira de Mello, advogado e professor titular de direito administrativo da PUC/SP, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 16/2001).

Em todos esses casos, os comentários explícitos cedem espaço a expressões nominais definidas que pretendem designar (melhor) o nome dado à atual agência.

Em uma outra vertente, tanto os jornais quanto os jornalistas fazem uso freqüente de outra forma – menos direta, mas nem por isso menos explícita – de denúncia da continuidade do SNI na Abin: evidenciam a presença de ex-funcionários daquele órgão na nova instituição, seja de uma forma metonímica, na qual o todo é tomado pela parte (173) seja comentando, como que *en passant*, a qualidade de ex-servidor do SNI quando cita o nome de um funcionário da Abin na matéria (como em (174) e (175))⁹⁰:

(173) ⇒ *A Agência Brasileira de Inteligência volta periodicamente à evidência pelas mesmas razões: ora a identificação e a demissão de alguém comprometido com práticas de tortura sob os governos militares, ora por ser apanhada em flagrante de bisbilhotice da vida de pessoas. Em ambas as situações a questão decorre da herança que coube à Abin: funciona com pessoal técnico e burocrático oriundo do antigo Serviço Nacional de Informações e, portanto, segue por hábito os métodos de trabalho que comprometeram o SNI.* (Editorial do *Jornal do Brasil* – Texto 242/2000).

(174) ⇒ *O funcionário da Abin, ex-agente do SNI (Serviço Nacional de Informações) e tenente da reserva Carlos Alberto del Menezzi, 59, nega ter sido torturador. Menezzi integrou o Exército de 1966 a 1970, ano em que diz ter ingressado no SNI. No começo da década de 70, foi acusado por quatro presos políticos – Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Augusto César Salles Galvão e Leovi Carísio –, em depoimentos à Justiça Militar, de os ter torturado com afogamento, palmatória, eletrochoques, pau-de-arara e outros métodos.* (Jornalista

⁹⁰ Referências a nomes de outros servidores são encontradas também nos textos 13/1999, 112/2004, 123/2004 e 274/2004.

Mário Magalhães, em prólogo a entrevista concedida por Del Menezzi, servidor da Abin, publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 187/2000).

(175) ⇔ *Sob Lula, o Planalto é reverencioso com a turma da farda. No ano passado, ao anunciar em seu "Boletim de Serviço Confidencial" a aposentadoria do coronel Rubens Robine Bizerril, a Abin cobriu-o de encômios. Conforme noticiado aqui, recordaram-se os "anos de bons serviços" prestados por Bizerril à inteligência brasileira. Ingressara no SNI na década de 70. Antes, chefiara uma cadeia militar em Goiás, em cujas dependências o estudante Ismael de Jesus Silva foi torturado até a morte. [...] Os quadros da Abin continuam apinhados de agentes à Bizerril. Pessoas cujo histórico de "bons serviços prestados à inteligência brasileira" dá uma idéia do tamanho da encrenca em que se transformou o serviço de espionagem oficial. Virou um barco a três: o primeiro olha para um lado. O segundo rema na direção oposta. E o capitão finge que não vê.* (Jornalista Josias de Souza, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 81/2004).

Se em (173) a existência de ex-servidores do SNI na atual estrutura da Abin é submetida a um processo de generalização (*a Abin funciona com pessoal técnico e burocrático oriundo do antigo Serviço Nacional de Informações*) nos demais enunciados a especificação dos nomes de alguns desses servidores funciona como forma de ratificação da permanência do SNI na Abin, o que é claramente explicitado em (175), quando o locutor afirma que *os quadros da Abin continuam apinhados de agentes à Bizerril*.

Nessa disputa travada acerca do sentido que deva ser dado ao nome *Abin*, é também ouvida a voz de terceiros (colaboradores, especialistas, autoridades), ora ratificando as críticas presentes no discurso jornalístico, como em (176) e (177), ora assumindo (mais raramente) uma posição de defesa da instituição, como se vê em (178) e (179):

(176) ⇔ “*Grande parte dos agentes da Abin é gente que veio do SNI, diz Priscila. Eles acostumaram-se a invadir residências, violar correspondências, ignorar os direitos civis e não entendem porque agora teria de ser diferente*”, aponta a pesquisadora. Sem saber onde atuar e sem subversivos para perseguir, os agentes da Abin “estão perdidos”, diagnostica Priscila. Isso explica em parte, segundo ela, casos como o do grampo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Priscila Antunes, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, segundo notícia de autoria não especificada, publicada no *Diário de Pernambuco* – Texto 11/2000).

(177) ⇔ *A maioria dos atentados à bomba e mortes atribuídos ao Exército na ditadura foi ato do pessoal sujo do SNI, que virou Abin. Muitos ainda trabalham para eles, infiltrados no BNDES e outras repartições. A Abin teria quer ser fiscalizada porque hoje é uma agência de picaretagem com o governo de refém. Na ditadura, mataram três funcionários meus. Há dois anos, o pessoal da Abin sumiu com o engenheiro Walter Braga. Era ex-funcionário da Telerj e fazia grampos para todo mundo por fora. Botava a mão na massa. Antes de desaparecer, deram-lhe uma coça e o jogaram numa vala. Do pessoal de baixo escalão da Abin, praticamente todos eles fazem trabalho sujo. Não tenho medo de falar. Eles matam para não falar. Falou, falou.* (Detetive carioca Bechara Jalkh, em entrevista para reportagem publicada na revista *IstoÉ* – Texto 88/1999).

(178) ⇔ “*O governo não deixará que ele [o novo serviço de inteligência] se transforme no extinto SNI. É inevitável que o novo órgão reforce a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, mas não fará repressão*”, garantiu Gregori. [...] Para Gregori, a troca de informações entre estados, União e o novo órgão de inteligência na área de inteligência poderá evitar novos conflitos. “*É um problema a ser enfrentado por todas as democracias do mundo. Quando se cria um organismo como esse, há desdobramento de certos serviços sempre no sentido, no rumo e na pauta democrática. Jamais se identificará na Abin, o que acontecia no passado que era condenável. Ao invés de colher os fatos, e de interpretá-los, eles fabricavam os fatos. Essa será a grande diferença*”. (José Gregori, Ministro da Justiça, segundo a jornalista Sônia Carneiro, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 25/2000).

(179) ⇔ *Jungmann descartou qualquer comparação com o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da ditadura. “Só um cérebro embriagado diria isso. Eu tenho esse sistema há três anos, a única coisa que está se fazendo é aperfeiçoar as informações. O que significa para a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) saber que houve um conflito agrário” comentou o ministro.* (Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário, segundo o jornalista Márcio de Freitas, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 62/2000).

Os enunciados acima parecem marcar uma linha divisória entre essas vozes terceiras, se for considerado que a idéia de continuidade do SNI na Abin é geralmente defendida por estudiosos do tema ou por profissionais de áreas afins, enquanto que o ponto de vista contrário dá-se, quase sempre, na voz de autoridades políticas e representantes governamentais. Nesse contexto, o enunciado (178) corresponde a um tipo de construção discursiva cujos efeitos de sentido são ambíguos: ao mesmo tempo em que o locutor afirma que *jamais se identificará na Abin, o que acontecia no passado (que era condenável)*, ele

aventa a existência de tal possibilidade ao afirmar que *o governo não deixará que ele [o novo serviço de inteligência] se transforme no extinto SNI*.

Finalmente, tem-se a voz da própria Abin, que rejeitando qualquer vinculação com o extinto SNI, passa a assumir uma clara posição de defesa da instituição:

(180) ⇔ *O SNI foi um fruto da guerra fria, quando tudo era preto ou branco, sem cinza⁹¹. O mundo hoje segue por outras trilhas. [...] Hoje precisamos definir se devemos atuar no campo da obtenção de informações para proteção de empresas nacionais que buscam mercados lá fora ou podem ser ameaçadas por empresas que vêm de fora, por exemplo. Os limites de nossa ação, é isso que queremos definir com a sociedade.* (General Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, segundo notícia de autoria não especificada publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 33/2003).

(184) ⇔ *Segundo Cardoso, a Abin nada tem de semelhante com o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela ditadura. “São órgãos completamente diferentes. Hoje não há inimigo interno, essa é a grande diferença. Em assuntos nacionais, a Abin não presta informações”. [...] Quero mostrar detalhadamente qual é o nosso trabalho, que envolve 1.700 pessoas, a maioria selecionada nos últimos quatro concursos públicos já realizados. Jamais a Abin será institucionalmente aquilo que estigmatizou o SNI.* (General Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Renata Giraldi, em notícia publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 134/2000).

(185) ⇔ *Existem alguns vícios [na Abin], mas se a gente pegar o que existe de SNI ainda, se a gente separar a Abin entre o que é SNI e o que*

⁹¹ Esse tipo de construção metafórica associando fatos a cores é, na realidade, uma constante no discurso do General Jorge Armando Félix, como se pode verificar nos excertos que se seguem:

(181) ⇔ “É importante caracterizarmos que as fronteiras éticas da atividade de inteligência são complexas. Na ética absoluta, não podem existir serviços de inteligência”, disse. “**Não existe branco e preto. Trabalhamos nas várias tonalidades de cinza**”. (General Jorge Armando Félix, Ministro-chefe do GSI, segundo a jornalista Tânia Monteiro, em notícia publicada em *O Estado de São Paulo* – Texto 36/2003).

(182) ⇔ *O trabalho que fazemos é acompanhar pontos que têm reflexo na área de segurança. O papel do governo é gerenciar crises, procurar evitá-las e, se efetivamente acontecerem, gerenciá-las e resolvê-las pacificamente. Temos nossa graduação, a luz verde, amarela ou vermelha.* (General Jorge Armando Félix, Ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 13/2003).

(183) ⇔ Existe, em termos de terrorismo internacional, a probabilidade de alguém usar um armamento biológico ou químico. Como disse, é um trabalho puramente de articulação. **Luz verde, luz amarela, luz vermelha.** Quando acende a amarela, começamos a nos preocupar. Antes de acender a vermelha, nos reunimos. O objetivo é que o governo não seja surpreendido. (General Jorge Armando Félix, Ministro-chefe do GSI, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* – Texto 43/2003).

não é SNI, eu vou ter o pessoal de oito anos pra cá, só. Porque o primeiro concurso que foi feito pra gente começar a reformular foi oito anos atrás. Esse dia um jornalista me perguntou: "O senhor modificou 80% do pessoal, mas esse pessoal que está ao lado do senhor não é do SNI?". Eu tenho excelentes funcionários lá que têm 30 anos de atividade de inteligência. Então, ele vem do período do SNI. Não é militar, não tem nenhum militar no comando, mas ele vem um pouco daquela época. Só se eu montasse a agência apenas com funcionários de oito anos de serviço. [...] Estou só com dois meses de comando. (Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em entrevista publicada em *O Povo* – Texto 168/2004).

O primeiro enunciado (180) faz uso de uma metáfora para explicar o SNI como *um fruto da guerra fria* e argumentar, em seguida, que *o mundo hoje segue por outras trilhas*, incluindo, portanto, a Abin nesse novo mundo e nessas novas trilhas. O enunciado (184) não só afirma que Abin e SNI *são órgãos completamente diferentes*, como precisa qual seria a diferença fundamental: a ausência de *inimigo interno*. Finalmente, o enunciado (185) apresenta uma asserção que é, no mínimo, intrigante (se não contraditória) ao referir-se a um corpo funcional que vem *um pouco* da época do SNI. A vaguezza do termo, bem como a sua inserção contextual, faz com que o sentido ali pretendido fique em suspenso: terá o enunciador afirmado que alguns funcionários que servem hoje à Abin ingressaram já no fim da chamada “era SNI”? Ou esses servidores viriam *um pouco daquela época* porque apresentam perfis contrários à doutrina vigente naquele órgão? Impossível precisar...

O que se pode depreender dos textos analisados é que também aqui, de modo semelhante ao observado na orientação dialógica em direção ao ouvinte efetivo, fica evidenciada a presença de vozes em conflito, fundando uma relação polêmica marcada, nesse caso, por uma tensa batalha quanto ao *significado* que devia ser atribuído ao objeto de discurso.

Mas a própria *construção* desse objeto também é levada em conta na luta discursiva travada na imprensa, dando origem a um questionamento acerca da adequação do *significante* “Abin” para designar o atual serviço de inteligência. Nesse último caso, a polêmica encetada finda por realizar um retorno reflexivo sobre o nome da instituição, abrindo

espaço para a construção de uma dupla nominação, frequentemente encontrada no discurso jornalístico.

3.2.2 DUAS PALAVRAS PARA UMA MESMA COISA

Falar de uma disputa *pelo* objeto de discurso significa dizer que as instâncias discursivas que dele fazem uso não só tentam atribuir-lhe diferentes efeitos de sentido, mas também se situam em posições opostas quanto a sua própria constituição, ou seja, quanto ao *modo de dizer* esse objeto.

Se para a agência de inteligência a forma pela qual ela é legalmente nomeada implica a formação de um signo “transparente” – *Abin* significando pura e simplesmente o novo órgão público criado no atual regime democrático –, outra é a posição com mais freqüência assumida no discurso jornalístico que, resistindo a essa suposta transparência, realiza um retorno reflexivo sobre o significante e, assim fazendo, o opacifica.

Entra-se aqui no campo da modalização autonímica (MA), através da qual o enunciador questiona o próprio processo designacional instituído, através de uma “colocação em par” (*couplage*) de dois modos distintos (o do enunciador e o do outro) de dizer o mesmo em uma duplicação que implica um retorno sobre a palavra dita.

Essa duplicação pode ocorrer por meio de *acréscimos* que expandem ou corrigem o referente através do uso de formas *apositivas*, ou ainda através de uma *interferência direta na estrutura lingüística* da nomeação que dá materialidade ao objeto de discurso. Em todos esses casos, o enunciador, ao efetuar a reformulação desse objeto, dele se apropria e estabelece uma nova maneira de dizê-lo.

➤ Dentre as diversas formas de reformulação do objeto de discurso encontradas, a mais usual diz respeito à construção de comentários sob a forma de aposto, os quais, expandindo o referente, tentam designá-lo de forma mais precisa:

(186) ⇒ [...] *Mas ele [o mecanismo legal do habeas data] é pouco efetivo junto aos órgãos de Segurança Nacional, como a Agência Brasileira de Informações (Abin), o antigo SNI, só que com o nome trocado.* Lá, existe um manto que protege a informação. É pior que a CIA (a agência de inteligência dos Estados Unidos), porque atua no Brasil e no exterior, junto às embaixadas. Tem dois mil agentes, enquanto o Ministério Público possui pouco mais de 600 procuradores, e ainda podem requisitar funcionários dos centros de inteligência da Marinha, Exército e Aeronáutica. Aqui no Brasil, ainda existe um aparato de segurança e, quando você entra com o habeas data, eles colocam em uso um arquivo paralelo. (Luiz Francisco de Souza, procurador da República, em entrevista para reportagem publicada no *Correio Braziliense* – Texto 1/2004).

(187) ⇒ *Preocupante tem sido o saldo da tentativa recente do Estado brasileiro de constituir um serviço de inteligência civil democrático. A atuação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), sucedânea do desditoso SNI, ainda não foi suficiente para dirimir as dúvidas dos que temem pelo abuso de suas prerrogativas. E os rumores de que há uma disputa no PT pela transferência da Abin para a Casa Civil ou para a Secretaria de Comunicações são um motivo adicional de temor.* (Editorial da *Folha de São Paulo* – Texto 82/2002).

(188) ⇒ *Aqui no Brasil, dois órgãos deveriam ser investigados a fundo. Não em Nuremberg, claro, mas em Brasília, onde mandam e desmandam implacavelmente. São eles: os órgãos de segurança e espionagem, agora representados pela ABIN, herdeira e sucessora do famigerado SNI. E a Receita Federal, que persegue e protege com a mesma volúpia.* (Jornalista Hélio Fernandes, em artigo de opinião publicado na *Tribuna da Imprensa* – Texto 67/2002).

(189) ⇒ *O governo convidou o arquiteto Oscar Niemeyer para fazer um monumento em homenagem – pasme! – à Abin (Agência Brasileira de Inteligência), substituta do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações). Comunista, Niemeyer tem horror à sigla, símbolo maior da ditadura militar.* (Jornalista Mônica Bergamo, em nota de coluna publicada na *Folha de São Paulo* – Texto 167/2004).

(190) ⇒ *Encontrado um punhadinho de pó branco sob um assento de avião, é o caso, sim, de providências sérias. Mas por que reter o avião durante quase dois dias? Necessário era vistoriá-lo, o que não demandaria mais do que umas poucas horas. À falta de objetividade dos serviços supostamente de segurança (na certa a tal Abin, o SNI com apelido), que preferiram um certo escândalo de alcance até internacional, o noticiário de TV e rádio tratou o achado com a dimensão que só um atentado verdadeiro mereceria.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 86/2001).

Todos esses exemplos remetem a uma predicação metaenunciativa de equivalência entre dois dizeres, na qual a Abin passa a ser descrita por meio da interposição de um outro significante, visto como aquele que melhor definiria a instituição, já que aquele sintagma nominal é visto pelo enunciador como inapropriado ou insuficiente em sua função de designar o serviço secreto brasileiro. O enunciado (186) parte de uma observação de cunho metalinguístico (*o SNI com o nome trocado*) para denunciar a inadequação da nova designação dada à agência, enquanto o enunciado (187) ao usar a expressão *sucedânea do SNI* (e não “sucessora do SNI”) faz referência à igualdade de substância entre os dois órgãos, uma vez que o termo “sucedâneo” remete não à questão da sucessão cronológica, mas a uma relação de substituibilidade, na qual uma coisa é equivalente à outra⁹². No exemplo seguinte (188) o enunciador faz uso dos termos *herdeira* e *sucessora*, um ampliando o alcance do outro, ao que é acrescentada a locução estereotipada *famigerado SNI*. Já no excerto (189) o locutor não apenas insere o seu aposto explicativo (com função retificadora), mas assevera em seguida que *comunista, Niemeyer tem horror à sigla*, sem especificar se esta sigla seria SNI ou Abin, reforçando, consequentemente, a relação de equivalência ali criada. Finalmente, o último dos exemplos dados (190) faz uso do parênteses para delimitar a aposição, modalizando antecipadamente o dito com uma entonação irônica (*a tal Abin*), para inserir em seguida a sua observação metaenunciativa (*o SNI com apelido*).

Tem-se assim que, em uma graduação que vai da denúncia explícita acerca de uma denominação equivocada, passa pela sugestão de uma identidade de substância entre o primeiro e o segundo termos, para outorgar à nova agência a posição de substituta do SNI, em um trabalho de tradução da *Abin* através de outras palavras, a qual adquire, ao mesmo tempo, um valor de retificação ou reformulação (do significante) e um valor de identificação entre os

⁹² O Dicionário Aurélio Buarque de Holanda dá como definição para o termo *sucedâneo*, enquanto adjetivo que tem origem na linguagem farmacêutica: 1. Medicamento que pode substituir outro, por ter mais ou menos as mesmas propriedades; [...] 3. P. ext. Substância que pode substituir outra.

dois termos (Abin/SNI), o segundo funcionando como elemento autonímico em relação ao primeiro.

➤ Esse tipo de procedimento faz-se, algumas vezes, reforçado pelo uso de um elemento modalizador particular – o (*sic*) - que passa a acompanhar o primeiro termo, como em (191) e (192), marcando a resistência do enunciador no que diz respeito à palavra que ele utiliza e, ao mesmo tempo, rejeita. Em alguns casos ainda, o próprio advérbio latino faz as vezes de comentário metaenunciativo do locutor (193):

(191) ⇒ *Em dois anos de investigações, a Polícia Federal reuniu evidências de que a escuta clandestina que expôs as entranhas da privatização do Sistema Telebrás foi executada pela Abin, a Agência Brasileira de Inteligência (sic), sucessora do velho SNI.* (Jornalista Josias de Souza, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 253/2000).

(192) ⇒ *Primeiro foi o ministro da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Agora é o presidente da República, pela voz sempre prestativa do senador José Roberto Arruda. "O presidente garante que nada disso aconteceu" – isso, na frase, é a espionagem dos movimentos e palavras do governador Itamar Franco por um espião da Agência Brasileira de Inteligência (sic), a Abin que revive o SNI do general Golbery.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 154/2000).

(193) ⇒ *Quem se deu ao trabalho de enfrentar a leitura de todo o papelório reunido durante a investigação emergiu da aventura com a sensação de que o grampo jamais saiu da esfera institucional. Ele foi tramado e executado no ambiente da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência (sic) do governo.* (Jornalista Josias de Souza, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 36/2000).

Em todos esses casos, o (*sic*) perde a sua função de correção gramatical e passa a ser usado como marca de correção semântica com função autonímica. Bakhtin/Voloshinov (1997b: 166) se referem ao (*sic*) como “um dos procedimentos mais primitivos de que dispõe o autor para replicar ao discurso direto e comentá-lo”⁹³. Outra não é a intenção aqui existente,

⁹³ Os autores citam ainda como procedimentos similares: “a utilização do itálico (que equivale a um deslocamento de acento), a inserção aqui e ali de observações e conclusões entre parênteses, ou mesmo simplesmente o ponto de exclamação, de interrogação, [...] etc. Para atenuar a inércia do discurso direto,

senão a de marcar o movimento de recusa, por parte do locutor, do nome *Agência Brasileira de Inteligência*, termo tido por ele como equivocado. O (sic) funciona, assim, como instrumento retórico da transmissão de um ponto de vista.

➤ Finalmente, o enunciador, substituindo o processo de aposição por um processo de justaposição, parece propor a criação, para a agência de inteligência, de um novo referente, como se vê em (194) e (195), referente esse naturalizado na voz do leitor do jornal (196):

(194) ⇒ *A Abin/SNI é a maior ameaça ao regime constitucional desde o fim da ditadura. Seu principal chefe e ministro da (In)Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, até poucos dias assegurava que o pessoal da Abin/SNI fora selecionado com o máximo de rigor, tendo em vista a finalidade de trabalhos de interesse do Estado brasileiro democrático, e não da conveniência do governo. Está desmentido pelo seu pessoal.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 210/2000).

(195) ⇒ *Se todos disserem que não sabiam o histórico do coronel Bizerril, em princípio nenhum merece contestação. É nesta veracidade, porém, que está o inaceitável: a abertura passiva das instituições, particularmente do governo, à penetração influente dos que fazem a continuidade de conceitos inconstitucionais de segurança pública, direitos humanos e funções do Estado. Enquanto essa rede da "segurança" do regime militar estiver por aí, subterrânea, mas ativa, produzindo incentivos à violência policial e a atos antidemocráticos, como a criação e práticas do SNI/Abin, o Brasil não avança em civilidade, democracia e redução da criminalidade.* (Jornalista Jânio de Freitas, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* – Texto 225/2000).

(196) ⇒ *Muitas pessoas influentes, principalmente políticos e interessados, trabalham no sentido de exigir a abertura dos arquivos com informações secretas da Abin/SNI. Isso é fáca de dois gumes. Pode aparecer informações registradas de: informantes, traficantes, sequestradores, assaltantes de bancos, opressores, tomadores de conta de cativeiros, torturadores, traidores, ladrões e contrabandistas de armas. Deve ser por esse motivo que a divulgação só poderá ser feita com a autorização do citado. Alguns ex-militantes, que acusam os militares do antigo regime, poderiam aparecer com o rosto descoberto da máscara atual.* (Wanderley Jorge Bueno, Leitor do Jornal do Brasil – Texto 326/2004).

outro procedimento muito eficaz consiste nas várias possibilidades de colocação do verbo introdutor, associado por vezes a observações, réplicas e comentários". (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997b: 166).

O procedimento observado nos enunciados acima levantou questões quanto à permanência ou não, no par assim formado, da representação de um “dizer outro dizer”, principal característica da modalização autonímica. De fato, não se está mais aqui diante de reformulações que podem ser mais facilmente interpretadas como baseadas em uma relação de equivalência ou de sinonímia. Ainda assim, não se pode falar de reformulações que remetam a relações lógico-semânticas entre um X e um Y referencialmente distintos (o que implicaria na não existência de modalidade autonímica).

Acompanhando Authier-Revuz (1987 e 1992b), considero que, nesse caso, permanecem dois diferentes “pontos de vista”, através de duas diferentes “maneiras de dizer” — sincopadas — no interior do enunciado. Segundo a lógica da autora (1992b), é possível afirmar que nesse tipo de estrutura opacificante os termos *Abin* e *SNI* podem ser interpretados como “substituíveis um ao outro, assim como o são duas descrições definidas de um mesmo elemento ou os pares formados pela designação de um conjunto e sua descrição em extensão, ou ainda a designação de uma realidade e sua descrição por meio de uma de suas propriedades”.

Essa constatação remete, como comenta Revuz (1987), à própria problemática do “outro da heterogeneidade, não redutível unicamente à presença, em um discurso, do discurso de outro, mas [que] provém de um conjunto bem mais amplo de fatos de não coincidência”.

Interessante observar a inversão operada quanto à ordem dos termos *Abin* e *SNI* nos dois primeiros enunciados, ambos na voz do mesmo articulista. Verifiquei então que se o primeiro excerto (199) faz referência a um discurso outro (do general Alberto Cardoso) proferido apenas alguns dias antes da publicação do artigo em comento, no segundo enunciado (200) o autor se refere a um outro tempo histórico, na medida em que traz para a atualidade antigas práticas atribuídas ao SNI. Tem-se, assim, na construção desses dois enunciados, duas diferentes dimensões temporais, uma tratando do momento presente através do passado, outra

atualizando o passado através do presente. O que vai ao encontro da idéia bakhtiniana (2000f: 253) de que “o passado determina o presente de um modo criador, e juntamente com o presente, dá dimensão ao futuro que ele predetermina”. Essas constantes passagens de um tempo presente para um tempo passado e de um tempo passado para um tempo presente vão desempenhar papel determinante na construção da imagem da Abin na imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM

Os diferentes modos de *dizer sobre a Abin* ou de *dizer a Abin* na imprensa remetem, como foi mostrado, à presença de duas instâncias discursivas que ocupam simultaneamente o primeiro plano da cena enunciativa e fundam uma relação polêmica.

Essa relação polêmica tem por principal característica a presença de uma plurivocalidade discursiva, atravessada que é por múltiplas vozes que disputam a dominância dos sentidos a serem atribuídos ao tema. Na luta enunciativa assim travada, persiste, em cada uma dessas instâncias, como fartamente discutido, a intenção de validar o seu próprio discurso em detrimento do discurso do oponente. É possível concluir, portanto, pela inexistência de polifonia nos movimentos dialógicos ali instaurados e pela formação de um domínio enunciativo marcado pela bivocalidade retórica.

A bivocalidade retórica deve ser entendida no sentido bakhtiniano da expressão, o que significa dizer que os discursos estudados, mesmo quando abrigando uma multiplicidade de vozes, operam no registro de dois diferentes pontos de vista, podendo ser sintetizados em duas grandes vozes que se opõem uma à outra, ou, dito em outras palavras, em duas diferentes orientações semânticas que se querem monovalentes.

Esse discurso bivocal ao instaurar um “diálogo concentrado de duas visões de mundo”, é marcado, assim, pela coexistência de uma plurivocalidade formal – na medida em que as estratégias utilizadas fazem inserir múltiplas vozes alheias sob as formas explícitas do discurso reportado ou sob as formas menos explícitas da modalização autonímica – e de uma bivocalidade retórica composta de duas vozes que se opõem no plano dos sentidos. O que significa dizer que um texto pode apresentar uma formatação predominantemente plurivocal e ter, ao mesmo tempo, uma orientação argumentativa monovalente.

De fato, no estudo realizado, os diferentes efeitos de sentidos pretendidos por cada uma das instâncias discursivas – o discurso jornalístico, rejeitando o modelo do atual serviço de inteligência, o discurso da Abin tentando legitimar esse modelo – instauram, no plano da interlocução direta, uma relação polêmica marcada pela intenção de conjurar o NÃO-UM tentando assegurar uma monovalência de sentidos. O que reafirma o antagonismo das posições assumidas nesse tipo de funcionamento discursivo.

Ainda assim, como pôde ser demonstrado, o dialogismo discursivo posto em ação não se furta à necessidade de uma permanente negociação com os diferentes tipos de não-coincidência que o atravessam constitutivamente.

Se a *não coincidência interlocutiva* é claramente perceptível na própria relação polêmica instituída através da presença de uma bivocalidade retórica praticamente incontornável, a negociação com esse tipo de não-coincidência dá-se no plano da inserção de um ouvinte imaginário como uma espécie de mediador entre os discursos que se opõem no plano dos sentidos.

A *não-coincidência entre a palavra e a coisa* é expressa principalmente na ampla discussão acerca da adequação ou da inadequação da nominação dada à agência. Nominação esta que, constantemente confirmada, questionada ou rejeitada, põe em relevo a *não coincidência da palavra com ela mesma*, implicando as tentativas de desconstrução e de reafirmação do objeto de discurso *Abin*.

Mas é, sobretudo, a *não-coincidência do discurso consigo mesmo* que aqui se faz presente, pautada pela indesejada intromissão de um *outro* discurso no *próprio* do discurso. O permanente confronto entre palavras próprias e palavras alheias saturadas de outros sentidos faz do espaço da imprensa não apenas a arena ou o palco dessa luta, mas também o espaço da negociação – possível ou impossível – mas necessariamente almejada.

Na tentativa feita de apreender os procedimentos adotados nesse processo de negociação, pude observar a existência de movimentos dialógicos distintos, dando origem à formação de estratégias discursivas diversas, as quais puderam ser didaticamente agrupadas tomando por critério a dupla dimensão dialógica que orienta todo discurso: de um lado, a orientação dialógica em direção ao ouvinte e, de outro, a direção dialógica em direção ao objeto do discurso.

Foi visto que, nos movimentos dialógicos em direção ao ouvinte, o enunciador se dirige não apenas ao seu ouvinte efetivo exotópico – atuante no campo da interlocução direta, mas também a uma massa de leitores que ganham corporalidade na figura de um ouvinte idealizado, produto de forças sociais concretas e atravessado pelo imaginário de um enunciador que tenta se antecipar às suas possíveis respostas. O que significa dizer que o enunciador dialoga, sempre e ao mesmo tempo, com um ouvinte efetivo e com um ouvinte idealizado, figuras estas que, em um processo de aclaramento mútuo, se opõem e se complementam, construindo elos de uma cadeia verbal ininterrupta.

Mas, enquanto o trabalho enunciativo dirigido ao interlocutor efetivo é marcado pelo uso da palavra autoritária, cada uma das instâncias discursivas - em suas claras posições de ataque e de defesa – tentando afirmar o “UM” e criando desta forma a pretensão a uma monovalência de sentidos –, é a palavra persuasiva que domina o diálogo que se instaura com o ouvinte idealizado, em qualquer das posições que o enunciador lhe outorga: como seu aliado, como simpatizante das posições por ele defendida, como testemunha de uma memória discursiva por ele postulada, ou como juiz final das palavras por ele enunciadas. Tem-se, assim, no campo da plurivocalidade discursiva observada, a presença de vozes conciliadas (ecóicas) e de vozes em luta, cindidas entre si, fundando, no caso, um dialogismo polêmico.

O estudo realizado dessa dicotomia reinante no discurso *sobre* e *da* Abin na imprensa me permite afirmar que a hipótese inicialmente formulada da possível presença de

uma “circularidade monossêmica” de cunho argumentativo é ratificada, muito embora essa monossemia argumentativa seja marcada pela presença de uma plurivocalidade discursiva.

Nesse contexto, é possível afirmar ainda que o atravessamento da figura do ouvinte idealizado areja de certa forma os discursos estudados, sem o que eles não se sustentariam no espaço da imprensa, pois cairiam no campo do puro autoritarismo dogmático. Esses discursos, na verdade, só se tornam passíveis de ocupar o espaço da imprensa em função da conotação persuasiva que adquirem quando postos em direção a um ouvinte idealizado. Ouvinte este que não correspondendo fielmente à massa dos leitores da mídia escrita – mas que a atravessa sob a forma refratada de um ouvinte imaginário –, constitui o suporte que dá sustentação à própria interlocução polêmica ali fundada. A bivocalidade retórica do campo interlocutivo passa a atuar assim em uma nova geografia, pelo espaço que se abre ao ouvinte idealizado enquanto integrante ativo da tríade dialógica como segundo participante no discurso.

O desdobramento da figura do ouvinte em diferentes categorias dá origem à diversidade das estratégias discursivas postas em ação por ambas as instâncias discursivas. Se essa variedade não chega, de fato, a fundar uma nova tipologia para o discurso polêmico, o seu estudo me permitiu ratificar a idéia de que a enunciação, dirigindo-se sempre ou quase sempre ao interlocutor direto e ao ouvinte imanente de forma simultânea, revela, no interior dos enunciados, o uso de diferentes estratégias argumentativas.

O ponto comum das estratégias estudadas consiste na pretensão a uma suposta monovalência de sentidos. Mas essa monovalência é constantemente confrontada com a própria alteridade constitutiva do discurso, e necessariamente negociada pelos sujeitos envolvidos.

No campo da interlocução direta, o uso feito da palavra autoritária dá-se, como mostrado, pela constante interposição de uma **contrapalavra**, seja sob a forma da refutação

explicita do discurso do outro (através da sua *negação polêmica*, da *restrição da polissemia da palavra* utilizada, ou do recurso a um *discurso substituído*), seja na tentativa feita de **silenciar o oponente discursivo** (através da formulação de uma *pergunta retórica*, da construção de uma *pergunta-que-é-resposta*, ou do uso de *evasivas*), seja, finalmente nos diversos usos da **ironia** (sob a forma de *comentários sarcásticos*, do *uso de sinais tipográficos*, da construção de uma *reconvenção discursiva* ou fazendo uso de uma *aparente concordância com o discurso denegado*).

Outras são as estratégias discursivas desenvolvidas pelo enunciador quando voltadas para a resposta antecipada do ouvinte, abrindo espaço, nesse caso, para o uso da palavra persuasiva que se quer – a todo custo – convincente.

Na negociação com o seu ouvinte idealizado, se este é visto como um **aliado discursivo**, o enunciador pode estabelecer a *eliminação de distinção entre os lugares ocupados*, colocando-se lado a lado com o seu parceiro e fazendo uso da *alusão* e do *subentendido*, com base na pressuposição da existência de uma memória discursiva partilhada.

Em outros casos, tenta ele obter a adesão de um ouvinte **simpatizante**, seja recorrendo ao *humor* - nas suas formas estilísticas do *skaz* e da *paródia*, seja dotando sua enunciação de uma força *dramática* capaz de comover o seu ouvinte.

Mas o ouvinte é também solicitado, algumas vezes como **testemunha**, como uma espécie de garante do que é enunciado, caso em que a existência de uma memória partilhada vai ser testada ou fortalecida através da *ilustração* e do *exemplo*.

Finalmente, o ouvinte idealizado pode ocupar o lugar de **juiz** face ao enunciado, cabendo a ele dar um *veredicto final* ao *libelo discursivo* ali construído.

As estratégias discursivas assim observadas não significam, é claro, a pertença de tais procedimentos unicamente a essa ou aquela categoria de ouvinte, não implicando, por

consequente, a existência de uma rígida distribuição quantitativa. Casos há em que a ilustração ou a ironia, por exemplo, são dirigidas diretamente ao interlocutor concreto, sem nem por isso deixarem de ser, ao mesmo tempo, formuladas com vistas a um imaginário ouvinte. A distribuição por mim realizada apresenta, desta forma, um caráter didático e são resultantes de um processo interpretativo com base nos diferentes contextos narrativos analisados e na regularidade com que essas estratégias argumentativas afloram e ganham corpo nos textos estudados.

O próprio *continuum* da interação verbal faz com que essas estratégias discursivas não se encontrem linearmente dispostas ao longo dos textos, mas em um sistema de dispersão marcado por um constante entrecruzamento de dizeres que formam os fios de uma complexa teia dialógica ali elaborada.

O que se pode depreender da tentativa feita de tornar mais claros os modos pelos quais esses fios dialógicos são permanentemente desfeitos e refeitos na cena enunciativa, é que se existem diferentes formas de dirigir-se ao ouvinte – para o qual, finalmente, todo enunciado se dirige – essas diferentes formas de dizer exercem influência, no caso do estudo em tela, nos modos pelos quais *a imagem da Abin na imprensa* é construída e afirmada.

Nesse contexto, foi observada, no discurso da Abin, a existência de um processo de monovocalização da plurivocalidade enunciativa, enquanto que o discurso jornalístico não apenas admite a presença da plurivocalidade, mas tem nessa plurivocalidade a sua razão de ser. Também pôde ser verificado que o discurso da Abin, diferentemente do discurso jornalístico, não apresenta, em seus modos de dizer, qualquer movimento em direção a um parceiro tido por aliado, o que parece evidenciar as dificuldades vivenciadas no que diz respeito à legitimidade que almeja e da qual necessita.

Foi observado ainda que, também diferentemente do discurso jornalístico, categorias humorísticas, tais como o *skaze* a *paródia*, estão ausentes no discurso da *Abin*, em razão mesmo do caráter solene de que esse discurso se reveste, enquanto fala institucional de um órgão público. Por outro lado, assiste-se, ali, à elaboração de um *pathos discursivo* através do qual a *Abin* pretende suscitar a simpatia do ouvinte, ao mesmo tempo em que dota a sua enunciação de um caráter messiânico e se autoconstitui como *réu discursivo* na batalha discursiva ali travada.

Já o discurso jornalístico, apresentando uma maior variedade de formas de interpelação do ouvinte, caracteriza-se, sobretudo, por uma multiplicidade de atores sociais postos em cena, sob a forma de vozes várias introduzidas como reforço dos pontos de vista defendidos, voltados principalmente para um ataque sistemático à agência de inteligência.

Esses movimentos dialógicos instaurados em direção a um ouvinte idealizado são, portanto, constantemente atravessados pela polêmica que caracteriza não apenas o movimento dialógico em direção ao ouvinte interlocutivo, mas também o movimento realizado em direção ao objeto de discurso.

Estaríamos, assim, diante de um “diálogo de surdos” no qual cada uma das instâncias enunciativas afirma as diferenças do seu discurso em relação ao discurso do seu adversário, implicando que esses oponentes discursivos “não falam a mesma língua”?

Contrariamente a todas as aparências, não é isso o que ocorre. O paradoxo aí existente reside, justamente, no fato de que cada uma das instâncias discursivas envolvidas, negando o discurso que lhe é oposto, dele depende para constituir-se como *o* discurso legitimado.

O que reafirma a assertiva bakhtiniana (2000b, p. 386) de que “o sentido não se atualiza sozinho, procede de dois sentidos que se encontram e entram em contato”. Considerando que na vida histórica a cadeia de sentidos é a única suscetível, em seu todo, de

ser uma realidade, Bakhtin faz ver que essa cadeia cresce infinitamente em um processo sempre renovável.

Assim é que os discurso *da e sobre* a Abin na imprensa – apesar de todos os percalços e embates que os acompanham (e até mesmo em razão deles) – também estão sujeitos a constantes processos de atualização. Disso é exemplo a polêmica fundada na questão da construção do seu próprio objeto de discurso, ou seja, do seu referente.

Admitindo (não sem uma certa relutância) que o discurso jornalístico seja, de fato um discurso *sobre* a Abin, pode-se afirmar que se trata de um discurso não *apenas* sobre a Abin: persiste ali a emergência de um discurso outro que, saindo de uma zona de penumbra na qual esteve encerrado⁹⁴, exige e reclama a sua atualização.

No interior do discurso sobre a Abin, um outro discurso vai sendo construído: aquele que não podendo ter sido dito em seu momento exato, se projeta como uma sombra no discurso presente e, realizando uma espécie de catarse, se solta das amarras do silenciamento que lhe foi outrora imposto e ganha luz nas palavras, finalmente, ditas.

Passado e presente se fundem em uma zona fronteiriça de decisiva importância na construção da *imagem da Abin na imprensa*.

Essa imagem, atravessada constantemente pela representação de um outro discurso que implica a sua própria negação, é uma imagem ainda inconsistente. Ou, dito em outras palavras, uma imagem ainda em construção, marcada por uma luta dialógica que se desdobra, se transforma e se renova, sem chegar a um consenso, o que exigiria, creio, uma discussão mais ampla quanto à delicada questão de mudança de paradigma (no que diz

⁹⁴ Como afirma Ana Lagoa (1983: 21), “durante muitos anos, o SNI permaneceu como um mito intocável. Pouco se sabia, nada se comentava sobre ele. Só a partir da abertura política iniciada no governo do General Ernesto Geisel, alguns tabus se quebraram. E o próprio chefe da agência Central do SNI, sempre cercado de discrição e mistério, chegou a dar entrevista, falando ao repórter da revista Veja em Brasília” [entrevista publicada na edição de 25 de junho de 1980]. Portanto, mais de 15 anos após sua constituição é que surge na imprensa um dizer institucionalizado, um discurso que se dirige ao corpo social.

respeito ao modelo doutrinário adotado)⁹⁵ – o que escapa aos objetivos propostos em minha tese.

A dimensão dialógica da construção dessa imagem, o dialogismo polêmico ali fundado, constitui, entretanto, não um óbice, mas uma força vital onde a palavra – em sua materialidade lingüística e sócio-histórica –, pode vir a constituir uma importante ferramenta na construção de uma imagem que venha a ser efetiva.

⁹⁵ O termo “paradigma” é aqui tomado tal como empregado pelo historiador Thomas Kuhn, em seu livro *The Structure of Scientific Revolutions* (1962). Kuhn define o “paradigma” como uma série de suposições, métodos e problemas típicos, que determinam para uma comunidade científica quais são as questões importantes, e qual a melhor maneira de respondê-las. O paradigma vincula-se, no caso em estudo, à idéia de um “modelo doutrinário de ação”, o qual, como afirma Kuhn, tem de sofrer mudanças quando modelos antigos são convincentemente desafiados por novas evidências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre general pour une approche de la presse écrite. In: **Genres de la presse écrite**. Paris: Revue Pratiques n° 94, 1997, p. 3-8.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro, 8^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, 128 p.

_____. **Écrits sur la psychanalyse : Freud et Lacan**. Édition posthume – textes reunis et présentés par Olivier Corpet et François Matheron. Paris: Stock/Imec, 1993, 304 p.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 217 p.

ARRIVÉ, Michel. [1986]. **Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. Tradução de Mário Laranjeira e Alain Mouzat. Coleção Ensaios de Cultura, v.3, São Paulo: Edusp, 1994, 144 p.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. [2000]. **Nos riscos da alusão**. Tradução de Ana Vaz e Dóris Arruda Carneiro da Cunha. Revista Investigações – lingüística e teoria literária, v. 20, n° 2, Recife: UFPE, 2007, p. 9-46.

_____. [1982]. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipicurs, 2004a, p. 11-80.

_____. [1996]. Observações sobre a categoria da “ilhota textual”. In: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: 2004b, p. 191-215.

_____. Palavras mantidas à distância. In: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipicurs, 2004c, p. 217 – 257.

_____. [1995]. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Tradução de Cláudia R. C. Pfeiffer et al. Campinas: Unicamp, 2001a, 200 p. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico)

_____. La représentation du discours autre : un champ multiplement hétérogène. In: **Une Langue : le français** (Dir. de R. Thomasson). Paris: Hachette, 2001b, p. 192-201. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico)

_____. Deux mots pour une chose; trajets de non-coïncidence. In: **Répétition, altération, réformulation**. Anais literários da Universidade de Besançon, n° 701, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 2000, p. 37-61. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico).

_____. [1997] Le guillemet, un signe de "langue écrite" à part entière. In: **A qui appartient la Ponctuation ?**, Actes du colloque international et interdisciplinaire de Liège, 13-15 mars

1997, J.M. Defays, L. Rosier, F. Tilkin, eds, Duculot 1998, p. 373-388. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico).

_____. **Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire.** Coleção Sciences du Langage, v. 1. Paris: Larousse, 1995, 413 p.

_____. [1982]. **De quelques idées reçues au sujet du discours rapporté.** Revista Perspectives, v. 4, Lausanne, 1992a, p.15-21. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico)

_____. [1992] **Formes sans élément autonyme ou sans élément métalinguistique univoque.** (Capítulo inédito de tese de Doutorado de Estado). Paris : Université de Paris VIII, 1992b, p. 434-495. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico).

_____. [1990]. La non-coïncidence interlocutive et ses reflets méta-énonciatives . In : **L'interaction communicative.** Berendonne A. e Parret H. (Eds), coleção Sciences pour la communication, v. 32, 1990, p.173-194. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico)

_____. [1987] **L'auto-représentation du dire dans certaines formes de « couplage ».** DRLAV nº 36-37, 1987, p 55-103. (Disponibilizado pela autora por meio eletrônico)

_____. **Parler avec des signes de ponctuation ou : de la typographie à l'énonciation.** DRLAV, n°21, 1979, p.76-88.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1989, 171 p.

BAKHTIN, Mikhail. [1920-1930]. O autor e o herói. In: **Estética da criação verbal.** 3^a ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000a, p. 23-220.

_____. [1970-1971]. Apontamentos. In: **Estética da criação verbal.** 3^a ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000b, p. 369-398.

_____. [1940]. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. 3^a ed. In: **Estética da criação verbal.** Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000c, p. 399-414.

_____. [1952-1953]. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal.** 3^a ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000d, p. 277-326.

_____. [1959-1961]. O problema do texto. In: **Estética da criação verbal.** 3^a ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000e, p. 327-358.

_____. [1936-1938]. O Romance de educação na história do realismo. In: **Estética da criação verbal.** 3^a ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000f, p. 223-264.

_____. [1929]. **Problemas da poética de Dostoiévski.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a, 275 p.

- _____. [1929]. Que és el language? In: SILVESTRI, Adriana e BLANCK, Guillermo. Bakhtin y Vigotski: **La organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 217-279.
- _____. [1934-1935]. O Discurso no romance: a teoria do romance. In: **Questões de literatura e estética**. 4^a ed. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1988a, p. 71-163.
- _____. [1941]. Epos e romance. 4^a ed. In: **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Unesp -Hucitec, 1988b, p. 406-420.
- _____. [1937-1938/1973]. Formas de tempo e de cronotopo no romance. 4^a ed. In: **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1988c, p. 211-362.
- BAKHTIN/VOLOSHINOV. [1927]. **O Freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2004, 110 p.
- _____. [1926]. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie: contribuition à une poétique sociologique. In TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtine et le principe dialogique**. Paris: Éditions du Seuil, 1981, p. 181-215.
- _____. [1930]. La structure de l'énoncé. In TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtine et le principe dialogique** (suivi de « Écrits du cercle de Bakhtine »). Paris: Seuil, 1985, p. 287-316.
- _____. [1929-1938]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método na ciência da linguagem**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1997b, 196 p.
- _____. **Discurso na vida e discurso na arte**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático. Documento disponibilizado por meio eletrônico. 1976.
- BESSA, Jorge da Silva [1981]. **A importância da inteligência no processo decisório**. Disponível em <<http://www.abraic.org.br/>>.
- BRAIT, Beth. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, 223 p.
- _____. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: FIORIN José Luiz e BARROS, Diana P. de (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003, p 13-26.
- _____. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. São Paulo: Pontes, 2001, 200 p.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 4^a ed. Campinas: Unicamp, 1995, 96 p.
- CEPIK, Marco Aurélio. **Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001a, 400 p.
- _____. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 230 p.

CHARAUDAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004, 555 p.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 7^a ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 1-38 e 85-136.

CUNHA, Dóris A. C.. **A noção de gênero: dificuldades e evidências** (Trabalho apresentado na XVII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste). Fortaleza: 1999. Disponibilizado em <<http://login.yahoo.com/config/login?.done=http://briefcase.yahoo.com/generotextual&.src=b>>.

_____. **Discours rapporté et circulation de la parole.** Leuven/Louvain-la-Neuve : Peeters/Louvain-la-Neuve, 1992, 231 p.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido.** Campinas: Unicamp, 1997, p. 59-87.

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem.** Tradução de Carlos Reis. Porto Alegre: Artmed, 1989, 203 p.

DUBOIS, Jean. Lexicologia e análise de enunciado. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso.** São Paulo: Unicamp, 1997, p. 103-118.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer.** Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira, São Paulo: Cultrix, 1977, 331 p.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução.** Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 348 p.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin.** Curitiba: Edições Criar, 2003, 135 p.

FIORIN José Luiz e BARROS, Diana P. de. (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade.** São Paulo: Edusp, 2003, 81 p.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Contexto, 2005, 125 p.

FOUCAULT, Michel. [1970]. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999, 79 p.

_____. [1969]. **Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Filipe Baeta Neves. 3^a ed. Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1987, 239 p.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985, 91 p.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio R Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 397 p.

HAMMES RODRIGUES, Rosângela. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo** (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC, 2001, 356 p.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, Ângela et al. (Orgs). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 180-193.

IKEDA, Riyuzo. **A opinião pública como fator de decisão**. (Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Rio de Janeiro, 2002, p. 117-127.

JOSÉ, Emiliano. **Imprensa e poder: ligações perigosas**. Salvador/São Paulo: EDUFBA, 1996, 282 p.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983, 133 p.

LORDA, Ubaldina C. La relation de déclarations politiques : hétérogénéité et mise en scène de la parole. In : **Genres de la presse écrite**, Revista Pratiques n° 94. Metz : Crescef, 1997, p. 62-74. Disponível em: <perso.wanadoo.fr/assocresef/CRES06U1.HTM>

MAINGUENEAU, Dominique. Unidades tópicas e não-tópicas. In: **Cenas da enunciação**. Tradução de Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2006, p. 11-26.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2004, 238 p.

_____. **L'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1999, 268 pp.

_____. **Gênese do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. (Disponibilizado por meio eletrônico). Editora Criar, 1984.

_____. **Iniciations aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976, 192 p.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Curso sobre gêneros textuais** (Apostila de aula n° 7 do curso de Pós-Graduação em Lingüística. UFPE, 2º semestre de 2004).

MARQUES, Adriana. **A Atividade de Inteligência vista como política pública do Estado**. Revista de Sociologia e Política n° 22, 2004, p. 213-215.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005, 138 p.

MCGARVEY, Patrick J. **CIA: o mito e a loucura**. Tradução de Sérgio Moraes Rego. Rio de Janeiro: Artenova, 1972, 298 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Poder de polícia e segurança nacional** (Palestra proferida na Escola Superior de Guerra, em maio de 1972). Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev-40/panteao.htm>.

_____. **Direito Administrativo Brasileiro**. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003, 792 p.

- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985, 166 p.
- MOIRAND, Sophie. **Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique**. Semen – Revue de Sémiotique Linguistique des Textes et Discours – nº 13 – France: 2000, p. 98-117.
- _____. **Les indices dialogiques de contextualization dans la presse ordinaire**. Cahiers de Praxématique nº 33, Montpellier: 1999, p. 145-184
- _____. **Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres du discours ?** Texto proferido no seminário “Les genres de l’oral”. 2003. Disponível em <http://grec.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm>.
- MORAES, Érika de. **Jornalismo e lingüística: uma proposta de intercomunicação**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Abril de 2004. Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/erika_de_moraes.doc>.
- OLIVEIRA, Lúcio Sérgio Porto. **A história da atividade de inteligência no Brasil**. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 1999, 130 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999, 100 p.
- _____.(org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. São Paulo: Unicamp, 1997b, 281 p.
- PENA, Felipe. **Rascunhos Virtuais**. Disponível em <http://www.felipepena.com/aulas/aula_04/baudrillard/baudrillard.htm>
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: Mussalim & Bentes (orgs.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTAELLA, Lúcia. **Produção de linguagem e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1966, 342 p.
- SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 264 p.
- STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992, 104 p.
- TODOROV, Tzevan. **Mikhail Bakhtine et le principe dialogique : écrits du Cercle de Bakhtine suivi des écrits du Cercle de Bakhtine**. Paris: Éditions du Seuil, 1985, 316 p.
- UGARTE, José Manuel. **Controle público da atividade de inteligência: a procura de legitimidade e eficácia**. Seminário Atividades de Inteligência no Brasil: contribuições para a soberania e a democracia. Brasília: Gráfica Artecor, 2003, p. 89-145.

**A ABIN NA IMPRENSA
DIMENSÃO DIALÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM**

ANA VAZ

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO

- 1. TEXTOS SELECIONADOS**
- 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS, NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).**

RECIFE

2009

ÍNDICE REMISSIVO

Textos 1999

11/1999.....	
13/1999.....	1
20/1999.....	13
25/1999.....	14
29/1999.....	15
32/1999.....	17
35/1999.....	17
38/1999.....	18
40/1999.....	19
43/1999.....	20
55/1999.....	21
61/1999.....	22
68/1999.....	23
86/1999.....	23
88/1999.....	28
92/1999.....	29
94/1999.....	32
97/1999.....	33
98/1999.....	36
104/1999.....	37
106/1999.....	38
107/1999.....	40
	43

Textos 2000

5/2000.....	45
11/2000.....	45
14/2000.....	46
19/2000.....	49
25/2000.....	50
26/2000.....	51
27/2000.....	52
31/2000.....	55
33/2000.....	56
36/2000.....	57
37/2000.....	58
60/2000.....	60
62/2000.....	62
78/2000.....	63
87/2000.....	64
94/2000.....	65
100/2000.....	66
101/2000.....	67
102/2000.....	67
117/2000.....	68
119/2000.....	69
120/2000.....	70
125/2000.....	71
126/2000.....	72
127/2000.....	72
132/2000.....	77
134/2000.....	77
135/2000.....	78

ÍNDICE REMISSIVO

Textos 2000 (cont.)

142/2000.....	80
146/2000.....	85
147/2000.....	86
151/2000.....	87
153/2000.....	88
154/2000.....	89
157/2000.....	90
159/2000.....	91
160/2000.....	92
165/2000.....	95
173/2000.....	95
175/2000.....	96
178/2000.....	98
179/2000.....	98
181/2000.....	98
187/2000.....	101
188/2000.....	102
190/2000.....	103
197/2000.....	105
198/2000.....	106
203/2000.....	106
206/2000.....	107
210/2000.....	110
213/2000.....	111
223/2000.....	112
225/2000.....	114
231/2000.....	114
232/2000.....	115
242/2000.....	116
243/2000.....	117
244/2000.....	118
248/2000.....	119
251/2000.....	121
253/2000.....	122
269/2000.....	124

Textos 2001

4/2001	126
11/2001.....	127
16/2001.....	129
33/2001.....	130
36/2001.....	132
37/2001.....	134
38/2001.....	135
43/2001.....	136
51/2001.....	136
59/2001.....	139
62/2001.....	140
79/2001.....	140
86/2001.....	142
87/2001.....	143

ÍNDICE REMISSIVO

Textos 2001 (cont.)

88/2001.....	143
98/2001.....	145

Textos 2002

18/2002.....	147
19/2002.....	149
37/2002.....	150
39/2002.....	151
45/2002.....	153
53/2002.....	154
54/2002.....	156
62/2002.....	156
63/2002.....	157
64/2002.....	158
67/2002.....	158
69/2002.....	160
82/2002.....	161
84/2002.....	162

Textos 2003

1/2003.....	164
3/2003.....	166
13/2003.....	169
28/2003.....	170
33/2003.....	171
36/2003.....	172
43/2003.....	173
46/2003.....	176
55/2003.....	177
57/2003.....	178
58/2003.....	179

Textos 2004

1/2004.....	181
9/2004.....	184
20/2004.....	184
53/2004.....	186
56/2004.....	186
68/2004.....	187
73/2004.....	188
81/2004.....	189
89/2004.....	191
98/2004.....	191
100/2004.....	192
101/2004.....	193
105/2004.....	194
106/2004.....	195
107/2004.....	196
108/2004.....	197
112/2004.....	197
114/2004.....	199

ÍNDICE REMISSIVO

Textos 2004 (cont.)

119/2004.....	199
120/2004.....	201
123/2004.....	202
124/2004.....	203
126/2004.....	204
167/2004.....	206
168/2004.....	206
172/2004.....	214
173/2004.....	216
178/2004.....	217
180/2004.....	219
185/2004.....	222
186/2004.....	224
187/2004.....	225
188/2004.....	226
208/2004.....	227
212/2004.....	229
223/2004.....	230
248/2004.....	230
251/2004.....	233
253/2004.....	234
255/2004.....	236
259/2004.....	236
274/2004.....	237
275/2004	237
276/2004.....	239
278/2004.....	240
281/2004.....	241
290/2004.....	241
291/2004.....	244
294/2004.....	246
315/2004.....	247
326/2004.....	248

1999

11

Data: 25/05/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Primeira Página - Página 1)

Autoria: Fernando Rodrigues (Enviado Especial a Belo Horizonte) e Elvira Lobato (Em São Paulo)

SEGREDOS DO PODER

Sob o Título “Segredos do Poder”, a FSP lançou um caderno especial com uma série de reportagens que circularam nos dias 25, 26 e 27 de maio de 1999. O conjunto mereceu uma premiação especial, arrecadando o Grande Prêmio Folha de Jornalismo naquele ano.

FHC TOMOU PARTIDO DE CONSÓRCIO NO LEILÃO DAS TELES, REVELAM FITAS

Conversas gravadas em 46 fitas obtidas pela Folha mostram que o presidente Fernando Henrique Cardoso participou de operação para favorecer empresas no leilão da Telebrás, em julho de 98. O governo argumenta que interveio, a seu ver de modo legítimo, para aumentar o valor do leilão. As fitas completam série de gravações captadas por grampo no BNDES, episódio que causou a demissão de quatro altos funcionários por sugerir que houve favorecimento indevido.

FHC autorizou o uso de seu nome para pressionar a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, a entrar no consórcio do Banco Opportunity e da italiana Stet, para fazê-lo vencer a disputa pela Tele Norte Leste contra o consórcio Telemar. O aval foi dado ao então presidente do BNDES, André Lara Resende. Após explicar que a Previ era importante para o consórcio do Opportunity, Lara Resende sugere fazer “certa pressão” e diz: “A idéia é que podemos usá-lo aí para isso”. FHC responde: “Não tenha dúvida”. O diálogo mostra que a expressão “bomba atômica”, que surge em fitas já públicas, significava usar o nome de FHC para pressionar a Previ.

Até aquele momento, o fundo estava negociando sua entrada no Telemar. Acabou associando-se ao grupo do Opportunity, mas a Tele Norte Leste foi arrematada pelo Telemar - cuja participação é chamada de “aventurismo” por FHC em uma das conversas. A vitória do Telemar foi usada pelo governo como prova de que não houve favorecimento. Mas o consórcio só venceu porque disputou sozinho — seu concorrente, o grupo do Opportunity, já havia arrematado a Tele Centro Sul e não poderia disputar outra área.

GOVERNO ARGUMENTA QUE INTERVENÇÃO VISOU AUMENTAR VALOR ARRECADADO

Novas fitas do grampo do BNDES, ainda inéditas para o público, mostram que o presidente Fernando Henrique Cardoso não só sabia como também autorizou e participou de uma operação para favorecer empresas no leilão de privatização da Telebrás. O governo argumenta que interveio, a seu ver de modo legítimo, para aumentar o valor do leilão. A Folha obteve as fitas sob a condição de não identificar a pessoa que as encaminhou. A Constituição assegura ao jornal, em seu artigo 5º, inciso 14, o direito de preservar o informante.

O episódio resultou na queda de Luiz Carlos Mendonça de Barros (do Ministério das Comunicações) e de André Lara Resende (do BNDES).

Mendonça de Barros foi eleito neste mês vice-presidente do PSDB, partido do presidente da República.

A Folha obteve 46 fitas com conversas gravadas principalmente na sede do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na época em que o leilão foi realizado, no dia 29 de julho do ano passado. Foi a maior privatização da história, com a qual a União arrecadou R. 22 bilhões.

FHC autorizou a utilização de seu nome para pressionar um fundo de pensão estatal a entrar em um dos consórcios que participaram do leilão das teles. A autorização do presidente foi dada de forma direta a André Lara Resende, o então presidente do BNDES.

As fitas que a Folha obteve e publica hoje mostram que também esteve envolvido na manobra do leilão José Pio Borges, atual presidente do BNDES.

O consórcio que seria beneficiado era encabeçado pelo Banco Opportunity e pela empresa Stet, da Telecom Itália. A intenção de FHC era que a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, participasse do leilão com esse consórcio — o que acabou acontecendo, mas a manobra deu errado porque outro grupo ganhou a área pretendida, o consórcio Telemar (leia texto na pág. 1-7).

Os diálogos nas 46 fitas (69 horas) foram gravados clandestinamente no ano passado. Embora a maioria das gravações tenha sido realizada presumivelmente no BNDES, no Rio, há também conversas captadas por um grampo na casa de Elena Landau, então ligada ao Banco Opportunity. Uma outra casa foi grampeada, mas o material em posse da Folha não permite identificar com precisão o endereço dessa terceira escuta.

No diálogo mais importante, Lara Resende diz ao presidente que é necessário forçar o fundo de pensão estatal Previ a entrar no consórcio do Opportunity e da Stet. O presidente concorda. Considera arriscado manter o “aventurismo” que seria representado por um outro consórcio. Como representante do “aventurismo”, o presidente cita nominalmente o empresário Carlos Jereissati.

Depois disso, já que FHC concordava com a operação, Lara Resende pede explicitamente para usar o nome do presidente como forma de pressão. Os dois discutem como acertar a entrada da Previ, no consórcio do Opportunity com o grupo italiano. A Previ também negociava com o consórcio Telemar, de Carlos Jereissati.

Eis o trecho da conversa entre os dois:

André Lara Resende - *Então, o que nós precisaríamos é o seguinte: com o grupo do Opportunity, nós até poderíamos turbiná-lo, via BNDES Par. Mas o ideal é que a Previ entre com eles lá.*

Fernando Henrique Cardoso - *Com o Opportunity?*

Lara Resende - *Com o Opportunity e os italianos.*

FHC - *Certo.*

Lara Resende - *Perfeito? Porque aí esse grupo está perfeito.*

FHC - *Mas... e por que não faz isso?*

Lara Resende - *Por que a Previ tá... tá do outro lado.*

FHC - *A Previ?*

Lara Resende - *Exatamente. Inclusive com o Banco do Brasil que ia entrar com a seguradora etc. que diz, não, isso aí é uma seguradora privada porque...*

FHC - ... *Não.*

Lara Resende - *Então, é muito chato. Olha, quase...*

FHC - ... *Muito chato.*

Lara Resende - *Olha, quase...*

FHC - *Cheira a manobra perigosa.*

Lara Resende - *Mas é quase explícito.*

FHC - *Eu acho.*

Lara Resende - *Quase explícito.*

FHC - *Eu acho.*

Lara Resende - *Então, nós vamos ter uma reunião aqui, estive falando com o Luiz Carlos, tem uma reunião hoje aqui às 6h30. Vem aqui aquele pessoal do Banco do Brasil, o Luiz Carlos etc. Agora, se precisarmos de uma certa pressão...*

FHC - ...*Não tenha dúvida.*

Lara Resende - *A idéia é que podemos usá-lo aí para isso.*

FHC - *Não tenha dúvida.*

Lara Resende - *Tá bom.*

O leilão da Telebrás era aberto a todas as empresas que cumprissem os requisitos no edital de concorrência. Ao tentar manobrar para favorecer um dos concorrentes, os integrantes do governo podem ter transgredido a Constituição e a Lei de Improbidade Administrativa (texto na pág 1-6).

A tentativa do governo para favorecer o consórcio do Opportunity e da italiana Stet visava a compra da Tele Norte Leste, que reúne 16 empresas de telefonia fixa em 16 Estados — no que passou a ser a empresa com maior cobertura territorial do país.

O consórcio Opportunity-Stet acabou não ganhando o leilão da Tele Norte Leste. Essa empresa ficou com o consórcio Telemar, liderado pelo empresário Carlos Jereissati, em conjunto com Andrade Gutierrez, Inepar, Macal Investimentos, Fiago Participações e com as seguradoras Brasil Veículos e Aliança do Brasil, ligadas ao Banco do Brasil.

O fato de o Opportunity-Stet ter perdido o leilão foi um dos argumentos das autoridades para afirmar que não houve favorecimento. Apesar disso, quando o grampo foi revelado, em novembro passado, gerou uma crise no governo.

Naquela época, apenas parte dos diálogos foi revelada. Além de perderem seus cargos, Mendonça de Barros e Lara Resende foram citados em ações do Ministério Público Federal, sob acusação de improbidade administrativa.

A Folha foi informada pela pessoa que entregou as fitas de que o grampo teria captado três conversas de FHC.

A primeira já havia sido amplamente noticiada no ano passado, inclusive com transcrição do seu teor. FHC conversava com Mendonça de Barros e o resultado era favorável ao presidente da República, que se mostrava preocupado com os efeitos do leilão para o país. A segunda conversa de FHC é a que a Folha publica hoje, na íntegra, e divulga também a versão sonora na Internet, no site do Universo Online (leia texto ao lado para saber como ouvir). A terceira conversa de FHC ainda não apareceu. Não consta das fitas às quais a Folha teve acesso.

Ao ouvir os diálogos das 46 fitas, fica evidente que a parte do grampo divulgada em novembro passado tinha a preocupação de resguardar o presidente da República, que agora aparece envolvido com o ocorrido. Além da conversa em que autoriza a utilização de seu nome, FHC é citado em outras nove vezes por pessoas que montaram a operação.

Quando o escândalo estourou, os poucos diálogos revelados continham uma expressão enigmática: “bomba atômica presidencial”. Com as fitas obtidas pela Folha, fica esclarecido que essa era a forma como os envolvidos se referiam à utilização de FHC para forçar a montagem da operação de favorecimento ao consórcio Opportunity-Stet.

No ano passado, o argumento de Mendonça de Barros e de Lara Resende era que apenas tentaram estimular a competição no leilão. Isso, diziam, era para garantir o sucesso da operação e o máximo de lucro para o governo.

Ainda é um mistério a autoria das gravações feitas no BNDES. Foram escutas clandestinas e ilegais. Não servem como prova em processos judiciais.

A Polícia Federal apura o caso desde novembro passado, mas não conseguiu provas definitivas sobre quem seriam os autores. A PF não tem sequer as gravações a que a Folha teve acesso.

As 46 fitas têm 90 minutos de duração cada uma. Há muito diálogo inútil e de relevância nula para o entendimento da manobra para favorecer o Opportunity e a Stet. São horas de conversas entre secretárias para agendar almoço ou falando de assuntos particulares. As autoridades também falam sobre temas pessoais e dão entrevistas para jornalistas. A Folha decidiu não publicar essas conversas, por considerar que não têm interesse para o entendimento do caso.

Embora desaprove a maneira como as gravações foram feitas, o jornal decidiu publicar todos os diálogos que ajudam a esclarecer o relacionamento do governo com o grupo a favor de quem foi feita a manobra. Trata-se de uma coletânea de conversas que revela, como nunca antes foi possível constatar, a relação de intimidade do governo com integrantes da iniciativa privada. As fitas são peças de um quebra-cabeça ainda incompleto. **Mas a sua revelação, quase um ano depois do leilão, tem um significado histórico para compreender o que se passou.**

Em alguns trechos, Mendonça de Barros e Lara Resende aparecem falando em preservar a qualidade das empresas privatizadas. Isso reforça a tese dos dois a respeito do interesse público em garantir o sucesso do leilão.

Em outras fitas, entretanto, há conversas obscuras que só poderão ser esclarecidas pelos participantes dos diálogos - ou pelas autoridades competentes que se interessem em investigar o ocorrido.

Na lista de conversas por esclarecer está uma na qual Mendonça de Barros fala nas altas "comissões" recebidas por bancos que participaram do leilão das teles. Tudo indica que se referia às comissões legais que as instituições bancárias tinham direito por assessorar os diversos consórcios no leilão.

"É que o Fonte Cindam está querendo cobrar US\$ 46 milhões de comissão deles. Os fundos dizem que não pagam. Chegaram a US\$ 13 milhões, mas, aí, o dono do banco diz que não assina porque eles é que são donos da conta", disse o então ministro para André Lara Resende em um dos diálogos.

Mais adiante, em outro diálogo, Mendonça de Barros diz: "É comissão pra cá, comissão pra lá...". E André Lara: "Rocambólica".

Depois de André Lara pronunciar a palavra "rocambólica", Mendonça de Barros aparece dizendo uma frase que fica incompleta: "É rezar, pra num...". Em seguida, parte para outro assunto.

TRÊS MINISTROS AGEM PARA MUDAR CONSÓRCIO

Os ministros Pedro Malan (Fazenda) e Clóvis Carvalho (Gabinete Civil) e o então ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros (Comunicações) se envolveram na disputa entre Banco do Brasil e BNDES pela posse das ações do consórcio Telemar.

A disputa entre os dois bancos federais começou assim que o leilão da Telebrás terminou. Instruído por Mendonça de Barros, o BNDES pressionou o BB a reduzir a participação das seguradoras Aliança do Brasil e BrasilVeículos na Telemar de 20% para 7,3%.

O objetivo do ministro era abrir espaço para que a BNDESPar assumisse 25% do capital da telefônica. Como acionista das duas seguradoras, o Banco do Brasil não admitiu baixar de 10%. Com esse percentual, as seguradoras do BB teriam o direito de indicar um membro do Conselho da Telemar.

Em telefonema a André Lara Resende, então presidente do BNDES, Mendonça de Barros, por três vezes, chamou Pedro Malan de "babaca", pois, no seu entender, estava fazendo lobby do Banco do Brasil.

A guerra começou com uma declaração de José Pio Borges à imprensa de que o consórcio Telemar era “chapa branca” e, por isso, não teria financiamento do BNDES. Ele se referia à presença das seguradoras BrasilVeículos e Aliança do Brasil, que tinham 20% do consórcio.

A declaração desagradou ao BB, que, como detentor de apenas 40% das ações das duas seguradoras, exigia que elas fossem consideradas empresas privadas pelo BNDES.

No dia 3 de agosto, data da liquidação financeira do leilão, Malan telefonou para Lara Resende, no BNDES, e lhe informou sobre o descontentamento do BB com a notícia publicada nos jornais.

“Eu notei (...) assim, um desconforto, com o fato dessa discussão ter ido para a imprensa sem que eles tivessem tido a oportunidade de discutir de maneira não pública”, afirmou Malan.

É possível identificar a data precisa do diálogo porque, naquele dia, o então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, participava da reunião do conselho de administração do Banco Brasil, na condição de seu presidente. Na conversa com Lara Resende, Malan disse que Parente se encontrava na reunião do conselho, naquele momento.

O Banco do Brasil exigiu que o BNDES oferecesse formalmente um financiamento às seguradoras (embora elas não precisassem disso) como demonstração de que as considerava empresas privadas. Se fossem públicas, não poderiam ser financiadas pelo BNDES.

A sugestão foi aceita. O BNDES enviou uma carta com proposta de financiamento, acertando previamente nos bastidores que ela seria recusada pelo Banco do Brasil.

“Laranjão”

O recuo do BNDES não eliminou os atritos com o Banco do Brasil. Aproximava-se a hora da liquidação financeira do leilão e os cheques teriam de ser depositados na CLC (Câmara de Liquidação e Custódia) da Bolsa do Rio até as 15h30 do dia 3 de agosto. O Banco do Brasil recusava-se a admitir que sua participação fosse reduzida para 7,3%, como queria Mendonça de Barros.

A direção do BNDES havia colocado a situação nos seguintes termos: ou 7,3% ou nada. Mendonça de Barros ligou de seu gabinete em Brasília para Lara Resende e ouviu dele que o Banco do Brasil ainda estava “se debatendo”, mas que eles (BNDES e o Ministério das Comunicações) não deveriam ceder.

“Claro que não. O Clóvis (Clóvis Carvalho, chefe do Gabinete Civil) me ligou e disse que estava tudo ok. Se quiser, eu telefono para o Clóvis e falo que tem que mandar fazer”, respondeu Mendonça.

“As seguradoras estão dizendo que não assinam. Não reduzem a posição. Então vai dar merda”, continuou Lara Resende.

“Então vai dar merda”, concluiu o ministro.

Ao contrário do que previa Mendonça de Barros, Clóvis Carvalho articulou para que o Banco do Brasil ficasse com 10% das ações da Telemar. Foi uma derrota para Mendonça de Barros e Lara Resende. Os outros empresários que formavam o chamado “núcleo duro” (grupo controlador) do consórcio reduziram sua participação de 47,8% para 45,1% para permitir a entrada do BNDES no consórcio.

Com esse revés, Mendonça de Barros sugeriu a Resende assinar o acordo com o consórcio e fechar aquela página da história. Resende respondeu que os empresários já haviam concordado em ter a

posição acionária diluída e que o presidente das seguradoras do Banco do Brasil, Luiz Felipe Denucci, havia ficado “na maior alegria”.

“O Denucci, estou, estou convencido que é...”, disse Resende. “Laranjão”, completou Mendonça de Barros.

“Laranja” é um termo usado para identificar pessoas que apenas representam interesses de outras que não podem aparecer.

Telemar

Oficialmente, o BNDES e o empresário Carlos Jereissati não são sócios da Tele Norte Leste. O consórcio que comprou o controle da companhia no leilão de privatização é formado pela Andrade Gutierrez (21,20%), Inepar (20%), Macal Investimentos (20%), Fiago Participações (18,7%), Brasil Veículos (10,05%) e Aliança do Brasil (10,05%).

O BNDES tem apenas um contrato de opção de compra de debêntures (títulos de longo prazo emitidos para captação de recursos) conversíveis em ações a serem lançadas pela companhia, que vão lhe assegurar, no futuro, uma participação como acionista de 25% do capital com direito a voto.

O empresário Carlos Jereissati, do grupo La Fonte, está em situação semelhante. Ele tem um contrato de opção de compra de 14,5% das ações com direito a voto firmado com os demais acionistas.

A formalização desses acordos, no entanto, ainda depende de autorização da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e há problemas nesse sentido.

ESTRATÉGIA DE ESPANHÓIS MUDA LEILÃO

Por que o consórcio do Banco Opportunity associado à empresa italiana Stet não conseguiu comprar a Tele Norte Leste se, como mostram as fitas, até o presidente Fernando Henrique Cardoso se empenhou para que ele vencesse o leilão?

A resposta é um segredo guardado a sete chaves pelo espanhol Juan Villalonga, presidente da Telefónica de España, até o momento em que começaram a ser abertos os envelopes com as propostas dos consórcios.

Tidos como favoritos para o leilão da Tele Centro Sul, os espanhóis, para surpresa geral, compraram a Telesp e mudaram o rumo do maior leilão de privatização já realizado no país.

Até o início do leilão – às 10h de 29 de julho de 1998 –, governo, empresários e especialistas do mercado tinham como certo que a Telesp seria comprada pelo consórcio formado por Organizações Globo, Bradesco e Telecom Italia.

Os espanhóis já controlavam a companhia telefônica do Rio Grande do Sul, a CRT – em sociedade com o grupo de comunicação gaúcho RBS (Rede Brasil Sul, da família Sirotsky), e por isso se esperava que fossem apostar todas as fichas na Tele Centro Sul, que cobre Paraná, Santa Catarina e todo o Centro-Oeste.

Com uma área de concessão do tamanho da Europa – 16 Estados (do Rio de Janeiro ao Amazonas) com população de 86 milhões de habitantes –, a Tele Norte Leste era uma incógnita. O BNDES, gestor do processo de privatização, e o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, diziam temer pela falta de interessados na empresa e trabalhavam nos bastidores para assegurar a vitória do consórcio do Banco Opportunity.

O leilão começou pelas empresas de telefonia fixa: Embratel, Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste, nesta ordem. As propostas para as quatro empresas foram entregues de uma só vez, e o consórcio que comprasse uma delas era automaticamente excluído do leilão das demais. Os espanhóis entregaram envelopes para a Telesp e para a Tele Centro Sul. Os italianos apresentaram proposta para a Telesp, a Tele Centro Sul e a Tele Norte Leste. O terceiro concorrente no leilão foi o consórcio Telemar, que só apresentou proposta para a Tele Norte Leste e era considerado o “azarão” da disputa.

Para surpresa até da família Sirotsky — que desconhecia a real estratégia dos espanhóis para o leilão —, a Telefónica de España ofereceu R¹ 5,78 bilhões pela Telesp: R\$ 1,8 bilhão acima da proposta do consórcio de Telecom Italia, Globo e Bradesco.

Com a vitória dos espanhóis na Telesp, os italianos ficaram sozinhos no leilão da Tele Centro Sul e foram declarados vencedores. Por conseguinte, foram eliminados do leilão da Tele Norte Leste.

Foi desse modo que o consórcio Telemar ficou sem adversários no leilão da Tele Norte Leste e acabou comprando o controle da empresa com apenas 1% de ágio.

O Sistema Telebrás — que era composto de 27 subsidiárias — foi aglutinado em 12 empresas para a privatização: oito operadoras de telefonia celular, três de telefonia fixa (Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste) e a Embratel.

SAIBA COMO FORAM OBTIDAS AS FITAS DO GRAMPO NO BNDES

A Folha publica nas próximas oito páginas os principais diálogos encontrados nas 46 fitas a que o jornal teve acesso. Não é possível identificar a ordem exata das conversas, pois as fitas estavam sem identificação.

Os repórteres da Folha Fernando Rodrigues e Elvira Lobato passaram vários dias ouvindo as gravações e as organizaram segundo o que seria a ordem cronológica mais provável. A transcrição dos diálogos é publicada nessa ordem.

Para facilitar o entendimento, os diálogos foram parcialmente editados, com a eliminação de interjeições e outros sons que prejudicam a compreensão do material impresso. Mas a Folha divulga a versão sonora dessas conversas no site do Universo Online (www.uol.com.br) a partir de hoje.

A Folha obteve as fitas, com o compromisso de que a fonte do material fosse mantida em sigilo. As 46 fitas são nitidamente cópias de outras gravações. É possível perceber isso, pois há várias repetições de conversas entre os diversos cassetes. Não é possível, portanto, saber a ordem exata e a data de todos os diálogos.

Como são fitas com 90 minutos de duração cada uma, a escuta do material completo foi trabalhosa e lenta. Alguns trechos tiveram de ser ouvidos mais de uma vez para total interpretação dos fatos a que se referem. A Folha considerou necessário transcrever primeiramente todos os trechos que pudessem conter alguma informação relevante para o entendimento da privatização das empresas de telecomunicações.

As 46 fitas de 90 minutos resultam em 4.140 minutos de gravação, ou 69 horas. Há muitos trechos em silêncio ou em branco (cerca de 30% das fitas, pelo menos).

Muitos trechos foram descartados pela reportagem por conterem conversas irrelevantes ou de caráter unicamente pessoal.

Não é possível saber em quais telefones foram feitos os grampos. É certo que os ramais da presidência do BNDES foram grampeados. Mais de uma centena de diálogos começam com as secretárias do BNDES atendendo o telefone.

Há também várias conversas gravadas no telefone da casa de Elena Landau - ex-diretora de Desestatização do BNDES e funcionária do Banco Opportunity na época do leilão das teles.

Quem forneceu as fitas à Folha não quis dizer ou não sabia o período exato das gravações. Disse apenas que a parte principal seria referente ao período de 15 de julho a 15 de agosto do ano passado.

Ao ouvir minuciosamente as 46 fitas, entretanto, vê-se que o grampo foi mantido por um período muito mais longo. É possível perceber isso, por exemplo, quando uma secretária recebe um telefonema a cobrar do Canadá, país onde seus pais estavam em férias.

Nessa conversa particular da secretária, ela pergunta ao pai se ele soubera que o atacante Romário havia sido cortado da seleção brasileira de futebol naqueles dias. O jogador Romário foi cortado da equipe que representou o Brasil na Copa do Mundo em 2 de junho do ano passado.

Em outro trecho, secretárias do BNDES falam sobre uma passagem do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Rio de Janeiro. FHC estava na cidade para o lançamento no fim-de-semana do livro “O Mundo em Português - Um Diálogo” (357 págs., ed. Paz e Terra), no qual dá uma entrevista ao ex-presidente de Portugal Mário Soares. Esse livro foi lançado no Rio no dia 19 de setembro.

A qualidade das gravações varia muito entre as 46 fitas. A Folha escolheu sempre o diálogo mais nítido (porque há muitas conversas repetidas) para fazer a transcrição. Isso possibilitou ao jornal reproduzir agora, de forma mais completa, trechos já publicados antes na imprensa.

Em um trecho das conversas estão FHC e o então ministro Mendonça de Barros (Comunicações). O assunto é o valor total que o leilão das teles poderia atingir. O ministro prevê uma receita próxima de R\$ 16 bilhões.

Nas reproduções dos diálogos feitas pela imprensa, depois que Mendonça de Barros cita os R\$ 16 bilhões, FHC aparece dizendo “ajuda né? (risos). Ajuda na dívida” (revista “Época” de 23 de novembro) ou “ajuda, né, as reservas” (revista “Veja” de 18 de novembro e “Carta Capital” de 25 de novembro).

Conforme as fitas em posse da Folha, a frase de FHC é diferente das publicadas. O presidente disse o seguinte: “Ajuda né? (risos) Para quem está na miséria”.

O caso mais relevante é o que mostra a participação de FHC na montagem da operação para favorecer o banco Opportunity e a empresa italiana Stet.

Até agora, apenas a revista quinzenal “Carta Capital” (edição de 25 de novembro do ano passado) havia mencionado que FHC aparecia nos gramos falando diretamente sobre a operação. Mas a revista não teve, aparentemente, acesso à conversa completa.

A única frase de FHC sobre o assunto é a seguinte: “Precisamos convencer a Previ”. Essa afirmação do presidente, segundo a “Carta Capital”, estaria em um diálogo com o então presidente do BNDES, André Lara Resende.

Pela descrição da “Carta Capital” é o mesmo diálogo a que a Folha teve acesso completo. FHC não diz “precisamos convencer a Previ”. Quando André Lara pergunta se pode “usá-lo” para pressionar o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o presidente diz: “Não tenha dúvida. Não tenha dúvida”.

Além dos trechos inéditos que são revelados hoje, há dezenas de correções como essas nos diálogos já conhecidos. Trata-se de um cuidadoso trabalho de reconstituição histórica dos bastidores da maior

privatização que o país já teve. Quando foram vendidas as “jóias da coroa”, como costumava se referir à Telebrás Sérgio Motta, que foi ministro das Comunicações e morreu em abril do ano passado.

OFERTA DO OPPORTUNITY FOI DE R\$ 5,1 BI

O então ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros (Comunicações) informou ao presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Renato Guerreiro, logo depois do leilão da Telebrás, que o consórcio do Opportunity com os italianos ofereceu R\$ 5,1 bilhões (50% de ágio) pela Tele Norte Leste. Ou seja, R\$ 1,66 bilhão a mais do que os R¹ 3,43 bilhões pagos pelo vencedor, o Telemar.

O valor exato da proposta dos italianos é uma informação inédita, porque o envelope com a oferta foi triturado pela Bolsa de Valores do Rio, ainda fechado.

Como os italianos venceram o leilão da Tele Centro Sul, foram automaticamente eliminados da disputa pela Tele Norte Leste. Nesse caso, as regras do leilão determinavam que o envelope fosse destruído antes de ser aberto, para que não fosse conhecida a proposta excluída da competição.

Em seu depoimento no Senado, em novembro último, Mendonça de Barros admitiu ter sido informado de que a proposta dos italianos ultrapassava a da Telemar em R\$ 1 bilhão, mas não precisou a cifra. Na ocasião, disse ter recebido a informação de Carmelo Furci, presidente da Telecom Italia no Brasil, com quem esteve no BNDES um dia depois do leilão.

Mendonça ligou da presidência do BNDES, no Rio, para Renato Guerreiro, em Brasília, e o diálogo foi gravado pela escuta clandestina. O então ministro disse que tinha havido “maracutaiá” no leilão da Tele Norte Leste.

“(...) No fundo, é o Tesouro que sai perdendo, tá? Porque o preço da Tele Norte Leste ia ser de cinco e cem (R¹ 5.100 bilhões)”. Impressionado com a revelação, Guerreiro exclamou: “Nossa!!!”. Mendonça prosseguiu afirmando que o consórcio ganhador, que pagara apenas 1% de ágio, estava querendo ficar com a diferença. “E só sobre o nosso cadáver que vai acontecer isso”, disse, rindo, sem explicar como os integrantes do Telemar embolsariam a quantia.

Na conversa, o ministro contou que estava com os italianos em seu gabinete e, constrangido, Guerreiro o aconselhou a interromper os comentários. Mesmo assim, Mendonça afirmou, antes de desligar o aparelho: “(...) Tem muita coisa podre aí, que depois precisamos conversar, tá bom?”.

Mendonça ligou para Guerreiro para consultá-lo sobre a viabilidade legal de o BNDES se tornar sócio temporário da Telemar, comprando debêntures conversíveis (títulos de dívida que poderiam ser trocados por ações) do grupo.

Guerreiro respondeu que não haveria problemas, desde que o grupo vencedor do leilão permanecesse com pelo menos 50% das ações com direito a voto. Mendonça disse que isso seria respeitado.

Até a divulgação das primeiras fitas, quatro meses depois do leilão, Mendonça defendeu a venda das ações do BNDES na Tele Norte Leste para o grupo Telecom Italia.

Em setembro, ele visitou a direção da Telecom Italia, em Roma, e voltou declarando que os italianos ofereceram R\$ 1 bilhão pela posição do BNDES.

CINDAM COBRA US\$ 46 MILHÕES

Em um dos telefonemas de Mendonça de Barros para André Lara Resende, captado pela escuta clandestina em 3 de agosto do ano passado, o então ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros disse que o Banco FonteCindam cobrou comissão de US\$ 46 milhões dos fundos de pensão por assessorá-los na compra de 19,9% do consórcio Telemar.

Sem saber que a conversa estava sendo gravada, o ministro contou a Lara Resende que os fundos baixaram a comissão para US\$ 13 milhões, mas que, ainda assim, o banco recusava-se a assinar o acordo de acionistas com o BNDES, enquanto não tivesse garantia do recebimento da comissão.

No telefonema a Lara Resende, Mendonça de Barros disse que daria um ultimato a Eduardo Modiano, diretor do FonteCindam. Disse que iria ligar para Modiano com a seguinte ameaça: “Você tem dez minutos para assinar isso, certo? Porque, senão, é outro que vai ter que torcer pro Lula ganhar”.

Ou seja, cogitou ameaçar o diretor do FonteCindam com retaliação do governo, caso não assinasse imediatamente o acordo de acionistas, na condição de representante dos fundos de pensão.

“Prá cá, prá lá”

No mesmo dia 3 de agosto (véspera da liquidação financeira do leilão), Mendonça faz uma outra ligação para Lara Resende e se refere, de forma enigmática, ao pagamento de comissões:

Lara Resende Impressionante. Olha, um negócio, Luiz Carlos, inacreditável. Uma história... Mendonça de Barros Comissão prá cá, comissão prá lá.

As novas fitas obtidas pela Folha mostram que, nos cinco dias que se seguiram ao leilão da Telebrás, houve intenso confronto entre governo, empresas privadas e fundos de pensão pelo controle da Telemar (que comprou a Tele Norte Leste), com manobras, ameaças e artimanhas de todos os lados.

O primeiro confronto ocorreu logo depois do leilão, quando os empresários Carlos Jereissati (grupo La Fonte) e Atilano de Oms Sobrinho (grupo Inepar) foram até a presidência do BNDES, para uma reunião com Lara Resende, sem nem sequer marcarem audiência.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, em dezembro do ano passado, Jereissati disse que foi ao BNDES fazer uma “visita de cortesia, como recomenda a boa educação” e que encontrou Lara Resende “transtornado”.

Para se ter uma dimensão da temperatura do encontro, Jereissati disse em seu depoimento que Lara Resende teria chamado o consórcio Telemar de “chapa branca” e afirmado que, por esse motivo, não teriam o financiamento do BNDES. Jereissati afirmou ter sido também chamado de “testa-de-ferro” do Banco do Brasil.

Depois do leilão, o BNDES exigiu ficar com 25% das ações da Telemar como contrapartida para a liberação de financiamento ao grupo vencedor, e os sócios tiveram de abrir mão de parte de suas ações na empresa. Para complicar o troca-troca, Jereissati, que não fazia parte do bloco inicial que foi ao leilão, comprou 14,5% das ações dos demais acionistas.

As duas seguradoras do Banco do Brasil reduziram sua participação de 20,1% para 10%. Macal, Inepar e Andrade Gutierrez baixaram de cerca de 20% cada um para cerca de 11%, enquanto os fundos de pensão ficaram com 19,9%. Apesar da queda-de-braço entre os sócios, a divisão não está oficializada.

BNDES ATÉ PENSOU EM BURLAR EDITAL

Uma conversa entre dois altos executivos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na véspera do leilão de privatização da Telebrás, captada pelo grampo telefônico clandestino, revela que o banco admitiu burlar o edital de privatização para facilitar a participação do Opportunity no leilão da Embratel.

No telefonema gravado, o então vice-presidente do BNDES, José Pio Borges (atual presidente da instituição), autorizou o Opportunity a registrar como privados dois fundos de pensão estatais: o Sistel, da Telebrás, e o Telos, da Embratel.

O telefonema se deu entre Pio Borges e Nelson Rozental, diretor da BNDESPar (BNDES Participações). Como o banco foi gestor da privatização, ambos participaram ativamente do processo de venda. Rozental contou a Pio Borges que o Opportunity estava com um “problema” na Câmara de Liquidação e Custódia da Bolsa do Rio para registrar o consórcio (Longdis) que iria disputar o leilão da Embratel.

Pelo edital de privatização, os fundos de pensão ligados a empresas estatais só poderiam comprar até o limite máximo de 25% das ações com direito a voto oferecidas pelo governo no leilão.

Rozental disse, no telefonema, que havia recebido uma ligação de Elena Landau – consultora do Banco Opportunity e ex-diretora de Desestatização do BNDES – relatando as dificuldades. “A Elena ligou. Eles tiveram um problema na CLC, no caso da Embratel, que estaria estourando o limite dos fundos. Eles não estavam pegando a participação dos fundos no ‘private equity’ (fundo de investimento do Opportunity). Na hora que somou tudo, a Bolsa está considerando que está extra-limite.”

Rozental disse que Elena Landau lhe perguntara se poderia considerar o Telos e o Sistel como privados, uma vez que suas mantenedoras, Embratel e Telebrás, seriam privatizadas no leilão.

“Tá. Tudo bem. Pode considerar”, respondeu Pio Borges.

“Elefante”

Segundo o edital, o limite de 25% se aplicava aos fundos de pensão ligados direta ou indiretamente à administração pública. Rozental disse a Pio Borges que se trocassem a palavra direta por indireta, entraria “um elefante”.

“Assim, não. É específico. Ela vai estar te ligando sobre assunto, você dá o sinal verde”, prossegue o diretor da BNDESPar. “Tá ok. Vamos concentrar nossas baterias com Telemar”, responde Pio Borges. Rozental conclui: “(...) Viabilizou a Embratel, só sobra a Telemar”.

O Opportunity participou do leilão da Embratel com o consórcio Longdis, que acabou derrotado pela MCI, dos Estados Unidos, após intensa disputa de preço. Os fundos de pensão participavam diretamente do Longdis (com 24%) e indiretamente, pelo fundo CVC Opportunity Equity Partners. A Sprint norte-americana, que participaria com 25%, foi para o leilão com uma presença simbólica de apenas 1%. O controle da Embratel foi vendido pelo governo por R¹ 2,65 bilhões e ágio de 47,2%.

A Câmara de Liquidação e Custódia não informa se os fundos Telos e Sistel foram registrados como privados na formação no consórcio Longdis. A instituição diz que esta não é uma informação pública.

A LEGISLAÇÃO ENVOLVIDA

Este artigo compõe o Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo intitulado "Segredos do Poder", onde a Folha torna público as 46 fitas cassete gravadas com as conversas de FHC, ministros e pessoas de outros escalões com executivos de empresas interessadas na compra das teles nos bastidores onde decidiam sobre a privatização de empresas estatais.

Constituição

Art. 85 - São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

(...)

V - a probidade na administração.

Lei 1.079 (dos crimes de responsabilidade)

Art. 9º - São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

(...)

- 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
- 4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições da Constituição;
- 7 - procedes de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Lei 8.429 (Lei da Improbidade)

Seção III - Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública

Art. 11 - Constitui improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

(...)

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

Lei 8.666 (Lei das Licitações)

Seção III, dos Crimes e das Penas.

Art. 90 - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 a 4 anos, e multa.

Art. 91 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.

Art. 93 - Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena - detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.

Art. 94 - Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 a 3 anos, e multa.

Art. 95 - Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena - detenção, de 2 a 4 anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

CONHEÇA OS POSSÍVEIS CRIMES

Se ficar comprovado o suposto favorecimento a empresas no leilão da Telebrás, os integrantes do governo envolvidos na operação poderão ser processados com base em três leis. Além disso, também terão infringido a Constituição.

As fitas a que a Folha teve acesso não podem ser usadas como prova, pois foram gravadas de maneira clandestina e ilegal. O jornal está publicando o conteúdo parcial das fitas por considerar que há interesse público a respeito do que se passou no leilão da Telebrás.

As três leis que podem ter sido infringidas são as seguintes: 8.666 (Lei de Licitações), 1.079 (sobre crimes de responsabilidade) e 8.429 (Lei de Improbidade).

Na Constituição, o artigo possivelmente desrespeitado é o 85, que trata da “responsabilidade do presidente da República”. Segundo esse artigo, é crime atentar contra “a probidade na administração”.

A “probidade” e a responsabilidade na administração pública estão definidas em duas leis. Uma delas é bem antiga e foi usada no processo de impeachment contra o então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992 - a lei 1.079, de 1950.

Essa lei 1.079 tipifica como “crimes de responsabilidade contra a probidade na administração”, entre outros atos, “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”.

Nos diálogos clandestinos, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e o então presidente do BNDES André Lara Resende concordam ser necessário pressionar a Previ, um fundo de pensão estatal, a entrar em um determinado consórcio no leilão da Telebrás.

Pressão

Essa pressão sobre a Previ favoreceria um grupo privado. No caso, o do consórcio formado pelo Banco Opportunity e pela empresa italiana Stet.

A pressão que FHC, Mendonça Barros e André Lara fizeram pode ser considerada incompatível com os cargos que ocupam, segundo a lei e a Constituição.

Só que as fitas com os diálogos não podem ser consideradas como prova desse possível delito. Para que houvesse crime seria necessário haver provas obtidas por meio legal.

Na Lei da Improbidade, a 8.429, de 1992, é explicitada a necessidade de um governante manter a “honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições”.

Qualquer integrante do governo está proibido de, segundo a lei 8.429, “revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo”.

O ministro Mendonça de Barros, por exemplo, revelou a Renato Guerreiro, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), o valor da proposta da empresa italiana Stet no leilão da Telebrás.

Como a Stet havia perdido, ninguém poderia saber o valor que teria oferecido, pois o envelope contendo a informação foi destruído.

Todas essas leis são complementadas pela Lei das Licitações, a 8.666, de 1993.

É crime, segundo o artigo 91 da 8.666 “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração”. Pelo artigo 93, é crime “impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório”.

Quando tentaram atrapalhar a vitória do consórcio representado, entre outros, pelo empresário Carlos Jereissati, na empresa Tele Norte Leste, os integrantes do governo podem ter incorrido num crime previsto no artigo 95 da lei 8.666: “Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo”.

No caso do presidente da República, todos esses possíveis delitos podem ser considerados como razão para a abertura de um processo de impeachment.

13

Data: 27/05/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política – Página 04)

Autoria: Francisco Leali, com colaboração de Fabiano Lana e Ilmar Franco

GRAMPO FEZ ABIN AFASTAR AGENTE DO RIO *Envolvidos pedem imunidade para dar detalhes sobre caso*

Suspeito de estar envolvido no grampo na presidência do BNDES em 1998, o ex-agente do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e integrante do escritório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

no Rio, Temilson Barreto de Rezende, foi afastado do cargo. Segundo o chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, o funcionário está fora das funções desde que se tornaram públicas as conversas gravadas no processo de privatização das empresas de telecomunicações. Em dezembro de 1998, o JORNAL DO BRASIL antecipou que o grampo no BNDES foi obra de arapongas do extinto SNI.

Temilson nega o envolvimento no caso, mas outras duas pessoas que teriam participado da montagem do grampo querem contar o que sabem. O líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), revelou ontem que foi procurado pelas duas testemunhas, que deram detalhes do ação. Os agentes só aceitam falar se tiverem imunidade.

Para Miro Teixeira, não há dúvidas de que o grampo foi feito por agentes da Abin: “Essas gravações foram produzidas por agentes da Abin com equipamentos da Abin. Só não sei determinar se fizeram institucionalmente ou indevidamente.”

Sofisticação

As testemunhas contaram ainda, segundo o deputado, que as conversas relevadas pela Folha de S. Paulo não obedecem a “continuidade” das gravações, insinuando que ainda há muita conversa telefônica não divulgada. Entre essas conversas, haveria uma em que os interlocutores tratariam de assuntos particulares, mas em certo momento, mencionam uma remessa de dinheiro para a França. Na conversa com as duas testemunhas, Miro foi informado de que o equipamento da escuta era sofisticado e tinha capacidade de eliminar ruídos.

As duas testemunhas, segundo o parlamentar, estão dispostas a contar tudo sobre a operação, desde que não sejam punidas. Miro Teixeira vai apresentar na próxima semana projeto de anistia para as pessoas que participaram do episódio. A anistia permitiria que os envolvidos no grampo se livrassem de processo penal.

O general Alberto Cardoso garantiu ontem ao presidente da República que a Abin não está envolvida com o grampo na presidência do BNDES. O general afirmou que o órgão não promoveu escuta para monitorar o processo de privatização. Segundo ele, a possibilidade de a escuta ter sido feita por uma decisão institucional é “absolutamente inverídica e absolutamente impossível”. Para Alberto Cardoso, a divulgação de novas fitas tem o objetivo de enfraquecer o presidente Fernando Henrique Cardoso. O general Cardoso disse, porém, que o afastamento de Temilson Barreto não tem relação com as fitas. Segundo ele, Telmo, como é conhecido, foi afastado por ser parte do inquérito que apura o envolvimento do bicheiro Castor de Andrade com policiais e outras autoridades no Rio.

Telmo foi alvo de sindicância interna sobre o caso do grampo, mas nada foi descoberto.

20

Data: 29/05/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política – Página 03)

Autoria: Não especificada

AMBIENTE PESADO NA CASA MILITAR

Apesar da até agora bem-sucedida operação política para evitar uma investigação no Congresso sobre o escândalo dos gramos, o governo está extremamente preocupado com a repercussão das denúncias levantadas na última semana, que estão chegando muito perto de um dos mais dedicados e próximos assessores do presidente: o ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso. Obrigado a explicar as contradições entre suas primeiras declarações sobre o caso e as recentes denúncias,

Cardoso estaria provocando desgaste ao governo. Todas as manifestações do general sobre o caso, agora, são acompanhadas de perto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na quinta-feira, depois de conceder uma entrevista coletiva sobre a denúncia de que ele seria apontado como suspeito no inquérito da Polícia Federal sobre os gramos, Cardoso seguiu imediatamente para o gabinete do presidente para relatar o teor completo de suas respostas e a reação dos repórteres.

Imagen

O clima de tensão tem se estendido aos mais próximos assessores do presidente, que, para consumo externo, mantém a estratégia de manifestar desprezo pelas acusações, que seriam “café requentado”, nas palavras do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. No Palácio do Planalto, no entanto, a avaliação é outra: o escândalo está atingindo profundamente a imagem do governo e pode aumentar a tendência de queda dos índices de popularidade de Fernando Henrique.

Sempre calmo e atencioso, Cardoso estava transtornado durante a coletiva de quinta-feira — por pouco não deu um soco na mesa quando foi obrigado a negar que teria conversado com os arapongas investigados pela Polícia Federal como suspeitos do grampo, para combinar o depoimento que seria prestado no inquérito, versão publicada pelo Correio Braziliense. Auxiliares do presidente continuam acreditando que Cardoso não teria se envolvido diretamente na decisão de grampear os telefones do então presidente do BNDES, André Lara Rezende, para acompanhar as negociações que envolveram o leilão da Telebrás. Mas acham que o excesso de contradições entre a versão original do general para a descoberta do grampo e as explicações que está dando agora já são suficientes para atingir o centro do governo e abalar presidente.

Viaduto

Quando confirmou o grampo no BNDES, em novembro, Alberto Cardoso afirmou que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teriam achado duas fitas de conversas gravadas sob um viaduto de Brasília, seguindo indicações de um telefonema anônimo, em agosto do ano passado. Mas as duas fitas entregues pelo general à Polícia Federal seriam versões editadas de um material muito mais amplo — segundo a Folha de S. Paulo, pelo menos 46 fitas. Estas fitas contêm gravações feitas em setembro, um mês depois da suposta localização do material pelos agentes da Abin.

Ou seja: ou o general teria omitido a verdadeira origem das fitas ou o grampo teria continuado a funcionar mesmo depois da localização das gravações pelos agentes subordinados a Alberto Cardoso. Segundo estas fontes, o clima de mistério mantido em torno da verdadeira autoria do grampo não ajuda em nada. Melhor seria chegar logo aos culpados, puni-los e afastar o problema de uma vez por todas do presidente. O governo avalia que isso sepultaria definitivamente a possibilidade de abertura de uma CPI sobre o assunto.

25.

Data: 30/05/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil – Página 06)

Autoria: Renato Fagundes

ARAPONGAS SERÃO FISCALIZADOS

Abin terá controle externo exercido por deputados e senadores da oposição e do governo

Os arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) serão fiscalizados e controlados por uma comissão mista formada por deputados federais e senadores, do governo e da oposição. O projeto que regulamenta o funcionamento da agência foi aprovado quinta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O texto recebeu emenda do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que definiu a composição da comissão mista — os líderes da maioria e da minoria e os presidentes das comissões de

Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado – atribuiu às mesas da Câmara e do Senado a responsabilidade de determinar como será o controle.

Aprovado em meio a denúncias de que agentes da Abin teriam participado da instalação de gramos telefônicos na presidência do BNDES, na época do leilão do sistema Telebrás, o projeto contraria o ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, atual responsável pela área de inteligência do governo. Para ele, o ideal seria que o projeto já trouxesse regras claras para o controle externo, evitando que a comissão mista seja autorizada a tornar públicos atos sigilosos ou informações estratégicas coletadas pela Abin.

Sigilo

“Não é necessário prever isso no projeto. Está explícito que as informações reservadas têm que permanecer em sigilo”, afirma o deputado José Genoíno (PT-SP), que participou da discussão do projeto na Câmara, onde a regulamentação já foi aprovada pelo plenário. Para Genoíno, o governo foi o maior prejudicado com a demora em aprovar a regulamentação da Abin, que se arrasta desde 1997. O governo não teria se empenhado o suficiente para chegar a um projeto de consenso e, com isso, teria permitido que as suspeitas sobre os agentes da Abin chegassem ao general Cardoso, que ocupa um posto estratégico no governo.

“A Abin foi criada por medida provisória e a regulamentação nunca fica pronta. É uma entidade que existe, mas não existe. Está no ar”, afirma Genoíno. “Eu sempre afirmei que era um erro misturar a área de inteligência com a Casa Militar. Num caso como esses, é óbvio que as denúncias respingam no general, que é o elo de ligação do presidente da República com as Forças Armadas. O general é um homem sério e competente, mas não tem sentido ele ficar responsável pela inteligência”, acrescenta o deputado.

Conversas

Hoje, a estrutura da Abin funciona na Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, subordinada diretamente a Alberto Cardoso. Um dos mais prestigiados assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso, o general foi envolvido nas investigações do grampo no BNDES. **Segundo informações publicadas na imprensa, a Polícia Federal teria conversas gravadas em que o general combinaria com os agentes de inteligência suspeitos do grampo o do depoimento que eles iriam prestar no inquérito.**

A versão foi desmentida pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que confirmou, no entanto, terem sido instaladas escutas, com autorização judicial, nos telefones de três suspeitos: o agente da Abin Temilson Antônio Barreto de Resende, o ex-policial federal Célio Areias Rocha, e Adílson Alcântara de Matos, dono da empresa de segurança Visan. **“Este é um mundo muito obscuro. Ninguém sabe de onde parte nada. É fácil uma atitude isolada respingar no chefe” afirma Genoíno.**

De fato, segundo o próprio general, o trabalho de inteligência só funciona se for “compartimentado”. Isso significa que nem todos os funcionários da agência de inteligência sabem em que seus colegas estão trabalhando. Em muitos casos, segundo Alberto Cardoso, nem mesmo os superiores devem ser informados sobre o andamento de uma missão.

A Abin, segundo o projeto aprovado pela CCJ do Senado, será um “órgão de assessoramento direto” do presidente da República, que indicaria o diretor-geral da agência. A nomeação tem que ser aprovada pelo Senado. O projeto prevê que “as atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado”.

29.

Data: 01/06/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Informe JB – Página 06)

Autoria: Marcia Carmo Karam, com a colaboração de Christiana Albuquerque

É óbvio que o presidente está ciente das intrigas em seu governo. Reconhece ainda que o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete Militar da presidência, é um dos seus homens mais leais. Tanto que participou de todos os temas sensíveis ou explosivos do seu governo: a comissão de indenização às famílias de vítimas da repressão, a criação do Ministério da Defesa, o combate ao narcotráfico e ainda a criação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Tanta confiança, observa um ministro muito próximo a FH, só poderia gerar “ciúmes” Quem conhece de perto a relação do presidente com o general sabe que realmente é de confiança e de discrição. O general Cardoso não faria nada que contrariasse as ordens do presidente.

Mas as explicações não respondem à pergunta: Por que este governo coleciona tantos episódios com grampos? Como dizem Miro Teixeira (PDT-RJ) e José Genoíno (PT-SP), não dá para esperar a próxima conversa grampeada para que o problema seja, de fato, extirpado.

32

Data: 01/06/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política – Página 03)

Autoria: Renato Fagundes com a colaboração de Ilmar Franco

PF NÃO GRAMPEOU GENERAL CARDOSO

Procurador desconhece a autorização de escuta legal para o inquérito do BNDES

O general Alberto Cardoso, ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, não teve seus telefones grampeados pela Polícia Federal como parte do inquérito que investiga a autoria da escuta ilegal nos telefones do BNDES na época do leilão da Telebrás. A informação é do procurador da República Artur Gueiros, que acompanha as investigações. Além disso, o delegado responsável pelo inquérito, Rubens Grandini, não informou a Gueiros e à procuradora Silvana Battini sobre gravações telefônicas, autorizadas pela Justiça, contendo conversas entre Alberto Cardoso e pessoas sob investigação pela Polícia Federal.

“O delegado nos deu um relato verbal sobre o conteúdo das gravações feitas durante o inquérito que investiga o grampo. E, em nenhum momento, o general Cardoso foi citado”, afirmou ontem Artur Gueiros. Até agora, as fitas e a degravação das conversas não foram apresentadas aos procuradores. Com autorização do juiz Alexandre Libonatti de Abreu, Grandini gravou conversas de Temilson Antônio Barreto de Resende, agente da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República (SSI) no Rio de Janeiro. Na SSI, subordinada ao general, funciona a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Também foram monitorados os telefones do ex-policial federal Célio Areias Rocha e de Adilson Alcântara de Melo, dono de uma empresa de segurança.

SNI

Na semana passada, o jornal Correio Braziliense afirmou que a PF teria gravado conversas entre o general e Temilson, agente da comunidade de informações do governo desde os tempos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Também teriam sido gravados diálogos entre Alberto Cardoso e o chefe do escritório da Abin no Rio, João Guilherme de Almeida. Nessas conversas, segundo o jornal, eles teriam combinado como seriam seus depoimentos à PF.

Assessores da Presidência disseram ontem que a pressão que o general Cardoso está sofrendo se deve às frentes de trabalho que abriu no comando da Casa Militar. O general participa da implantação do Ministério da Defesa, da criação da Secretaria Nacional Antidrogas e da própria Abin. O general contrariou muita gente e fez muitos adversários, disse um assessor.

Já se sabe que não houve autorização judicial para a instalação de escuta telefônica em aparelhos utilizados pelo chefe da Abin no Rio. O grampeamento dos telefones de João Guilherme de Almeida foi cogitado por Rubens Grandini, que voltou atrás por ordem de seus superiores na Polícia Federal, que consideraram a medida extremamente delicada. Ou seja: se houve gravações de conversas de Almeida, elas foram ilegais ou feitas a partir de outro inquérito. Na semana passada, o general negou que tenha conversado com Temilson e afirmou que não conhece o agente.

Alberto Cardoso divulgou ontem nota oficial em que desmente “veementemente” declarações atribuídas a ele pelo jornal O Globo. Segundo o diário, o general teria dito ser possível que a escuta no BNDES tivesse sido feita na Abin, onde o grampo estaria “banalizado”. A reportagem também atribuía ao general a declaração de que Temilson seria “tão suspeito quanto outros na Abin do Rio” e que a Polícia Federal teria grampeado seus telefones por três vezes.

Na nota o general diz que “não houve escuta institucional; não houve ordem para isso” e que o grampo estaria banalizado no Rio e no mundo. Por isso, disse o general, Temilson seria tão suspeito quanto “mais uns doze no Rio”. O general confirmou que localizou três gramos em seus telefones, mas garante não ter afirmado que eles teriam sido instalados pela PF.

35

Data: 02/06/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria Brasil - Seção: Elio Gaspari)

Autoria: Elio Gaspari

A ABIN DEVE SER FECHADA

O professor Fernando Henrique Cardoso pode prestar um favor a sua biografia: desmontar a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Deve fechá-la porque, no episódio dos gramos do BNDES, viu-se com que facilidade seus quadros escorregaram para a delinquência. Pode fazê-lo, até porque ainda não sancionou a sua criação. Deve fechá-la também porque com isso economiza uns cobres da Viúva, logo numa hora em que voltou a falar em demissão de funcionários públicos.

A descoberta de que um agente da Abin pode ter usado a máquina do Estado para gravar até mesmo o presidente da República é coisa triste, porém banal. É apenas o desmascaramento de uma lorota, segundo a qual a Abin não grampeava os contribuintes. Acreditou nela quem acreditou que "o presidente que derrotou a inflação vai derrotar o desemprego".

O que há de estarrecedor no caso da relação da Abin com o grampo do BNDES é saber-se que o agente acusado de ter escutado as conversas já tinha sido punido por manter tratos com o falecido bicheiro Castor de Andrade. A ligação do aparelho de segurança do Estado com a nobiliarquia do jogo do bicho foi um dos piores sinais da degenerescência dessa máquina durante a ditadura.

Em 1971, servia na Polícia do Exército da Vila Militar um capitão muito elogiado por seus superiores. Viram nele um oficial com "uma honestidade a toda prova". Trabalhava num ninho de torturadores. Mais tarde o Exército acusou-o de trabalhar também com uma quadrilha que roubava cargas de contrabandistas. Foi preso, teve o irmão supliciado e, uma vez solto, integrou-se à sociedade, transformando-se no Capitão Guimarães, um dos mais poderosos bicheiros do Rio.

O professor Fernando Henrique Cardoso foi da Universidade de São Paulo ao Palácio do Planalto com uma trajetória limpa. Não lhe convém, como presidente, botar sua assinatura no ato de criação de uma agência de inteligência com um ouvido no Alvorada e um pé na dezena do Peru.

A Abin deve ser fechada porque ficou claro que ela herdou agentes e métodos do falecido Serviço Nacional de Informações. O SNI foi uma instituição inepta, inútil e politicamente corrupta. Dele se pode dizer, no mínimo, o que disse o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva: “Criei um monstro”. No máximo, o que Graciliano Ramos escreveu a respeito da repressão política do Estado Novo: “Ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações”.

Em 1975, dois alcaquetes do SNI informavam que os “Cadernos de Opinião”, livretos que mantiveram vivo o debate político e econômico da época, eram “da linha lá do pessoal do Fernando Henrique Cardoso e daqueles ‘comunas’. (Os mesmos X-9 advertiam para a existência de um outro “esquerdistas”, o professor “Celso Lafra” – o ministro Celso Lafer.)

Que o professor Cardoso não gostava da ditadura, nem ela dele, eram coisas sabidas. O que não fazia sentido era gastar dinheiro público para escrever burrices desse tipo.

É sabido que a Abin observa o movimento dos sem-terra e é possível supor que observe também as atividades sindicais. Faz isso com farto palavrório estratégico, mas o que está fazendo, no fundo, é invadir a vida alheia. Começaram com os sem-terra, ultrapassaram as linhas da hierarquia e acabaram grampeando uma conversa do presidente da República. FFHH não precisa de uma Abin. Aliás, ninguém precisa. Não é a primeira vez que ele cai num grampo. Ao tempo do SNI, pegaram-no conversando com o ministro Severo Gomes. Foi na noite de 11 de maio de 1978. Para despistar a escuta, o professor Cardoso referia-se ao “nossa amigo” e ao “tribuno”. Perda de tempo: o SNI percebeu que um era Ulysses Guimarães, e o outro, o senador Paulo Brossard. Tudo dinheiro jogado fora. Era uma conversa de duas pessoas que, naqueles dias, estavam fora das principais maquinações da oposição.

Com todo o seu desembaraço, nenhum agente do SNI teve a ousadia de transcrever uma conversa telefônica do presidente da República. **Uma das características das ditaduras é que nelas se tem medo dos ditadores. Numa democracia, felizmente, ninguém tem medo do presidente. Para sorte da democracia brasileira, temperamentos benevolentes como os de José Sarney e FFHH contribuíram para fortalecer a segurança dos cidadãos. Não é justo que o professor grampeado em 1978 ajude a criar um novo monstro em 1999.**

Argumenta-se que o país precisa de uma agência de informações. Essa premissa é duas vezes falsa. Primeiro, porque nem tudo o que se precisa é urgente. Fraque, por exemplo. Pode-se precisar dele, mas é melhor não tê-lo do que encomendá-lo a um alfaiate que não sabe cortá-lo. (O governador Mário Covas, por exemplo, tem um que parece sobretudo com aba arredondada.) O Brasil precisa erradicar a dengue e tapar os vazamentos do Banco Central. Precisa também da reforma tributária que o governo vem enrolando desde 1995. Pode-se muito bem deixar o caso da agência de informações para o dia seguinte à erradicação da dengue. Segundo, porque a conexão com o bicheiro Castor de Andrade mostra que os alicerces da Abin estão no pântano onde afundou o SNI.

38

Data: 04/06/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Editorial)

Autoria: Folha de São Paulo

Crise, rusga, tremor. Foram esses os termos usados pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, para caracterizar o relacionamento entre a Polícia Federal, a ele subordinada, e o setor de inteligência do governo federal, a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ambas na prática sob o comando do general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

As desinteligências que o ministro agora reconhece entre os órgãos de segurança federais não são novas, além de se reproduzirem também no interior da própria PF, marcada por divisões internas em grau exacerbado, o que só agrava a situação.

O problema, ou conjunto de problemas, se arrasta, a bem dizer, desde o início do primeiro mandato de FHC, quando agentes federais estiveram envolvidos no grampo do caso Sivam, sem que se tenha visto até o momento empenho maior por parte do Executivo para dirimi-lo.

Pelo contrário, a criação da Senad, em meados do ano passado, acirrou a disputa pelo combate às drogas dentro do governo. Em tese, o novo órgão deveria, além de cuidar da prevenção e da recuperação de dependentes, coordenar a repressão ao tráfico, tarefa atribuída originalmente à PF pela Constituição. Além de espaço por poder, estão em jogo recursos nada desprezíveis, nacionais e, sobretudo, internacionais, à disposição de quem assume o combate ao tráfico.

Um assunto dessa importância não pode continuar à mercê de querelas entre grupos e órgãos públicos. Acresce a esse problema a existência da Abin, versão atualizada do extinto SNI, cuja criação ainda não foi sancionada pelo presidente e cujas atribuições são por ora um tanto nebulosas.

Alguns de seus quadros, no entanto, são hoje suspeitos de estar envolvidos no grampo do BNDES, o que constitui motivo a mais para que se pense a respeito da utilidade desse órgão num regime democrático.

40

Data: 06/06/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil)

Autoria: Jânio de Freitas.

OS FORA-DA-LEI

A possibilidade, típica desse governo, de que seja um agente secreto seu o autor do desmoralizante grampo no BNDES levou a Presidência da República a se expor em uma prática muito mais grave, do ponto de vista legal, que a do grampeador. As inúmeras referências ao pessoal e às atividades da Abin, Agência Brasileira de Inteligência, expuseram oficialmente o funcionamento ilegal de um órgão que só poderia existir com a aprovação, inexistente, das duas Casas do Congresso.

Esse SNI criado por Fernando Henrique Cardoso tramita no Congresso, sob a forma de projeto, desde meados de 97. Sua inesperada freqüência no noticiário provocou o empenho do governo para que o Senado o vote depressa, o que a obediência da Casa dispõe-se a fazer nesta semana. **Mas o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Alberto Cardoso, já mencionou o número de agentes, nomes de arapongas, o funcionamento de agências nos Estados, o nome do chefe dos espiões no Rio. Muito mais do que o necessário para demonstrar, por ingenuidade ou desinteligência, o pleno funcionamento da Abin em total ilegalidade.**

O novo SNI tem um custo, por certo alto, e, seja qual for a rubrica orçamentária que o envolve, é coberto pelo Tesouro Nacional. Se a sua existência não atende ao exigido pela Constituição, também o uso de verbas do Tesouro para montá-lo e mantê-lo está à margem da lei. É desvio de dinheiro público. Se mesmo a partir de agora fosse razoável esperar algum respeito às leis, por

imposição do Congresso ou do Judiciário, os que receberam pagamento na Abin teriam que devolvê-lo. Os que autorizaram essas e outras despesas teriam que ressarcir os cofres públicos. E por aí afora, sem prejuízo das sanções penais.

Tudo o que se pode ver, porém, são os dois criadores do novo SNI, Fernando Henrique e seu primo Alberto Cardoso, pagando (i)moralmente por relegarem, chegados ao poder, a lição que receberam com a existência do SNI autêntico.

43

Data: 07/06/1999

Web site: www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/06/06/NOT1TIT.HTM

Publicação: O Estado de São Paulo (Editorial)

Autoria: O Estado de São Paulo

A INTELIGÊNCIA INDISPENSÁVEL

Na esteira daquilo que o ex-presidente do BNDES André Lara Resende, em artigo publicado quarta-feira passada no Estado, apropriadamente qualificou de “atos simplesmente repugnantes” - a gravação clandestina e a divulgação de conversas reservadas -, **há quem imagine ser esta uma boa oportunidade para o governo arquivar o projeto de institucionalização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).** O pretexto é a suspeita de que funcionários da Abin, cujo titular é o ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, teriam participado do “grampo” no BNDES. Além disso, da folha corrida de um desses funcionários, egresso do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), consta punição por laços com a máfia do jogo do bicho no Rio de Janeiro.

No período em que o Brasil viveu sob o AI-5, era freqüente utilizar-se o termo “comunidade de informações”. A pretensiosa expressão provavelmente pretendia conferir um semblante respeitável ao conjunto de organismos militares e civis do regime, cujos quadros ocupavam no sistema ditatorial um espaço no mínimo adjacente ao dos “porões da repressão” e estavam com certeza cientes das barbaridades que ali se cometiam. Em toda ditadura, a comunidade de informações, valendo-se da posição estratégica essencial de que desfruta no aparato de governo, em razão da própria natureza não democrática do controle que o Estado autoritário exerce sobre a sociedade, tende a constituir um poder dentro do poder, quando não uma das principais fontes do poder maior. A história da Rússia soviética, por exemplo, é indissociável das tramas homicidas dos Iagodas, Berias e Andropovs que comandaram a polícia política do regime.

Em nome da “necessidade de saber” — talvez a condição sine qua de sobrevivência do grupo que ocupa o governo pela força —, as repartições incumbidas de prover o ditador das informações indispensáveis à perpetuação do regime ou do seu poder pessoal desfrutam de uma latitude excepcionalmente ampla de ação e de recursos (dado o caráter sempre centralizador de tais sistemas) e inversamente proporcional à capacidade de interferência dos beneficiários do trabalho por elas realizado. Nesse ambiente, em consequência, os agentes não só consolidam lealdades, estratégias, métodos e objetivos que costumam obedecer prioritariamente aos interesses da corporação e às ambições políticas de seus chefes, como ainda, para tanto, não raro desenvolvem com o crime organizado e o bas-fond, em geral, relações espúrias até do ponto de vista da ética autoritária, as quais proporcionam oportunidades irresistíveis de ganho individual. Trata-se de um desdobramento normal da atividade de espionagem a serviço de uma ditadura e que não necessariamente afeta a competência com que essa atividade é exercida. O SNI, por exemplo, cometeu inumeráveis atos ilícitos. Mas, ao contrário do que alardeia a maioria de suas vítimas, a incompetência não foi um de seus defeitos.

Restabelecida a democracia, é inevitável que essas “tradições” contaminem em alguma medida os novos órgãos de informação do governo. Mas essa está longe de ser uma razão boa o bastante para que os dirigentes do Estado democrático abram mão do legítimo direito — a rigor, do dever — de dispor de informações confiáveis que não sejam de domínio público, às quais eles não

teriam acesso de outro modo e que são relevantes para o processo decisório do Executivo e também para a defesa do Estado democrático contra seus inimigos. O desafio da autoridade consiste em reduzir ao mínimo o preço a pagar, representado pela influência nefasta do passado na composição e operação do serviço federal de inteligência, bem como submetê-lo a controles tais que também contenham ao máximo a eventual propensão de seus agentes à ilegalidade e à promiscuidade com a delinqüência.

Problemas desse tipo emergem mesmo em países que jamais conheceram uma ditadura, como os Estados Unidos, ou naqueles cuja herança autoritária de há muito se dissipou, como na maioria dos países europeus ocidentais. Nem por isso os respectivos governos cogitam de desmantelar suas agências de informação. Como poderiam os EUA dispensar o trabalho conjunto do FBI e da CIA? **Quem esqueceu o papel decisivo do Intelligence Service da Inglaterra na vitória contra o Eixo?** O que teria sido de Israel sem o seu lendário Mossad? Nenhuma polícia do mundo tampouco está imune à corrupção e à cumplicidade com o banditismo. Mas não passará pela cabeça de quem quer que seja acabar com as forças policiais de seu país. Uma imprensa livre, um Congresso aberto e um Executivo firme são os meios ao alcance das sociedades democráticas para infundir de alto a baixo nas organizações de espionagem a convicção de que a má conduta será descoberta e castigada. Fechar a Abin, em suma, em nada beneficiará o interesse nacional. Fazê-la funcionar, sim. Fechar a Abin não trará nenhum benefício ao Estado. Ele só terá a ganhar se ela funcionar bem

55

Data: 17/06/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política – Seção: Coisas da Política - Página: 02)

Autoria: Rosângela Bittar

DILEMA NO PLANALTO

De tanto apregoar a falta de dilema no que diz respeito ao que fará com o novo diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo, nomeado e empossado sob vastas denúncias de participação em tortura na repressão política dos anos 70, o governo acabou entrando em um dos dilemas mais atrozes entre os que viveu até hoje com suas nomeações polêmicas. Basta ver a falta de consistência e as contradições na argumentação que usam as autoridades para justificar por que não desistiram de Campelo a tempo de evitar desgastes para ele e para o presidente Fernando Henrique Cardoso.

A primeira alegação é que não se pode prejulgar, que não há provas da participação do delegado em tortura e que é preciso aguardar resultados de investigações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Secretaria de Direitos Humanos. Bem, junto à indicação do delegado para dirigir a Polícia Federal, o JORNAL DO BRASIL publicou as denúncias do padre que sofreu tortura em sessão de interrogatório sob seu comando. No dia da nomeação, apresentou entrevistas de testemunhas novas e antigas, e na véspera da posse um bom volume de comprovantes das acusações.

A Abin, que nesse período já havia informado ao presidente nada constar contra o delegado, voltou à carga esta semana para informar ao deputado petista José Genoino que as denúncias são inconsistentes. O que irá investigar mais agora que já não o tenha feito? Há risco de, por esta via, ser avalizada a permanência de um comandante da polícia fragilizado e sob suspeita, mas o governo reluta assumir esta decisão.

Outra alegação das autoridades é que não está havendo tergiversação nem medo. O presidente Fernando Henrique, que teve a coragem de assumir a culpa do estado pelas mortes ocorridas durante a ditadura militar, lembram, não ficaria acuado diante de um caso como este e, se tiver que demitir João

Batista Campelo depois das investigações, o fará sem constrangimentos, nomeando novamente alguém de sua confiança para o cargo.

Estas considerações são feitas em meio a comentários contraditórios sobre o fato de que, tratando-se de uma área como esta, qualquer um a ser escolhido terá manchas em sua folha corrida e tende a virar pó em poucos dias. Outra: o método não é prerrogativa dos anos 70, e ainda hoje arrancam-se confissões sob tortura. É uma argumentação, olhada a frio, que indica não estar o governo disposto a fazer a troca na direção da PF. Mas, quando confrontadas com esta conclusão, as autoridades reagem imediatamente para assegurar o contrário.

Então o que há é o dilema. Daqueles que geram consequências e agravam a situação. Pois até que apareçam as conclusões das investigações, o delegado já terá agido à vontade na Polícia Federal, uma área reconhecidamente estratégica que o governo deixou sem comando três meses antes de mergulhá-la na atual confusão. Terá também o diretor se desgastado muito mais, e com ele os que bancaram sua escolha: o presidente Fernando Henrique e o general Alberto Cardoso, chefe da Abin. Foi assim com todos os que de supostos réus acabaram se tornando supostas vítimas deste método de empurrar o caso, mesmo que o terreno político seja pantanoso, até que o envolvido peça demissão.

São numerosos os exemplos que saltam à memória sem necessidade de pesquisa. Foi assim com o ex-ministro Odacir Klein, com o ex-presidente do Incra Francisco Graziano, com o diplomata Júlio César Gomes dos Santos, com o ex-ministro Luís Carlos Mendonça de Barros, com o ex-presidente do BNDES André Lara Resende, com o general Ricardo Fayad. Desses, apenas Fayad foi alvo de denúncias semelhantes às que agora atingem Campelo. Todos eles, em algum momento do desgaste, mesmo se considerando isentos de culpa das acusações, pediram para sair do cargo. O delegado João Batista Campelo não deu, até agora, o menor sinal de que pode vir a sair por iniciativa própria.

61

Data: 21/06/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Painel do Leitor)

Autoria: Eduardo Matarazzo Suplicy e Beatriz do Valle Bargieri (Leitores da Folha)

INCOMPETÊNCIA POLÍTICA

O relato do bispo d. Xavier a Elio Gaspari (na Folha de ontem) arremata definitivamente as evidências dos maus-tratos físicos e morais a que o então sacerdote José Antonio Monteiro foi submetido sob a orientação do delegado João Batista Campelo. O que impressiona é como o general Alberto Cardoso, da Abin, depois de uma semana da determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso para apurar quem estava falando a verdade, ainda não havia chegado a uma conclusão. Bastava ter ouvido d. Xavier, como brilhantemente Elio Gaspari o fez. (*Eduardo Matarazzo Suplicy, senador pelo PT-SP (São Paulo, SP)*)

É um sinal de incompetência política e administrativa do presidente Fernando Henrique Cardoso o episódio da nomeação de João Batista Campelo, sem a devida pesquisa e avaliação do passado do indicado, para o cargo de diretor da Polícia Federal. Era realmente inaceitável a manutenção no cargo de alguém que está sendo acusado por envolvimento com a tortura na época da ditadura. (*Beatriz do Valle Bargieri (São Paulo, SP)*)

68

Data: 29/08/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil)

Autoria: Josias de Souza (Secretário de Redação)

ESCUTA EM ARAPONGAS AMPLIA MISTÉRIO

Gravação autorizada de conversas de suspeitos pode envolver Alberto Cardoso (Casa Militar)

O caso do grampo nos telefones do BNDES continua assombrando o Palácio do Planalto. Ao investigar a escuta clandestina que expôs as entranhas do processo de privatização da Telebrás, a PF (Polícia Federal) esbarrou numa pista que traz para o centro do mistério ninguém menos que o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete Militar da Presidência e responsável pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Destacado para conduzir as investigações, o delegado Rubens Grandini mostra-se convencido de que um subordinado do general Cardoso, o araponga Temilson Antônio Barreto de Resende, está por trás do grampo do BNDES. Grandini carrega na pasta, há pelo menos três meses, algo que hesita em investigar: Telmilson e o general Cardoso podem ter se encontrado no Rio, no último mês de abril.

Para fisgar Temilson, um ex-agente do velho SNI, hoje funcionário do escritório carioca da Abin, a agência de espionagem do governo, Grandini usou o mesmo tipo de artifício que, segundo acredita, o espião empregou no BNDES: o grampo.

Munido de autorização judicial, o delegado monitorou o telefone celular de Temilson por cerca de um mês. Grampeou também os celulares de dois amigos do espião: Adilson Alcântara de Matos, um ex-marinheiro que possui uma empresa de investigações no Rio, e Célio Arêas Rocha, ex-agente da PF. Ambos também têm, segundo a convicção do delegado, participação no caso do BNDES.

A Folha obteve na PF cópia das transcrições dos diálogos captados pelo grampo oficial. O documento lança um facho de luz nos porões da comunidade de informações. As conversas expõem uma rede de intrigas entre duas repartições públicas: a PF e a Abin. Revela também uma penca de delitos dos arapongas - da bisbilhotice da vida alheia, à obtenção de dados sigilosos de correntistas de bancos, passando pela venda de passaportes brasileiros para criminosos internacionais.

*Dia: 24 de abril de 1999. Hora: 16h33. Local: Rio de Janeiro.

Pendurado ao celular, o espião Temilson, mais conhecido como Telmo, conversa com um amigo. O diálogo dos dois é captado pelo grampo da polícia. O interlocutor de Telmo é identificado nas transcrições da PF como HNI, iniciais de "homem não identificado".

Mistério

Telmo: *Eu ia sacanear. Não consegui.*

HNI: *Por que não conseguiu?*

Telmo: *Porque eu acabei indo na casa do cara. Eu fiquei preso naquela merda, por causa do filho da puta.*

HNI: *Hã.*

Telmo: *Ontem eu fui na casa do cara, né?*

HNI: *Hã.*

Telmo: *Mas senti que não tem interesse não. Entendeu? Ele tá muito tranquilo, ele tá muito a cavalheiro.*

HNI: *Hã.*

Telmo: *Enfim, ele vai botar pra foder na CPI.*

Ao deslizar os olhos pela página 24 das transcrições, um dos procuradores da República destacados para acompanhar as investigações se deteve por um instante. Quem seria o personagem que Telmo encontrou na véspera daquele diálogo, 24 de abril, um sábado, no Rio? E por que o interlocutor do espião seria chamado a depor em uma CPI? As perguntas passaram a martelar a cabeça do procurador. Folheando uma revista, dias depois, ele topou, no meio de uma notícia, com informação que chamou a

sua atenção: o general Alberto Cardoso possuiria uma casa no Rio, no município de São Pedro da Aldeia.

Em seguida, pesquisando em jornais, o procurador soube que o chefe do Gabinete Militar havia comparecido a uma CPI, a do Narcotráfico, no dia 27 de abril, dois dias, portanto, depois da conversa entre Telmo e seu amigo. Coincidência? Talvez. Mas o procurador achou que aquilo reclamava uma averiguação. Chamado à Procuradoria, no Rio, Grandini demonstrou surpresa. Mais do que surpreso, um auxiliar do delegado, que o acompanhava na visita à Procuradoria, ficou excitado. Enxergou na conversa uma valiosa frente de investigação.

Em junho, dias depois da conversa de Grandini com os procuradores, o Palácio do Planalto baixou medida provisória que, entre outras providências, devolveu ao general Cardoso o status de ministro de Estado. Uma condição que ele havia perdido em janeiro.

Como ministro, o general saiu do raio de alcance dos jovens procuradores da República no Rio. Apenas o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, visto pelo governo como uma pessoa moderada, poderá agora, se for o caso, denunciar Cardoso. Assim mesmo, terá de fazê-lo no STF (Supremo Tribunal Federal), local onde são julgados os ministros. Nova coincidência? Talvez. Não há nada muito sólido contra o general Cardoso. Chegou-se ao seu nome por mera associação de fatos. O que causa espanto às pessoas envolvidas na apuração é o desinteresse do delegado Grandini pela apuração das pistas que envolvem o auxiliar do presidente, única forma de saber se é falsa ou verdadeira.

O nome do chefe do Gabinete Militar da Presidência vem cruzando o caminho do delegado desde o início do inquérito. A apuração começou a partir de duas fitas entregues à polícia pelo general Cardoso. Ouvido por Grandini, o general caiu em contradição com o chefão da Abin no Rio, João Guilherme. Cardoso disse a Grandini que, em agosto de 98, em visita ao Rio, foi chamado pelo subordinado para uma conversa.

Segundo a sua versão, João Guilherme disse-lhe que ouvira boatos sobre a existência de fitas com diálogos que comprometeriam autoridades do governo, inclusive o presidente da República. As fitas revelariam detalhes do processo de privatização. Foi a primeira vez que o general Cardoso ouviu falar das fitas, segundo a sua versão. Pediu aos agentes da Abin que fossem atrás do material, recolhido, ainda conforme a sua história, sob um viaduto de Brasília, após telefonema anônimo.

João Guilherme contou ao delegado uma outra versão. Disse ter conversado, sim, com o general. Falou sobre os boatos em torno de fatos comprometedores contra autoridades. Mas não disse coisa alguma sobre o presidente nem sobre a privatização.

Os procuradores da República raciocinaram: ora, como o general Cardoso poderia ter sabido que o grampo captara conversas sobre privatização, com diálogos do presidente se, em agosto de 98, o conteúdo das fitas ainda não viera a público? As primeiras informações a respeito foram publicadas apenas no início de novembro. Um detalhe acrescenta pimenta ao raciocínio: sabe-se hoje que o grampo no BNDES só foi desativado em setembro, cerca de um mês depois da conversa entre o general Cardoso e João Guilherme.

Reinquiridos por Grandini, tanto o general Cardoso (ouvido por carta) como João Guilherme mantiveram as respectivas versões, injetando definitivamente no inquérito uma perturbadora contradição.

O espião Telmo tem uma versão própria para o envolvimento do general Cardoso na encrenca do grampo. Revelou-a ao delegado Edson Oliveira, ex-chefe da PF no Rio, famoso por ter prendido PC Farias e por ter aparecido na lista de pessoas que recebiam mesada do bicheiro Castor de Andrade.

A conversa de Telmo com Edson Oliveira foi capturada pela escuta da polícia no último dia 22 de abril. Na opinião do araponga, tudo não passa de uma manobra de Vicente Chellotti, ex-diretor-geral

da PF, inimigo do general Cardoso, com quem disputava o controle da política de combate ao narcotráfico no país..

Intriga

Telmo: (...) *eu levantei a seguinte hipótese, irmão: o cara tá tentando fazer isso, numa maneira de talvez valorizar o Chellotti posteriormente. Porque o cara que tá aqui continua sendo o amigo do Chellotti.*

Edson: Qual?

Telmo: *Ooooo... Grandini.*

Edson: Ah, sim. (...)

Telmo: *Se eles conseguirem encontrar alguma contradição entre os dois (Alberto Cardoso e João Guilherme), aonde existe uma história não muito consistente, o que pode acontecer com isso aí? Chamar pra conversar o general e dizer: "General, olha, pô, tamo com esse abacaxi aqui na mão, entendeu? Eu acho que não é interessante isso aqui vir à tona.*

Edson: Exato.

Telmo: *Então, seria muito bom alvitre o senhor ouvir lá a opinião do Chellotti (...) E tentar fazer o Chellotti na posição, não voltar para o governo, mas sair do ostracismo e ficar numa posição privilegiada.*

Edson: *Isso aí é bem viável, porque esse tipo de comportamento é bem típico daquele canalha (Chellotti), entendeu? Fabricar situações pra poder deixar as pessoas numa situação difícil e depois querer tirar vantagem disso.*

Na última terça-feira, após uma ausência de mais de dois meses, o delegado Grandini voltou à Procuradoria da República no Rio. Não levou para os procuradores qualquer novidade sobre as pistas envolvendo o general Cardoso. Deixou claro, de resto, que tem pressa. Muita pressa.

Havia certa expectativa na Procuradoria em relação a um outro detalhe do inquérito. Em janeiro, Grandini recebeu uma carta anônima que o aconselhava a investigar um certo número de telefone se desejasse chegar ao nome do mandante do grampo do BNDES. A carta trazia o número do telefone, um celular, e cópia de um extrato tirado dos computadores da telefônica do Rio. O telefone, apurou-se depois, era utilizado por João Guilherme, o chefe da Abin no Rio. Para decepção dos procuradores, Grandini informou que ainda não teve condições de cruzar as ligações recebidas e disparadas a partir do tal celular. Segundo apurou a Folha, Grandini revelou a amigos o desejo de indicar apenas as pessoas que, acredita, executaram o grampo, a saber: Telmo e seus amigos Adilson Alcântara e Célio Arêas.

Pode-se chegar, portanto, a uma situação curiosa. A PF apresentaria os supostos “grampeadores”, mas não diria uma única palavra sobre os mandantes.

Mesmo em relação aos três arapongas que Grandini aponta como responsáveis pelo grampo, o inquérito pode resultar frágil. O relatório com a transcrição dos diálogos interceptados pela escuta da polícia contém muitas passagens comprometedoras. Mas em nenhum momento Telmo e seus amigos admitem explicitamente a autoria do grampo do BNDES. Nos raros contatos que manteve com a imprensa, na maior parte das vezes por intermédio de seu advogado, Telmo sempre negou que tivesse familiaridade com o universo dos gramos telefônicos. Célio Arêas agiu do mesmo modo. Apenas Adilson Alcântara admitiu, em depoimento à polícia, realizar escutas. Recusou-se a revelar o nome de seus clientes.

As negativas de Telmo e Célio caíram por terra. Eles foram pilhados em vários diálogos sobre gramos. Num trecho das transcrições, Telmo, um funcionário público que tem o salário pago pelo contribuinte, dá instruções a um amigo sobre como operar um gravador, como plugá-lo à linha telefônica. Em outro, pede a um sujeito que chama de Beto: “Quebra um galho pra mim. Traz aquela máquina de fazer varredura...” Em um terceiro trecho, como que pressentindo a estratégia da polícia, acaba por confessar a experiência no ramo. Diz, em português precário: “...Vamo falar pessoalmente

quinta-feira...Esses telefone tudo é uma merda, não dá, a gente tem uma experiência filha da puta. Isso aí é tudo veneno”.

A experiência de duas décadas atuando no submundo da informação, leva Telmo a ser cuidadoso em seus diálogos. Usa o celular com parcimônia. Tem um modo peculiar de sinalizar para o interlocutor que deseja falar pessoalmente. Diz que é preciso marcar um encontro para "fofocar", fala que o melhor é "conversar fiado" ao vivo. O esquema de arapongagem no Rio é bem mais ágil do que a polícia. Um grampo oficial, com autorização da Justiça, pode demorar mais de um mês para ser instalado. No submundo da comunidade de informações, instala-se uma escuta no mesmo dia.

Em 19 de abril, Célio Arêas combinou a entrega de uma fita para um cliente. O sujeito que contratou o serviço, interessado em “ouvir uma cidadã”, queria analisar o material, para checar a qualidade. O interlocutor de Célio, na linguagem da polícia um HNI (“homem não-identificado”), espanta-se com a eficiência:

Eficiência

HNI: *Pra amanhã.*

Célio: *Pra amanhã.*

HNI: *Fita?*

Célio: *É, pra amanhã.*

HNI: *Amanhã que horas, mais ou menos.*

Célio: *Ah, bicho, provavelmente na parte da tarde.*

HNI: *Amanhã à tarde já tem uma?!?!* Cê sabe que...

Célio: *Ah, já, pô. Já, já.*

HNI: *Já tá implantado?*

Célio: ...*Tá implantado. O cara tá lá no local, pô.*

Célio Arêas teve o telefone grampeado porque o delegado Grandini suspeitava que ele o estivesse seguindo. Os arapongas fizeram de tudo para criar dificuldades. Eram abastecidos de informações vindas da própria PF. Telmo tentou, por exemplo, livrar-se de um depoimento com um atestado médico fajuto. Discou para um amigo médico e perguntou: “Qualquer doença no coração é perfeitamente detectável ou não? (...) Eu tô querendo tirar uma licença médica por bastante tempo e problemas de coração. Eu vou, logicamente, depois de 60 dias, ser submetido a uma junta médica, pra poder me darem mais 30 ou mais 60. Então deixa eu te fazer uma pergunta: a junta pode realmente detectar se eu tenho ou se não tenho?” Como a resposta do médico foi positiva, Telmo optou por tirar férias de 30 dias. Hoje, já de volta ao serviço, dá expediente na garagem do prédio da Abin, no Rio. Perdeu a antiga função de “analista de informações”. E não teve como escapar de dois depoimentos, nos quais a frase que mais disse foi “nada a declarar.”

Alguns diálogos são cômicos. O investigador particular Adilson Alcântara tentou adiar o seu depoimento a Grandini.

Passaportes

A venda de passaportes falsos é uma das atividades que o espião Temilson Antônio Barreto de Resende desenvolve para complementar o salário que recebe como funcionário público. Em conversa captada pela escuta da Polícia Federal no último dia 5 de maio, Telmo negocia “um livro brasileiro” com um italiano chamado Giovane:

Giovane: *Eu queria saber se o teu amigo, que escreve o livro, todavia está escrevendo um livro.*

Telmo: *Sim, sim.*

Giovane: *Possivelmente eu quero comprar um livro pra mim, pagando e tudo.*

Telmo: *Você tá aonde agora?*

Giovane: *Ah... Washington.(...)*

Telmo: *Eu vou procurar ver ainda essa semana e te dou retorno*

.Giovane: *Esse não é pra ninguém. É só pra mim.*

Telmo: *Você pretende vir ao Brasil?*

Giovane: *Não, não. Não para ir ao Brasil. Para ir a outros lugares (...) Você precisa de mim aí para fazer o livro?*

Telmo: *Não, eu não preciso (...) Vou ligar pra você de um outro lugar, pra dizer o que eu vou precisar fazer, tá certo? (...)*

Giovane: *Vou sair daqui domingo de manhã. Vou para a Hungria. Depois vou para a Sérvia.*

Telmo: *Certo.*

Giovane: *Vou tentar entrar no país. Como italiano não é bom. Mas como brasileiro é bom (...) estou pensando fazer o seguinte: se posso conseguir um livro brasileiro, posso ir ali com meu livro brasileiro.*

Telmo: *Certo.*

O grampo da PF revelou também um esquema da arapongagem carioca para extrair dos computadores do Banerj dados que deveriam estar protegidos pelo sigilo bancário. Em contato com uma pessoa que se identifica como Blanco, o ex-agente da PF Célio Arêas Rocha obtém dados como números de contas, salários, agências, saldos, filiações, endereços e telefones de dois correntistas: Adenor Gonçalves dos Santos e Augusto José Ariston.

No dia marcado pelo delegado, apenas seu advogado compareceu à PF. Queria ganhar tempo. Não houve jeito. A inquirição foi remarcada para o dia seguinte. Adilson recebeu, então, a ligação de uma mulher. Falando em código, ela teve dificuldades para comunicar-lhe sobre o fracasso da estratégia.

A mulher: “*Didi, presta atenção. Tomei um remédio muito amargo. Difícil de engolir. Entendeu? Procura a receita pra dose de amanhã. Entra em contato com o remédio... com o médico ainda hoje. Tá bom?*”

E Adilson: “*Eu não entendi.*”

A mulher insiste, agora auxiliada por uma voz masculina, ouvida ao fundo: “Presta atenção: tomei um remédio que é muito amargo, difícil de engolir. Procura a receita, entendeu? Entra em contato com o médico, pra dose de amanhã (...) A segunda dose só pode ser para amanhã”.

E Adilson, finalmente: “*Ah, entendi, tá bom*”.

Em outro telefonema, Célio combina com Telmo o teor do depoimento que irá prestar à polícia:

Farsa

Telmo: *Devem te perguntar se você me conhece.*

Célio: *E aí?*

Telmo: *Ué, cê me conhece, cara. Como é que cê vai dizer que não me conhece?*

Célio: *Claro.*

Telmo: *Pô, me conhece da Federal.*

Célio: *Claro (...) (...)*

Telmo: *Deve perguntar a você se me conhece, deve perguntar se tu conhece alguém que trabalha com interceptação telefônica, deve perguntar coisa nesse sentido.*

Célio: *Como é que eu vou responder uma coisa dessa, cara?*

Telmo: *Ué, vai responder a verdade. Não conhece, não sabe, o caralho todo.*

Célio: *Hââââ... Tá, tá.*

Telmo: *Né?*

Célio: *No mínimo eles monitoraram o telefone da gente, aí ouviu falar em fita (...) a gente trabalha com filmagem, né?*

Telmo: *Hâ.*

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil)
 Autoria: Jânio de Freitas

O FILHO DO MONSTRO

O Gabinete da Segurança Institucional que Fernando Henrique Cardoso está em vésperas de criar, com mais uma medida provisória inconstitucional, não é, como pretendem justificá-la, apenas “um órgão que substituirá o Gabinete Militar da Presidência”. É um monstro antidemocrático em poder, em alcance e no retorno da militarização (ideologizada, é claro) a atividades em que os governos civis a extinguiram.

O novo monstro surge como se o precedente não houvesse deixado lições terríveis. O primeiro passo veio com a recriação do SNI sob o nome Abin. Recém-nascido, esse serviço de espionagem já deu provas de que não se contentará, como alegou Fernando Henrique ao criá-lo, em coletar informações e preparar “estudos” para abastecer o governo. É gente da Abin, em guerra por negócios escusos, que está no noticiário como denunciantes e como acusados das gravações clandestinas no BNDES.

O segundo passo foi a entrega da coordenação de ações contra o narcotráfico ao Gabinete Militar da Presidência. Para isso houve um aleijamento administrativo, porque os gabinetes são serviços de assessoria à Presidência, não são órgãos executivos. Os americanos queriam os militares no pretenso combate ao tráfico de drogas, porque sua ascendência poderia impor-se como de praxe. Como a proposta não fosse bem aceita no Congresso e na sociedade civil, Fernando Henrique entregou a função ao Gabinete Militar. Um desvio para atender aos americanos, mas sem medidas que atraíssem atenção e reações.

O organismo do novo monstro será imenso: a tal Abin, Agência Brasileira de Inteligência, que, no caso e em bom português, quer dizer informação e olhe lá; a Secretaria Nacional Antidrogas; uma espécie de serviço de proteção da Presidência; uma secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, para prever problemas e crises, veja só, e orientar o comportamento do governo com antecedência; a secretaria do Conselho de Defesa Nacional; e a secretaria da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cabe tudo dentro desse organismo. O que quer dizer que cabemos todos, como vítimas da voracidade que esse tipo de monstro tem sobre a liberdade dos cidadãos e os direitos individuais e coletivos, cuja ingestão feroz lhes é necessária para justificar sua existência e as montanhosas verbas secretas.

É famoso o lamento do general Golbery do Couto e Silva sobre sua criatura, o SNI: “Criei um monstro”. Não imaginou que, apesar de tudo o que o levou a tal sentença, teria um seguidor. Nem mesmo os mais pessimistas, ou seja, os mais realistas com relação a Fernando Henrique poderiam imaginar.

88

Data: 29/09/1999
 Web site: <http://www.terra.com.br/istoe/>
 Publicação: Revista Isto É – edição nº 1565 (Seção: Brasil)
 Autoria: Francisco Alves Filho e Valéria Propato

CHANTAGEM NA LINHA

Guerra de arapongas revela que as fitas gravadas no BNDES ainda estão sendo negociadas no submundo

O presidente Fernando Henrique Cardoso teve de passar os últimos dias às voltas com fantasmas. O depoimento do ex-agente Célio Arêas da Rocha à Justiça fez com que os gramos no BNDES

voltassem a assombrar o Planalto. Além de acusar o funcionário da Agência Brasileira de Informações (Abin) Temílson Resende, o Telmo, de tê-lo convidado a participar das gravações clandestinas, feitas três semanas antes da venda das teles, Rocha revelou o conteúdo explosivo de outras fitas. As informações seriam usadas pela arapongagem como garantia de que as investigações não dariam em nada, num jogo em que a chantagem é a carta principal. Um mês antes do depoimento, em meados de agosto, Célio informou ao chefe da Casa Militar da Presidência, general Alberto Cardoso, alguns trunfos dos chantagistas. “Ele (*Célio*) ouviu de Telmo e outras pessoas que uma fita continha a conversa de um relacionamento amoroso entre FHC e a atriz Maitê Proença”, conta o advogado do ex-agente, Nélio Andrade, que estava na reunião de Brasília.

Empenhado em minimizar os estragos que a revelação poderia causar, o general se explicou. “Ele (*Célio*) disse que pode ter coisas da vida pessoal do presidente nessa fita, porque estão cobrando caro por ela”, comentou, referindo-se ao preço de R\$ 1 milhão pelo qual a gravação estaria sendo comercializada. “Isso eu não sei e nem é relevante. O presidente é insuspeito.” A atriz Maitê Proença, 40 anos – às voltas com as gravações da próxima novela global –, demonstra tranquilidade. “Não consigo nem imaginar uma suposição dessas. Não vão achar nada que me comprometa, ainda mais com essas insinuações. O sujeito que está dizendo isso quer botar azeitona na própria empada”, desmentiu. A atriz afirma que o único contato de que se recorda de ter tido com FHC foi na campanha eleitoral de 1994. “Não consigo lembrar se falei com o presidente pelo telefone. Não me lembro, mas não iria ligar para bater papo.”

Segundo o advogado de Célio, seu cliente também comentou com o general sobre outra fita em que se mencionava dinheiro. “Ele disse que duas pessoas falavam em ‘grana’. Ao receber a informação, o general Cardoso falou apenas: ‘Isso ele nega’”, conta Nélio Andrade, que teve como testemunha da reunião o colega de escritório, Themístocles Faria Lima. O encontro com o general e o depoimento de Célio à Justiça ressuscitaram o caso que estava há meses em compasso de espera. Célio acusa, entre outros, o chefe da Abin no Rio, João Guilherme Almeida, de ser parceiro de Telmo nas empreitadas. O advogado de Almeida, José Carlos Tórtima, rebate: “É a versão de um desesperado para transformar uma fábula em tábua de salvação.” No documento, Célio menciona a empreiteira Odebrecht como um dos clientes dos arapongas. O coordenador de comunicação da empresa, John-son Santos, nega envolvimento no caso: “A Odebrecht não tem nada a ver com grampo algum.”

Após o depoimento de Célio, Telmo teve prisão preventiva decretada e sumiu do mapa. Na quinta-feira 23, o advogado Carlos Kenigsberg pediu à juíza que ele responda em liberdade e tenha a prisão revogada. “Estão se baseando no depoimento fantasioso e mentiroso de um cara que foi condenado a nove anos por extorsão”, disse. Na quarta-feira 22, a PF apreendeu na casa de Telmo e de Nelsino Silva – que seria seu sócio – fitas com gravações de conversas telefônicas. O araponga tem-se comunicado com o amigo Adilson Alcântara de Matos, também indiciado no grampo do BNDES e citado por Célio no dossiê. “Ele liga para meu celular de um telefone público. Mandou eu me cuidar. Somos amigos há dez anos”, contou Adilson, 36 anos, detetive e ex-funcionário do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Adilson não usa o discurso do inocente que espera a punição dos culpados: “Vou achar ótimo se tudo der em nada. Se soubesse de algo, não diria. Nesse trabalho, um protege o outro. Por incrível que pareça, também há ética no nosso meio.”

O GRAMPO, SEGUNDO O EX-AGENTE CÉLIO

O Grupo Odebrecht aparece no organograma rabiscado por Célio ligado por uma linha ao nome de Armando Taddei (síndico do prédio do BNDES e também responsável pela segurança). Taddei teria chamado Adilson Alcântara de Mattos (ex-agente do Centro de Informações da Marinha e detetive particular) para “compartilhar a tarefa do grampo”. Adilson, segundo Célio, já teria feito outros “serviços” dentro do BNDES. Ele é acusado, junto com Telmo e Taddei, de ter “guardado ou sentado na grana até a poeira baixar”.

Adilson aciona Temílson Antonio Barreto Resende, o Telmo, funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para participar do grampo. Telmo chama João Guilherme Almeida (chefe da Abin

no Rio). Telmo e João Guilherme escolheram Walter Braga (engenheiro, ex-funcionário da Telerj) para executar o grampo

ENTREVISTA

O detetive carioca Bechara Jalkh, 67 anos, ajudou o delegado Rubens Grandini a grampear os arapongas do caso BNDES. Irritado por ter sido citado no dossiê do ex-agente Célio, Bechara revela o conteúdo explosivo de outras fitas gravadas por Telmo e Cia. e acusa funcionários da Abin de promoverem o mercado dos grampos.

ISTOÉ – *Por quanto tempo os telefones do BNDES ficaram grampeados?*

Rubens Bechara Jalkh – O grampo já estava sendo feito muito antes do leilão. Eles pediram R\$ 10 milhões pelo serviço. Os compradores queriam baixar para R\$ 5 milhões. Foi fechado por R\$ 7 milhões.

ISTOÉ – *O que foi feito com o dinheiro?*

Bechara – Uma parte saiu do País. Está na conta de um cúmplice nos Estados Unidos. O resto foi gasto por aí. Telmo gastou de US\$ 7 mil a US\$ 8 mil em jogatinas.

ISTOÉ – *Além das fitas já divulgadas, há outras em poder dos arapongas?*

Bechara – Com o escândalo, o general Cardoso veio ao Rio. João Guilherme (*chefe da Abin-RJ*) disse que pegou seu pessoal na Abin com um monte de grampo. Se fossem punidos, ameaçavam revelar segredos que comprometeriam o governo. Estão pedindo para não serem punidos. Numa das fitas, Mendonça de Barros e Lara Rezende comentam o envolvimento do presidente com uma mulher famosa. Os arapongas grampearam o telefone dela. Há conversas comprometedoras também do genro do presidente, David Zylberstein, presidente da ANP. Os nomes das empresas que se beneficiaram da mudança do câmbio este ano também estão lá. O chefe da Abin transmitiu ao general Cardoso, que transmitiu ao presidente. FHC mandou parar tudo, investigação, CPI.

ISTOÉ – *O sr. poderia apontar quem faz grampo ilegal na Abin?*

Bechara – A maioria dos atentados à bomba e mortes atribuídos ao Exército na ditadura foi ato do pessoal sujo do SNI, que virou Abin. Muitos ainda trabalham para eles, infiltrados no BNDES e outras repartições. O próprio Golbery admitiu ter criado um monstro e perdido o controle da situação. A Abin teria quer ser fiscalizada porque hoje é uma agência de picaretagem com o governo de refém. Na ditadura, mataram três funcionários meus. Há dois anos, o pessoal da Abin sumiu com o engenheiro Walter Braga. Era ex-funcionário da Telerj e fazia grampos para todo mundo por fora. Botava a mão na massa. Antes de desaparecer, deram-lhe uma coça e o jogaram numa vala. Do pessoal de baixo escalão da Abin, praticamente todos eles fazem trabalho sujo. Não tenho medo de falar. Eles matam para não falar. Falou, falou.

ISTOÉ – *Como o sr. teve acesso a todas essas informações?*

Bechara – Através de informantes em todas as áreas. O pessoal com quem trabalho conhece A, B ou C e fica sabendo.

ENTREVISTA "QUEREM ME ELIMINAR"

Escondido em lugar seguro e assistido pelo Programa de Proteção à Testemunha, o ex-agente federal Célio Arêas da Rocha deu entrevista por telefone na tarde da quarta-feira 22. Ele mantém os ataques a Telmo e afirma que a própria Abin está sendo usada contra ele. Célio assegura ainda que dirá na acareação que o araponga vende cópias de Imposto de Renda até hoje.

ISTOÉ – *Qual a participação de Telmo no grampo do BNDES?*

Célio Arêas da Rocha – Ele comentou comigo que teria carta na manga. Pode ser um documento ao qual ele e João Guilherme tiveram acesso ou o próprio original das fitas, que ele pode vir a usar para chantagem.

ISTOÉ – *Quais os outros grampos que tiveram a participação de Telmo?*

Célio – Se você pegar as contas (telefônicas) detalhadas dele e do major Barros, vai verificar que eles têm contato estreito com várias empresas, Capitão Guimarães e outros, como o Inpi. Aliás, temo pela minha vida, principalmente por causa do Capitão Guimarães.

ISTOÉ – *Qual a participação de João Guilherme?*

Célio – Toda a atividade do Telmo, João Guilherme tem ciência. Nada seria possível sem o aval do chefe.

ISTOÉ – *Por que você acha que está sendo rastreado pela Abin?*

Célio – Porque Telmo está solto e usando a Abin.

ISTOÉ – *Como você sabe disso?*

Célio – O meu telefone... Eu liguei e já tinha alguém insistindo, perguntando se era o doutor Jairo Kullman (ex-superintendente da PF-RJ). Quando ele liga para o celular, o sinal eletrônico bate numa estação rádio-base. E essa estação identifica a posição onde você se encontra. Isso tem o objetivo de me pegar. Mas o doutor Jairo nada tem a ver com isso, nem é ele que está nessa missão. Telmo e João Guilherme estão usando a Abin para me localizar. Pode ser por dois motivos: uma tentativa de mudar o meu depoimento ou me eliminar...

92

Data: 30/09/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Editorial)

Autoria: Folha de São Paulo

OS BICOS DOS ARAPONGAS

É desastrosa, para dizer o menos, a trajetória do serviço de inteligência do governo federal, a anunciada Agência Brasileira de Informações, Abin. Já expôs o presidente da República a constrangimentos como o de nomear para diretor da Polícia Federal um agente suspeito de comandar tortura de presos políticos ou de, abastecido por falsas informações da agência, declarar a existência de uma relação entre o MST e plantadores de maconha. **A agência, ademais, foi incapaz de informar as autoridades federais da proximidade e da extensão da recente paralisação dos caminhoneiros.** Para isso, bastaria ter lido os jornais às vésperas do movimento. Sucedânea do desditoso SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão de inteligência posto a serviço da perseguição política no regime militar, a Abin, que ainda não possui regulamentação legal para funcionar, lá recrutou muitos dos seus agentes.

Pois é sobre um desses arapongas, ex-agente do SNI, que recaem as maiores suspeitas de ter efetuado o grampo no BNDES na época da privatização do Sistema Telebrás. Por meio desse ato criminoso, gravaram-se conversas entre altas autoridades federais, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Admitindo-se, como hipótese, que o grampo foi feito por agente da Abin, há duas possibilidades que poderiam levar ao mandante da arapongagem. Ou o agente secreto realizou um trabalho extra, um bico criminoso, ou agiu dentro da hierarquia, recebendo ordens de superiores.

A primeira hipótese evidencia que, para araponga, bico pode significar bandidagem. A segunda, mais abjeta por revelar um poder paralelo no governo, é consequência lógica da existência de uma força obscura, que age em um vácuo legal. Até que os representantes da sociedade cheguem a

uma decisão clara sobre a pertinência e os limites de um serviço de informações sigilosas, os cidadãos terão todo o direito de considerar que um órgão como a Abin é uma ameaça a garantias democráticas.

94

Data: 03/10/1999

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Entrevista)

Autoria: Marcelo de Moraes e Francisco Leali

CAPITALISTA DA DROGA É O ALVO

Se depender do general Alberto Cardoso, chefe do recém-criado Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Exército não será usado para combater a violência no Rio de Janeiro, patrulhando as ruas da cidade como quer o prefeito Luiz Paulo Conde. Embora reconheça que o Rio sofre com a presença muito forte do narcotráfico organizado, Cardoso argumenta que a função do Exército não é de polícia.

O general, que tem sob seu comando a política de combate às drogas, conta que a força-tarefa que combaterá o narcotráfico no Rio está sendo montada e já tem um alvo principal: “o capitalista da drog”, os grandes financiadores do tráfico. Foi este o tema de sua conversa com o governador Anthony Garotinho na última quarta-feira.

Em entrevista concedida ao JORNAL DO BRASIL, em Brasília, na tarde de sexta-feira, o general, agora agregado a cargo de natureza civil, depois de 42 anos de serviço militar ativo, explicou a amplitude da nova instituição que comandará em substituição ao extinto Gabinete Militar. Responsável pela área de inteligência do governo, Alberto Cardoso não gosta de ouvir a palavra “araponga”. O nome jocoso dado aos agentes do serviço de inteligência voltou à moda com o envolvimento dos funcionários da Abin no Rio de Janeiro no caso do grampo no BNDES. Ele reconhece que o episódio serviu para desgastar a imagem da Agência Brasileira de Inteligência, um projeto no qual Cardoso vem se empenhando desde o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique. “A inteligência federal não pode ficar perdendo tempo, energia, prestígio, confiança, credibilidade com essa mazelas que estão aparecendo agora por aí e que estão me dando um enorme dissabor. Vamos chamar assim para não falar nas outras coisas”, desabafou o general.

– *As conversas que o senhor vem tendo com o governador Anthony Garotinho vão resultar em um acordo de cooperação?*

– Nós temos subordinada ao nosso gabinete a Secretaria Nacional de Drogas, que coordena a prevenção, o tratamento e a repressão. Na repressão, nós temos essa organização da força-tarefa federal que, ao contrário do que o nome pode sugerir, não se trata essencialmente de um órgão policial. A força-tarefa federal tem o Ministério Público, órgãos do Ministério da Fazenda, tem a Polícia Rodoviária, tem a Polícia Federal. Nesses órgãos do Ministério da Fazenda, eu diria que está a essência do que a Secretaria Nacional de Drogas elegeu como o alvo prioritário, que é o que nós estamos chamando de o capitalista da droga.

– *Por que dar prioridade ao capitalista?*

– Temos o intermediário, que basicamente é o chefe das quadrilhas, e o varejo, lá embaixo. O combate a esses dois níveis está relativamente bem. Agora, a Senad foi criada porque havia esse vazio de coordenação lá em cima, no combate ao que resolve mesmo, pelo menos faz baixar muito, e põe sob controle o crime do narcotráfico. Então, para nos reestruturarmos, para atingirmos esse alvo prioritário, que é o capitalista da droga, temos que formar essa força-tarefa nucleada em torno de órgãos com capacidade para detectar problemas de lavagem de dinheiro.

– *Com relação ao Rio, o que fará essa força-tarefa?*

– Haverá um trabalho conjunto entre a nossa força-tarefa e a força-tarefa estadual que o governador está organizando. Não há nada concreto ainda, aquele encontro no aeroporto de Brasília foi preliminar.

– *O senhor acha que a situação do Rio quanto ao narcotráfico é mais grave do que a de estados de fronteiras?*

– O próprio governador é quem diz que a situação no Rio de Janeiro, do enraizamento do narcotráfico, é muito forte. Nos estados de fronteira existe outro tipo de crime organizado.

– *Qual a diferença?*

– No Rio você tem a organização em toda a sua verticalidade. Há o financiador, o intermediário, o varejo. E, lá embaixo, o consumidor. Na fronteira há o intermediário, mas não tem o consumidor. E os capitalistas da droga não moram nos estados de fronteira.

– *Existe no Rio uma divergência entre o governador e o prefeito a respeito de chamar ou não o Exército para as ruas...*

– Tenho uma opinião sobre o emprego das Forças Armadas. Eu acho inócuo. Não porque as Forças Armadas não sejam competentes. Elas são, mas para outras coisas. Elas não são preparadas, não são equipadas para o trabalho policial contra as drogas.

– *Mesmo tendo aquela experiência bem-sucedida da Rio 92?*

– Mas ali foi diferente. O que deu certo na Rio 92, e em outras ocasiões também, foi um trabalho de planejamento para o qual as Forças Armadas são muito bem preparadas. Um trabalho de planejamento e o emprego, vamos dizer, como demonstração de força. Logicamente provendo segurança em alguns pontos estratégicos. Mas atuar policialmente exige que você tenha uma inteligência policial, que você use técnicas policiais para entrar no morro, para vasculhar uma casa. E o emprego de tropa em massa em área urbana para tentar obter a surpresa, como é necessária nessas situações, Aí é que está o caráter inócuo do negócio.

– *Como fica a nova estrutura do Gabinete de Segurança Institucional, que substituiu a Casa Militar?*

– Basicamente, ele está com a Secretaria de Inteligência, com a Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, a Secretaria Nacional Antidrogas e a Sub-Chefia Militar. A Sub-Chefia Militar é o órgão que restou da Casa Militar tradicional e executa uma síntese das antigas atribuições da Casa Militar: segurança, transporte aéreo e coordenação de viagens do presidente e um assessoramento pessoal em assuntos militares, já que o assessoramento institucional é dado pelo Ministério da Defesa. A Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais está acompanhando a situação e estudando os aspectos de ameaças institucionais. Ela é alimentada pela Secretaria de Inteligência, que será futuramente a Abin. A Abin produz as informações e a Saei recebe essas informações daqui e de outras fontes, vai fazendo o acompanhamento, e, nos seus estudos institucionais, elabora propostas de estratégias que são encaminhadas ao presidente da República. Então, aí se pode ver que a inteligência federal não pode ficar perdendo tempo, energia, prestígio, confiança, confiabilidade, credibilidade, com essas mazelas que estão agora aparecendo por aí e que estão me dando um enorme dissabor.

– *O senhor está falando do grampo do BNDES? Esta semana foi trocada a direção do escritório da Abin no Rio...*

– Já tem outro chefe. É uma área de inteligência e os assuntos têm que ser tratados com a devida reserva. Mas tem que se dar transparência, dentro de um princípio de oportunidade condicionado por alguns outros. Um deles é o de não se cometem injustiças. Não se executar um nome sem provas. Desconfianças, há. Mas entre desconfiar, ter indícios e ter provas vai uma distância muito grande.

– *Como o senhor tomou contato com este grampo?*

– Em agosto do ano passado, numa de minhas idas ao Rio para fazer uma palestra numa escola militar, fui recebido na base aérea pelo chefe da nossa agência no Rio, um homem que vinha fazendo um bom trabalho, o João Guilherme. Ele me disse: “General, corre aqui um boato de que há gravações

do processo de privatização da Telebrás e pode ser que até algumas dessas gravações tenham alguma coisa a ver com o chefe". Ou seja, com o presidente. Eu disse: "Tem que ter essas gravações. Essa coisa é grave." Quando voltei aqui, falei com o chefe da Sub-Secretaria de Inteligência.

– *Como é que ele se chama?*

– Ariel Decunto. É de absoluta confiança, amigo de infância, irmão. Eu falei: "Ariel, ouvi isso lá do João Guilherme, nós temos que achar essas fitas, temos que ter essas fitas. Final de setembro". "Alberto, temos as fitas, chegaram as fitas".

– *Como é que foram obtidas as fitas?*

– A verdade, mesmo sendo uma coisa meio cinematográfica, é que houve um telefonema anônimo para o nosso setor de operações dizendo que a fita estava em determinado local, debaixo de um viaduto, que ele não me disse na hora e depois eu vim a saber. Quando me perguntaram como é que foram obtidas as fitas, podia ali ter dito: é sigilo, com a maior tranquilidade. Falei a verdade.

– *O senhor acreditou nessa história?*

– Eles mesmos, se não fosse verdade, podiam ter dito outra coisa. Mas eles me contaram a verdade também. E eu cobrei. E por que foi um telefonema anônimo? Porque isso movimenta muito dinheiro, no Rio de Janeiro e em algumas outras cidades. Isso aí dá morte. Mata-se por causa desse negócio, de disputa. E depois fui me confrontar na coisa e matam mesmo. Então, quem resolveu nos entregar essas fitas, ou é algum dissidente que brigou e quer incriminar alguém, ou alguém que quer realmente cooperar. Qualquer que seja a hipótese, é uma pessoa que está correndo risco de vida.

– *E o envolvimento do escritório no Rio?*

– O caso foi para a Polícia Federal e, pela primeira vez, eu vi na vida o nome Temilson na imprensa. Eu disse: "Opa, gente nossa nisso? Vamos ver". Eu disse: "Ariel, sindicância em cima disso. Sindicância rigorosa". Três de nossos servidores que são advogados, sérios, foram para o Rio. Voltaram. Esse problema de grampo não se conseguiu apurar". Não se consegue. Essa gente não deixa rastro. Depois que se desfez a linha, acabou. Mas nós vimos que o rapaz tem lá os seus problemas. Estava respondendo a processo por um envolvimento com jogo do bicho, uma coisa dessa, no passado. Nós só viemos saber naquela ocasião porque recebemos a Inteligência em 14 de abril de 96 (antes estava vinculada primeiramente à Secretaria de Assuntos Estratégicos, depois à Secretaria Geral da Presidência) e esse rapaz na época estava chegando de uma licença.

– *Por esse problema antigo ele foi afastado?*

– Para preservarmos a imagem da nossa instituição e até para preservar o rapaz, decidi afastá-lo. Dois dias depois foi reintegrado. E agora está à disposição da Justiça.

– *E o recente testemunho do ex-policial federal Célio Rocha, não incrimina o pessoal da Abin no Rio?*

– O Célio nos apresentou, em um encontro realizado num hotel, em Brasília, um emaranhado assim de rabiscos, uns organogramas do episódio, com muitas acusações, muitos nomes. E sem nenhuma novidade. "Mas, Célio, de onde você tirou isso?" "São minhas análises".

– *O advogado dele lhe fez alguma proposta?*

– Ele apresentou o objetivo dele. "General, acho que nós podemos ajudar o senhor. O Célio se dispõe a ser monitorado, como eles chamam quando colocam microfones no corpo da pessoa, marcar um encontro com Telmo, puxar um assunto e vocês filmam e gravam. Aí, sim, aí vira prova. Eu disse: "Ótimo. E você, Célio, se dispõe a isso?" "Me disponho". Bom, então ali houve uma convergência de dois interesses: o nosso, está claro. E o deles era isso que conseguiram agora: o Célio de suspeito virou testemunha. Acho que foi um trabalho perfeito de advogado.

– *A operação combinada deu certo?*

– A operação foi feita lá no Rio, o encontro no restaurante, essa coisa, filmado. O Célio se mostrou, segundo o chefe da operação nossa, bem nervoso, não conseguiu dar o engate. O Temilson, se ele tem alguma culpa no cartório, sempre muito esperto. Então foram gravações inconsistentes.

– *Quando o senhor se encontrou com Célio, ele lhe disse que há duas fitas inéditas deste grampo. O senhor não mandou investigar?*

– Sim, claro. O nosso pessoal está na rua.

– *Ele teria contado que uma delas é sobre a vida pessoal do presidente Fernando Henrique...*

– Isso foi outra história. Naquele encontro ele falou: “General, parece que há mais duas fitas, e tem coisa séria, porque estão leiloando por R\$ 1 milhão. E uma parece que tem coisas lá ainda da privatização e outra pode ter coisa do presidente”. Eu falei: “Nem quero saber disso aí. É irrelevante. O presidente é insuspeito”. Isso aí, hoje em dia, eu tenho certeza absoluta, eram eles dando uma certa pressa na operação. A pressa se prendia ao desejo de tudo isso acontecer antes do encerramento do inquérito. O inquérito iria ser encerrado com o Célio indiciado. É uma suposição.

– *A área de inteligência falhou completamente nesse caso?*

– Se ficar comprovado esse envolvimento mesmo de gente nossa, uma deficiência de segurança orgânica, de controle interno do nosso pessoal, é uma falha interna, nossa, de segurança orgânica.

– *A escuta do BNDES pode se repetir hoje em qualquer órgão do governo?*

– Vamos deixar bem claro: esse episódio do BNDES pode estar acontecendo agora. O grampo pode estar acontecendo agora em qualquer lugar. E não é culpa do sistema de inteligência. Nenhum sistema de inteligência no mundo tem a capacidade de afirmar que todos os telefones do seu país não são ouvidos.

97

Data: 06/10/1999

Web site: <http://www.terra.com.br/istoe/politica/1999/10/02/003.htm>

Publicação: IstoÉ nº 1566 (Seção Política)

Autoria: Valéria Propato, com colaboração de Hélio Contreiras (RJ)

REDE DE PROTEÇÃO

O general Alberto Cardoso ignorou denúncias graves contra o chefe da Abin no Rio de Janeiro

Empurrado pelas denúncias de envolvimento do chefe da Agência Brasileira de Informação (Abin) no Rio, João Guilherme dos Santos Almeida, no grampo do BNDES, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, teve de afastá-lo do cargo na quarta-feira 29.

Muito tempo antes da decisão, no entanto, já havia nos arquivos do órgão dados suficientes para colocar em dúvida a conduta de João Guilherme, 50 anos. Em janeiro de 1996, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), atual Abin, recebeu documento com denúncias cabeludas contra ele. Na ocasião, o engenheiro eletrônico e hipnoterapeuta Paulo Renaud o acusou de – um ano antes – “praticar extorsão e convidá-lo para participar de sequestros de pessoas que ele já havia selecionado”. João Guilherme teria também exigido uma comissão sobre a venda ao Serviço Reservado da PM do Rio (PM2) de equipamentos de inteligência fabricados pela empresa do engenheiro – a Renaud Engenharia e Sistemas.

Além disso, segundo Renaud, João Guilherme foi truculento ao ameaçar fechar as portas dos compradores do governo à sua empresa. “E a minha comissão de um terço? Que se foda a instituição”, teria dito João Guilherme, segundo o relatório de Renaud.

As informações foram encaminhadas à SAE e se transformaram numa sindicância instituída em 9 de fevereiro de 1996 pela portaria 011/SSI/SGPR. ISTOÉ teve acesso ao documento por intermédio do

deputado federal Maurício Garcia (PSDB-RJ), o Coronel Garcia. O parlamentar afirmou que em novembro de 1998 – mês em que o escândalo do grampo no BNDES veio à tona – procurou o general Cardoso para entregar-lhe o processo. “Esse é um caso delicado que tem de ser apurado e não comentado”, disse Garcia, que está colhendo assinaturas para instalar a CPI do grampo.

Apesar disso, o general negou ter conhecimento de qualquer documento acusando João Guilherme de tentativa de extorsão ou de sequestro. Nem tem provas contra Temílson Resende, o Telmo, suspeito número 1 do Ministério Público. “Não pretendemos poupar ninguém diante de provas nem acusar sem provas, até porque sem elas a Justiça vai anular qualquer iniciativa”, afirmou.

O general reconhece que a imagem da Abin ficou arranhada pelas denúncias, mas afirmou que a instituição não investiga, apenas faz análises para a Presidência da República. **A timidez com que o general Cardoso agiu na semana passada no caso do grampo reforçam a tese de que há com os arapongas mais fitas que estariam servindo para chantagear e amolecer o governo Fernando Henrique Cardoso. Até agora, o general não demitiu um único agente envolvido no caso.** Ele apenas afastou de suas funções João Guilherme e Telmo, que mantêm seus empregos na Abin.

O dossiê de Renaud foi encaminhado à SAE por intermédio da Central de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e protocolado sob o número 0145/0002, de 4 de janeiro de 1996. No documento, Renaud afirma ter anexado gravações de um intermediário – o funcionário da Abin Geraldo Costa Araújo – dizendo que iria fazer chegar à conta de João Guilherme o valor de R\$ 4 mil pagos pelo engenheiro a título de comissão. Uma cópia do cheque, emitido no dia 19 de outubro de 1995, nominal ao funcionário Geraldo, também foi anexada ao processo.

Cíume

“Ele passou a exigir a comissão, pois nas suas contas eu estava ganhando muito dinheiro e não seria justo que ele não ganhasse. Disse que eu não conseguiria vender mais nada porque era amigo de todos os chefes dos órgãos de informação”, relata Renaud no dossiê. Em 27 de fevereiro de 1996, menos de um mês após a denúncia, a Secretaria Geral da Presidência da República convidou o engenheiro Renaud para prestar depoimento sobre o assunto no 11º andar do prédio do Ministério da Fazenda, no Rio. Procurado por ISTOÉ, o hipnoterapeuta confirmou as denúncias, mas de sua parte considera o caso encerrado. “O que tinha de fazer, já fiz”, diz Renaud, 54 anos.

O engenheiro tem um currículo vasto e eclético. É campeão brasileiro de ultraleve, paráquedismo e caratê; é formado em engenharia eletrônica e telecomunicações; tem mestrado em hipnoanestesia e doutorado nos EUA em hipnoterapia. Renaud vende seus serviços de engenheiro e hipnoterapeuta às polícias civil, federal e militar. Através da hipnose, ele ajuda vítimas na confecção de retratos falados.

Renaud diz que, por essas características, João Guilherme teria lhe procurado para colaborar no trabalho da agência. O ex-chefe da Abin também figura no relatório do ex-agente Célio Rocha como “parceiro” de Telmo na execução do grampo do BNDES. Seu advogado, José Carlos Tórtima, não rebate as denúncias feitas por Renaud. Também garante que o general Cardoso em nenhum momento teve intenção de punir João Guilherme. “Pelo contrário. Ele foi transferido de função para preservá-lo.” A exposição pública causada pelas denúncias seria incompatível com o cargo de chefe do serviço secreto no Rio.

98

Data: 06/10/1999

Web site: <http://www.terra.com.br/istoe/politica/1999/10/02/004.htm>

Publicação: IstoÉ nº 1566 (Seção Política)

Autoria: Francisco Alves Filho e Valéria Propato

TELMO FALA A ISTOÉ

Apontado como principal suspeito de executar o grampo do BNDES, Temilson Resende, o Telmo, 48 anos, se apresentou à Justiça na terça-feira 28, depois de passar 12 dias desaparecido.

Após uma noite na carceragem da Polícia Federal, teve sua prisão preventiva revogada. Na sexta-feira 1º, Telmo falou a ISTOÉ – era a primeira vez que recebia uma equipe de reportagem para dar sua versão do caso. À vontade e com voz firme, negou participação no grampo do BNDES, refutou as acusações do ex-agente Célio Rocha e afirmou que muitas pessoas poderiam estar interessadas em sua morte.

ISTOÉ – *Qual é o seu envolvimento no caso do grampo?*

Temilson Resende – Meu nome apareceu no inquérito dia 26 de março, em documento relatando que o agente Célio Rocha “está ligado” aos indivíduos Temilson e Adílson e acompanhava “sorrateiramente” o delegado Grandini e as pessoas convocadas para depor. O Célio só foi intimado a depor um mês depois do documento. Por que Grandini não deu voz de prisão? Por que não chamou Célio e disse: “Você está me seguindo? Então está preso.” Servi de boi de piranha.

ISTOÉ – *Célio Rocha diz que o sr. o convidou para participar do grampo em troca de R\$ 100 mil...*

Telmo – O depoimento dele é constituído por 99% de mentiras. Se isso tivesse acontecido, um elemento que está morrendo de fome, não tem onde morar, onde dormir, iria recusar R\$ 100 mil? Além disso, o encontro teria acontecido justamente em frente ao prédio que seria objeto do grampo. Nem Agatha Christie montaria uma história dessas.

ISTOÉ – *Por que acha que ele envolveu o sr. no caso?*

Telmo – Célio tem uma condenação de 14 anos, estava prestes a ser preso... Ele vislumbrou o Programa de Proteção à Testemunha como salvação. Eu já estava sendo apontado pelo Ministério Público e pela PF, então ele inventou essa história. Também ouvi dizer, não sei se é verdade, que existiria uma gravação de Célio contratando um serviço de grampo com alguém.

ISTOÉ – *Como era seu relacionamento com João Guilherme Almeida?*

Telmo – Eu o conheci quando começamos a carreira no serviço. Ele passou aqui dois ou três anos, foi para Brasília e nunca mais nos falamos. Quando voltou a Brasília, pediu minha saída. Que amigo é esse? Não fiquei ressentido porque era direito de chefe, se ele achava que eu estava causando constrangimento.

ISTOÉ – *O Sr. abriria mão de seu sigilo bancário e telefônico?*

Telmo – Sem problema nenhum. Aliás, já devem ter quebrado.

ISTOÉ – *Teme pela sua vida?*

Telmo – Posso crer que, se eu morrer, resolvo os problemas de todos. Se aparecer morto, serei o responsável. E quem fez o grampo vai dar gargalhadas. Apesar disso, estou tentando levar uma vida normal, não ando armado. Sei que já estou morto na vida profissional, a não ser que vá trabalhar para o serviço de inteligência português.

104

Data: 16/10/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil)

Autoria: Sergio Torres (da Sucursal do Rio)

TELMO AFIRMA QUE NÃO SE ENTREGARÁ

Principal suspeito teve nova prisão preventiva decretada anteontem à noite pela Justiça do Rio

Principal suspeito de grampear telefones do prédio do BNDES no Rio, Temílson Antônio Barreto de Resende, conhecido como Telmo na comunidade de informações do governo, disse ontem em entrevista à Folha que não se entregará à Justiça Federal.

Anteontem à noite, o juiz Alexandre Libonati, da 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, decretou a prisão preventiva de Temílson, 48, que está foragido.

Telmo admitiu reaparecer só depois que o TRF (Tribunal Regional Federal) do Rio apreciar o habeas corpus em que o advogado Carlos Kenigsberg pedirá a revogação da ordem. Se o TRF mantiver a prisão, ele permanecerá escondido.

Na primeira vez em que teve sua prisão decretada, Telmo ficou 12 dias foragido. Ele se entregou em 28 de setembro passado. Depois, a prisão foi relaxada.

Na entrevista à Folha, Telmo cobrou o aprofundamento das investigações em torno da cúpula do governo que participou da privatização das estatais de telecomunicações, em 29 de julho do ano passado.

Sem citar nomes, ele se referia ao ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e a André Lara Resende, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), conforme apurou a Folha.

Denunciados pelo Ministério Público Federal por suposta prática de improbidade administrativa, em processo na Justiça Federal do Rio, Mendonça de Barros e Lara Resende deixaram o governo após o estouro do escândalo dos gramos. Analista de informações da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, Telmo desfruta um período de três anos de licença sem vencimentos.

A reportagem da Folha conversou com Telmo por telefone. Segundo informou o advogado Carlos Kenigsberg, Telmo está fora do Estado do Rio.*

Folha - *As investigações apontam para quem teria grampeado os telefones do BNDES, não para quem teria dado a ordem. O que o senhor acha disso?*

Temílson Resende - Como cidadão, acho isso muito estranho. A responsabilidade pela confecção do grampo deve ser apurada. O responsável ou os responsáveis devem responder na Justiça. Agora, jamais se esquecendo das pessoas que foram privilegiadas pelo grampo na privatização da Telebrás

Folha — *Quem foi privilegiado?*

Telmo — De acordo com o que foi publicado na Folha... Não gostaria de citar nomes. Isso tem que ser apurado pela Justiça.

Folha — *O senhor acha que os dirigentes do governo à época da privatização das empresas de telecomunicações, e que deixaram os cargos após a divulgação do grampo, deveriam ser melhor investigados?*

Telmo — Com certeza. Não deve haver privilégio para ninguém. Todos devem ser investigados de acordo com a lei. Hoje a mídia só se preocupa com uma pessoa, a minha. Acho que devem continuar me investigando, como devem continuar investigando todo mundo.

Folha — *O senhor pretende se entregar?*

Telmo — Por orientação de meu advogado, aguardarei a decisão do habeas corpus que será impetrado semana que vem no Tribunal Regional Federal. Como já falei na minha apresentação anterior, não sou nenhum foragido, nenhum bandido. Mas, agora, não vou me apresentar antes do habeas corpus.

Folha — *O ex-policial federal Célio Arêas Rocha afirma que o senhor o convidou para grampear os telefones do BNDES. O senhor nega. Por que Rocha o estaria acusando?*

Telmo — Como todos os que tiveram acesso ao meu depoimento em juízo, com certeza, sem sombra de dúvida, acho essa história fantasiosa, mirabolante e totalmente mentirosa.

Folha — *O senhor chegou a investigar na Subsecretaria de Inteligência quem seriam os responsáveis pelos gramos?*

Telmo — Não investiguei nada. O que houve foi uma informação, vinda de Brasília, de que a Abin (como a SSI é conhecida) teria realizado uma investigação oficial antes da privatização, mas nada ficou comprovado.

Folha — *Para o senhor, veterano no serviço de inteligência do governo, o grampo teve origem institucional, tornando-se mais tarde uma operação comercial?*

Telmo — Sobre isso não tenho meios de aquilatar ou afirmar. Cabe à Justiça determinar.

106

Data: 24/10/1999

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Seção Elio Gaspari)

Autoria: Elio Gaspari (da Sucursal de Brasília)

A ATUALIDADE DO RIOCENTRO CHAMA-SE IMPUNIDADE

Uma patifaria da história: tudo começou (e acabou) com Perdigão; Golbery: “O Medeiros disse que foi coisa do Coelho Neto”

Uma das boas coisas que aconteceram neste ano foi a reabertura do inquérito do caso Riocentro, um fantasma que anda por aí desde 1981.

O que esse fantasma tem de ridículo, tem de atual. Ele reflete a capacidade que o andar de cima tem de preservar seus privilégios por meio de uma rede inviolável de impunidades. Quando a punição de um magano ameaça o conjunto dos privilégios, vale tudo. Vale, sobretudo, obrigar o andar de baixo a engolir mentiras.

Deve-se acreditar que não houve vazamento de informações na desvalorização do real, em janeiro passado, que a Abin achou o grampo do BNDES debaixo de um viaduto, que foram os sem-terra que atacaram a PM em Eldorado do Carajás e que a polícia paulista estava defendendo a ordem pública quando matou 111 presos no Carandiru em 1992.

No Riocentro aconteceu o seguinte:

Enquanto se realizava um show no seu auditório e Elba Ramalho cantava “Banquete de Signos” para 10 mil pessoas, duas bombas explodiram nas cercanias do pavilhão. Uma, perto da casa de força, sem causar danos. Outra, no estacionamento, no colo de um sargento, dentro de um Puma. Ele estava ao lado de um capitão e ambos serviam no DOI-Codi do 1º Exército. Pertenciam ao aparelho de repressão progressivamente desativado desde 1975, que vinha praticando atentados terroristas contra personalidades políticas, bancas de jornais e sedes de publicações esquerdistas.

Era óbvio: o sargento e o capitão iam botar aquela bomba em algum lugar do Riocentro.

Eram veteranos. O capitão Wilson Luiz Chaves Machado, eventual chefe do patrulhamento da segurança do presidente quando ele ia ao Rio. O sargento Guilherme Pereira do Rosário, o agente “Wagner”, especialista em explosivos. Ambos, experimentados detonadores de bancas de jornais..

Apesar de a anistia ter completado mais de um ano, em abril de 1981 os comandantes militares ainda se julgavam senhores do país. Abriram um IPM de fantasia e entregaram-no ao coronel Job Lorena de Sant'Anna.

Ele concluiu que tanto o capitão quanto o sargento foram vítimas de um atentado de esquerda (coisa que não acontecia desde 1972). Ninguém acreditou, mas não se exigia credibilidade. Exigia-se uma choldra conformada com o exercício do poder por meio da mentira.

Graças à competência dos repórteres Amaury Ribeiro Junior e Chico Otávio, bem como às investigações do general Sérgio Conforto, o coronel Wilson Machado viu-se finalmente indiciado criminalmente.

É possível, mesmo sendo arriscado, que se mantenha em silêncio. Pode vir a admitir que estava no Riocentro para explodir uma bomba debaixo de algum dos 2.000 carros parados no pátio. Se escolher esse caminho, sabe que não lhe acontece nada, pois terá reconhecido um crime prescrito há dez anos. Poderá dizer que se manteve em silêncio para não comprometer a memória (nem a pen\$ão) do sargento.

As conclusões já conhecidas do novo IPM indicam que se deseja acreditar que "havia uma guerra" na qual criou-se um "poder paralelo". Falso. Pode-se dizer (com muito exagero) que houvera uma guerra. As organizações terroristas brasileiras estavam destruídas desde 1972. Os últimos guerrilheiros do Araguaia haviam sido executados no final de 1974. Também não houve poder paralelo. À tortura, sancionada pelo Estado até 1975, seguiu-se, a partir de 1976, um surto terrorista de direita. Ele foi tolerado pelo governo, que conhecia a identidade dos criminosos, quase todos funcionários de seu aparelho policial. Não havia ignorância, havia apenas graus de cumplicidade.

Velhas memórias, bem como revelações recentes e as confissões publicadas no livro "A Direita Explosiva no Brasil", de José Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, permitem algumas reconstituições do que houve no Riocentro e, sobretudo, à sua volta.

Uma patifaria da história: tudo começou (e acabou) com Perdigão.

Às 15h do dia 1º de abril de 1964, quatro tanques M-41 do Exército protegiam o Palácio Laranjeiras, a residência presidencial no Rio de Janeiro. João Goulart já havia partido para Brasília, começando sua rota para o exílio. O comandante dessa tropa era um jovem tenente de 27 anos. Chamava-se Freddie Perdigão Pereira. Não aderira ao golpe por receio da reação dos sargentos que o acompanhavam. Por volta das 16h chegaram a um acordo. Perdigão ficaria com três tanques e os sargentos com o outro. O tenente atravessou as centenas de metros que separavam a política brasileira. Foi para a porta do Palácio Guanabara, onde o governador Carlos Lacerda simbolizava a reação ao governo Goulart.

A movimentação dos tanques do tenente Perdigão transformou-se em símbolo da vitória da Revolução. Ele, por reservado, ficou no anonimato. Perdigão tornou-se um quadro daquilo que se chamava de comunidade de informações. Em 1968, como capitão, trabalhava no Centro de Informações do Exército, o CIE. É desse ano o primeiro depoimento de preso político que informa ter sido torturado por ele. Ligou-se a um grupo de oficiais terroristas (alguns deles serviam no CIE) e participou de pelo menos um atentado a bomba, contra o depósito de papel do "Jornal do Brasil". Esse grupo foi responsável por 18 das 20 explosões de bombas ocorridas no Rio em 1968.

Em 1970, Perdigão estava numa barreira de controle de automóveis, na lagoa Rodrigo de Freitas, e interceptou um Volks vermelho. Nele iam três terroristas da Aliança Libertadora Nacional. Um, Carlos Frederico Fayal de Lira, atirou. Acertou Perdigão no peito e na coxa. Ele mancou pelo resto da vida.

Promovido a major, militou no pedaço mais fundo do porão do regime, o aparelho do CIE chamado de "Casa da Morte". Ficava em Petrópolis (rua Arthur Barbosa, 668) e poucos foram os presos que saíram dela com vida. Montada em 1971, essa casa estava apensa à política de extermínio das lideranças do terrorismo de esquerda. Era uma das centrais de "desaparecimento" de pessoas.

O grupo terrorista a que Perdigão estivera ligado em 1968 voltou a agir em 1976. Sequestraram, espancaram, pintaram de vermelho e deixaram nu numa estrada o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano

Hipolito. Depois explodiram-lhe o carro em frente à CNBB. Fizeram panfletagens em Brasília e, pela narrativa de dois deles, chegaram a planejar um atentado contra o presidente Ernesto Geisel.

A essa época, o CIE dedicava-se a inventar guerrilhas na Amazônia. Apurar os atentados que partiam de seus quadros, nem pensar. É comum esbarrar na argumentação de que o combate ao terrorismo de esquerda exigiu sacrifícios de quadros das Forças Armadas. Isso é verdade e, no caso de Perdigão, custou-lhe uma deficiência física. Parece ofensivo afirmar que havia gente metida na repressão para preservar o conforto pessoal. No caso de Perdigão, isso é expresso. Ele contou que decidiu cortar sua carreira militar, que terminaria seguramente no generalato, porque não quis comandar tropa fora do Rio de Janeiro. Preferiu ficar no SNI, como coronel da reserva. Somando o salário à aposentadoria, ganhava bem mais que um general.

Por volta das 20h de 30 de abril de 1981, em Brasília, o chefe da seção de operações do SNI informou ao coronel Newton Cruz que se planejava no DOI do Rio um atentado contra o Riocentro. Segundo a narrativa de Cruz, essa informação fora obtida pelo coronel Perdigão. Preocupado, ele teria convencido uma equipe de terroristas a jogar a bomba perto da casa de força, longe da multidão.

Cruz informa que o coronel Freddie Perdigão Pereira estava na equipe que, uma hora depois, lançou a bomba na casa de força. Uma patifaria da história fez com que um ciclo de poder militar começasse com os tanques de um tenente ingênuo que guardava o palácio presidencial e terminasse com a bomba de um coronel terrorista metido no atentado que desmoralizou a ditadura. (Perdigão permaneceu no SNI até 1987). Morreu dez anos depois, por conta de uma operação de apendicite.)

Golbery: “O Medeiros disse que foi coisa do Coelho Neto”

O capitão Wilson Machado estava no Riocentro para explodir a bomba que detonou o sargento Guilherme Pereira do Rosário. Onde ia explodi-la, só ele pode dizer. No estacionamento, seria um ato intimidatório. No show, um massacre. Na platéia estavam os filhos do comandante da PM do Rio e do ex-chefe do ceremonial da Presidência da República.

É da tradição das denúncias do período militar a transformação do general Newton Cruz, o Nini, na Geni da ditadura. Seja o que for, foi ele. Está entendido que em 1981 o general sabia que o capitão era parte de um atentado planejado pelos agentes do DOI e que o coronel Perdigão estivera na cena da bomba da casa de força. Não era o único a saber disso. Nini não conhecia Perdigão. Vira-o apenas uma vez, rapidamente. Já o chefe da seção de operações do SNI, coronel Ary Pereira de Carvalho, era velho conhecido da turma do CIE.

Que havia generais assegurando a impunidade dos terroristas, não há dúvida. Resta saber se os havia manipulando-os.

Quatro anos depois de deixar o poder, o general Golbery do Couto e Silva, fundador do SNI e chefe do Gabinete Civil da Presidência de 1974 a 1981, contou que “o Medeiros disse que o Riocentro tinha sido coisa do Coelho Neto, mas hoje em dia eu não sei se ele realmente tinha elementos para dizer aquilo. O fato é que ele disse”.

Medeiros era o general Octavio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI. Coelho Neto vinha a ser o general José Luis Coelho Neto, que meses depois seria nomeado chefe de gabinete do ministro do Exército. Militara no radicalismo militar e no terceiro escalão do SNI. Fora o segundo homem do CIE e seu condestável na área operacional. Tinha no gabinete fotografias dos cadáveres da guerrilha do Araguaia. Ele e Golbery se detestavam. Num depoimento que prestou ao Centro de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, disse o seguinte:

“Houve uma investigação no 1º Exército, mas não chegaram a qualquer conclusão. Não deu em nada nem podia dar. - O senhor diz que houve uma questão corporativa? Exatamente. - Então o senhor admite que a iniciativa do atentado partiu de dentro das Forças Armadas? É”.

Golbery costumava dizer que nunca lhe explicaram por que Coelho Neto ficara sob suspeita de ter manipulado o atentado ao Riocentro, nem por que essa suspeita foi abandonada.

Em julho de 1981 o general escreveu uma carta a Figueiredo lembrando que o capitão era culpado e que o SNI tinha uma "dose de responsabilidade pessoal" no episódio. Quando nada, por acobertamento.

O general morreu em 1986, convencido de que chegaria o dia em que o capitão falaria.

107

Data: 10/11/1999

Web site: <http://www.terra.com.br/istoe/>

Publicação: Revista Isto É – edição nº 1571 (Seção: Brasil)

Autoria: Valéria Propato

DENTRO DE CASA

Polícia Federal conclui investigação sobre grampo do BNDES e acusa governo

O escândalo do grampo do BNDES terá finalmente um desfecho. Na quarta-feira 10, o chefe da Corregedoria de Polícia do Mato Grosso do Sul, delegado Rubens Grandini – indicado há um ano para dirigir as investigações sobre a escuta telefônica durante a venda das estatais de telecomunicações –, irá percorrer 1.500 quilômetros de estrada até o Rio de Janeiro com uma bagagem preciosa na mala de seu Tempa: um relatório de seis mil páginas apontando a origem das gravações, o caminho que percorreram e quem se beneficiou delas. O documento será entregue aos procuradores do Ministério Público Federal no Rio e dirá que a ordem do grampo partiu do chefe da Subsecretaria de Inteligência fluminense, João Guilherme de Almeida. O serviço foi executado pelo funcionário do governo Temílson Rezende, o “Telmo”, com a ajuda dos detetives Adílson Alcantara de Matos, o técnico em telefonia Walter de Souza Braga e o ex-funcionário da Telemar Carlos Alberto Meirelles, o “Papinha”.

As conversas que os arapongas gravaram dos bastidores da privatização acabaram ejetando do governo – acusados de tráfico de influência – o presidente do BNDES, André Lara Rezende, e o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros. No início das diligências, a polícia chegou a trabalhar com a hipótese de que a ordem para o grampo teria saído do próprio Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, comandado pelo general Alberto Cardoso. Sob o pretexto de garantir a lisura da privatização, o general teria, no final das contas, ferido o governo com um tiro no pé. Mas Grandini hoje está convencido de que o grampo foi iniciativa da Subsecretaria de Inteligência carioca – chefiada por João Guilherme e vinculada à Secretaria de Inteligência do Gabinete de Cardoso. O objetivo da SI no Rio também teria sido garantir a honestidade da privatização. Só que os telefones na sede do BNDES foram grampeados sem autorização judicial. Quando se deu conta do valor das conversas gravadas, Telmo decidiu vendê-las a quem se interessasse.

O relatório irá dizer também que as fitas chegaram ao governo há quase um ano pelas mãos do próprio João Guilherme. À época, o general Cardoso garantiu que as fitas haviam sido encontradas debaixo de um viaduto e que se chegou a elas através de uma denúncia anônima feita ao coordenador de operações da SI de Brasília, Gercy Sarmento. Naquele dia, porém, a polícia apurou que Gercy só recebeu um telefonema: o de sua esposa. Mais tarde, em depoimento à PF, o general disse que recebeu informações sobre o grampo do próprio João Guilherme. E pediu ao subordinado que obtivesse cópias das fitas. João Guilherme, entretanto, negou que tivesse entregue as fitas ao general e foi indiciado no inquérito sob acusação de prestar falso testemunho. Mas não deixou o governo. Foi transferido para Brasília. Apesar de ter isentado o general Cardoso de responsabilidade na autoria dos gramos, o relatório policial deixa clara a sua omissão no caso. Por ter status de ministro, Cardoso não pode ser denunciado num inquérito policial. Mas os procuradores do Ministério Pùblico não parecem estar

convencidos da inocência do general e podem solicitar à Procuradoria Geral da República a abertura de processo.

Existe ainda a desconfiança de que o governo não tomou nenhuma providência ao saber do grampo por temer a famosa carta na manga que os arapongas teriam em seu poder. De um total de 56 fitas gravadas no BNDES, entre junho e setembro de 1998, uma em especial, a de numero 53, teria conteúdo capaz de provocar o impeachment do presidente FHC. Grandini começou a seguir o rastro dos arapongas em março deste ano, depois de receber uma denúncia anônima. Para incriminá-los, copiou seus métodos e grampeou o telefone de todo mundo. Mas o caso só andou quando o ex-agente federal Célio Areas Correia da Rocha procurou a polícia em setembro para contar que foi convidado por Telmo para participar de uma escuta clandestina no BNDES. Célio disse ter recebido oferta de R\$ 100 mil para fazer o grampo. Mas recusou. Condenado a nove anos de prisão por extorsão, negociou com a polícia o perdão de sua pena em troca de informações. Elaborou então um relatório no qual expõe o submundo da arapongagem no Rio e acusa Telmo e João Guilherme de estarem juntos no grampo.

Sem provas

A denúncia do ex-agente federal transformou Telmo em suspeito número 1 da polícia e do Ministério Público. Ele teve sua prisão decretada duas vezes. Da primeira vez, passou uma noite na carceragem da Polinter, no Rio, e conseguiu o relaxamento da prisão por falta de provas. A segunda prisão foi decretada no mês passado, depois de ter sido feita uma perícia em fitas desgravadas apreendidas na casa do araponga. Telmo está foragido e a polícia está atrás dele. Há também uma série de conversas gravadas entre Telmo e Adílson em poder da Justiça com evidências do envolvimento da dupla no grampo. Numa das fitas, Adílson diz a Telmo para ficar tranquilo porque ninguém pode provar nada contra eles. Mesmo que a polícia os flagrasse sentados em cima de uma montanha de fitas do BNDES. Teriam-se as fitas, mas não haveria o flagrante do grampo. Esse é o ponto frágil do relatório do inquérito. Até sexta-feira, o delegado Grandini tinha milhares de evidências, bons depoimentos e nenhuma prova concreta contra ninguém. Mas ele acredita tanto na versão que está montando para o caso que tem certeza de que os denunciados não vão escapar da condenação da Justiça.

2000

5

Data: 18/01/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Cidade. Página: 19)

Autoria: João Carlos Leal

TESTE DE ARAPONGAS *Aberta inscrição para o serviço de inteligência*

Por volta das 15h, o display da agência central da Caixa Econômica Federal (CEF), no Centro, indicou o guichê. Ivanir Pereira, 45 anos, levantou-se e apresentou a ficha de inscrição. A caixa recusou. Ivanir, que não leu edital do concurso, tinha preenchido o nome no lugar errado, não sabia aonde iria trabalhar e nem possuía a escolaridade pedida para se habilitar a uma das 54 vagas oferecidas. Detetive particular, formado por correspondência em 86, Ivanir sabia apenas o salário - R\$ 2.313,48. O trabalho? “É para ser agente secreto, não é?”

Mais ou menos isso. Desde ontem — e até o próximo dia 21 — a CEF está recebendo a ficha de inscrição e a taxa de R\$ 60 de quem se interessou pelo recente concurso para analista de informações da subsecretaria de Inteligência da Presidência da República. Ontem, no primeiro dia de inscrição, o concurso atraiu 204 cariocas. Pouco, segundo funcionários da CEF acostumados a outros concursos. A maioria, pessoas interessadas mais na segurança de trabalhar para o governo do que propriamente em ingressar na futura Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e cuidar da segurança nacional.

O serviço, descrito no edital, deixa claro que o governo está recrutando futuros e democratas “arapongas”. Pelo texto, os aprovados deverão produzir “documentos de inteligência destinados a assessorar o presidente da República”. E para chegar a eles, continua o edital, pode ser necessário valer-se “inclusive de ações sigilosas”. Tudo isso, para preservar o país de “ameaças internas e externas à ordem constitucional e aos interesses e à segurança nacionais”.

Tarefas que não desestimularam nem mesmo quem só queria um novo trabalho. “Eu acho um serviço normal. Minha mãe é que estranhou um concurso para um trabalho desses ter tanta propaganda”, contou o comissário de bordo Roger Júnior, 27 anos. “Os tempos são outros. Se a pessoa tiver ética, não há perigo de fazer nada antidemocrático”, garantiu a professora e socióloga que, já no clima do novo trabalho, não quis dar o nome verdadeiro: “Me chama de Sílvia”. Cuidado igual ao de uma psicóloga, moradora do Leblon, que se escondia, no Centro, sob um chapéu de praia. “É para publicar? Então sou Teresa”.

11

Data: 05/03/2000

Web site: <http://www.pernambuco.com/anteriores/2000/03/05/index.html>

Publicação: Diário de Pernambuco/PE (Seção: Brasil – Matéria do Dia)

Autoria: Não especificada (do Rio de Janeiro)

SNI RESISTE E MUDA SÓ DE NOME

A Agência Brasileira de Inteligência, criada em dezembro depois de muita discussão no Congresso, herdou do Serviço Nacional de Informações (SNI), a preocupação em combater o “inimigo interno”. A constatação é da pesquisadora Priscila Antunes, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), autora de um

estudo sobre inteligência que foi apresentado como dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense.

“Não existe mais o sentido ideológico, mas eles resistem à mudança de foco”, afirma a pesquisadora, que chegou a essa conclusão depois de inúmeras conversas com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, geral Alberto Cardoso, e com o seu segundo na Abin, coronel Ariel de Cunto. Segundo Priscila, o conceito de “inimigo interno”, foi desenvolvido durante o regime militar, quando os serviços de informações das Forças Armadas foram criados não para a atividade de inteligência, no sentido conceitual, mas para a repressão à luta armada.

“Grande parte dos agentes da Abin é gente que veio do SNI”, diz Priscila. “Eles acostumaram-se a invadir residências, violar correspondências, ignorar os direitos civis e não entendem porque agora teria de ser diferente”, aponta a pesquisadora. Sem saber onde atuar e sem subversivos para perseguir, os agentes da Abin “estão perdidos”, diagnostica Priscila. Isso explica em parte, segundo ela, casos como o do grampo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“A regulamentação da Abin foi feita com base em uma definição vaga de inteligência, ampla demais, segundo a qual qualquer informação justifica uma tomada de decisão”, alerta Priscila, que dá um exemplo: de acordo com os parâmetros da lei que cria a Abin, se a Coca-Cola encomendar uma pesquisa de mercado pode ser considerada uma agência de inteligência.

Outro problema apontado por Priscila é que, até hoje, o Congresso não se mostrou entusiasmado em analisar a atividade de inteligência no País - um dos motivos, para ela, da demora na criação da Abin. “Há um profundo desinteresse e desconhecimento do Congresso sobre o tema, que não dá votos e tem o estigma da ditadura”, avalia.

Para a pesquisadora, a participação dos parlamentares no processo poderia redefinir o conceito de inteligência no País. “Mesmo os deputados que se interessam pelo assunto, como o José Genoíno (PT-SP), estão ainda presos à questão do passado, ao problema do controle, sem se aprofundar em saber o que cabe a uma agência de inteligência”, afirma Priscila.

Ela lembra que o conceito adotado como padrão no mundo ocidental, é de que a atividade de inteligência deve ser voltada para o combate ao inimigo externo. “A inteligência subsidia a segurança do País no caso de conflitos externos”, explica.

14

Data: 02/04/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil. Página: 08)

Autoria: Jailton de Carvalho (de Brasília)

GENERAL REAFIRMA ACUSAÇÃO A MALUF *Cruz desdenha repreensão de ACM no fim da ditadura*

Cabelos brancos e cordial no trato, o general da reserva Newton Cruz, 75 anos, não lembra nem de longe o comandante militar do Planalto que, com um bastão na mão, reprimiu uma histórica carreata na Esplanada dos Ministérios, às vésperas da votação da emenda das Diretas em 1984. Mesmo sem o vigor de quase duas décadas atrás, o general não perdeu o gosto pela polêmica. Numa entrevista ao JB, quinta-feira, disparou petardos contra o ex-prefeito Paulo Maluf e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Denunciado por falso testemunho ao Superior Tribunal Militar, por se negar a revelar os nomes de oficiais envolvidos no atentado à bomba no Riocentro, em 1981, Newton Cruz insiste no silêncio. Mas

abre o verbo para lembrar de outros episódios de sua carreira militar, principal tema do livro que está escrevendo: Cassado e caçado por defender a pátria.

O general reafirmou que, nos estertores do regime militar, recebeu convite de Paulo Maluf para liderar um golpe de Estado e, com isso, abortar a redemocratização em curso. Segundo ele, a proposta foi feita por Maluf em Brasília, durante um ensolarado fim de semana que o general aproveitou jogando peteca com amigos. “Eu tenho várias testemunhas desse encontro”, disse o general, apontando os erros de português na nota com que Maluf rechaçou as acusações de “golpista”.

Isolado

Newton Cruz também minimizou o papel do senador Antonio Carlos Magalhães, que, na derrocada da ditadura militar, repreendeu o então ministro da Aeronáutica, Délia Jardim de Matos. O ato, considerado de extrema ousadia da parte de um civil, teria precipitado o afastamento dos militares do poder. Para Newton Cruz, o gesto de Antonio Carlos, que desde então assumiu posição de destaque no cenário político nacional, não teve a importância atribuída pelo senador. Segundo ele, Délia Jardim já estava isolado e não representava a tendência majoritária dos militares.

Ex-chefe da agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Distrito Federal, Cruz fez duras críticas ao general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e à decisão do presidente Fernando Henrique de criar o Ministério da Defesa. Desolado com os rumos do regime militar e com os transtornos sofridos nos casos Baumgarten e Riocentro, o general vive, com a mulher, que está paralítica, na casa de uma filha no Lago Sul, em Brasília. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Livro

Resolvi escrever um livro pelo motivo mais simples do mundo. Fui acusado por longo tempo de todas as formas. Tenho 75 anos e é provável que esteja mais perto da morte do que muita gente. Então, achei que seria justo deixar num livro respostas a todas as acusações. Agora, não tenho a preocupação de fazer história. Se as posições que eu adotei têm algum valor histórico, isso é outro problema.

Acusações

Repasso a acusação, muito séria, de que eu estaria preparando golpe. O famoso caso Baumgarten, embora eu tenha sido absolvido até no tribunal de júri, de vez em quando vem à tona. Episódios que ocorreram comigo, como a invasão da OAB em Brasília, agressão a jornalista, estão todos no livro. O caso Riocentro, aquilo que diz respeito a mim, eu relato.

Maluf e o Golpe

Eu estava na minha residência, a do comandante militar do Planalto, no fundo do quintal, jogando uma partida de peteca, de manhã, fim de semana, era um sábado ou domingo, quando fui informado de que o Maluf tinha aparecido na minha casa. Desse encontro eu tenho muitas testemunhas. Nessa conversa, o Maluf me disse que estava preocupado porque o Tancredo Neves estava muito doente e podia morrer e, em consequência, acontecer um caos no país. Então se dispunha que alguma ação fosse feita para impedir isso.

Recusa

Não falei que aceitava nem recusava. Ele saiu e foi embora. Em seguida, eu relatei a várias pessoas a nossa conversa. Foi uma proposta indecente. Ele ia fazer uma ilegalidade. Ora, eu sou comandante militar do Planalto, a minha obrigação era defender a posse de quem fosse eleito, fosse quem fosse, ou o Maluf, ou o Tancredo Neves. Isso não quer dizer que a minha opinião era a de que eles devessem ser presidente. É diferente.

Regime de Exceção

Não era regime de exceção. Havia os três poderes constituídos — o Executivo, o Judiciário, o Legislativo. O AI-5 não estava mais em vigor, havia uma Constituição aprovada pelo Legislativo. No meu entender, o que existia era o regime democrático. Mas o conceito de autoridade era diferente do conceito atual. Isso é verdade, mas não era regime de exceção.

Tortura

Nunca o meu nome foi envolvido em tortura. Procura tudo aí, esses livros, nunca houve uma referência ao meu nome. Evidentemente, na posição que eu ocupava, se eu tivesse qualquer relacionamento com essa coisa imunda que é tortura, se eu tivesse tido qualquer informação, certamente eu teria feito o meu papel, escrevendo a respeito a quem de direito.

Acm X Délia Jardim

O discurso do Délia foi inoportuno, não era recado de ninguém. O Antonio Carlos Magalhães, que não era governador, saiu com várias pedradas em cima. O Délia não reagiu, ficou quieto. Foi aí que o ACM passou a jogar pedra para todo lado, porque jogou pedra e venceu. O ACM acha que foi ele que impediu a posse do general Octávio Medeiros, que queria ser presidente da República. Não houve nada disso — o Medeiros nunca caminhou nessa direção. Os militares estavam definitivamente enfraquecidos.

Ditadura Militar

A revolução de 64, quando começou, tinha o apoio popular. Agora, uma revolução que vem para arrumar a casa não dura 20 anos. Durou 20 anos e perdeu a batalha da opinião pública. Não se explicou como devia se explicar e não agiu com o devido vigor, quando tinha que coibir certos desvios.

Badernaço

As medidas que eu tomei eram no sentido de impedir pressão sobre o Congresso, na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira. Estavam formando (manifestantes favoráveis às eleições diretas) uma carreta na frente do meu quartel. Faróis acessos, buzinando. Eu falei: isso não pode sair. Desci, com uniforme de passeio e com o bastão de comando na mão, fui falar com aquela gente. Parece que Deus me ajudou, houve compreensão. Prefiro entender que ninguém teve medo de mim.

Badernaço II

Eu passei entre os carros, fui avançando e admoestando os motoristas, e todo mundo ia apagando a luz. Com esse bastão eu batia no carro. “Olha aqui, você não devia fazer isso, por isso, assim, assim, assim”. Não sei se eu devia usar bastão para bater ou não. Mas isso foi interpretado como se eu estivesse socando os carros. Não foi isso. Batia para admoestar. Pararam de buzinar, apagaram as luzes.

Riocentro

Isso aí é o samba do crioulo doido. O procurador geral da Justiça Militar (Kleber Coelho), em parceria com o encarregado do IPM, fez uma grande confusão. Hoje em dia todo mundo está pensando que eu menti. Cerca de um mês depois do Riocentro, eu recebi um informe de que havia um certo descontentamento entre algumas pessoas do DOE (Departamento de Operações Especiais, do Rio). Eu relatei esse episódio, mas não disse o nome do tenente e o do sargento (que teriam planejado o atentado). Eu estou amparado por lei para não dizer.

Isolamento

Apoio eu tenho do meu advogado, é o único. Eu sou o bode expiatório de uma revolução que efetivamente fracassou. Agora eu me tornei um alvo compensador. Só ouviram falar de mim a partir de 83 por causa do Baumgarten. Eu me tornei um alvo compensador. Não existe a Geni da música

popular – “Joga bosta na Geni”, não é isso? – Pois muito bem, eu era o Nini, o meu apelido é Nini, “joga bosta no Nini”.

Abin

O que existe é um retrocesso de 30 anos, porque o SNI foi uma criação extraordinária. A Abin está misturada com uma secretaria institucional. Voltou ao que era antes da revolução. Quem informa não pode ser aquele que decide. Você não pode misturar operação com informação. Está tudo no gabinete militar, na mão do general Cardoso. Não vai funcionar.

Ministério da Defesa

É totalmente inoportuna a criação, tanto faz se o ministro é civil ou militar. Esse Ministério da Defesa não vai redundar em defesa em coisa alguma. Não vai economizar nada. Para integrar as três Forças já havia um instrumento, que é o Estado-Maior das Forças Armadas.

19

Data: 04/05/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Opinião- Página: 09)

Autoria: Jorge Venerando de Lima (Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais)

MEIA-VOLTA NA LUTA CONTRA O NARCOTRÁFICO?

O recente episódio da queda do ministro da Justiça contém elementos que merecem uma séria reflexão política. A segurança pública, ou a falta dela, é apontada como o principal problema da população brasileira. O crime organizado cresce e as chamadas “bandas podres” contaminam os aparatos policiais. Diante desse quadro, vemos o governo federal paralisado por uma disputa palaciana pelo controle das ações contra o narcotráfico.

O ex-ministro José Carlos Dias saiu do governo porque defendia o respeito à Constituição.

O governo criou a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) com o discurso da necessidade de se promover ações de prevenção contra o uso de drogas. Porém, em menos de dois anos esse órgão passou a operar no campo da coordenação de ações contra o narcotráfico. Ocorre que essa mutação do papel da Senad colide de frente com o texto constitucional, que reserva para a Polícia Federal a atribuição de reprimir o tráfico de drogas.

À primeira vista, pode parecer que se trata de meras querelas corporativistas. Contudo, os fatos mostram que estamos no limiar de um perigoso processo de militarização das políticas públicas de segurança. A Senad é subordinada ao gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, que por sua vez é vinculada à Presidência da República e dirigida pelo general Alberto Cardoso. Além da Senad, essa secretaria também controla a Abin, órgão que sucedeu ao extinto SNI. O titular dessa secretaria vem tendo um crescimento meteórico no núcleo de poder do governo. É reconhecido como um dos principais assessores do presidente Fernando Henrique e é apontado como o responsável pela queda dos ministros Renan Calheiros, Élcio Alvares e José Carlos Dias.

Não satisfeita em chefiar os novos arapongas e desfrutar da confiança do presidente para assuntos militares, o general Cardoso vem, paulatinamente, colocando em prática um antigo sonho dos militares: recuperar a influência sobre a Polícia Federal. Historicamente, a PF sempre foi manietada pelas Forças Armadas. Os diretores gerais do órgão eram coronéis e generais da reserva, as nomeações dos superintendentes regionais passavam pelos crivos castrenses e os militares tinha acesso franqueado a todos os inquéritos policiais federais. Esse cordão umbilical foi rompido na gestão do diretor geral Vicente Chellotti, funcionário de carreira da Polícia Federal, que democratizou o órgão e estabeleceu um marco de independência funcional nas relações com a área militar.

Apesar das fortes pressões do governo norte-americano, a sociedade brasileira não aceita a idéia do envolvimento direto das Forças Armadas na luta contra o crime organizado. A fim de driblar essa resistência, a Senad foi criada como uma espécie de “cabeça de ponte” para camuflar os tentáculos militares numa área em que as intervenções fardadas sempre resultaram em retumbantes fracassos.

O retrospecto das ações da Senad no combate ao narcotráfico é marcado por lances de pirotecnia e resultados pífios. A Operação Mandacaru, no chamado Polígono da Maconha, consumiu milhões de reais, empregou centenas de servidores públicos e teve como saldo a queima de alguns pés de maconha, a apreensão de espingardas e a prisão de peixes pequenos do tráfico na região. No caso da Operação Camaquã, elaborada pela PF para realizar operações conjuntas nas fronteiras Brasil-Bolívia, a imprensa divulgou que o ex-secretário da Senad anunciou antecipadamente os planos da operação. Às vésperas da queda do ministro da Justiça, foi plantada uma nota na imprensa sobre a retirada da PF da órbita do Ministério da Justiça. Diante das repercussões negativas, os artifícies dessa manobra desmentiram o propósito. Entretanto, os sinais indicam que o general Cardoso não descansará enquanto não transferir a PF para o organograma de sua secretaria. O curioso é o comportamento do presidente Fernando Henrique frente a essa situação de duplicidade de comando. A forma que o governo encontrou para resolver o conflito — afastamento dos responsáveis pela pasta da Justiça e pela Senad — poupar o verdadeiro pivô das desavenças.

O general Alberto Cardoso está se tornando um intocável no governo FHC. Qual será o elixir utilizado para a sua preservação na crista do poder? Há alguns tempos comentava-se que o presidente da República seria refém de fitas sobre o escândalo Sivam, que estariam sob a guarda de um ex-diretor geral da PF. No final, o diretor foi demitido e todos sobreviveram. **Diante do crescimento intangível de um general que controla o setor de informações do governo, vale questionar se não estamos vivendo, como farsa, o surgimento de um Edgar Hoover tupiniquim. A blindagem do general Cardoso estará na sua competência profissional ou em seu indefectível talento para encontrar fitas debaixo de viadutos?** Qualquer que seja a resposta, faço minhas as palavras de despedida do ex-ministro José Carlos Dias: “Não podemos transigir com a direita e os reacionários”.

25

Data: 10/05/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 06)

Autor: Sonia Carneiro (de Brasília)

O TESTE DA NOVA “INTELIGÊNCIA”

Sistema recém-criado enfrenta greve e mobilização de agricultores e aposentados

O novo órgão de Inteligência criado anteontem pelo presidente Fernando Henrique para atuar na área de Segurança Pública enfrentará o seu primeiro teste hoje e amanhã, quando terá de conter uma manifestação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a mobilização dos aposentados e centrais sindicais contra o salário mínimo e a anunciada paralisação dos funcionários públicos.

O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública será comandado pelo chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), general Ariel de Cunto, que é subordinado ao general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional. O Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública se reunirá no Palácio do Planalto e encaminhará relatórios trimestrais ao presidente da República.

Sem repressão

Ontem, o ministro da Justiça, José Gregori comentou a criação do novo órgão de inteligência do governo, afirmando que não acredita que ele vá atuar nos moldes do antigo Serviço Nacional de Informações - SNI. “**O governo não deixará que ele se transforme no extinto SNI. É inevitável**

que o novo órgão reforce a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, mas não fará repressão", garantiu Gregori. O ministro negou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao seu ministério será esvaziada.

Para Gregori, a troca de informações entre estados, União e o novo órgão de inteligência na área de inteligência poderá evitar novos conflitos. "É um problema a ser enfrentado por todas as democracias do mundo. Quando se cria um organismo como esse, há desdobramento de certos serviços sempre no sentido, no rumo e na pauta democrática. Jamais se identificará na Abin, o que acontecia no passado que era condenável. Ao invés de colher os fatos, e de interpretá-los, eles fabricavam os fatos. Essa será a grande diferença", comentou Gregori.

O subsistema será composto pela cúpula da nova inteligência brasileira. O presidente do Conselho será o diretor-geral da ABIN, general Ariel de Cunto, e o diretor adjunto da Abin, além de dois representantes do ministério da Justiça, e dos órgãos de inteligência da Polícia Federal. Dos cinco representantes do ministério da Defesa, todos representarão os órgãos de inteligência das Forças Armadas.

Reação

Na Câmara dos Deputados, o ex-líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP) disse que o governo "extrapolou". "Não vamos aceitar esse decreto e vamos tomar medidas para anulá-lo", ameaçou Genoíno. O deputado informou que a Abin passou mais de três anos para ser aprovada pelo Congresso Nacional e o presidente da República não pode por uma canetada assinar um decreto que reativa toda a rede de inteligência tão ampla quanto a do antigo SNI.

É que pelo decreto, os estados através de convênios poderão participar ou não do novo órgão. Até hoje, 22 dos 27 estados já tinham manifestado desejo de aderir ao subsistema e serem favorecidos também com informações estratégicas.

26

Data: 10/05/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A6)

Autoria: Não especificada (da Sucursal de Brasília)

GENOINO CRITICA “PODER PARALELO” DE NOVO ÓRGÃO

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública criado pelo governo poderá se transformar em um poder paralelo à própria autoridade do presidente e em um órgão de repressão política e social, como no período dos governos militares.

A seguir os principais trechos da entrevista concedida à Folha pelo deputado, que é membro da Comissão de Defesa da Câmara:

Folha — *Por que o sr. considera o subsistema perigoso?*

José Genoíno — A criação do sistema traz um risco muito grande independentemente da vontade e do caráter das pessoas. Poderá reeditar a comunidade de informação. Acaba criando um poder e uma força muito grandes e estabelece um braço político. Vira um poder paralelo. Integram junto com a Abin (Agência Nacional de Informações) no funcionamento único toda a área de inteligência do país, civil e militar, e a dos Estados, onde estão as "P2" (como são conhecidos os serviços reservados da PM). O perigo é esse sistema produzir informações e análises independentemente de o ministro ou de o governador pedirem. As informações e os dados das áreas da Polícia Federal, das Relações Exteriores e da Defesa estarão centralizados em um comando único.

Folha — *Qual é o temor?*

Genoino — O temor é a velha ótica da ordem interna. Foi criado um modelo de inteligência que não dá certo e em momento inopportuno. Estamos vivendo um clima de endurecimento do governo no enfrentamento dos movimentos sociais.

27

Data: 10/05/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A6)

Autoria: Valdo Cruz (da Sucursal de Brasília)

NOVO SERVIÇO É DEMOCRÁTICO, DIZ GENERAL

Alberto Cardoso defende criação de subsistema de inteligência e nega que seja uma recriação do antigo SNI

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, disse à Folha que desafia quem quer que seja a encontrar no mundo legislação mais democrática de serviço de inteligência do que a brasileira.

“Eu desafio. Conheço todas. A nossa é a mais democrática”, afirmou, procurando rebater as críticas de que ele estaria recriando o antigo SNI (Serviço Nacional de Informações) e promovendo uma militarização do governo.

Cardoso, 59, ficou no foco das atenções devido aos últimos episódios que monopolizaram as ações do governo: os incidentes das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, a greve dos caminhoneiros e as invasões de prédios públicos pelo MST.

Responsável pela criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, o general disse que ele não representa a volta do SNI. “Nada é imposto como antigamente”.

Apesar de não admitir que o governo tenha sido surpreendido pelos últimos episódios, como as invasões de prédios públicos, Cardoso disse que essa versão tem seu lado positivo.

“É até bom acharem que a Abin se surpreendeu, porque é uma demonstração de que ela não está grampeando ninguém. Se estivesse, estaria sabendo até os endereços (das invasões).”

Leia a seguir a entrevista concedida ontem pelo general um dia após a publicação do decreto — que ele nega ter relação com os incidentes com o MST. “Saiu coincidentemente após esses episódios.”

Folha — O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública representa a recriação da rede de informações do extinto SNI?

Alberto Cardoso — Não, não representa. Olha, vamos falar um pouco da Abin, voltar um pouco no tempo para entender melhor o caso. A lei de criação da Abin, do Sistema Brasileiro de Inteligência, foi sancionada pelo presidente em 7 de dezembro de 99. Depois de um longo período de discussões de um projeto de lei elaborado aqui, na antiga Casa Militar. E por que elaborado na Casa Militar? Porque desde abril de 96, como o presidente vinha enfrentando dificuldades em conduzir a criação da Abin, ele vinculou a nós a então Subsecretaria de Inteligência, com a finalidade de criar uma agência brasileira de inteligência. Em setembro de 96, enviamos para a Casa Civil a proposta de criação da Abin. Em setembro de 97, depois de um ano de discussões no Executivo, a proposta foi para o Congresso. Em novembro de 99, o Congresso finalmente aprovou. Ou seja, quase dois anos de discussões com os parlamentares, com as esquerdas, com todas as pessoas interessadas no assunto. Essa lei, gostaria de deixar claro traz um dispositivo inovador para toda a América Latina e que poucos países do mundo têm: o controle externo, proposto por nós, da atividade de inteligência por uma comissão do Congresso. Faço esse preâmbulo para mostrar como vem sendo tratado de uma maneira muito democrática esse assunto.

Folha — *Mas o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública está previsto na lei?*

Cardoso — Não, a lei da Abin prevê o Sistema Brasileiro de Inteligência. Agora, um sistema tem vários subsistemas, que já existem informalmente. Nem pensem que vai ter gente da inteligência nos ministérios. O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública não é um sistema de inteligência de segurança interna. Não é nada voltado contra um inimigo interno, mesmo porque não há inimigo interno.

Folha — *O governo não encara o MST como um inimigo interno, já que divulgou a avaliação de que o movimento trabalha não pela reforma agrária, mas pela derrubada de um governo eleito democraticamente?*

Cardoso — Não, não é um inimigo interno. O MST é um movimento social, com uma vertente política. Então, não há inimigo interno no país e não é um sistema, portanto, contra nenhum inimigo interno. É um sistema para segurança pública. É o combate ao crime e à violência. E por que a necessidade de um sistema de inteligência de segurança pública? Porque nós temos que nos organizar, porque nós estamos atrás do crime organizado. Ele ultrapassou o Estado brasileiro em capacidade de organização. E a primeira coisa a organizar é o fluxo de informações nos Estados.

Folha — *De onde surgiu a idéia desse subsistema?*

Cardoso — Foi uma idéia aprovada unanimemente por todos os componentes de um grupo de trabalho que o presidente constituiu para se tratar de um Plano Nacional de Segurança Pública. É uma das medidas do plano, aprovada por todos, pelo presidente, e então saiu esse decreto. Quais eram os membros permanentes desse grupo: o chefe da Casa Civil, o secretário-geral da Presidência da República, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional e o ministro da Justiça. Então não é nada de recriação do SNI. Mesmo porque os contextos são diferentes, os objetivos são diferentes. Os governadores estão sendo convidados a participar. Nada é imposto como antigamente. É tudo feito dentro da idéia federativa. Foi enviado um ofício para os governadores, no dia 1º de março, convidando para participar do subsistema. Então passou todo o mês de março, todo o mês de abril, e o decreto saiu agora, nesse início de maio.

Folha — *Mas por que o decreto saiu somente agora, logo depois dos atritos com o MST na semana passada? O governo decidiu apressar o decreto?*

Cardoso — Negativo, negativo, negativo. Tanto negativo que eu fiz no dia 1º de março ofício convidando governadores a participar do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Muitos estão respondendo, alguns dizendo desde logo que querem participar, outros dizendo que o assunto está sendo analisado por seus especialistas. Não houve correria.

Folha — *Ministro, mas como um sistema de rede de informações em todo o país está muito ligado ao que era o antigo SNI, que fez parte de um período traumático da história brasileira, não teria sido melhor discutir esse subsistema com o Congresso antes de adotá-lo? Principalmente no momento atual, depois dos últimos episódios?*

Cardoso — Não. Primeiro, a discussão com o Congresso tomou quase dois anos de um tema muito mais profundo, mais importante do que esse subsistema, que foi o Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, no Congresso, o assunto já estava esgotado. Agora é um subsistema e virão outros, de inteligência tecnológica, de proteção de conhecimento, de conhecimento estratégico. Saiu no dia de ontem, coincidentemente após esses episódios.

Folha — *Não é muita coincidência, ministro? O governo não decidiu apressar o decreto?*

Cardoso — Não, não. Eu estou te mostrando. O ofício para os governadores é de 1º de março.

Folha — *Mas o subsistema é uma forma de obter informações sobre movimentos como o MST nos Estados?*

Cardoso — Bom, o MST é um assunto recorrente. E por que virou um assunto recorrente em temas de segurança pública? Porque ele entrou na área de segurança pública, com essas ações violentas. **Não é um sistema para o MST, mas para obter informações de ações de segurança pública.** Se entrar

na seara da segurança pública, vai entrar na abrangência desse subsistema. Agora, qual governo pode abrir mão de ter informações?

Folha — *O deputado José Genoino (PT-SP), que acompanha de perto o assunto, está acusando o governo de militarizar o sistema de inteligência ao colocar os serviços das Forças Armadas dentro dele.*

Cardoso — Não, não. Essa conversa com o deputado é longa, de três anos atrás. Ele falou em militarização quando o presidente vinculou à Casa Militar a então Subsecretaria de Inteligência. Eu desafio que se encontre em qualquer país do mundo uma legislação que trata do serviço de inteligência mais democrática do que a nossa. Eu desafio. Conheço todas. A nossa é a mais democrática. Não se trata de militarizar, de se recriar SNI. Os tempos são outros. O que se procura é instrumentalizar o governo para ter as informações que precisa para atuar nisso que é a preocupação número um: segurança pública.

Folha — *Esse subsistema é uma forma de acabar com uma deficiência do governo, que tem sido surpreendido ultimamente?*

Cardoso — Surpresa, aí vem outra história. Outro dia li aí que a Abin se surpreendeu com a ocupação dos prédios públicos pelo MST. Veja só, nós estamos organizando uma inteligência federal que trata de informações num nível estratégico para o presidente. Informações estratégicas são aquelas que permitem ao presidente, sob o ponto de vista de segurança do Estado, segurança da sociedade, juntar todos os pontos de vista para conduzir suas estratégias para chegar aos objetivos de suas políticas. É esse nível de informação que a Abin produz. Esse nível de que em tal dia, em tal hora, tal prédio vai ser ocupado por tal movimento, esse é um nível tático policial. Estados onde esse nível tático policial funciona bem, como por exemplo São Paulo, três minutos depois de o prédio ser ocupado a polícia estava lá dentro esvaziando, sem ficar esperando reintegração de posse. Estava lá cumprindo seu papel de polícia, seu papel de segurança pública.

Folha — *O sr. está querendo dizer que esse não é o tipo de trabalho da Abin, de ter agentes infiltrados, como muita gente diz..*

Cardoso — Não tem, é proibido ter, é diretriz rigorosa nossa. Não tem ninguém infiltrado, não tem ninguém ouvindo telefone de ninguém. Olha, é até bom acharem que a Abin se surpreendeu com essas invasões, porque é uma demonstração de que a Abin não está grampeando telefone de ninguém. Do MST, de ninguém. Se estivesse grampeando, estaria sabendo até dos endereços. Agora, qual era a tendência? Alguém tinha dúvida de que havia uma tendência de o movimento recrudescer suas ações no início de maio, inclusive aproveitando a greve dos caminhoneiros? Essa tendência tinha sido levantada nesse nível estratégico pela Abin.

Folha — *A que o sr. atribui a avaliação na opinião pública de uma possível militarização do governo?*

Cardoso — Não é a opinião pública. (o locutor se omite de dizer quem seja – os jornais?) Eu recebo aqui cartas dizendo: “Vão em frente, vão ajudar o país”. Agora, primeiro não se está militarizando. É uma premissa falsa. Aqui no nosso gabinete eu estou trazendo muitos civis para trabalhar conosco para acompanhar esses problemas. Há oficiais, é claro, de altíssimo nível. É um pessoal que podemos contar com mais facilidade para essas análises. Mas isso não é militarização. A Abin já baixou muito de 30% do pessoal antigo. Tem uns poucos militares lá. No mundo inteiro, o serviço de inteligência é estruturado por pessoal militar. Nos Estados Unidos, França, Inglaterra, tudo é assim. Primeiro, a premissa da militarização é falsa. Segundo, a opinião pública não tem essa preocupação.

Folha — *Essa premissa não tem como uma de suas bases o fato de o sr. estar se fortalecendo muito dentro do governo?*

Cardoso — Olha, quero explicar meu conceito, que não é meu, é teoria da grande política. O povo delega ao presidente da República algumas atribuições e responsabilidades. Dentre elas o povo delega o poder popular e a autoridade popular. O presidente não subdelega poder. O poder é dele, a responsabilidade única é dele de aplicação do poder. Ele delega por necessidade mesmo de administrar o país, subdelega autoridade. Então, todos nós, ministros, assessores, servidores públicos, somos

agentes da autoridade delegada pelo presidente. E não agentes do poder do presidente da República. Não temos poder. Eu digo: se ilude aquele ministro que acha que tem poder. Corre o risco de, numa primeira iniciativa errada, cair fora. Aí ele vai ver que seu poder não existia, estava ao alcance da caneta do presidente da República. Então, essa história de que o Cardoso está recebendo muito poder... Não, o Cardoso está recebendo algumas atribuições que o presidente resolveu colocar aqui, nenhuma delas pedida ou insinuada por nós.

Folha — *Mas com isso o presidente está conferindo poder ao sr. dentro do governo?*

Cardoso — Não é poder. Ele está delegando parte da autoridade dele para ajudá-lo na ação governamental, na área das drogas, na área da inteligência, nessa área de Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

31

Data: 11/05/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Internacional - Página: 10)

Autoria: Sonia Carneiro (de Brasília), com a colaboração de Paulo Fona

GOVERNO APURA OPERAÇÃO CONDOR

Investigação tem luz verde e diretor da Abin admite que militares brasileiros participaram de repressão conjunta no Cone Sul

O advogado geral da União, Gilmar Mendes, enviou ontem ao general Alberto Cardoso, ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional, ofício pedindo que responda oficialmente às solicitações de informações da Justiça argentina, inclusive sobre o desaparecimento no Brasil dos argentinos Horácio Campiglia, Lorenzo Ismael Viñas e Monica Susana Pinus.

O documento era o sinal esperado pelo coronel Ariel de Cunto, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para responder a todos os pedidos de informações enviados pelas Justiças do Brasil e da Argentina. “Não temos nada a esconder. Nós estamos de acordo. Só estamos aguardando o envio da documentação para responder sobre a Operação Condor. Fizemos a pesquisa nos nossos arquivos, e quando chegar a solicitação responderemos com tudo que tivermos lá”, informou de Cunto pouco antes do ofício chegar ao gabinete do general Alberto Cardoso. A Abin está subordinada à Secretaria de Segurança Institucional.

O coronel Ariel de Cunto, 59 anos, admitiu ontem ao JORNAL DO BRASIL a possibilidade de órgãos militares de informação terem participado da chamada Operação Condor. O coronel disse que, na pesquisa iniciada pela Abin nos arquivos herdados de órgãos de segurança, ainda não foi encontrado nenhum registro de um plano com o nome de “Operação Condor”, mas não descartou sua existência. “Acredito que a operação conjunta dos Exércitos brasileiro e argentino de maneira nenhuma existiu. Mas acredito na dos serviços de inteligência, que evidentemente, tinham participação de militares. Mas Exército é uma coisa, serviço de inteligência é outra”, enfatizou o coronel.

Ele admite, também, que militares ligados ao extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), possam ter participado de operações conjuntas com serviços de inteligência de outros países na época do regime militar, mas o Exército brasileiro não.

SNI

Cunto não soube explicar se a atuação dos militares era oficial ou paralela nessas operações conjuntas nem dizer se era a cúpula do SNI que autorizava as mobilizações. “Isso eu não sei. O SNI foi extinto em 1990, e muitas coisas aconteceram. Cheguei na Abin em 1996, não sei de nada”, afirmou o coronel.

Ofício idêntico ao enviado ao general Cardoso foi encaminhado ao ministro da Justiça, José Gregori, uma vez que a Polícia Federal é um dos “organismos de segurança” do governo brasileiro. Foi encaminhado, anexo, o despacho do presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Galotti, pedindo as informações à Presidência da República, e o parecer do subprocurador-geral da República, Cláudio Fonteles, solicitando ao presidente Fernando Henrique para que responda às informações. “Examinamos o assunto e encaminhamos a documentação ao general Cardoso e ao ministro Gregori”, informou Gilmar Mendes.

Seqüestro

Os argentinos Horácio e Susana viajavam no dia 12 de março de 1980, do Pananá para Buenos Aires, no vôo 344 que saiu da cidade do Panamá na véspera. Há suspeitas de que teriam sido seqüestrados no aeroporto do Galeão. A informação está no habeas corpus interposto por familiares perante a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, na Argentina.

Lorenzo Vinás, teria desaparecido em 26 de junho de 1980, às 11h, dentro de um ônibus da empresa Pluma, carro número 7825, passagem 93.034, poltrona 11, que partiu de Santa Fé, Argentina, com destino ao Rio. Ele teria sido seqüestrado na fronteira em Pasos de Los Libres-Uruguaiana, possivelmente do lado brasileiro.

O coronel Ariel de Cunto não se negou a comentar estes episódios. Segundo ele, por enquanto não foi encontrado nenhum indício da existência deles nos arquivos. Ele disse que a Abin não se recusará a dar esclarecimentos nem comparecer à Justiça. “Da nossa parte, o que a Justiça determinar nós vamos fazer. Isso não tem dúvida”, confirmou Cunto.

33

Data: 12/05/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Editorial - Página: 08)

Autoria: Jornal do Brasil

CONDOR E CLAREZA

Está cada vez mais claro, está claríssimo mesmo, que houve acordos entre as ditaduras do Cone Sul nos anos em que as ditaduras eram comuns no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Paraguai. A época em questão, os anos 70 e princípio dos anos 80, pode ser chamada de auge dessas ditaduras. Nela, não resta nenhuma dúvida de que os serviços de inteligência das várias ditaduras se entenderam.

Há algumas semanas, precisamente no dia 25 de abril, através de um material exclusivo do JORNAL DO BRASIL, tomou-se conhecimento de que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, concedera autorização, cerca de um mês antes, para cumprimento de carta rogatória em que a Justiça argentina pedia informações e documentos aos órgãos brasileiros competentes sobre o destino de três cidadãos argentinos provavelmente detidos no Brasil em 1980 e depois desaparecidos.

Daí para cá, a partir de dados novos levantados, de entrevistas, de mobilização em torno do assunto, ninguém mais pode ignorar que, seja com a denominação que tornou essa realidade conhecida – Operação Condor – ou de que modo for, o entendimento entre as ditaduras militares latino-americanas existiu. Como nesse tipo de coisa, porém, é grande a possibilidade de confusão – e nunca falta quem apareça com a intenção única de jogar lenha na fogueira –, torna-se essencial estar prevenido contra a má-fé, eternamente má conselheira: houve, sim, colaboração entre os serviços de informação daquelas ditaduras, nunca entre os exércitos ou quaisquer forças armadas dos países em questão.

Fez muito bem em deixar essas coisas bem claras o diretor geral da nova Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que aliás nenhuma ligação tem com o antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), do tempo do arbítrio. As funções são semelhantes, tudo bem. Mas, semelhante não quer dizer igual: primeiro, não se pode fugir do fato de que esse tipo de repartição é uma coisa em tempos de ditadura e outra completamente diversa num governo democrático. Depois, a Abin nasce em meio a uma série de irmãs (agências) que o governo atual cria dentro de um espírito de modernidade que se afasta de modo radical do SNI. O velho SNI de modo algum é seu modelo nem pode ser tomado como tal.

Esse é um dado fundamental da Operação Condor, que neste momento está inelutavelmente presente no noticiário: houve ligação entre os serviços de informações dos países governados por militares à base da força. Nenhum envolvimento, porém, do Exército nem de qualquer das forças armadas, como instituições. O Brasil não tem o que esconder. Ao contrário, tem de desejar que tudo seja transparente, que as Justiças de cada país autorizem a divulgação correta do que for necessário para que tudo seja feito de modo cristalino. Mas não pode permitir que sua história seja torcida.

36

Data: 14/05/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: A Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: No Planalto - Página: A16)

Autoria: Josias de Souza (Diretor da Sucursal de Brasília)

A VOLTA DO GRAMPO

O caso do grampo no BNDES, que se imaginava enterrado, reserva uma última surpresa para o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu governo: a Procuradoria da República no Rio enviará a Brasília, em poucas semanas, uma denúncia formal contra o todo-poderoso general Alberto Cardoso, chefe do esquema de arapongagem que fsgou o alto tucanato pelo bico.

Quem se deu ao trabalho de enfrentar a leitura de todo o papelório reunido durante a investigação emergiu da aventura com a sensação de que o grampo jamais saiu da esfera institucional. Ele foi tramado e executado no ambiente da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência (sic) do governo.

O que se dirá contra Alberto Cardoso é que há fartos indícios de que, se não planejou, o general ao menos soube do grampo. E, tendo sabido, nada fez. Ou, por outra, fez pior: tentou camuflar o episódio, fabricando versões.

Poucos engoliram o conto da carochinha segundo o qual as fitas chegaram ao general por intermédio de uma denúncia anônima. Engoliu-se menos ainda a parte da história que diz respeito ao resgate das fitas, sob um viaduto, na saída de Brasília.

Embora incômoda, a denúncia contra Cardoso não deve tirar o sono nem de FHC nem o do próprio general. Renderá, é certo, notícias de jornal. Mas a chance de seguir adiante é próxima de zero. Não por demérito da acusação, mas por falta de vontade.

O futuro do processo contra o general será posto nas boas e condescendentes mãos do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Caberá a ele decidir se o caso deve ou não prosseguir. Desnecessário gastar o latim. Basta que se relembre o apelido de Brindeiro nos gabinetes de Brasília: “Engavetador-geral da República”.

Assim, a denúncia contra Cardoso servirá apenas para que se relembre um ou outro detalhe da operação de venda das teles. O que não é pouco, diga-se.

Como se recorda, o negócio foi trançado numa atmosfera de alto risco (“no limite da irresponsabilidade”). O linguajar do grão-tucanato aproximou o governo do professor Cardoso das mesas de botequim. Abusou-se da vulgaridade (“se der m..., estamos juntos”) e da truculência (“temos de fazer os italianos na marra”).

De resto, o próprio presidente (“a bomba atômica”), hoje dado a sentir “asco” de estripulias alheias, não hesitou em pôr-se à disposição. Acionado (“A idéia é que podemos usá-lo aí para isso”), assentiu (“Não tenha dúvida, não tenha dúvida”). Fatos assim não podem ser esquecidos.

37

Data: 14/05/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Internacional - Página: 12 - Entrevista)

Autoria: Sônia Carneiro, Renata Giraldi e Paulo Fona

GENERAL DUVIDA QUE CONDOR EXISTIU

Encarregado de investigar sumiço de argentinos, Cardoso não pesquisa nas Forças Armadas

O general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional e encarregado de informar à Justiça da Argentina sobre o desaparecimento de três cidadãos deste país, no Brasil, supostamente dentro da Operação Condor, declarou ao JORNAL DO BRASIL que não tem sequer elementos para saber se existiu a operação que coordenava a repressão entre as ditaduras do Cone Sul. “O levantamento já tem uns dez dias”, afirmou, explicando que o prazo vai até o dia 25, mas que nada há até agora sobre a Operação Condor.” Reconheceu, sem detalhes, apenas que há sinais de ações no Rio Grande do Sul. Segundo o general, hoje o setor de inteligência não pesquisa arquivos das Forças Armadas nem tem poder para convocar nem interrogar ninguém. (Página 12)

MATAR NÃO É DA NOSSA ÍNDOLE

– *O que o senhor está fazendo para responder às perguntas da Justiça argentina sobre o desaparecimento de três cidadãos argentinos, no contexto da Operação Condor?*

– A partir do momento em que o Judiciário brasileiro acatou a solicitação da Justiça argentina, o governo brasileiro acatou também, automaticamente. E o Executivo brasileiro tem a determinação do presidente de apoiar, em tudo o que for possível, que estiver à disposição, o Judiciário brasileiro.

– *Mas o que já foi feito?*

– Tão logo nós vimos essas notícias no jornal, na nossa área, determinamos que começasse a se levantar, o que há nos arquivos, se há alguma coisa nos arquivos. Esse levantamento já tem uns dez dias que vem sendo feito. Me informa o coronel Ariel de Cunto [diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência] que até agora não tem nada encontrado especificamente dessa Operação Condor. Houve ações no Rio Grande do Sul, mas ainda não terminamos a pesquisa de arquivo.

– *Quanto à existência da Operação Condor...*

– Não creio.

– *Mas quando terminará o trabalho?*

– Temos um prazo solicitado pela Advocacia Geral da União, de 25 de maio, de responder uma precatória que nos chegou. Eu acho que vai dar para atender.

– *O coronel Cunto disse que não encontraram nada com essa expressão ‘Operação Condor’, mas que haveria a possibilidade de militares ligados a órgãos de informação terem participado de uma coisa semelhante a um plano de ação coordenada para repressão. O senhor também tem algum indício de que isso pode ter acontecido?*

– Eu concordo com o Cunto, só explicando o seguinte: isso é opinião.

– *Não é ainda informação?*

– Não. E é uma opinião, que fala em probabilidade. Então a possibilidade há, até mesmo de não ter havido, uma probabilidade muito baixa de não ter havido a operação. É possível, probabilidade é baixa. Agora, participação de militares, fora das Forças Armadas, que estivessem como civis também... O serviço de inteligência na época tinha militares e civis. A participação de civis em uma eventual, uma possível 'Operação Condor', é possível. Agora o grau de probabilidade eu não sei.

– *Na documentação por enquanto não se achou nada, mas alguma coisa parecida?*

– Não tenho essa informação.

– *Nem esse levantamento preliminar, em arquivos...*

– Nos arquivos existentes. E eu tenho os arquivos aqui na nossa agência central e as agências regionais têm também seus registros. O ponto que eu gostaria de desde logo dizer é que o SNI foi extinto em 1990, pelo presidente Collor. Nós recebemos a vinculação da então subsecretaria de inteligência, que era da SAE, e passou para a Casa Militar, em 1996. Com isso eu não quero fugir a nenhuma responsabilidade, eu estou dizendo que no período, houve um hiato enorme.

– *Houve risco nesse período dos arquivos terem sido destruídos?*

– Eu não diria... Eu não estou dizendo que isso tenha acontecido, nem quero insinuar. Eu só quero registrar que houve esse hiato aí.

– *O senhor, por exemplo, vai pesquisar os arquivos dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha, do Exército, ou só na área de inteligência?*

– Não, só vou pesquisar no que é subordinado a mim, que é a Abin e as agências regionais.

– *Pode haver muitos documentos nos outros comandos que podem não ter chegado ao senhor...*

– Não sei se tem. Vamos raciocinar pragmaticamente. Já não era mais a época, chamada a época dura, já estávamos em plena abertura. Então aquela certeza de que aquele sistema ia durar eternamente não existia.

– *O governo brasileiro não vai se afastar da responsabilidade...*

– O presidente deixou muito claro e já vi declarações do ministro [da Justiça, José Gregori], que pensa até em mudar a legislação de indenização para, se for realmente comprovado, indenizar as famílias, que parece que são três.

– *Sobre esses três cidadãos argentinos desaparecidos o senhor também não recebeu nenhuma informação?*

– Não, nada.

– *E as eventuais reações de pessoas que participaram dessas operações?*

– Não, desse tipo, nada...

– *Houve algum militar que se ofereceu ao senhor para falar o que sabe dessa operação?*

– Não. Não teve ninguém aqui.

– *O juiz argentino, Claudio Bonadio, quer vir ao Brasil interrogar militares brasileiros. Ele tem uma lista de militares brasileiros que ocupavam postos-chave naquela época. Um deles seria o general Newton Cruz...*

– Isso é assunto da Justiça, do Judiciário. O Judiciário brasileiro, acatando qualquer solicitação dessa, e determinando que assim seja feito, assim será feito. Aí no caso não interessa a opinião de um ou de outro.

- Entre os militares estão o general Newton Cruz, ainda estão vivos o Otávio Medeiros, Euclides Figueiredo, o ex-chefão do SNI do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Ponzi. Os senhores nem conversaram com eles?
- Se nós tivermos indícios nos arquivos de que há necessidade de conversar com pessoas, a gente conversa. Quero deixar claro que o serviço de inteligência não pode convocar pessoas. Isso é assunto policial. O serviço de inteligência não convoca, não interroga.
- Então é difícil isso dar em alguma coisa...
- Eu não diria, a priori, isso.
- Então o presidente não abriu os arquivos...
- Vamos estabelecer uma regrinha nossa aqui. Vamos ficar na linha dos fatos. O que o presidente determinou é que o Executivo vai apoiar, com tudo o que tenha disponível, a Justiça.
- O senhor acha viável responder as perguntas? Qual é a sua avaliação sobre o questionário desse juiz argentino?
- O questionário é pertinente. Há dúvidas, o questionário retrata bem as dúvidas dele.
- Pode ser que ele queira ter elemento sobre as detenções...
- O que ele deseja é elementos que facilitem as investigações internas. Como fala-se em contatos externos, eles querem saber se houve os contatos.
- Ele quer saber das prisões dos argentinos, no Galeão. Será que não tem como apurar se houve essa prisão no Galeão? Vai-se chegar até esse detalhe?
- Não sei. Da nossa parte, o que eu digo é o seguinte: o serviço de inteligência trabalha com seus arquivos e trabalha com testemunhos, trabalha com entrevistas, com pessoas. Entrevista eventuais testemunhas. Agora investigações, assim, a fundo, convocações...
- O senhor conhece o general Énio Silveira e o capitão Paulo Malins?
- O Énio Silveira foi um general conhecido. Quer dizer, eu não o conheço, eu sei pelo nome, é bem antigo.
- Eles atuaram no caso... Marival Chaves, ex-agente do DOE, do Segundo Exército, contou que eles tiveram atuações...
- Não é para te desestimular, não. Mas realmente eu não sou uma boa fonte para esses casos antigos. Eu não sei mesmo, realmente eu não conheço. Falou no nome de um general, eu me lembro que teve esse general. Me lembro do nome, mas a pessoa nem sei quem é.
- O senhor acha que o presidente João Goulart foi assassinado?
- Estão investigando na Câmara. Não é da índole do brasileiro isso, sistematizar uma operação para chegar a esse nível. Aí é opinião pessoal. Eu não creio porque não é da índole brasileira. Você dar caráter oficial e sistemático a extermínios assim, de militares ou de ex-presidentes...
- Não é da índole militar?
- Muito menos.
- Mas não poderia ser uma reação à abertura política?
- É uma hipótese. Hipóteses a gente pode criar várias. Você está insistindo em hipótese militar, militar... Eu podia criar hipóteses civis, civis... São hipóteses. Não é da nossa índole, daí eu não acreditar nisso.

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Mundo - Página: A19)

Autoria: Rui Nogueira (da Sucursal de Brasília) e William França (da Sucursal de Brasília), com colaboração da Agência Folha e das Agências Internacionais.

BRASIL ALERTOU SOBRE GOLPE NO PARAGUAI QUATRO DIAS ANTES

Avisado, governo paraguaio deixou os golpistas agirem até o ponto que justificasse ação repressiva

O governo paraguaio foi avisado pelo governo brasileiro, com pelo menos quatro dias de antecedência, dos preparativos do golpe deflagrado na noite-madrugada do último dia 18. A informação foi colhida pela Embaixada do Brasil em Assunção e repassada à Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Um oficial do serviço brasileiro de inteligência disse à Folha que não houve o autogolpe, como suspeita a oposição, mas claramente o presidente paraguaio, Luis González Macchi, deixou os golpistas agirem sob controle, "até o ponto que justificasse uma ação dura do governo".

Questionado sobre a ação do serviço brasileiro de inteligência, o diretor da Abin, o coronel Ariel de Cunto, disse apenas: “Não vamos comentar o assunto”.

O golpe frustrado no Paraguai envolveu o comando da Força de Operações da Polícia Especializada, a 1ª Divisão de Cavalaria e o quartel de Cerrito.

O governo impôs o estado de exceção ao país e cerca de uma centena de pessoas foram presas. A medida foi suspensa ontem, e os casos de detenção passam à Justiça comum.

Os líderes do golpe, de inspiração “oviedista” (partidários do grupo do ex-general Lino Oviedo, que está foragido da Justiça), chegaram a emitir uma nota chamando o governo Macchi de “usurpador” e a justificar o “direito à rebelião e à resistência e opressão”.

O Brasil mantém uma postura ativa no bastidor paraguaio desde que, em 96, o próprio Lino Oviedo tentou um golpe contra o então presidente Juan Carlos Wasmosy e foi condenado a dez anos de prisão. À época, em nome da democracia e da estabilidade do processo de construção do Mercosul, o Brasil pressionou pela manutenção das já frágeis instituições democráticas paraguaias.

As últimas quarteladas paraguaias levaram os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) a adotar um dispositivo semelhante ao que existe na União Européia: é imprescindível, para pertencer ao bloco econômico, que o país-membro viva em Estado de Direito democrático. Macchi era presidente do Congresso quando o vice-presidente Luis María Argaña foi morto e o presidente Raúl Cubas Grau deixou o país, acusado de envolvimento no crime.

O Brasil reconhece a legitimidade do governo de González Macchi, que teve o seu nome confirmado como presidente da República pela Corte Suprema de Justiça e pela Câmara dos Deputados, para completar o mandato inicialmente previsto para Cubas Grau, até 2003.

Cerco a Oviedo

O Brasil enviou forças policiais à área de fronteira na região Sul como parte de uma operação para prender Oviedo. O ex-militar, que liderou golpe fracassado em 96 e nega participação no último levante, é acusado de envolvimento no assassinato do vice-presidente Luis María Argaña no ano passado.

O governo do Paraguai pediu ao Brasil na última sexta-feira que prenda e extradite Oviedo. O ex-general pediu asilo político à Argentina no ano passado, após o assassinato de Argaña.

Ele deixou o país em dezembro e está foragido desde então. Em entrevistas, afirma estar em território paraguaio, mas há suspeitas de que poderia estar escondido no Sul do Brasil ou na Argentina.

A Polícia Federal do Paraná sabe que o ex-general paraguaio está em algum lugar na fronteira com o Brasil, afirmou ontem, à Agência Folha, o delegado regional Luiz Melzer, que não quis revelar as fontes pelas quais obteve a informação.

“Não podemos entrar em detalhes sobre nossas operações. Só posso dizer que temos essas informações e que vamos tentar cumprir a ordem de busca emitida pelo STF (Supremo Tribunal Federal)”, disse o delegado brasileiro.

62

Data: 03/06/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 11)

Autoria: Márcio de Freitas (de Brasília)

JUNGMANN NEGA CRIAÇÃO DE SNI RURAL *Ministro diz que objetivo do Sica é agilizar comunicação*

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, rechaçou ontem qualquer ligação do Sistema de Acompanhamento de Conflitos Agrários (Sica) com o Plano Nacional de Segurança Pública. Segundo Jungmann, o projeto do Sica, em implantação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visa a criar uma instância superior de comunicação interna, através da intranet, entre as superintendências regionais, o presidente do instituto, Orlando Muniz, e o ministro. Será acionado cada vez que um conflito agrário for iniciado.

O Sica será ligado à Ouvidoria Agrária e classifica os conflitos no campo em três níveis de gravidade: baixo, médio alto. Se chegar ao nível alto, as informações cairão imediatamente no monitor do computador do ministro e do presidente do Incra. Os dois terão acesso ao sistema de qualquer parte do mundo, via internet.

A base inicial do Sica é o próprio banco de dados do Incra. Nele, há uma agenda com todos os 45 movimentos ligados à questão agrária e suas lideranças, com endereço e telefone. Também estão armazenados no sistema os dados dos funcionários do Incra, para permitir, por exemplo, que o ministro telefone de Brasília para intervir no conflito em qualquer estado brasileiro. Não há perfil dos movimentos, nem informações pessoais sobre as lideranças.

SNI

Jungmann descartou qualquer comparação com o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da ditadura. "Só um cérebro embriagado diria isso. Eu tenho esse sistema há três anos, a única coisa que está se fazendo é aperfeiçoar as informações. O que significa para a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) saber que houve um conflito agrário", comentou o ministro.

Nos arquivos, os campos da ocorrência de conflito informam também as reivindicações do movimento em ação, os antecedentes, as medidas já tomadas e o indicativo de solução. Num segundo momento, o Incra pretende permitir o acesso ao Sica de órgãos ligados à segurança pública, como Polícia Militar, Polícia Civil, Exército, Polícia Federal e governos estaduais.

O Sica permite verificar, por exemplo, reivindicações dos movimentos que promoveram invasões neste ano. Segundo os dados acumulados, em 48 das ocorrências registradas os manifestantes cobravam políticas públicas (saúde, educação etc.); em 21 protestos a causa foi a falta de crédito agrícola e apenas em 14 atos os sem-terra cobravam a liberação de terras para reforma agrária.

78

Data: 15/07/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 07)

Autoria: Não especificada (de Brasília)

ESTEVÃO É DENUNCIADO POR DESACATO

MP também investigará acusação de que procurador que denunciou ex-senador espancava mulher

A procuradora da República Adriana Costa Brockes denunciou ontem à Justiça Federal o senador cassado Luiz Estevão (PMDB-DF) por desacato e calúnia praticados contra o também procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza.

A denúncia é baseada no fato de o ex-senador ter afirmado que o procurador é “deformado mental, demente e espancador de mulheres”. As acusações foram feitas durante depoimento prestado por Luiz Estevão no último dia 6, em processo que o acusa de ter praticado crime financeiro contra associados do Consórcio Planalto.

Luiz Francisco Fernandes de Souza foi o principal responsável pelo pedido de prisão assinado com outros sete colegas contra Luiz Estevão. O pedido foi aceito pelo juiz Ronaldo Desterro e obrigou o ex-senador a ficar preso durante um dia na Superintendência da Polícia Federal em Brasília.

“A conduta do acusado visou a menosprezar, desconsiderar, ofender e humilhar um agente público federal no exercício de suas funções e em razão delas”, afirmou a procuradora.

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, determinou a abertura de investigação na esfera da Procuradoria-Geral da República para apurar a queixa de espancamento apresentada pela policial militar Cleonice Nazaré Catena contra o procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza. A investigação foi requisitada pelo próprio acusado.

Luiz Estevão acusou o procurador de espancar mulher e distribuiu à imprensa cópias da queixa feita pela policial. No documento ela afirmou que fora espancada quando estava com Souza em um motel de Brasília.

O procurador negou a versão e quer saber as atividades de Cleonice na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão de espionagem do governo federal.

Vazamento

O Ministério Público Federal suspeita que o senador cassado Luiz Estevão tenha vazado as fitas com gravações do juiz foragido Nicolau dos Santos Neto para a revista IstoÉ. As fitas serão periciadas pela Polícia Federal para a identificação da voz do juiz aposentado e, se possível, de seus interlocutores.

A suspeita foi revelada após o depoimento do repórter Mino Pedrosa. Ele foi um dos autores da reportagem que transcreve trechos de duas fitas recebidas nesta semana de “uma fonte antiga”.

A desconfiança sobre a origem das fitas foi manifestada pelo procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza no início do depoimento do jornalista. “As fitas teriam sido fabricadas pelo juiz Nicolau para servir contra os inimigos do ex-senador Luiz Estevão”, disse o procurador.

Parlamentares governistas e de oposição também suspeitam que Luiz Estevão esteja envolvido na divulgação das gravações. “Não acho inviável, pois ele é uma pessoa com métodos pouco ortodoxos”, disse o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O líder do PDT na Câmara, Miro Texeira (RJ), foi ainda mais incisivo. "Essa gravação é uma vendeta do Luiz Estevão. O senador Romeu Tuma, que foi o relator que deu parecer contra ele, é o mais visado na conversa e todos os bandidos são uns santos", argumentou.

Mino Pedrosa afirmou que a fonte responsável pela entrega das fitas não tem nenhuma relação com o senador cassado. "Acho que ele foi um dos que tentaram pegar o senador", disse o repórter. Para ele, mesmo que Luiz Estevão tenha sido responsável pela produção e vazamento das fitas, as declarações do juiz Nicolau dos Santos não podem ser desqualificadas. "A gente não obtém essas informações de mocinhos. Eu tenho de depender de bandidos para que eles delatem os companheiros deles", disse o jornalista. Da testemunha, Mino Pedrosa disse ter ouvido a versão de que haveria 400 horas de fitas gravadas pela Polícia Federal em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre os principais envolvidos no episódio.

87

Data: 19/07/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Elio Gaspari - Página: A13)

Autoria: Elio Gaspari (da Sucursal de Brasília)

A LUZ DO SOL É O MELHOR DETERGENTE

Há dois personagens no caminho de FFHH. Um são os repórteres. O outro é o procurador de camisa branca, arregaçada. São criações do Brasil que ele próprio ajudou a construir ao tempo em que lia o que assinava e lembrava o que escrevia. Governo em crise tem sempre o hábito de vencer batalhas inúteis. O atual atua em duas frentes. Numa, busca a catequese da opinião pública e, na outra, pretende barrar a formação de uma comissão de inquérito para apurar o que acontecia no gabinete do ex-secretário-geral da Presidência.

As duas iniciativas são inúteis.

Primeiro, porque nos últimos 15 dias as defesas do governo, variando em grau decrescente de falta de senso, condenaram à condição de idiota todos aqueles que nelas acreditaram. Ao exemplo: No dia 11 o Planalto divulgou uma nota oficial informando que "o Orçamento do Poder Judiciário tem caráter impositivo para o Tesouro Nacional".

Admita-se que um cidadão saiu de casa, acercou-se de diversas rodas num jantar e repetiu essa frase. "É impositivo. É impositivo." No dia seguinte viu-se desmoralizado. O governo endossou um reforço orçamentário de R\$ 40 milhões que nada tinha de impositivo.

Segundo, porque a CPI é inevitável. Como foi a de Collor e como foi, desde 1995, a dos bancos. Ela virá. Se vier agora, será com Eduardo Jorge. Se demorar, será com o mesmo Eduardo Jorge, mais os marqueses da privatização.

Terceiro, todos os casos semelhantes, no Brasil ou fora dele, ensinam que num primeiro momento movem-se a imprensa e a Procuradoria. Só no terço final da crise é que entra o Congresso. Quando ele entra, o governo está desgastado a ponto de acreditar que uma CPI pode funcionar como analgésico.

Não há catequese capaz de converter a imprensa, por um motivo simples: Eduardo Jorge tinha funções muitos mais amplas (e profundas) do que o Planalto quer fazer crer. Ao exemplo: no caso do financiamento dado a um frigorífico catarinense, ele telefonou ao presidente do BNDES perguntando sobre "aquele negócio do Chapecó". Ouviu que "está praticamente equacionado (...) está nos finalmente mesmo".

Segundo o Planalto, Eduardo Jorge não estava autorizado a fazer coisas desse tipo. Segundo Eduardo Jorge, “nunca dei um telefonema para tratar de assuntos de negócios com qualquer pessoa do governo”.

Deu o telefonema da Chapecó a pedido do presidente da República. Em benefício de ambos, a gestão envolvia um interesse público e algum interesse eleitoral. Se FFHH tivesse dado mais telefonemas para impedir a quebra industrial, as coisas até que estariam melhor. A encrenca está na ingênua crença do Planalto (e de Eduardo Jorge) de que podem dizer o que quiserem, sem qualquer custo.

Eduardo Jorge tornou-se uma Xilella fastidiosa. Seu código genético é antigo. Trata-se de um colaborador do presidente em cuja pessoa misturam-se o ervanário das campanhas eleitorais, o destravamento de processos, bem como a utilização dos recursos dos fundos de pensão das empresas estatais. Por isso ele era poderoso e, por ter sido poderoso, foram bem tanto os seus negócios, quanto os de sua família.

Esse tipo de personagem é típico do que FFHH chamaria de Brasil arcaico.

Relaciona-se com a liberação de verbas para Lalau, recebimento de denúncias encapuzadas (uma delas chegou a ele em áudio e vídeo) e lubrificação do acesso às arcas públicas. Com suas ramificações, estendeu-se no atual mandarinato por boa parte da rede de privatizações. O tucanato preferiu conviver com esse anacronismo. Problema dele.

Esse tipo fastidioso de cortesão para assuntos especiais é uma praga. Num determinado momento perde o tato, e Eduardo Jorge perdeu-o quando afrontou o PSDB de Brasília, alavancando a política pessoal de Luís Estevão e a eleição do governador Joaquim Roriz. Foi um pedaço do PSDB, e não da oposição, que montou a grelha onde Eduardo Jorge está sendo frito.

Enquanto pontificam, esses cortesãos aparecem como mestres da política, verdadeiros florentinos. Um exemplo das virtudes de Eduardo Jorge estaria na sua paternidade no vazamento de uma versão bem comportada das fitas do BNDES. **O governo acreditava que essas fitas ficariam embaixo dos viadutos onde a Abin teria achado sua cópia. Só mesmo o governo para acreditar em coisas desse tipo. É novamente a perda do tato. Acontecem tantas coisas e ninguém fica sabendo, que se confunde o exercício do poder com a capacidade de fazer qualquer coisa, com a certeza de que nunca se saberá tudo o que aconteceu.**

A conjugação dos jornalistas com os procuradores quebra essa escrita. Pode demorar, podem ocorrer recuos, algumas mágicas podem funcionar, mas o desfecho é inevitável. As atividades de Eduardo Jorge irão para a luz do Sol, aquilo que o juiz americano Hugo Black chamava de o mais poderoso dos detergentes.

94

Data: 29/08/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 03)

Autoria: Paulo Vasconcellos e Francisco Luiz Noel

BRIZOLA: "ELEIÇÃO NO RIO ESTÁ DEFINIDA"

Pedetista diz que existe esquema pronto para garantir reeleição de Conde e denuncia urna eletrônica

O ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT à Prefeitura do Rio, afirmou ontem que está tudo preparado para a reeleição do prefeito Luiz Paulo Conde (PFL). Brizola também levantou suspeitas sobre o resultado da votação. Segundo ele, a eleição pode ser manipulada nas urnas eletrônicas. Embora não descarte as surpresas que costumam ocorrer no Rio, Brizola acha que dificilmente o

prefeito perde. “A dúvida é se ganha já no primeiro turno ou apenas no segundo”, disse. “No primeiro, ficaria muito flagrante a manipulação dos institutos de pesquisa e do sistema.”

Brizola está empacado entre 9% a 10% das intenções de voto. Conde chegou a 35% em pesquisa do Datafolha divulgada no domingo, com 14 pontos de vantagem sobre o segundo colocado, César Maia (PTB), que tem 21%. “Eu acho que tenho mais votos que Conde”, afirmou Brizola. “Por que o sistema prefere Conde? Porque ele é insípido, inodoro e incolor.” Sem citar nomes dos supostos interessados em manipulação a favor do prefeito, o pedetista criticou o sistema eleitoral porque não permite a recontagem dos votos.

A suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas foi alvo de longo questionamento de Leonel Brizola em entrevista ao JB Online (www.jb.com.br). “Não há verdade eleitoral quando não há possibilidade de recontagem. Estamos empenhados em demonstrar que essas máquinas são passíveis de manipulação. Com essas máquinas vai sair o que eles querem. Não há um documento, não há um recibo, não há nada que se possa recontar. Depois de dado o voto, ele desaparece, se dissolve, acabou”, condenou Brizola.

Para fortalecer a tese de que as urnas eletrônicas são vulneráveis, o ex-governador disse ter ouvido de um engenheiro, que não identificou, a afirmação de que hackers poderiam invadir o sistema do TRE e alterar o resultado da eleição. “Tem um que chega a dizer: ‘Eu não vou fazer porque podem me processar, mas entro no sistema deles e dou o resultado da eleição que eu quero’”, contou o ex-governador.

Além da impossibilidade da recontagem, duas coisas incomodam Brizola, escaldado pela tentativa de fraude que quase lhe tirou o governo estadual na eleição de 1982, no chamado escândalo da Proconsult. Uma preocupação do pedetista é com o fato de nem os técnicos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terem domínio do programa usado na votação eletrônica. A outra apreensão é com o fato de o programa que compõe o bloco de segurança do sistema ter sido elaborado pelo Centro de Pesquisas em Segurança das Comunicações (Cepesc), vinculado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. “Seria como se, nos Estados Unidos, na eleição entre o Partido Republicano e o Partido Democrata, a CIA possuísse o controle do centro de processamento. Seria um escândalo nos Estados Unidos. Aqui, estamos todos de inocentes”, criticou o ex-governador.

No dia 8, o PDT pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a impugnação dos programas de computador que serão usados na eleição. O processo foi encaminhado à Secretaria de Informática do TSE, mas o pedetista reclama da demora. “Está há 20 dias lá e não voltou à informação. Claro, estão engasgados. Agora têm que ir lá na nossa CIA, no Palácio do Planalto, saber o que vão dizer”. Apesar da representação feita ao TSE, Leonel Brizola disse não contar com mudanças no sistema das urnas eletrônicas para a eleição de outubro. “Para essas eleições municipais, não tenho esperanças.”

100

Data: 01/09/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 04)

Autoria: Sônia Carneiro (de Brasília)

INFORMAÇÕES ABSOLUTAMENTE SIGILOSAS

O Centro de Pesquisa em Segurança das Comunicações (Cepesc), órgão da Agência Brasileira de Informações (Abin), que é ligada ao Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, foi criado para sanar a deficiência do país na salvaguarda do sigilo de suas informações oficiais. O órgão foi fundado em 19 de maio de 1982, originário do “Projeto Prólogo” desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores para realizar pesquisas científicas para se encontrar a melhor forma

de resguardar o sigilo das informações de segurança nacional e que envolvesse interesses estratégicos. O problema é que na década de 70, o Brasil importava “caixas pretas” com os meios criptográficos baseados em códigos e cifras para a proteção das comunicações mais sensíveis como as diplomáticas, militares e da Presidência da República. Na época, o país sequer possuía capacidade para avaliar os meios que estava comprando. Em 75, com o desenvolvimento do “Projeto Prólogo” o governo começou a realizar trabalhos de pesquisa na área da criptografia. Em 82, o projeto se transformou no Cepesc.

O centro de pesquisa já desenvolveu e produziu toda uma primeira linha de meios de segurança das comunicações, em apoio a órgãos do governo considerados usuários prioritários. O centro é constituído de pesquisadores, técnicos especializados recrutados em universidades e no mercado de trabalho. Hoje, o Cepesc funciona articulado com universidades e outros centros de pesquisa no processo de troca de conhecimentos científicos e de tecnologia.

101

Data: 08/09/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 04)

Autoria: Sônia Carneiro (de Brasília)

BRIZOLA VAI RECORRER CONTRA URNA

O candidato do PDT à Prefeitura do Rio, Leonel Brizola, presidente nacional da legenda, disse que os advogados do partido vão recorrer da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que rejeitou o pedido do partido de impugnação da urna eletrônica. “Continuamos, mais do que nunca, convencidos de que o sistema não oferece confiança”, afirmou. Brizola afirmou que diretores do Centro de Pesquisa e Segurança das Comunicações (Cepesc) confirmaram, em declarações oficiais, que o programa de criptografia foi produzido pelo centro. O Cepesc é subordinado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

“Seria o mesmo que, nas eleições americanas, os partidos Republicano e Democrático aceitassem que a idoneidade técnica do sistema de apuração fosse dada pela CIA”, voltou a comparar Brizola. “Não há dúvida de que seria motivo de hilariedade geral. Isso seria impensável nos Estados Unidos”.

Votação

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) simulou eleição com oito urnas eletrônicas, ontem, no Centro do Rio, durante o desfile de Sete de Setembro, para esclarecer eleitores sobre a votação. Com nomes de artistas mortos em lugar dos de candidatos a prefeito, as urnas atraíram 690 pessoas no Centro - 302 votaram no cantor Cazuza, 174 no poeta Carlos Drummond de Andrade, 163 no ator Brandão Filho e 51 votaram em branco ou anularam os votos. Simulação semelhante foi feita em 24 bairros e em vários municípios.

O TRE também fez simulação, das 17h às 19h, da transmissão de resultados eleitorais para o computador central do tribunal, no Centro.

102

Data: 10/09/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Elio Gaspari - Página: A9)

Autoria: Elio Gaspari

ENTREVISTA

Luiz Francisco de Souza (38 anos, procurador da República no Distrito Federal)

– *Em 1993, quando o senhor entrou para o Ministério Público, passava-lhe pela cabeça a idéia de vir a ser retratado elogiosamente no "The New York Times"?*

– É uma limitação minha, mas nunca tive nas mãos um exemplar desse jornal. Essa reportagem não é importante por mim, mas pela conjugação de três fatos. Valoriza o trabalho dos procuradores. Comprova que a imprensa é um fator vital para a moralização administrativa. Mostra ao governo o grau de insânia e má-fé que está embutido na sua tentativa de amordaçamento de procuradores, juízes, policiais e servidores públicos. Logo esse governo, que está destruindo os mecanismos de controle do Estado. Desmantelaram a Secretaria Federal de Controle. Hoje, quem domina esse serviço são os próprios ministros. Uma gracinha: o controlado controla o controlador. Estão desmantelando a Receita Federal e agrilhoando os auditores. O atual governo tem a pior marca possível no campo das iniciativas para combater a corrupção. Quando o advogado-geral da União diz que os procuradores usam métodos nazistas e são Torquemadas, mostra que não sabe direito nem história. Tanto Torquemada quanto os nazistas estavam a serviço dos governos. Quando entrei para o Ministério Público, como hoje, o que eu queria era ajudar a sociedade a se livrar da roubalheira, do latifúndio grileiro, da dominação imperialista e da exploração dos humildes. O que está adquirindo notoriedade é essa luta, que é de todos os brasileiros.

– *O senhor não se sente desconfortável quando o "Times" lhe elogia? Ele circula em Nova York. É lá que está a Wall Street.*

– O imperialismo são umas 200 multinacionais, não é o povo americano. A base da economia dos Estados Unidos são 16 milhões de pequenas empresas. Foi o "New York Times" que botou a boca no mundo no caso do assassinato de Chico Mendes. Nos Estados Unidos a figura do promotor atuante é coisa corriqueira. O atual prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, foi promotor. As coisas que o governo brasileiro está fazendo são inéditas. Querem passar uma lei pela qual se eu disser que o ministro Rafael Greca administrou a abertura dos bingos de uma forma que permitiu que a Máfia controlasse um quinto das máquinas caça-níqueis do país, perco o emprego e posso ser condenado a pagar R\$ 200 mil de multa e a três anos de cadeia. Eu digo isso, repito e provo. **O que o governo quer é a condenação, mesmo depois de alguém dizer uma coisa e provar. Isso é coisa de nazista, de Torquemada. Nos Estados Unidos um auditor quebra o sigilo de um sonegador. A CIA não pode se meter em assuntos internos. Aqui a Abin tem três mil agentes. Para quê? Para informar ao presidente. Para quê? Para que o governo controle as pessoas por meio de dossiês políticos.**

– *A notoriedade conquistada pelos procuradores por meio da imprensa não vai acabar prejudicando a instituição?*

– A ligação dos procuradores com a sociedade está botando os ladrões na cadeia. Jornalistas não gostam que a gente mencione listas de nomes, mas desculpe-me, vou desfilar a lista dos procuradores a quem devemos muito. Primeiro, corrigindo um detalhe da reportagem do "Times". Não fui eu quem levantou o caso do TRE de São Paulo. Foram as procuradoras Maria Luiza Duarte, Isabel Groba, Ana Lúcia Amaral, Janice Ascari e José Meirelles. Os atuais procuradores não existiriam sem os exemplos de colegas mais velhos, como Sepulveda Pertence, Claudio Fontelles, Paulo de Tarso dos Santos, Antonio Fernando, Wagner Gonçalves, José Roberto Figueiredo Santoro e, acima de tudo, Alvaro Costa. Os procuradores de hoje são seus discípulos. Eles eram diferentes de nós, talvez mais retraídos, por recato. Nesse sentido deu-se uma mudança. Hoje a sociedade quer que os procuradores mostrem o que estão fazendo. Quem não quer é o governo, porque tanto os nazistas quanto Torquemada precisavam do segredo. O problema é um só: numa democracia a sociedade controla o governo e o atual governo quer controlar a sociedade.

117

Data: 29/09/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A13)

Autoria: Não especificada (da Sucursal de Brasília e da Agência Folha, em Porto Alegre)

BRIZOLA CRITICA INFORMATIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

O candidato do PDT à Prefeitura do Rio, Leonel Brizola, afirmou que a informatização tornou as votações mais vulneráveis à fraude, já que a Abin, agência de inteligência do governo federal, controlaria um software cujo acesso é vedado à Justiça Eleitoral. A assessoria do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência afirmou que não comentaria a declaração do candidato por ser “sem fundamento”.

119

Data: 01/10/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Caderno Especial - Página: Especial A-2)

Autoria: Marcelo Soares e Fábio Zanini (da Reportagem Local)

VOTO DIGITAL INVIAILIZA RECONTAGEM DA VOTAÇÃO *PT e PDT podem contestar resultados*

Com a realização, hoje, da primeira eleição completamente eletrônica do mundo no Brasil, torna-se tecnicamente impossível recountar votos se algum candidato suspeitar do resultado das urnas.

PT e PDT já manifestaram publicamente restrições ao sistema, e podem contestar eleições caso suspeitem de irregularidade.

Apesar de o voto ser só digital, a lei prevê recontagem se os totais de votos nulos, brancos ou válidos fugirem à média das seções.

Oswaldo Catsumi Imamura, um dos principais responsáveis pelo sistema, reconhece ser impossível atender aos pedidos. “Para entrar com algum processo, teria que ir contra a lei”, afirma. A verificação teria de ser feita só no programa. “Se fosse impresso, poderia recountar. Se recontasse e desse igual, seria perda de tempo. Se desse diferente, qual valeria?”

Para Carlos Coana, perito da Polícia Civil de São Paulo especializado em crimes digitais, vale o papel porque não exige conhecimento técnico para fiscalizar.

Catsumi reconhece que todo sistema pode ter falhas, e aponta medidas tomadas para aumentar a segurança, como a instalação de sensores e assinatura digital.

Para Coana, elas são importantes, mas ainda insuficientes. “É um bom produto. Mas não é seguro o suficiente para assegurar a legitimidade de uma eleição.”

O presidente nacional do PT, José Dirceu, enviou carta ao presidente do TSE, Néri da Silveira, contestando a forma adotada pelo tribunal para a fiscalização. Dirceu afirma que o voto eletrônico é um avanço no sistema eleitoral por eliminar fraudes tradicionais, mas manifesta preocupação quanto a possíveis erros ou fraudes sofisticadas.

“O voto digital é mais seguro, mas não é infalível. Nós nos reservamos o direito de, caso haja suspeita, contestar resultados. Não queremos dar um cheque em branco ao sistema”, diz João Paulo Cunha, coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral do PT.

O fiscal do PT foi Márcio Teixeira, um dos responsáveis pelo programa apresentado pela IBM na licitação de 1996. Só ele foi citado por Catsumi quando questionado sobre o preparo dos partidos.

Teixeira, que defende a impressão do voto para recontagem de segurança, propôs uma “eleição paralela” para checar o funcionamento do sistema. Seria feita em urnas escolhidas ao acaso, retiradas

das seções, que receberiam votos fictícios. O TSE não aceitou. “Aumentaria um pouco a segurança em relação a uma fraude sistêmica, mas não pegaria problemas localizados. Com a impressão do voto, qualquer pessoa poderia fiscalizar”, diz Teixeira.

Após a demonstração do sistema para os partidos, o PDT pediu impugnação das urnas. Uma portaria do TSE negava acesso ao software de criptografia, produzido por um órgão da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

O pedido foi negado por unanimidade. Segundo o TSE, o programa não faz parte do sistema e é usado porque os melhores estão sujeitos às leis dos EUA.

Os advogados do PDT não descartam a possibilidade de contestar judicialmente o resultado das eleições. Isso dependeria da apreciação política do partido.

120

Data: 10/10/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

A VISÃO TERRORISTA

A moda primavera-verão no Rio é o assassinato de policiais.

O todo-poderoso general Alberto Cardoso, mais uma rima que não é solução, mas fala pelo presidente da República, pelo ministro da Justiça, pelo ministro da Reforma Agrária, é ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e tem em mãos o SNI-Abin, já deu o veredito: “É o terrorismo”. De volta.

Nada como ter a percepção afiada e a lucidez cultivada dos formados na e pela ditadura militar.

O general explica: “O objetivo dessas mortes não é vingança nem a reação imediata. O terrorismo tem sempre o objetivo de amedrontamento, de desestímulo à reação”.

As características de muitos dos assassinatos, porém, têm sugerido aos investigadores policiais que sua causa, certa em alguns casos e provável em outros, foi vingança. Lá do seu gabinete de secretário da Presidência o general Cardoso pode identificar nos assassinatos motivações e características que os policiais, talvez porque formados já no regime democrático, são incapazes de perceber.

O ministro-chefe do SNI-Abin é bom leitor de jornais. Como se constata desse esclarecimento precioso: “A informação que se (os seus agentes de espionagem) tem é que o MST não vai fazer nenhuma ação até o fim do período eleitoral”. Os jornais publicavam tal informação, dada pelos dirigentes do MST, já na semana anterior ao primeiro turno. Não se comprehende, pois, que o chefe e seus espiões não tenham se informado nos jornais que os assassinatos, em vez de “amedrontamento e desestímulo à reação”, estão provocando o movimento lógico. Da lógica policial, bem entendido.

Nas palavras lúcidas e serenas do comandante-geral da PM fluminense, ao falar em um dos enterros: por cada policial assassinado um bandido pagará. O coordenador de uma associação de policiais enriquece a idéia: a resposta aos assassinatos pode ser uma nova “chacina de Vigário Geral”.

Nessas duas manifestações encontram-se, mais do que a contestação ao diagnóstico do general, o mais autêntico espírito policial brasileiro e, com ele, a explicação para o que está acontecendo no Rio - e logo deverá repetir-se, como tem acontecido, em outras cidades. Acha o general Cardoso que “o

“terrorismo” é causado pela “ação policial do governo fluminense contra a violência”, à qual dedica elogios consistentes.

A regra básica da ação é matar. Logo, não é ação policial. É ação criminal. Se preso, o elemento deve receber o pior trato possível. Não é necessário muito para compreender que os bandidos estão fazendo o seu revide. Coordenado, sim, no sentido de uma determinação que se difundiu entre eles. Vários dos assassinatos são precisos: a vítima é aguardada na porta de sua casa ou nas redondezas. Em outros casos, seu carro foi seguido e bloqueado. E o assassinato aleatório, quando identificado um policial, não é menos vingativo. Se é um bandido por um policial, também passa a ser um policial por um bandido.

Terrorismo é uma palavra maltratada no Brasil, desde o dia em que o então editor-chefe do “Jornal do Brasil” resolveu que os envolvidos na luta armada passariam a ser chamados, no noticiário do jornal, de terroristas. Os militares, empolgados e agradecidos pela iniciativa, introduziram-na nos meios de comunicação em geral. A palavra volta sob a mesma tortura do vernáculo.

O que importa em seu uso atual, porém, é que a presunção de terrorismo pressupõe ação contrária dos que são e dos que se pretendem agir em nome do Estado. E o general Alberto Cardoso não incluiu essa parte em suas prolíficas definições, avaliações e advertências dos últimos dias. Não nos deu o mais importante - o que o identifica ainda mais com o governo de que é parte especial.

125

Data: 14/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Editoriais - Página: A2)

Autoria: Não especificada (da Reportagem Local)

INTELIGÊNCIA ADVERSA

Há uma contradição entre o caráter público que devem ter as ações do Estado democrático e a manutenção de um serviço secreto. Nesse sentido, as revelações da revista “Veja” sobre a atuação da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, não surpreendem. Admirável seria se os “arapongas” estivessem “cumprindo e preservando os direitos e garantias individuais”, como determina a lei 9.883/99, que criou a Abin.

Reunir um grupo de servidores, autorizá-los a operar em segredo, como requer a função, e ainda esperar que preservem direitos e garantias fundamentais é uma ingenuidade.

O problema não é exclusivo do Brasil. Na ditadura da extinta URSS, o serviço secreto interno era o braço por meio do qual dirigentes eliminavam ou anulavam seus inimigos. Fazia o que nem a lei soviética autorizava. Mesmo nos Estados Unidos, onde o controle sobre a CIA é, no papel, mais rígido, arbitrariedades e escândalos de toda espécie fazem parte da rotina da agência.

A principal questão é determinar se o Brasil tem necessidade de um serviço secreto nos moldes da Abin. Ninguém contesta o fato de que dispor de informação é fundamental. Mas é preciso definir se os dados de que necessita o poder público (e não pessoas à frente do Estado) precisam ser obtidos por espiões ou podem ser coletados por pesquisadores e técnicos operando com fontes abertas. O debate público que antecedeu a criação da Abin foi pobre.

Mesmo que opte pela manutenção de um serviço secreto, seja para “neutralizar a inteligência adversa”, como quer a lei 9.883, seja por qualquer outra razão, o fato é que o Estado democrático e republicano não pode renunciar ao melhor controle possível sobre ele. É hora de retomar a discussão, tirá-la das sombras sempre suspeitas.

126

Data: 15/11/2000

Web site: <http://veja.abril.com.br/151100/cartaleitor.html>

Publicação: Revista Veja - Edição nº 1675 (Seção: Carta ao Leitor)

Autoria: Revista Veja

ESPIONAGEM EM BRASÍLIA

Desde que alguém, pela primeira vez na História do mundo, pegou uma coroa e disse “aqui mando eu”, apareceu a seu lado, quase instantaneamente, o sujeito encarregado das futricas. A isso se daria mais tarde o nome de serviço de inteligência. O rei, o imperador, o presidente das mais modernas democracias – todos eles querem saber se há alguém nas sombras maquinando algum complô para apeá-los do poder, se os inimigos invadirão o território para conquistá-lo ou se os amigos nutrem planos inconfessáveis de afanar algum das arcas públicas. **A História registra**, mas não Shakespeare em sua famosa peça teatral sobre o rei, que o inglês Henrique V (1387-1422) foi um dos que se beneficiaram em passado distante de um serviço completo e organizado de agentes secretos. Os espiões descobriram uma conspiração para depor o monarca. Henrique V mandou arrastar os traidores até a morte pelas ruas de Southampton.

Os Estados modernos, admite-se, precisam de serviços de inteligência, mesmo que eles possam se transformar em fontes de problemas, como muitas vezes acontece. O simples fato de trabalharem na surdina, com acesso aos desvãos do poder e à intimidade das pessoas, já os torna potencialmente perigosos. Tanto nos regimes de arbítrio quanto nas democracias, os espiões costumam ser refratários a controles. Enquanto buscam decifrar os segredos alheios, suas próprias ações são protegidas pelo sigilo. Daí ao abuso é um pulo.

Se é difícil estabelecer limites para a ação dos espiões oficiais, isso não significa que não se deva tentar fiscalizar vez por outra o que eles andam fazendo. Este é o tema da reportagem que começa na página 38. Nela, se mostra como funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), extrapolando as funções que seriam aceitáveis no seu caso, andam espionando políticos, funcionários do próprio governo e até um jornalista, entre as histórias levantadas pelo editor especial Policarpo Júnior, da sucursal de VEJA em Brasília, numa exaustiva investigação que durou oito semanas e envolveu mais de trinta horas de conversas com integrantes do serviço de inteligência do governo.

127

Data: 15/11/2000

Web site: http://veja.abril.com.br/151100/p_038.html

Publicação: Revista Veja - Edição nº 1675

Autoria: Policarpo Júnior

ESPIONAGEM NO PLANALTO

Bastante ativos, os agentes secretos da Abin espionam o que não devem e vigiam até os passos do governador Itamar Franco

Há algo de subterrâneo no 4º andar do Palácio do Planalto. Ali, no gabinete do ministro Alberto Cardoso, um general de 60 anos que responde pelo Gabinete de Segurança Institucional, têm chegado relatórios secretos cujo conteúdo é constrangedor para a organização que os produz. Os papéis mostram que os agentes secretos do governo – são 900 em todo o país – andam espionando o que não deveriam. Um governador de Estado, que se opõe a quase tudo o que o governo faz, é objeto da atenção dos espiões. Um procurador da República, que vive de olho em deslizes do governo, também foi investigado durante sete meses. Um jornalista, que apurava o envolvimento do governo no escândalo do TRT paulista, teve até ficha ideológica levantada. Em pelo menos três oportunidades, os agentes se meteram a xeretar casos de corrupção, um assunto do qual, pelo menos oficialmente, não se devem ocupar.

Há três meses, chegou às mãos do general Alberto Cardoso, no Palácio do Planalto, um relatório contando detalhes de um encontro mantido pelo governador Itamar Franco, de Minas Gerais. Informava que o governador estivera reunido com correligionários em Brasília, na residência privada de um deles. O papel trazia até transcrição de diálogos, numa forte sugestão de que a casa onde o encontro foi realizado recebera a discreta presença de microfones. O general leu o documento e jogou-o no triturador, uma máquina que picota papel de modo que não possa ser reconstituído. Criada em dezembro do ano passado, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é comandada pelo general Alberto Cardoso, suas atividades são disciplinadas por uma lei com quinze artigos e sua finalidade é servir ao Estado, embora as evidências indiquem que está servindo a interesses cuja natureza não se conhece muito bem. O diretor-geral da Abin, coronel Ariel De Cunto, que levou o relatório sobre a reunião de Itamar ao general, afirma que seus espiões nada fizeram de errado.

“Aquilo não foi coisa daqui. Alguém da agência recebeu o documento, eu o levei ao general. Não era nada de relevante. Como não tinha origem, era uma denúncia anônima, o papel foi para o triturador”, diz o coronel. VEJA ouviu quatro agentes da Abin, que pedem para não ser identificados, pois estão fazendo uma inconfidênci. Eles contam que há três equipes da Abin no encalço de Itamar. Uma em Belo Horizonte e duas em Brasília, que são acionadas toda vez que o governador chega à capital. E não é de hoje: seus passos são rastreados desde março de 1998, quando tentou sair candidato a presidente por seu partido na época, o PMDB. De lá para cá, a Abin chegou a produzir até relatórios sobre as dívidas pessoais de Itamar e três de seus auxiliares: Henrique Hargreaves, Alexandre Dupeyrat e José Aparecido.

Novo monstro

A criação da Abin foi precedida por dois anos de debate no Congresso Nacional. Travava-se, na época, uma discussão duplamente complexa. De um lado, a intenção era evitar uma reencarnação do temido SNI, serviço de inteligência da ditadura militar que se transformou num dos pilares do terrorismo de Estado. De outro, pretendia-se estabelecer limites muito claros para as atividades da Abin, de tal modo que o novo serviço de inteligência não acabasse degenerando num monstro de espionagem, como foi o SNI, na definição de seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva.

No papel, os agentes da Abin não usam métodos ilegais, como grampeamento de telefone, não investigam políticos, não entram em casos de corrupção. “Corrupção é para polícia investigar”, diz o coronel Ariel De Cunto. Pela lei, a Abin só trabalha em casos que envolvem o interesse nacional, a defesa do Estado, como o avanço do narcotráfico ou a devastação da Amazônia. Na prática, as coisas são diferentes. No auge do escândalo do desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em que a quadrilha do juiz Nicolau dos Santos Neto sumiu com 169 milhões de reais, os agentes da Abin foram investigar jornalista – em especial, quem fazia reportagens sobre o eventual envolvimento nos desvios do ex-secretário-geral do Palácio do Planalto Eduardo Jorge Caldas Pereira. Levantaram a ficha de um deles, Andrei Meirelles, que apurava o caso para a revista em que trabalha, a *IstoÉ*. A ficha, à qual VEJA teve acesso, informa que o jornalista pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro, atuou no sindicato de jornalistas e participou de um encontro sindical em Cuba. Investigou-se até que sua ex-mulher era funcionária do governo federal. “Os dados são até corretos. Tenho orgulho do meu passado, mas me espanta que isso seja de interesse do governo num regime democrático”, afirma o jornalista, autor de sete reportagens sobre o assunto.

Por que o serviço secreto do governo precisa da ficha ideológica de um jornalista? Por que se interessa por um caso de corrupção se, oficialmente, a agência não tem nada a ver com isso? Na verdade, suspeitas de corrupção – esse assunto que “é para polícia investigar” – costumam atrair a atenção do serviço de inteligência. Exemplos:

- Os agentes da Abin foram acionados para apurar o paradeiro do juiz Nicolau dos Santos Neto. A cúpula da agência admite que o trabalho foi realizado, mas não dá detalhes. “Não fizemos muita coisa”, diz De Cunto. “Apenas verificamos o nome de uma ou outra pessoa que poderia ter ligações com o juiz”.

- Os arapongas também entraram no caso do Dossiê Cayman, uma papelada comprovadamente falsa segundo a qual os tucanos de maior plumagem do país, entre eles o presidente da República, teriam contas bancárias recheadas de dólares num paraíso fiscal. “Só fizemos umas parcerias para saber se as contas existiam ou não. Não se encontrou nenhum indício”, diz De Cunto. Foi um pouco mais que isso. O serviço secreto teve tal envolvimento na história que chegou a contratar a empresa de um brasileiro em Miami, na Flórida, para ajudar na apuração. Oficialmente, a empresa negocia apenas com armas, mas seu trabalho no caso do dossiê foi tão amplo que se estendeu até a Ilha de Man, um paraíso fiscal inglês localizado no Mar da Irlanda.

Até as movimentações financeiras do Ministério da Saúde, comandado por José Serra, foram examinadas. Os arapongas queriam conferir a prestação de contas de passagens e diárias de funcionários da Saúde. Estavam intrigados com a quantidade de funcionários que, nas férias, faziam viagens aparentemente incompatíveis com suas rendas. No relatório da investigação, a que VEJA teve acesso, contam ter descoberto que os funcionários estavam usando, em benefício pessoal, os prêmios de milhagens obtidos em viagens oficiais. O descontrole na emissão de bilhetes era tal que havia até funcionários fantasmas viajando ao exterior. “Foi uma coisa eventual”, minimiza De Cunto. Ele diz que a apuração teve início porque ele e o general Cardoso começaram a “observar” que alguns funcionários viviam melhor do que seus ganhos permitiam. Aparentemente, o Ministério da Saúde não foi informado de nada. Na semana passada, Ailton de Lima Ribeiro, o subsecretário de Assuntos Administrativos do ministério, encarregado do setor que cuida de passagens e diárias, informou que nunca houve investigação sobre o assunto. Ou não quer dizer, ou nem ele sabia que os arapongas andaram por lá.

Anúncio em jornal

A dura experiência brasileira com o velho SNI pode produzir a impressão de que serviços secretos são coisa de ditaduras ou regimes totalitários. É um engano. Todos os países razoavelmente estruturados têm serviço de inteligência, cuja tarefa é municiar o mandatário da nação com informações capazes de ajudá-lo a tomar decisões. Serviços de inteligência são um instrumento tradicional dos governos, que não apenas os têm como precisam tê-los. O problema é saber até onde podem ir em seu trabalho sigiloso. Até mesmo nos países mais civilizados há grampeamento de telefone e outras formas de investigação inconfessáveis sobre cidadãos que deveriam ser protegidos e não devassados pelos serviços de inteligência. Na teoria, há uma distinção entre serviços de inteligência e de espionagem. Grosso modo, o serviço de espionagem faz a mesma coisa que o de inteligência, só que por meios ilegais e clandestinos. A inteligência, portanto, seria uma forma, igualmente secreta, de obter informações valiosas, mas de acordo com parâmetros éticos e legais.

Na prática, as coisas se misturam. A CIA, o serviço de inteligência dos Estados Unidos, é o exemplo mais conhecido. Deve respeitar leis e códigos, presta contas anualmente ao Congresso americano, mas já se envolveu em todo tipo de atrocidade, até mesmo complôs e assassinatos. Metade dos políticos importantes dos EUA ficou de cabelo em pé quando morreu Edgar Hoover, que dirigia com mão de ferro o FBI, a polícia federal americana. Eles temiam que fossem divulgados os dossiês que Hoover tinha de muitos deles – eram produto de anos e anos de escuta telefônica clandestina. Nesse campo, existe uma sólida hipocrisia. Todos os governos têm agentes para esse tipo de levantamento, mas isso só vira problema quando são apanhados com a mão na massa.

“O grande problema dos serviços de inteligência é a definição dos limites. Quais são os limites? Se você estabelecer, você restringe a capacidade de atuação. Se não, cria um monstro”, diz o ex-senador Jarbas Passarinho, que foi ministro nos governos militares. Ele acrescenta: **“Um serviço de inteligência é absolutamente necessário. Os limites devem se propor a estabelecer regras de atuação no campo ético”.** Fazendo uma análise em tese, sem saber dos casos em que os agentes da Abin se envolveram, o ex-ministro diz: “Avaliar as ações e declarações de um político e elaborar

cenários é legítimo. Agora, seguir uma pessoa, infiltrar agentes e produzir informações de caráter ideológico extrapola qualquer limite". O desafio é garantir que os agentes não se prevaleçam da ausência de vigilância pública para fazer o que bem entenderem – risco que se corre em regimes mais abertos ou mais fechados. Na ditadura do Peru, o chefe do serviço secreto acaba de causar um abalo sísmico no governo de Alberto Fujimori, com a descoberta de que pagou propina a parlamentar. Na democracia da Argentina, o chefe do serviço secreto é o pivô do maior escândalo dos últimos tempos, suspeito de subornar parlamentares para aprovar uma lei.

Num país como o Brasil, em que até o presidente da República teve telefonemas grampeados, não chega a ser um espanto que os arapongas do governo pulem a cerca. O duro é saber onde fica a cerca. "O Congresso deu um cheque em branco ao governo com a lei que criou a Abin", afirma o deputado José Genoíno, do PT, que participou da comissão parlamentar que discutiu o assunto. "Nem se pode dizer que essas ações da Abin sejam ilegais. A lei é abrangente demais e se fundamenta num conceito altamente subjetivo, o chamado interesse nacional." O deputado apresentou várias emendas ao projeto da Abin. Queria que a agência fosse legalmente proibida de se envolver em assuntos referentes a movimentos sociais, políticos e religiosos. Propôs até um artigo criando a "desobediência devida", mecanismo pelo qual agentes teriam o direito de se recusar a cumprir missões ilegais e denunciar seus chefes. As emendas foram rejeitadas.

Mas nem o interesse nacional explica por que a Abin andou xeretando a vida de um procurador da República, Luiz Francisco de Souza, aquele que dá tanta dor de cabeça ao governo que chegou a ser comparado aos mais atuantes procuradores americanos num perfil recente publicado pelo jornal *The New York Times*. Durante sete meses, o procurador foi vigiado por uma "andorinha", o apelido que, no jargão dos arapongas, designa as espiãs que se disfarçam de amante apaixonada para se aproximar de seu alvo. Destacada para a missão, a soldado Cleonice de Nazaré Caetano, que pertence ao quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, encarou sua tarefa com zelo. Na época, o procurador estava investigando os ministros que usaram jatinhos da FAB para viagens pessoais. Ela passou a ligar para o gabinete do procurador, dizia que tinha informações relevantes e logo conseguiu um encontro pessoal. Enquanto isso, a soldado fuxicava a vida de seu alvo. Chegou até a falar com ex-colegas de faculdade do procurador para saber de seu passado.

"Uma vez, ela me ligou dizendo que era uma pessoa sozinha, sem amigas, e pediu para se encontrar comigo", conta a professora Elisa Alves, uma das ex-colegas do procurador de quem a "andorinha" tentou se aproximar. "Eu achei a conversa estranha, principalmente quando perguntei como tinha meu telefone. Eu havia acabado de trocá-lo e nem meus amigos sabiam o novo número." Elisa Alves se limitou a dizer que o procurador era homem dedicado ao trabalho e à leitura, que gostava de ler sobre direito e filosofia. Daí a "andorinha" parece ter tirado a idéia de presentear seu alvo com a coleção completa de *Os Pensadores*, títulos que tratam das idéias de grandes filósofos. Luiz Francisco diz que sempre desconfiou da intenção da soldado, que perguntava demais sobre seu trabalho e dava sinais de querer saber muito de sua vida. "Ela conhecia até um sítio que minha avó tem nos arredores de Brasília", relembra ele. A certa altura, a soldado confessou que era agente da Abin, mas simulou que estava revoltada com o trabalho.

A "relação" só acabou na noite de 22 de janeiro deste ano, numa briga num quarto de motel. Por precaução, o procurador nunca dizia antecipadamente para onde iriam nas saídas noturnas e não permitia que ela atendesse às ligações telefônicas enquanto estavam juntos. Nesse dia, porém, o celular da "andorinha" tocou no quarto do motel, o procurador tentou impedi-la de falar e começou um empurra-empurra. Luiz Francisco, com receio de algum escândalo, tentou ligar para a portaria do motel. Mas a soldado arrancou os fios do telefone do quarto. Como ela ameaçava denunciá-lo à polícia por lesões corporais, o procurador, para se precaver, tentou levá-la a uma delegacia. A soldado se recusou a ir. No dia seguinte, sozinha, foi à polícia, carregando três atestados médicos, dando conta de escoriações leves. Registrhou a queixa, mas mais tarde acabou desistindo de levar a denúncia à frente. Deu-se, então, o caso por encerrado.

Um dos aspectos peculiares da arapongagem é que tudo aquilo que se fisga nas andanças clandestinas nunca acaba no lixo. Mais cedo ou mais tarde, vem à luz. Foi o que aconteceu no escândalo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que derrubou alguns dos principais auxiliares do presidente Fernando Henrique. Até hoje, a Polícia Federal suspeita que o grampo telefônico no BNDES foi obra da Abin, embora as gravações tenham ficado guardadas por um bom tempo até que a imprensa revelasse sua existência. O general Alberto Cardoso já negou essa versão mais de um milhão de vezes, mas convive com dois incômodos. Primeiro, o principal suspeito de ter instalado o grampo no BNDES é um agente da Abin do Rio de Janeiro, Temílson Resende, conhecido como Telmo. O segundo incômodo: o general Cardoso sustenta que obteve cópia das fitas com as conversas grampeadas porque um agente foi informado, por telefonema anônimo, que elas estavam debaixo de um viaduto em Brasília – uma versão que ninguém leva a sério.

Pois, tal como as fitas do BNDES, a briga do motel entre a “andorinha” e o procurador também passou por uma hibernação até voltar à vida. Em 5 de julho passado, a soldado Cleonice de Nazaré Caetano, sem mais nem menos, resolveu reabrir o caso e deu um extenso depoimento à polícia acusando o procurador de tê-la agredido. Por pura coincidência, seu depoimento serviu, no dia seguinte, para que o senador Luiz Estevão, então cassado havia dias, prestasse um depoimento à Justiça no qual chamou o procurador de “deformado” e “espancador de mulheres”, referindo-se ao caso do motel. Como o ex-senador explica essa coincidência? “Alguém encaminhou uma cópia daquele depoimento ao meu escritório”, diz ele. A história é um pouco diferente: o ex-senador foi procurado por agentes da Abin que lhe ofereceram um longo relatório sobre o procurador, incluindo o produto do trabalho da “andorinha”, que foi então convidada a desenterrar a pendenga do motel. O coronel De Cunto diz que a “andorinha” não era mais da Abin quando investigou o procurador – embora, na delegacia, ela tenha informado aos policiais que trabalhava na “Presidência da República”, jargão usado por arapongas para ocultar o verdadeiro local de trabalho.

Para elaborar esta reportagem, VEJA ouviu, nas últimas oito semanas, quinze fontes da “comunidade de informação”. Foram oito funcionários da Abin, todos de médio escalão para cima, e sete que pertenceram à agência e hoje estão oficialmente afastados. No total, somaram-se mais de trinta horas de conversa. A pedido das fontes, VEJA não revelou suas identidades. Todas as histórias foram checadas com pelo menos três fontes, em contatos individuais. Mas, levando-se em conta as explicações oficiais do serviço secreto, fica combinado assim: a investigação do procurador foi iniciativa pessoal de uma soldado, as fitas do BNDES apareceram num viaduto, o relato detalhado de uma reunião do governador Itamar Franco foi denúncia de um anônimo, as buscas atrás do juiz Lalau não foram “muita coisa”, as investigações do Dossiê Cayman resultaram só em “umas parcerias” e o exame nas contas do ministério de José Serra não passou de “uma coisa eventual”.

O que chega até o Presidente

A Agência Brasileira de Inteligência foi criada para dar subsídios ao presidente da República e ajudá-lo a tomar decisões. Fernando Henrique Cardoso, portanto, deveria ser informado sobre o resultado das missões dos arapongas. Na sexta-feira passada, o presidente disse a VEJA que jamais soube que a Abin vigia os passos do governador Itamar Franco, que montou o perfil ideológico de um jornalista ou bisbilhotou a vida de um procurador. Fernando Henrique informou que, de todos os casos relatados nesta reportagem, sabia apenas que os arapongas trataram do tal Dossiê Cayman, o papelório falso que lhe atribuía a propriedade de contas bancárias num paraíso fiscal. O presidente também afirmou que na quinta-feira, um dia antes de falar com VEJA, fora informado pelo general Alberto Cardoso, o comandante da Abin, sobre a investigação da emissão de passagens e diárias do Ministério da Saúde, um assunto que até então ignorava. A investigação, que o general só levou ao conhecimento do presidente na semana passada, ocorreu há praticamente um ano.

Quando assumiu para cumprir seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique entregou a direção do setor de inteligência do governo a Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral do Planalto. Mais tarde, sob a denominação de Subsecretaria de Inteligência (SSI), o órgão foi colocado

sob o comando do general Alberto Cardoso. Especialista na matéria, o general é um conhecedor metílico da obra do filósofo militar chinês Sun Tzu, autor do clássico *A Arte da Guerra*, o primeiro tratado sobre ciência militar e bélica a discorrer sobre a importância capital da informação, que se celebrou pelo lema: “Conhece o inimigo e a ti próprio e poderás lutar centenas de batalhas sem perigo de derrota”. Com a criação da Abin, o general Cardoso tornou-se o elo entre as informações captadas pelos agentes do serviço de inteligência e o presidente da República. “Nosso esforço é para que haja uma consciência ética no serviço de inteligência, com uma atuação sem preocupações ideológicas ou políticas. Mas descartar que alguém escape a essa regra é utópico”, afirma ele.

As informações que o general recebe são transmitidas por dezessete escritórios e doze agências do órgão no país, que reúnem 900 agentes num total de 1 700 funcionários. O material vai para o Departamento de Inteligência, que destaca tudo o que possa ser de interesse do presidente. Em seguida, as informações são condensadas num relatório dirigido ao diretor-geral da Abin, coronel Ariel De Cunto, que o repassa ao general Cardoso, no Palácio do Planalto. Todos os dias, no fim do expediente, o general se reúne com o presidente e lhe apresenta o documento – na verdade, uma resenha sobre os mais variados assuntos. Seu conteúdo é confidencial. Se informações como as andanças do governador Itamar Franco, a vida privada de um procurador ou a investigação nas contas de um ministério não estão no documento que o presidente recebe, fica a pergunta: por que os arapongas perdem tempo com isso?

132

Data: 15/11/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 05)

Autoria: Renata Giraldi (de Brasília)

GENERAL SE DEFENDE

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, reconheceu ontem, em pronunciamento de 23 minutos, que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) recebeu informações de que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em visitas a Brasília, reunia-se com amigos para “desestabilizar” o governo. Ele disse também que a agência está no encalço do juiz foragido Nicolau dos Santos Neto, mas negou afirmação publicada na revista *Veja*, no final de semana, de que agentes tenham investigado a vida de funcionários públicos e do jornalista Andrei Meirelles.

O general afirmou ter “triturado” o bilhete em que recebeu informando sobre as reuniões de Itamar Franco com amigos, em Brasília. Segundo ele, o funcionário que obteve o documento foi punido com uma advertência. Na sua opinião, a função da Abin não é ressuscitar o Serviço Nacional de Informações (SNI). “Existe uma filosofia da ética de que o órgão de inteligência é do Estado e não do governo”, afirmou o militar. Mesmo negando o teor da maior parte da informações, ele admitiu a hipótese de alguns dados terem “vazado” de dentro da agência.

“Há uma hipótese provável de que alguma coisa saiu da Abin. Há um certo nexo na hipótese. Isso dói”, afirmou Cardoso. Segundo ele, o ministro da Saúde, José Serra, citado na reportagem da revista por ter tido funcionários investigados a fim de descobrir se viajavam em excesso, recebeu explicações minuciosas negando a apuração. Já Itamar Franco, o procurador Luiz Francisco Souza (que teria sido vítima de uma investigação envolvendo uma cabo da Polícia Militar com objetivo de apurar seu trabalho) e o jornalista deverão receber uma carta na qual a agência nega os dados descritos na *Veja*.

134

Data: 16/11/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>
Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 02)
Autoria: Renata Giraldi (de Brasília)

CARDOSO NEGA ESPIONAGEM E DIZ QUE ABIN NÃO É SNI *General diz que aguarda só convocação do Congresso para prestar depoimento*

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e responsável pela Agência Nacional de Inteligência (Abin), general Alberto Cardoso, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que está disposto a ir ao Congresso Nacional para esclarecer as denúncias publicadas na revista Veja. “Se me convidarem hoje, amanhã cedo já estarei lá”, afirmou. Segundo Cardoso, a Abin nada tem de semelhante com o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela ditadura. “São órgãos completamente diferentes. Hoje não há inimigo interno, essa é a grande diferença. Em assuntos nacionais, a Abin não presta informações”.

Segundo a revista Veja desta semana, a Abin espionou o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o procurador da República Luiz Francisco de Souza, o jornalista Andrei Meirelles e funcionários do Ministério da Saúde, além de ter participado de investigações para localizar o juiz aposentado do Nicolau dos Santos Neto.

Cardoso confirmou ter recebido bilhete de um informante (que não é lotado na Abin) que relatava reuniões que Itamar teria promovido em Brasília para “desestabilizar” o governo. O bilhete foi destruído em um triturador de papéis, disse o general, negando que tenha partido da Abin alguma ordem para investigar o governador Itamar Franco.

Depoimento

O Congresso, que é o órgão fiscalizador da Abin, decidiu convocar Cardoso para prestar esclarecimentos sobre as denúncias da revista Veja. A data do depoimento não foi marcada, mas o general já telefonou para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), colocando-se à disposição do Congresso. “Quero mostrar detalhadamente qual é o nosso trabalho, que envolve 1.700 pessoas, a maioria selecionada nos últimos quatro concursos públicos já realizados. Jamais a Abin será institucionalmente aquilo que estigmatizou o SNI”, afirmou.

A reportagem da revista Veja denuncia que a Abin fez espionagem também no Ministério da Saúde, para verificar se funcionários estariam se excedendo em viagens pagas com dinheiro público. O ministro da Saúde, José Serra, ficou indignado com a denúncia e enviou um pedido de explicações ao chefe da Abin. Além de ter dado dois telefonemas a Serra, o general redigiu um documento e divulgou uma comunicação pública, negando que seus agentes tenham espionado subordinados de Serra. “Não investigamos o que ocorre nos ministérios, em nenhum”, afirmou Cardoso.

“Quantas vezes forem necessárias para esclarecer que as denúncias são improcedentes, estarei pronto para falar e explicar”, completou. Segundo Cardoso, não é verdade, também, que a Abin acompanhe as atividades do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de manifestantes que ameaçam fazer protestos nos locais visitados pelo presidente Fernando Henrique. “Não colocamos ninguém para investigar sem-terra ou manifestantes. Não temos agentes infiltrados nem escutas telefônicas entre eles”.

135

Data: 16/11/2000
Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>
Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 02)
Autoria: Dora Kramer

O ESTIGMA QUE ABALA

Feriado, Esplanada dos Ministérios, Palácio do Planalto, Brasília toda às moscas, à exceção do gabinete de Segurança Institucional, no fundo de um dos três corredores do quarto andar do Planalto, onde o general Alberto Cardoso passou o dia dedicado à batalha da comunicação em defesa da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Estigmatizada pela herança do SNI, a Abin sofreu novo abalo no fim de semana, quando a revista Veja publicou reportagem sobre investigações que a agência estaria fazendo, algumas delas ilegais. **O governo assume que a agência, de fato, está metida nos casos do juiz Nicolau dos Santos e na busca aos autores da falsificação de um dossiê sobre contas de autoridades, entre elas o presidente, no exterior. “Aí está envolvido o interesse nacional.”**

Mas o general rejeita a autoria de outras investigadas relatadas como de autoria da Abin ou de seus agentes: o envio de uma agente para simular romance com o procurador Luiz Francisco de Souza, a vigilância dos passos do governador Itamar Franco, a investigação de viagens dos funcionários do Ministério da Saúde e a divulgação do perfil político de um jornalista de Brasília.

Nesta altura, o leitor deverá estar se perguntando qual a razão da demora de três dias para uma reação. Várias, começando pela necessidade de verificação de que a Abin, de repente, não estaria mesmo metendo-se onde não foi pela lei chamada. Depois disso era preciso ver qual a dimensão que o caso assumiria para só então se partir para a missão a que se dedicou o general durante todo o dia de ontem: mais uma vez explicar qual a natureza e a função de um serviço de inteligência em regime democrático.

E o pressuposto número um do serviço, na concepção do general, é o seguinte: “Não existe inimigo interno, a Abin não informa contra. Apenas trabalha a favor daquilo que garanta à sociedade, também traduzida pelo Estado, a aplicação das políticas de governo.”

Fora disso, considera Alberto Cardoso, **no que tange às tarefas da Abin, se surgir alguém falando em nome da agência não existe outra possibilidade: ou se estará diante de uma tentativa de desmoralização, ou da construção de uma tempestade a partir de um copo de água** - que o general acredita que seja o caso presente -, **ou ainda de um aproveitamento da nefasta memória que o SNI deixou na opinião pública.**

E, quanto a este último item, o chefe do Gabinete Institucional - ao qual se subordina a Abin - não vê muita saída a não ser o governo ter paciência e ciência de que ainda terá de conviver por muitos anos com os resquícios do estigma.

Pois bem, mas se é só estigma, se os pressupostos da Abin são os da manutenção de seus serviços dentro daquilo que é interesse do Estado e não necessariamente interesse de governo, se a ele concerne a aplicação do poder e não a manutenção do poder nas mãos deste ou daquele, o serviço de inteligência não estaria de qualquer forma algo fragilizado por exposto a algum tipo de desmoralização?

O general Alberto Cardoso vê-se que implica com o termo “fragilizado” – embora nada diga –, mas logo fica-se sabendo que ele entende o sentido do raciocínio, concorda com ele e tem uma solução para que a Abin não fique sendo objeto de permanente contestação quando não houver motivo concreto para isso.

A saída, na opinião do general, é a criação, o quanto antes, da comissão de controle externo do serviço de inteligência. Na lei que criou a Abin está prevista a comissão que é instalada por ato do Legislativo e composta por congressistas: os presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado, os líderes da situação nas duas Casas e os líderes da oposição também em ambas.

Na terça-feira à noite o general falou com o senador Antonio Carlos Magalhães e ficou sabendo que a comissão, por causa deste episódio agora, será criada provavelmente nesta semana.

“Deu trabalho, mas conseguimos convencer o nosso pessoal de que a comissão no lugar de ser uma adversária, será uma aliada, pois avalia o trabalho da Abin, enquanto ela se mantiver dentro dos limites para a qual foi criada. Ou seja, esse controle externo é o que nos defende, nos protege”, argumenta o general.

Ele, por sua vez, está torcendo para que seja convocado a expor essas e outras razões no Congresso. “Quero explicar como é que se faz inteligência na democracia, ainda que eu saiba que teremos de conviver com o estigma até que a sociedade e os políticos brasileiros entendam a necessidade de o Estado, e portanto, a sociedade, ter este tipo de serviço.”

Fora da mira

O general Alberto Cardoso diz que só há dois tipos de situações em que a Abin investiga pessoas: quando elas se incorporam ao governo - trata-se, aí, evidentemente dos cargos de confiança e de primeiros escalões - ou quando, sob suspeita de terem cometido alguma irregularidade, candidatam-se, por isso, a deixarem de integrar o governo.

Como o governador de Minas Gerais não se enquadra em nenhum desses casos, o general não vê razões objetivas para que a Abin o investigasse. “Realmente, não sei como o governador Itamar Franco poderia ameaçar a aplicação de políticas de governo em suas viagens a Brasília.”

É que, segundo a Veja, os agentes vigiaram os passos de Itamar em suas idas e vindas à capital. “Se fosse para espionar os adversários, porque só o governador de Minas e não os governadores do PT também?”.

142

Data: 17/11/2000

Web site: http://www.terra.com.br/istoe/1625/brasil/1625_monstro_semexe.htm

Publicação: IstoÉ - Edição nº 1625

Autoria: Andrei Meireles e Ricardo Miranda, com colaboração de Mino Pedrosa (DF)

MONSTRO SE MEXE NO PORÃO

General Cardoso admite que não controla arapongas da Abin, mas garante que usa o imenso poder que tem “com correção”

O general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, dirige um caminhão sem freios. No comando da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) desde 14 de abril de 1996, o oficial de 60 anos, espírita e com reputação de liberal, não consegue, mesmo com uma mudança de sigla e um discurso ético, remover o coração do monstro criado pelo general Golbery do Couto e Silva, no início do regime militar. Dez anos depois da extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Abin repete os métodos de um dos filhotes mais nefastos da ditadura militar. Continua espionando figuras públicas, como o governador de Minas Gerais, Itamar Franco; comprando a rodo, quase sempre sem concorrência, equipamentos típicos de espionagem, como máquinas fotográficas e filmadoras, e ainda fazendo as abomináveis fichas de pessoas que se encaixariam no perfil de “ameaças ao Estado e à sociedade”. Pior: cabe a Cardoso decidir, sozinho, se uma investigação ou denúncia vai para a mesa do presidente – um andar abaixo do seu –, para o purgatório de alguma gaveta ou entra direto no triturador instalado ao lado de sua mesa, sem nenhum registro para a posteridade. É poder demais e controle de menos.

O general Cardoso jura que usa esse poder com correção. Não é bem assim. Na primeira semana de setembro deste ano, o governador Itamar Franco foi informado por generais da reserva que estava sendo espionado em Belo Horizonte e em Brasília por arapongas da Abin. Quando o Palácio do

Planalto enviou tropas do Exército à fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG), a pretexto de evitar uma invasão do MST. Itamar se convenceu de que estava em curso uma tentativa de desestabilizá-lo. Imediatamente, procurou militares em Brasília, entre eles o presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Sérgio Ferolla. De acordo com um araponga fiel a Itamar e que continua na Abin, essa movimentação do governador – inclusive uma reunião na casa do ministro Maurício Correia, do Supremo Tribunal Federal – foi acompanhada por agentes do general Cardoso. Na terça-feira 14, quando o próprio Cardoso admitiu ter recebido um informe sobre Itamar, o governador contra-atacou e responsabilizou FHC pela espionagem. Em carta ao presidente, classificou o ato como um “risco ao estado de direito”.

O chefe da Abin mostrou um empenho todo especial no escândalo envolvendo Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência. No final de agosto, o general Cardoso enviou um informe reservado aos serviços de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica determinando que toda informação relativa a EJ fosse repassada à Abin. A partir daí, só a Inteligência do Planalto cuidaria do caso. Esse foi o lado invisível da operação abafa feita para proteger o ex-coordenador da campanha de reeleição de FHC. Nessa mesma época, Eduardo Jorge tentou tranquilizar os seus parceiros investigados por ISTOÉ: contou que os passos do jornalista Andrei Meireles, da sucursal de Brasília, estavam sendo monitorados. Não disse por quem. A revista Veja revelou na semana passada que a Abin levantou a ficha do repórter, produzida desde os tempos da ditadura. Na segunda-feira 13, o diretor-geral da Abin, Ariel Rocha de Cunto, em carta enviada a Andrei, assegurou que “os registros disponíveis são anteriores a 30 de setembro de 1987”. Mesmo tendo prometido a ISTOÉ entregar a ficha integral do jornalista, o general Cardoso forneceu apenas um extrato assinado pelo diretor do Centro de Documentação da Abin, David Bernardes de Assis, que inclui um registro da participação de Andrei numa reunião do PCB em 24 de agosto de 1989 – dois anos depois da data anunciada pelo coronel De Cunto. Em 1989 já estava em vigor a nova Constituição, que proíbe a espionagem política.

Não são apenas os que incomodam o governo que entram na mira da turma do general Cardoso. Vale até rixa pessoal. O ministro da Saúde, José Serra, por exemplo, caiu em desgraça na Abin por ter atropelado uma investigação dos arapongas. Foi Serra quem levou o dossiê Cayman a FHC e disse que estava sendo ameaçado em telefonemas anônimos. Chamado pelo presidente, o general pediu que o assunto fosse mantido em sigilo durante a apuração. Dias depois, a notícia sobre a existência do dossiê – uma suposta conta do alto tucanato num paraíso fiscal, incluindo FHC e o próprio Serra – foi divulgada pelo jornalista Elio Gaspari. O general responsabilizou o ministro da Saúde pelo vazamento. A verdade é que o general Cardoso não sabe o que andam fazendo os mais de 900 “analistas de informações” responsáveis por levantar o que se encaixa no elástico conceito de assuntos de Estado.

“De vez em quando chegam documentos que não são do nível estratégico. Quando aparece algo, sempre é devolvido por mim junto com um cartãozinho dizendo: isso não é do nosso nível”, explica. Em entrevista a ISTOÉ, na qual estava acompanhado do general Jorge Alves de Carvalho, Cardoso não respondeu se a Abin tem ficha de João Pedro Stédile, líder do MST – um dos alvos preferenciais da arapongagem oficial –, e limitou-se a dizer que considera de “probabilidade baixa” que uma ex-funcionária da agência tenha espionado o procurador Luiz Francisco de Souza. Não negou que seus agentes continuem investigando clandestinamente. “Alguém aqui controla os filhos? Essa gente não deixa rastro.” Só que eles andam deixando rastro. O funcionário da Abin no Rio Temílson Resende, o Telmo, foi acusado pela Polícia Federal de ter instalado um grampo no BNDES que derrubou alguns dos principais auxiliares do presidente. Ele saiu da Abin pela porta da frente, aderindo a um Plano de Demissão Voluntária e vai ganhar uma bolada pelos “serviços prestados”.

O general recebeu a Abin das mãos de um homem que não está acima de qualquer suspeita, o próprio Eduardo Jorge. Desde essa época, até ministros vivem a paranóia de estarem sendo vigiados. “Essa gente foi treinada para isso. E eles continuam lá, sem rédeas”, conta um ex-ministro. “O sentimento que o País tem é de que todo mundo está sendo espionado, que há um vale-tudo da arapongagem oficial”, diz o deputado José Genoino (PT-SP), que viu derrotadas todas as suas propostas para democratizar a Abin. A lei nº 9.883, que criou a Abin, foi um cheque em branco do Congresso. Caiu até a emenda que proibia a investigação de cidadãos por motivos ideológicos, políticos, éticos ou

sociais. O controle externo da agência, que deveria caber a um grupo com acesso a todos os documentos, acabou ficando por conta de uma comissão sem poderes, formada pelos líderes da maioria e da minoria no Congresso. Uma comissão que nem sequer foi instalada.

Uma parte da mão-de-obra da Abin vem do antigo SNI, gente treinada para bisbilhotar a vida alheia de forma pouco ortodoxa. “Eles acostumaram-se a invadir residências, violar correspondências, ignorar os direitos civis e não entendem por que agora teria de ser diferente”, afirma a pesquisadora da Fundação Ford, Priscila Antunes, autora do estudo Agência Brasileira de Inteligência: gênese e antecedentes históricos, apresentado em agosto passado como dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense. “Tem muita gente ali dentro agindo por conta própria”, concorda o detetive Udini, codinome de um homem que serviu durante 22 anos à área de inteligência. Hoje ele investiga casos de adultério e faz dossiês com “os podres” de políticos. Teve bons professores.

E o monstro não pára de crescer. Se depender de Cardoso, os 900 analistas de informação devem chegar a dois mil. O último concurso aberto para a seleção de 61 analistas exigia, entre outras coisas, conhecimento de alemão, árabe, espanhol, francês, inglês ou russo. A revelação de que a Abin continua praticando espionagem política mostra, porém, que os arapongas do general Cardoso ainda não saíram do velho porão em que agiam livremente durante a ditadura.

ENTREVISTA
“ESSA GENTE NÃO DEIXA RASTRO”

ISTOÉ – *O sr. mandou investigar o jornalista Andrei Meireles?*
Alberto Cardoso – De maneira nenhuma.

ISTOÉ – *Como, então, chegou à revista Veja uma ficha do Andrei?*

Cardoso – Fizemos uma investigação interna, verificamos o arquivo do Andrei e constatamos que não foi feita pesquisa no nosso período na Abin. É muito fácil alguém chegar e dizer: fez-se um levantamento do Andrei e consta lá que ele foi comunista, do PCB...

ISTOÉ – *Consta onde?*

Cardoso – Na Abin tem um arquivo imenso. O primeiro serviço de inteligência brasileiro é de 1927. Imagina o que tem lá...

ISTOÉ – *O sr. assegura que a ficha do Andrei é anterior à Abin, não sofreu atualização em sua gestão?*

Cardoso – Exatamente, por nós não.

ISTOÉ – *Temos informações de que o Eduardo Jorge (ex-secretário-geral da Presidência) disse que o Andrei estava sendo monitorado. A Veja diz que foi pela Abin. Houve algum pedido dele?*

Cardoso – Não. Por favor, tire isso de sua mente. A gente está investigando se a Abin está te (fazendo para Andrei Meireles) monitorando. Temos que esclarecer isso. Acho pouco provável, mas não quer dizer impossível. Não garanto nada. É como eu falei na época das fitas do BNDES: essa gente não deixa rastro.

ISTOÉ – *O Eduardo Jorge já comandou o setor de inteligência...*

Cardoso – Eu estou chefiando a Abin desde abril de 1996. Durante um curto período, antes da implantação da agência, a área esteve ligada ao ministro Eduardo Jorge (de janeiro de 1995 a 14 de abril de 1996). A sistemática de trabalho, eu não sei. Mas posso lhe assegurar que, se monitorado, não foi pela Abin.

ISTOÉ – *Mesmo que a ordem não tenha sido sua, alguém da agência pode ter feito isso. O sr. controla toda a Abin?*

Cardoso – Não, claro que não. Isso é utopia. Alguém aqui controla os filhos? Por hipótese, pode ter sido alguém do Flamengo, do Vasco, de qualquer órgão.

ISTOÉ – *O sr. diz que nada foi acrescentado à ficha do Andrei e que existem muitas outras fichas herdadas, históricas. A Abin continua produzindo fichas?*

Cardoso – Em assunto de interesse do Estado, ameaça ao Estado, claro que sim. Pessoas que sejam ameaças ao Estado e à sociedade. A Abin também levanta a situação de quem é cogitado para entrar no governo e durante o governo, se houver alguma desconfiança.

ISTOÉ – *João Pedro Stédile, Líder do MST, é fichado?*

Cardoso – Vou até procurar... Não se inicia dossiê de pessoa... sem razão. Stédile? Não sei.

ISTOÉ – *Ao publicar trechos de conversas gravadas do juiz Nicolau (ex-presidente do TRT-SP), Istoé afirmou que a Abin o investigava. Na época, o sr. divulgou nota negando o fato. A Abin investigou ou não o caso Nicolau?*

Cardoso – Ele foi investigado depois da reportagem, mas esse não foi o referencial, foi um dos motivos. Quando o assunto começou a virar galhofa nacional e virou um símbolo de impunidade...

ISTOÉ – *Continua sendo. Apesar da Abin, ele continua foragido.*

Cardoso – Mas está se lutando por isso. Tenho testemunhado o esforço do ministro Gregori (da Justiça) para achá-lo.

ISTOÉ – *Sabe-se que o juiz estaria sendo protegido por pessoas da área de informações, para a qual prestou serviços durante o regime militar.*

Cardoso – Os senhores farão um grande favor ao País se informarem quais são essas pessoas. O sr. sabe o nome dessas pessoas? Nós queremos saber.

ISTOÉ – *A Abin não devia saber disso?*

Cardoso – Há uma hipótese de que ele esteja guardado por gente com experiência na área da proteção de autoridades. Todas as pistas que nos surgem, verificamos e informamos à Polícia Federal. Mais, não posso dizer.

ISTOÉ – *O sr. diz que a Abin não bisbilhota. Mas no caso do BNDES quem é acusado de ter feito o grampo foi o araponga Telmo (Temílson Resende) da Abin no Rio. Não é contraditório?*

Cardoso – Não, ele era, pelo que investiga a Polícia Federal, um free lancer. Nenhum serviço dele se transformava em documento oficial.

ISTOÉ – *E esses bicos são permitidos?*

Cardoso – De jeito nenhum.

ISTOÉ – *Isso feriu a imagem da Abin?*

Cardoso – Feriu.

ISTOÉ – *E por que Telmo não foi simplesmente demitido?*

Cardoso – Conseguimos com muito esforço a demissão dele. Mas durou pouco. Constataram que ela não obedecia à lei. Ele entrou no Plano de Demissão Voluntária.

ISTOÉ – *O sr. disse ter achado as fitas do BNDES embaixo de um viaduto. Isso não feriu sua credibilidade junto à opinião pública?*

Cardoso – Foi o que aconteceu. Mas não fui eu quem pegou as fitas.

ISTOÉ – *O Telmo era um ex-agente do SNI. É saudável para a instituição a permanência desses ex-agentes?*

Cardoso – Eu acho muito saudável. Saíram pessoas, mas ficaram outras com vocação para o serviço. São confiáveis.

ISTOÉ – *Quantos dos atuais funcionários da Abin trabalharam para o SNI?*

Cardoso – O grupo é pequeno. Não sei quanto. A pergunta carrega um estigma.

ISTOÉ – *O sr. não tem medo de que a Abin, como o SNI, vire um monstro?*

Cardoso – Eu procuro conduzir a agência com moralidade, honestidade e retidão. Há uma imagem estereotipada de que o cara que trabalha em serviço de inteligência não é confiável, é uma pessoa que vive bisbilhotando. Não é isso que acontece. Nossas prioridades são diferentes, como o meio ambiente...

ISTOÉ – *O sr. recebeu um levantamento sobre irregularidades cometidas por funcionários do Ministério da Saúde, mas não levou adiante. Recebeu um documento sobre atividades do governador Itamar (Minas) e decidiu jogar no triturador de papel. O sr. concentra em suas mãos o destino de uma investigação...*

Cardoso – Eu acho correto porque faço com correção.

ISTOÉ – *Uma pessoa correta pode estar hoje na Abin, mas amanhã pode aparecer um Vladimiro Montesinos (ex-assessor de inteligência peruana, pivô da maior crise política de Fujimori)...*

Cardoso – Por favor, não me compare a Montesinos.

ISTOÉ – *Não existe o risco de o sr. virar uma pessoa poderosa demais?*

Cardoso – Eu respondo por mim. Não sei quem vem depois. O poder não é de nenhum de nós, é do povo. O presidente delega a autoridade para exercer o poder. Mas quem imagina, seja assessor de presidente ou ministro, que tem poder estará acreditando numa falácia. O poder está na mão do presidente.

ISTOÉ – *Informação é poder?*

Cardoso – Não, é potencial de poder. É da ética do profissional de inteligência não permitir que o conhecimento que ele produz, ou que chegue a ele, se transforme em instrumento de poder. Só o presidente pode fazer isso. É preciso que todos os servidores tenham uma formação ética e moral forte. Existe uma atividade dentro da inteligência que se chama segurança orgânica. Procuramos detectar condutas inadequadas, sinais de enriquecimento, tudo isso é analisado.

ISTOÉ – *Digamos que o sr. enlouquecesse e decidisse investigar todo mundo, até o presidente da República. Qual o controle que a sociedade teria disso?*

Cardoso – Minha ordem não seria obedecida. As diretrizes valem para todos.

ISTOÉ – *Se o sr. desse ordem para investigar um governador?*

Cardoso – Não seria obedecida.

ISTOÉ – *Então, como um subordinado lhe trouxe um relato sobre Itamar?*

Cardoso – Sim, mas ele não foi investigado. Eu joguei no triturador.

ISTOÉ – *Por que a PM Cleonice Caetano, que se envolveu com o procurador Luiz Francisco para vigiar os seus passos, saiu da Abin?*

Cardoso – Chegou o tempo de ela ir embora.

ISTOÉ – *Não é possível que, mesmo fora da Abin, ela continue como informante do governo?*

Cardoso – A probabilidade é muito baixa. Tentaram até vincular o trabalho da moça com o Luiz Estevão (senador cassado), como se nós estivéssemos sendo informantes dele. Isso é absurdo...

ISTOÉ – *A Abin está investigando isso?*

Cardoso – Tudo o que envolve a Abin, a nossa segurança orgânica investiga. Agora, essa idéia de que investigação de vida pessoal tem por trás um órgão governamental pode levar a equívocos.

ISTOÉ – *O sr. acredita que ela foi posta ali por quem?*

Cardoso – Não sei, foi um romance...

ISTOÉ – *Nesse controle interno, a Abin já flagrou outras bisbilhotices?*

Cardoso – Já, mas não de má-fé. Nós estabelecemos uma natureza de trabalho estratégica, produzindo informações para uso exclusivo do presidente. De vez em quando chegam documentos que não são do nível estratégico. E quando aparece algo, sempre é devolvido por mim ou ele é destruído e vai junto um cartãozinho meu dizendo: “Isso não é do nosso nível.”

ISTOÉ – *O deputado José Genoíno (PT-SP) citou, como exemplo de ineficiência, o fato de a Abin não ter sabido que a Argentina estava tentando aderir à OTAN.*

Cardoso – Para descobrir isso seria preciso um ultra-serviço de espionagem internacional e o Brasil não tem esse serviço. Não tem recursos para isso. A Abin trabalha nesse campo com análises de tendências, de publicações. Nossa serviço não é perfeito.

ISTOÉ – *Os serviços de inteligência funcionam até hoje nas democracias modernas para combater inimigos externos. Um estudo feito pela pesquisadora Priscila Antunes, da Fundação Ford, aponta ser o erro mais grave da Abin priorizar inimigos internos.*

Cardoso – Engano dela. Tem muita gente falando sobre a Abin sem conhecer. A agência tem um departamento de assuntos internacionais e outro de nacionais.

ISTOÉ – *Aprioridade é interna ou externa?*

Cardoso – A grande missão da Abin é a segurança do Estado e da sociedade. Para isso, ela procura conhecer as ameaças e as oportunidades que podem surgir para ambos também nos campos da segurança, da economia e da política. Mas um serviço como o nosso não tem alcance muito grande. Ela sofre restrições orçamentárias, talvez até maiores que todos os outros órgãos. Nossso orçamento, comparado ao de outros países, é ridículo.

ISTOÉ – *Qual seria o ideal?*

Cardoso – O ideal seria ter um serviço com tentáculos para colher informações, que atingisse o mundo inteiro, como é o serviço dos EUA. O ideal é buscar as ameaças onde elas podem surgir. Falar em OTAN para nós, só por meio de análise diplomática. Procuramos conhecer o nosso entorno, mas não espionar países.

ISTOÉ – *A Abin tem agentes na Argentina e nos países do Mercosul?*

Cardoso – Já teve. Agora, por restrições orçamentárias, a gente não consegue ter. Agora, existem escritórios de outros países no Brasil.

ISTOÉ – *Quais os maiores inimigos internos do Brasil?*

Cardoso – Interno é a pobreza e o maior inimigo da sociedade é a violência.

146

Data: 19/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Elio Gaspari - Página: A15)

Autoria: Elio Gaspari

A ABIN PRECISA DE INTELIGÊNCIA

O general Alberto Cardoso pretende demonstrar que sua Abin não é uma reedição do SNI. Se isso dependesse apenas do estilo de seu criador, o SNI também não teria virado o que virou: “Um monstro”, segundo o general Golbery do Couto e Silva, que o concebeu.

Está estabelecido que a Abin pesquisou a legalidade e a conveniência da reversão, para a Viúva, das milhagens aéreas acumuladas pelos funcionários públicos que viajam de avião. Fez isso sem grampear vivalma ou xeretar a vida alheia. Esqueceu-se apenas de fazer uma pergunta: o que é que a Abin tem a ver com milhagem de companhias aéreas? Nada.

É possível que o confisco da milhagem dos funcionários seja legal, mas sem dúvida ofende o conceito da bonificação. Ela se destina a incentivar a opção dos passageiros, não a das empresas para as quais eles trabalham. Ademais, as empresas que respeitam os funcionários raramente se metem em mesquinharias desse tipo. Elas (como o governo) negociam seus próprios descontos. Admitindo-se que o confisco seja legal, salta aos olhos que esse tipo de tarefa nada tem a ver com uma Agência Brasileira de Inteligência.

À época em que os burocratas do SNI julgavam-se muito inteligentes, tiveram a idéia de raspar o ouro de serra Pelada para cobrir o rombo das divisas nacionais. O metal vinha para o Rio, era cunhado pela Casa da Moeda e mandado em vôos noturnos (sem direito a milhagem) para Nova York. Na hora em que o jato pousava no aeroporto Kennedy, um funcionário do banco Morgan telefonava para a sede, e o Brasil começava o dia com alguns milhões de dólares em caixa. Ao fim da tarde, eles iam embora, sacados por uma crise de confiança muito mais inteligente do que a manobra do SNI. Passou o tempo e um dos banqueiros metidos no negócio calculou que o Morgan ganhou US\$ 25 milhões para vigiar as decolagens e pouso do ouro.

Para propor que o governo capture a milhagem dos funcionários que viajam a serviço, a Abin, ou qualquer outro cidadão, deve apenas sugerir ao doutor Pedro Parente, chefe da Casa Civil, que pense no assunto. O resto é coisa de quem não tem o que fazer.

147

Data: 19/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

OS ESPIÕES À NOSSA VOLTA

Ninguém mais sabe se está sendo espionado em seus movimentos, se tem os telefones sob escuta clandestina, se as particularidades mais pessoais de sua vida atual e passada estão sendo levantados. A mal denominada Agência Brasileira de Inteligência, a Abin com que o governo fez o seu SNI, está aí.

Mesmo que a relação de espionados publicada por “Veja” fosse ou seja tão inverídica quanto dela diz o general-ministro Alberto Cardoso, do Gabinete de Segurança Institucional, é na sua contestação que está incluída, como um recheio venenoso, a pior ameaça que a Abin representa.

A explicação do general Cardoso para o único caso em que admitiu a existência de um relatório – a espionagem de Itamar Franco desde 98 – é a seguinte: o agente espionou por iniciativa própria e, quando o relatório afinal lhe chegou às mãos, o general o destruiu no triturador de papel. Não há por que descrever da explicação.

Antes houvesse. Porque a pior ameaça dos serviços internos de operações secretas está em que não são controláveis. Como o general Cardoso reconhece implícita e involuntariamente na sua explicação. Mal tão óbvio que aqui mesmo foi dado como inevitável, tão logo a Abin, se a Presidência insistisse em criá-la, soltasse os seus espiões por aí.

Não é difícil entender por que é assim em todos os serviços de espionagem interna. O material humano que se presta a esse tipo de atividade já é, por princípio e definição, capaz das atitudes mais contrárias à ética, à lealdade e à correção. Se assim é como pessoa, não pode deixar de serlo como profissional. Com o agravante, em relação a seus congêneres morais, de que sempre estará agindo em nome do Estado, sob a proteção do Estado e, daí, imbuído da suposição de poderes ilimitados sobre os demais. Diz o general Cardoso, como complemento da sua explicação, que a Abin não serve ao governo, mas ao Estado. Ao criar o SNI, o general Golbery do Couto e Silva teve, também, a pretensão de que

organizava uma defesa do Estado capitalista. Em suas palavras, mais tarde, “criou um monstro”. É a fatalidade dos serviços de espionagem interna, sempre e em toda parte às voltas com os desregramentos práticos, a falta de escrúulos e a extração das atividades funcionais para as ações típicas da marginalidade.

A Abin “não serve ao governo”, mas não por acaso os investigados que “Veja” citou estão o governador que é o adversário para contundente de Fernando Henrique Cardoso; jornalista entregue à verificação de envolvimento do governo com a falcatrua no TRT-SP; o procurador da República que, ao se tornar vítima de longa espionagem (provavelmente ainda praticada), demonstrava o uso turístico e familiar de aviões da FAB por privilegiados do governo.

Na terça-feira deverá instalar-se no Congresso a comissão que, em teoria, se incumbirá de fiscalizar e controlar as atividades da Abin. Na prática, a comissão apenas abrirá o risco de que o Congresso se descubra comprometido, de repente, com extravagâncias graves. Pois, se bem a Abin pode controlar os seus espiões, como está na implicitamente reconhecido pelo general Cardoso, não seriam dois pares de senadores e deputados que conseguiram fazê-lo.

Gente do SNI enveredou na chantagem, no roubo, no assassinato, por iniciativa própria e como criminalidade alugada. A recém-nascida Abin está nos primeiros passos. Esses organismos que trituram a cidadania, ainda que seus relatórios sejam triturados, desenvolvem-se depressa.

151

Data: 21/11/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 04)

Autoria: Valdeci Rodrigues Márcio de Freitas e Abnor Gondim (de Brasília)

CONTROLE DA ABIN POSTO EM DÚVIDA

Oposição não crê na eficácia da comissão que se instala hoje no Congresso

Os dois representantes da oposição na comissão do Congresso Nacional que se instala hoje para acompanhar as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não acreditam na eficácia do órgão de controle externo. Tanto o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), líder na Câmara, quanto a senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder no Senado, duvidam que os seis parlamentares da comissão exerçam controle efetivo sobre as atividades da agência.

Além de Mercadante e Heloísa, integram a comissão de controle os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, respectivamente deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e senador José Sarney (PMDB-AP), e dois líderes governistas, deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Para Mercadante, a prioridade é convocar ao Congresso o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, a quem a Abin está subordinada, para dar explicações sobre as denúncias de espionagem denunciadas pela revista Veja. O líder do PT na Câmara propõe que, ouvido o general Cardoso, deve-se começar a “luta” para modificar a lei que criou a Abin. Segundo Mercadante, é necessário que a lei proíba a espionagem.

A senadora Heloísa Helena disse que a preocupação deve ser com a distância entre o que diz a lei e o que a Abin pode fazer. A líder petista sugeriu que a comissão de controle exija “relatórios semestrais ou anuais sobre as operações” da Abin.

O general Alberto Cardoso disse que vai colaborar com a comissão do Congresso. “Essa comissão foi organizada por iniciativa da própria Abin”, afirmou. “A Abin não fez nada daquilo que está na revista (Veja)”. O general não fez nenhuma referência à reportagem da Veja desta

semana, em que são apontadas as áreas de atuação da Abin. A agência teria uma atuação muito além das suas atribuições legais, segundo a revista.

O juiz da 8ª Vara Criminal do Distrito Federal, César Loyola, condenou no mês passado a um ano de prisão, por estelionato, a soldado da Polícia Militar do Distrito Federal Cleonice de Nazaré Caetano. Ela é suspeita de ter espionado neste ano o procurador da República Luiz Francisco de Souza, por ordem da Abin.

Na quinta-feira passada, o Tribunal Regional Federal decidiu arquivar a denúncia feita em julho por Cleonice contra o procurador. Ela acusou Luiz Francisco de tê-la agredido em um motel, em janeiro. Como havia desistido da acusação contida na representação anterior, o tribunal entendeu que Cleonice não poderia reapresentar a denúncia.

Segundo a assessoria do general Cardoso, a policial militar não trabalhava mais para a Abin quando se aproximou do procurador Luiz Francisco, um dos mais ativos membros do Ministério Pùblico Federal em ações contra o governo. Cleonice foi requisitada à PM em 1994 para trabalhar como funcionária administrativa na extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e devolvida em abril de 1997, informou a assessoria.

Antes disso, porém, na véspera do Natal de 1996, Cleonice emitiu cheque sem fundo no valor de R\$ 296, para comprar quatro pneus e fazer alinhamento de seu carro na empresa Pneulândia. O cheque 010067 foi devolvido em 4 de janeiro de 1997 pelo Banco Real, porque a policial havia encerrado sua conta corrente. Como é ré primária, Cleonice poderá cumprir a pena em liberdade com a prestação de serviços à comunidade. “Não quero falar nada”, disse ontem Cleonice pelo interfone do prédio onde mora.

O arquivamento da representação de Cleonice pelo Tribunal Regional Federal foi baseado no fato de ela não ter explicado por que desistiu da primeira denúncia. A existência da nova queixa foi divulgada pelo ex-senador Luiz Estevão, ao depor em processo movido pelo procurador.

“Quando nos conhecemos, ela disse que estava trabalhando na Abin”, disse Luiz Francisco. Segundo o procurador, Cleonice o atraiu dizendo ter informações sobre integrantes da PM que queriam prejudicá-lo a pedido do ex-deputado Hildebrando Pascoal, preso no Acre por narcotráfico e assassinatos. Na época, Luiz Francisco investigava Hildebrando.

153

Data: 21/11/2000

Web site: http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-11-21/mat_17584.htm

Publicação: Correio Braziliense (Primeiro Caderno – Opinião)

Autoria: José Genoino

A ESPIONAGEM DA ABIN

A falta de controle dos órgãos de informação e a ausência de uma política para esse setor vêm gerando uma sensação de insegurança generalizada

A espionagem praticada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) envolvendo atividades do governador Itamar Franco, do ministro José Serra, do procurador Francisco de Souza e do jornalista Andrei Meirelles é da mais alta gravidade. Acreditamos que o episódio está sendo até mesmo subestimado pelo Congresso Nacional, pela opinião pública e pela mídia. Se algo similar tivesse ocorrido nos Estados Unidos, o presidente seria derrubado. Imagine-se Clinton mandando o FBI investigar o procurador do caso Mônica Lewinsky, o ex-presidente Bush ou um governador de estado. Certamente teria que renunciar ou enfrentaria processo de impeachment.

Há fortes indícios de que a arapongagem não se restringe aos caso da reportagem da revista Veja. Em São Paulo, jornalistas da revista IstoÉ foram seguidos ostensivamente. O mesmo já ocorreu com advogados e lideranças do MST. Reportagens da revista Carta Capital dão conta de que a CIA age livremente no território brasileiro, utilizando-se até mesmo de agentes da Polícia Federal. Vários casos de espionagem praticados contra o próprio governo — Sivan, privatização das teles etc. — até hoje nunca foram esclarecidos.

A espionagem ou a bisbilhotice praticada pela Abin, além de abjeta, é inaceitável numa democracia. A rigor, retrocedemos a práticas do SNI na época do regime militar. A espionagem só pode ter ocorrido em duas circunstâncias: com o conhecimento ou autorização da direção da Abin; ou sem o conhecimento ou autorização da direção da Abin. Em ambos os casos, o presidente Fernando Henrique deveria ter demitido toda a cúpula do sistema de inteligência e segurança institucional. No primeiro caso, por extrapolação de função; no segundo, por incompetência funcional.

Os sucessivos episódios de espionagem revelados pela imprensa indicam que a Abin poderá se transformar num organismo sem controle, voltado para a espionagem política e pessoal. O próprio Congresso Nacional deve sentir-se, em parte, responsável por essa situação na medida em que deu um cheque em branco ao governo quando aprovou a lei que instituiu a Abin. Na ocasião, nós apresentamos tanto um substitutivo quanto um conjunto de emendas ao projeto de lei do governo, mas foram rejeitados pela base governista. O nosso substitutivo e emendas proibiam a Abin espionar por motivos ideológicos, éticos, políticos e sociais.

Propusemos a instituição de controle público da Abin por meio de uma comissão especial mista do Congresso, composta de 12 membros. Os integrantes desta comissão teriam credencial de segurança máxima: eles teriam acesso a todas as informações secretas ou ultra-secretas. Em contrapartida, estariam sujeitos ao enquadramento em crime de responsabilidade se revelassem informações confidenciais. A comissão parlamentar participaria da definição da política de informação e contra-informação, teria o poder de fiscalizar operações secretas e receberia, periodicamente, relatórios de prestação de contas das atividades da Abin.

Outra emenda nossa definia que as atividades de informação e contra-information deveriam ser relativas a questões estratégicas internas e externas e à proteção de informações estratégicas. A finalidade da Abin, na nossa concepção, consistiria em recolher informações para subsidiar decisões governamentais. Para exemplificar, em vez de investigar milhagem de funcionários públicos, a vida pessoal de um procurador ou as viagens de um governador, a Abin deveria recolher informações sobre o Plano Colômbia, sobre disputas entre empresas como a que envolveu a Embraer com uma empresa canadense, sobre a crise econômica argentina, sobre as implicações da crise do petróleo, sobre o crime organizado e o narcotráfico etc.

Embora exista uma comissão de controle da Abin, composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado e pelos presidentes das comissões de segurança das duas Casas, o controle, na prática, não existe. Seus membros não exercem uma atividade parlamentar específica e especializada, voltada para a área de informação e segurança do Estado. A falta de controle dos órgãos de informação e a ausência de uma política para esse setor vêm gerando uma sensação de insegurança generalizada. Ao mesmo tempo em que se espiona todo mundo, o governo permanece sem informações estratégicas relevantes.

154

Data: 22/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

Primeiro foi o ministro da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Agora é o presidente da República, pela voz sempre prestativa do senador José Roberto Arruda.

“O presidente garante que nada disso aconteceu” – isso, na frase, é a espionagem dos movimentos e palavras do governador Itamar Franco por um espião da Agência Brasileira de Inteligência (sic), a Abin que revive o SNI do general Golbery.

Entre a informação da espionagem em “Veja” e a repercussão crítica que motivou, o ministro-general Alberto Cardoso confirmou que teve em mãos o relatório sobre Itamar Franco e o lançou na retaliadora de papel.

Se os chefes da Abin não determinaram a espionagem, feita por iniciativa do espião, nada se altera no essencial. Tanto o espião agiu como filiado à Abin, que mandou aos seus superiores o relatório sobre Itamar Franco. Além disso, a inexistência de ordem é uma saída duplamente comprometedora para o general e para Fernando Henrique.

Primeiro, porque não se tem como comprovar se houve ou não a ordem. Segundo, porque usar a negativa da ordem para confundi-la com a negativa do fato não é coisa de boa-fé. Comum em Fernando Henrique, mas ainda não percebida em Alberto Cardoso.

Nas entidades do tipo SNI, Abin e congêneres, nenhum espião esperou, jamais, por ordem para espionar. Nem para atitudes ainda piores. (SNI e ABIN visto como instituições distintas, ainda que semelhantes).

157

Data: 22/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates - Página: A3)

Autoria: Roberto Romano

RENASCIMENTO FASCISTA

Esse programa piloto de fascismo [a Abin], ensaiado com as bênçãos do Congresso, deve ser revisto de alto a baixo

Em data recente o Ministério Público Federal realizou o seu 17º encontro, com pessoas de todo o país. O tema, a impunidade, não poderia ser mais oportuno em nossa república. Foi analisado de várias formas um malefício que impede a esperança de instaurar entre nós o Estado democrático de direito.

A leitura do caderno com as teses debatidas e aprovadas no encontro é um exercício de reflexão cidadã. Ali existem propostas para o Estado enfrentar problemas de ordem jurídica e política na luta contra os crimes do colarinho branco, o narcotráfico, a improbidade administrativa. Para a mesa sobre os nexos entre Justiça e imprensa, tive a honra de ser convidado, com o jornalista Janio de Freitas, a expor idéias. Apresentei conceitos que julgo essenciais no combate à rapinagem. Minha tese é simples e tem a idade da Revolução Francesa.

Para que o povo não seja enganado, é preciso possibilitar-lhe acesso amplo aos saberes técnicos, científicos, humanísticos. A imprensa possui papel estratégico na batalha em prol da formação do eleitor consciente, adulto, responsável. Se não for quebrado o circuito que vai da falta de informação à escolha de meros demagogos, estaremos sempre à beira da tirania de pessoas que só respondem diante de oligarcas.

Após nossa fala (Janio de Freitas apresentou exemplos concretos das difíceis relações entre imprensa e Poder Judiciário), foram abertos os debates. Uma pergunta deixou-me apreensivo. “O que o senhor

pensa da Abin?”. Disse o que penso: “considero essa instituição um retorno ao fascismo”. E, mais adiante, tive condições de ampliar o juízo, mostrando o quanto estamos em clima de Termidor no mundo e no Brasil.

As bombas contra os movimentos em prol das minorias, os apresentadores de televisão, do rádio que envergonham a classe jornalística com sua militância diária, caluniando a própria idéia de direitos humanos, o retorno, em cursos jurídicos, de autores como Carl Schmitt, tudo isso se coaduna com a volta dos serviços de espionagem. Somem-se à lista as censuras disfarçadas, os projetos como a “lei da mordaça” e outros atentados às liberdades públicas e particulares e temos o quadro definido de uma direção autoritária, para não dizer tirânica, na República Federativa do Brasil.

Depois do encontro dos procuradores, tivemos notícias da bisbilhotice oficial, ou oficiosa, na vida particular de líderes opositores ao Executivo federal. No rol dos espionados está justamente o procurador que nos interpelou sobre a Abin. É triste que, num evento em que se tenha homenageado cidadãos integros do Ministério Público, como o sr. Alvaro Augusto Ribeiro Costa, incansável promotor do civismo, e em que se recordaram o assassinato e ameaças de morte contra procuradores (além de outras perseguições, como a enfrentada pela dra. Amanda Figueiredo, no Recife, por exercer estritamente o seu ministério), estes últimos tenham sido obrigados a se preocupar com o terror de Estado, sob patrocínio do governo e do Legislativo.

Quando tudo indica que o nível da corrupção e da impunidade atinge patamares de verdadeira pandemia, assusta perceber que agentes do poder federal usam recursos públicos para intimidar os que denunciam os malefícios.

Esse costume da polícia secreta, que usa a delação e o anonimato irresponsável, mas pago, tem uma história. Ela começou com o golpe do Termidor contra a democracia francesa e se desenvolveu no império napoleônico. Romances como "O Vermelho e o Negro" mostram a impotência civil durante a tirania do corso. Na contra-revolução surgida depois de sua queda, todos os governos da Europa usaram essa arma contra os seus cidadãos. E se reinventou a tortura exorcizada por Beccaria e por Voltaire, a chantagem sobre familiares, o exílio e outros meios coercitivos, aproveitados pelos regimes totalitários do século 20.

Platão invectiva o tirano como alguém que espiona os dirigidos, porque não possui a sua confiança e amizade. Com base em informes obtidos por meios corruptos e ilegais, “se ele (o governante) suspeitar que alguns deles albergam pensamentos de liberdade que os afastem da obediência a ele, provocará desavenças, com o pretexto de os deitar a perder, entregando-os aos inimigos”.

Por que produzir uma agência de controle dos particulares? Quando foi editado o AI-5 disseram que o presidente da República nunca o empregaria com imprudência. Um homem sério retrucou: “O presidente, não, mas e o guarda da esquina?”. O AI-5 é uma nódoa na história do nosso povo. Existem duas perguntas quando enfrentamos leis como a que produziu a Abin: em favor de quem foram estabelecidas e para que servem?

Na democracia em que ocorrem os primeiros passos rumo à transparência do poder diante dos cidadãos, é de estarrecer que o movimento inverso seja o único realmente ensaiado, ou seja, a transparência dos cidadãos diante dos poderosos, através da espionagem, da censura, da mordaça. Esse programa piloto de fascismo, ensaiado com as bênçãos do Congresso Nacional, **deve ser revisto de alto a baixo**, em proveito da liberdade, da amizade, do valor definido sob um sublime alvo coletivo, a pátria comum de todos os brasileiros.

159

Data: 22/11/2000

Web site: <http://veja.abril.com.br/221100/cartas.html>

Publicação: Revista Veja - Edição nº 1676 (Seção: Cartas)

Autoria: Leitores da Veja

É no mínimo vergonhoso um governo que se afirma democrático utilizar-se do expediente de infiltrar uma espiã na cama de um procurador. (*Wendell Beetoven Ribeiro Agra* -Natal, RN)

Só temos a lamentar que um serviço criado para dar suporte à Presidência tenha se tornado um arquivo de fofocas. Até o nome da tal agência, que deveria ser Agência de Informações, se transformou no macaqueado Agência de Inteligência (“Espionagem no Planalto”, 15 de novembro). (*Ocimar Santiago Ramires* (osantiago@bol.com.br))

Há, sim, a necessidade de um órgão como a Abin. Há, no entanto, a necessidade de maior autoridade e controle por parte da Presidência da República, que ditará os limites de trabalho da organização. (*Edson F. Nascimento* – Ribeirão Preto/SP)

O governo federal, em vez de investigar os corruptos, vasculha pelos meios mais sujos a vida do procurador Luiz Francisco, sobre quem a única acusação que pesa é o combate à corrupção. (*Hugo Góes* – Recife/PE)

É lastimável a ação dessa Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que, de acordo com a excelente reportagem, tem no mínimo a anuência do presidente FHC, um ex-cassado político. Em lugar de exercer seu trabalho no interesse nacional, a agência se dedica a bisbilhotar a vida de homens íntegros, como o procurador Luiz Francisco e o governador e ex-presidente Itamar Franco. (*José Afonso Dutra Macedo* – Juiz de Fora/ MG)

160

Data: 22/11/2000

Web site: http://veja.abril.com.br/221100/p_042.html

Publicação: Revista Veja – Edição nº 1676

Autoria: Policarpo Júnior

O DOCUMENTO SECRETO DA ESPIONAGEM

Dossiê sigiloso mostra que a Abin se interessa por uma gama de assuntos muito mais ampla do que costuma admitir e revela quanto a arapongagem preza informações sobre políticos, empresários, jornalistas, Igreja, sindicatos, Justiça...

Na edição passada, VEJA publicou reportagem de capa relatando que arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) andam bisbilhotando o que não devem: vigiam os passos do governador de Minas Gerais em Brasília e Belo Horizonte, investigaram durante sete meses um procurador da República, levantaram a ficha ideológica de um jornalista e vasculharam tramóias na emissão de passagens no Ministério da Saúde, entre outros casos. Na terça-feira, o porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, convocou a imprensa para falar do assunto e negar as informações publicadas pela revista. Disse que a reportagem descrevia ações que “não teriam qualquer cabimento” na medida em que “contrariam as diretrizes dele (*do presidente Fernando Henrique*) para essa área”. VEJA teve acesso a um documento secreto que lista as diretrizes da Abin. É a primeira vez que esse documento vem a público. Seu conteúdo informa que a agência tem como alvo de seu interesse tudo o que a reportagem havia noticiado. E até mais do que isso.

Em geral, quando questionado sobre as áreas nas quais os agentes atuam, o general Alberto Cardoso, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, menciona temas como a devastação da Amazônia, a biodiversidade, o tráfico de drogas. Num dos relatórios públicos da Abin, diz-se que seus agentes tratam de “meio ambiente, questões indígenas, calamidades públicas, violência”. São sempre temas assim, sem grandes variações. “Temos plano de ação na área de terrorismo, narcotráfico, meio ambiente, proteção ao conhecimento e movimentos sociais. São assuntos de interesse nacional”, disse recentemente o coronel Ariel De Cunto, diretor-geral da agência. O documento obtido por VEJA foi

feito em 1999 e traça diretrizes do serviço secreto para 2000. Ali, lê-se que a Abin deve buscar informações sobre uma gama enorme de assuntos. De programas de governo a interesses do Congresso e do Judiciário. Da privatização à reforma da Previdência. Da governabilidade nos municípios a objetivos econômicos das estatais. Da desigualdade social a reflexos do desemprego. E muito, muito mais.

O documento não faz nenhuma referência aos meios que devem ser usados para obter as informações. Não há menção a escutas telefônicas, infiltrações ou a outros métodos condenáveis. Tampouco se diz se o trabalho deve ser feito através da leitura de relatórios oficiais, de contatos com órgãos do governo ou do noticiário de rádio, jornal e televisão. Mas existe uma afinidade entre as atividades em que agentes da Abin foram apanhados em público e os temas tratados pelo documento secreto, que informa, por exemplo, que a agência deve acompanhar “interesses e atuação do Ministério Público”. Como não relata de que forma isso deve ser feito, não se pode dizer que a orientação serviu como uma “autorização” para a soldado Cleonice de Nazaré Caetano fazer o que fez. Afastada da agência desde 1997, ela foi escalada pelo serviço de inteligência para voltar ao trabalho, com a missão de aproximar-se do procurador Luiz Francisco de Souza, do Ministério Público, a fim de descobrir seus interesses e hábitos.

As diretrizes contidas no documento também incluem a busca de informações sobre “irregularidades na área de saúde”. De novo, coincide com a operação do agente que xeretou as tramóias nas passagens aéreas no Ministério da Saúde, mas é uma menção vaga demais para se afirmar que serve de aval para esse tipo de atuação. A notícia de que seu ministério fora bisbilhotado deixou o ministro José Serra irritado. Ele escreveu uma carta ao general Alberto Cardoso pedindo explicações detalhadas sobre os resultados da investigação. Chegou a manifestar espanto em saber que um serviço de inteligência poderia ocupar-se de um assunto como esse e se interessou em conhecer todas as diretrizes da Abin. Até a noite de quinta-feira, o ministro não tinha recebido as diretrizes. E está lá, na página 6 do documento secreto, ao qual, em tese, o ministro da Saúde não tem acesso, que a arapongagem deve ter conhecimento sobre “carências, irregularidades na área de saúde”. É o item codificado pelos algarismos 1.2.4.3.4.

Na semana passada, a agência negou que três equipes de arapongas, duas em Brasília e uma em Belo Horizonte, andem vigiando o governador Itamar Franco, de Minas Gerais. Reconheceu-se apenas que o general Cardoso teve em mãos um papeluco desprezível contando que Itamar fazia reuniões com correligionários em Brasília com o objetivo de “desestabilizar o governo” e que, como tal informação não é do interesse da Abin, o documento acabou no triturador e seu autor foi punido. O papel desimportante – menos de meia página – foi elaborado por um de seus informantes, que o levou a um analista, que por sua vez o entregou ao diretor-geral da agência, coronel Ariel De Cunto, que resolveu levá-lo ao general Cardoso no Palácio do Planalto. Ficou-se sem saber por que um papel desprezível teve de percorrer todo esse caminho antes de ir para o lixo. “Políticos e política partidária não são assunto nosso”, reafirmou o general Cardoso na semana passada.

Tratado político

Nos papéis da Abin não está escrito que os agentes devem investigar políticos, mas fica claro que a política é um tema que atrai atenção especial do órgão. Ali estão listados quatro pontos que a agência tem interesse em conhecer. São os seguintes: “processo e partidos políticos”, “bancadas e líderes políticos”, “grupos de interesse ou de pressão” e “coligações partidárias”. Aqui também não se indica como os agentes da Abin têm de atuar para se abastecer desses dados. Mas é bastante óbvio que as informações sobre esses quatro pontos não devem ser extraídas da leitura dos jornais ou do *Diário do Congresso*. Para isso, não é preciso ter um serviço secreto. Nem relacionar esses interesses rotineiros num documento também carimbado como “secreto”.

Em seis passagens diferentes, o documento da Abin menciona a necessidade de conhecer “vinculações políticas”, “atuação política” e “relacionamentos políticos, públicos e privados” de outros cidadãos que não são profissionais da política. São “servidores públicos”, “trabalhadores da iniciativa privada”, “profissionais liberais” e até mesmo “religiosos”. Há um item que trata especificamente da

importância de conhecer “formadores de opinião” da “mídia”. Na edição passada, VEJA relatou que teve acesso à ficha ideológica de um jornalista preparada pela Abin – Andrei Meirelles, da revista *IstoÉ*. A agência relacionou as atividades políticas de Meirelles, entre elas os detalhes de que pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro, que atuou no sindicato de sua categoria profissional e que participou de um encontro sindical em Cuba. Poderia ser um caso isolado de interesse da Abin. Pelo documento secreto que traz as diretrizes da agência, descobre-se que ela tem como norma conhecer os relacionamentos políticos dos jornalistas, entre vários outros profissionais listados.

Há trechos que sugerem uma intervenção um pouco mais profunda dos agentes da Abin na área política. A certa altura, o documento afirma que o órgão precisa ter conhecimento dos “grupos contrários ao regime constituído” – e nada mais diz sobre a natureza ou a importância desse trabalho. Outro capítulo cita a necessidade de obter informações acerca de “grupos contrários à política de privatizações”. A agência chega a recomendar até mesmo a obtenção de dados sobre o “controle de empresas estratégicas alienadas”. O tema evoca um dos episódios mais desgastantes da curta história da Abin: o grampo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, que captou conversas a respeito da montagem dos consórcios que pretendiam concorrer no leilão da Telebrás. Até hoje, a Polícia Federal suspeita que o grampo foi obra de um agente que, na época, trabalhava na filial da agência no Rio de Janeiro.

O documento das diretrizes começa com a divisão dos campos de interesse do órgão em sete grandes temas. São os seguintes: assuntos internos, áreas internacionais, meio ambiente, economia, assuntos especiais, contra-espionagem e, finalmente, proteção ao conhecimento. Esses temas são conhecidos pela sigla EEI, de “elementos essenciais de inteligência”. Em seguida, eles aparecem divididos em CN, de “conhecimentos necessários”, que são desmembrados em DCN, de “desdobramentos dos conhecimentos necessários”. Essa parte é secreta, mas seu conteúdo é quase público, na medida em que os chefes da Abin admitem que trabalham em alguns desses assuntos. Logo depois dessas três siglas (EEI, CN e DCN), o documento começa a entrar num detalhamento capaz de dar uma noção mais exata do alcance de suas diretrizes. É onde aparecem as minúcias. Nessa parte, além do aviso de que o documento é “secreto”, há a observação de que sua “difusão é restrita”. O grupo que tem acesso à íntegra não passa de meia dúzia de pessoas. Além do presidente Fernando Henrique Cardoso, do general Alberto Cardoso e do coronel De Cunto, apenas os diretores da Abin estão autorizados a conhecer a íntegra do documento.

Lendo-se os relatórios públicos da agência, ninguém é capaz de suspeitar que seus tentáculos se estendam por tantos lugares. O órgão não nega que se interessa em captar informações no chamado “campo interno”. Só que, publicamente, entre as principais preocupações da agência nessa área não aparece nada de política, nada de economia nem de corrupção. Até os acompanhamentos dos movimentos sociais, de acordo com os relatórios públicos, têm o objetivo apenas de “antecipar cenários de crise para subsidiar o governo na tomada de decisão” e, com isso, evitar possibilidade de tensão no país. Nada se fala de sindicatos, associações de classe, empresas públicas e privadas nem de igrejas – como consta das diretrizes secretas. Os documentos públicos também não fazem nenhuma referência a algum interesse da agência nas vinculações políticas de entidades ou de pessoas. Nenhuma preocupação é mencionada, sequer, com a origem do dinheiro que sustenta essas entidades – item citado com certa freqüência no papel reservado.

Herdeiro de um serviço como o SNI, que bisbilhotava a vida pessoal e política de muita gente, o Brasil terá um trabalho pesado para constituir um serviço sem esses vícios – especialmente quando boa parte dos agentes é egressa do velho SNI. O próprio general Cardoso admite que os arapongas às vezes produzem relatórios políticos ou ideológicos – o que, segundo ele, não é permitido – e sempre o autor é didaticamente punido. Erros dessa natureza têm sido “impressionantemente decrescentes”, diz ele. Isso dá a impressão de que o general, um militar de fala gentil e sem passagem nos porões da ditadura, sabe com clareza o que deve ser um serviço de inteligência num regime democrático. Na semana passada, ele pediu, inclusive, que a comissão de controle da Abin no Congresso fosse constituída de uma vez, o que levará a agência a ter uma fiscalização da sociedade. Conforme sugere o documento

secreto, alguma coisa precisa mesmo mudar no serviço de inteligência. Pelas diretrizes expostas, ele pode estar a um passo de tudo que não deve ser num regime democrático.

165

Data: 26/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Página: A2)

Autoria: Clóvis Rossi

INTELIGÊNCIA INTELIGENTE

Começo por onde terminou o notável filósofo Roberto Romano em seu artigo de quarta-feira para esta Folha.

Para quem não leu, Romano prega a revisão “de alto a baixo” do que chama de “programa piloto de fascismo”, a Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Quando a revista “Veja” publicou, na semana passada, as informações a respeito da espionagem da Abin em cima de um jornalista, do governador Itamar Franco (MG) e de um procurador da República, entre outros, Hélio Schwartzman, editorialista da Folha e uma das figuras que tem mais contundente lógica no pensamento contracorrente, defendeu imediatamente a tese de que não há necessidade de uma agência de espionagem (ou de inteligência).

De fato, todas as funções imagináveis para um organismo do gênero podem ser exercidas por outras agências do poder público. Claro que ações não legítimas nem legais, frequentemente praticadas por órgãos como a Abin, não contam, por motivos óbvios.

Para que é preciso espionar, por exemplo, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)? Qualquer governo minimamente sério tem mais de um instrumento para saber que o quadro fundiário brasileiro é terrível. O presidente da República e seus auxiliares têm acesso aos jornais, que noticiam regularmente as atividades do MST.

Logo, o governo, a menos que não tenha nem a agência de inteligência nem inteligência alguma, sabe que há boas possibilidades de invasões. Se quiser controlá-las de fato, tratará de resolver o problema da terra, para o que não necessita de Abin alguma.

O exemplo da terra vale para todos os campos possíveis de atuação de um organismo como a Abin. Portanto, a lógica indica que fechar a Abin talvez seja uma solução melhor do que revê-la de alto a baixo.

173

Data: 28/11/2000

Web site: www.dinheirovivo.com.br

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Dinheiro - Seção: Luís Nassif - Página: B3)

Autoria: Luís Nassif

A ABIN, ENTRE A ESSÊNCIA E O SER

Há três níveis de discussão sobre a Abin (Agência Brasileira de Inteligência). O primeiro é sobre se é necessária ou não uma agência de inteligência no país. Na minha opinião, é, e muito. Há um sem-número de temas essenciais, dentro da globalização, que exigem a formulação de ações estratégicas. No plano internacional, a questão da espionagem industrial é um deles, assim como a proteção de patentes geradas em laboratórios de pesquisa nacionais. As crises políticas de países

vizinhos, assim como a movimentação de guerrilha e do narcotráfico, são outros temas a exigir acompanhamento, levantamento de informações e análise.

A segunda questão é sobre o papel a ser desempenhado por uma agência desse tipo. A missão da Abin - apresentada pelo general Alberto Cardoso, seu diretor-geral - é adequada, assim como os instrumentos institucionais de controle externo. Segundo ele:

- 1) a missão da Abin é produzir conhecimento visando a manutenção do poder de Estado, não de governos;
- 2) a Abin não é uma entidade política, é apartidária e não pode ter nunca poder de polícia. Seu papel é recolher, organizar e analisar as informações disponíveis. A Abin está proibida de fazer escutas ou utilizar outros métodos clássicos de espionagem dos serviços de repressão ou policiais;
- 3) uma boa análise de inteligência pode identificar pleitos legítimos ou ações sociais que não estão atendendo aos objetivos propostos;
- 4) a agência já está submetida a controle externo, de uma comissão mista de parlamentares, prevista no próprio anteprojeto preparado pelo general Cardoso;
- 5) para a Abin, não existe o conceito de inimigo interno. O serviço não informa contra ou a favor de movimentos, mas apenas analisa causas e motivações.

A estrutura

O terceiro nível de análise é como está sendo estruturada, na prática, a Abin. Trata-se de uma organização nova, sujeita a desvios de atuação - que podem ser passageiros, se devidamente reprimidos, ou ficar entranhados na própria estrutura do órgão.

A Abin dispõe de um efetivo de 1.740 pessoas, distribuídas por 12 agências regionais. Cerca de 3% são de militares da ativa e 3,8%, de militares da reserva, incumbidos de tratar de temas militares. Para preencher seus quadros, a Abin realizou um concurso duro. Os aprovados tiveram sua vida analisada do ponto de vista ético, não político, segundo o general Cardoso. Depois passaram por um curso de seis meses, com cadeiras sobre ética, metodologia de inteligência, técnica de elaboração de documentos, nova ordem global, formação cultural brasileira, entre outras.

Como não existe uma ciência do conhecimento na área, seus profissionais fizeram estágios nos serviços de inteligência da Espanha, Israel e, especialmente, do Canadá, considerado o mais eficaz, ao lado do da Alemanha. E dispõem de ferramentas que permitem, por exemplo, prospectar a Internet, acumular informações em banco de dados e avançar em análises prospectivas.

Um desses analistas recém-contratados me traça o seguinte quadro do sistema, útil para entender o que está ocorrendo: “O ‘espírito’ da Abin, pelo menos em tese, é ajudar o Poder Executivo central a governar melhor, ouvir as demandas da população, descobrir falhas na administração pública (desvios, desmandos, falcatruas etc.). As intenções (éticas) da agência são boas, tal como acredito muito nos propósitos bem-intencionados do general Alberto Cardoso, um homem íntegro. O problema está na máquina burocrática. Grande parte da agência ainda pertence ao ‘ancien régime’. Ali estão as cobras”. Em muitas dessas áreas o comando está nas mãos de antigos integrantes do SNI, Cenimar etc., que ainda não se livraram dos antigos métodos policialescos.

175

Data: 28/11/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Janio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Janio de Freitas

Já se pode dizer que a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin que sucede o SNI, prestou um serviço útil. Mais do que isso: quase prestou um serviço também inteligente. Embora um serviço muito particular.

As aparências de investigação da Abin, relatadas por “Veja”, em torno da denúncia de um empresário contra Paulo Henrique Cardoso, o filho, tiveram como utilidade, e portanto como única finalidade conhecida, proporcionar cobertura prévia ao denunciado.

Assim: organismo tão respeitável que investiga até o filho do presidente, a Abin entrevistou o denunciante de favorecimento à White Martins por Paulo Henrique. Investigou também as histórias de um imóvel. E nenhuma irregularidade encontrou.

Tão logo saiu a revista, no mesmo domingo Fernando Henrique Cardoso mostrava-se em entrevista de TV a Boris Casoy. Muito tranquilo, é claro, não foi nada disso, a White Martins até processou esse empresário, a Abin fez investigação por ordem da Presidência e com o conhecimento do presidente. A casa? Está em construção em Trancoso, sul da Bahia. O senador Antonio Carlos Magalhães disse que é casa para menos de R\$ 200 mil (em caso de aperto, o chamado é ao senador Antonio Carlos Magalhães).

O envolvimento de Paulo Henrique Cardoso com homens dedicados a negócios – o que não quer dizer empresários, nem negócios convencionais de empresas – é tão conhecido e tão passível de observações muito comprometedoras em diferentes círculos, que há alguns meses foi personagem de nota aqui mesmo. No sentido de que suas atividades o punham no limiar de uma situação criticamente pública.

A utilidade do serviço prestado pela Abin a Fernando Henrique, a Paulo Henrique e outros ficou só na antecipação do tema sob aparente controle dos interessados. Daí por diante, a inteligência ficou-lhe só no nome. O diretor de investigação da Abin, coronel Ariel de Cunto, confirma que o denunciante de tráfico de influência foi ouvido por um agente e que este fez um relatório a respeito. Mas o coronel, chefe da ação praticada pelo agente, nem veio a saber que Paulo Henrique “tinha sido citado nesse caso”.

O agente só foi mobilizado pelo coronel Cunto porque houve uma denúncia contra Paulo Henrique, mandada à Presidência e à Abin. Logo, era impossível que o coronel “nem soubesse que ele (Paulo Henrique) tinha sido citado nesse caso”. As duas horas de explicações e os quase 150 documentos dados ao agente pelo denunciante, elementos básicos do relatório encaminhado à Abin, têm a ver direta e explicitamente com Paulo Henrique Cardoso, na acusação de tráfico de influência em favor da White Martins em “licitação pública”. Logo, era impossível que o coronel Cunto “não soubesse que ele tinha sido citado nesse caso”.

Ou o diretor de investigação da Abin autoriza investigação sobre assunto que ignora de todo e nem lê, depois, o relatório e respectiva documentação, ou sua dedicação a atividades secretas está escondendo também a mais singela e inegável veracidade. Em um caso ou em outro, vale como definição da Abin.

São passados três meses e meio da entrevista e entrega de documentos pelo denunciante. Sua acusação envolve, também, licitações ilegais. Não consta, porém, que a Abin tenha produzido algum efeito ou avanço, seja em que sentido for, quanto a esse aspecto também importante da denúncia. O que dá ainda mais força às evidências de que o propósito de sua intervenção foi só resguardar aparências em favor de Paulo Henrique e demais interessados.

A casa que a Abin teria investigado é menos grave, talvez, porém mais interessante. Custe muito menos ou muito mais de R\$ 200 mil, se está ainda em construção não se atina como o senador Antonio Carlos Magalhães a terá avaliado. Mesmo que tivesse visto a obra, o que não é de se considerar, examinou o projeto, indagou sobre o padrão dos materiais, questionou valores? Bem, socorro político

não depende disso. Nem significa mais do que socorro político, a não ser pelo que receba de retribuição ou de ingratidão.

A Abin e a operação palaciana são insuficientes para dar Paulo Henrique Cardoso como assunto encerrado.

178

Data: 29/11/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Primeira Página - Página: 01)

Autoria: Jornal do Brasil

PERGUNTA DE ONTEM

“A Abin espionou a vida privada do governador de Minas e a do filho do presidente da República. Você acha que o general Cardoso deve ser demitido por isso?”

Respostas: sim, 57%; não, 39%; não se definiram 4%.

179

Data: 29/11/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 05)

Autor: Leitores Diversos

PERGUNTA DE ONTEM

“A Abin espionou a vida privada do governador de Minas e a do filho do presidente da República. Você acha que o general Cardoso deve ser demitido por isso?”

Pelo menos no caso do filho de Fernando Henrique, o general Cardoso deveria ser agraciado com a Ordem do Cruzeiro do Sul (*José Mario Godot*).

Sim, ele e mais Fernando Henrique, Eduardo Jorge, Malan... (*Orlando Cardoso*).

Claro que não. Se o general tivesse espionado outras pessoas como o juiz Nicolau, o banqueiro Cacciola, Collor, PC e outros não teríamos tido tantas desilusões (*Gabriela Barreto*).

Ele estava cumprindo ordens. Quem tem de ser demitido é o ex-sociólogo que deu as ordens. Está na hora de parar com este negócio de que o “chefe” não sabe de nada (*Levi Monteiro*).

Não há necessidade de demissão, mas alguém deve explicações sobre esse assunto (*Víctor Belaciano*)

E desde quando Cardoso pune Cardoso? (*Salvador Borriello*)

181

Data: 29/11/2000

Web site: http://veja.abril.com.br/291100/p_050.html

Publicação: Revista Veja - Edição nº 1677

Autoria: Policarpo Júnior e Consuelo Dieguez

O ESTILO DE PAULO HENRIQUE

A última dos arapongas da Agência Brasileira de Inteligência: eles se interessaram até pelo primogênito do presidente FHC

É cada vez mais evidente que o presidente Fernando Henrique Cardoso, de fato, desconhece as peripécias dos arapongas da Agência Brasileira de Inteligência, que já andaram bisbilhotando a vida de um governador, um procurador e um jornalista. É impossível imaginar que o presidente tenha mandado arapongas xeretar a vida do próprio filho, o sociólogo Paulo Henrique Cardoso. Pois é isso que agentes da Abin estão fazendo há, pelo menos, três meses. Em agosto passado, dois deles foram à residência de um empresário no interior do Rio de Janeiro para colher detalhes de uma denúncia segundo a qual Paulo Henrique usara sua condição de filho do presidente para beneficiar uma multinacional. Em setembro, agentes da Abin estavam eletrizados com outra denúncia, a de que Paulo Henrique estaria comprando uma mansão de 2 milhões de reais em São Paulo. Arregançaram as mangas para desvendar o caso, até descobrir que a tal mansão não passava de uma casa comum e não ficava em São Paulo, mas numa praia do sul da Bahia.

Em 17 de agosto, dois agentes da Abin, Marcelo e João Alberto, foram à casa do empresário João Batista Pereira Vinhosa em Itaperuna, no interior do Rio. Eles queriam saber que provas o empresário tinha para acusar o primogênito do presidente de ajudar a White Martins, uma multinacional que atua no ramo de materiais químicos. Cordiais, apresentaram-se como agentes da Abin, deram o nome e telefone de contato. O empresário, que há anos atribuiu a falência de sua empresa a práticas supostamente ilegais da White Martins, encheu-se de entusiasmo. Achou que, enfim, a investigação que tanto pedia estava começando. Falou com os arapongas por duas horas e lhes passou 141 documentos, nos quais atira para todos os lados, denuncia repartições e coloca até o nome do filho do presidente no bolo. A certa altura, um dos agentes explicou por que resolveram procurá-lo. "O senhor virou o canhão para o doutor Paulo Henrique."

Os canhões do empresário foram acionados há muito tempo – mas só foram surtir efeito quando chegaram à agência da bisbilhotagem. Em 6 de janeiro de 1998, Pereira Vinhosa mandou uma carta com suas denúncias ao próprio presidente Fernando Henrique. Como não teve resposta, fez uma nova carta em julho de 1998. Em fevereiro deste ano, escreveu ao presidente pela terceira vez. Nunca recebeu resposta. Milhares de pessoas, pelos mais diferentes motivos, escrevem ao presidente, que não faria outra coisa caso se ocupasse com as reclamações de todo mundo que se acha injustiçado pelo país afora. Mas no mínimo os que o cercam tomaram conhecimento da reclamação. Como não obtivesse resposta, o empresário Pereira Vinhosa escreveu, em março de 2000, ao general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e da Abin. E aí as coisas começariam a andar. Em 17 de agosto, os agentes bateram à porta do empresário, que voltou a falar com eles duas vezes, por telefone. No último contato, sentiu que seu entusiasmo fora exagerado. "Encaminhamos os documentos a quem solicitou", limitou-se a informar o agente Marcelo.

O encarregado direto da Abin, coronel Ariel De Cunto, confirma a visita de seus agentes ao empresário em Itaperuna. "Temos um analista, que também é psicólogo, e ele foi lá apenas fazer uma entrevista." De Cunto ressalva que o agente-psicólogo encaminhou um relatório a Brasília no qual informou que o empresário estava muito revoltado com a injustiça de que se julgava vítima. "Nem levei ao conhecimento do general Alberto Cardoso", diz o diretor da agência de espionagem. O coronel também nega que a Abin tenha feito qualquer xeretagem sobre o filho do presidente. "Nem sabia que ele tinha sido citado nesse caso", afirma De Cunto.

Os fatos apontam em outra direção. Em setembro, agentes do departamento de operações da Abin, em Brasília, alvoroçaram-se com uma suposta denúncia envolvendo o mesmo Paulo Henrique Cardoso. Corria entre um grupo restrito de agentes a informação – nesses termos – sobre uma tal "operação imobiliária que o senhor Paulo Henrique Cardoso realizou recentemente, possivelmente em São Paulo". Era a história da mansão paulista de 2 milhões de reais. A "operação imobiliária" perdeu a graça para os agentes quando se soube que, na verdade, se tratava de um imóvel em nada excepcional na Praia de Trancoso, no litoral sul da Bahia. A casa, no valor estimado de 300.000 reais, está sendo

erguida num terreno que Paulo Henrique comprou de frente para o mar, cerca de dez anos atrás. Quem está bancando a construção, até agora, é um amigo de juventude do filho do presidente, Carlos Eduardo Régis Bittencourt, que se mudou para Trancoso e lá se transformou num construtor de sucesso.

Nada há de ilegal nesse tipo de situação, mas ela é incomum e um pouco constrangedora. Pelo seu estilo de vida, Paulo Henrique talvez esteja despertando os instintos protetores dos leais funcionários da Abin, que começam a ver fantasmas na sombra das árvores. No caso de Paulo Henrique, estilo de vida não quer dizer exibição nem excesso. Ele é discreto. Foi casado por dezessete anos com Ana Lúcia Magalhães Pinto, com quem tem duas filhas e de quem se separou logo após a quebra do Banco Nacional, do qual era herdeira. Durante todo esse tempo, Paulo Henrique nem sequer era freqüentador de colunas sociais. Há dois anos, pela primeira vez na vida, começou a atrair a atenção dos fotógrafos quando iniciou um romance com Thereza Collor, a viúva de Pedro Collor. Hoje namora a carioca Evangelina Seiler, discreta como ele.

Nada em seu estilo social é ostensivo, mas há detalhes que não passam despercebidos aos que o conhecem. Paulo Henrique, único filho homem de Fernando Henrique, mantém, aos 46 anos, um padrão de vida superior ao que permitiria o salário de aproximadamente 18.000 reais que recebe como diretor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), uma ONG formada por 430 grandes empresas. Só para morar de frente para o mar em São Conrado, um dos endereços mais nobres do Rio, ele teria de gastar 10.000 reais de aluguel, mais 1.000 reais de condomínio. Tem um BMW prata, ano 98. Freqüenta os melhores restaurantes do Rio e viaja bastante. Tem muito do que um rico herdeiro costuma ter. Menos a herança.

Mas não faltam amigos a Paulo Henrique, e a história da casa de Trancoso é apenas um exemplo. O apartamento onde mora em São Conrado pertence a Lúcia Almeida Braga, uma das herdeiras do grupo Icatu, que lhe aluga o imóvel por 4.000 reais – menos da metade do valor de mercado. Seu emprego no Cebds foi conseguido graças a empresários aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso. O dono de um imóvel pode alugá-lo a quem quiser e por quanto bem entender. Também não há nenhuma questão ética envolvida na oferta de um emprego a alguém. Mas quando de um lado está o filho do presidente da República e, de outro, empresários cujos interesses passam por Brasília, começa a delinearse uma situação pouco confortável, por mais inocente que possa ser na realidade. O Icatu, por exemplo, tem negócios com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil através da Icatu Hartford, seguradora do grupo. Agora mesmo, a Icatu Hartford é uma das quatro candidatas a comprar a Sasse, a seguradora da CEF. Tome-se também o exemplo do Cebds, poderosa ONG que tem em seus quadros até o vice-presidente, Marco Maciel. Ela faz lobby com o governo federal em nome de 430 empresas. No Cebds, o filho do presidente cuida das relações com o mercado, área de comunicação e contato com as empresas.

É um cartão de visitas invejável. Paulo Henrique convida pessoalmente empresas para participar da ONG e contribuir mensalmente com 2.000 reais. Só com isso já são quase 900.000 reais por mês. Ao captar associados para o Cebds, Paulo Henrique ajuda a engordar a receita da revista da entidade, *Brasil Sempre*, cujos anunciantes são principalmente os associados – inclusive a estatal Petrobras e a Petros, fundo de pensão de seus funcionários – e até ministérios, como o das Minas e Energia. Cada anúncio de página inteira custa 17.800 reais. Comercialmente, a publicação é um sucesso incomum. Paulo Henrique aparece no expediente da *Brasil Sempre* como diretor-geral.

Foi forte também a ligação entre Paulo Henrique e Benjamin Steinbruch, há alguns anos. O filho de FHC estava ao lado do empresário na época da privatização da Light, leiloada em maio de 1996. Steinbruch, um dos controladores da CSN, queria que o BNDES participasse do consórcio formado pela Electricité de France e dois grupos americanos, além da própria CSN. Pessoas que então conviviam com o empresário dizem que o filho do presidente contribuiu para que o banco realmente entrasse no grupo. Como se sabe, esse foi o consórcio vencedor. Nessa tempo, Paulo Henrique trabalhava na CSN como coordenador de comunicação. Com a Light privatizada, foi convidado a ir para lá. Nesse momento, empresários próximos ao tucanato resolveram, no entanto, que já era hora de

tirá-lo “das garras de Steinbruch” (para usar a expressão de um grande empresário ligado ao PSDB) e levá-lo para o Cebds, comandado pelo ex-presidente da White Martins Félix de Bulhões.

A naturalidade com que o filho do presidente faz contatos com autoridades de Brasília é grande. “Ele não se dá conta de que isso não fica bem para alguém na sua posição, parece um pouco ingênuo”, avalia um empresário importante que já foi levado por Paulo Henrique a se encontrar com um ministro. Chegando ao ministério, Paulo Henrique entrou sem se identificar e saiu abrindo pessoalmente todas as portas até chegar à sala do ministro.

O emprego no Cebds é aquele tipo de situação que pareceria um bilhete sorteados na loteria. Paulo Henrique não precisa ficar no trabalho por mais de quatro horas. Nem aparece todos os dias. E, como nos tempos da CSN e Light, só trabalha na parte da tarde. A partir das 10 da manhã, faça chuva ou faça sol, pode ser encontrado caminhando de sunga e camiseta no calçadão da Praia de São Conrado. Vida de príncipe.

187

Data: 01/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A4)

Autoria: Mário Magalhães (da Sucursal do Rio)

MILITAR DIZ SOFRER TORTURA PSICOLÓGICA

O funcionário da Abin, ex-agente do SNI (Serviço Nacional de Informações) e tenente da reserva Carlos Alberto del Menezzi, 59, nega ter sido torturador.

Menezzi integrou o Exército de 1966 a 1970, ano em que diz ter ingressado no SNI.

No começo da década de 70, foi acusado por quatro presos políticos — Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Augusto César Salles Galvão e Leovi Carísio —, em depoimentos à Justiça Militar, de os ter torturado com afogamento, palmatória, eletrochoques, pau-de-arara e outros métodos.

Menezzi falou ontem à Folha por telefone. Ele nega ter torturado os ex-presos políticos e ter ouvido relatos de que havia tortura no Exército. Segundo ele, esses relatos só teriam surgido depois.

Leia abaixo a entrevista.

Folha — *Qual a sua versão dos fatos?*

Carlos Alberto del Menezzi — Vou responder a quem de direito. Estou procurando coligir provas para responder o que é possível responder e provar. Vou responder à minha família, à minha instituição e aos meus amigos. O resto eu quero que se dane.

Folha — *O que o sr. diz sobre as versões dos ex-presos políticos?*

Menezzi — Por que não tomaram uma providência na época? São 30 anos. Se tivessem tomado uma providência na época, isso poderia ter sido resolvido. Eu acho que massacre maior do que estão cometendo não tem. Atinge uma família inteira.

Folha — *O sr. acha que há "revanchismo" em denúncias dessa natureza?*

Menezzi — Um fato que vem sendo alimentado há 30 anos, episodicamente, esporadicamente... Você tira a conclusão.

Folha — *O que o sr. tem a dizer sobre os quatro militantes que o acusaram?*

Menezzi – Veja os antecedentes deles. Eu nunca assaltei banco. Nunca seqüestrei ninguém. Nunca matei ninguém.

Folha – *O sr. torturou?*

Menezzi – Evidentemente que não. Durante dez anos fui instrutor de entrevistas. Eu conheço essa técnica. Não quero responder nada.

Folha – *Qual é a sua função na Abin?*

Menezzi – Você já colocou no jornal hoje (ontem).

Folha – *O sr. é diretor das Divisões de Assuntos de Organizações Criminosas e de Contrainteligência da Abin?*

Menezzi – Exatamente. Das duas divisões, não. Essas informações é melhor obter lá (na Abin).

Folha – *No Exército, o sr. ouviu relatos de que havia tortura contra presos políticos?*

Menezzi – Não me lembro disso, não. Quer dizer: o que você ouve falar é que, em qualquer atividade policial, o cidadão, criminoso comum, depois de confessar, chega em juízo e diz que confessou sob pressão.

Folha – *E no Exército?*

Menezzi – Não. Isso apareceu depois, quando surgiram essas histórias aí.

Folha – *Qual a sua opinião sobre tortura?*

Menezzi – Isso está previsto... Tem vários tipos. Essa que estão me infligindo aí é (tortura) de ordem psicológica.

Folha – *O tenente da reserva Marcelo Paixão de Araújo, seu colega de equipe no Exército, disse em 1998 à revista "Veja" que torturou. O sr. leu?*

Menezzi – Li. Não sei qual o ânimo dele, o estado, a motivação. Não vou emitir opinião.

188

Data: 01/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Seção Política)

Autoria: Sônia Carneiro e Renata Giraldi (Cidade do México e Brasília)

PRESIDENTE NÃO ADMITE TORTURADOR NO GOVERNO

FH diz que diretor da Abin foi demitido por nomear ex-participante de órgãos de repressão da ditadura

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que torturadores não ocuparão nunca, no seu governo, posições de comando. O presidente descartou a possibilidade de reformulação na direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), mas confirmou que a demissão do diretor-executivo do órgão, coronel Ariel De Cunto, ocorreu por ele ter sido responsável pela nomeação de Carlos Alberto Del Menezzi, ex-tenente da Polícia Militar de Minas Gerais acusado de tortura, para um cargo de direção. “Eu já estava informado pelo general Cardoso. O problema aí é que houve um erro inaceitável. Tenho horror, horror a qualquer pessoa que tenha ligação com a tortura”, afirmou Fernando Henrique.

O presidente disse que a posição do governo é clara: “Ninguém com comprometimento com casos de tortura ficará no governo em posições estratégicas”. Fernando Henrique disse que o coronel De Cunto “é homem sério, mas foi o responsável pela nomeação”.

Indagado se o general o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, tem controle sobre a Abin Fernando Henrique disse que o oficial “tem o controle da Abin tanto quanto um dono de jornal tem controle sobre o seu jornal”.

Denúncias

As denúncias da revista *Veja* sobre espionagem feita pela Abin e as acusações do grupo Tortura Nunca Mais contra o agente Carlos Alberto Del Menezzi levaram o coronel Ariel de Cunto a pedir exoneração do cargo ontem. A psicóloga Marisa Diniz, que há aproximadamente 25 anos trabalha em atividades de inteligência do governo, assumirá interinamente a direção executiva da Abin.

A decisão foi tomada ontem, pela manhã, numa reunião entre o general Alberto Cardoso e o coronel De Cunto. Na véspera, o grupo Tortura Nunca Mais havia denunciado que o agente Carlos Alberto Del Menezzi foi torturador em Belo Horizonte, durante a ditadura.

De Cunto trabalhou até anteontem à noite por volta das 21h. Ele se reuniu com o general Cardoso e assessores especiais da Abin, para discutir detalhes sobre o depoimento que o chefe do Gabinete de Segurança Institucional prestaria ontem no Senado.

O coronel De Cunto não queria pedir demissão do cargo. Ele se viu pressionado diante das denúncias de que seria o responsável pela condução de investigações sobre o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o promotor Luiz Francisco de Souza, o filho do presidente da República, Paulo Henrique Cardoso, e o jornalista Andrei Meirelles, além de funcionários do Ministério da Saúde que estariam utilizando irregularmente o sistema de milhagem de passagens aéreas.

Todas as informações foram desmentidas pelo general, mas o mal-estar permaneceu a tal ponto de a Abin ter apressado a criação de uma comissão de controle externo para acompanhar seus trabalhos. Após o anúncio de sua saída, De Cunto deixou o quarto andar do Palácio do Planalto, onde ocupava uma sala próxima ao gabinete do general, levando documentos nas mãos.

O coronel da reserva Ariel De Cunto era diretor-executivo da Abin desde dezembro de 1999. Tinha sob sua responsabilidade a coordenação geral das atividades do órgão.

Discrição

Antes das denúncias da revista *Veja*, De Cunto poderia ser confundido com qualquer funcionário do Palácio do Planalto. Cerca de 60 anos, baixo, calvo e de óculos, era educado com os subalternos e passava despercebido pelos superiores de outras áreas. “Jamais conversei pessoalmente com ele, talvez tenha até encontrado com esse senhor em algum local daqui”, afirmou um assessor da Presidência, ligado diretamente a Fernando Henrique.

Apesar da posição discreta e pouco perceptível, De Cunto virou alvo de críticas diante de denúncias de que a Abin investigou a vida privada de diversas pessoas, incluindo o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o filho do presidente, Paulo Henrique Cardoso, o promotor Luiz Francisco de Souza, servidores públicos e um jornalista. Também foi acusado de manter no seu quadro de funcionários um ex-torturador que teria trabalhado no período militar, Carlos Alberto Del Menezzi. O general Cardoso se comprometeu a abrir sindicância para apurar a informação.

190

Data: 01/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política - Página: 04)

Autoria: Valdeci Rodrigues (de Brasília)

O ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, admitiu ontem que não tem o controle da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ele disse aos integrantes do órgão de controle externo da Abin, uma comissão mista de seis deputados e senadores, que existe a possibilidade de que ex-agentes ou arapongas que ainda estão nos quadros da agência estejam bisbilhotando a vida de várias pessoas, indevidamente, para sabotar o órgão.

“Há a opção de termos uma Abin democrática, que o general tem na cabeça. Mas há setores da arapongagem que podem estar contra isso. É muito fácil bisbilhotar a vida das pessoas. Quem sabe vazando informações que visam exatamente desestabilizar essa Abin democrática”, declarou o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele foi encarregado de, junto com a senadora Heloisa Helena (PT-AL), líder do bloco de oposição, dar informações à imprensa sobre o depoimento do general à comissão.

Pelos fundos

O general Alberto Cardoso saiu pelos fundos do auditório da Comissão de Defesa Nacional do Senado, depois do seu depoimento, que durou quase toda a tarde de ontem. Ali ele confirmou a demissão do coronel Ariel De Cunto, da diretoria da Abin, por causa da nomeação, para uma diretoria da agência, de um araponga da época do SNI, Carlos Alberto del Menezzi, acusado de ser torturador. O general informou que Menezzi foi afastado para que o caso seja apurado.

“Ele admitiu o descontrole da Abin. E disse que não poderia descartar que pessoas de dentro ou de fora da agência estejam fazendo esse tipo de serviço”, reforçou a senadora Heloisa Helena. O serviço, no caso, são as denúncias de que arapongas da Abin vasculharam a vida de quem não deviam, como o governador do Minas Gerais, Itamar Franco, e o filho do presidente da República, Paulo Henrique Cardoso, entre outros.

O depoimento do general Cardoso foi reservado. Segundo a senadora Heloisa Helena, o general se comprometeu a enviar aos integrantes da comissão mista informações que incluem o quadro de pessoal da Abin. E está marcada para a próxima quinta-feira, uma visita dos integrantes da comissão à sede da agência em Brasília. Questionada se havia acreditado no que disse o general Cardoso, Heloisa Helena respondeu que “não trabalha com detector de mentiras”.

Controle externo

O líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante, integrante da comissão, disse que “é evidente que não pode ser suficiente” o depoimento do general Cardoso. Ele argumentou que tudo está no início, inclusive o órgão de controle externo recém-instalado. A senadora Heloisa Helena disse que o general informou que a Abin tem 2.000 servidores. E que 900 desses funcionários pertenceram à antiga estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que acompanhou parte da reunião, disse que tudo é muito simples, no caso das torturas. Basta, disse o deputado, que se leia a lista dos 444 torturadores listados pelo livro Tortura Nunca Mais, de 1985. Ele exemplificou dizendo que não demorou nem dez minutos para constatar que Carlos Alberto del Menezzi estava na lista. “O general deveria ler este livro”, ironizou Nilmário. Ele contou que Alberto Cardoso demonstrou surpresa ao saber que seu auxiliar estava na lista.

O líder do governo, Arthur Virgílio, garantiu que Cardoso não tem “mãos sujas da época da ditadura”, e que “o general fica”, apesar do descontrole da Abin. A estratégia dos aliados do governo no Congresso é conseguir a retirada do requerimento do senador Jefferson Peres (PDT-AM), convocando o general Cardoso para depor no plenário do Senado. A votação está marcada para a próxima terça-feira. Se o requerimento não for retirado, os governistas vão derrotá-lo no voto.

197

Data: 02/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 05)

Autoria: Renata Giraldi (de Brasília)

CARDOSO ADMITE QUE ABIN FALHOU

General reconhece problema no recrutamento de agentes e diz que vai enviar nomes dos funcionários para Câmara

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, admitiu ontem que houve falha no recrutamento de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e afirmou que vai enviar a lista dos nomes dos 1.740 servidores do órgão — incluindo 226 oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) — para a Comissão de Fiscalização e Controle Externo do Congresso Nacional. A decisão do general foi anunciada um dia depois da denúncia de que o analista Carlos Alberto Menezzi, da Abin, participou de sessões de tortura durante a ditadura militar. Segundo o general, a orientação é para afastar do quadro de pessoal pessoas cujo passado esteja associado à tortura. Cardoso afirmou, ainda, que houve vazamento de informações do setor responsável por dados sigilosos.

“Escapou esse, que eu não tinha conhecimento. E isso causou o constrangimento que levou o nosso querido Ariel De Cunto, ex-diretor-geral da Abin, a pedir demissão”, afirmou o general, referindo-se à demissão anunciada anteontem do coronel da reserva, que dirigia a agência, e que ocorreu pouco antes de seu depoimento na comissão no Congresso. De acordo com ele, a acusação de que o ex-tenente havia participado de sessões de tortura foi informada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, antes da viagem ao México, na quarta-feira.

Vazamento

Cardoso afirmou que o surgimento de denúncias, com base em fatos possíveis, embora sem fundamento, mostra que o Serviço de Segurança Orgânica, responsável pela documentação sigilosa referente às investigações, apresenta vazamento de informações. “Agora o que merece uma atenção especial é o Setor de Segurança Orgânico, que cuida da salvaguarda daqueles conhecimentos produzidos. Verifica-se que há alguns vazamentos”, comentou. “Isso quer dizer que temos que aperfeiçoar esse setor, que diz respeito à salvaguarda dos conhecimentos.”

Sem demonstrar insegurança ou temor, o general disse que as inúmeras denúncias de que a Abin realiza investigações sobre a vida privada de várias pessoas visam a atacar o trabalho dos dirigentes da agência e não a instituição em si. “Fico preocupado com isso, mas não me sinto desconfortável no cargo. Pelo contrário, eu cresço no combate”, respondeu ele, negando que esteja sendo fritado. Ao ser perguntado se previa mais acusações envolvendo a instituição, balançou a cabeça positivamente, explicando, em seguida, o raciocínio.

“Temos que ser pragmáticos e realistas. Eu acho que devem vir novas denúncias. Quem iniciou isso, começou municiado de temas ou de documentos de uso interno. Um documento, o primeiro que apareceu, fotografado pela reportagem, era uma proposta de plano de inteligência, para sugestões, para estudos, que sequer tinha assinatura. Proposta feita no ano passado para estudo”, explicou o militar, referindo-se à reportagem publicada pela revista Veja, indicando a existência de investigações sobre a vida do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o procurador Luiz Francisco de Souza e o jornalista Andrei Meirelles.

Demonstrando emoção e se esforçando para conter o choro, o general confessou que o processo de demissão do ex-diretor-geral da Abin foi um dos momentos mais difíceis da sua vida. Amigos desde os 12 anos, os dois estudaram juntos no primeiro grau em Resende (no interior do Rio), depois voltaram a encontrar-se na Academia Militar, somando 48 anos de convivência. “Grande guerreiro

desses últimos seis anos, ele se afastou em nome do Estado, que é mais forte do que a amizade”, disse Cardoso, ao encerrar o culto ecumênico, realizado no anexo do Palácio do Planalto, em comemoração ao aniversário de 62 anos do Gabinete de Segurança Institucional.

198

Data: 02/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 05)

Autoria: Não especificada

NOVA DIRETORA TRABALHOU NO SNI

A nova diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a psicóloga Marisa Almeida Del Isola e Diniz, trabalha há pouco mais de 25 anos em atividades de inteligência do governo, tendo atuado, no período da ditadura, no Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi responsável, durante sete anos, pelo Setor de Formação de Recursos Humanos. Apesar de seu currículo, ainda não está certa sua permanência na função, pois depende de confirmação pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Por enquanto, ela é interina.

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, assim definiu a subordinada: “A doutora Marisa é uma mulher muitíssimo competente, séria e discreta. Vocês jamais verão uma entrevista dela. É bom que o (a) chefe do Serviço de Inteligência fale pouco.” Cardoso alertou que a orientação será para que a nova responsável pela Abin evite falar, mantendo discrição. Mas o ministro não critica o ex-diretor Ariel De Cunto, que concedeu inúmeras entrevistas. “Ele sempre falou com a minha autorização. Mas o ideal é que o diretor ou a diretora da agência fale pouco.”

Marisa Diniz será responsável pela elaboração da lista dos nomes dos 1.740 servidores que trabalham na Abin, que será enviada aos parlamentares numa tentativa de evitar novas denúncias sobre a presença de torturadores no quadro de pessoal da instituição. Segundo o general, ela foi escolhida pela larga experiência na área de inteligência e por ter o apoio dos demais diretores, sendo considerada uma unanimidade pelos funcionários da agência.

Seguindo a determinação superior, desde ontem a nova diretora passou a comportar-se o mais discretamente possível. Apesar de ter sido convidada, não participou do culto ecumênico, realizado no anexo do Palácio do Planalto, em comemoração ao 62º aniversário do Gabinete de Segurança Institucional - antes Casa Militar -, ao qual compareceram cerca de 200 funcionários militares e civis.

203

Data: 02/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A4)

Autoria: William França (da Sucursal de Brasília)

GENERAL ADMITE QUE SETOR DA ABIN ESTÁ SEM CONTROLE
Cardoso diz que descontrole tem permitido vazamento de informações

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, reconheceu ontem que pelo menos um setor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) está fora de controle e tem permitido vazamentos de informações — segundo ele, “infundadas”.

O setor com problemas seria o de Segurança Orgânica, responsável justamente por manter a salvaguarda das informações produzidas. “Verifica-se que há alguns vazamentos”, afirmou. “Isso quer dizer que temos que aperfeiçoar esse setor, pois, afinal de contas, os conhecimentos lá produzidos são

de propriedade do Estado brasileiro para serem usados apenas pelo destinatário, que é o presidente da República.”

Dianete da constatação do problema, o general disse esperar que mais denúncias contra a Abin sejam reveladas nos próximos dias. “Temos de ser pragmáticos e realistas. Eu acho que virão novas (denúncias) pelo caminho, porque quem iniciou isso, iniciou muniçado de temas ou de documentos de uso interno”, afirmou.

Segundo Cardoso, o primeiro documento interno que apareceu na imprensa nos últimos dois meses, por exemplo, era apenas uma proposta de plano de inteligência “para sugestões e para estudos que nem sequer tinha assinatura”. Para o general, “é lógico que está havendo uma trama para atingir a instituição ou contra as pessoas que dirigem a Abin”. Ele não quis citar nomes. “Mas não é uma trama institucional (orquestrada). As denúncias não estão no contexto de valores, estão em outro contexto.”

Demissão

O general Cardoso disse que, de todas as acusações recentes contra a Abin, a única denúncia que trazia algum contexto de valor foi a revelação de que o ex-tenente Carlos Alberto del Menezzi teria participado de torturas durante o regime militar. “Essa foi a razão pela qual até ontem (anteontem) o coronel Ariel De Cunto não havia se sentido constrangido e levado a pedir demissão. Ele percebeu que, naquela denúncia (o do acusado de tortura), ele se responsabilizava por ela.”

Ontem, o general buscou amenizar o episódio de saída do diretor-geral da Abin, que foi demitido por ele por determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante a entrevista, concedida após ato ecumênico em comemoração aos 62 anos de criação da Casa Militar da Presidência – antecessora do Gabinete de Segurança Institucional – Cardoso embargou a voz e marejou os olhos ao falar do “amigo de 48 anos” que teve de demitir.

“Ele (De Cunto) pediu a exoneração. Ele foi correto até o último instante, o tempo todo foi correto. Ele percebeu que havia constrangimentos naquela situação daquele servidor (Menezzi), que era um servidor correto e muito bom, e pediu demissão para desanuviar a situação. E, com muita dor no coração, tive de aceitar o pedido de demissão do Ariel.”

Durante o ato ecumônico que reuniu os vários setores do seu gabinete, Cardoso disse, também emocionado, que ali “estava fazendo falta um guerreiro dos últimos seis anos”, citando indiretamente De Cunto. “Ele se afastou em nome da transcendência do Estado, que é muito mais forte que a transcendência da amizade.” O general Cardoso negou que as denúncias e a demissão de De Cunto o tenham deixado em posição desconfortável no governo.

“Eu me sinto preocupado, é lógico, pois é um órgão subordinado a mim sob esse bombardeio. Mas desconfortável no cargo não. Pelo contrário, eu cresço no combate. Assim foi minha vida. Enquanto eu tive uma missão, a levei até o fim.”

Ontem foi publicada no “Diário Oficial” da União a demissão de De Cunto. Responderá interinamente pela Abin a atual diretora-geral-adjunta, Marisa Del’Isola e Diniz. Ela integra a estrutura de informações há 25 anos, é psicóloga e respondeu nos últimos sete anos pelo centro de formação de pessoal.

“É uma mulher muitíssimo competente, séria e discreta. Vocês jamais verão uma entrevista dela”, afirmou Cardoso. Ontem, por exemplo, ela não compareceu ao culto ecumônico, que reuniu mais de 200 servidores.

206

Data: 03/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política)
Autoria: Renata Giraldi e Hélio Doyle

GENERAL CARDOSO DIZ QUE ABIN NÃO É O SNI

Atrás de sua mesa de trabalho, em um pequeno gabinete no 4º andar do Palácio do Planalto, o general Alberto Cardoso tem oito telefones. Três deles munidos de uma aparelhagem denominada vox cript, para impedir que as conversas sejam interceptadas. Desse posto de comando com vista para a Praça dos Três Poderes, Cardoso comanda a Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República, que, entre outras atribuições, é responsável pela tão falada Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Nas últimas semanas, o general Alberto Cardoso, 60 anos, tem enfrentado um bombardeio de denúncias contra a Abin, acusada de fugir de suas atribuições constitucionais e investigar as pessoas ao estilo do SNI – o Serviço Nacional de Informações do tempo dos governos militares. Cardoso nega qualquer semelhança entre a agência que comanda e o velho SNI. Para demonstrar isso, não relutou em aceitar a demissão de um amigo há 48 anos, o coronel Ariel de Cunto, diretor-geral da agência, quando se descobriu que entre os 1.740 funcionários do órgão havia um tenente (Carlos Alberto Del Menezze) acusado de ter torturado presos políticos na década de 70. Preocupado em mostrar que a Abin nada tem a ver com o SNI e com o passado, o general Cardoso convidou a comissão de controle externo da agência, formada por três deputados e três senadores, a visitar a sede do órgão na semana passada. E garantiu que cada um deles vai ganhar um crachá magnetizado, igual ao dele, que dá acesso livre a todas as instalações da Abin, no Setor Policial Sul de Brasília.

ENTREVISTA

- *O senhor está disposto a ir a uma sessão pública do Senado, esta semana, se for mantida a convocação para que preste esclarecimentos sobre as denúncias?*
- Claro, vou quando quiserem. Nada tenho a esconder, mas naturalmente há algumas questões sigilosas que não posso revelar publicamente. Acho excelente que tenha de prestar contas ao Congresso e à sociedade.
- *O senhor fez revelações sigilosas na comissão de controle externo do Congresso? O relato que os deputados Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloisa Helena (PT-AL) fizeram sobre a reunião foi fiel?*
- Dei algumas informações sigilosas, sim. E o relato dos deputados foi fiel. O deputado Arthur Virgílio, líder do governo, inclusive me telefonou e disse que a deputada Heloisa Helena relatou com absoluta precisão. Aliás, ela teve excelente atuação na comissão.
- *E a política de segurança pública, está dando resultados?*
- Essa é uma questão afeta ao ministro da Justiça, José Gregori, de quem sou muito amigo. Almoço com ele todas as quartas-feiras. Apenas participei da formulação do programa de segurança pública. Mas por isso mesmo falo com tranquilidade: temos tido grandes avanços contra o crime organizado desde 1998, quando começamos a controlar a lavagem de dinheiro. A criação de órgãos especializados em detectar e controlar a lavagem, no Ministério da Fazenda e no Banco Central, foi muito positiva. Hoje digo com segurança: é possível vencer o crime organizado e o Brasil está recuperando o tempo perdido.
- *O senhor considera perigoso para a segurança policiais militares fazerem greve para obter aumentos salariais?*
- Acho que a sociedade tem essa preocupação. Se um policial vê a necessidade de entrar em greve para ter suas reivindicações atendidas, é necessário verificar se as necessidades deles são reais — e em geral são — e, depois se o Estado está tomando as providências para atender a essas necessidades. O Estado tem de se antecipar sempre em busca de alternativas para atender a essas reivindicações. Se os policiais resolvem fazer greve, então há algum ruído. Policiais não podem fazer greve nem ter sindicatos, mas estão atuando por meio de associações benfeitoras, recreativas. Mas os governadores

ultimamente têm se antecipado ao problema, têm tomado providências. Também não é bom quando as negociações ocorrem fora da cadeia de comando.

– *O governador Itamar Franco, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, defendeu sua demissão em decorrência das últimas denúncias. Ele disse que estava pensando em encaminhar o caso para análise na Organização dos Estados Americanos (OEA). Como o senhor vê o fato de o ex-presidente pedir sua exoneração?*

– Eu não tenho apego nenhum ao cargo, mas só quem pode fazer essas avaliações que o governador faz é o presidente da República. Até agora ele não deu nenhuma indicação nesse sentido, de que pretende me demitir, então continuo aqui fazendo meu trabalho. Para mim essas insinuações acabam servindo de estímulo para trabalhar cada vez mais, para levar essa missão até o fim. O que incomoda é um governador, qualquer que seja ele, imaginar que é objeto de investigação da Abin. Isso simplesmente não existe. O governador de Minas é um homem honrado e não haveria nenhuma razão, de nenhum tipo, para que fosse investigado pela Abin. Nem ele, nem qualquer governador.

– *Todas essas denúncias contra a Abin estão prejudicando suas outras atividades na secretaria?*

– Claro que sim! Há duas semanas que tenho de me preocupar com isso, gastar quase todo meu tempo com isso. É um tempo perdido... Bem, não é perdido porque eu tenho obrigação de prestar contas à sociedade. Mas gostaria de poder dedicar mais tempo ao combate às drogas, ao narcotráfico. Essa é uma atividade muito importante da secretaria, mas infelizmente nos últimos dias não tenho podido me dedicar mais a ela. Tive de cancelar algumas agendas e atividades

– *O senhor disse aos parlamentares na comissão de controle externo que não controla todas as ações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)?*

– Não foi isso que eu disse, a agência não está fora de controle. O que há é um problema de controle de documentos, esse controle deve ser aperfeiçoado. Não é aqui (no Palácio do Planalto), aqui está tudo muito bem organizado. Estive hoje (sexta-feira) lá (na sede da Abin) conversando sobre as providências que devem ser tomadas. Pode estar havendo um descuido profissional e isso não pode haver. Mas é importante esclarecer que eu não sou responsável pelo controle direto da Abin. O controle direto é do diretor-geral, que agora é a senhora Marisa Del'Isola Diniz.

– *As acusações contra a Abin que surgiram nas últimas semanas não são verdadeiras?*

– Não, nenhuma até essa agora, a primeira com algum fundamento, que é a denúncia sobre o analista acusado de ter cometido violências (tenente da reserva Carlos Alberto Del Menezze, acusado de ter torturado presos políticos). Ele foi afastado e uma sindicância foi aberta. As demais não são verdadeiras, são termos transformados em histórias verossímeis. Mas não houve as investigações de que falam.

– *Dois agentes da Abin não estavam investigando o filho do presidente Fernando Henrique?*

– Não! Os dois analistas foram entrevistar o empresário João Batista Vinhosa, que denunciou favorecimentos a grandes empresas. Eles estavam investigando uma denúncia de um pequeno empresário contra grandes empresas que o teriam prejudicado. O foco eram as denúncias, não o filho do presidente, que nunca foi investigado. Aí é apresentado como uma investigação sobre o filho do presidente.

– *Mas o senhor não admite que alguns agentes da Abin possam estar com dupla atividade, investigando por conta própria ou a mando de terceiros?*

– Não tenho indicações disso, não acredito. Há hipóteses de que pessoas da Agência fazem investigações por conta própria, mas não tenho elementos para confirmar. Não posso dar a essa hipótese uma probabilidade alta. Ceder informações obtidas a outro destinatário que não o presidente é contra a ética do profissional de inteligência. É se apropriar de um conhecimento que é do Estado. A informação que obtemos só pode ter um único destinatário: o presidente da República.

– *Como é a relação do senhor e da Abin com o presidente?*

– Eu recebo as informações da Abin e selecione as que devem ser enviadas ao presidente e aos ministros. Nem tudo vai para o presidente, claro. Eu selecione os documentos que são levados ao presidente pelo meu ajudante-de-ordens, que entrega o material ao ajudante-de-ordens do presidente. Ele leva o material para ler à noite. Às vezes, escrevo um texto para o presidente. Quando o assunto exige um despacho pessoal, aí eu vou ao presidente. Todos os dias eu converso com o presidente. E ele me pergunta: “Alguma novidade, general?”.

– *Como atua a Abin para obter as informações?*

– Hoje, 90% a 95% das informações são ostensivas. Nosso maior problema é captá-las, interpretá-las e organizar tantas informações que vêm pelos jornais, pela televisão, pelo computador. Essas informações são analisadas pelo nosso pessoal, as tendências são avaliadas e os relatórios são elaborados para o destinatário.

– *Mas uma agência de informações não precisa infiltrar agentes em movimentos sociais, por exemplo? Como detectar que um movimento planeja invadir prédios públicos e se prevenir contra isso?*

– Isso não é com a Abin, é com os órgãos policiais. Não nos interessam detalhes dos movimentos sociais, trabalhamos com análise de tendências. Compete à polícia antecipar as ações e se prevenir. Eles nos mandam as informações que obtêm.

– *Então, a Abin só tem analistas e não faz espionagem?*

– No Brasil não existem inimigos internos, não há razão nenhuma para isso. Temos 1.740 funcionários que trabalham com informações.

– *E os que foram do SNI, não podem estar espionando?*

– Desses 1.740, 226 serviram nos governos militares, antes de 1985. Desde 1996, realizamos quatro concursos, temos 148 analistas concursados. Não tenho nenhuma razão para desconfiar dos analistas que trabalharam antes de 1985.

– *Alguma preocupação externa?*

– Com o terrorismo. Aí temos bases de dados que não são ostensivas.

– *Qual o orçamento da Abin?*

– Nossa orçamento para 2001 é de US\$ 12 milhões. O da Argentina é de US\$ 130 milhões, o do México é de US\$ 80 milhões, o do Canadá, que é nosso modelo, é de US\$ 168 milhões. Sabe qual é o da CIA? US\$ 3,2 bilhões.

210

Data: 03/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)
Autoria: Jânio de Freitas

OS ESPIÕES SEM MÁSCARAS

O SNI recriado no atual governo sob o codinome de Abin está desmascarado mais do que pela comprovação de restituir poder e meios de ação a criminosos da tortura e de outros crimes da ditadura — criminosos ideológicos e quase sempre vocacionais. Está desmascarado, e isso é o mais importante, na sua natureza de instituição inimiga dos esforços por um regime democrático, protetora da corrupção e dos chamados crimes do colarinho branco.

A Abin/SNI é a maior ameaça ao regime constitucional desde o fim da ditadura. Seu principal chefe e ministro da (In)Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, até poucos dias

assegurava que o pessoal da Abin/SNI fora selecionado com o máximo de rigor, tendo em vista a finalidade de trabalhos de interesse do Estado brasileiro democrático, e não da conveniência do governo. Está desmentido pelo seu pessoal.

A identificação, nos quadros rigorosamente selecionados da Abin/SNI, de um militar torturador e integrante do SNI levou o general Cardoso a admitir agora, na Comissão do Senado para (pretensa) Fiscalização e (imaginário) Controle da Abin, que são 226 os egressos do SNI incorporados pela Abin. Como negava, então, a existência de qualquer relação entre os dois serviços? E como a Presidência e o general quereriam compor um serviço de interesse do Estado democrático usando os especialistas em antidemocracia e em proteção de ditadura? Tão amantes do Estado democrático e da seleção criteriosa, não lhes ocorreu a dispensa dos espiões e outros criminosos da ditadura?

Antes que seja desmentido também em outro ponto, o general Cardoso deve recontar o número dos que repõem o passado no presente. Nos seus quadros há até co-artífices de golpe eleitoral. No caso, o golpe com que o SNI, valendo-se inclusive do então departamento de jornalismo da Globo, subverteu a apuração eleitoral para entregar o governo fluminense a seu aliado Moreira Franco. O qual, não por acaso, está no Planalto como coordenador político de Fernando Henrique.

A natureza antidemocrática e defensora da corrupção mostra-se, na Abin/SNI, já pelos primeiros nomes divulgados das vítimas de sua espionagem. O governador que faz oposição aberta ao governo de Fernando Henrique — Itamar Franco; ao procurador da República que tem simbolizado, para os governistas, a ameaça de investigações desmoralizadoras — Luiz Francisco de Souza; um dos jornalistas que escreveram sobre envolvimento do governo com o juiz Nicolau dos Santos Neto - Andrei Meirelles.

O general Cardoso nega que a Abin/SNI tenha determinado tais investigações, mas não que houvesse as investigações. Também já negou em vão. E, antes que se exponha mais, seria da sua conveniência saber que pelo menos outro governador, Olívio Dutra, está ou esteve sob espionagem. E que outros procuradores têm sido espionados. E que há mais jornalistas vasculhados por espionagem e mesmo postos sob tentativas de intimidação por gente do SNI/Abin.

Todos esses têm em comum a condição de malvistos pela Presidência. Em suas diferentes atividades, identificam-se pela defesa de investigação das evidências de corrupção administrativa, familiar e a pretexto eleitoral. A espionagem e o que mais lhes dedique o SNI/Abin têm, pois, propósitos óbvios. É desprovida de interesse a afirmação, reiterada pelo general Cardoso, de que não houve ordem para tal ou qual espionagem violadora do que a Constituição preceitua. Se houve, não precisaria ser escrita. Se foi, não precisaria estar guardada. Se está, não é alcançável por quem não desça a ser do SNI/Abin. O que interessa é que há a espionagem criminosa.

Ainda menos desprovida de valor é afirmação de Fernando Henrique Cardoso e do general Alberto Cardoso, no sentido de que não admitem o tipo de ação da Abin já denunciada e que esse serviço escapou ao controle. Nem esta coluna é dada à futurologia nem é dada a vangloriar-se. Mas é impossível omitir que aqui ficou registrado, desde antes de ser criado o SNI/Abin, o que adviria dessa submissão de Fernando Henrique Cardoso à pressão de certos setores dominados, ainda, pela mentalidade que lhes foi incutida pelo Pentágono da Guerra Fria.

Os fatos que estão desmascarando o SNI/Abin eram previsíveis e o foram. Só não os anteviu quem não quiz, por interesse ideológico, uns, e por interesses inconfessáveis, outros. Uns e outros não menos desmascarados, agora, do que o SNI/Abin.

213

Data: 04/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Editoriais - Página: A2)
Autoria: Folha de São Paulo

CADÊ A INTELIGÊNCIA?

Demitir o diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) era o mínimo que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, poderia fazer. Ainda assim, a medida está longe de afastar a nuvem de suspeitas em que a agência se viu envolvida em tempos recentes.

A gota d'água para a exoneração do coronel Ariel de Cunto, que estava à frente da Abin, foi o fato de ele ter nomeado para um cargo de confiança na agência o tenente Carlos Alberto del Menezzi, acusado de participar de tortura durante o regime militar. É claro que, até prova em contrário, todos são inocentes, mas a “defesa” de Del Menezzi não convence. Afirmar que era um “instrutor de entrevistas” é totalmente insatisfatório. Na dúvida, não pode ser conduzido para exercer cargo de confiança em nenhum regime democrático.

Outras esferas do governo federal já se viram às voltas com problema semelhante. Na maioria das vezes, afirmaram desconhecer o passado do indicado. Parece óbvio, porém, que a agência de inteligência não pode adotar a mesma estratégia, sob pena de incorrer em autodestruição.

Nesse processo todo, o risco é que a desejável depuração da Abin pare na demissão de Cunto. As denúncias levantadas contra a agência vão muito além da indicação de Del Menezzi. Ela estaria agindo sem propósitos definidos e ao arreio da lei e do Estado de Direito.

É no mínimo ingênuo autorizar espiões a operar em segredo e esperar que eles atuem "cumprindo e preservando os direitos e garantias individuais", como determina a lei 9.883/99, que criou a Abin. Não há serviço secreto no mundo que não se tenha envolvido em escândalos.

O que o Brasil precisa é rediscutir o papel de uma agência de inteligência, decidir se pretende mesmo mantê-la e, se o fizer, criar mecanismos mais efetivos de controle público sobre ela. De outra forma, denúncias como as que agora pesam sobre a Abin vão se multiplicar.

223

Data: 06/12/2000
Web site: http://veja.abril.com.br/061200/p_044.html
Publicação: Revista Veja - Edição nº 1678
Autoria: Policarpo Júnior

A GOTÁ D'ÁGUA

Desgastada por denúncias, Abin simula que não sabia de torturador em seus quadros e demite o diretor

Até a quinta-feira passada, o coronel Ariel De Cunto era o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A explicação oficial para sua demissão, dada por seu chefe imediato, o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, é o fato de ter nomeado para um cargo de confiança um tenente, Carlos Alberto del Menezzi, cuja biografia inclui a acusação de ter participado de sessões de tortura de presos políticos durante o regime militar (1964-1985). Essa foi a gota d'água. De Cunto vinha se desgastando havia quase um mês, desde que se descobriu que funcionários da agência por ele chefiada andaram bisbilhotando o que não deviam, como nos tempos do velho SNI da ditadura. Se o método dos arapongas estava parecido com o da velha-guarda, ficou ainda pior quando se soube que um de seus chefes também era gente da ala antiga – e da pior espécie. Aparentemente surpreso com a notícia, o general Cardoso chamou De Cunto, que confirmou a nomeação do tenente, e recomendou sua demissão.

A presença de um torturador nos quadros da Abin foi um duplo constrangimento. Em primeiro lugar, porque o presidente Fernando Henrique já disse, por várias vezes, que não admite torturadores em cargos de comando em seu governo. Em segundo lugar, porque uma das funções oficiais da agência é justamente usar seu banco de dados para verificar o passado de pessoas designadas para ocupar cargos públicos. A indicação do tenente Carlos Alberto del Menezzi mostra que a tal busca de dados, se existe, é muito seletiva. O mais completo levantamento sobre os porões da ditadura está publicado há quinze anos. É o livro *Brasil: Nunca Mais*, que tem uma lista de 444 acusados de tortura. O nome do tenente Carlos Alberto del Menezzi está lá. Para saber de seu passado, bastava consultar *Brasil: Nunca Mais*.

Numa reportagem publicada em dezembro de 1998, VEJA contabilizou o número de vezes em que cada um dos 444 indiciados dessa lista foi apontado por suas vítimas. Com isso, foi possível descobrir o ranking dos torturadores brasileiros mais citados – e, mais uma vez, o nome do tenente Carlos Alberto del Menezzi aparece. Ele trabalhava no 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, e figura na décima posição, com oito acusações. Era colega do campeão da lista, o tenente Marcelo Paixão de Araújo, que se tornou o primeiro carrasco do porão a confessar publicamente que torturou, na mesma reportagem de VEJA, que lhe dedicou a capa da edição. A Abin sabia do envolvimento de Del Menezzi, mas achou que não era relevante. “O que nos disseram é que ele tinha apenas presidido alguns interrogatórios”, diz um analista da Abin, ouvido por VEJA na semana passada. Apesar disso, o tenente foi convocado em maio passado para assumir um departamento do setor de contra-inteligência do órgão, que cuida, entre outras coisas, de terrorismo e organizações criminosas que atuam no país.

Del Menezzi foi chamado pela Abin porque até hoje mantém ligações com informantes que ajudaram a desmantelar a oposição ao regime – informantes que, na maioria, continuam trabalhando na agência. A nomeação do tenente foi o ponto final para a carreira de Ariel De Cunto na Abin. Sua situação era desconfortável desde que surgiram notícias sobre atividades heterodoxas dos arapongas que atuavam sob sua chefia. Em entrevista a VEJA, De Cunto confirmou a existência, por exemplo, de um informe sobre uma reunião do governador Itamar Franco com assessores em Brasília e também admitiu que houve uma investigação sobre uso abusivo de passagens aéreas no Ministério da Saúde. Mais recentemente, admitiu a investida de dois arapongas contra um empresário que acusara Paulo Henrique Cardoso, filho do presidente, de privilegiar uma empresa multinacional.

As operações da Abin admitidas publicamente por De Cunto causaram constrangimento ao governo. O ministro da Saúde, José Serra, ficou irritado com a investigação e pediu explicações ao general Cardoso. O governador Itamar Franco também reagiu com exasperação à notícia. Diante disso, a bisbilhotagem no Ministério da Saúde ganhou nova versão. Antes, De Cunto dizia que o general Cardoso e ele próprio “observaram” que alguns funcionários da Saúde tinham um padrão de vida acima do que seus ganhos permitiam. Depois, a investigação transformou-se num levantamento simplório sobre programa de milhagens. O informe sobre a reunião de Itamar Franco também virou “um papel sem importância que foi para o triturador”. **Sobre as investigações da Abin no caso do filho do presidente, a versão de De Cunto também se chocou com a oficial. Ele disse que os agentes apenas tiveram uma conversa “de psicólogo” com o empresário e que nem ele nem o general Cardoso sabiam do envolvimento do nome do filho do presidente. Estava errado.**

Até o próprio presidente Fernando Henrique, numa entrevista concedida na semana passada, confirmou que sabia que a Abin fora checar as denúncias contra seu filho. FHC classificou de chantagem as denúncias do empresário. Na semana passada, o general Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Planalto, anunciou a demissão de De Cunto ao visitar o Congresso para depor na primeira sessão da comissão de parlamentares que, de agora em diante, pretende fiscalizar de perto as atividades da Abin. O depoimento do general foi prestado a portas fechadas. Quando lhe perguntaram sobre o documento secreto que traz as diretrizes da Abin para este ano, no qual fica claro o interesse da agência por uma gama de assuntos, o general disse que ele não passava de um esboço preliminar, sem valor, que ainda seria submetido a discussão. É uma nova versão. Antes, o general dissera que o documento não existia. Agora, virou um esboço preliminar. “Ele

disse que o pessoal insatisfeito do antigo SNI pode estar operando uma vingança”, contou o deputado petista Aloizio Mercadante, um dos presentes ao depoimento.

225

Data: 06/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Janio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

A REDE SUBTERRÂNEA

Na aparência, uma ironia, se bem que de gosto incerto: um dos principais assessores "de confiança" do ex-militante da Comissão Paz e Terra, depois secretário dos Direitos Humanos e hoje ministro da Justiça, é o coronel encarregado de um inquérito, na ditadura, durante o qual morreu um estudante de 19 anos, com as marcas da tortura ostensivas em seu cadáver.

Ao conhecer o currículo do seu assessor, o ministro José Gregori, disseram outros assessores, ficou muito irritado. A causa da irritação não foi definida. Pode ter sido com o coronel Rubens Robine Bizerril ou com o fato de sua identificação pública, tão comprometedora para o próprio quanto para o ministro. A irritação, tenha uma ou outra causa, não se justifica.

Como se explica que um ministro da Justiça não saiba quem é, de fato, o seu coordenador de Planejamento e Segurança Pública? Ou não sabe senão que é um coronel da reserva, o que já seria sugestivo de verificação? A parte mais recente no currículo do coronel dá a resposta, simples e factual. Governo Fernando Henrique Cardoso, ministro da Justiça Nelson Jobim, militante da oposição gaúcha à ditadura: o coronel Bizerril é nomeado para o quadro de chefias do Departamento de Segurança Pública do ministério. Ministro da Justiça Iris Rezende: depois de várias promoções em apenas um ano no ministério, o coronel Bizerril é promovido a chefe de Estudos Jurídicos. Oito meses depois, ministro da Justiça Renan Calheiros: o coronel Bizerril é nomeado coordenador de Planejamento e Segurança Pública. Ministro da Justiça José Carlos Dias: o coronel Bizerril acumula a coordenadoria e a chefia do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Ministro José Gregori: idem, mas está muito irritado.

Se todos disserem que não sabiam o histórico do coronel Bizerril, em princípio nenhum merece contestação. É nesta veracidade, porém, que está o inaceitável: a abertura passiva das instituições, particularmente do governo, à penetração influente dos que fazem a continuidade de conceitos inconstitucionais de segurança pública, direitos humanos e funções do Estado.

Enquanto essa rede da “segurança” do regime militar estiver por aí, subterrânea, mas ativa, produzindo incentivos à violência policial e a atos antidemocráticos, como a criação e práticas do SNI/Abin, o Brasil não avança em civilidade, democracia e redução da criminalidade.

231

Data: 07/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A5)

Autoria: Wilson Silveira (da Sucursal de Brasília)

CORONEL ACUSADO DE TORTURA DEIXA CARGO EM MINISTÉRIO

Para Rubens Bizerril, é 'evidente' que há outros acusados trabalhando

O coronel do Exército Rubens Robine Bizerril, acusado de tortura no dossiê “Brasil: Nunca Mais”, deixou ontem o cargo de coordenador de Planejamento e Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ele afirmou que é inocente e insinuou que existem mais acusados de tortura no governo.

Bizerril, 65, disse que é funcionário da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e que estava cedido desde 96 para o ministério. O coronel disse que saiu do Exército em 82 e foi para o extinto SNI.

Questionado se havia mais pessoas acusadas de tortura atuando no governo, ele disse que era “evidente”. Depois se corrigiu, dizendo que era “natural” e “possível” e explicou: “O general Alberto Cardoso (ministro do Gabinete de Segurança Institucional) não afirmou que 13% dos funcionários da Abin vieram do SNI? Então...”.

Questionado se os acusados de tortura estavam entre esses 13%, ele respondeu: “Não digo nem que sim nem que não. Vocês (repórteres) ganham para isso”.

Bizerril disse que conhecia pessoalmente o general Cardoso (“ele foi meu chefe”), mas que nunca disse a ele que era acusado de tortura: “Ele nunca me perguntou”. Bizerril trabalhou na Subsecretaria de Inteligência (vinculada à Presidência da República), que antecedeu a Abin.

O coronel disse que não pediu formalmente o afastamento do cargo que ocupava até ontem. Disse que estava em férias quando soube que seu nome havia surgido na imprensa após a demissão do ex-tenente Carlos Alberto del Menezzi, acusado de tortura. Por isso, disse que colocou em prática uma idéia que já tinha, que foi encaminhar um pedido de licença-prêmio de três meses, a que tem direito. Com a licença, afirmou, perdeu automaticamente o cargo que exercia.

Bizerril disse que não pediu demissão nem afastamento e que não vê razão nenhuma para isso, além de não estar “de mal com ninguém”. Afirma que se aposenta aos 70 anos, por idade, e que até lá pretende continuar no serviço público. “Não me envergonho de nada do que fiz”, disse.

Bizerril é acusado de envolvimento na tortura e na morte do estudante secundarista Ismael Silva de Jesus, em agosto de 72, nas dependências do 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia - hoje 42º Batalhão de Infantaria Motorizada. Ele disse, ao deixar o Ministério da Justiça, que só viu Ismael depois de morto, no quarto de um sargento, com um fio de persiana enrolado no pescoço. O coronel, na época major da Brigada de Infantaria de Brasília e que foi chamado para conduzir um Inquérito Policial Militar em Goiânia, disse que Ismael não havia sido preso numa cela por falta de espaço. Segundo ele, haviam sido presas entre 40 e 50 pessoas, acusadas de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, então clandestino.

Para Bizerril, não havia razão para duvidar da versão oficial, de que Ismael se suicidara por vergonha de ter sido preso. Ele disse que considera a tortura “covarde, abominável, abjeta e uma burrice”. “Pegar uma pessoa psicologicamente derrotada e submetê-la a tortura é covardia”, afirmou.

232

Data: 07/12/2000

Web site: www2.correioweb.com.br/cw/2000-12-07/mat_19385.htm

Publicação: Correio Braziliense (Seção Política)

Autoria: Rudolfo Lago

ALVOS DA ABIN

Ex-diretor confirma ao Ministério Público que políticos, líderes sindicais e até jornalistas estão sendo investigados pela agência de inteligência brasileira. Documento obtido por procuradores detalha o procedimento dos agentes

Políticos de oposição. Dirigentes sindicais. Líderes religiosos. Jornalistas. Todos podem estar agora sendo bisbilhotados por arapongas da Agência Brasileira de Inteligência. Na noite de terça-feira, o ex-diretor-geral da Abin coronel Ariel de Cunto confirmou, em depoimento aos procuradores Luís Francisco de Souza e Guilherme Schelb, que as pessoas que lidam com essas atividades são alvo

de investigação da agência. O depoimento do coronel de Cunto demonstra que continua forte na forma de atuar da Abin a antiga filosofia de Segurança Nacional que balizava os atos do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o regime militar. “O que se depreende do depoimento é muito grave. Não temos uma agência de inteligência para defender o Estado, as instituições e os direitos humanos. Temos uma agência de inteligência para atender aos interesses do atual governo, arapongar seus opositores e constranger os movimentos sociais, étnicos e religiosos”, protesta o procurador Luís Francisco.

Antes do depoimento do coronel de Cunto, os procuradores tiveram acesso a um documento da Abin, com a tarja de “secreto”, denominado “Apêndice no. 1 do Anexo A do PNI (Plano Nacional de Inteligência)”. O documento detalha o “repertório de elementos essenciais de inteligência”, as preocupações prioritárias da Abin. E demonstra que os assuntos de ordem política e social internas continuam sendo a maior preocupação, exatamente como nos tempos do SNI e da ditadura militar. A prioridade “1.1” são os planos e políticas nacionais, que envolvem a segurança do Estado e da sociedade e as ameaças à Constituição. A prioridade “1.2” são os “assuntos psicossociais”, que permitem à Abin acompanhar os movimentos sociais, os grupos étnicos e religiosos e o que a agência chama de “propaganda” mas que diz respeito principalmente às notícias veiculadas pelos meios de comunicação.

Sem saber que os procuradores conheciam o texto, de Cunto foi confirmando ponto por ponto do documento. Quando os procuradores apresentaram o relatório secreto, de Cunto disse que se tratava de um rascunho para discussão interna. “Mas um rascunho que é confirmado ponto por ponto?”, questiona Luís Francisco.

De fato, em seu depoimento, que durou mais de dez horas, o coronel de Cunto confirma que movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, partidos políticos e mesmo Organizações Não Governamentais estrangeiras como o Greenpeace (na área de meio ambiente) e o American Watch (na área de direitos humanos) são alvo da Abin. E admite mesmo que a agência trabalha com informantes infiltrados nessas organizações. As “fontes humanas” são pessoas que são contactadas pela Abin para trabalhar para a organização. Elas recebem pelas informações que prestam. De Cunto foi ouvido por Luiz Francisco e Guilherme Schelb por causa da instauração de um inquérito para apurar a denúncia de espionagem clandestina. Hoje, eles ouvirão a nova diretora-geral da Abin, Marisa Almeida Del’Isola.

“Ninguém é contra a existência de uma agência de inteligência voltada à segurança do Estado, mas consideramos que acompanhar o Poder Judiciário, o Ministério Público, políticos e líderes de seitas religiosas não é atribuição de um serviço de inteligência numa sociedade democrática”, considera Luiz Francisco.

242

Data: 10/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Editorial - Página: 10)

Autoria: Jornal do Brasil

NOVA IMAGEM

A Agência Brasileira de Inteligência volta periodicamente à evidência pelas mesmas razões: ora a identificação e a demissão de alguém comprometido com práticas de tortura sob os governos militares, ora por ser apanhada em flagrante de bisbilhotice da vida de pessoas. Em ambas as situações a questão decorre da herança que coube à Abin: funciona com pessoal técnico e burocrático oriundo do antigo Serviço Nacional de Informações e, portanto, segue por hábito os métodos de trabalho que comprometeram o SNI.

O esforço dos dirigentes da nova agência para criar imagem diferente das práticas passadas não corresponde ao que os cidadãos esperam de um serviço que carrega suspeita genética. Os incidentes têm efeito oposto na opinião pública, com desgaste político para o governo perante a opinião pública. É imprevisível o tempo necessário para a Abin se desvincular da imagem do SNI, criado sob o autoritarismo para servi-lo e que, ao longo do regime sem liberdade, amoldou-se à visão ditatorial. O saldo da informação é negativo e associado à espionagem de membros do governo, por um lado, e dos cidadãos com responsabilidade política, por outro.

A sociedade era suspeita aos olhos do SNI e, pela desconfiança inevitável onde se suprime a liberdade, os vários níveis de governo também excitavam o trabalho secreto a ver deslealdade onde não havia mais que opinião divergente da oficial. O SNI se comprometeu na prática com as formas de pressão, controle estrito, investigação, prisão de suspeitos e tortura. A abertura do regime não resolveu a questão de compatibilizar a coleta de informação com a liberdade de opinião. O uso da informação por parte do Estado não se libertou ainda do sentido restritivo pelo ângulo de desconfiança, seja da oposição, seja dos membros do governo. Já por várias vezes ficou demonstrada a prática de vasculhar e investigar a vida de ministros, parentes do presidente, dirigentes políticos, figuras sindicais, manifestações sociais.

O ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, ao qual está subordinada a Abin, demitiu mais dois funcionários, na sequência da saída do ex-diretor geral da agência. Não basta, porém, sanear funcionários enquanto a concepção do trabalho se basear na suspeita. Os métodos serão sempre inaceitáveis. Ou o Brasil entra na era da informação no alto sentido, pautada pelo interesse nacional para servir ao Estado, e não a governantes, ou a inteligência será fonte de equívocos e desgaste crescente para todos os governos.

243

Data: 10/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Página: A3)

Autoria: Alberto Mendes Cardoso (Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e general de divisão do Exército)

ABIN: PRECONCEITOS VERSUS PRINCÍPIOS

"Não gosto de princípios; prefiro os preconceitos".

Oscar Wilde

Certos debates acerca da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) parecem aceitar a provocação do escritor irlandês. Com efeito, os mais transparentes princípios norteadores da nova instituição parecem obscurecidos por preconceitos. **Afirma-se que a recém-criada agência, filha do momento democrático brasileiro nesta virada de milênio, só pode ser o espelho de obsoletas instituições da Guerra Fria.**

Apaga-se o fato de que a Abin nasceu de um ano de debates no Executivo, seguido de dois anos e três meses de análise no Congresso Nacional. Ignora-se que está submetida a controles estritos do Executivo e, externamente, do Legislativo. Ademais, o Estado Democrático de Direito dá ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Federal os instrumentos com que coibir quaisquer abusos da agência contra o cidadão.

Não menos importante, a opinião pública e a imprensa provaram, à saciedade, nas últimas semanas, a capacidade da nação de fiscalizar essa vertente do poder público.

O mais visível dos sinais dos “novos tempos” na atividade de inteligência ocorreu na última quinta-feira, dia 7 de dezembro, com a primeira visita dos parlamentares integrantes do “Conselho

Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de Inteligência" (CPNI) à sede da Abin. Não foi, obviamente, o primeiro contato dos parlamentares com essa área do governo.

O deputado José Genoíno, por exemplo, já proferiu palestras para os alunos da Escola de Inteligência. No entanto, essa visita, no exato dia em que se comemorava o primeiro ano do nascimento da agência, marca, de forma emblemática, o despertar de um relacionamento inovador da sociedade, representada pelos parlamentares, com a Abin.

O cenário do encontro foi extraordinário. Por mais de quatro horas, os congressistas conversaram com o que era tido como o "mundo das sombras". Eu e a diretora-geral substituta nos juntamos a todos, repito, a todos os chefes de departamento e diretores, portando crachás de identificação, para responder, franca e transparentemente, às indagações dos visitantes.

Confesso que, nesse momento, senti certa emoção ao constatar a materialização diante de meus olhos de objetivo que acalentei desde que o senhor presidente Fernando Henrique Cardoso me confiou, em 1996, a responsabilidade de reorganizar a atividade de inteligência: dotar o país de uma agência cujo funcionamento esteja em plena consonância com os pressupostos do Estado Democrático de Direito.

Não obstante alguns momentos naturalmente tensos no diálogo, ambas as partes, para minha satisfação, faziam-se parceiros na construção dos "novos tempos".

O diálogo então mantido permitiu pormenorizar as informações que já havia adiantado ao Congresso sobre as "denúncias" veiculadas, nas últimas semanas, a respeito da suposta "bisbilhotice" da agência em relação à vida de governador de Estado, procurador da República e do filho do senhor presidente da República, bem como sobre a atuação do Ministério da Saúde.

Acredito que as explicações tenham sido vistas como satisfatórias. Foram retirados todos os requerimentos apresentados ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados convocando-me para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Abin.

Terão cessado todas as denúncias sobre a Abin? Parece que não, a despeito de nossa permanente disponibilidade para explicar o trabalho da agência. A maledicência dirige-se agora a atos administrativos perfeitamente legais e rotineiros. A partir dos dados sobre a cessão de funcionários da Abin para outros órgãos da administração pública federal, fabrica-se a teoria de que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional estaria montando uma rede de espiões que cobriria todos os nichos do governo.

Está, pois, lançada a versão tropical do "Grande Irmão", criação de George Orwell que tudo vê e que tudo fiscaliza. Em verdade, essas cessões de servidores, em detrimento da própria Abin, ocorrem em atendimento a pedidos formais dos órgãos requisitantes. Receio, contudo, que a "rede de espiões" entre, junto a tantos outros preconceitos, para o imaginário da nossa vida política.

No fogo desse escrutínio, forja-se a têmpera da Abin.

244

Data: 10/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Editoriais - Página: A2)

Autoria: Folha de São Paulo

Listado como o primeiro dos três mais importantes programas da Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Infoseg, o sistema informatizado de dados policiais, constitui um festival de bobagens. Pelos seus arquivos, a Justiça está cassando Carlos Lamarca, guerrilheiro morto em 71, e dezenas de desaparecidos políticos cujas famílias já foram até indenizadas pela União.

PC Farias é procurado, mesmo tendo morrido em 96. Para o Infoseg, Nicolau dos Santos, o Lalau, preso na sexta-feira, ainda é um respeitável magistrado, pois nada consta contra ele. No campo cultural, o Infoseg exibe as fichas dos tempos do período militar de Caetano Veloso e Millôr Fernandes. A Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Infoseg subordinam-se ao Ministério da Justiça.

Técnicos do Infoseg se defendem dos erros afirmando que o banco de dados é alimentado por informações dos Estados e da Polícia Federal, que também colocaram na rede seus arquivos mortos, com ordens de prisão que vigoraram no passado, mas que já prescreveram. Não se trata aqui de distribuir culpas. O fato, incontestável, é que o resultado final é ridículo. Há até a possibilidade de um inocente ser preso se algum policial decidir consultar o Infoseg num aeroporto, por exemplo. De 95 a 99, o ministério investiu R\$ 15 milhões no sistema.

Colocar a tecnologia a serviço do combate ao crime é hoje uma necessidade. Para fazer frente a quadrilhas cada vez mais organizadas e que operam internacionalmente, a polícia deve ter acesso rápido a informações, no que se convencionou chamar de serviços de inteligência. Só que inteligência aqui deve ser entendida em seu sentido mais amplo. De nada adianta despender milhões numa tecnologia burra.

Fica a sensação de que o ministério se deixou fascinar pelas luzes coloridas dos computadores e se esqueceu do mais básico: conceber um sistema eficiente. Ou as polícias estaduais estão sabotando o Infoseg ao colocar na rede arquivos mortos, ou faltou combinar direito com que tipo de informações o sistema operaria. Ambas alternativas são graves.

Até a semana passada, o coordenador do Infoseg era o coronel Rubens Bizerril. Ele foi afastado devido à acusação de envolvimento com tortura. O modo de operar da comunidade de informações brasileira, seja no Ministério da Justiça, seja na Abin, continua o mesmo. É como se a redemocratização do país fosse apenas um acidente. Impor a democracia a essas estruturas é um imperativo.

248

Data: 13/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

NOTA SOBRE A NOTA

Só às 19h, a Presidência da República e o Gabinete de Segurança Institucional conseguiram emitir uma nota sobre o artigo aqui publicado ontem, para afirmar que "o general Alberto Cardoso não manteve contato telefônico com o juiz Nicolau dos Santos Neto em qualquer época", e "lamentar que o jornalista não tenha tido o cuidado de apurar, junto ao Gabinete de Segurança Institucional, a veracidade de suas alegações".

Em primeiro lugar, no artigo não consta alegação alguma. Além disso, não me atribui a descoberta dos telefonemas dados por Nicolau dos Santos Neto, feita pela Procuradoria da República, assim como a identificação do usuário dos números chamados, citado na Lista de Autoridades, à época, como Alberto Mendes Cardoso.

Não havia, pois, que “apurar veracidade de alegações”, senão dar notícia do trabalho na Procuradoria. Mas sempre se pode apurar alguma coisa em seguida. Por exemplo, que o general Augusto Heleno Pereira, que em carta chama a si a destinação dos telefonemas de Nicolau dos Santos Neto, de fato atendia nos números em questão. Atendia também. Mas não só. Era um dos auxiliares do general Cardoso, no que a relação dos telefones da Presidência, também à época, identificou como Subchefia do Exército, Gabinete Militar.

Pormenor interessante: embora o artigo não mencionasse os números dos telefones chamados por Nicolau dos Santos Neto, o Gabinete de Segurança Institucional, de que é ministro o general Cardoso, prontamente reconheceu os números certos.

Princípios e preconceitos

As explicações dos atuais e dos recém-afastados dirigentes da Abin/SNI, dadas em diferentes modos e ocasiões nos últimos dias, foram úteis sob vários aspectos, mas não fazem sentido exatamente quanto ao principal, que é a prática inconstitucional da espionagem interna e os seus desdobramentos ilegais sobre a vida dos cidadãos, grupos, movimentos e empresas visados.

Ao deputado Aloizio Mercadante e à senadora Heloísa Helena, o ministro-general Alberto Cardoso e seus companheiros negaram que a Abin faça espionagem, limitando-se a “acompanhamentos com base em informações públicas”. Informações públicas não necessitam de agentes, no entanto, e a Abin já tem um quadro superior a 2.000. Sem contar os “informantes e colaboradores”, cuja atividade foi mencionada pelos dirigentes da Abin, mas o seu número continua em sigilo.

No artigo “Abin: preconceitos versus princípios”, o general Cardoso acusa a crítica à Abin de “ignorar (que a agência) está submetida a controles estritos do Executivo e do Legislativo” e que “o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal (têm) os instrumentos com que coibir quaisquer abusos da agência contra o cidadão”.

Não há, no Executivo, instância alguma de controle da Abin. A comissão parlamentar dita de controle da Abin só fez até hoje uma reunião levemente introdutória ao tema, na semana passada, quando a agência já completa um ano da atividade iniciada em 7 de dezembro de 99. Só por isso, já não é coisa séria invocar controle do Legislativo, ainda mais se “estrito”. E, mesmo que a comissão funcionasse ou venha a funcionar efetivamente, jamais poderá exercer “controle estrito”: estará sempre dependente das informações proporcionadas pela Abin, ou seja, pela própria inspecionada, e de eventuais revelações da mídia.

De quebra, lembra o general, “a opinião pública provou à saciedade, nas últimas semanas, a capacidade da nação de fiscalizar” as atividades da Abin. Fiscalização difícil de entender, se alguns parágrafos adiante o general Cardoso define como mera “maledicência” tudo o que foi publicado sobre a Abin. Inclusive, pois, o relatório de um agente sobre Itamar Franco, que o general Cardoso disse, primeiro, haver recebido e lançado na trituradora de papéis e, depois, negou haver existido.

O título do artigo, porém, é preciso. “Abin: preconceitos versus princípios” é irretocável. O problema do artigo foi a pretensão de fugir dessa verdade titular. A Abin é fruto do mesmo preconceito que deformou a mentalidade militar e segundo o qual tudo o que não coincide com a conveniência do patronato e dos grandes proprietários é contrário ao país, é perigoso, deve ser cerceado, reprimido, combatido, é condenável a priori.

É só ver a lista, reconhecida pelos dirigentes da Abin, do que está sob, vá lá, “acompanhamento”: MST, sindicatos reivindicadores, organizações denunciadoras de violações ao ambiente por interesses empresariais, da exploração do trabalho e por aí em diante.

É o velho preconceito. Foi ele mesmo que fez 64, seu momento culminante. Que tanto era para salvar a democracia que instaurou a ditadura de 21 anos.

Por isso é que vale a pena opor princípios aos preconceitos. Lembrando o barão de Itararé: “Em matéria de princípio vou até o fim”.

251

Data: 17/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Página: A3)

Autoria: Roberto Romano

A ABIN, HEGEL E OS OVOS PODRES

Se a Abin cumpre o seu papel ou não é o que se deve discutir; eludir as críticas é só um modo de escapar do assunto

O caso da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) ainda suscitará debates na imprensa, nas universidades, nas casernas e nos Parlamentos. O tema interessa à democracia. Constatou duas atitudes nas análises sobre a sucessora do SNI (Serviço Nacional de Informações). A primeira defende o seu puro e simples fechamento, sem organismos que a substituam. Trata-se de um argumento lógico. A premissa encontra-se na desnecessária coleta de informes para o Estado brasileiro, em termos estratégicos. **Se podemos contar com a imprensa e com toda uma rede de comunicação social, é redundante e perigoso manter a Abin, cujas bisbilhotices mostram-se nocivas à cidadania.**

Parece-me que essa é a doutrina assumida pelo bravo jornalista Clóvis Rossi. Preciso discutir esse ponto. Para atingir a prudência, difícil virtude ética, não podemos confiar exclusivamente na lógica. Como disse Wittgenstein, nesse campo “não há surpresas”. E não as há porque não raro conceitos atingem o máximo de persuasão quando apenas desdobram premissas, sem que aspectos do real sejam colhidos. Dizia Kant : “Conceitos sem intuições são vazios”.

Nada mais convincente, de santo Anselmo até Gödel, passando por Hegel, do que o argumento ontológico da existência divina : “Tenho em mim a idéia de um ser perfeito. Ora, dentre as notas da perfeição, está a existência. Logo, o ser perfeito, Deus, existe”. Não preciso lembrar a grosseria de Kant sobre a diferença entre moedas efetivas no meu bolso e a idéia lógica que delas tenho.

Diz a razão pura: “Por predicado lógico pode servir tudo o que se quiser, mesmo o sujeito pode ser predicado de si mesmo; a lógica abstrai todo o conteúdo. Mas a determinação é um predicado que se acrescenta ao conceito de sujeito e o acresce”. Raciocínios precisam se unir aos dados diversos do empírico para que o vazio conceitual atinja algo objetivo. Se o plano científico exige cautela, no moral a desconfiança diante da pura lógica significa afastar-se de soluções “evidentes” e pesquisar o invisível das consciências livres, as quais nunca se dão a conhecer como em física.

Daí a cautela nas predicações sobre o outro ser humano, a busca de romper com a hipocrisia e a investigação dos homens como sujeitos dignos de sublime reverência. Quando se pensa na liberdade humana é preciso introduzir matizes nos raciocínios. O traço lógico mostra-se relevante, mas num campo mais amplo torna-se preciso ponderar outros elementos, como as paixões, a má-fé, a ganância econômica, o egoísmo dos mandões, a falta de respeito pela cidadania etc.. Diria Hegel, copiado por Marx, “o concreto é síntese de muitas determinações, unidade do diverso”.

Quando as informações tornaram-se, na ordem da modernidade, a mais cobiçada mercadoria — e num país como o nosso, onde a Lei de Patentes é, no mínimo, servil diante dos interesses de conglomerados industriais — e numa situação mundial em que os EUA se recusam a assinar acordos como o da biodiversidade (e muitos espiões industriais disfarçados de cientistas ou de religiosos roubam saberes e matéria-prima do Brasil), uma agência de informações deveria ser algo a ser revisto. É do interesse

universal que o Estado decida com informações seguras sobre os modos de produção e reprodução da vida coletiva.

Se a autoridade é responsável, se o alvo é a sobrevivência da população brasileira, torna-se preciso educar as massas para que elas adquiram saberes científicos e técnicos e possam se constituir como as únicas guardiãs da Constituição e das liberdades públicas. A Abin não serve, mas beira a imprudência deixar o país sem informações sintetizadas e postas ao serviço do Estado e da sociedade, sobretudo porque os que mandam na cena mundial se nutrem e decidem o nosso futuro com base em suas próprias agências, como a CIA.

A segunda atitude é a dos gerentes da Abin. Sua tese não é lógica. Na verdade nem é tese, mas um complexo autoritário que busca desqualificar os críticos da agência. **O artigo do general Cardoso, em “Tendências/Debates” (10/12), é um primor de preconceito e de argumentação abstrata.**

Passando pelo ideal (o controle da Abin pelo Parlamento, por enquanto apenas um conceito sem experiência empírica notável), nele se nega a criminosa investigação contra os desafetos do governo. Até o referido artigo, cidadãos prudentes tinham o direito de exercitar a dúvida sobre os intentos reais da Abin. Negando o evidente e tentando desqualificar os interlocutores, a direção daquela agência define o seu próprio discurso como simples retórica.

Vale para a Abin a anedota contada por Hegel no famoso “Quem pensa Abstrato?”. Uma velhota cheia de preconceitos vende ovos na feira. Certa donzela elegante e bem vestida é sua freguesa. Um dia, a moçoila diz à macrória: “Os ovos que comprei estavam podres”. Resposta: “Quem é você para dizer isso da mercadoria? Seu pai foi abandonado num asilo por sua mãe, a qual fugiu com um soldado francês! E não sabemos onde e como você arruma dinheiro para comprar esses vestidos caros!”.

A réplica da anciã é abstrata, porque não vai à prova: os ovos estão podres ou não? A moça pode ter costumes duvidosos, mas importa ponderar o produto dos galináceos. Se a Abin bisbilhota ou não, se ela cumpre o papel de recolher informes em nível de Estado para proveito do povo ou se ela usa conhecimentos sobre particulares para chantagem e para proveito próprio é o que deve ser afirmado ou negado, após exaustiva investigação empírica e lógica.

As tentativas de eludir as críticas são um modo de escapar do assunto. Isso se faz em detrimento da plena transparência, da garantia concreta de que vivemos numa República, e não numa triste feira de ovos podres. Esses últimos servem apenas no Senado, nas rusgas entre parlamentares de cujas falas não exala perfume de santidade, mas o fedor de um poder apodrecido.

253

Data: 17/12/2000

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: No Planalto - Página: A17)

Autoria: Josias de Souza

ESQUELETO DO GRAMPO DO BNDES REVIRA NO ARMÁRIO

Em dois anos de investigações, a Polícia Federal reuniu evidências de que a escuta clandestina que expôs as entranhas da privatização do Sistema Telebrás foi executada pela Abin, a Agência Brasileira de Inteligência (sic), sucessora do velho SNI.

Desmontou-se um dos pilares da versão oficial, sustentada pelo general Alberto Cardoso, chefe da arapongagem. Virou fumaça, como se verá a seguir, o conto da carochinha segundo o qual as fitas do grampo chegaram à Abin graças a um telefonema anônimo.

Baseando-se no trabalho da PF, o Ministério Público denunciou à Justiça três agentes da Abin: a) Temílson Antônio Barreto (o Telmo), apontado como executor do grampo; b) Gerci Firmino da Silva e João Guilherme dos Santos, mandantes. Foi denunciado também o detetive particular Adilson Alcântara. “Comparsa” de Telmo, ele dispunha até de “carteira” e “contracheque” da Abin. Todos negam a participação.

Mantida a sete chaves no Rio, a denúncia foi levada à Justiça no início da semana. Remeteram-se também cópias para o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, a quem cabe denunciar Alberto Cardoso, se achar que é o caso. Como ministro, ele só pode ser acionado no STF.

No ofício a Brindeiro, disponível em Brasília, os procuradores Artur Gueiros e Marcelo de Figueiredo mediram os vocábulos. Disseram que, “em tese”, é possível que o grampo “pudesse ser do conhecimento e/ou orientação” de Cardoso. E transferiram para Brindeiro, o engavetador, “a adoção das diligências que julgar cabíveis”.

A denúncia, ainda pendente de decisão judicial, é peremptória quanto aos outros envolvidos: “entre janeiro e julho de 1998”, o araponga Telmo “foi incumbido por seus superiores hierárquicos, João Guilherme Almeida e Gerci Firmino, de realizar, sem autorização judicial, a interceptação das conversas telefônicas (...). Telmo acionou os “comparsas” Adilson Alcântara — “detetive particular especialista em gramos” — e Célio Areas Rocha — “ex-policial federal que lhe prestava serviços esporádicos”.

Ao dar de cara com “o conteúdo explosivo dos diálogos grampeados”, diz a denúncia, Telmo decidiu comercializá-los, “traindo” a Abin. A PF não identificou os compradores.

Seguiram-se os seguintes desdobramentos:

1) quebrada a “segurança institucional dos gramos”, as fitas começaram a circular por “mãos mal-intencionadas”.

2) sabendo que chegariam à imprensa, a Abin articulou um “vazamento controlado”. Acomodaram-se em duas fitas diálogos que “não comprometiam” FHC.

3) nacos dessa versão editada ganharam, segundo os procuradores, as páginas da revista “Época” de 9 de novembro de 98. “Veja”, “IstoÉ” e “Carta Capital”, além “dos jornais em geral”, transcreveriam “em meados de novembro” diálogos das mesmas fitas;

4) para justificar as fitas caídas do céu, Gerci Firmino, então chefe de operações da SSI (Subsecretaria de Informações da Abin, em Brasília), foi protagonista de uma “grotesca simulação”.

Ouvido, ele disse ter recebido telefonema anônimo, na manhã do dia 30 de setembro de 98, “por volta das 10h”, no aparelho 61-2455877. A voz do outro lado da linha teria dito que “material de interesse” fora depositado “do lado de dentro da primeira pilastra” de viaduto na saída de Brasília.

Quebrou-se o sigilo telefônico do número mencionado por Gerci. Diz a PF: “Compulsando os extratos, constatou-se que na manhã do dia 30 de setembro de 98 a linha 61-2455877 recebeu apenas três ligações. A primeira, às 10h51m36s, a segunda às 10h52m03s e a terceira às 11h06m52s, todas oriundas da linha da residência do próprio Gerci Firmino da Silva”.

5) as fitas depuradas foram enviadas à PF por Cardoso. Desde então, “toda a investigação policial descortinou o mundo, ou submundo, da chamada comunidade de informações”, afirmam os procuradores, “chegado a um conhecido endereço: a Abin”.

6) em 25 de maio de 99, a Folha publicou trechos de 46 fitas, requisitadas pelos procuradores e analisadas pela PF. Verificou-se que os diálogos das fitas da Casa Militar estavam “quase todos”

contidos no lote de fitas da Folha que, mais completas, traziam diálogo envolvendo FHC. Acionado por Périco Arida (“a idéia é que podemos usá-lo aí para isso”), o presidente (“a bomba atômica” dos diálogos) assentiu (“não tenha dúvida, não tenha dúvida”).

7) detalhe anotado no relatório da PF: como as fitas editadas da Abin contêm diálogos que não constam dos cassetes da Folha, fica evidenciada “a existência de outras fitas ainda não reveladas”. Tremei, Planalto.

8) a PF tomou o depoimento do investigador particular Bechara Jalkh, há 47 anos no ramo. Ele disse ter sido procurado duas vezes por Célio Areas, “comparsa” do araponga Telmo. No último encontro, em junho de 99, falaram sobre o grampo. Areas disse que “os arapongas possuíam muitas outras fitas, dentre elas uma com conversa do presidente (FHC) com uma mulher, outra com conversas do genro do presidente”. Suspirai, Brasília.

Célio Areas foi poupadão na denúncia. Entendeu-se que, por ter colaborado, deve ser perdoado, como previsto em lei. Inquirido, Areas delatou Telmo, Adilson Alcântara e João Guilherme, à época chefe do escritório da Abin no Rio. Contou também que esteve com o general Cardoso, em Brasília. Desejava entregar Telmo.

Simulando interesse, a Abin armou operação para filmar e gravar conversa de Areas com Telmo, num restaurante. “Verdadeira comédia”, anotam os procuradores, conduzida por Gerci Firmino, aquele do conto das fitas sob o viaduto. Analisando a fita de vídeo, a PF deparou com “um detalhe incompreensível”. Tratava-se de “filmagem muda, sem som”.

Na sexta-feira, FHC falou em acabar com a Sudam. Espera-se que não dê cabo também da Abin. Sem os pastelões da arapongagem, Brasília ficará meio sem graça. E o país deixará de tomar conhecimento de negócios como os que envolveram a venda das tele\$.

Negócios, nunca é excessivo recordar, trançados sob atmosfera de risco (“no limite da irresponsabilidade”), com linguagem vulgar (“se der m..., estamos juntos”), suspeita (“o importante é que montem com o Périco, chegando a um acordo”) e truculenta (“temos de fazer os italianos na marra”). **Vida longa à Abin.**

269

Data: 21/12/2000

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Opinião - Página: 09)

Autoria: Mario Cesar Flores (Almirante-de-esquadra reformado)

A ODISSÉIA DA ABIN

As atribulações por que vem passando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) corroboram a dúvida: o funcionamento eficaz desse órgão é viável no contexto sociopolítico do Brasil atual? Não se trata aqui dos comportamentos pregressos de alguns funcionários, questão que em si, se real, tem solução simples e cuja análise seria de qualquer forma impossível por falta de conhecimento a respeito. Trata-se simplesmente da viabilidade funcional do órgão. Vejamos dois aspectos emblemáticos desse problema.

Primeiro: o campo de atuação. Vêm sendo apresentadas com freqüência opiniões curiosas sobre assuntos que não deveriam ser objeto de atenção do órgão. É óbvio que não cabe a ele “bisbilhotar” a vida pessoal de ninguém, mas quais são exatamente o significado e o limite disso? Como, por exemplo, avaliar com segurança um quadro de corrupção, sem conhecer a evolução patrimonial, o padrão de vida, os comprometimentos dos alvos da preocupação? O que realmente se quer dizer com a idéia de que os campos político e social estão fora da inteligência do Estado? Evidentemente, não cabe

“bisbilhotar” políticos e partidos no tocante à dinâmica política normal na democracia, mas novamente vale a dúvida sobre significado e limite: se ocorrer no campo político algo capaz de comprometer a ordem constitucional, deve ela omitir-se? Se segmentos sociais ou corporativos pretendem executar atos de desrespeito ao direito democraticamente formulado, deve ela ignorar o problema em razão de suposta ou real inspiração social?

O segundo aspecto do “sufoco”, merecedor de atenção neste artigo, refere-se à metodologia de trabalho. A transparência da atividade é exigida irrestritamente, por ignorância ou convicção honesta, mas também por força do preconceito. É claro que às sistemáticas legais de controle cabem o direito e o dever de “patrulhar” a atividade, mas em que país a transparência é pública? Como conhecer o que é escondido sem o uso de recursos discretos? Leitura de jornais? Telepatia, adivinhação ou premonição? A atividade dos órgãos de inteligência é discreta em todo o mundo, em proveito de sua eficácia e para proteger instituições e pessoas da crítica precipitada.

A Abin, provavelmente imperfeita (há algo perfeito na área pública brasileira?), está realmente sujeita a deslizes de funcionamento, até porque a natureza da atividade não raro exige o trânsito pela tênue periferia da legalidade e da ética, cuja não ultrapassagem depende mais de autocontenção dos servidores do que de controles de eficácia duvidosa, dada, vale repetir, a natureza da atividade. Aliás, isso é problema mundial, inclusive em países de democracia tradicional e serviços de inteligência consagrados. Ela precisa ser aperfeiçoada e seu pessoal precisa cultivar o equilíbrio entre a competência eficaz e o autocontrole por parâmetros legais e de ética, inerentes à democracia, de modo a que sejam superadas as restrições difusas que a inibem, por vezes apoiadas em casos concretos, como o do recrutamento sujeito a controvérsias, que teriam pouca repercussão não fora o clima antagônico. Mas daí a vilipendiá-la, no “embalo” da síndrome de um passado sujeito a reparos, a distância é grande. Como grande é a hipocrisia da aceitabilidade da inteligência de Estado condicionada na mente de cada um pelo “desde que não se meta nos meus interesses e perspectivas”.

Em suma: a odisséia da Abin está menos relacionada com seus eventuais deslizes, cujo número haverá de cair com a melhora do preparo de seu pessoal, complementada por controles realisticamente possíveis, e mais com a relutância de que é alvo o órgão, cujo efeito pode ser assim sintetizado: se funcionou, “bisbilhotou” ou agiu, talvez até realmente, fora dos cânones que devem regulá-la; se não funcionou e acontecer algo negativo, é criticável, por significar ônus para o Erário, sem produzir bônus. Provavelmente ocorrerão ainda muitos episódios de sensacionalismo crítico até que a atividade de inteligência do Estado se consolide livre do ditado “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”.

2001

4

Data: 10/01/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Elio Gaspari - Página: A7)

Autoria: Elio Gaspari

OS PROCURADORES ENGRANDECEM A CHOLDRA

FFHH desistiu de multar os procuradores, mas insiste em mutilar a capacidade de iniciativa dessa turma de jovens servidores que persegue os salteadores da bolsa da Viúva. Faria muito melhor se mandasse rasgar a medida provisória que assinou. Quem quiser inibir os procuradores poderá apresentar um projeto ao Congresso Nacional, discuti-lo e votá-lo. Fica feio tomar tamanha iniciativa com a mão miúda da MP. Como diria Sérgio Motta: “Não se apequene”.

Poderia rasgar a MP depois de ler a denúncia que os procuradores Arthur Gueiros e Marcelo Figueiredo Freire apresentaram contra o pessoal acusado de ter montado o grampo do BNDES. A denúncia não muda a história do Brasil e talvez não venha nem sequer a mudar a crônica na privatária. (Esse é um tema de CPI.) Apenas faz a felicidade do pobre contribuinte que vê o juiz Lalau no palacete de Rodrigues Alves, e o banqueiro Cacciola num belo “palazzo” romano. Faz isso puxando o fio de um detalhe da história do grampo, no qual os sábios do Planalto impuseram à choldra uma humilhação desnecessária, arrogante e pouco inteligente.

Aos fatos.

Em outubro de 1998, o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República, informou à patuléia que a sua Subsecretaria de Inteligência conseguira duas fitas cassette com trechos das conversas telefônicas do então presidente do BNDES (André Lara Resende) com o ministro das Comunicações (Luiz Carlos Mendonça de Barros). Tratavam do leilão das teles. **Como essas duas fitas chegaram ao Planalto? Um telefonema anônimo informou que elas podiam ser recolhidas debaixo da primeira pilastra de um viaduto de Brasília.**

Fez mal o general. Poderia ter dito, pura e simplesmente, que um serviço de inteligência não revela detalhes das operações que conduz. Pensando bem, só poderia ter dito isso.

Tratou como tolos aqueles que acreditam no que diz o governo. Ofendeu os crédulos. Esse é o detalhe mais sensível da denúncia dos procuradores contra três funcionários da Agência Brasileira de Informações. Remeteram-na ao procurador-geral Geraldo Brindeiro, para que decida, de acordo com a lei, se é o caso de denunciar o general ao Supremo Tribunal Federal. Esse problema fica para o doutor Brindeiro. O que fica para a choldra é o prazer da leitura da denúncia de Gueiros e Figueiredo Freire. Amparados em correta investigação da Polícia Federal, mostraram o que se apurou a respeito das fitas do viaduto.

O chefe de operações da então Secretaria de Segurança Institucional, Gerci Firmino da Silva, informou que recebeu o telefonema anônimo no dia 30 de setembro de 1998, por volta de 10h. Atendeu-o no número 245-5877.

Quebrado o sigilo dessa linha, verificou-se que naquela manhã o doutor Gerci recebeu três chamadas (às 10h51, 10h52 e 11h06). Todas de sua casa. Informam os procuradores que ele “protagonizou uma grotesca simulação”.

Dá prazer ouvir isso. Dá prazer tambémvê-los chamar de “comédia” a sessão durante a qual a Abin pretendeu filmar e gravar uma conversa de dois suspeitos de terem montado a escuta. Os dois cidadãos encontraram-se, e a Abin grampeou-os em áudio e vídeo. Vai-se ver o resultado da operação e descobre-se que o som não presta. Grande Abin. Grampeia uma conversa, fica com a imagem, mas perde o som. Bons tempos aqueles da infância do SNI. Grampeavam-se apenas 20 telefones, mas não se perdia o som.

Gueiros e Figueiredo Freire acreditam que dispõem de elementos suficientes para denunciar o doutor Gerci e os outros dois suspeitos. Sustentam que, “em comunhão de esforços, realizaram interceptação de comunicações telefônicas” e pretendem levá-los a julgamento. Caberá ao magistrado dizer se eles são culpados.

Sem os procuradores, o grampo do BNDES acabaria como mais uma tempestade em copo de uísque. Derretido o barulho do gelo, daria em nada. Com eles, pode-se ter a certeza de que o doutor Gerci nunca mais vai dizer (se é que disse) ao general Cardoso que achou as fitas debaixo de um viaduto. E, se disser, o general não vai contar uma coisa dessas nem ao seu motorista.

11

Data: 17/01/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates -Página: A3)

Autor: Guilherme Zanina Schelb (procurador da República e procurador regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal)

QUESTÃO DE ESTADO DE DIREITO

O que não existe são sanções aos procuradores que não investigam ou arquivam indevidamente procedimentos

O governo federal, ao limitar a iniciativa de investigações pelo Ministério Público por meio da edição da medida provisória nº 2.088-35/2000, art. 3º (que alterou a Lei de Improbidade Administrativa, lei nº 8.429/92), estimulou a corrupção e a impunidade.

A ação de improbidade é destinada a todos os casos em que qualquer pessoa se beneficie ou cause dano ao patrimônio público ou atente contra os princípios da administração pública (moralidade, publicidade etc.). Essa ação deve ser proposta para resarcimento ao erário e também para a obtenção alternativa de sanções específicas, tais como multa, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos ou proibição de contratar com o poder público.

Por desconhecimento teórico e prático, o advogado-geral da União e seus assessores, principais mentores intelectuais da medida provisória, pretenderam restringir obliquamente a propositura de ações de improbidade utilizando ardis que passo a enumerar.

A MP 2.088-35 permite a aniquilação funcional e financeira dos membros do Ministério Público (e também delegados de polícia) a cada investigação ou ação proposta, pois instituiu a aplicação de uma multa de até cem vezes a remuneração de quem “instaurar temerariamente inquérito policial ou procedimento administrativo” ou propuser “ação de natureza civil, criminal ou de improbidade, atribuindo a outrem fato de que o sabe inocente” (art. 3º).

Ora, no início de investigações, em regra, só se dispõe de uma denúncia anônima ou uma notícia de jornal, nada mais. Somente após a instauração de procedimento formal é que se logra verificar a realidade dos fatos. Assim foi no caso dos escândalos dos bancos Marka e FonteCindam, dos bingos eletrônicos, da Feira de Hannover, dos desvios de recursos do FAT, do uso indevido dos aviões da FAB, do deputado Hildebrando Paschoal e do juiz Nicolau dos Santos, entre outros.

A MP 2.088-35 vem em defesa de todos esses investigados e réus, até porque, se vigente à época, todas essas investigações teriam sido consideradas temerárias e não teriam logrado êxito. E aqui reside a malícia da medida provisória: o ônus das investigações passa a ser imposto ao promotor ou procurador, pois, quando não obtiver êxito, ele seguramente será processado pelos investigados, o que é uma inversão de valores, considerando que a tarefa de investigar é dever funcional próprio do Ministério Público. Além disso, o procurador exerce sua função como representante do Ministério Público (e da sociedade), e não como pessoa física.

A MP 2.088-35 possibilita a todos os réus em ações judiciais de improbidade (ações contra a corrupção) acusar o promotor de Justiça ou procurador da República por ato de improbidade (ação reversa, denominada reconvenção), sob o argumento de que a ação proposta é temerária. Na verdade, a medida provisória estimula os réus a acusar o procurador, até porque, se não o fizerem, estarão admitindo a boa fundamentação da acusação. Trata-se da maior garantia de impunidade em ações judiciais envolvendo corrupção.

Todos os réus em ações de improbidade — especialmente aqueles com graves provas constituídas contra si — apresentarão acusação contra os procuradores para tumultuar o processo. A cada ação judicial, o promotor ou procurador vai se converter em réu em diversas ações reversas (normalmente as ações de improbidade envolvem vários réus). Os membros do Ministério Público se tornarão os maiores réus de processos por improbidade!

Em suma, tumultuam-se os processos judiciais, inviabilizam-se as investigações de atos de corrupção e transformam-se os promotores de Justiça ou procuradores da República em réus perpétuos de ações de improbidade.

No ordenamento jurídico já existem várias garantias para o cidadão se proteger contra eventuais excessos por parte de autoridades públicas, inclusive membros do Ministério Público, como, por exemplo, o crime de denunciaçāo caluniosa (art. 339 do Código Penal), a aplicação de multas processuais por litigância de má-fé (arts. 16 a 18 do CPC), o crime de abuso de autoridade (art. 3º da lei nº 4.898), o ajuizamento de ações de perdas e danos morais e materiais.

Existe também o próprio controle judicial, pois o Ministério Público sempre submete ao Poder Judiciário as ações de improbidade. Se houver alguma ação sem justa causa e provas consistentes, poderá o juiz indeferir a inicial ou decidir pela improcedência do pedido.

Aqueles que acusam os procuradores da República de se valerem da imprensa para legitimar investigações ou propor ações desconhecem o mecanismo investigatório de atos de corrupção. Diante da estrutura administrativa precária da instituição, não é o Ministério Público quem planta notícias na imprensa para justificar suas ações. Pelo contrário. É a imprensa que desempenha o papel investigatório de fundamental importância, obtendo e divulgando informações que serão, sempre, selecionadas e aprofundadas com a instauração formal de investigações.

O próprio governo usa reportagens sobre irregularidades para instaurar procedimentos investigatórios, como recentemente no caso dos precatórios do DNER, da Sudam e tantos outros.

Lamentável observar, porém, que a edição da MP 2.088-35 apresenta estranha coincidência com a instauração de investigações pela Procuradoria da República em Brasília _como o caso do caixa-dois da eleição presidencial de 1988 e o caso das irregularidades na Abin, entre outros_ e com a propositura de ação de improbidade contra o advogado-geral da União. Isso tudo no mês anterior à edição da medida.

É preciso que o governo federal se comporte de acordo com os princípios da moralidade, da publicidade e da imparcialidade (art. 37 da Constituição), para que não se confirmem as dúvidas sobre a moralidade dos reais motivos de tamanho cerceamento das atividades de investigação e de combate a

atos de corrupção. Se assim o fizer, certamente irá revogar o art. 3º da Medida Provisória nº 2.088-35, restaurando o Estado de Direito no país.

No nosso ordenamento jurídico, já existem vários instrumentos de garantia contra eventuais excessos de membros do Ministério Público. O que não existe são sanções a membros do Ministério Público que não investigam ou que arquivam indevidamente procedimentos. Esse parece ser o perfil de Ministério Público que o governo pretende estimular e desenvolver.

16

Data: 21/01/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates - Página: A3)

Autoria: Celso Antônio Bandeira de Mello (advogado e professor titular de direito administrativo da PUC-SP)

PETROBRAX, FERNANDOX E PROCURADORES

Casos como o PetroBrax explicam a tentativa do governo de atemorizar os procuradores da República

Os jornais andaram agitados com duas notícias que, aparentemente distantes, têm claras relações entre si.

A primeira é a da pretendida mudança da marca Petrobras para PetroBrax. Sua justificativa seria que o sufixo “brás” estaria associado à ineficiência estatal e que o “x” final dar-lhe-ia maior aceitabilidade no exterior. Ora, por certo, no exterior, o presidente da empresa não se apresenta como Philipex, para obter melhor trânsito. Nem o presidente do Brasil, notoriamente cioso de sua imagem externa, se declarará Fernadox em suas circulações internacionais.

Eles poderiam, se o desejassem, usar apelidos dessa ordem — é uma questão puramente pessoal. O mesmo não se dá quando estão envolvidas questões públicas. O Brasil não poderia ser exibido como Brasilox nem suas empresas devem, em nome da internacionalização, ser adornadas com adendos mais sonoros a ouvidos alienígenas. Mais importante que nos vendermos lá fora é que o país tenha uma boa imagem aos brasileiros. Isso é o que falta.

A idéia de substituir o “brás” não vingou. O líder do governo no Senado classificou tal pretensão de “grande imbecilidade”. Reconheçamos: rara é a pessoa que algum dia não tenha cometido ato assim classificável. Porém, vindo de uma organização com grande número de assessores, sua gravidade aumenta; faz presumir uma certa disseminação dessa imbecilidade. Revela estar expandida para muito além do tolerável.

Mas se dita imbecilidade — sempre conforme o juízo do senador governista — custaria R\$ 700 mil ao povo brasileiro, afora alguns milhões de dólares para sua divulgação no exterior, e foi contratada sem licitação, já não mais se está no plano dos atos grotescos.

Ingressa-se no campo da ilegalidade. A lei de licitações estabelece que obras e serviços, “inclusive de publicidade” — o que é um destaque especial —, serão necessariamente precedidos de licitação, salvo nos casos previstos em lei. Houve, pois, conduta que, ao menos em tese, assujeitaria seus responsáveis à chamada ação popular, cujo destino é anular atos lesivos ao patrimônio público.

A lei que a regula — por isso é tão temida — prevê que, condenados os responsáveis e os beneficiários, eles devem devolver aos cofres públicos os valores correspondentes aos danos causados.

A segunda medida, também impactante, não foi qualificada por nenhum senador governista como “imbecilidade”, mas recebeu forte repúdio social e está sendo objeto de ação direta de constitucionalidade. Trata-se de medida provisória que não conseguiu disfarçar seu intuito de, mediante sanções pecuniárias altíssimas, atemorizar procuradores da República cujos olhos não se fecham quando atos reputados censuráveis provêm de altas autoridades ou de pessoas próximas ao presidente.

Compreende-se a preocupação governamental quanto ao noticiário, no qual eventos tidos como escandalosos se sucedem, de sorte que um sai das manchetes empurrado pelo outro. Relembrem-se alguns: a compra de votos para a emenda de reeleição; as fitas do leilão da Telebrás; o uso, por ministros, de aviões da Força Aérea como veículos de transporte turístico; o uso das Forças Armadas para guarda de uma propriedade de familiares do presidente; o procurador da República Luiz Francisco de Souza sendo espionado pelo novo SNI; a designação, para funções na Abin, de um acusado de tortura; as denúncias de despesas feitas sem licitação na Feira de Hannover; as denúncias contra um ex-assessor do presidente, que teve status ministerial; e assim por diante.

Esses e outros atos não mencionados foram objeto da atenção dos procuradores da República. Mas a função deles é precisamente a de investigar e promover, quando cabível, a responsabilização dos que violam as leis. Se a preocupação do governo com eles é compreensível, justificável não é. Pretende agora o governo que a medida provisória em questão tenha sido mal-interpretada.

Se assim o foi, há confissão de que tenha sido malfeita. Infelizmente a explicação não convence. Antes parece que se trata de norma padecente do vício jurídico denominado “desvio de poder”, isso é, uso de uma competência para finalidade diversa daquela que a justificaria perante o direito. É característica do desvio de poder apresentar-se como um “sepulcro caiado”, em que a autoridade age embuçada em pretenso interesse público, ocultando seu malicioso designio. Sob a máscara da legalidade, procura, à esconsa, alcançar finalidade estranha à competência que possui.

Pode dizer, com o eminentíssimo jurista Caio Tácito, que: “A ilegalidade mais grave é a que se oculta sob a aparência de legitimidade. A violação maliciosa encobre os abusos de direito com a capa de virtual pureza”.

Qual a relação entre essas duas de notícias que ocuparam manchetes? Ambas se referem a fatos em que o clamor público obrigou o governo a recuar. E casos como o da PetroBrax são os que explicam a tentativa de atemorizar os procuradores da República e melhor justificam o repúdio ao propósito governamental de mantê-los sob ameaça. Parece que um punhado de bons cidadãos, investidos em cargos que os habilitam a defender a moralidade do país, fazem tremer, se não os alicerces da República, os alicerces do governo.

33

Data: 27/04/2001

Web site: <http://www.brunazo.eng.br/voto-e/noticias/tribunaimprensa4.htm>

Publicação: A Tribuna da Imprensa

Autoria: Carlos Chagas

MUITO PIOR SERIA SE FOSSE NO ANO QUE VEM

O Brasil, o dia seguinte sempre consegue ficar um pouquinho pior do que a véspera. Essa conclusão é de mestre Helio Fernandes, feita há muitas décadas. Continua plenamente válida. Só que agora a ameaça é de ficar muito pior. O escândalo do painel eletrônico de votações no Senado será brincadeira de criança, oração de freirinha devota, diante do que pode vir por aí.

Se um simples programa de votações secretas no Senado, num só computador, consegue ser violado com facilidade, o que se dirá do sistema nacional de votações eletrônicas gerais? Claro que a Justiça Eleitoral, responsável pela implantação do sistema, entra na história como nós, de anjo. Não se exigirá dos ministros diploma de técnico em computação. Assim, resta-lhes confiar na alegada inviolabilidade do sistema.

Voto eletrônico sob desconfiança

O problema está em que uma portaria do Tribunal Superior Eleitoral, de 31 de junho do ano passado, número 142/00, ao determinar que a totalidade dos programas não fosse entregue aos partidos políticos, como solicitara o PDT, citou especificamente o “bloco de segurança” que impediria qualquer violação. Só que tem um imenso rabo do lado de fora. Quem preparou esse bloco de segurança? O Cepesc. E em que estrutura se integra o Cepesc? Na Abin. E o que é a Abin? O antigo SNI...

Longe de nós supor qualquer relação entre o passado e o presente, ou seja, o general Alberto Cardoso nada tem a ver com os Golbery's, Garrastazus, Fontouras, Figueiredos e Medeiros que durante duas décadas fizeram do SNI um governo dentro do governo, valhacouto do Grande Irmão que tudo dirigia. As coisas mudaram, a partir do general Ivan de Souza Mendes, e o SNI até mudou de nome, tendo implodidas suas antigas finalidades, métodos e áreas de atuação.

No entanto, o segredo do programa de votação das eleições gerais do ano que vem está em poder dos órgãos de segurança. Há que lembrar o caso da Proconsult, de 1982. Leonel Brizola estava eleito governador do Rio de Janeiro. Antigos agentes do SNI, de nível graduado, haviam fundado uma empresa que era subsidiária de outra empresa e que, encarregada das apurações pela primeira vez eletrônicas no Rio, inventaram um tal fator delta, inserido nas projeções do resultado final.

Resultado os votos foram sendo mudados e a vitória quase favoreceu Wellington Moreira Franco, certamente outro inocente na novela. Queriam, os detentores do poder oculto, evitar de qualquer maneira a eleição de Brizola. Por pouco não conseguiram, por ter entrado e modificado o programa das apurações. Não fosse um deles haver dado com a língua nos dentes, por ambição, e a crônica do Rio de Janeiro seria diferente.

Brizola foi gatunado pela Proconsult

Vacinado contra esses golpes cibernéticos, em agosto do ano passado, quando Brizola candidatou-se a prefeito do Rio, o PDT entrou com pedido de impugnação das urnas eletrônicas que em outubro seriam utilizadas pelo eleitorado carioca. Foi alegado o não cumprimento do artigo 99 da Lei 9.504, de 1997, que manda a Justiça Eleitoral apresentar os programas das votações eletrônicas para técnicos designados pelos partidos. O TSE negou o pedido, com base na portaria que revela estarem os programas sob a guarda do Cepesc. Uma liminar em mandado de segurança foi negada e até hoje o TSE não decidiu a questão.

Não dá para fazer suposições maldosas, de estar sendo preparada uma arrumação nas urnas do ano que vem para favorecer a este ou aquele candidato com um novo fator delta. É óbvio que ninguém na Abin nem no governo pensa nisso. Mas trilionários interesses estarão em jogo na escolha do futuro presidente.

Diante da probabilidade da eleição de um candidato das oposições, capaz de estancar a sangria de nossos recursos e de nossa soberania, setores econômicos globalizantes que transformaram o Brasil no paraíso da especulação financeira farão o possível e o impossível para manter o controle da nação em frangalhos.

Atingir programas de computador, quebrar-lhes a inviolabilidade, revelar e mudar seus resultados é possível, como se viu no caso de um simples painel do Senado. O que dizer de um sistema mil vezes maior, mais complexo e, por isso, muito mais vulnerável?

O senador Roberto Requião apresentou, faz tempo, um projeto complementando o processo eletrônico de votação, obrigando o eleitor a também votar em cédulas recolhidas em urnas comuns.

Volta ao passado, ou garantia da lisura de um pleito onde se jogarão os destinos da nação e os lucros da maior quadrilha jamais formada no universo, dos especuladores multinacionais? Seria bom tomar cuidado, a começar pelo governo, pela Abin e pela Justiça Eleitoral.

36

Data: 08/05/2001

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Política)

Autoria: Telmílson Antônio de Barreto Resende

“QUEREM INCRIMINAR O GENERAL CARDOSO”

Meu envolvimento na investigação do grampo do BNDES foi feito para tentar incriminar o general Alberto Cardoso (ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República). Imagino que a investigação tenha começado a partir de uma pergunta. Quem faz grampo no Rio de Janeiro?

Não vou citar nominalmente quem teria interesse em me envolver nisso, porque estaria acusando alguém, diretamente, sem o mínimo de consistência. Mas acredito, e era voz comum na época, que existia uma certa rivalidade entre a Polícia Federal e o general Alberto Cardoso pelo controle da Secretaria Nacional Antidrogas.

No inquérito, tentam me vincular ao general Cardoso, que só vi uma vez, em uma solenidade. Ele nem me conhece pessoalmente. Dizem também que sou amigo de João Guilherme dos Santos Almeida, responsável pela Abin no Rio. Nós tínhamos um relacionamento meramente formal e administrativo.

Não fiz o grampo do BNDES nem tive participação direta ou indireta nele. Quando surgiu meu nome na imprensa, em 1998, imediatamente fiz um relatório dizendo que estranhava esse envolvimento.

Só fui chamado para depor no inquérito em abril de 1999, quase quatro meses depois de meu nome ter surgido na imprensa. Sempre achei que o objetivo era simples: prejudicar a criação legal da Abin, que estava com um projeto de criação e autorização de funcionamento em votação no Congresso.

Meu nome aparece por meio de um informante a anônimo a quem o delegado da Polícia Federal Rubens Grandini até hoje não identificou. Até me pergunto se esse informante não seria o próprio Célio Arêas. Estava sem conversar com ele, seguramente, há uns quatro anos.

Fiquei anos sem ver o Célio e fui reencontrá-lo em 1994, 1995, no escritório de um amigo no centro da cidade, que era freqüentado pelo Nelsino Drozczak também. O irmão do Nelsino é engenheiro e desenvolveu alguns equipamentos de varredura eletrônica. Reencontrei o Célio e lá conheci o Nelsino. Nessa ocasião tivemos um contato meramente formal. Não fiquei amigo do Nelsino, que era amicíssimo do Célio.

Arranjei clientes para o Nelsino fazer varredura. Após o episódio do BNDES, me tornei mais íntimo dele. Até então, o Nelsino não tinha nada a ver com isso. Era só era amigo do Célio, que insistiu em marcar um almoço comigo, por meio do Nelsino.

Nessa ocasião, o Célio já havia procurado o general Cardoso, por meio do advogado dele, e proposto que filmasse e gravasse um encontro nosso. Ele queria provar que eu teria feito o grampo do BNDES. Só que o Célio chegou tão nervoso, tão transtornado, tão esquisito, que eu perguntei: “Célio, o que foi? Você está bem, hein? Telefone celular do último tipo, relógio de ouro, vestido como quem está

bem de vida". Isso para uma pessoa que estava teoricamente sem dinheiro. Eu falei: "Célio, você está armando alguma aí. Esse grampo do BNDES. Você está nessa história de alguma maneira?"

Ele se transformou. Havia dito de brincadeira, mas ele se transformou. No almoço, eu não sabia, mas havia três ou quatro agentes numa mesa próxima, filmando a gente. E o Célio cheio de gravador e de transmissor. Só que não aconteceu absolutamente nada. Foi um papo normal. Não lembro exatamente, mas não aconteceu nada em termos de grampo. Na gravação, não saiu diálogo nenhum, nem do Célio, nem da equipe da Abin. O Célio, com a operação dele mal-sucedida, sai dali, vai para o Ministério Público e faz a tal da denúncia contra mim.

Não seria muito mais lógico o Célio propor a gravação à Polícia Federal, que estava investigando, do que ao general Cardoso? Na minha concepção foi algo pré-concebido para dizer que a Abin tinha me avisado e com isso incriminar o general Cardoso. Na realidade era mais prático avisar ao delegado do que ao general.

Em razão desse depoimento do Célio, foi decretada a minha prisão. Fiquei foragido 12 dias, quando me apresentei ao juiz. Eu não tinha por que me esconder. O Célio diz no depoimento dele que encontrou comigo por acaso, na Avenida Chile, em frente ao BNDES. Afirma que eu apontei para o banco e disse: "Célio, vou fazer um grampo aqui e você vai trabalhar comigo".

A história não tem consistência. Um agente secreto, como eu fui durante 27 anos, encontrar alguém na rua e apontar para o local em que trabalharia.

Não tinha por que ele me envolver nisso, uma vez que, como agente secreto, nunca trabalhei no campo interno. Meu trabalho sempre foi voltado para o campo externo, desde 1988. Ou seja, contra-espionagem.

É preciso contar o que foi minha carreira. Era tenente e servia no Quartel de Artilharia, na Vila Militar, no Rio. Por ser um oficial competente, fui indicado pelo general Mário de Melo Matos, para fazer o curso do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1974.

Depois de seis meses, voltei para o Rio. Trabalhei até 1978 no setor de arquivo do antigo SNI, no controle da comunicação. Foi nesta ocasião que conheci o Célio, que trabalhava no Centro de Inteligência do Exército. Simplesmente, o que o Célio fazia era levar um envelope fechado com documentos e receber ou não um envelope fechado com documentos. Eram levantamentos de pessoas, de antecedentes, de possíveis candidatos a cargos no governo. Naquela época existia esse patrulhamento ideológico.

Depois fui trabalhar na parte de operações. Na realidade, eu me candidatei a fazer um curso de operações em Brasília, porque não queria fazer trabalhos internos e burocráticos. Fiz o curso e passei a trabalhar na parte de contra-espionagem. Havia um intercâmbio entre o serviço de inteligência e os países do bloco ocidental. Sempre que chegava um estrangeiro, fazíamos uma consulta aos órgãos de inteligência para saber quem era, se pertencia a algum serviço secreto etc.

Durante o ano de 1998, quando foi feito o grampo, continuava trabalhando em atividades de contra-espionagem. Fazia o acompanhamento dos estrangeiros que entravam no país.

O Ministério Público me acusa de traidor. Eu seria um traidor da minha instituição se tivesse feito o grampo a mando do general e vendido a fita. Eu jamais, em hipótese alguma, trairia o meu órgão, porque sou um funcionário com 27 anos de carreira dentro do SNI. O SNI não trabalha com grampo desde 1990, quando foi extinto. Quem faz grampos hoje é a Polícia Federal, tanto dentro da sede quanto fora dela.

Um exemplo do trabalho que eu fazia é o da Rio-92 (conferência de meio ambiente da ONU que contou com mais de 100 chefes de Estado e de governo). Fui designado para trabalhar com a Polícia

Federal. Havia notícias de que poderia haver atos de terrorismo, sabotagem e/ou atentados a autoridades presentes. Fizemos um trabalho de acompanhamento de todos os estrangeiros que entraram no país.

Sou um homem sem dinheiro. Tinha um salário de pouco mais de R\$ 3.000. Eu me afastei da Abin. Pedi licença por três anos sem vencimento. Meu patrimônio hoje é a casa em que eu moro, que comprei em 1989, em Jacarepaguá, e um Opala 91/92.

Tenho duas irmãs que moram nos Estados Unidos, há 12 anos. Não tenho vergonha de dizer que trabalham como faxineiras, “house-cleaners”. É o padrão de vida das minhas irmãs. Sou casado, tenho dois filhos, do primeiro casamento. Minha filha tem 30 anos, é médica. Meu filho tem 28 e trabalha na Receita Federal, como técnico do Tesouro Nacional. Do segundo casamento, temos uma criança que foi adotada. Pega num orfanato, vive conosco há sete anos. É autista. Minha segunda mulher freqüentava o orfanato e essa criança vivia jogada num berço, doente, sem fazer nada, nenhum gesto. Surda-muda. Ela começou a levar a criança para casa para passar o fim de semana. Fomos nos afeiçoando e decidimos pedir a guarda dela. Essa é a minha vida, que ficou sem sentido, desde que fui envolvido nessa história de grampo.

37

Data: 16/05/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

SEM SURPRESA

Quanto está custando de fato aos brasileiros a Abin — Agência Brasileira de Inteligência —, os cidadãos não têm o direito de saber. Mas não podem mais ter dúvida, se acaso ainda havia, de que o próprio criador da Abin nega a finalidade pública atribuída à agência, restando-lhe só mesmo a de novo SNI.

A Abin ficou acobertada sob a alegação de que, não se ocupando de espionagens, cuidaria de levantar as informações necessárias às decisões de políticas administrativas e definições estratégicas internas e externas. Ocupa-se de espionagem, como está conhecido e reconhecido em relação às entidades de defesa popular. E agora, vem o seu criador e declara a falência de sua criação, com a história de que a dimensão da crise de energia e mesmo o simples problema o pegaram de surpresa. Quer dizer que o negócio da Abin é espionar os cidadãos e pronto? Enfim uma informação útil proveniente dos desinformadores do Planalto.

Mesmo com a Abin sendo o que é, Fernando Henrique não precisava ser surpreendido. Primeiro recurso: se fizesse, como é próprio dos governantes, despachos regulares com cada ministro, algum dos prejudicados pelo problema quereria discuti-lo (Alcides Tápias, com certeza). Mas despachos com ministros, ainda mais se regulares, são trabalho, Deus o livre.

Pelo ministro que deveria tratar do assunto - o defenestrado Rodolpho Tourinho - é certo que nem Fernando Henrique nem qualquer pessoa saberia do problema. Indicado de Antonio Carlos Magalhães, Tourinho não estava no governo para ministeriar coisa alguma, mas por motivos políticos e, sobretudo, fisiológicos. Sua principal função era, precisamente, a de negar ameaças ao fornecimento de energia, para dar cobertura à recusa do governo de investir em geração e distribuição de energia.

A Eletrobrás ficou abarrotada de dinheiro. E de projetos. Mas impedida dos investimentos alarmantemente necessários. E, no entanto, estavam e estão vetados pelo FMI. Ninguém no governo e nos seus prestadores de serviços se dispôs ainda a conferir ao FMI a responsabilidade que lhe cabe no

problema, assim como aos aplicadores do acordo, Pedro Malan e Martus Tavares com Fernando Henrique.

Mesmo sem perturbar os bate-papos, os frufrus sociais e os eventos montados só para dar primeiras páginas e TVs, e muito os patrões no FMI, Fernando Henrique dispôs de um modo simples de informar-se sobre a crise: ler jornais. Há dois anos, os professores Luiz Pinguelli Rosa, Bautista Vidal e outros advertiram com dados seguros e argumentos concretos para a crise de energia que se armava e levaria à situação agora reconhecida até pelo distraído presidente.

Não é verdade que a crise de energia tenha causado surpresas nem, como diz Pedro Malan com cara de primeira comunhão, que se deva a uma falha de comunicação no governo. Presidente e ministro poderiam dispensar-se, ao menos, de ser ridículos. Já que estão dispensados de responder pelo crime contra o país, explícito na leviandade antinacional que permitiu e acobertou a crise que aí está, com sua seqüela de desemprego, retrocesso econômico, ameaças à vida e tanto mais.

38

Data: 18/05/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates -Página: A3)

Autoria: Romeu Tuma (senador pelo PFL-SP e corregedor do Senado. Foi diretor-geral da Polícia Federal (1985-92) e secretário da Receita Federal (1992)

O PAINEL E A URNA

Todos compreendem que o voto eletrônico é deseável, desde que se mantenha a possibilidade de conferir a apuração

Os brasileiros ficaram estarrecidos ao tomarem conhecimento de que fora violado o painel de votação eletrônica do Senado. Mais significativo é que tal fraude foi executada por agentes internos. E mais apreensivos ficarão os eleitores quando perceberem que a urna eletrônica brasileira sofre da mesma fraqueza e corre o mesmo perigo. Perigo de fraude no resultado e de identificação do voto!

Antes de ser feita uma auditoria externa no painel, seus responsáveis proclamavam taxativamente sua inviolabilidade. Tal declaração era previsível. Surpreendente seria se admitissem falhas na segurança, principalmente contra ataques desferidos por eles próprios. Portanto, somente com uma auditoria externa vieram à luz as reais fragilidades do sistema.

Não fosse a auditoria, nada seria descoberto, pois os responsáveis pelo painel, envolvidos na fraude ou não, sempre sustentariam a versão da total segurança. O painel do Senado, porém, não era seguro contra o ataque interno, como não é seguro nenhum sistema cuja confiabilidade dependa da honestidade das pessoas envolvidas.

Nosso sistema eleitoral (urna eletrônica e rede de totalização), projetado e operado por técnicos da Aeronáutica, da Abin e do TSE, não escapa à regra, pois sua confiabilidade depende de um grupo fechado de funcionários. Perguntar-lhes se o sistema é seguro levará sempre à declaração de que é 100% seguro. Mas somente uma auditoria externa responderia a essa questão com imparcialidade.

O caso do Senado é somente um exemplo que comprova um fato inequívoco: não existe sistema computacional que não possa ser burlado por um grupo de pessoas com acesso a suas informações vitais. Segurança de sistemas tem muito mais a ver com pessoas do que com tecnologia. Não adianta usar a mais moderna técnica se operadores não submetidos a controle externo cederem a pressões ilícitas.

A melhor forma — e talvez a única — de evitar tais ataques é permitir a conferência da apuração dos votos de forma aberta, como está proposto em projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião e emendado por mim, como relator, para atender a sugestões do ministro Nelson Jobim, do Tribunal Superior Eleitoral.

O projeto propõe que o voto impresso seja utilizado de forma paralela ao voto virtual, permitindo sua conferência. Desse modo, dificultam-se muito possíveis fraudes de apuração, pois os dois sistemas precisariam ser burlados simultaneamente.

Depois do fiasco da Flórida, no ano passado, aquele Estado norte-americano iniciou o processo de modernização de seu sistema eleitoral. Uma comissão teve suas sugestões aprovadas pelo Legislativo e, seis meses depois, já está sendo implantado o novo sistema eletrônico de votação, que inclui por lei a impressão do voto em papel, o qual permite a conferência da apuração eletrônica e cria as condições para a recontagem dos votos. Semelhante proposta foi apresentada por uma comissão em Maryland.

Todos compreendem que o voto eletrônico é desejável, desde que se mantenha a possibilidade de conferir a apuração. Fica claro, assim, por que a urna brasileira não foi adotada naqueles Estados norte-americanos.

O projeto de lei, que aguarda votação no Senado, tem essas mesmas duas características: impõe que exista um comprovante material do voto e estabelece quando proceder à recontagem. A aprovação célere deste projeto, antes de outubro deste ano, vencendo a resistência dos que se opõem à conferência da apuração, é condição "sine qua non" para que surta efeito nas eleições de 2002 e o eleitor possa confiar no sistema eleitoral.

A importância e os riscos envolvidos numa eleição nacional demandam total transparência dos atos do TSE e exigem auditoria externa e conferência da apuração irrestritas, de forma a não deixar dúvidas entre os eleitores. Manter o sistema eleitoral sob sigilo e controle de um grupo fechado é ir contra o mais básico direito do cidadão nas democracias modernas: o de votar e ter garantida a integridade do voto.

43

Data: 29/05/2001

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Opinião - Seção: Painel do Leitor - Página: 10)

Autor: Antonio Carlos Scorza Giannini (Leitor do JB)

RESIGNAÇÃO

Enquanto ainda me deliciava com a entrevista feita por Cristiane Costa, no caderno Idéias, com Boaventura de Sousa Santos, tive o exemplo claro de suas análises na chamada para a entrevista feita por Dora Kramer e Expedito Filho com o presidente Fernando Henrique. É no mínimo um acinte à nossa inteligência a foto do presidente ligando um circulador de ar como se estivesse fazendo um tremendo sacrifício ao não ter mais ar-condicionado para trabalhar, não nadar mais em piscina aquecida e cancelar outras mordomias, como sessão privada dos filmes lançados na semana. Enquanto Boaventura de Sousa Santos foi brilhante nas suas análises sobre a resignação do brasileiro, FH foi patético na sua justificação dos problemas mais recentes que sofremos. **É imperdoável a atitude do presidente não demitindo todos os responsáveis pela omissão ocorrida no setor energético.** Pior é ver os mesmos incompetentes assumirem função na comissão que está coordenando as medidas para debelar a crise. **Afinal, para que serve a Abin? Não é para manter informado o presidente sobre problemas estratégicos? Se a agência também não fez o dever de casa, para que existe?** Se ela fez o dever de casa, então o governo está mentindo quase da mesma forma que Arruda e ACM ao dizer que foi surpreendido pela crise. O mérito do programa de estabilização monetária não salda o débito de nos impor mais essa cota de sacrifício que é o racionamento de energia. (*Antonio Carlos Scorza Giannini – Rio de Janeiro*).

51

Data: 05/07/2001

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Informática - Página: 04)

Autoria: Pedro Antonio Dourado de Rezende (professor de Criptografia da Universidade de Brasília)

PLANALTO ENTREGA ASSINATURA DIGITAL À ABIN

Quem ler a medida provisória número Nº 2.200, de 28/06/01, e aceitar o desafio de interpretá-la, terá um susto inquietante. Ela trata da validade dos documentos eletrônicos, e cria uma comissão que regulará e disporá sobre os métodos digitais de representação da vontade humana, em nosso país. Assessorada pelo Cepesc, órgão de segurança das comunicações do Poder Executivo, vinculado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ex-SNI, o Serviço Nacional de Informação dos governos militares.

Estes métodos estão nos sendo oferecidos como se fossem maravilhas tecnológicas, mágicas para a eficiência nas práticas sociais modernas. Mas, como no caso das eleições, em que já atua o Cepesc, serão na verdade apenas caixas pretas, destinadas a intermediar a representação de nossas supostas decisões, nas nossas indispensáveis interações com o mundo civilizado de hoje. Como as de circular moeda, de pagar impostos, de firmar contratos etc. Além de votar.

Mas quem será o dono e o mago dessas caixas pretas? A MP aponta. Aos seus intermediadores - as entidades certificadoras — cabe, conforme seu artigo 8: “Emitir certificados digitais vinculando determinado código criptográfico ao respectivo titular, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados e as correspondentes chaves criptográficas.” Atenção a esta atribuição. A de “expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados e as correspondentes chaves criptográficas”.

O termo “certificado digital” surgiu com a criptografia assimétrica, um conceito que recorta o universo das tecnologias digitais, separando aquelas que, na sua capacidade de autenticação, ofereçam ao identificado a possibilidade de controlar a dificuldade de forja desta identificação. Funcionam com pares de chaves criptográficas tituladas, que, nesta capacidade, ganharam o nome de mecanismos de assinatura digital.

Neles, uma das chaves do par é privada, usada para lavrar marcas pessoais únicas em documentos eletrônicos — as assinaturas digitais. E a outra é pública, usada para verificar a autenticidade dessas marcas. A chave pública, ao verificar uma tal lavra, identifica o assinante como titular deste par de chaves e autor do documento, e a integridade do documento.

Este par funciona portanto como senha e contra-senha, para que a senha não precise ser compartilhada com quem poderia dela abusar, para quem a contra-senha poderá comprovar a ação da senha. São longas e aleatórias seqüências de zeros e uns, impossíveis de serem memorizadas como as senhas comuns, e que precisam por isso ser armazenadas em meio eletrônico.

Os mecanismos classificados pela ciência como de assinatura digital o são por oferecerem ao assinante a possibilidade de controlar a dificuldade da forja indetectável das assinaturas que propicia. Através do custo computacional para se obter uma das chaves do par, a partir da ação da outra. Esta dificuldade é que permite vincular a identificação do assinante à representação de sua vontade. Mas a lógica deste vínculo só se sustenta sob a hipótese de que o titular seja o único a conhecer a chave que usa para assinar.

Contudo, esta MP nada fala dos mecanismos que substituirão as assinaturas de punho, ou das garantias que as implementações de tais mecanismos devam oferecer aos titulares das chaves. Mesmo que sua interpretação restrinja esses mecanismos aos de assinatura digital, isso nada garante. Implementações destes mecanismos podem, de inúmeras formas, violar a lógica que vincula identificação e vontade do titular: a posse única da chave privada. Principalmente se a implementação for opaca, pois a violação pode ser imperceptível e praticamente indetectável em programa de código fechado.

Criptografia é como lingüística. O leigo só pode distinguir a boa da ruim pelos efeitos posteriores.

A MP ignora o direito do cidadão de escolher intermediários de sua confiança para representá-lo. Agride-o, nomeando um conselho de burocratas e políticos, dominado pelo Poder Executivo e assessorado por seu órgão de espionagem, que determinará quais métodos podem representar suas vontades perante os agora ubíquos computadores, na esfera digital do Estado e da Lei.

Para suprimir este direito, basta ao conselho aceitar e escolher um novo nome de método, que ninguém além do implementador conheça. Alguém que tenha sabido vender ao conselho suas "vantagens", tornadas opacas pela proteção ao direito industrial da sua implementação. E a corrupção avança quando o corrupto controla a quem será opaco o processo.

Contra este direito pode-se argumentar que uma tal implementação é um software, e não um advogado. Mas um tal software dá curso a intenções e inteligências de programadores, assim como uma ação judicial dá curso às de operadores do direito envolvidos, cujos efeitos legais esta MP decreta equivalentes. Cidadãos e entes jurídicos não podem fugir da submissão ao Estado e à Lei, no mundo civilizado. Daí os princípios de equilíbrio nos direitos humanos e civis, nas tradições jurídicas modernas.

Mas esta MP estabelece que tal submissão seja representada sem nenhum critério de confiabilidade ou salvaguarda. E vai além, destruindo a possibilidade das garantias oferecidas pelos mecanismos de assinatura digital, ao forçar a violação da premissa de posse única para chaves com certificação credenciada.

Sobre signatários a MP só descarrega riscos, pois está a decretar que o cidadão precisa, doravante, confiar sua capacidade de representar sua própria vontade, perante a Lei e o Estado, a estas misteriosas entidades. Por quais critérios se outorgaria e se fiscalizaria este poder, nada é dito.

Dito está que estas empresas venderão controle como se fosse confiança, como se o verbo confiar fosse intransitivo. E com amparo legal para o exercício do monopólio desta venda, como se confiança fosse mercadoria controlada pelo Estado.

Esta MP está criando fatos cujos efeitos serão de difícil reversão. Serão infra-estruturas comunicativas para o exercício do totalitarismo do poder econômico, vestido com a pele do estado democrático, dele esfolado. E o que teria o Estado a ganhar, em troca deste esfolamento?

Além das habituais benesses aos que estejam de plantão para operar esta brutalizante simbiose, de cuja dor moral sente-se refém o eleitor, o Poder Executivo se dá o prêmio da possibilidade da espionagem ubíqua, e principalmente, da forja irrefutável de provas documentais que queira eventualmente produzir. Ou destruir.

Um processo por desvio de verbas poderá, por exemplo, em vez de desaparecer, transformar-se em conspiração e perjúrio, por calcar-se em documentos que, de repente, nunca teriam sido autênticos. Existem entidades civis competentes, comprometidas com os direitos do consumidor, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas, para assessorar a comissão.

Mas a MP escolhe o aparelho de espionagem do Poder Executivo. Abre o campo para os corruptos incorrigíveis construírem mecanismos indevassáveis de canalização da sua volúpia, nos quais toda a burocracia da sociedade será transformada num imenso painel eletrônico senatorial.

Este prêmio o Poder Executivo pode receber na forma de monopólio do conhecimento e de acesso às “portas de fundo” dessas caixas pretas opacas, nos bastidores desse tal conselho. Como em Orwell.

59

Data: 05/08/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates -Página: A3)

Autoria: Alberto Mendes Cardoso

A ABIN E A LISURA DAS ELEIÇÕES

Até mesmo hackers adolescentes são capazes de colocar em xeque os sistemas de informática de governos

Nos últimos dias, voltou à baila na mídia a “preocupação” com o “fato” de que um órgão da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) seja o “responsável exclusivo” pela segurança dos dados das eleições.

Nas entrelinhas de certos noticiários, emerge a suspeita de que uma instituição do Poder Executivo, ligada à área de inteligência, o Cepesc (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), com a sua tecnologia ímpar de informática e de criptografia, estaria em condições de falsear os resultados das urnas. Em outros termos, o bico-de-pena que “corrigia” na República Velha os resultados dos escrutínios ressurge, nos tempos modernos, sob a forma de algum software solerte capaz de redirecionar os votos para candidatos favorecidos pelo governo.

Como ponto de partida, cumpre reconhecer que esse tipo de preocupação é pertinente, nestes tempos em que não parecem existir limites para o que um computador possa realizar. Tomamos, todos os dias, conhecimento de que até mesmo hackers adolescentes são capazes de colocar em xeque os mais sofisticados sistemas de informática de governos e de grandes multinacionais.

Ademais, como temos podido testemunhar, o domínio de tecnologias de ponta na área cibernética nem sempre é acompanhado por um desenvolvimento equivalente da consciência ética.

Diante de tal quadro de preocupações, participei de uma audiência pública, em maio passado, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. No que correspondeu a um exercício de transparência sem precedentes, os técnicos do Cepesc/Abin puderam responder diretamente às indagações dos senhores parlamentares. Na ocasião, creio que tenha sido especialmente exitoso o esforço dos peritos em traduzir a complexa linguagem técnica de criptografia para conceitos e idéias que pudessem tranquilizar os deputados a respeito da absoluta lisura da participação da Abin no processo de apuração eleitoral.

Sumariando os argumentos, o software produzido pelo Cepesc para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não realiza nenhuma função de contagem de votos. A sua missão é a de apenas e tão-somente garantir que não ocorram interferências na transmissão dos dados entre os locais de votação e os computadores que totalizam os resultados.

Os programas que tabulam os votos e fazem funcionar as urnas eletrônicas foram feitos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, sem nenhuma ingerência de órgãos do Poder Executivo. Obviamente cumpre indagar por que o próprio TSE também não desenvolveu programas próprios de criptografia para realizar a função exercida pelo software do Cepesc/Abin. A resposta é simples: desde 1990, o Brasil, graças a um longo e pioneiro trabalho do Cepesc, faz parte de um reduzidíssimo número de países — talvez não mais do que 12 — que possuem a tecnologia mais sofisticada de criptografia, que é realizada a partir de algoritmos fundamentados no processo de chave única.

Com boa razão, as autoridades responsáveis pela lisura do processo eleitoral consideraram adequado utilizar o programa de segurança de transmissão de dados do Cepesc, ainda mais considerando que esse software não teria nenhuma ação no que concerne à própria contagem de votos.

Como disse, a preocupação com esse ou com qualquer outro aspecto da lisura do processo eleitoral é pertinente. A experiência das eleições realizadas no Brasil, após a adoção das urnas eletrônicas, demonstrou que os tribunais eleitorais possuem a capacidade técnica para utilizar, com toda a segurança, as mais sofisticadas tecnologias informáticas.

A participação do Cepesc/Abin nesse novo processo eleitoral é muito modesta, restringindo-se exclusivamente, como já dito, à segurança da transmissão eletrônica dos dados apurados nas urnas, sem nenhum acesso aos dados que têm sido aventados como passíveis de manipulação. Os dedicados cientistas do Cepesc sentem a satisfação de ter podido dar uma contribuição, mesmo que pequena, para um processo eleitoral que é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros.

62

Data: 07/08/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Painel do Leitor - Página: A3)

Autor: Georges Lamazière

INTELIGÊNCIA MILITAR

Na reportagem “Arquivo revela ação secreta do Exército” (Brasil, pág. A6, 2/ 8), assinada por Josias de Souza, afirma-se que “o governo criou em 13 de junho de 1994, primeiro ano da gestão FHC, a Escola de Inteligência Militar do Exército, em Brasília”.

A esse propósito, parece-me importante lembrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse apenas em 1º de janeiro de 1995. Em 13 de junho de 1994, o presidente já havia até mesmo deixado de compor o governo de então.

Em outra parte da mesma reportagem, o autor mostra interpretação segundo a qual os documentos apresentados aniquilariam a tese de que a extinção do SNI (Serviço Nacional de Informações) daria lugar a um modelo de inteligência apartidário e submetido ao controle do Congresso’.

Ora, de fato, é a Abin que substitui o SNI, com as características de apartidarismo e controle pelo Congresso. E a Abin, vale ressaltar, nada tem a ver com a documentação publicada pela Folha.

Quanto a essa documentação, o presidente da República já determinou que o Ministério da Defesa preste as informações pertinentes para que ele possa, então, avaliar e agir a respeito. (*Georges Lamazière, porta-voz da Presidência da República - Brasília, DF*)

79

Data: 24/09/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates -Página: A3)

Autoria: Alberto Mendes Cardoso

EXISTE TERRORISMO NO BRASIL?

O sumário dos esforços antiterroristas brasileiros permite voltar à pergunta sobre a existência desse crime no Brasil

O desmoronar do World Trade Center parece estar inaugurando uma nova ordem internacional. A relação entre os Estados nacionais certamente assistirá a uma nova convivência, cujo nascimento encontra-se no trauma dos monstruosos atentados nos EUA. A resposta à indagação contida no título do artigo é o primeiro passo para sabermos onde o Brasil poderá estar sendo inserido no novo concerto das nações.

Como ponto de partida na resposta, cumpre recordar que, com o fim da Guerra Fria, os serviços de inteligência do mundo todo passaram a atribuir prioridade especial aos esforços na área de combate ao crime organizado, que inclui terrorismo. No caso brasileiro, esse novo foco da atividade de inteligência precede, inclusive, a queda do Muro de Berlim, visto que os constituintes de 1988 explicitaram que o repúdio ao terrorismo é um dos princípios que rege as relações internacionais do país (art. 4º, VIII) e que esse crime está listado entre os inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII). Em outros termos, qualquer resposta sobre a presença de terroristas no território brasileiro estará partindo de uma experiência governamental de mais de uma dúzia de anos.

A atividade de vigilância antiterrorista é executada pelos serviços de inteligência da Polícia Federal, das Forças Armadas e pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência). A cooperação entre os três setores revela-se profícua e está sendo aperfeiçoada na medida em que é formalizado o Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência). Observe-se ainda que os três setores possuem mecanismos de intercâmbio de informações com suas instituições congêneres no exterior. Em outras palavras, a atividade antiterrorista brasileira não é realizada de forma isolada, mas inserida em uma rede mundial de órgãos de inteligência. Igualmente importantes, essas iniciativas de vigilância estão intimamente ligadas aos esforços no combate aos demais campos do crime organizado.

Também na área internacional, o Brasil realiza esforço de coordenação com os seus vizinhos. Por exemplo, no âmbito do Mercosul, foi negociado, em 1996, instrumento trilateral, com a Argentina e o Paraguai, para criar o chamado Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, que coordena as atividades operacionais e de inteligência de polícia para combater todas as formas de crime organizado, terrorismo inclusive, na região que abrange Foz do Iguaçu, Ciudad del Este (Paraguai) e Porto Iguaçu (Argentina).

Em 1999, foi aprovado o Plano de Coordenação e Cooperação Recíprocas para a Segurança Regional, destinado a articular a atuação dos serviços policiais e de inteligência nas áreas de fronteira dos seis signatários: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

Desde a 1ª Cúpula das Américas (Miami, em 1994), a OEA (Organização dos Estados Americanos) vem-se dedicando à prevenção e ao combate ao terrorismo. As duas reuniões interamericanas especializadas contra o terrorismo (Lima, 1996, e Mar del Plata, 1998) estabeleceram as bases do programa regional contra este flagelo, cujo órgão central é o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, criado em 1999, para funcionar como foro de coordenação da troca de informações e da luta antiterrorista.

O Brasil é signatário de todas as convenções da OEA e da ONU, que, desde a década de 1960, vêm sendo negociadas no âmbito daqueles organismos. O Poder Legislativo brasileiro, em cooperação com os esforços do Executivo, tem dado, nos últimos anos, prioridade à ratificação desses instrumentos internacionais contra o terrorismo, com o que nove destas convenções multilaterais foram promulgadas e já fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro.

O sumário dos esforços antiterroristas brasileiros permite voltar à pergunta sobre a existência desse crime no Brasil. A resposta tem de ser dividida em duas partes. Em primeiro lugar, deve-se examinar o terrorismo doméstico. Nesse campo, já houve algumas ações como, por exemplo, o seqüestro de avião para ser lançado contra o Palácio do Planalto, em 1988, ou a explosão de torres de transmissão de energia. Observa-se ainda, de quando em quando, alguma notícia da explosão de um artefato caseiro. Não obstante tais manifestações isoladas, todas as investigações apontam para o fato de que não existem grupos terroristas brasileiros.

No que concerne à vertente internacional do fenômeno, cabe indagar se operam no Brasil membros das 43 organizações terroristas listadas pelo governo norte-americano. Cumpre recordar que, dentre elas, cinco atuam na América do Sul. Com alguma frequência, a mídia noticia a passagem pelo Brasil de representantes destas cinco organizações. Por outro lado, o Brasil recebeu imigrantes de todas as

partes do mundo e, portanto, sempre existe a suspeita de que encontrem-se no território nacional simpatizantes de tais organizações terroristas estrangeiras.

O trabalho desenvolvido, há anos, pelos órgãos de inteligência nacionais, inclusive em coordenação com os congêneres de outros países, nada detectou, até o momento, no que concerne à possibilidade de presença no Brasil de células do terrorismo internacional.

Mesmo as suspeitas, veiculadas inclusive internacionalmente, de que a transferência de fundos de Foz do Iguaçu para o exterior, em especial para o Oriente Médio, poderia vir a financiar organizações terroristas naquela região tampouco foram comprovadas. Cabe também sublinhar que, nos últimos quatro anos, em virtude de atentados ocorridos no exterior, foi redobrado o esforço de buscar a presença de terroristas internacionais no Brasil.

Obviamente as afirmações acima não significam que o Brasil está imune ao problema do terrorismo, tanto na versão doméstica quanto na dimensão internacional. Seria irresponsabilidade admitir que o país esteja definitivamente livre dessa forma de crime organizado, tendo-se em mente que aqui estão presentes outras formas de delitos transfronteiriços. Portanto, teoricamente, é possível que existam "terroristas sendo resfriados", aguardando ordens para ações no exterior. Além disso, existe sempre o perigo do "efeito demonstração" ou a imitação de comportamentos alheios, como pode ser observado, nos últimos dias, nas ameaças de bombas em prédios públicos.

Em suma, as informações do presente texto objetivam demonstrar ao leitor que as declarações sobre a falta de indícios de terroristas no Brasil não são afirmações sem base factual com o objetivo de apenas tranqüilizar a opinião pública. Aliás, o momento não é o de minimizar a questão, mas sim de redobrar o trabalho da inteligência, em todo o país; o que está sendo feito. A cada dia, o terrorismo faz-se mais presente no mundo globalizado em que estamos inseridos.

Necessária é, portanto, vigilância redobrada com o objetivo de permitir que continuemos no Brasil a viver, para usar os salmos, sem “nos assustarmos com o terror noturno nem com a mortandade que assola ao meio-dia”.

86

Data: 16/10/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

A CRIAÇÃO DO PÂNICO

Alheios às causas do ataque aos Estados Unidos e à represália dos Estados Unidos ao não comprovado atacante, os brasileiros estamos sendo empurrados para entrar na cena psicológica da irracionalidade. Embora não por má-fé, nem sejam todos, TVs, rádios, jornais e revistas estão fazendo o desserviço de forçar a instalação do medo desvairado também no Brasil.

A tão falada “função social da imprensa”, que pretende envolver também TV e rádio, mais uma vez se cumpre às avessas. Sob o fácil argumento da informação e mesmo da advertência de interesse geral, em relação à remota hipótese de extensão do terrorismo ao Brasil, se está criando um alarmismo cujas consequências já oferecem amostras.

O motivo que sustou a decolagem de avião da TAM, domingo de manhã, no Santos Dumont, é de um grotesco absurdo: alguém telefonou ao balcão da empresa e perguntou se os vôos estavam no horário. Sabe-se lá quem daí deduziu uma ameaça terrorista e a necessidade de desembarcar os passageiros, vistoriar suas bagagens e o avião. Casos sérios exigem providências sérias, mas o que já prolifera nada tem de sério.

Encontrado um punhadinho de pó branco sob um assento de avião, é o caso, sim, de providências sérias. Mas por que reter o avião durante quase dois dias? Necessário era vistoriá-lo, o que não demandaria mais do que umas poucas horas. À falta de objetividade dos serviços supostamente de segurança (na certa a tal Abin, o SNI com apelido), que preferiram um certo escândalo de alcance até internacional, o noticiário de TV e rádio tratou o achado com a dimensão que só um atentado verdadeiro mereceria. Por todo o domingo, entrando pela segunda até a tarde, uma rádio “tocou a notícia” do presumido pó venenoso de meia em meia hora.

Viu-se que o Brasil não conta com serviço algum capaz de responder, em feriado ou domingo, se um pó suspeito é veneno ou farinha de trigo. Aterrorizante é um país em tal estado de primitivismo. A segunda-feira, porém, encontrou o pó e os especialistas a postos na Fiocruz. Mas a desqualificação moral e física do pó, reduzido da condição de terrorista à de inocência alienada, precisou esperar várias horas antes de interromper o noticiário escandaloso. Esperou até o fim da tarde pelo ministro José Serra, que se reservara a tarefa de abalar-se ao Rio para comunicar à mídia que o veneno não era veneno.

Não faltarão outras oportunidades aos pozinhos e aos ministros. O clima está em rápida evolução. Uma das manchetes de um jornal carioca de domingo, no seu caderno sobre a guerra, deixou um exemplo do alarmismo disfarçado de jornalismo: "Guerra ao terror - Nem o Brasil escapa da ameaça das armas químicas e biológicas". E maior ainda: "Agricultura brasileira é vulnerável ao antraz".

Não há notícia nenhuma nessas manchetes assustadoras. Nenhum fato, até agora, sugere que o Brasil não esteja isento do terrorismo a que a se refere o título. E, se a agricultura aqui “é vulnerável ao antraz”, também o seria em toda parte, pois a terra, daqui e de alhures, é habitat do esporo de antraz.

A autoria da estúpida deposição do pó no avião, cujo esforço de identificação seria a providência imediata de serviços de segurança responsáveis, ficou relegada a nível secundário. A identificação é, no entanto, da maior importância, porque só punições rigorosas podem impedir que a cretinice crie o falso terror. Com a colaboração de certo jornalismo.

87

Data: 17/10/2001

Web site: <http://www.tribunadonorte.com.br/>

Publicação: O Globo/Jornal de Brasília e outros periódicos (Coluna Cláudio Humberto)

Autoria: Cláudio Humberto

MISSÃO SECRETA

Crescem as viagens internacionais de arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). As autorizações para que os 007 se ausentem do País têm sido publicadas no Diário Oficial, identificando-os perfeitamente. Só falta desembarcarem em Cabul usando crachás de “agente secreto”.

88

Data: 31/10/2001

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Tendências/Debates - Página: A3)

Autoria: Leonel Brizola (Presidente nacional do PDT. Foi governador do Rio Grande do Sul (1959-63) e do Rio de Janeiro (1983-87 e 1991-94)).

AMEAÇA À VERDADE ELEITORAL

Ser democrata não é uma simples definição, é uma ação permanente em defesa da vontade popular

Não é raro que a tolice caminhe sob o disfarce da pretensão. É o que tem acontecido com muita gente que, quando apontamos a inconfiabilidade das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições brasileiras, reage com argumentos pueris e superficiais, procurando desclassificar as críticas sob o argumento da “modernidade” e da velocidade que os computadores permitem.

Ora, só mesmo um tolo para negar que a informática possa oferecer meios para um processo eleitoral com segurança e rapidez. Mas é preciso alguém muito mais tolo para não ver que, sem mecanismos de auditagem e de controle, o uso de computadores e programas obscuros possa permitir fraudes que fariam parecer obsoletos os fraudadores a bico-de-pena da República Velha.

O que ocorre hoje? O cidadão chega à urna e aperta os botões.

Surge a foto do candidato, posada e simpática, e, então, o eleitor confirma o voto. Sai contente: cumpriu o seu dever e manifestou a sua vontade. O voto está dado àquele que escolheu. Será? O que garante? O voto, no atual sistema, é virtual, imaterial. Desaparece numa soma cuja exatidão não pode ser conferida, pois desapareceram as parcelas. Nem mesmo o registro magnético individual do voto permanece: por causa do sigilo do voto, não é possível gravar que o cidadão tal, portador do título tal, votou no candidato tal.

Ainda que os programas fossem abertos aos partidos — e não o são totalmente —, não seria possível garantir nada. Alguém imagina que um banco não possa conferir o dinheiro remanescente num caixa eletrônico para verificar se o total é compatível com as operações ali realizadas e registradas ao longo do dia? O surgimento de uma eventual divergência entre o dinheiro “eletrônico” e o real não seria objeto de investigação?

Ora, salta aos olhos de qualquer um que é preciso existir a possibilidade de conferir se o resultado eletrônico fornecido pela urna informatizada corresponde aos votos dados pelos eleitores.

Essa garantia não pode ser subjetiva, não pode se resumir à simples afirmação de um técnico - os juízes não têm sequer as ferramentas de conhecimento para fazê-lo- de que aquilo é a verdade e todos devem acatá-la.

Talvez alguns se recordem de um antigo comercial de eletrodomésticos onde um espertalhão bem falante assegurava a qualidade de um aparelho "importado" ao dizer: "La garantía soy yo!" Bem, o que acontece então com os resultados supostamente corretos saídos das urnas? São despejados num sistema gigantesco de totalização, que junta indiscriminadamente os votos do Oiapoque aos votos do Chuí. Aos partidos é permitido fiscalizar?

É, mas uma fiscalização impossível em termos práticos.

É como se oferecessem um lote com dezenas de milhares de urnas e dissessem: “Tomem, descubram quais são essas urnas, confirmem com o resultado que o seu fiscal obteve no local e vejam se está certo; vocês têm três dias para, discordando, formalizar a queixa. E com provas”. Caricato? Então caricata é a realidade do nosso processo eleitoral.

Mas não param aí os problemas. Há um outro, muito grave, gravíssimo, que por si só já seria motivo de escândalo. O tribunal sequer abre aos partidos a totalidade dos programas contidos na urna. Seja sob a alegação de tratar-se de programa comercial, o que violaria o “segredo” industrial do fabricante, seja por realizarem a criptografia dos resultados.

E quem faz esses programas? Um órgão chamado Cepesq, que era subordinado ao SNI e hoje é subordinado à Abin, vinculando-se, portanto, ao Palácio do Planalto! O PDT, com a ajuda de uns poucos homens públicos e de vários técnicos do setor, vem denunciando esse absurdo. Tenho empenhado todos os esforços para fazer o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) - o ministro Nelson

Jobim, em especial, a quem caberá presidir o processo de escolha do novo presidente - ver que, mantido o atual sistema, nossas eleições estarão escancaradas à fraude e à manipulação. Os exemplos de fraudes eletrônicas, desde aquela embrionária que vivi no episódio Proconsult, há quase 20 anos, não nos dão mais o direito de sermos ingênuos e pueris.

O que mais, depois de episódios como o do painel do Senado, pode ainda ser alegado para que nos prostremos como adoradores da suposta honestidade infalível dos sistemas eletrônicos?

Apresentamos propostas concretas ao TSE. Uma delas é o acoplamento de uma pequena impressora à urna eletrônica, a qual depositaria automaticamente a cédula num recipiente inviolável e permitiria ao eleitor visualizar o voto. Para auditar o resultado eletrônico, poderíamos conferir o voto material. Será que veremos a alegação de falta de recursos para algo que não custa mais do que 5% ou 10% do valor das urnas? Ora, em poucos anos, bilhões e bilhões foram gastos para informatizar, a toque de caixa, as eleições no país.

Ser democrata não é uma simples definição, é uma ação permanente em defesa da vontade popular.

Os candidatos têm passado ao largo dessa questão vital. É compreensível que os governistas e os beneficiários do poder o façam. Mas é insólito que os que dizem ter vindo para mudar estejam colocando placidamente sua cabeça sob a lâmina da fraude.

98

Data: 30/12/2001

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Editorial - Página: 10)

Autoria: Jornal do Brasil

INFORMAÇÃO É PODER

O sucesso americano na guerra do Afeganistão tem duas mães. Chamam-se Agência de Segurança Nacional (NSA) e Agência Central de Inteligência (CIA). A primeira é menos conhecida do que a segunda, tem menos folclore, escapa da demonização que associa a CIA ao chamado imperialismo americano, mas é mais importante e atuante do que sua congênere mais mediática e famosa. O fato é que ambas foram incapazes de prever os atentados de 11 de setembro em Nova York e Washington, mas recuperaram-se - em parte - coordenando de forma brilhante a intervenção militar no Afeganistão.

Usando meios ultra-sofisticados do século 21 no ar, armamentos do século 20 e soldados do século 13 em terra, a coalizão ocidental liquidou o talibã numa guerra-relâmpago e transformou Bin Laden e o Mulá Omar em fugitivos acuados ou, talvez, mortos. Para organizar a frente antitalibã, num país dividido entre etnias e subetnias que se odeiam, chefes tribais corruptos, criminosos e venais, foi preciso reunir, em tempo recorde, um volume imenso de informações e depois costurá-las, dar-lhes sentido e operacionalidade. A isso chama-se inteligência.

O que o Brasil tem a ver com isso? Até agora, nada. Tivemos o “monstro” SNI (no dizer do seu criador, Golbery), e agora temos a Agencia Brasileira de Inteligência (ABIN). Nossos 007, graças a uma novela, ganharam o apelido de arapongas, aves que — ao contrário do que deveria ocorrer com espiões — não primam pela discrição. E a inteligência, o que tem a ver com isso? Muito pouco. Quase nada. Nada. Não temos inteligência no Brasil.

Precisamos dela? Sim e não. Não precisamos do modelo tradicional de inteligência, virada unicamente para dentro do país, destinada a monitorar dissidências políticas, opiniões e movimentos sociais. A democracia dispensa esse modelo. Serviu bem ao regime autoritário, principalmente através dos serviços de inteligência militar: o Ciex, o Cisa e o Cenimar, os Doi-Codi e até a quarta seção das PMs.

Todos serviram para desmantelar a resistência armada ao arbítrio mas acumularam um enorme passivo de atentados às liberdades, de perseguições à mera opinião discordante, de restrições à liberdade de imprensa e — vergonha das vergonhas — de torturas, assassinatos e desaparecimentos. Aprendemos com assessores de fora e tornamo-nos tão bons nessa práticas que passamos a dar assistência a outros totalitarismos da época, como o Chile, a Argentina e o Uruguai.

Não ter mais “monstro” é bom, mas isso não quer dizer que não seja necessário um serviço de informações, de inteligência. Informação é poder. Quem sabe, pode mais e o governo de um país como o Brasil não deve depender apenas do que lhe dizem os seus diplomatas, boa parte dos quais baseia suas informações em contatos oficiais e clippings de jornais. Diplomata, em princípio, não é espião. É preciso saber mais.

Para quê? Certamente não para declarar guerra a quem quer que seja. Somos um país de índole pacífica e é bom que essa tradição continue. Mas mesmo as grandes agências como a CIA americana, o M-5 inglês, a piscina francesa, o Mossad israelense e a Agência de Segurança russa, que substituiu (apenas no nome) o lendário KGB soviético, ocupam hoje grande parte de seu tempo para levantar informações estratégicas sobre assuntos como ciência e tecnologia, tendências políticas e até estimativas de safras agrícolas ou fenômenos sociais que possam, de algum modo, representar algum problema para seus países ou áreas de influência.

O assunto é tão sério que a Biblioteca do Congresso Americano tem agentes espalhados pelo mundo inteiro só para recolher panfletos e publicações de universidades, sindicatos, associações comunitárias e igrejas. Essa papelada, aparentemente sem importância, pode dar indicações importantes sobre, por exemplo, o passado radical de líderes estudantis que mais tarde se tornam políticos integrados ao sistema. Informação é poder.

Outro exemplo são satélites geoestacionários que monitoram as culturas dos países agrícolas acompanhando, desde o plantio até a safra, de modo a não apenas prevenir-se mas garantir o controle dos preços internacionais dessas commodities. Agora mesmo a Europa trava um duelo surdo com os americanos devido a um sistema global de monitoramento das conversas telefônicas: o Echelon, comandado pelos Estados Unidos. Os países europeus acusam os americanos de usar o sistema para roubar-lhes segredos industriais.

Um país com as dimensões do Brasil não pode ignorar o que ocorre dentro e fora de suas fronteiras. Movimentos radicais e traficantes de drogas podem estar (e certamente estão) usando o país como ponte e plataforma de distribuição e nossa agência de inteligência não sabe de quase nada. **O Brasil não pode seguir alheio e isolado. Para tomar decisões certas é preciso contar com uma estrutura de inteligência. Faz parte do jogo internacional. Países que são, ou pretendem ser, no mínimo potências regionais, como o Brasil, têm que jogar esse jogo, sob pena de permanecer cegos e surdos à realidade de um mundo cada vez menor, mais globalizado e visível para quem quer (e precisa) ver.**

2002

18

Data: 17/03/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Jânio de Freitas - Página A5)

Autoria: Jânio de Freitas

PERIGO À VISTA

A estrutura de distorção do processo eleitoral que está posta em ação não tem paralelo nem na campanha de Fernando Collor. Nesta, o dispositivo era composto pela mídia e por grandes empresários e suas fortunas. Era particular, portanto. Na atual, se o dispositivo particular não tem (ainda?) a mesma intensidade, há o envolvimento do poder público, com participação que excede muito o seu uso na reeleição e transgride e ameaça o Estado de Direito democrático.

Uma ou outra coincidência casual é sempre possível. Mas o acúmulo de incidências, algumas complexas e todas no mesmo sentido, só pode resultar do funcionamento articulado de uma estrutura ativada com propósitos determinados. É o que se constata com a perfeita coincidência de atos e fatos que interligam, como partes de uma mesma circunstância, certa representação do Judiciário federal, outra da Procuradoria da República, Ministério da Justiça, Polícia Federal, BNDES, Ministério da Saúde, uma empresa especializada em ("detectar") escutas telefônicas e a Presidência da República com seus fax.

Nada do que o Ministério da Saúde disse sobre a contratação da Fence Consultoria Empresarial merece crédito. Suas pretensas explicações não se conciliam nem com o que diz o próprio representante da empresa, coronel e ex-SNI Enio Fontenelle, sobre o contrato feito na gestão de José Serra na Saúde, alegadamente para vistoria de possíveis escutas clandestinas em instalações do ministério.

Atual ministro e secretário executivo do ministério ao tempo de Serra, Barjas Negri emitiu nota oficial afirmando que o valor do contrato multiplicou-se por seis, dois meses antes da mudança de ministro, porque a frequência de verificações aumentou. De mensais, passaram a semanais. O custo, para os cofres da Saúde, passou de R\$ 308.670,84 por ano (média mensal de R\$ 25.722,57), segundo o contrato firmado em abril de 99, para R\$ 1.872.576,00 (média mensal de R\$ 156.048,00), conforme o contrato assinado em 19 de dezembro de 2001.

Ao passar de verificações mensais a semanais, a lógica levaria o valor do contrato a subir quatro vezes, de R\$ 308.670,84 para R\$ 1.234.683,36. Há, pois, R\$ 537.892,64 não explicados pelo contrato para "varredura" no Ministério da Saúde.

O número mesmo de "varreduras" indicado pelo governo é falso. Em tranquilo esclarecimento dado à Folha na tarde de sexta-feira, o coronel Fontenelle negou a ocorrência de periodicidade regular entre vistorias. A referência à periodicidade mensal, no primeiro contrato, deveu-se a conveniências de contratos no serviço público. No contrato feito dois meses antes da saída de Serra, a palavra "mensal" foi retirada do texto. Apenas "foi pedida", mas sem menção no contrato, "mais frequência de verificações", nas palavras do coronel.

As "varreduras" eram "sem periodicidade definida" e, esclarece Fontenelle, não abrangiam todos os pontos de cada vez. "Segunda-feira e terça, alguns. Mais tarde, outros. Não existe 'varredura' todos os dias."

Barjas Negri deu a dimensão desse trabalho: “600 itens” de verificação a R\$ 260,08 por item, o que leva aos montantes anual e mensal do novo contrato. Observação inicial: o coronel Fontenelle diz que “não verifica todos os itens a cada inspeção”, mas um grupo de cada vez, “até para não despertar suspeita”. Logo, não caberia multiplicar os 600 itens por seu valor unitário para fixar ou explicar o valor do contrato. Mais uma demonstração, portanto, da impropriedade do alto valor considerando-se apenas o serviço das “varreduras” referidas.

Outra observação sobre os itens a serem verificados: os 600 citados por Barjas Negri são produto de uma conta de chegar, para bater no total do contrato. O número é falso. “São mais ou menos uns 80 itens”, esclareceu o coronel Fontenelle, já 24 horas depois de divulgada a nota de Barjas Negri com o número fabricado.

Ainda em seu atabalhado e duvidoso socorro a quem o fez ministro, **Barjas Negri diz que a “Abin [Agência Brasileira de Inteligência, o SNI criado pelo atual governo] e a Polícia Federal não teriam condições de fazer varreduras quinzenais ou mensais”, por falta de pessoal e de estrutura.** É mentira. Palavras do coronel Fontenelle: “Para fazer ‘varredura’ de um telefone, um minuto e meio. Para fazer uma sala, meia hora”. (E acrescenta o pormenor técnico: “Sempre fora do expediente, de preferência à noite”). Abin e Polícia Federal têm tal habilitação para “varreduras”, seja em que periodicidade for, que são as incumbidas de fazê-las na própria Presidência da República.

Isso tudo é significativo, além dos seus aspectos administrativamente negativos, porque há forte evidência de escuta clandestina de telefones em São Luís, onde a apreensão do dinheiro de mil versões deu-se menos de 48 horas depois de sua chegada ao cofre que abrigava.

A Polícia Federal e o Ministério da Justiça, que a controla ou deve fazê-lo, proporcionam a incidência de vários fatos no sentido de sua participação eleitoral. “Não falo política nem falo sobre política enquanto estiver no comando da PF”, diz o diretor da Polícia Federal. Faz e fala, sim. Em setembro passado, filiou-se ao PSDB de José Serra, o que constitui o mais explícito ato formal de definição política e partidária. Nos últimos meses, o delegado Agílio Monteiro Filho tem viajado em frequentes fins de semana para Belo Horizonte, se tornou notório o seu propósito de candidatar-se a deputado federal.

O repentina afastamento do delegado federal que presidia o inquérito sobre irregularidades na privatização de telefônicas -aqueelas reveladas por gravações em que Fernando Henrique, Mendonça de Barros e outros combinam ingerências manipuladoras no processo de licitação- é mais do que um fato estranho. É um fato cujos componentes todos conduzem, forçosamente, à dedução de motivações políticas e eleitorais. Notabilizado como arrecadador de dinheiro para as campanhas de José Serra, Ricardo Sérgio de Oliveira tem posição muito delicada no inquérito. E não é o único dos identificados com Serra nessa história.

Em artigo na Folha de anteontem, o ex-ministro Saulo Ramos demonstrou a violência institucional, contra o Código de Processo Penal e contra a própria Constituição, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal ao praticarem a operação no escritório da empresa Lunus, de Roseana Sarney e Jorge Murad.

“Em diligência desse tipo, quem cumpre mandado judicial deprecado é oficial de Justiça (art.355, pr. 2º, do CPP). E a polícia, a da comarca (de São Luís, no caso) somente pode e deve ser requisitada se houver resistência contra a busca e a apreensão.” (...) “O mandado judicial, expedido em Palmas, estava em carta precatória ao juiz do Maranhão e era este quem deveria, se necessário, requisitar a polícia federal de lá para cumprimento da diligência.” A operação foi toda feita pela Polícia Federal, e não por oficial de Justiça, e com policiais de Brasília especialmente escalados por Agílio Monteiro Filho.

Os procedimentos dessa operação deixam, também, uma lamentável interrogação sobre a conduta dos representantes da Procuradoria da República no inquérito da Sudam. Não por considerarem necessária

a apreensão no escritório da Lunus, cujas suspeitas de participação nas fraudes e desvios financeiros da Sudam precisam ser apuradas sem reserva alguma, nem mesmo a do período eleitoral. Mas ficaram indícios de que colaboração de procuradores com as numerosas irregularidades praticadas na operação, e ainda depois dela, com implicações eleitorais cujos benefícios já estão expostos por pelo menos três pesquisas de opinião do eleitorado.

Em outra linha de presença do poder público, uma peculiaridade está impossibilitando a aceitação de motivos técnicos do BNDES para a concessão de R\$ 284 milhões à Globo Cabo. É que a empresa acumula alto prejuízo e não tem evidenciado condições de cumprir compromissos inclusive com o BNDES mesmo. A atitude do banco, a esta altura, tem implicação eleitoral evidente a cada dia e, dados os precedentes, com esperável intensificação.

Entre jornalistas, comentam-se muito as pressões que José Serra tem feito sobre alguns deles, mais diretamente envolvidos com notícias e comentários a ele referentes, mesmo que ainda não publicados. É daí, em grande parte, que vêm as menções, em número crescente, ao seu autoritarismo e ambição desmedida de poder.

O uso das engrenagens do poder está mais desabrido e intenso do que jamais. Se no começo é assim, depois não será menos incondizente com os direitos e a legalidade que tanto têm custado a este país.

19

Data: 17/03/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Brasília - Página A2)

Autoria: Eliane Cantanhêde

ABIN, O CHICLETE

É gente, a guerra eleitoral está feia. Tão feia que tem até general no meio: o ministro Alberto Cardoso, chefe da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência e da famosa Abin (a agência de inteligência do governo).

Vira e mexe, alguém diz que a Abin está por trás de tudo e de todos, especialmente contra os candidatos adversários. Mas, na opinião de Cardoso, essa confusão toda de fita, vídeo, grampo, denúncia, dossiê e araponga não é exatamente para atingir a Abin. O alvo é mais em cima: o presidente Fernando Henrique Cardoso, que, entre outras coisas, é patrono da candidatura José Serra. “É uma trama urdida para envolver a Abin nessa história toda e, assim, colar a Presidência da República. A Abin seria um ótimo chiclete”, disse o general, atribuindo tudo, pelo menos indiretamente, à guerra entre os aliados e os ex-aliados do Planalto.

Só faltou dar nome aos bois. Da oposição não são. ACM? José Sarney? Jorge Bornhausen? O PFL inteiro?

Os arapongas estão por toda a parte, o país está cheio de agências de detetives particulares e os jornais trazem até anúncios que oferecem serviços os mais variados nessa área. No meio disso, claro, há muita gente que veio do SNI de má memória ou de parentes afins. Até da Abin.

Daí a dizer que o governo esteja grampeando políticos - ou políticas -, o general acha que já vai uma diferença enorme. FHC faria isso? Não é muito o jeitão dele. E algum candidato? Cardoso não diz, nem diria, mas pode ter pensado como muita gente boa: não se pode pôr a mão no fogo por nenhum deles.

Sempre refratário a falar de política, o general não resistiu e fez uma crítica: “Em toda eleição, há dossiês para tudo quanto é lado, mas desta vez começou muito cedo. Pelo visto, vai ser um

inferno". Vai não, general. Já está um inferno. Roseana Sarney (que se diz vítima de arapongas) e José Serra (suspeito número um de contratá-los) que o digam. O capeta anda solto.

37

Data: 27/03/2002

Web site: http://www.genoino.org/new/index.php?area=ideias_interna&a=2&i=372

Publicação: Jornal da Tarde

Autoria: José Genoíno

ESPIONAGEM POLÍTICA

As suspeitas do uso da Agência Nacional de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal na espionagem contra políticos que atrapalham os interesses sucessórios do governo precisam ser tratadas com a responsabilidade e a gravidade que o assunto merece. Está fora de dúvida que as democracias, para se protegerem e produzirem decisões eficazes, precisam de serviços de informação e contra-informação.

Mas pela natureza encoberta de suas atividades, esses serviços precisam agir sob forte regulação externa de organismos públicos. Afinal de contas, organismos como a Abin, se não fiscalizados e regulados, podem viver sob permanente tentação de violar direitos individuais e políticos de cidadãos. Podem também ser instrumentalizados pelos governantes para prejudicar adversários.

Escândalos envolvendo serviços de informação, em democracias avançadas, suscitam a renúncia de primeiros-ministros ou até mesmo de presidentes, como foi o caso de Nixon nos Estados Unidos, quando espionou a sede do Partido Democrata. A democracia não pode tolerar que governantes utilizem serviços de informação como instrumentos de espionagem política.

A suspeita de espionagem contra a governadora do Maranhão não é o primeiro escândalo dessa natureza sob o governo Fernando Henrique. Tivemos o caso do Sivam, o grampo do BNDES, o escândalo envolvendo o Banco Central e o Banco Marka e suspeitas de espionagem contra Itamar Franco, o procurador Francisco de Souza e o jornalista Andrei Meirelles. Até agora, nada foi esclarecido. De duas uma: ou o governo é incompetente, ou encobre o esclarecimento desses casos, reforçando a suspeita de que usa indevidamente os serviços de informação do Estado.

A questão central, para se evitar o uso indevido de serviços de informação, diz respeito ao seu controle externo. Por ocasião da aprovação da lei que instituiu o serviço de inteligência, o seu relator, José Anibal, atual presidente do PSDB, e o governo, agiram deliberadamente no Congresso para impedir que se impusesse uma regulação forte, conveniente à democracia, sobre a Abin.

Para isso derrotaram um substitutivo do PT, apresentado por nós, e instituíram um controle de faz-de-conta, exercido pelos líderes da maioria e da minoria no Congresso e pelos presidentes das comissões de Defesa da Câmara e do Senado. Essa comissão não tem uma funcionalidade permanente, só se reúne em momentos de crise e não é composta nem assessorada por especialistas em inteligência.

No substitutivo do PT, propunha-se que o controle da Abin seria exercido por uma comissão permanente do Congresso, com acesso a toda política, planejamento e relatórios da agência. Essa comissão atuaria sob a condição de segredo de Estado e estaria impedida de divulgar informações.

Seus membros seriam passíveis de responder criminalmente por quebra de sigilo, sem o abrigo da imunidade parlamentar. Mas teriam também plenas condições para fiscalizar, controlar e denunciar atividades ilegais da Abin ou de seu uso indevido.

Nestas circunstâncias, não seria necessário avocar a instalação de CPIs para investigar gramos ilegais e espionagem política, já que a comissão informaria o Congresso e a opinião pública sobre eventuais desvios de funções da agência.

Outro ponto relevante de nossa proposta dizia respeito ao recrutamento dos agentes de informação. Eles deveriam constituir uma carreira típica de Estado, recrutados através de concurso público. Hoje não há critérios claros nesse recrutamento.

Ninguém sabe como ocorre. Em todos os escândalos surgidos, verifica-se que há a presença de duas ou três figuras: o do agente legal da Abin, de arapongas da época do regime militar e de empresas comandadas por ex-funcionários de órgãos de informação, que prestam serviços à Abin.

Ao se constatar que a Abin não é capaz de fazer a varredura e a proteção contra grampos telefônicos em órgãos públicos, como foi o caso do Ministério da Saúde, entre outros, ou atesta-se a incompetência da agência, ou o desperdício de dinheiro público, ou, ainda, a falta de confiança do governo nos seus serviços de informações.

A existência dessa zona cinzenta, na qual convivem agentes da Abin, ex-arapongas, empresas privadas de espionagem, interesses políticos e partidários e interesses comerciais e empresariais, constitui um coquetel explosivo, que potencializa escândalos. O Estado democrático não pode admitir tal zona. Precisa extirpá-la, instituindo o controle externo e democrático da Abin, através de uma comissão específica e permanente do Congresso.

39

Data: 01/04/2002

Web site citado: <http://www.sardenberg.com.br>)

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Carlos Alberto Sandeberg

O DILEMA DO PT QUE QUER GANHAR

A teoria conspiratória apareceu de novo na cena política na semana passada, desta vez no lado da esquerda. No programa Roda Viva, Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriu que alguém mais além do MST pode ter sido responsável pela invasão da casa da família do presidente FHC na fazenda de Buritis. “Pensem, a quem interessa isso?” – foi como Lula propôs a especulação.

Ele próprio recusou-se a especular, certamente para não colocar mais lenha na fogueira. Mas outros dirigentes petistas deram algumas pistas. Como se explica que não havia policiamento na fazenda? – perguntaram. Finalmente, em conversas reservadas, lideranças do primeiro time do PT disseram que há infiltração no MST, assim como havia infiltração no movimento sindical do ABC, quando Lula começava sua carreira.

A infiltração aqui se refere à ação de policiais do serviço secreto, de modo que a especulação sugerida pela direção petista tem um sentido obrigatório: uma ação da Abin, Agência Brasileira de Inteligência, órgão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, chefiado pelo general Alberto Cardoso, e/ou da Polícia Federal, esta sob as ordens do ministro da Justiça, Aloísio Nunes.

A lógica, portanto, é a seguinte: a invasão da casa da família de FHC, um ato radical, de uma estupidez política sem tamanho, atingiu a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, pois embora o PT não mande no MST, são históricas as ligações entre ambos. A quem interessa bombardear a candidatura Lula? Ao governo federal, embarcado que está na candidatura do senador José Serra. Logo ...

Assim, a esquerda se juntou ao PFL, para o qual a invasão do escritório da governadora Roseana Sarney em São Luís, onde se encontraram os pacotes de 1 milhão e mil trezentos reais, também foi uma ação da Abin e da PF. Na semana passada, comentamos aqui que a teoria conspiratória só ficaria em pé se fossem confirmadas três suposições: primeira, que o governo FHC e o pessoal de Serra fossem capazes de um maquiavelismo à beira da perfeição; segunda, que mandassem na Justiça

Federal e nos procuradores; terceira, que a Abin e a PF fossem de uma eficiência capaz de fazer inveja ao FBI e à CIA.

Ou seja, a teoria não pára de pé.

A mais recente teoria conspiratória também só se sustenta se você acreditar que agentes da Abin e/ou da PF tenham se infiltrado no MST e ali militado durante alguns anos, para que assumissem posição de liderança. E uma liderança competente e forte, capaz de induzir e comandar uma ação tão arriscada como essa de ocupar a casa da família de FHC. Dá para acreditar?

Pode-se dizer que é função da Abin e da PF vigiar o MST assim como todos os movimentos suspeitos de atividades ilegais. É certo que no movimento sindical do ABC, anos 70 e 80, havia agentes secretos circulando. Mas, primeiro, a maioria foi apanhada e escorraçada e, segundo, jamais algum deles chegou a militar nos sindicatos ou passou perto de alguma posição de liderança. Na verdade, os agentes secretos costumavam ser alvo de chacota pela facilidade com que eram descobertos.

Além disso, quem já teve acesso aos relatórios do antigo SNI e da atual Abin surpreende-se com a pobreza e a obviedade das informações. Carlos Lacerda dizia que o SNI não funcionava às segundas-feiras, porque não havia jornais a recortar.

(Eu mesmo, quando repórter em Brasília no final dos anos 70, fui parar uma vez numa reunião supostamente secreta promovida pelo SNI para explicar a jornalistas e políticos como funcionavam movimentos esquerdistas na América Latina. Para entrar na reunião você tinha de garantir que nunca revelaria nada do que ali se dissesse, nem mesmo que a reunião ocorreria. Pois não deram nenhuma informação que não pudesse ser encontrada na imprensa e ainda mostraram crença em versões absolutamente fantasiosas. Contei a história numa reportagem para a revista Veja, com os cuidados que a época, do regime militar, exigia).

Parece que a coisa não mudou muito. Assessores do presidente FHC contam que ele vive reclamando da precariedade das informações que recebe. Em resumo, é mais provável que a culpa da Abin seja outra: não ficou sabendo de algo que acontecia debaixo de seus narizes.

A resposta para a pergunta de líderes petistas – como não havia ninguém para proteger a fazenda? – pode ser muito mais simples: porque os agentes dormiram no ponto, faltaram ou acharam que o MST havia desistido da invasão e desativaram a vigilância.

Mas fica a pergunta: como o pessoal do MST pode ter embarcado em ação tão estúpida e prejudicial à candidatura Lula?

Ocorre que a esquerda radical, como a direita, parece estúpida só quando se tenta entendê-la do ponto de vista da política não radical. Para quem está na esquerda e acredita que Lula pode ganhar a eleição presidencial e governar normalmente com uma base de apoio ampliada até o centro e mesmo o centro-direita, como é o PL, e ainda acredita sinceramente que esse governo vai melhorar o Brasil, então é uma estupidez invadir a casa do presidente.

Mas para quem está mais à esquerda e acredita que um presidente eleito nas regras da democracia burguesa, apoiado pela direita, vai acabar traindo o movimento, então ações radicais como a invasão da fazenda do presidente e as dezenas de outras ocupações prometidas pelo MST fazem todo o sentido.

O objetivo não é ajudar a candidatura Serra, mas arrastar Lula de volta para a esquerda que o pessoal do MST e seus aliados consideram a verdadeira. E se acabar ajudando Serra? Não tem muita importância, pois para aquele pessoal não vale a pena Lula ganhar com uma aliança de direita. Se a alternativa é Serra ou Lula com o PL, a turma radical acha melhor que o petista perca.

Ou seja, não houve conspiração. Houve mais um episódio em torno da situação atual do PT: a tensão entre caminhar para o centro, para poder ganhar e governar, ou isolar-se no gueto da esquerda.

Lula condenou a invasão e percebeu claramente que foi um ato contra sua estratégia. Mas quando ele e outros dirigentes deixam circular as especulações sobre a conspiração ou admitem explicações segundo as quais os companheiros do MST cometem uma “bobagem”, então perdem uma enorme oportunidade de se separarem claramente da banda radical. Adiam um movimento que mais dia menos dia precisarão fazer, se é que pretendem ganhar e governar.

Uma última observação: se a turma de FHC/Serra consegue conspirar tão espetacularmente à direita e à esquerda, a eleição está liquidada. Mas não está.

45

Data: 21/04/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A13)

Autoria: Josias de Souza (Diretor da Sucursal de Brasília)

PLANALTO SABIA DE RISCO DE INVASÃO EM BURITIS

Abin avisou 16 horas antes de ação do MST que sem-terra estavam nas proximidades da fazenda dos filhos de FHC

Documento sigiloso obtido pela Folha revela: o Palácio do Planalto soube, com mais de 16 horas de antecedência, dos riscos de invasão da fazenda dos filhos de Fernando Henrique Cardoso pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O papel se chama “informe 0544”. Encontra-se arquivado na Saei (Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais). Trata-se de órgão diretamente vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, chefiado pelo general Alberto Cardoso.

O “informe” foi redigido por um agente secreto da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Ele estava escalado para acompanhar os passos dos sem-terra. Repassou o texto de Buritis (MG) para Brasília na tarde de 22 de março, uma sexta-feira, véspera da invasão. O último parágrafo do texto é claro e direto:

“Caso não sejam atendidos, os sem-terra ameaçam seguir em direção à fazenda Córrego da Ponte, de propriedade de familiares do presidente da República. Podem ser observados nas proximidades (...) três ônibus estacionados à disposição do MST, para realizar o transporte do grupo”.

Palácio do Planalto

O documento foi enviado por fax, às 15h45 de sexta-feira, desde uma casa que serve de abrigo para agentes da Abin em Buritis. Criptografado, para driblar eventuais gramos telefônicos, chegou a Brasília às 15h47. Minutos depois, já estava sendo manuseado no quarto andar do Palácio do Planalto, onde trabalha a equipe do general Cardoso.

Cardoso encontrava-se fora da capital. Havia embarcado na manhã daquela mesma sexta-feira para Araxá (MG). Faria uma palestra a convite do Lions Club. Deixara com sua equipe, devidamente assinados, documentos em que requisitava tropas do Exército para proteger a porteira da Córrego da Ponte.

As tropas não foram acionadas. Não por falta de tempo. A invasão da fazenda ocorreu por volta de 8h30 de sábado, 16 horas e 43 minutos depois da chegada do “informe” do espião.

Deslocando-se por terra, o comboio militar consumiria algo como seis horas para percorrer os 230 km que separam Brasília de Buritis.

Localizado em Araxá às 9h de sábado, o general Cardoso foi informado, pelo telefone, sobre a invasão. Voou de volta para Brasília. Só no início da noite de sábado, depois de reunir-se com o presidente no Palácio da Alvorada, o Exército foi posto em movimento. Os soldados chegaram à fazenda no início da madrugada de domingo, por volta de 1h.

Reações

“É muito grave”, diz o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP). “Não tenho provas de que a omissão foi urdida para nos prejudicar [ao PT]. Mas não há dúvida de que é tudo altamente suspeito e inexplicável.”

O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) é ainda mais enfático. “Houve várias ameaças de invasão da fazenda. O Exército sempre chegou antes. Dessa vez, embora bem informado, o governo nada fez. Tudo sugere a intenção deliberada de criminalizar o MST, ‘vitimizar’ o presidente e jogar o desgaste em cima do PT. Qualquer explicação que se dê será pior do que aquela história de que as fitas do grampo do BNDES foram encontradas sob um viaduto”, afirmou o deputado.

O general Alberto Cardoso admite erro na condução do episódio. Chama para si a responsabilidade. E refuta com veemência a tese de complô eleitoral. “Seria preciso que se admitisse que o presidente autorizou a violação de sua própria intimidade. Ou que se imaginasse que eu, como seu auxiliar, fui altamente desleal. É muito surrealismo.”

Ministério

Segundo Cardoso, um detalhe ajuda a explicar o erro da Abin: de posse dos dados recebidos de Buritis, seus auxiliares contataram o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E foram informados de que funcionários do Incra se reuniram com os sem-terra no domingo.

Atenderiam a 80% das reivindicações do MST. Avaliou-se que isso atenuava o risco de invasão. “Se estivesse em Brasília, eu próprio talvez não tivesse acionado o Exército.”

A produção de informes da espionagem foi intensificada no dia 20 de março. Os textos terminavam assim: “O assunto continua em acompanhamento”. Feito em sistema de rodízio, o monitoramento do MST se estendia pelas 24 horas do dia.

A Abin manteve-se abastecida de informações sobre o caso mesmo na madrugada de sexta para sábado. Ficou sabendo do deslocamento de ônibus recheados de trabalhadores rurais.

Às 7h 30 de sábado, Brasília soube que os sem-terra estavam a escassos 20 km da porteira da Córrego da Ponte. Nada mais podia ser feito. O general Cardoso afirma ter tomado duas decisões: doravante, não hesitará em despachar soldados para Buritis. Criou, de resto, uma nova instância de análise de informes sigilosos. Trata-se de um conselho, que se reunirá sempre que a conjuntura exigir providências.

53

Data: 20/05/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: Entrevista da 2ª. - Página: A6)

Autoria: Silvana de Freitas (da Sucursal de Brasília)

“VOTO ELETRÔNICO AMPLIA CHANCE DE FRAUDE”

Para Pedro Rezende, professor da UnB, apuração dos votos tornou-se “privada” e o TSE é o “dono das urnas”

O professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília Pedro Rezende, 49, diz que a urna eletrônica criou riscos de novos tipos de fraude, antes impensáveis, e que a adulteração de votos agora é possível “por atacado”. Crítico da segurança do sistema eletrônico, em uso desde 1996, Rezende afirma que a nova modalidade de voto tornou a apuração “privada” e chama o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de “o dono da urna”.

Em entrevista à Folha, ele sugere a possibilidade de o próprio TSE promover a fraude e sustenta que o órgão não assegura a transparência necessária para dissipar as dúvidas sobre a confiabilidade desse sistema. Para dar explicações sobre a segurança da urna eletrônica, o presidente do TSE, Nelson Jobim, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, vão na terça ao Congresso.

Rezende coordena um programa de extensão em criptografia e segurança computacional da UnB. Ele é doutor em matemática pela própria Universidade de Brasília e PhD em matemática aplicada pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Na entrevista, Rezende critica a participação do Cepesc (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), ligado à Abin (Agência Brasileira de Inteligência), na preparação do sistema do voto informatizado.

O órgão é responsável pelos sistemas criados para impedir a violação dos disquetes retirados das urnas e inseridos nos computadores da Justiça Eleitoral, mas, segundo ele, o TSE não permite que fiscais dos partidos fiscalizem esses programas. Leia os principais trechos da entrevista à Folha:

Folha — *O sistema da urna eletrônica foi criado para afastar o risco de fraude. Por que, seis anos após a sua estréia, o eleitor deve ficar alerta quanto à falta de segurança?*

Pedro Rezende — A tecnologia digital cobra um preço para acabar com algumas fraudes em papel. Esse preço é o risco de novas formas de fraude, antes impensáveis. Com a urna eletrônica do TSE, o escrutínio [apuração de votos] se tornou privado. Os votos saem da urna já somados, tabulados e codificados por programas de computador só conhecidos por quem os fez. Estamos sendo convidados a acreditar na palavra dos que respondem por esses softwares. A apuração manual é demorada porque a queremos confiável. Em uma junta apuradora atual, os fiscais só vêm disquetes entrando em gretas e luzinhas piscando. A velocidade do computador tende a tornar o processo opaco. Se o dono da urna [o TSE] quiser abusar de sua posição privilegiada para trafegar influência por atacado, nunca poderemos provar que houve fraude a ponto e a tempo de impedir seu efeito. Isso é muito diferente dos erros intencionais de varejo na totalização em papel, impostos no grito em juntas apuradoras nos antigos currais eleitorais. Curral eleitoral agora é cercado pelo software.

Folha — *Quais são as fraudes possíveis na urna eletrônica?*

Rezende — Há várias formas de embuste por meio do software instalado na urna ou do uso indevido dessas urnas. Por exemplo, o boletim enviado ao tribunal em disquete pode ser gerado em uma urna clonada, que funcionaria escondida na mão do mesário. Mas as fraudes mais perigosas são as que podem ser montadas dentro da urna.

Esse embuste pode ser feito inserindo uma cláusula condicional no trecho do programa que registra a contagem dos votos. Numa eleição majoritária em segundo turno, poderia ser usada uma condicional que somasse um voto ao total de um candidato sempre que a sua votação atingisse um determinado múltiplo, subtraindo-o do outro candidato. Um voto desviado a cada 40 distorceria o resultado em 5%.

Folha — *Há insegurança quanto à participação indireta da Abin, por meio do Cepesc, na preparação da urna. Alberto Cardoso compara o Cepesc ao fabricante de um cofre que perde o controle sobre o produto depois que o cliente cria o segredo para abri-lo. Para o sr., há o risco de manipulação do Planalto?*

Rezende — Nenhum crítico sério do nosso sistema eleitoral condena a participação da Abin simplesmente por se tratar da Abin. A comparação do general está correta, mas não para o

contexto em que é suscitada. A questão que merece atenção não é com quem estará o controle do cofre quando em uso, mas que a ninguém, além dos envolvidos no negócio, é permitido saber como foi construído o cofre e que tipo de coisa se instala na urna como se fora um cofre. E se esse cofre for na verdade uma caixa de mágico? A manutenção na urna de um só programa inauditável, como o do Cepesc, pode servir como álibi para a ocultação de embustes por trás de toda a transparência no resto.

54

Data: 25/05/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Seção: Painel do Leitor - Página: A3)

Autoria: Não especificada

ABIN

Sobre as notas intituladas “Assessoria especial” e “Campanha reforçada”, publicadas ontem na coluna “Painel”, temos a informar o seguinte:

A Agência Brasileira de Inteligência — Abin —, como órgão de assessoramento direto ao presidente da República, desenvolve a atividade de inteligência pautada em princípios éticos e apartidários, voltada para os interesses do Estado. Dessa maneira, não coopera com nenhuma campanha eleitoral. (*Antonio Amaro, assessoria de relações externas da Abin - Brasília, DF*)

62

Data: 11/06/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião - Página: A3)

Autoria: Roberto Romano (professor titular de ética e filosofia política da Unicamp)

URNAS ELETRÔNICAS, ABIN E UNICAMP

Num país que viveu boa parte do século 20 sob ditaduras, as autoridades não podem abandonar as cautelas éticas

Grave preocupação da cidadania, no processo eleitoral que logo definirá os rumos da República, diz respeito às urnas eletrônicas. Não se trata de simples problema técnico. Caso não seja garantido o controle dos procedimentos na apuração dos votos, podemos enfrentar uma nova e desastrosa crise política.

Num país que viveu boa parte do século 20 sob ditaduras, as autoridades não têm o direito de abandonar as cautelas éticas. Se ocorrer alguma irregularidade na apuração do pleito, a fé pública receberá um golpe pior do que os produzidos pelas tristes experiências de corrupção, censuras, despotismos vários que geraram no povo brasileiro a descrença na democracia e no Estado de Direito.

Quando a Unicamp aceitou analisar as urnas eletrônicas, eu presidia a sua Comissão de Perícias. Fui consultado pelo então reitor, dr. Hermano Tavares, apenas pro forma, pois aquele trabalho não integrava as atribuições da comissão. Esta última foi instituída para definir normas nas atividades ligadas ao extinto Departamento de Medicina Legal. Respeitosamente, lembrei ao reitor os riscos do novo empreendimento. A Unicamp era chamada a fornecer um aval técnico, positivo ou negativo, em setor político explosivo, nas próximas e tensas disputas majoritárias. Pedi uma nota advertindo que a comissão por mim dirigida nada tinha a ver com a peritagem das urnas.

A solicitação foi feita diretamente ao reitor, na presença do chefe-de-gabinete. A proximidade de nomes e funções, argumentei, traria equívocos indesejáveis entre o que fazia a Comissão de Perícias e os laudos sobre as urnas.

Após o dispêndio de muito tempo para equacionar gravíssimos problemas na sua área própria, a comissão finalizava os seus trabalhos, tendo defendido a Unicamp, sobretudo no setor médico, caluniado por grupos que atribuíam ao todo acadêmico os erros cometidos por ínfima parcela de professores.

A nota não foi publicada. Restou espaço para o equívoco temido por mim. A Unicamp realizou a sua perícia com a competência acadêmica de sempre. E fez recomendações graves para o uso de códigos e chaves protetoras do sigilo eleitoral. Honrando o rigor ético e científico, os nossos técnicos perceberam consequências que envolvem problemas axiológicos na condução do caso. E fizeram recomendações cautelares, não acatadas pela Justiça Eleitoral.

Esse ponto já evidencia um perigo para a Unicamp seu laudo é utilizado como garantia de fiabilidade das urnas eletrônicas, mas suas recomendações sobre a segurança na manipulação das mesmas são ignoradas.

Devido ao meu trabalho de pesquisa em ética e filosofia política e às funções que exercei, mantendo intenso contato com magistrados, promotores, procuradores federais e outros encarregados da aplicação da lei em nosso país. Muitos deles agora me procuram para indagar sobre a minha responsabilidade e a da antiga Comissão de Perícias no trato estabelecido com a Justiça Eleitoral para a peritagem das urnas.

A todos, por falta da nota que deveria ter sido publicada pela antiga reitoria, agora esclareço nem a comissão nem eu respondemos pelo convênio com a Justiça Eleitoral para a peritagem das urnas. Ele é de exclusiva responsabilidade da reitoria mencionada.

Pessoalmente, tenho receios sobre o que pode ocorrer. Há pouco tempo, a Folha publicou documentos da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) em que os seus agentes confessam que podem “arranhar direitos” da cidadania. A mesma agência tem exercido tarefas não compatíveis com a intimidade e os direitos constitucionais dos indivíduos. Por enquanto, a integralidade de seus quadros não goza da confiança irrestrita do mundo político, tanto entre eleitores quanto entre lideranças.

Integro o número dos que defendem a existência da Abin, tendo em vista a inserção brasileira nas lutas internacionais, do comércio à produção científica e tecnológica. Mas considero que semelhante organismo ainda não provou isenção política, reconhecida por todos os setores do país. A imprudência do seu uso para manter o sigilo das urnas é manifesta.

A imprensa cumpre seu papel e noticia os fatos. A população precisa se manifestar. As autoridades democráticas, que respeitam o Estado de Direito, devem explicações à nação.

63

Data: 12/06/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Painel do Leitor - Página: A3)

Autoria: Juvenal Ferreira Fortes Filho e Hermano Tavares (Leitores da Folha)

URNAS

O artigo “Urnas eletrônicas, Abin e Unicamp” (“Tendências/Debates”, pág. A3, 11/6), do professor Roberto Romano, demonstra de forma cabal a preocupação de qualquer eleitor razoavelmente informado a respeito das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas eleições de outubro vindouro. Que garantia temos de que o programa é absolutamente confiável? A palavra do governo? É pouco, muito pouco, pouquíssimo. O que fazer a esta altura do campeonato? (Juvenal Ferreira Fortes Filho - Rio de Janeiro, RJ)

Os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral solicitaram à Unicamp, em 2001, prestação de serviços para análise do sistema informatizado de eleições - a 'urna eletrônica'. A Unicamp, sob responsabilidade da reitoria, à época sob minha direção, compôs uma comissão de avaliação, integrada por oito professores da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação e do Instituto de Computação. A comissão de avaliação, após trabalho árduo e competente, produziu relatório que contém recomendações claras e objetivas. O relatório é de conhecimento público e está disponível na íntegra no endereço www.tse.gov.br. A implementação das recomendações não é de responsabilidade da Unicamp. A questão foi tema de artigo do professor Roberto Romano na seção 'Tendências/Debates' em 11/6 ('Urnas eletrônicas, Abin e Unicamp'). Quero deixar claro que a comissão de perícias da Unicamp, que foi dirigida pelo professor Roberto Romano, nada teve a ver com a avaliação da urna eletrônica - tendo sido criada especificamente para tratar de questões ligadas à área de medicina legal. Quero reafirmar que a Unicamp assumiu mais uma vez posição cidadã ao colocar o seu conhecimento a serviço da sociedade brasileira. Não creio que a sua credibilidade corra risco de desgaste. (*Hermano Tavares - Campinas, SP*)

64

Data: 10/07/2002

Web site: <http://veja.abril.com.br/100702/radar.html>

Publicação: Revista Veja – Edição nº 1759 (Seção: Radar)

Autoria: Lauro Jardim

FARC NA CAMPANHA?

Só faltava esta: José Dirceu convocou há duas semanas alguns dirigentes petistas de Mato Grosso do Sul para uma conversinha de arrepiar os cabelos. Ele fora alertado de que a Abin, a agência de inteligência do governo, trabalhava com informações de que as Farc estariam financiando alguns candidatos petistas no Estado.

67

Data: 06/08/2002

Web site: www.clickmt.com.br/outrolado/index.php?mat=286

Publicação: Tribuna da Imprensa

Autoria: Hélio Fernandes

FALTA ALGUÉM EM NUREMBERG
Os chefões da família ABIN e da Receita Federal

Assim que acabou a Segunda Guerra Mundial, começou o protesto do mundo contra os criminosos que durante 5 anos e meio levaram à mais completa destruição. De homens, de cidades, de economias, de tradições. Havia verdadeira exigência de julgamento, senão pelas punições, pelos exemplos e prioridades que ficariam para o futuro. Os crimes nazistas realmente horrorizaram o mundo. Eles não inventaram nada, mas levaram e elevaram a tortura a uma condição nunca vista, até mesmo inimaginável.

Diante do clamor universal, os vencedores criaram o Tribunal de Nuremberg. Por que Nuremberg? Porque era praticamente o centro do nazismo, onde Hitler estabeleceria sua frente de ação, antes de se instalar na fortaleza subterrânea de Berchtesgaden. Não foi um grande julgamento. Hitler se suicidou logo, Goering se mataria na prisão, Goebells e outros fugiram, (normalmente para Brasil, Argentina, Paraguai), o doutor Schacht, extraordinário economista, o maior criminoso de guerra, cujo gênio permitiu acabar com a inflação de 100 mil por cento (a maior de toda a história do mundo, Mailson da Nobrega seria apenas um aprendiz), foi salvo e contratado pelos EUA.

E Rudolf Hess, que até hoje não se sabe que papel desempenhou, fugindo para a Inglaterra em plena guerra, foi condenado para a vida inteira. Também o único que cumpriu integralmente a sentença. Morreria aos 90 anos, o único “morador” da imensa prisão de Spandau, dominada pelos russos.

Quase todos escaparam, embora o julgamento tenha tido repercussão mundial.

Aqui no Brasil, dois órgãos deveriam ser investigados a fundo. Não em Nuremberg, claro, mas em Brasília, onde mandam e desmandam implacavelmente.

São eles: os órgãos de segurança e espionagem, agora representados pela ABIN, herdeira e sucessora do famigerado SNI. E a Receita Federal, que persegue e protege com a mesma volúpia.

FHC deveria ter respondido pelo menos a umas 20 CPIs, e seria condenado em todas. Naturalmente deve se orgulhar: nunca votaram seu impeachment, já deveria ter perdido o mandato muitas vezes. Ao contrário, ganhou a “reeleição”, a mais espantosa operação de compra e venda de votos. Foi beneficiado, protegido, favorecido com mais 4 anos de governo. I-n-a-c-r-e-d-i-t-á-v-e-l.

Mas tão i-n-a-c-r-e-d-i-t-á-v-e-l quanto FHC, são a ABIN e a Receita Federal. A ABIN, que ficou com todo o arquivo, aparato, infra-estrutura e até alguns personagens da ditadura, continuou agindo subterrânea e ditatorialmente, para servir ao Poder.

De uma certa maneira, a ABIN é ainda mais poderosa, suntuosa e perigosa do que o SNI, por causa do avanço da tecnologia. Enquanto o SNI, pelo menos no início, trabalhava precária e defeituosamente, a ABIN incorporou todo o progresso da técnica, trabalha sem risco e sem perigo.

(O SNI chegou a ser tão poderoso, que vários "presidentes" saíram ou vieram do SNI. E o general Otavio Medeiros, que se a ditadura não acabasse seria o sucessor de Figueiredo, começou a se preparar. Ainda coronel “de elite”, foi escolhido Adido no exterior. Decidiu ir para Israel onde funcionava e funciona o Mossad, serviço de espionagem da mesma categoria da CIA e da KGB. Um curso no Mossad, era imprescindível para quem iria para o SNI e de lá pular para a “presidência”, como outros).

Agora veio a ABIN, que tem como missão principal, fundamental e exponencial: inundar a praça de dossiês contra os mais diversos lados. E tudo a custo zero, quem paga é o cidadão-contribuinte-eleitor.

O outro órgão odioso, oneroso, ominoso, é a Receita Federal. Sua tradição é de perseguição para um lado, omissão para outro, e de corrupção em todos eles. Grandes fortunas foram feitas na Receita Federal.

Diretores desse órgão perigosíssimo, “trabalhavam” associados com famosos advogados. Multavam sonegadores com importâncias elevadíssimas, mas forneciam ao mesmo tempo o endereço de advogados notórios. Conversavam, com 10 ou 20 por cento, tudo era abandonado, a comissão era generosa, grandiosa, suntuosa.

Um dos mais famosos homens-potência da Receita, Orlando Travancas, serviu de marco na perseguição a esta Tribuna da Imprensa. Poucos anos depois era aposentado por corrupção. Como sabia demais, teve que ser afastado mas não punido. Nos últimos 40 anos, quem, da cúpula da Receita, resistiria a uma CPI? E esta ainda não prescreveu.

Por que a Receita não pune os grandes sonegadores? Não têm tempo, precisam investigar os trabalhadores que descontam na fonte, até 27,5 por cento do que recebem, indignidade. Os poderosos e as grandes multinacionais não sofrem a menor fiscalização ou investigação.

Agora, a Receita tem menos tempo ainda. Precisa cumprir as ordens da ABIN, executar o que a ABIN obtém com gravações delituosas, clandestinas e criminosas. ABIN e Receita Federal merecem CPI indispensável, composta por parlamentares sem medo. Quando surgirão essas CPIs?

PS - Por que a Receita jamais fiscalizou ou executou grandes personagens? Uma lista rapidíssima, incluiria: o primeiro filho, Mendonça de Barros, Eduardo Jorge, Lutfalla Maluf, Ricardo Teixeira, André Lara Resende, Nagi Nahas, Fernão Bracher, José Carlos Martinez, Benjamin Steinbruch, Eliezer Batista, Paulinho da Força Sindical, Eurico Miranda, Garotinho, Newton Cardoso, Olavo Setubal, Abilio Diniz, Calmon de Sá, os donos dos maiores bancos nacionais e multinacionais. E mais e mais, o espaço acabou.

OBS: *Na ditadura Vargas, todos os direitos e garantias individuais foram suspensos. O livro Falta Alguém em Nuremberg, de David Nasser, elenca várias formas de torturas, como: esmagamento de testículos com alicates, extração de unhas e dentes, introdução de duchas de mostarda na vagina de mulheres, queima de seios com cigarros, introdução de arame nos ouvidos, aquecimento de órgãos genitais com maçarico e outras torturas cruéis, só superadas no Regime de 1964 (http://www.expo500anos.com.br/painel_11.html)*

69

Data: 12/09/2002

Web site: www.tribuna.inf.br

Publicação: Tribuna da Imprensa

Autoria: Carlos Chagas

O MICRÓBIO CONSEGUIRÁ VENCER O ANTIBIÓTICO ?

É conhecida a história do antibiótico e do micrório. Sempre que um laboratório cria um novo antibiótico, mais eficaz do que os anteriores, não demora muito e aparece um micrório reciclado, imune ao remédio. Ao laboratório cabe trabalhar em outro antibiótico, que, por sua vez, despertará o surgimento de um micrório mais resistente. É a vida. Razão, mesmo, tinha Hegel, o pai da dialética, para quem toda coisa nova, fosse moda, idéia, religião ou doutrina, deveria receber o rótulo de tese.

Jobim garante segurança de urnas

Sustentava o genial alemão que toda tese obrigatoriamente gerava a sua antítese. Com o passar do tempo, ambas se fundiam numa síntese. Mas o que era essa síntese, senão uma nova tese, a determinar a sua antítese e, a seguir, formando nova síntese entre elas, para recomeçar tudo outra vez?

Essas considerações se fazem a respeito das afirmações peremptórias do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, sobre serem imunes a qualquer tentativa de fraude as urnas eletrônicas que o eleitorado utilizará no próximo dia 6.

Se é bom a gente sentir tanta firmeza por parte de quem está encarregado de zelar pela lisura das eleições, também será bom jamais esquecer, com todo respeito, a história do antibiótico e do micrório. Quem garante que não surgirá por aí um micrório eleitoral capaz de distorcer a voz das urnas eletrônicas, mesmo sofisticadas como são as atuais, apesar do programa secreto instalado no sistema?

Não será a primeira vez. Em 1986, quando os fluminenses votaram eletronicamente, Leonel Brizola recebeu a maioria dos votos para governador do Rio de Janeiro. Iniciadas as apurações, no entanto, a Proconsult, empresa contratada para zelar pela honestidade do pleito, apresentou projeções indicando a vitória de Moreira Franco.

A imprensa embarcou e o fato consumado só não travestiu o resultado eleitoral porque um funcionário da Proconsult procurou Brizola e propôs que, se pudesse indicar o novo secretário de Finanças e o presidente do banco do estado, revelaria de público toda a fraude.

O candidato não cedeu à chantagem e conduziu o personagem até o Tribunal Regional Eleitoral, obrigando-o a confessar a roubalheira. Fez mais: acompanhado de um desembargador eleitoral e de representantes da imprensa estrangeira, literalmente invadiu os escritórios da Proconsult, comparecendo ainda à emissora de televisão que vinha dando guarda aos números fajutos.

Partidos não têm acesso a programa

Brizola assegurou sua posse quando o escândalo ganhou o Rio, mas ficou o exemplo: nenhum sistema está imune aos piratas computadorizados. Ou não conseguem entrar até em programas mais secretos do Pentágono e da Casa Branca?

Seria bom o ministro Nelson Jobim tomar cuidado, em especial num período onde tudo parece acontecer em matéria de inusitados eleitorais. Primeiro veio o engessamento das coligações partidárias estaduais, fora do prazo.

Depois, a então governadora Roseana Sarney teve sua candidatura presidencial mandada para o espaço através de artifícios inomináveis. Em seguida foi o massacre de Itamar Franco, outro candidato em vias de liderar o processo. Agora acontece com Ciro Gomes.

Imaginemos que Lula ganhe no primeiro turno. Seria um desastre para os donos do poder, porque havendo segundo turno, tudo acontecerá. Não havendo, o ouro terá sido entregue ao bandido, na peculiar visão dos neoliberais. Que garantias existirão para impedir incursão pirata de modo a que pequena parte da votação dada ao PT se transforme em votos nulos? Com a consequência de um segundo turno fajutado?

A Justiça Eleitoral tem negado aos partidos acesso ao programa que regulará as eleições. O argumento é de que o segredo precisa continuar sendo a alma do negócio. Mas os piratas estarão prontos para respeitar essa regra? A solução foi proposta, ironicamente, pelo mesmo Brizola, escaldado com o garfo que quase o espetou. Junto com o senador Roberto Requião, sugeriu que ao lado de cada máquina fosse instalada urna de lona, onde cairia uma cédula com o voto do cidadão.

No caso de suspeita de fraude, seria simples tirar a prova.

O presidente do TSE aplaudiu a proposta, que custaria muito pouco. Na hora da implantação, porém, deu-se o inexplicável recuo. O voto de papel só será aplicado experimentalmente no Distrito Federal. No resto do País, vale só o voto eletrônico que, pelo sigiloso programa estabelecido, não poderá ser confirmado, depois de transmitido aos Tribunais Regionais Eleitorais e, deles, ao Tribunal Superior Eleitoral. Somou, apagou, é a diretriz. Estranho, não?

De qualquer forma, vamos confiar na Justiça Eleitoral. Ou ela não delegou à Abin, sucessora do SNI, a gerência do esotérico programa imune aos piratas?...

82

Data: 20/12/2002

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Editoriais - Página: A2)

Autoria: Folha de São Paulo

O PODER DA VIGILÂNCIA

Preocupante tem sido o saldo da tentativa recente do Estado brasileiro de constituir um serviço de inteligência civil democrático. A atuação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), sucedânea do desditoso SNI, ainda não foi suficiente para dirimir as dúvidas dos que temem pelo abuso de suas prerrogativas. E os rumores de que há uma disputa no PT pela transferência da Abin para a Casa Civil ou para a Secretaria de Comunicações são um motivo adicional de temor.

Que função uma agência à qual a lei faculta o uso de métodos clássicos de espionagem, para usar uma linguagem desprovida de eufemismos, desempenharia na chefia da Casa Civil? Apenas cogitar de que, no cotidiano das articulações políticas que tudo indica serão centralizadas nessa pasta ministerial, ações de arapongas possam servir de “subsídios” no convencimento de políticos já é o bastante para repudiar essa idéia. Raciocínio análogo pode ser feito para a Secretaria de Comunicações, que movimenta altas somas da verba publicitária oficial.

O maior risco de um serviço governamental de informações é que ele se transforme num poder paralelo dentro do Estado. E exemplos de degenerações desse feitiço não residem apenas no passado da Guerra Fria nem em regiões distantes do planeta. A desventura, no Peru, de Vladimiro Montesinos, a plenipotenciária eminência parda de Alberto Fujimori, ainda está bem viva na memória.

Diante desse perigo, a melhor fórmula institucional para a Abin é a que prevalece hoje, em que a agência é vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional, que, por sua vez, responde diretamente ao presidente da República. Além disso, é imperativo que o Congresso Nacional tome com seriedade e profundidade a tarefa, que é legalmente sua, de exercer o controle externo da Abin.

Permitir que haja um intermediário de peso, ele próprio com ambições de ascender na política, entre o presidente e o serviço de informações é abrir uma porta para um "quarto Poder" nas sombras.

84

Data: 26/12/2002

Web site: <http://arquivoglobo.globo.com/>

Publicação: O Globo (Editoria: O País - Primeiro Caderno)

Autoria: Não especificada (de Brasília)

ESPIONAGEM POLÍTICA É COISA DO PASSADO

Encarregado de comandar o serviço de inteligência no futuro governo, o general Jorge Armando Félix, escolhido para chefiar o Gabinete de Segurança Institucional, garante: os arapongas do governo não farão espionagem política. O general, que terá sob seu comando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), disse que a instituição deve se preocupar em trabalhar para o Estado:

“A Abin, tanto no governo Lula como em qualquer governo, é um órgão voltado para o Estado. O espaço estrito em que a Abin deve trabalhar é o do exercício do poder. Não pode colaborar ou estar trabalhando no sentido de conquistar o poder, nem de se manter no poder”.

Com 63 anos e amigo do atual ocupante do cargo, o general Alberto Cardoso, Jorge Armando Félix promete não mudar o estilo de administrar sua pasta. Apesar das denúncias de que a Abin vinha espionando organizações como o Movimento dos Sem-Terra (MST), o general garantiu que o setor de inteligência não está a serviço de interesses políticos.

“Espionagem política é coisa do passado. Conheço bem o general Cardoso, não seria do feitiço dele permitir isso” disse o general, acrescentando:

“Não tem componente, como se diria na gíria, de fofoca. Isso não tem mais”.

Casado, Félix tem dois filhos militares e não é ligado ao setor de informações do Exército. Hoje dirige a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército, no Rio.

O general Félix não conhecia Lula pessoalmente. Seu primeiro encontro com o presidente eleito foi na última segunda-feira, quando foram anunciados os nomes que faltavam para compor o primeiro escalão do governo.

“Conhecia o presidente Lula como os demais brasileiros”, brincou.

O futuro ministro da Segurança Institucional prefere não dizer quem indicou seu nome ao governo Lula. O general disse que já se reuniu com Alberto Cardoso e disse que só no dia 27 deverá receber as diretrizes da equipe de Lula sobre a atuação de sua pasta.

Afinado com o discurso do novo governo, o general seguiu o exemplo de Lula e usou uma imagem de futebol para dar o tom de seu trabalho. “Não há muito o que mudar. Em time que está ganhando não se mexe” — disse o general.

2003

1

Data: 12/01/2003

Web site: <http://www.defesanet.com.br/noticia/lulamilitareszh/>

Publicação: Zero Hora

Autoria: Rodrigo Lopes

O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO

Desde o apagar das luzes do regime militar no Brasil (1964-1985), as Forças Armadas nunca foram tão requisitadas por ministérios ou secretarias como nos primeiros dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo menos cinco pastas federais, além de um governo estadual, pediram ao Ministério da Defesa a liberação de efetivo e equipamentos militares para apoio em campanhas sociais - as chamadas atividades subsidiárias, no jargão militar.

A parceria com o Ministério dos Transportes para uso do Exército na construção e fiscalização de estradas federais é apenas um indicativo da política de tirar os militares dos quartéis e aumentar sua participação nas comunidades. O crescimento da demanda social, no entanto, contrasta com a escassez de recursos, que em 2002 levou à traumática dispensa antecipada de 44 mil recrutas do Exército, e levanta perguntas: até que ponto as Forças Armadas podem desempenhar atividades secundárias sem comprometer sua função primária — a defesa do território nacional?

Para desenhar o papel dos quartéis no governo Lula, Zero Hora ouviu na semana passada militares, parlamentares e especialistas em estratégia. Em comum, uma advertência: é urgente a necessidade de o Brasil traçar uma nova política de defesa nacional adequada ao século 21.

Uma expressão tornou-se freqüente nos bastidores das negociações para inclusão das Forças Armadas nos pacotes de ajuda social do governo Lula na semana passada: “via de mão dupla”. Ou seja: Exército, Marinha e Aeronáutica se dispõem a ceder homens e equipamentos para iniciativas sociais do Executivo, mas, em contrapartida, querem recursos financeiros para agir.

— Entramos com recursos humanos, com toda boa vontade técnica, mas não se tira dinheiro do nosso orçamento - revela um alto funcionário do Ministério da Defesa.

O clamor foi encarado de duas maneiras nos quartéis: ao mesmo tempo em que é visto como elogio ao preparo da instituição, há um sentimento de reconhecimento tardio de um trabalho que já é feito longe dos holofotes da mídia. Há hoje, por exemplo, 29 obras em execução pelos batalhões de Engenharia de Construção do Exército.

A presença do governo em muitas regiões do país é feita pelas Forças Armadas. É uma função que eles sempre tiveram - diz Nelson Düring, especialista em assuntos militares e editor do boletim eletrônico Defesanet.com.br.

Uma questão preocupa os especialistas: até que ponto as Forças Armadas participarão de atividades sociais sem desvirtuar-se da missão de defender um território de 8 milhões de quilômetros quadrados, com uma fronteira porosa de 15,7 mil quilômetros assediada por narcotraficantes e guerrilheiros?

Vamos participar, mas não podemos abrir mão da defesa — diz um oficial graduado do Exército em Brasília.

A soberania na Amazônia é uma das maiores preocupações. Sem grandes projetos tecnológicos, o Exército prioriza a tropa. Nos últimos anos, vem deslocando unidades do Sul e do Sudeste para a fronteira Norte, mas a redução das despesas afetou os planos de ocupação.

Para os militares, a escolha dos comandantes foi acertada — obedeceu ao princípio da antigüidade. A surpresa ficou por conta do adiamento da licitação para a compra dos novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB) com o argumento de que o dinheiro seria usado no Fome Zero. Na verdade, a verba de pelo menos US\$ 700 milhões não sairia do Orçamento da União para 2003, e sim de financiamentos externos obtidos pelos próprios consórcios.

É um ato demagógico. A atividade social não pode fazer com que se negligencie a defesa nacional — avalia o coronel da reserva Geraldo Cavagnari, diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas.

Um dos mais conceituados estrategistas militares do país, o almirante Armando Vidigal, considera que a medida pode abrir precedente para o adiamento de outros projetos audaciosos, como a construção do submarino nuclear e do veículo lançador de satélites (VLS) e a recomposição dos efetivos do Exército.

A elaboração de uma nova política de defesa nacional deve ser uma das prioridades do governo. A atual é de 1996. É generalista e limitada. O esboço do que pode ser essa política começou a ser rabiscado em 2000. Na época, um grupo de 22 civis e militares desenvolveu teses para a reformulação dos conceitos básicos do plano atual - autodefesa e dissuasão defensiva. As propostas nunca saíram do papel. Pelos novos conceitos, as unidades devem ser racionalizadas, e suas funções, definidas segundo desafios.

Um dos motivos para acreditar que o esboço poderá ser resgatado por Lula, dizem integrantes daquele processo, é a presença naquela discussão de influentes integrantes do PT na área da defesa - entre eles o atual presidente nacional do partido, José Genoino, que chegou a ser cotado para o cargo de ministro.

Vou defender o projeto. O país tem de ter condições de defender suas fronteiras, espaço aéreo e interesses — diz Genoino.

Abin será arma de Lula no combate à corrupção

Depois de uma disputa no PT pela transferência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a Casa Civil ou para a Secretaria de Comunicação e Estratégia, o órgão deve permanecer subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - ligado diretamente à Presidência.

A agência, que na prática substituiu o velho Serviço Nacional de Informações (SNI) do regime militar, é uma das mais sensíveis do governo. Existe oficialmente para fornecer subsídios para as decisões presidenciais, mas, teoricamente, pode também ser desvirtuada para constranger inimigos e adversários.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva já anunciou que pretende usar agentes da Abin no combate à corrupção, em conjunto com os serviços de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal (PF). Uma outra função seria a utilização de parte de sua estrutura no combate ao narcotráfico. As boas intenções, porém, esbarram na histórica rixa entre a Abin e a PF.

— A Abin como agência de inteligência não existe. Uma coisa é inteligência: pensar, digerir a informação e tirar uma conclusão. Isso leva muito tempo para ser criado - critica o analista militar Nelson Düring.

Os sucessivos escândalos, como o episódio dos gramos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contribuíram para piorar a imagem da agência. Durante a transição,

falou-se em uma eventual faxina na agência pelo PT. O líder do governo na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), porém, afirma que o momento é de profissionalização da instituição.

Governo deve renegociar acordo de Alcântara

Um dos temas mais controversos da campanha eleitoral, o acordo para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, pelos EUA deve provocar a primeira turbulência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a administração americana na área militar.

Segundo uma fonte ligada ao governo, Lula deverá rever termos da negociação, cumprindo a promessa de campanha. Entre especialistas, há convicção de que os EUA não aceitarão revisar pontos do acordo, assinado em 2000 e à espera do aval do Congresso.

Da base podem ser lançados por ano até seis foguetes com satélites americanos, o que renderia uma receita anual de US\$ 30 milhões aos cofres brasileiros. O problema são alguns termos do acordo. Um deles proíbe o Brasil de utilizar recursos obtidos de atividades de lançamento em programas de sistemas de veículos aéreos não-tripulados.

— Julgamos algumas exigências indevidas - afirma o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e líder do governo na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

A questão divide especialistas. Chamando o acordo de “excrescência”, o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Geraldo Cavagnari, apóia a renegociação:

— É uma falta de respeito à soberania do país.

O gaúcho Nelson Düring discorda. Para ele, a cessão da base significa o ingresso do país no mercado espacial:

— Sem o acordo, aquela base é inútil. Vai virar sucata.

3

Data: 19/03/2003

Web site: http://veja.abril.com.br/190303/p_058.html

Publicação: Revista Veja – Edição nº 1794 (Seção: Internacional - Terrorismo)

Autoria: Policarpo Júnior (de Foz do Iguaçu)

ELE ESTEVE NO BRASIL

Quem diria: Osama bin Laden, o terrorista mais procurado do mundo, andou perambulando pelo Brasil no ano de 1995. Vindo da Argentina, entrou clandestinamente no país, passou três dias agradáveis em Foz do Iguaçu e reuniu-se com alguns membros da comunidade árabe na mesquita sunita da cidade, um imponente prédio erguido há vinte anos. Na mesquita, Bin Laden contou a seus companheiros de fé as agruras que enfrentou no Afeganistão quando lutava contra a ocupação soviética, conflito que durou dez anos e se encerrou no fim da década de 80. Na época de sua passagem pelo Brasil, Bin Laden ainda não era a estrela mundial do terrorismo, mas recebia as honras de um festejado líder islâmico. Seu encontro com os muçulmanos de Foz do Iguaçu, em nome da posteridade, chegou a ser filmado. O vídeo, preservado até hoje, tem 28 minutos de duração. Quem viu as imagens conta que Osama bin Laden aparece com um discreto cavanhaque, contrastando com a caudalosa barba que o celebrou depois dos atentados a Washington e Nova York. Está trajando um cafetã branco, a túnica típica da vestimenta árabe, e uma gutra vermelha, o lenço com que os árabes cobrem a cabeça.

Na semana passada, um alto funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) relatou a VEJA alguns detalhes das aventuras brasileiras de Bin Laden, sob a condição de manter-se no anonimato. Outras duas fontes – um superintendente da Polícia Federal e um delegado aposentado da PF, que

trabalhou em Foz do Iguaçu – confirmaram a VEJA que o serviço secreto brasileiro esteve investigando as conexões terroristas islâmicas naquela região da tríplice fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai. A história, detalhada pelo alto funcionário da Abin, mistura ingredientes em que a sorte é sucedida pela inépcia e desemboca num desfecho que só não é engraçado dado o fato de que o terrorista Osama bin Laden, anos depois, viria a mudar a história do século XXI com os terríveis atentados nos Estados Unidos, em setembro de 2001.

O serviço secreto brasileiro andou às voltas com Bin Laden por mero acidente de percurso. Em 1994, depois do atentado a uma entidade judaica em Buenos Aires que deixou 96 mortos, a CIA pediu ao governo brasileiro que vasculhasse a região de Foz do Iguaçu, na confluência das fronteiras de Brasil, Argentina e Paraguai, em busca de células terroristas. Encarregada da missão, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que mais tarde seria substituída pela Abin, montou a chamada Operação Piloto. Instalou um quartel-general no prédio da Polícia Federal em Foz do Iguaçu. Despachou para a região seis agentes secretos, que se juntaram a dois delegados e outros quatro agentes do centro de inteligência da PF. A operação durou alguns meses, levantou uma série de intrigas e futricas, mas não resultou em nada de concreto. Sua única relevância foi ter levado a Abin a fisgar um novo informante – um egípcio que vivia clandestinamente em Foz do Iguaçu. Usava passaporte falso e era procurado pelas autoridades de seu país devido às suspeitas de ser ligado a um grupo terrorista, o Gama At Al Islamiya. A organização praticara vários atentados no Egito, matando mais de 100 pessoas. Descoberto pelos agentes brasileiros, o egípcio pediu clemência. Não podia voltar para o Egito, sob pena de ser executado. Para ficar no Brasil, concordou em trabalhar como informante. Em troca, passou a receber 2.000 dólares por mês – metade paga pela Abin e a outra desembolsada pela CIA. É informante até hoje.

Em suas peripécias, o egípcio circulava com desenvoltura pela comunidade árabe de Foz e freqüentava as mesquitas da cidade. Por fé religiosa, esteve no encontro com Bin Laden na mesquita sunita, acreditando tratar-se de um líder espiritual, e não de um terrorista. Afinal, conhecia Osama bin Laden desde os tempos de sua juventude, quando chegaram a estudar juntos. O egípcio ouviu a peroração de Bin Laden sobre seu combate aos soviéticos no Afeganistão e, para guardar a imagem do amigo, obteve o vídeo que registra sua presença na região. **Ninguém deu importância ao fato – nem o informante da Abin, que desconhecia as atividades terroristas de Bin Laden, nem a própria Abin, que, à época, era capaz de confundir Bin Laden com o nome de uma estação de esqui austríaca.** E assim se passaram três anos, até que as bombas começaram a explodir. Em agosto de 1998, as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia foram alvo de sangrentos atentados em que morreram mais de 200 pessoas. Os investigadores americanos descobriram que, por trás da carnificina, havia um grupo terrorista que se tornaria mundialmente conhecido: Al Qaeda.

No rastro da investigação, o governo dos Estados Unidos apontou publicamente o principal suspeito pelos atentados na África, Osama bin Laden, e ofereceu uma recompensa de 5 milhões de dólares por sua captura, vivo ou morto. Nessa época, a CIA pediu ao serviço secreto brasileiro informações sobre um dos suspeitos de envolvimento no ataque às embaixadas americanas, o terrorista kuwaitiano Khalid Shaikh Mohammed – o mesmo que foi preso há três semanas, no Paquistão, e é considerado o terceiro homem mais importante na hierarquia da Al Qaeda. O pedido de informações da CIA, ao qual VEJA teve acesso, é datado de outubro de 1998, dois meses depois das explosões das embaixadas americanas na África. Atendendo à solicitação, a Abin acionou seu grupo de agentes que já havia quatro anos estava instalado em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira. Descobriu que Khalid Shaikh Mohammed estivera no Brasil, em 1995. Entrou e saiu do país com visto de turista. Chegou por São Paulo no início de dezembro e, na véspera de Natal, embarcou no aeroporto do Rio de Janeiro com destino à Holanda.

O informante egípcio, porém, tinha dados mais interessantes. Lembrou a seus superiores que Khalid Mohammed não era o único a ter passado pelo Brasil. Lembrou que Osama bin Laden também estivera em Foz do Iguaçu. Lembrou que havia até um vídeo mostrando o terrorista numa mesquita da cidade – e, é claro, lembrou que sua cabeça passara a valer 5 milhões de dólares. As informações sobre o terrorista kuwaitiano e Bin Laden foram repassadas à CIA. Não se tem notícia do que a agência de inteligência americana achou dos relatos nem se pediu à Abin para que tomasse alguma providência.

Procurada por VEJA na semana passada, a embaixadora americana no Brasil, Donna Hrinak, fez silêncio. “Não comentamos assuntos de inteligência”, mandou dizer.

O relato do informante egípcio ganhou credibilidade dentro da Abin. Afinal, tratava-se de um funcionário com serviços prestados em ocasiões anteriores. Em 1997, por exemplo, ele conseguira decifrar a estranha figura do xeque da mesquita de Foz de Iguaçu, o também egípcio Mahmoud Badran Muhamad Husain, ao descobrir que, na verdade, se tratava de um dublê de líder religioso e espião. O xeque chegara ao Brasil em janeiro de 1996. Tinha a missão de conduzir a mesquita sunita da cidade, a mesma onde Bin Laden fora filmado reunido com seus parceiros do Islã. Vigiando os passos do xeque, descobriu-se que ele falava com freqüência com o cônsul do Egito, Omar Ali Abou-Eich. Meses depois, a residência do líder da mesquita foi invadida por um grupo de desconhecidos. Até hoje, não se sabe quem fez a invasão, mas o material encontrado na casa do xeque apareceu misteriosamente na caixa de correspondência da Abin em Foz do Iguaçu. O material incluía a agenda do xeque, na qual constavam anotações sobre o papel de um serviço de inteligência e dicas de como colher informações. O Itamaraty foi informado da operação e, como resultado, o xeque e o cônsul acabaram sendo chamados de volta ao Egito.

Com o currículo de acertos do informante egípcio, a Abin, que nem sequer sabia que entre seus informantes havia um que mantinha laços com Bin Laden, achou que deveria explorar a informação. Pediu a ele que tentasse retomar contato com o terrorista saudita. O informante aceitou a missão, mas, segundo disse a VEJA o alto funcionário da Abin, apresentou uma condição: caso ajudasse na captura de Bin Laden, queria receber a recompensa de 5 milhões de dólares oferecida pelo governo americano. A Abin aceitou, o egípcio embarcou para um país africano, fez os contatos que julgou necessários e voltou ao Brasil dizendo-se portador de uma boa notícia: era possível, sim, com cuidado e tempo, alcançar Bin Laden. Seus superiores imediatos, então, debruçaram-se na confecção de um plano de trabalho. “O plano tinha apenas quatro páginas. Era curto e grosso”, contou a VEJA o graduado agente da Abin. Previa mandar o informante para o Cairo, capital do Egito, devidamente disfarçado para não ser capturado em seu país de origem e acabar com a cabeça numa bandeja. Previa, ainda, que o prazo de execução seria de seis meses, tempo suficiente para que o informante conseguisse um contato com Bin Laden ou, ao menos, descobrisse seu paradeiro. A operação custaria 10.000 dólares por mês aos cofres da Abin. Uma pechincha.

Submetido à cúpula da agência de inteligência, o plano foi recebido com desprezo. O serviço secreto brasileiro achou que tinha razões de sobra para não se meter na confusão. Havia um dado prático: Osama bin Laden era um terrorista, sim, mas, àquela altura, apenas um terrorista como tantos outros – e o tino da arapongagem brasileira nem de longe intuiu que poderia estar diante de um peixe graúdo. Havia, também, uma razão de política externa: não interessava ao governo brasileiro envolver-se com questões do terrorismo internacional, o que só reforçaria a surrada suspeita de que a região de Foz do Iguaçu é uma meca para onde os terroristas costumam peregrinar. E, por fim, havia um motivo prosaico, quase cômico: a Abin achou que 10.000 dólares por mês era dinheiro demais para gastar na tentativa de localizar um saudita maluco. Consultado por VEJA sobre a operação, o ministro Jorge Armando Felix, do Gabinete de Segurança Institucional, que coordena os trabalhos da Abin, despachou uma nota em que se lê o seguinte: “Não caberia, sob qualquer pretexto, a detenção de pessoa sem que contra ela pesasse a infração da lei brasileira ou a existência de mandado de prisão expedido por país ou organismo internacional reconhecido pelo Brasil”.

Além dessas razões, a experiência profissional da Abin talvez fosse suficiente para afastar os arapongas brasileiros do caso. Afinal, seria um formidável entretenimento assistir à Abin, uma agência que tem dificuldade de antecipar uma simples invasão de prédio público por integrantes do Movimento dos Sem-Terra, tentando capturar um terrorista árabe – e, ainda por cima, em território estrangeiro. E assim, sem merecer maiores atenções, o plano foi parar na gaveta, onde repousa até hoje, o espião egípcio continuou trabalhando para o serviço secreto brasileiro em Foz do Iguaçu e, três anos depois, Osama bin Laden mandou explodir as torres gêmeas em Nova York. Hoje, sua cabeça vale 27 milhões de dólares – 25 milhões oferecidos pelo FBI e mais 2 milhões da associação

americana dos pilotos. É dinheiro suficiente para bancar 450 operações de captura de terroristas, tendo por base o custo que a Abin achou alto demais.

13

Data: 27/07/2003

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A6)

Autoria: Iuri Dantas e Luciana Constantino (da Sucursal de Brasília)

GENERAL VÊ SITUAÇÃO NO CAMPO 'DENTRO DA NORMALIDADE'

Chefe do GSI afirma que violência nas grandes cidades não é "um fenômeno tipicamente brasileiro"

A situação no campo está “dentro da normalidade”, e a violência nas grandes cidades “não é um fenômeno tipicamente brasileiro, mas mundial.”

A avaliação é do ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Jorge Armando Felix, 64, responsável por monitorar tensões antes que elas se tornem crises institucionais.

Segundo ele, não há “bandidos nem mocinhos” no campo. Tanto ruralistas como sem-terra são monitorados pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência), um dos braços do GSI. Leia, a seguir, trechos da entrevista concedida à Folha.

Folha — *O GSI possui a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, que funciona como um "gabinete de crise" do governo. Os juízes e promotores dizem que vão entrar em greve e que isso causaria uma crise institucional. Como o sr. acompanha a questão?*

Jorge Armando Felix — **O trabalho que fazemos é acompanhar pontos que têm reflexo na área de segurança. O papel do governo é gerenciar crises, procurar evitá-las e, se efetivamente acontecerem, gerenciá-las e resolvê-las pacificamente. Temos nossa gradação, a luz verde, amarela ou vermelha.**

Folha — *Existe alguma luz amarela ou vermelha acesa hoje?*

Felix — Tivemos algumas. A primeira foi em 6 de janeiro, quando fizemos uma reunião por causa da possibilidade de conflito no Iraque. Outra atuação foi o incêndio recente em Roraima. Também a possibilidade de a epidemia de pneumonia [Sars] chegar ao Brasil. Estamos preparados para tomar as medidas necessárias.

Folha — *O MST chegou a acender a luz amarela no governo?*

Felix — Não é o MST. Nós chamamos de questão agrária, porque não se resume ao movimento dos sem-terra. Existem vários movimentos envolvidos. Procuramos sempre definir um potencial de risco de cada área. O governo fica informado e eventualmente toma as providências.

Folha — *E as milícias armadas organizadas por fazendeiros?*

Felix — São tão acompanhadas quanto qualquer outro grupo. Acompanhamos todos indistintamente. Não há bandidos e mocinhos, não há malvados e generosos. O governo não toma partido. Não deve e não pode tomar.

Folha — *No início do governo Lula, a violência no campo aumentou em relação a 2002. Isso preocupa?*

Felix — Isso é relativo. Se vocês compararem os dados do primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2001 e de 2000, vão ver que não há tanta disparidade entre a estatística atual e a estatística desses anos. No ano passado, sim, mas foi um ano atípico, um ano eleitoral. Claro que tem havido uma repercussão muito grande, até pelo estilo do governo. Mas achamos que são coisas que ainda estão dentro da normalidade.

Folha — *Como o governo se mantém informado? A Abin infiltra agentes nos movimentos?*

Felix — É feito por meio de órgãos de inteligência. Não vamos dizer como, porque estariamos interferindo no trabalho.

Folha — *Temos hoje um aumento da violência. Como o sr. vê isso?*

Felix — Existe uma infinidade de causas. Não é um fenômeno tipicamente brasileiro. É um fenômeno que preocupa, mas é mundial.

Folha — *O presidente tem um comportamento mais popular, quebrando o protocolo regularmente.*

Como fica a segurança?

Felix — É questão de adaptação.

Folha — *Dele ou de vocês?*

Felix — Claro que nossa. O presidente não vai se adaptar à segurança. A segurança é que vai se adaptar ao presidente.

Folha — *Na semana passada, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, autorizou a PM a conter servidores na Casa. Isso poderia acontecer no Planalto?*

Felix — Não vou comentar as regras da Câmara. No Planalto, não entrariam. Possivelmente, se o presidente quisesse receber ou os ministros que trabalham aqui quisessem, o grupo seria recebido. Agora, invasão não. Qual é o limite? Temos que estabelecer esse limite.

Folha — *A juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal de Brasília, determinou que o Exército torne públicos todos os arquivos sobre a guerrilha do Araguaia. O Exército diz que não há arquivos, mas diversos jornais, inclusive a Folha, já divulgaram documentos sobre operações. Afinal, há ou não arquivos?*

Felix — Tem que perguntar isso ao Exército. Eu não estou mais no Exército, estou no GSI.

Folha — *Pessoalmente, o sr. é a favor da divulgação?*

Felix — Não posso falar o que acho pessoalmente. Quando a gente está como ministro, não pode misturar as coisas.

Folha — *Do ponto de vista histórico, não é melhor que a verdade prevaleça?*

Felix — Você está me pedindo uma opinião. E não gosto de dar opinião. Gosto de me ater a fatos. Isso é pura especulação. Não conheço. Não sei se existem os arquivos. Não posso dizer.

28

Data: 16/10/2003

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Painel - Página: A7)

Autoria: Não especificada (da Sucursal de Brasília)

FELIX REJEITA COMPARAÇÕES ENTRE ABIN E SNI

O ministro Jorge Armando Felix (Segurança Institucional da Presidência) rejeita comparações entre a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e o extinto SNI - Serviço Nacional de Informações, instituído com o regime militar (1964-85).

Para ele, o SNI é de "uma época em que só havia preto e branco". Quanto ao futuro, disse: "É difícil prever para onde estamos indo. Temos que ter um sistema flexível, para permitir que o governo acompanhe a evolução do mundo".

Daí o interesse em “ouvir” a sociedade. “Para usar uma expressão de traseira de caminhão, queremos perguntar como estamos dirigindo. Se sentirmos que estamos em descompasso com o que esperam de nós, vamos mudar.”

A estrutura da Abin compõe o organograma do gabinete de Felix. Cabe a ele a coordenação do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência). Foi criado em 1999. Inclui as demais repartições federais que lidam com o mundo da espionagem.

“Vamos ouvir todos os setores, de espírito aberto, ainda que nem todas as sugestões possam ser acolhidas”, disse Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência).

Felix deseja “desmistificar a atividade de inteligência”. Acha “possível ter uma boa agência de inteligência num regime democrático”. Como seria essa agência? “Existe o serviço de inteligência que trabalha para o poder constituído e contra os seus oponentes. Existe o que trabalha como um poder autônomo. Buscamos o meio termo”, disse Felix.

33

Data: 16/10/2003

Web site: http://www.radiobras.gov.br/anteriores/2003/sinopses_1610.htm#1

Publicação: Jornal do Brasil

Autoria: Não especificada (de Brasília)

SOCIEDADE JULGA ARAPONGAS

Objetivo é desmistificar atividade de inteligência e colher opiniões e sugestões para melhorar o sistema.

O plano começou a ser traçado em agosto e, como compete a responsáveis pelo serviço de inteligência, não vazou. A partir de hoje, contudo, dois ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva — Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, e o general Jorge Armando Felix, do Gabinete de Segurança Institucional — deflagram uma série de consultas à sociedade para reestruturar, ampliar o quadro de funcionários e o poder da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), filha hoje nada dileta do extinto Serviço Nacional de Informação (SNI).

A parlamentares, associações de empresas de comunicação, entidades de jornalistas e ligadas à Cultura, sindicalistas (incluindo nessa categoria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST) e confederações patronais, instituições religiosas, advogados, juízes, procuradores, organizações não governamentais e catedráticos de universidades públicas e privadas a dupla de ministros pedirão sugestões e idéias para aprimorar o serviço da Abin.

Os arapongas do governo, que entre outros objetivos com o rush de encontros querem acabar com o apelido pejorativo e trocá-lo pela denominação de agentes de inteligência, não montaram um plano prévio para discutir na rodada de conversas. Vão estruturá-lo depois, como resultado das consultas.

É claro, contudo, como deixaram antevisão ontem ao anunciar o objetivo da maratona, que sabem onde querem chegar: a Abin quer dobrar o atual quadro de 1.609 agentes, aumentar os salários dos funcionários para atrair pessoal com melhor qualificação profissional, modernizar o equipamento e, o principal, conquistar apoio para mexer na Constituição e ganhar autonomia para grampear e quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico de suspeitos de atentar contra a segurança nacional - sejam traficantes, terroristas, lavadores de dinheiro ou integrantes de organizações ou movimentos que possam abalar a paz interna ou afetar as relações externas brasileiras.

A longa relação de entidades a serem ouvidas até há pouco tempo integrava a ampla lista de suspeitos investigados pelo serviço de informação. O SNI, que não primou nunca pela respeito à privacidade de qualquer brasileiro acabou.

A Abin quer enterrar de vez o preconceito. — Queremos desmitificar a atividade de inteligência, mostrar a importância para o governo e os Estados, colher de grupos da sociedade o que deve nortear os trabalhos da Abin daqui para a frente.

Queremos transformar a agência numa instituição com valores determinados e com quadro de profissionais competentes - afirmou o ministro do Gabinete da Segurança Institucional. Cinco perguntas deverão nortear as tais consultas às entidades: o que a sociedade espera da atividade de inteligência no Brasil? Em que áreas a inteligência brasileira deve atuar prioritariamente? Como tornar a atuação do Sistema Brasileiro de Inteligência mais eficiente e eficaz? Como tornar mais eficaz o controle externo pelo Poder Legislativo? Como melhorar a capacidade da inteligência de obter o conhecimento não disponível?

A inteligência busca conhecimento que as pessoas não querem disponibilizar. Precisa defender o interesse do Estado e, ao mesmo tempo, temos de encontrar a fórmula, o limite, para que esse trabalho não ultrapasse os limites da invasão da privacidade do indivíduo e das organizações - observou o general Felix.

Chega a vez de o ministro Luiz Dulci intervir. Limpa a lente do óculos, consulta as anotações e registra: — Todos os Estados democráticos têm sistemas e órgãos de inteligência. Por isso, é importante que a sociedade brasileira opine sobre qual deve ser o sistema ideal para o país e nos ajude a montar a política nacional de inteligência.

Dulci e o general Felix são cautelosos. Não deixam antever onde o governo quer chegar. Falam em “correção de rumos”, “fortalecer o sistema”, “valorização do profissional de inteligência”. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional assegura que os movimentos sociais, aí incluídos os sem-terra, não são o inimigo a combater, mas refletem a “expressão legítima de algum anseio da sociedade”.

— O SNI foi um fruto da guerra fria, quando tudo era preto ou branco, sem cinza. O mundo hoje segue por outras trilhas. Hoje precisamos definir se devemos atuar no campo da obtenção de informações para proteção de empresas nacionais que buscam mercados lá fora ou podem ser ameaçadas por empresas que vêm de fora, por exemplo. Os limites de nossa ação, é isso que queremos definir com a sociedade - afirma o general Felix.

36

Data: 17/10/2003

Web site: http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/outubro/CS_17_de_Outubro.htm#n16141

Publicação: O Estado de São Paulo (Caderno Nacional)

Autoria: Tânia Monteiro (de Brasília)

ABIN PODE NÃO TER DADOS DE GUERRILHA, DIZ FÉLIX

Para ele, documentos em poder da agência não devem ajudar a localizar mortos do Araguaia

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, disse ontem que os documentos arquivados na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não devem conter informações capazes de ajudar na localização dos mortos da Guerrilha do Araguaia, militantes de esquerda que nos anos 70 enfrentaram militares na região que hoje pertence aos Estados de Tocantins e Pará. Félix ressalvou que a Abin está disposta a colaborar, mas afirmou que “a quantidade de solicitações já feitas e respondidas não deu nenhuma indicação” de que haja dados úteis nos arquivos da agência. Os cidadãos, de acordo com o general, “nem imaginam” a quantidade de arquivos existentes na Abin, nem a “massa enorme de informações que não foi trabalhada”.

“Tamanho é o poeiral”, disse ele, que os funcionários são obrigados a trabalhar com máscaras. As declarações foram dadas em entrevista coletiva realizada na sede da Abin, após uma palestra em que o governo informou a um grupo de parlamentares a intenção de consultar vários segmentos da sociedade

sobre mudanças em estudo na área de inteligência. Participaram da palestra, entre outros, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Marcelo Crivella (PL-RJ). O general avaliou que a Abin sofreu alterações muito sutis no governo Lula. “Não há mudança política, há mudança de estilo, pois cada chefe tem um estilo”, afirmou. “Não houve nenhuma mudança profunda nem na estrutura de pessoal, nem na estrutura organizacional, nem nas atividades.

Apenas a forma de fazer algumas das atividades de inteligência foram mudadas, adequando mais o tipo de inteligência ao feitio do governo que assumiu em janeiro.”

Apesar de representantes da Abin terem afirmado na véspera que a agência deseja ganhar autonomia para gravar conversas por telefone mediante autorização judicial, Félix negou que esse seja um dos objetivos da reestruturação da agência. A principal autoridade da área de inteligência do País assegurou ainda que o pagamento de informantes é legal e constitui uma prática comum nos serviços de informação do mundo. “É importante caracterizarmos que as fronteiras éticas da atividade de inteligência são complexas. Na ética absoluta, não podem existir serviços de inteligência”, disse. “Não existe branco e preto. Trabalhamos nas várias tonalidades de cinza.”

43

Data: 20/10/2003

Web site: <https://www.planalto.gov.br/secom/sinopses/sioito/sioito031020b.pdf>

Publicação: Jornal do Brasil

Autoria: Não especificada

ENTREVISTA DE JORGE ARMANDO FELIX, “LUZ AMARELA PARA O BIOTERRORISMO”

O ministro do Gabinete da Segurança Institucional, Jorge Armando Felix, abandonou a farda no início do ano. **Desde o início da semana, ao lado do colega da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, abraçou uma nova causa: atrair a sociedade para remodelar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), herdeira cada vez mais distante do Serviço Nacional de Informação, o SNI, a mais temida sigla de 20 anos de ditadura militar.** Além da Abin, é responsável pela segurança da família presidencial, dirige a Secretaria Nacional Antidrogas e a de Acompanhamento e Estudos Institucionais, uma espécie de conselho anticrise, hoje preocupada em evitar a ameaça do bioterrorismo no Brasil.

Jorge Armando Felix: “Não queremos que o presidente mude uma história de vida, então a segurança tem de se adaptar ao estilo do presidente”.

Com 64 anos, general de Artilharia do Exército, o ministro do Gabinete da Segurança Institucional, Jorge Armando Felix, abandonou a farda no início do ano. De terno geralmente cinza, camisa costumeiramente branca, desde o início da semana, ao lado do colega da Secretaria Geral da Presidência, o mineiro civil e professor Luiz Dulci, abraçou uma nova causa: atrair a sociedade para remodelar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), herdeira cada vez mais distante do Serviço Nacional de Informação, o SNI, a mais temida sigla de 20 anos de ditadura militar. Com curso de comando das Forças Armadas na Alemanha, o general é um militar do presente. Antes de tomar assento um pavimento cima ao do andar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, operava na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Exército. Descendente de imigrantes de Beirute, no Líbano, gosta de dizer que formou uma família de antecessores do Ministério da Defesa: “Sou do Exército, minha filha é médica da Força Aérea, meu filho, capitão-tenente da Marinha. E temos um ministro civil, minha mulher.” Além da Abin, é responsável pela segurança da família presidencial, dirige a Secretaria Nacional Antidrogas e a de Acompanhamento e Estudos Institucionais, uma espécie de conselho anticrise, hoje preocupada em evitar a ameaça do bioterrorismo no Brasil.

– *No fim das consultas à sociedade, que Agência Brasileira de Inteligência gostaria de montar?*

– A agência ideal teria mais funcionários. Estamos em vias de fazer um concurso brevemente, se o Ministério do Planejamento autorizar. Precisamos de uma estrutura de recursos humanos melhor e maior, particularmente nos Estados. Estamos com a agência esvaziada, precisaríamos renovar parte do equipamento, que já é antigo, de investimento, como todo o governo precisa, em veículos e equipamentos de comunicação. No mais, uma aceitação maior por parte da sociedade, que pressupõe o conhecimento da atividade.

– *Por isso as consultas?*

– Sim. Queremos basicamente uma agência que atinja os níveis para os quais foi projetada há três anos. À medida que houver a possibilidade de o governo absorver mais servidores, acreditamos que vamos ter a agência dos nossos sonhos.

– *Como atua hoje o agente de inteligência? Ele se infiltra? É um espião?*

– De uma maneira geral, não. Hoje, o homem de inteligência é fundamentalmente um analista, trabalha mais com fatos do que com pessoas ou biografias. Precisa de visão abrangente do que acontece no mundo, noções de economia e política. Tem de saber exatamente o que o cliente quer e o nosso cliente é o presidente da República, depois os ministérios. Por isso tem de ter noção das políticas do governo para que a informação seja trabalhada no contexto político nacional.

– *Hoje quais são as áreas que mais preocupam a Abin? É o narcotráfico, é o terrorismo?*

– Gostaria de não especificar as áreas. O crime organizado é uma, embora exista uma fronteira entre a nossa análise e a da Polícia Federal, que tem visão criminal. Temos de ter uma visão estratégica do crime organizado.

– *O que seria crime organizado nessa visão?*

– É diferente dos efeitos que pode causar, em termos psicossociais ou até econômicos e políticos. Nós nos valemos muito das informações dos outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, até porque a Abin tem capilaridade pequena.

– *Por que os dois representantes da Abin no Exterior atuam, um nos Estados Unidos e outro, na Argentina?*

– Gostaríamos de ter um oficial de ligação em todos os países com os quais o Brasil tem interesse. É bom lembrar que esses agentes, que chamamos oficiais de ligação, existem em quase todas as embaixadas do Primeiro Mundo localizadas em Brasília. Trabalham em absoluta ligação conosco. Não fazem o que se chamava de espionagem. São homens de inteligência, trocam informações com os serviços de outros países, até porque hoje grande parte das atividades criminosas ou ilegais é transnacional.

– *Um dos objetivos da remodelação da agência é instalar oficiais de ligação em outros países?*

– Se houver recursos para isso, sim. Pretendemos expandir.

– *Expandir já no ano que vem?*

– Não está definido. Temos apenas desejo. No momento, gostaríamos de ter alguém na Venezuela, país com o qual temos um grande relacionamento; na Colômbia, por questões óbvias; e no Paraguai. O Brasil hoje tem o foco político voltado para a América do Sul, então o ideal seria que tivéssemos agentes em todos os países da região.

– *Diante da crise boliviana, como atuou o Gabinete de Segurança Institucional e a Abin para municiar o presidente de informações?*

– Temos uma ligação estreita com o Ministério das Relações Exteriores, onde estão as principais fontes de informação – os embaixadores, as embaixadas, os adidos militares. Recebemos as informações que produzem para o Itamaraty e aquilo que nos interessa eles nos repassam.

– *Quando há uma crise tão próxima, como houve na Venezuela, e agora na Bolívia, enviam agentes para trabalho em campo?*

– Quando necessário mandamos. Temos permanentemente fontes de informação nesses locais.

– *O patrulhamento de fronteiras preocupa?*

– Trabalhamos com as Forças Armadas e a Polícia Federal, os órgãos presentes na área de fronteira. Como não temos estrutura física nessas regiões, em algumas mais críticas deslocamos agentes para receber as informações que nos interessam.

– *No contexto geral da atividade da Abin, quanto é o trabalho de campo?*

– Em qualquer serviço de inteligência hoje, 90% do serviço são das chamadas fontes abertas. Circulam na internet, na televisão, mas as fontes que temos e nos complementam com os outros 10%. Quanto melhor o trabalho da imprensa, melhor o nosso. De certa forma podem cobrar alguma coisa porque trabalham para nós, investigam.

– *O que faz a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais?*

– Recebe dados da inteligência e, permanentemente, acompanha o que acontece no Brasil em áreas selecionadas, particularmente aquelas em que há probabilidade de ocorrência de crises. A secretaria tem um gabinete de crises.

– *Que crises?*

– Em 6 de janeiro, por exemplo, começamos a analisar a possibilidade de ocorrência de um conflito no Iraque. De que maneira o Brasil poderia se proteger do conflito? Procuramos ver quais seriam os efeitos para o Brasil em termos de petróleo, o preço; se faltar, quais as alternativas de fornecimento. Se, por acaso, se desencadeasse uma guerra bacteriológica, uma probabilidade, como faríamos, se chegasse alguém infectado ao Brasil, onde internar? São coisas assim que procuramos visualizar com vários ministérios.

– *Quando foi a última reunião desse conselho?*

– Fizemos uma quando houve o incêndio em Roraima, porque, em 1998, tivemos o desprazer de constatar que, quando o governo federal chegou lá, já tinha bombeiro argentino, avião canadense. Quando começou agora, alertamos o presidente que era hora de se estruturar e tentar avançar antes que o fogo chegasse à área ianomâmi, como chegou. O grupo de crise incluiu o Ministério do Meio Ambiente, as Forças Armadas, o Ministério da Justiça. Antes que o incêndio tomasse um vulto maior, já tinha equipe grande lá, todos articulados com o governo do Estado. Estamos com outro grupo funcionando, referente a bioterrorismo. O bioterrorismo é muito abrangente.

– *Por que bioterrorismo? Há perigo iminente?*

– Porque são afins. Existe, em termos de terrorismo internacional, a probabilidade de alguém usar um armamento biológico ou químico. Como disse, é um trabalho puramente de articulação. Luz verde, luz amarela, luz vermelha. Quando acende a amarela, começamos a nos preocupar. Antes de acender a vermelha, nos reunimos. O objetivo é que o governo não seja surpreendido.

– *Uma polêmica que vem do governo passado: a que órgão deve ficar vinculada a Secretaria Nacional Antidrogas, à Segurança Institucional, como hoje, ou ao Ministério da Justiça?*

– Penso que deva ficar próxima à Presidência da República. Semana passada eu, como presidente do Conselho Nacional Antidrogas, baixei duas resoluções. Uma modificando a estrutura da Secretaria, criando câmaras temáticas, e, outra, com a diretriz para que até meados do ano que vem montemos a política nacional sobre drogas. Organizações não-governamentais, famílias, até dependentes estarão representados nas câmaras, para que cada uma seja a síntese da área social interessada no problema.

– *Uma das responsabilidades que cabem ao senhor é a segurança do presidente.*

– Do presidente, da família do presidente, do vice-presidente, da família do vice-presidente, e os titulares dos chamados órgãos essenciais da Presidência. Segurança sempre é difícil, porque temos de raciocinar com a pior hipótese. Mas o presidente ajuda muito.

– *Como ajuda, se gosta de andar pelo meio do povo, apertar mãos, abraçar?*

– Ele comprehende, entende de segurança e se submete às regras. Não queremos que o presidente mude uma história de vida para que se adapte à segurança. Então a segurança se adapta ao estilo do presidente.

- *O senhor anda com segurança?*
– Não. É quase uma privação de liberdade.
-

46

Data: 25/10/2003

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Jânio de Freitas - Página: A5)

Autoria: Jânio de Freitas

AS CRIAS DAS DITADURAS

Por alguma das tantas razões obscuras do jornalismo brasileiro, por aqui não mereceu nem a mínima atenção a notícia que, no domingo, assombrou a Argentina, e não era para menos. Um tanto assombrados, a rigor, os argentinos — população e governo Kirchner — já estavam com a onda cada vez maior e mais indomável de sequestros, convencionais e sobretudo do tipo relâmpago.

Os argentinos já sabem que investigações muito sigilosas chegaram a um primeiro resultado (ou só esse foi liberado ao conhecimento público). Centenas de telefonemas, talvez mesmo uns 700, dados por sequestradores tiveram, em uma das pontas, um telefone que ninguém imaginaria: é do comando do Exército argentino.

A degenerescência dos setores incumbidos da segurança nacional, dos níveis policiais aos mais elevados, é um legado que tardará muito a se apagar nos países latino-americanos vitimados pelo ciclo das ditaduras militares. O caso brasileiro é menos grave que o argentino e o chileno quanto ao setor militar, mas muito mais grave quanto à degradação das polícias. E, ao que se pode supor, equivalente aos demais nas ramificações de agentes dos “extintos” serviços de espionagem interna (os SNIs de cá e de lá) já no regime democratizado de tais países.

No Brasil, as gravações telefônicas investigadas levaram, quase todas, a ex-agentes do SNI e dos serviços militares de informação. Por isso as investigações deram em nada: ou os autores das gravações ilegais continuam ligados aos serviços controlados por militares, e recebem proteção em vez da devida punição, ou é gente que sempre sabe o bastante, inclusive por uso de gravações, para se fazer temido e não ameaçado. Assim se explica que o Brasil seja, de anos para cá, o paraíso dos grampeadores.

Mas nem só de grampeadores se faz a continuação dos vícios e práticas criminosas por integrantes dos porões ditoriais. Entre os já apanhados pela Operação Anaconda em São Paulo, por exemplo, não falta quem tenha desfrutado do direito de abusos de toda a espécie, por servir à ditadura, e não abriu mão da mesma liberdade quando a ordem das coisas se alterou. Alguns destes podem se dar mal, por exagero ou por acaso.

O que se alterou de fato, nos últimos anos, foi mais nas formalidades do que nas instituições. O SNI, inexistente no governo Fernando Henrique, jamais deixou de existir. De início, ativo no próprio Palácio do Planalto, sob o nome de Secretaria de Segurança Institucional, o que explica os tantos telefonemas do então juiz Nicolau dos Santos Neto para militares da secretaria. Os agentes do SNI não haviam perdido o emprego. Mais tarde reassegurado ou ampliado com a criação da Abin.

Mesmo que falando em “serviço democrático” da Abin, o governo está apenas continuando a retomada a que Fernando Henrique deu início com a Abin. Por tudo o que consta, a Abin do governo está repleta das figuras físicas e jurídicas do SNI. E isso não tem significações apenas

para o presente, mas para o futuro que esses serviços costumam praticar fora das suas atividades regulares.

55

Data: 19/11/2003

Website: http://www.terra.com.br/istoe/1781/brasil/1781_arapongas_no_trombone.htm

Publicação: Revista IstoÉ - Edição 1781 - (Seção Brasil)

Autoria: Luiz Cláudio Cunha

ARAPONGAS NO TROMBONE

Com pouca verba, Abin esboça greve e ameaça jogar tudo no ventilador

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o serviço secreto do governo, identificou o mais novo foco de agitação sindical e movimentação grevista dentro da administração pública: a própria Abin, sucessora do velho SNI. Ao alvorecer de sexta-feira 14, um estridente carro de som, estacionado diante da sede da agência, em Brasília, convocava os funcionários com palavras de ordem para uma inédita assembléia, às 11h, com um chamariz que excitava os arapongas na ditadura e agora emociona os agentes na democracia: indicativo de greve. No auditório, espalhavam-se faixas que os agentes se habituaram a ver em reuniões de esquerda: “Elegemos Lula presidente, queremos uma Abin decente”, “Servidor, junte-se a nós, some à nossa força a sua voz”. A crise surda que agita os 1.600 servidores da Abin há um mês atingiu seu auge na quarta-feira 12, quando o presidente Lula se reuniu pela terceira vez em menos de 24 horas com o general Jorge Armando Félix, ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional, para mandar um duro recado aos rebelados: “Vou considerar esta greve como se fosse uma greve do Planalto. É como se me deixassem só no palácio”, protestou.

O governo está preocupado com os desdobramentos da paralisação numa área tão delicada. “**Parar a Abin seria inócuo. Nosso jeito de fazer greve é vazar informações, contar o que sabemos, sobre muita gente, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário**”, ameaça um dos líderes do movimento, em tom de chantagem, falando a ISTOÉ na véspera da assembléia. O próprio presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), ligou preocupado para o Planalto ao saber da entrada de um mandado de segurança no STF pedido pelo advogado Aldemir Machado, fundador da Associação dos Servidores da Abin. Sarney é acusado de “omissão” pela não aprovação do plano de carreira da agência, origem da encrenca que faz a arapongada ameaçar abrir o bico. A MP 42, que regulamentaria o plano, foi revogada em março e produziu um rombo médio de R\$ 800 nos salários. Eles querem receber como gestor (R\$ 5 mil) e não como policial rodoviário (R\$ 3,8 mil).

O orçamento de R\$ 19 milhões da agência para 2003 já sofreu uma tesourada de R\$ 6 milhões. A área econômica não consegue entender direito o que faz a Abin. “Alfaiate, para quê?”, espantou-se a emissária do Planejamento que discutia o reajuste. A Abin tem hoje dois profissionais de corte e costura em seus quadros, segundo eles por necessidades óbvias como “trajes de disfarce”. No manifesto que entregou um mês atrás na Casa Civil, denunciando o abandono que vive a Abin e pedindo a exoneração de todos os diretores, até a Associação dos Servidores pede o fim de “cargos extravagantes”. Hoje trabalham lá dois “lactaristas”, que nos tempos do SNI tinham a nobre missão de provar que não estava envenenado o leite servido aos generais. Na falta de comunistas para xeretar, os espiões foram desviados para ações menos ortodoxas: no governo FHC, foram despachados pelo general Alberto Cardoso, em pleno apagão, para medir o nível da água nas represas de Três Marias e Furnas. Para a arapongada tradicionalista aquilo foi um vexame.

A secura salarial já provocou evasão de 60% dos profissionais da Abin. Cada vez menos gente sobrevive aos concursos para ingressar na Escola de Inteligência. No de 1994, foram selecionados 64, só 48 tomaram posse e acabaram sobrando apenas 16 da turma original. Quatro agentes se suicidaram de 2001 para cá, 15 foram afastados por alcoolismo grave e 70% vivem pendurados no cheque especial. A roupa suja será lavada em público no dia 27 na Comissão de Defesa Nacional da Câmara,

que se reúne para ouvir o general Félix e a bizarra história dos arapongas que fazem greve botando a boca no trombone.

57

Data: 30/11/2003

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: No Planalto - Página: A11)

Autoria: Josias de Souza (Diretor da Sucursal de Brasília)

ABIN DO PT ELOGIA FICHADO PELO “BRASIL NUNCA MAIS”

O Planalto iniciou em outubro operação para tonificar os poderes da Agência Brasileira de Inteligência. A “nova” Abin vem sendo vendida em reuniões públicas. Num esforço que conta com a participação do chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Jorge Armando Félix.

Para Félix, a trilha da transparência tem certos obstáculos. Papéis secretos, ainda que velhos de 200 anos, de interesse meramente historiográfico, não podem conhecer a luz do sol. Cioso quanto ao sigilo, o general talvez devesse zelar também pelo conteúdo do papelório oculto. O teor de alguns deles não combina nem com o discurso de Félix nem com o histórico do governo a que serve. É o caso do “Boletim de Serviço Confidencial” da Abin. Possui periodicidade quinzenal. É impresso em rotativas da própria agência.

O repórter obteve o número 14. É coisa novíssima, de 31 de julho de 2003. No capítulo “Justiça e Disciplina”, sob o título “referências elogiosas”, o boletim exalta “a lealdade, o espírito de irrestrito cumprimento do dever, a inteligência, a correção de atitudes e a fidalguia” de um de seus servidores.

Chama-se Rubens Robine Bizerril. É coronel do Exército. Aposentou-se em julho, depois de “anos de bons serviços à inteligência brasileira”. Ingressara no extinto SNI em 74. Dois anos antes, chefiava um inquérito militar no Batalhão de Caçadores de Goiás, hoje rebatizado de Batalhão de Infantaria Militar.

Eram tempos nublados. Pergunte-se ao companheiro Zé Dirceu. Libertado da cana em 69, numa operação que envolveu a troca de prisioneiros políticos pelo embaixador americano Charles Elbrick, Dirceu, então um estudante idealista, retornara de uma temporada em Cuba.

Entrara clandestinamente no Brasil em 71, como integrante do Molipo (Movimento de Libertação Popular). Encontrou uma atmosfera de franca perseguição. No mesmo ano, refugiou-se de novo em Cuba. Fez plástica no rosto com médicos chineses e só ousou retornar em 75, na pele de “Pedro Caroço”.

Gente como Dirceu temia justamente a ação de gente como o coronel Robine Bizerril. Não sem motivo. Em agosto de 72, Ismael de Jesus Silva, 19, estudante secundarista de Campinas, militante do Partidão, conheceu “a correção de atitudes e a fidalguia” do xilindró do Batalhão de Caçadores de Goiás. Preso, foi torturado à morte.

A família só soube do ocorrido quase um mês depois. O cadáver de Ismael Silva exibia claros sinais de maus-tratos. Trazia um olho vazado, as palmas das mãos lanhadas. Pela versão oficial, cometera suicídio.

Envergonhado por ter sido preso, teria se enforcado com um fio de persiana. À frente do inquérito, Robine Bizerril, aferrado ao “espírito de irrestrito cumprimento do dever”, não se deu ao trabalho de abrir uma reles sindicância. Seu nome foi ao dossiê do projeto “Brasil Nunca Mais”.

Em 2000, sob FHC, Robine Bizerril foi descoberto no exercício de nobres funções. Ocupava o posto de coordenador de Planejamento e Segurança Pública do Ministério da Justiça. Exposto no noticiário, foi devolvido pelo tucanato à Abin.

Ouvido à época pela Folha, Robine Bizerril pretextou inocência. Disse que só vira Ismael Silva depois de morto. Estava no quarto de um sargento, o fio de persiana enrolado no pescoço. Alegou que o estudante não fora recolhido a uma cela convencional por falta de espaço. Não enxergou razões para duvidar da versão de suicídio. Disse: “A tortura é covarde, abominável, abjeta e uma burrice”.

Irônico e caprichoso, o destino quis que Robine Bizerril interrompesse a sua trajetória de “bons serviços” no curso do primeiro ano do governo petista. Aposentou-se na função de assessor de Inteligência da Diretoria Executiva de Planejamento e Coordenação da Abin.

Redigidos por um superior, os elogios à sua atuação foram chancelados pela chefia da repartição. Publicados no boletim confidencial da Abin, ganharam ares de manifestação oficial. **Procurado, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência manifestou-se por escrito na sexta-feira. Disse que a “referência elogiosa” a Robine Bizerril foi anotada em papel “confidencial” porque nomes de servidores da Abin não podem, por força de lei, constar de “documentos ostensivos”.**

De resto, o “Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União não estabelece qualquer discriminação em razão da origem do servidor.” Por isso, Robine Bizerril “recebeu tratamento igual a todos os demais”. Ponto final.

Assim como os ex-militantes de esquerda que executaram prisioneiros, personagens como Robine Bizerril têm o passado escorado na Lei da Anistia. O diabo é que nenhuma lei preceitua que devam ter o futuro adornado por “referências elogiosas”.

O gesto deve ser debitado ao descompromisso do ex-PT com a sua própria história. Será contabilizado no mesmo rol de passivos em que se encontra espetada a resistência do “novo” governo em disponibilizar à história as informações oficiais relativas à guerrilha do Araguaia.

58

Data: 03/12/2003

Web site: <http://www.terra.com.br/istoe/>

Publicação: Revista IstoÉ – Edição nº 1783 (Seção Cartas)

Autoria: Marisa Diniz (Diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência)

SERVIDORES

Sobre a matéria intitulada “Arapongas no trombone” (ISTOÉ 1781), esclareço que:

A direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) considera justo e democrático o movimento reivindicatório dos seus servidores por melhores salários, principalmente depois que a Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, que dispunha sobre a estruturação da carreira de Inteligência e remuneração dos servidores da Agência, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, gerando a suspensão de efeitos financeiros dela decorrentes.

Ressalte-se que a direção da Abin não tem colocado obstáculos para as ações de reivindicação salarial e encaminhou favoravelmente o assunto, que está sendo apreciado pelos setores competentes do governo.

A ameaça de vazamento, contida na matéria referenciada, não condiz com os valores e a formação profissional que caracterizam os servidores da Agência Brasileira de Inteligência. Cabe

destacar que o conhecimento produzido pela Abin não pertence a ela ou a seus servidores, mas ao Estado.

Um dos compromissos éticos de maior relevância e aceito por todos os profissionais de Inteligência é o que preconiza a não utilização, em proveito próprio ou de grupos, da informação sigilosa a que tiver acesso no desempenho da função.

Desde a sua criação, em dezembro de 1999, a Abin vem trabalhando no sentido de ser reconhecida como organismo de Inteligência de Estado, essencial à segurança da sociedade e à defesa dos interesses nacionais.

O movimento reivindicatório é justo, mas a sua condução deve observar os preceitos de ordem ética e legal, mormente considerando a destinação do órgão em causa.

Marisa Diniz
Diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência
Brasília/DF

2004

1

Data: 02/02/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Correio Braziliense (Seção Pensar)

Autoria: Pedro Paulo Rezende (Entrevista com Luiz Francisco em 31/01/2004)

AMEAÇA VISÍVEL

O procurador Luiz Francisco de Souza é um dos mais ativos integrantes do Ministério Público da União (MP). Comandando equipe de duas estagiárias e um analista, enfrentou políticos e empresários poderosos, como o senador Antônio Carlos Magalhães e Luiz Estevão. Acusado de repassar irregularmente informações para a imprensa, foi inocentado em 24 dos 30 processos abertos contra ele na Corregedoria - os outros seis ainda não se encerraram. Em entrevista ao Correio, ele avalia os riscos para a liberdade de informação dos projetos de Lei da Mordaça e do controle externo do MP e do Judiciário que tramitam no Congresso. Para ele, no Brasil não existe verdadeira liberdade de imprensa. Luiz Francisco também considera efetivos os mecanismos de controle atual.

Correio Braziliense - *Existe hoje liberdade de informação no Brasil?*

Luiz Francisco de Souza - Não, porque não temos leis de liberdade de informação como existem nos Estados Unidos, onde qualquer cidadão pode protocolar um pedido e ter acesso à quase todas as informações, exceto a um pequeno grupo de documentos classificado como de segurança nacional. No Brasil, quando você entra com um pedido, ele é sistematicamente negado. Então, se torna necessário entrar com mandado de segurança. É assim que é feito. Além disso, a Lei de Imprensa está defasada. Ela deveria ser ampliada para garantir a liberdade de crítica do jornalista. É preciso ressaltar que liberdade de crítica não significa liberdade de insultar, usar adjetivos fortes - que caracterizam injúria e difamação - ou de mentir. É a liberdade de, feita uma investigação séria, poder publicar o material levantado. Os limites para a verdadeira liberdade de imprensa devem ser apenas dois: a boa educação e a proibição da mentira.

Correio – *Existe algum outro tipo de censura?*

Luiz Francisco – No governo passado, tentaram restringir ainda mais a liberdade de expressão, estendendo a responsabilidade do jornalista ao editor, numa carreira sucessiva, de maneira a criar uma censura econômica. O risco de grandes indenizações sobre danos morais restringe ainda mais o trabalho do jornalista. Hoje, existe uma indústria de indenizações. Alguns jornais são obrigados a pagar R\$ 1 milhão, demitem o jornalista, chegam na redação e exigem mais crivo no material. É por isso que a liberdade de imprensa no Brasil é diminuta. O jornalista não tem acesso à informação e a Lei de Imprensa permite condenações indevidas por injúria e difamação.

Correio – *Existem mecanismos legais para se conseguir a informação, como o habeas data...*

Luiz Francisco – No geral, a pessoa entra com o habeas data e consegue a informação. Mas ele é pouco efetivo junto aos órgãos de Segurança Nacional, como a Agência Brasileira de Informações (Abin), o antigo SNI, só que com o nome trocado. Lá, existe um manto que protege a informação. É pior que a CIA (a agência de inteligência dos Estados Unidos), porque atua no Brasil e no exterior, junto às embaixadas. Tem dois mil agentes, enquanto o Ministério Público possui pouco mais de 600 procuradores, e ainda podem requisitar funcionários dos centros de inteligência da Marinha, Exército e Aeronáutica. Aqui no Brasil, ainda existe um aparato de segurança e, quando você entra com o habeas data, eles colocam em uso um arquivo paralelo. Tem sempre duas fichas lá. Uma tem todas os dados; a outra, apenas informações parciais. E este governo nada fez para coibir isso. A comunidade de informação deveria ser mais transparente, publicando regularmente relatórios de atividades; aliás, como é feito nos Estados Unidos. É preciso

extenso controle externo e acompanhamento da imprensa. A Abin não tem. No governo passado, tivemos acesso ao Plano Nacional de Inteligência da Abin e lá estava explícito que era função do organismo vigiar jornalistas, padres, membros do Ministério Público, da oposição e das comunidades ativas, como negras e ligadas à Palestina. Funções de Gestapo, de polícia política.

Correio – O Estado, no Brasil, é opaco?

Luiz Francisco — Sim. Funciona como uma maldita caixa preta, inclusive o Tribunal de Contas da União (TCU). Se você tenta levantar qualquer informação no TCU verá que todas são secretas. Quando alguma irregularidade é verificada pelos tribunais de conta, federal, estaduais e municipais, eles estão impedidos de repassar a informação enquanto não houver julgamento. O tribunal chega ao requinte de proibir os técnicos de depor na Justiça. Pego um relatório do TCU e entro com uma ação. Chamo o autor do relatório como testemunha e ele sempre alega estar proibido de depor, enquanto o processo não for julgado, pelas normas internas do TCU. É preciso que o juiz ameace puni-lo por desacato, omissão de informação e incorrendo em falso testemunho. Se isso não ocorresse, poderíamos embargar obras irregulares logo no início, impedindo grandes prejuízos para o governo, como os verificados durante a construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Isso não é democracia. Vocês não têm o direito de informar a população. Seria democracia se os tribunais de conta funcionassem de forma aberta.

Correio – Qual é a maior ameaça à liberdade de expressão?

Luiz Francisco — A Lei da Mordaça, que está sob exame no Senado. Hobbes iria adorá-la. Ela revive o conceito de lesa majestade. Qualquer membro do Judiciário, do Ministério Público, policial e servidor fica impedido de passar qualquer informação para a imprensa enquanto houver investigação. A Lei da Mordaça transforma o Estado numa caixa-preta, impedindo a divulgação da verdade, mesmo sem qualquer ofensa pessoal. Quem infringi-la ficará sujeito a perder o cargo e a pagar multa de R\$ 200 mil, dez vezes maior que a paga por alguém condenado por corrupção, e ainda fica impedido, por três anos, de fazer concurso público. É um projeto que neutraliza a liberdade de informação e que restringiria o acesso de jornalistas a qualquer repartição.

Correio – Existe algum mecanismo de controle sobre o Ministério Público?

Luiz Francisco — Sim. Em primeiro lugar, não temos nenhum poder. Apenas encaminhamos questões à Justiça. O nosso controle natural é exercido pelo Judiciário. Se uma ação estiver fora da lei, será embargada naturalmente pelo Judiciário. Se alguém se sentir perseguido por um procurador, pode apelar ao Judiciário por meio de mandado de segurança. E nossas relações com o Judiciário não são amenas. Acompanhamos suas atividades de maneira a impedir qualquer tipo de corrupção. Além disso, existe a corregedoria. Tive de responder a 30 processos lá, já me inocentaram em 24 deles. Também estamos sujeitos a ações de perdas e danos e queixa-crime se alguém se sentir prejudicado. Basta entrar nos tribunais regionais federais. Os controles são efetivos. O problema não está no controle do Ministério Público, mas na corrupção e na sonegação. Por ano, R\$ 200 bilhões de impostos são sonegados. Mais R\$ 100 bilhões deixam de ser arrecadados para a Previdência. O problema não está em nós.

Correio – E com respeito ao projeto de lei que estabelece controles externos sobre o Judiciário e Ministério Público?

Luiz Francisco — Da maneira que está previsto, sou radicalmente contra. O projeto cria dois conselhos para controlar a Justiça e o Ministério Público com estrutura totalmente palaciana, com membros dos tribunais superiores e da cúpula do MP indicados pelo presidente da República. Essa função deveria ser entregue à sociedade civil. Os membros desses conselhos precisariam ser eleitos pela base, para não afetar a independência do Judiciário e do MP.

Os limites para a verdadeira liberdade de imprensa devem ser apenas dois: a boa educação e a proibição da mentira...

O risco de grandes indenizações sobre danos morais restringe ainda mais o trabalho do jornalista. Hoje, existe uma indústria de indenizações...

Hobbes iria adorar a Lei da Mordaça. Ela revive o conceito de lesa majestade e transforma o Estado numa caixa-preta, impedindo a divulgação da verdade, mesmo sem qualquer ofensa pessoal...

A RELEVÂNCIA DA IMPRENSA

Luciano Martins Costa - Especial para o Correio

Jornalista e escritor, colaborador do Observatório da Imprensa e autor dos livros Escrever com criatividade, As razões do lobo e Histórias sem salvaguardas.

A tentativa de impor controles externos à imprensa, por meio de uma lei que — muito a propósito — já é conhecida como Lei da Mordaça, representa um retrocesso no penoso caminho do Brasil rumo à democracia plena. Também é um retrato da fragilidade das nossas instituições, atacadas por organizações criminosas que, como está mais do que demonstrado, conseguem contaminar até mesmo algumas instâncias do Judiciário. Repete-se, no caso, a velha história: em caso de má notícia, execute-se o mensageiro.

A imprensa nacional também tem seus pecados. Um deles: presa à armadilha do mercado, ela se tornou refém de uma práxis imediatista a partir de meados dos anos 1980, abdicando da sua função de educação em proveito de uma função utilitária que, primeiro, minou sua capacidade de contar histórias e produzir reflexões, e, aos poucos, foi se infiltrando em sua própria ideologia, anestesiando a capacidade de se indignar que foi sempre o fogo interior dessa instituição. Como que pasteurizados, jornais, revistas e noticiários eletrônicos deram ao mundo um festival de obviedades que chega a ser obsceno diante da gravidade dos acontecimentos.

Mas foi essa mesma imprensa que nos iluminou o caminho de volta à democracia, com todos os seus pecados. Ela tem ressurgido de certo marasmo conformista para momentos brilhantes, como na sucessão de revelações que conduziram ao desmanche do governo Collor e à exibição da podridão do esquema PC. O inimigo interior da imprensa é esse conformismo cínico do qual sofre de tempos em tempos, e que se justifica no pragmatismo de mercado. Como a imprensa só existe se for relevante, só faz sentido se não abdicar da posição de vanguarda no processo civilizatório, essa é uma atitude suicida que se pratica em pequenos esforços de sobrevivência. Esse pecado está na origem da crise por que passa a mídia no Brasil.

Quando a imprensa reage contra essa letargia, buscando maior identificação com os problemas reais do país em vez de ficar presa ao círculo vicioso do espetáculo noticioso, evidentemente acaba por espelhar as cicatrizes da crise: faltam bons repórteres investigadores, falta tempo para investigações mais profundas, falta dinheiro para viagens, pesquisa de documentos, qualificação de profissionais. A mídia torna-se, então, mais dependente de fontes que têm interesses específicos em cada caso, como o Ministério Público e representantes da polícia. Há aqui risco, pelo estabelecimento de uma relação de cumplicidade que só irá se romper quando a fonte cometer um deslize, pelo qual quem irá pagar será a imprensa. E as vítimas de uma notícia mal apurada.

Como em todo caso que envolve a opinião pública, é preciso fazer uma análise cuidadosa sobre os riscos e benefícios de termos uma imprensa livre, mas com falhas. Simplesmente impor restrições que, com certeza, terão como consequência imediata mais perda de qualidade, é apostar no retrocesso. Ademais, a crise da imprensa é filha de uma longa crise institucional que pode ter suas raízes na própria Assembléia Nacional Constituinte, que desequilibrou a balança de prerrogativas entre as instituições nacionais.

Não se pode pretender a correção do todo pela punição de uma parte, a parte mais notória do ambiente social. Nossa crise, endêmica, é econômica (de modelo, de significado), social, política (de credibilidade, sistêmica) e nem é exclusividade nossa. De certo modo, reflete também a crise da sociedade global.

Assim como a mídia nacional precisa ser reinventada para sobreviver, justamente pelo fato de se haver conduzido para o beco sem saída da irresponsabilidade social e política, praticamente todas as outras instituições nacionais necessitam urgentemente de um processo radical de inovação. Ou será o Judiciário um exemplo de Justiça, ou o Legislativo um retrato da probidade e da verdadeira representatividade?

Quando a imprensa comete uma falha de interpretação ao aceitar como dominante um dos lados do jogo — como acontece em consequência de relações de cumplicidade com o Ministério Público, por exemplo — certamente a sociedade corre riscos de ver expostos à execração pública indivíduos ou entidades ainda não julgados. Essa distorção precisa ser corrigida, mas nada melhor que a própria imprensa para criar uma regulamentação adequada para esse risco, do mesmo modo como outras instituições regulam seus próprios desvios.

E também é preciso considerar que, mal ou bem, a fúria "justiceira" que de vez em quando assoma das páginas dos jornais há de inibir outros atos ilícitos, principalmente quando o autor já se encontra naquele ponto da impunidade em que já alcançou um posto no Legislativo ou no mundo dos negócios.

Vivemos em uma sociedade na qual, como dizia o filósofo John Austin, a palavra faz coisas. Credita-se excessivo valor ao julgamento público, pelo efeito multiplicador das novas mídias, e pelo caráter de espetáculo de que a notícia se traveste numa sociedade hipermediada. Os debates sobre a imprensa caem na inevitável superficialidade e no emocionalismo que envolve os temas nesse domínio.

Os males da imprensa são em grande parte sintomas dos males das demais instituições da nossa sociedade. Não é boa terapêutica tentar curar o mal pela eliminação do sintoma. Há, no mínimo, uma grande dose de cinismo nos políticos e juristas que defendem a mordaça para a imprensa. Quando o Congresso e a Justiça puderem exibir credibilidade suficiente, poderemos começar a discutir uma reforma institucional que comece, por exemplo, na redução de certos privilégios que a sociedade brasileira não suporta mais.

9

Data: 25/02/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Sucursal Brasília - Página: 002)

Autoria: Wilson Gordon Parker (Leitor do JB)

RETOMADA DE UMA DENÚNCIA

Há muita gente interessada, no Congresso Nacional, em retomar a apuração do suposto financiamento de campanha de petistas em 2002 pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), denunciado pelo deputado federal Alberto Fraga (PTB-DF) da tribuna da Câmara, ano passado. Fraga acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter recebido US\$ 5 milhões do grupo guerrilheiro, ligado ao narcotráfico, durante a campanha eleitoral de 2002.

Na ocasião, Fraga recolheu 117 das 171 assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara contra o governo federal. Fraga dizia ter em mãos cópias de documentos produzidos pela Agência Brasileira de Informações (Abin) com base em relatos de agentes que, infiltrados em reuniões do MST, ouviram dos representantes das Farc no Brasil, Olivério Medina e Cláudio Lastra, informações sobre as doações.

20.

Data: 31/03/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil - Página: 003)

Autoria: Ruy Sampaio

LUIZ EDUARDO CONFIRMA ALERTA AO PT

Sociólogo afirma que avisou Marcelo Sereno que Waldomiro recebia propina dos bingos quando era presidente da Loterj

O sociólogo Luiz Eduardo Soares confirmou ontem, em depoimento à CPI Loterj /Rioprevidência, que alertou o assessor de José Dirceu, Marcelo Sereno, sobre suspeitas de corrupção contra Waldomiro

Diniz. Em entrevista ao JB, Sereno negou que tivesse havido o encontro. O deputado estadual Paulo Ramos (PDT) vê indícios suficientes para pedir que Sereno seja ouvido na Comissão. O relator Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) e o presidente da CPI, Alessandro Calazans (PV), contudo, já adiantaram que é cedo para ouvir o assessor da Casa Civil. O assunto será debatido hoje, durante reunião dos integrantes da Comissão.

Perguntado sobre quem seria o assessor de José Dirceu que estaria “operando em diversas áreas” e sobre o qual havia suspeitas de corrupção, conforme citado na entrevista a America Online, Luiz Eduardo não titubeou:

— Marcelo Sereno — cravou. Entretanto, deixou claro que não poderia dizer se houve corrupção, apenas que Sereno utilizava procedimentos que considera antiéticos, como o fato de um chefe de gabinete da governadora Benedita da Silva negociar recursos para sua campanha eleitoral. O sociólogo considera o fato grave transgressão.

— Não só Sereno, mas todos os citados por Luiz Eduardo terão de ser convocados. Apesar do périplo pela Europa, temos de chamar a Benedita. O secretário de Segurança, Anthony Garotinho, também — pediu Paulo Ramos.

A presença de Waldomiro Diniz, ligado a José Dirceu, no Rio de Janeiro, primeiro no governo Garotinho e depois no de Benedita da Silva, sempre foi um incômodo para Luiz Eduardo. O sociólogo acredita que havia um acordo entre Lula e Garotinho para que um apoiasse o outro no segundo turno da eleição presidencial. A presença de Waldomiro na Loterj seria esse elo. Teria sido indicado por José Dirceu e mantido no governo a pedido dele.

— Ficou muito claro que existia uma aliança entre Garotinho e Lula para o segundo turno. Isso impedia, por exemplo, que fizéssemos auditoria nas contas do ex-governador.

O “corruptólogo” citado por Luiz Eduardo na entrevista à AOL ganhou identidade. Trata-se de Sérgio Canozzi, sem dar maiores detalhes. O deputado Paulo Melo afirmou que ele é de família tradicional de Caxias do Sul (RS) e estaria sendo processado por improbidade administrativa em seu Estado.

Em seu depoimento, Luiz Eduardo revelou perplexidade pelo fato de a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não ter se pronunciado sobre Waldomiro quando este assumiu o cargo na Casa Civil. Como secretário nacional de Segurança, o sociólogo soube que teria de passar pelo “rigorosíssimo filtro da Abin”.

— Tinha desconfianças sobre o Waldomiro, mas quando ele foi para a Casa Civil fiquei tranqüilo. Afinal, a Abin se certifica sobre a probidade de qualquer pessoa que assume cargo de importância no governo. Passei a ter certeza que minhas desconfianças eram paranóia.

A certeza durou até surgirem as fitas de Waldomiro e Cachoeira negociando propina.

— Há três hipóteses: ou a Abin não investigou o Waldomiro, ou investigou inadequadamente, ou investigou, achou alguma coisa e não se pronunciou por ordens superiores.

O sociólogo não sabe dizer se, quando Sérgio Canozzi lhe fez a proposta participar de esquemas de corrupção, era sério ou apenas um ardil político para gravar a conversa e usar a fita contra Luiz Eduardo.

A pessoa que sofreu muita pressão do “corruptólogo” — agora, Sérgio Canozzi — até intermediar o encontro dele com Luiz Eduardo foi a amiga e petista Fernanda Mayrink Veiga, revelou o sociólogo.

O governo Lula foi muito criticado por Luiz Eduardo, que disse não existir um projeto de governo, e sim um projeto de poder. Criticou ainda o aparelhismo do governo, que negocia e loteia os cargos importantes da administração.

Como integrante da equipe de transição do governo FH para o de Lula, Luiz Eduardo foi procurado por 16 sindicatos ligados aos policiais rodoviários federais preocupados com o loteamento dos cargos de superintendentes da PF nos Estados. Fizeram duas reivindicações: gostariam de ver o fim do aparelhamento e pediram um controle externo da atividade.

53

Data: 15/06/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Brasília - Página: A2)

Autoria: Eliane Cantanhêde

O ESPIÃO

Fui das muralhas da China às praias de Maceió e estava tudo ótimo nas férias. Só não esperava que Brasília andasse tão divertida. Até espiões pululam no Planalto, a preço de banana.

As manchetes dos jornais, a bem da verdade, estão iguaixinhas às de um mês atrás. Senão, vejamos: o Exército no combate à violência urbana e às voltas com roubos de arma nos quartéis; o acordo da União Européia com o Mercosul, sempre na bica de sair; o governo e os aliados trocando sopapos no Congresso por causa do salário mínimo de R\$ 260.

O que não pára de surpreender são os bastidores do Planalto, enquanto Lula e Marisa dançam forró no Torto. A última é a Abin (a agência de inteligência do governo) espionar quem espiona. Ao que parece, todos espionam todos. No meio, um ou dois jornalistas que assessoraram ministros são suspeitos de passar informações sigilosas para tucanos por R\$ 2.500 mensais num país em que corrupção se mede em milhões.

Governo que é governo convive com espionagem e não é de hoje. Nem os presidentes militares se livraram disso, e a frase do general Golbery, o bruxo de Geisel, continua fresquinha: “Criei um monstro”. Criador e criatura. O “monstro” era o SNI, que muda de nome, de roupa e de quadros, mas está sempre pairando por aí. Agora não poderia ser diferente.

Mas daí a alguém do governo vislumbrar um complô extraterrestre em normais e inevitáveis vazamentos sobre reuniões, disputas de poder e idiossincrasias palacianas é típica fantasia conspiratória da velha esquerda. Façam-me o favor... O que há — além dos desvios de sempre da Abin, como de seus antecessores — é uma brigalhada infernal no palácio de Lula. José Dirceu, sempre ele, está no centro de tudo. As fofocas começam nele, espalham-se em ondas ao redor dele e voltam-se contra ele. Que se defende procurando chifre em cabeça de cavalo e tucanice em petista de carteirinha ou de coração. É assim que Brasília está. De morrer de rir ou de chorar, dependendo do lado. Férias, pra quê férias?

56

Data: 16/06/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Editorial - Página: 008)

Autoria: Jornal do Brasil

FALTA COMANDO

O confuso enredo dessa história sobre espionagem em dependências do Palácio do Planalto é mais um péssimo sinal da exacerbação da luta interna travada no governo. Não se trata apenas de outro sintoma grave da disputa mesquinha pela ocupação de territórios políticos. Revela também, mais uma vez, que as cercanias dos gabinetes mais importantes de Brasília pecam pela excessiva fragilidade ou beiram a fronteira da irresponsabilidade.

Seja ou não espasmo de paranóia, cabe ao Planalto esclarecer a acusação feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A denúncia dá conta de que os jornalistas Alon Feuerwerker e Ricardo Amaral, assessores de Aldo Rebelo e Luiz Dulci, estariam passando informações confidenciais a adversários. O alvo dos supostos espiões seria José Dirceu.

Esse enredo é típico das fantasias conspiratórias que cercam gabinetes palacianos e, em especial, autoridades egressas da velha esquerda. Nessa trama, todos perdem. Perde a Abin, mais uma vez protagonista de episódios pouco edificantes. Perdem também os jornalistas, ambos homens respeitáveis agora postos sob suspeição por acusadores irresponsáveis. Perdem os ministros José Dirceu e Aldo Rebelo, personagens de uma feroz e inconseqüente queda-de-braço nos intestinos do Planalto.

O principal perdedor, no entanto, é mesmo o governo. Intrigas, complôs e brigalhadas sem fim se sucedem, escancarando a falta de unidade do Ministério de Lula e prejudicando as ações de um Palácio que parece ter perdido o comando. É inevitável o paralelo com o título do filme famoso: pelo visto, o piloto sumiu.

68

Data: 17/06/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Tânia Monteiro

EX-DIRETORA DA ABIN DENUNCIA INTRIGAS E JOGO DE PODER

A ex-diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Marisa Almeida del'Isola e Diniz, que deixou o cargo no fim de semana, atribuiu as denúncias envolvendo funcionários do órgão a um jogo de intrigas que inclui disputa por cargos. “O que está acontecendo faz parte de um jogo. Estamos em um momento de transição e tem gente interessada em cargos. Tem pressão do sindicato (Associação dos Servidores da Abin) e achei que não valia mais a pena ficar”, comentou. “Não acredito que haja espiões na Abin.”

Funcionária de carreira da agência, que se aposentou no início do ano, Marisa mostrou-se decepcionada com a polêmica criada com a divulgação da informação de que dois funcionários da Abin — Ceilson Ludolf Ribeiro e João Carlos Sanches — estariam se encontrando com adversários do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, por orientação de um jornalista que trabalha no quarto andar do Planalto.

“Isso é um absurdo”, afirmou ela. “Essas acusações são desconectadas da realidade que se vive na Abin porque ela (a instituição) segue regras rígidas de trabalho e presta contas de seu trabalho à comissão de fiscalização do Congresso.”

Profissionais

Ao lembrar que os dois funcionários já foram ouvidos pela comissão de sindicância aberta pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para apurar o caso, Marisa saiu em sua defesa. “Desconheço qualquer procedimento antiético ou de vinculação político-partidária deles. Os dois são profissionais antigos da Casa e muito sérios, que têm um passado respeitado na organização”, declarou ela, insistindo que “todas as ações da Abin são controladas”.

A ex-diretora explicou que há um planejamento para as ações. “Todas passam pela direção”, observou. “Relatórios são feitos de todas as atividades e ficam arquivados para, caso a comissão do Congresso que fiscaliza a Abin nos acionar, termos como prestar todas as informações solicitadas, como já ocorreu em ocasiões anteriores.”

Waldomiro

Marisa assegurou que sua saída da Abin não tem nenhuma ligação com o escândalo Waldomiro Diniz, quando a agência foi acusada de não informar ao governo as ligações perigosas e os processos em andamento contra o ex-assessor parlamentar de José Dirceu. “Não saí por causa do caso Waldomiro”, garantiu. “A Abin nem falhou nem se omitiu. Fizemos nosso trabalho. A Abin fez seu papel. Ela não faz investigação. Só consulta os cadastros disponíveis como Serviço de Proteção ao Crédito, cartórios, Receita federal, entre outros”, comentou ela, ao esclarecer que permaneceu no cargo “enquanto teve respaldo político”.

A ex-diretora da Abin disse que, quando houve a decisão de promover as mudanças na agência, ela achou melhor sair logo, para não permanecer mais no meio de “um jogo por interesse de cargos, com pressão do sindicato”. Neste momento, avaliou Marisa, “não valia mais a pena ficar”.

73

Data: 19/06/2004

Web site citado: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Correio Braziliense

Autoria: Não especificada

ESPIONAGEM DIFÍCIL DE INVESTIGAR

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Félix, disse ontem que o governo não está abafando o caso da suposta participação de funcionários do Planalto em um esquema de espionagem.

Segundo ele, tudo pode não passar de uma fantasia de conspiração. **“Não tenho que abafar nada. Primeiro, tenho que saber se existe o caso, se existe fundamento, porque as pessoas podem estar criando a teoria da conspiração (fora da realidade)”,** afirmou após uma solenidade no Planalto. A suposta história do espião, publicada pela revista Veja no início da semana, seria mais um lance da disputa de poder entre os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo e da Casa Civil, José Dirceu.

De acordo com a reportagem da revista, funcionários de confiança do Planalto estariam passando informações a adversários de Dirceu, e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), que é candidata à reeleição. Entre os funcionários suspeitos, dois seriam jornalistas que já trabalharam com o tucano José Serra, que disputou a Presidência da República em 2002 e é candidato pelo PSDB à prefeitura de São Paulo.

Os jornalistas, segundo a revista, repassavam informações sigilosas a dois agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) — Ceílon Ludolf Ribeiro e João Carlos Sanches — que faziam viagens regulares a São Paulo.

Sem provas materiais

O general Jorge Félix disse que a sindicância para apurar a suposta espionagem, aberta na segunda-feira, ainda não foi concluída. “Quando terminar é que nós vamos chegar a uma conclusão talvez, não sei, vai haver muita especulação. Quando você não tem depoimentos de pessoas, dizendo eu fiz ou não fiz, quando você não tem indícios materiais fica difícil. Então vamos trabalhar em cima de análises e probabilidades. É por aí”, afirmou.

Félix também disse que os dois agentes da Abin suspeitos de receberem as informações já foram ouvidos, mas não quis antecipar o conteúdo dos depoimentos. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) falou que está repassando diariamente ao presidente Lula todas as informações sobre o caso e que quando a sindicância estiver concluída ele será o primeiro a saber dos resultados. Segundo o ministro, a investigação deve demorar 20 dias, mas não descartou a possibilidade de ser prorrogada.

O general defendeu a Abin das acusações de espionar o governo. “A Abin não tem função de espionar pessoas. Pelo menos nós fazemos o possível para que não tenha. Como estrutura institucionalizada, isso é exatamente uma das coisas que nós procuramos evitar para que não aconteça na Abin. A agência não espiona pessoas”, disse.

Demissão

A descoberta sobre a suposta atuação de um espião no Palácio do Planalto teria antecipado a demissão da diretora da Abin, Marisa de Almeida Del'Isola, anunciada no final do mês passado. O futuro diretor da Abin será o delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, de 44 anos, da Polícia Civil de São Paulo.

Especialista em crimes cometidos pela Internet, ele foi convidado para o cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lima e Silva deverá ser ouvido nos próximos dias pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores. Sua indicação poderá ser votada na comissão próxima quinta-feira.

O delegado é conhecido do presidente Lula desde dezembro de 1994, quando era delegado de polícia no ABC Paulista. Ele também tem ligação com o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Formado pela Academia Nacional do FBI em 1993, é delegado há 18 anos. Apesar de não ser filiado ao PT, o novo diretor-geral da Abin mantém com ele a bandeira que o então presidente eleito Lula carregou na comemoração da vitória na eleição presidencial de 2002 na Avenida Paulista. Um detalhe: a bandeira está autografada por Lula e pela primeira-dama, Marisa Letícia da Silva.

81

Data: 04/07/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Seção: No Planalto - Página: C6)

Autoria: Josias de Souza (Diretor da Sucursal de Brasília)

A SERVIÇO DE LULA, ABIN VIGIA O QUINTAL DO PT

Ronalda Barreto é uma petista de mostruário. Filiada ao PT, milita no sindicalismo educacional. Integra a diretoria da Associação de Docentes da Universidade do Estado da Bahia.

Desapontada com o governo Lula, Ronalda ajudou a organizar um fórum para debater o ensino. Deu-se em Salvador, nos dias 26 e 27 de junho. Atraiu professores, funcionários e alunos de universidades baianas.

O Ministério da Educação foi convidado a enviar representante. Ninguém apareceu. O governo apanhou pelas costas. Concluiu-se que Brasília patrocina a “degradação mercantilista da educação superior”.

Ronalda foi uma das oradoras mais enfáticas. O timbre enérgico a fez personagem involuntária de um documento confidencial. Seu nome e um resumo do que disse constam do “relatório de inteligência número 0119/8140”.

O texto ocupa uma folha de papel. Traz no alto o timbre da Agência Brasileira de Inteligência. Redigi-o um espião lotado nos escritórios da Abin em Salvador.

Na terça-feira, informada pelo repórter de que fora espionada, Ronaldalda admirou-se: “O encontrou foi público. Não precisavam espionar. Estou chocada”.

Como Ronaldalda, petistas e assemelhados têm sido vigiados pela máquina de bisbilhotice estatal em todo o país. Há espiões grudados nos sem-terra e nos sem-teto, nos sindicatos e nas ONGs.

O repórter perguntou ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência por que a Abin do PT varre o quintal do PT. A resposta veio por escrito. Diz que cabe à Abin obter e analisar dados “destinados a assessorar o presidente da República”. Daí a necessidade de “conhecer anseios, aspirações e posições dos diversos grupos sociais”.

Um cheiro de queimado emana dos subterrâneos da Abin. Trava-se ali uma guerrilha da farda contra o paletó. Sobreviventes do velho SNI, treinados no vale-tudo da linha-dura, tentam prevalecer sobre analistas recrutados por concurso público na gestão FHC.

A turma do paletó acha que o grupo da farda leva muito lixo aos arquivos da Abin. Defende-se uma renovação da pauta.

Enquanto se ocupa de Ronaldas, a agência se esquece de produzir, por exemplo, informes sobre os riscos de embargos a produtos brasileiros no exterior. Como os que foram impostos pela China (soja), Rússia e Argentina (carne).

A velha guarda receia que a pregação mudancista oculte um desejo de expurgo. Temendo o desemprego, a farda foi à trincheira. De início, Lula negligenciou o problema. Só acordou há um mês, quando estilhaços do tiroteio começaram a invadir-lhe o gabinete.

Nomeou-se para a direção da Abin Paulo Marcelo Lima e Silva, delegado da Polícia Civil de São Paulo. É velho conhecido de Lula. Em sabatina no Senado, na semana passada, Lima e Silva superfaturou as facções que se digladiam na Abin. São cinco grupos, disse. Só há notícia de dois.

O novo diretor disse, de resto, que vai adotar uma política de "transparência". A turma do paletó avisa que o pessoal da farda tem horror a tudo o que é translúcido. Abriram-se apostas em torno do tempo de permanência de Lima e Silva no novo cargo.

Sob Lula, o Planalto é reverencioso com a turma da farda. No ano passado, ao anunciar em seu “Boletim de Serviço Confidencial” a aposentadoria do coronel Rubens Robine Bizerril, a Abin cobriu-o de encômios.

Conforme noticiado aqui, recordaram-se os “anos de bons serviços” prestados por Bizerril “à inteligência brasileira”.

Ingressara no SNI na década de 70. Antes, chefiara uma cadeia militar em Goiás, em cujas dependências o estudante Ismael de Jesus Silva foi torturado até a morte.

Na semana passada, o repórter obteve um documento “confidencial” assinado por Bizerril em junho de 1974. Chama-se “relatório de viagem”. Anota o resultado de uma missão confiada ao então major Bizerril e ao sargento Swamy Paiva Figueiredo.

“Sentindo o DOI-Codi a necessidade de elaboração de um plano de busca de informações, verificou-se a possibilidade de instalação de uma base em Porto Nacional” anota o relatório.

Funcionaria como “um posto avançado no norte de Goiás”.

Fantasiados de funcionários do Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) Bizerril e Figueiredo passaram 24 horas na cidade goiana. Recomendaram que o ninho de espião fosse alojado em imóvel da prefeitura local, sob fachada falsa de escritório do Inan.

Embora curta, a viagem foi prolífica. Em três laudas e meia de relatório, os espiões se ocupam até da sexualidade do clero local. Informaram que um padre “é homossexual e coabita com um seminarista”. Outro, “é bem conceituado” e deveria “ser recrutado” como “contato valioso para o Comando Militar do Planalto”.

Os quadros da Abin continuam apinhados de agentes à Bizerril. Pessoas cujo histórico de "bons serviços prestados à inteligência brasileira" dá uma idéia do tamanho da encrenca em que se transformou o serviço de espião oficial. Virou um barco a três: o primeiro olha para um lado. O segundo rema na direção oposta. E o capitão finge que não vê.

89

Data: 14/07/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil – Seção: Coisas da Política - Página: 002)

Autoria: Dora Kramer

DUPLA FACE

Se o novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, conduzir o setor de informações estratégicas com a consistência com que defende suas idéias, o Brasil está mal arranjado.

O delegado começou o discurso como estadista e terminou como cabo eleitoral.

Primeiro, disse que a Abin é um “órgão de Estado”, cujas atividades não podem ser confundidas com ações de governo. “Hoje o governo é do presidente Lula, amanhã é outro governo.”

Em seguida, pôs a Abin de “beque central” do governo e fez votos de que “no final da partida” a torcida grite “é campeão” e, quem sabe, “peça bis”.

Se isso não é propósito de usar o setor de inteligência a serviço da campanha pela reeleição, o que há de ser então?

98

Data: 14/07/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Seção: Toda Mídia - Página: A8)

Autoria: Nelson de Sá

ISTO É BRASIL

Futebol 1

Lula abusou da metáfora preferida, ao apresentar o novo presidente da Agência Brasileira de Inteligência, na Globo News:

— Vocês não devem, no exercício da função, pertencer a nenhum partido. Nem dizer qual é o time. Muita gente aqui tem cara de flamenguista, mas no exercício da função é importante que prevaleça o profissionalismo.

Futebol 2

O novo chefe da Abin não entendeu nada. Saiu dizendo:

— Tem muito jogo pela frente. Já fizemos muitos gols, mas eu já tomei caneladas antes mesmo de entrar em campo. Temos que nos antecipar às jogadas. Vamos ganhar de goleada e, no final do jogo, não será surpresa para mim a torcida pedir bis.

Futebol não tem “bis”, mas ele não corrompeu só a metáfora.

100

Data: 14/07/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil –Página: A8)

Autoria: Iuri Dantas (da Sucursal de Brasília)

PLATÉIA VAI PEDIR BIS, DIZ NOVO DIRETOR

Em tom conciliador, o delegado da Polícia Civil de São Paulo Mauro Marcelo de Lima e Silva, 44, assumiu ontem a direção geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) apostando em uma trégua das facções internas do órgão e prometendo transparência e rigor com movimentos sociais.

“Tive cuidado de conversar com os grupos. Fizemos, entre aspas, um cachimbo da paz. Não há divergência ou briga, é mais como um descompasso”, disse.

O cargo de diretor-geral é de confiança do presidente da República, está subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional e, portanto, não existe um prazo para o término do mandato.

A principal demanda dos 1.600 funcionários, segundo enquete realizada por Lima e Silva, seria um plano de cargos e carreiras, já em análise pelo Congresso.

Lima e Silva evitou falar sobre casos do passado, pediu mais verbas, apostou na reeleição do presidente Lula e disse que auxiliará a Polícia Federal na investigação de Waldomiro Diniz -ex-assessor do Planalto flagrado pedindo propina. Abaixo, trechos do discurso de posse e de entrevista coletiva.

União Interna

“Firmo agora um compromisso de ser o porta-voz dos senhores em questões salariais e de carreira. Mas exijo competência e seriedade neste importantíssimo trabalho de inteligência. Eventuais descompassos internos são coisas do passado. Os senhores precisam saber, funcionários da Abin, os senhores são anjos de uma asa só. (...) Tive cuidado de conversar com os grupos. Fizemos, entre aspas, um cachimbo da paz. Não são brigas, são mais como fagulhas numa oficina de trabalho.”

Transparência

“Reitero o caráter democrático de minhas convicções e, para isso, levantei a bandeira da transparência. Mas que não se confunda o interesse público com o interesse do público. (...) Vamos banir preconceitos, apagar estigmas e, principalmente, desmistificar a atividade de inteligência, imprescindível para a decisão estratégica do país.”

Movimentos Sociais

“Prefiro falar de ameaças endógenas e exógenas. Não quero criar o parâmetro de inimigo interno, que conhecemos do passado. O MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] não é problema da Abin, o problema é a questão agrária. Da mesma forma, o PCC [Primeiro Comando da Capital] não o é, o problema é a segurança pública. Temos de lidar com o paradoxo do governo do PT e as questões sociais. A ação da Abin vai ser baseada na lei.”

Erros da Abin

“Reservo-me o direito de não me manifestar sobre o que passou. Não sei como foi. Se me perguntam se teria ocorrido agora, na minha gestão, é uma questão complicada. (...) Fazer um trabalho de inteligência em pleno funcionamento institucional, como é vivido no país, em uma democracia consolidada em que vivemos, é um grande desafio.”

Reeleição de Lula

“Se o governo fosse um jogo de futebol, estariamos a 34 minutos do primeiro tempo. Estamos ganhando, fizemos gols. Levamos alguns cartões amarelos, mas o estádio ovaciona. Há uma pequena torcida barulhenta do contra, eu mesmo já tomei caneladas. (...) Tenho certeza de que vamos ganhar de goleada. No final do jogo, a torcida, extasiada com a atuação do time do Estado, vai gritar “é campeão”. Não será surpresa se, ao final, a torcida pedir ‘bis’.”

Relação com a Mídia

“Na minha visão de democracia, a imprensa é o principal pilar do Estado democrático de Direito. E a liberdade de imprensa é o verniz dessa pilastra. A imprensa não pode ser atingida nem mesmo pelo braço da Justiça.”

Caso Waldomiro

“Se estivéssemos investigando o Waldomiro, seríamos criticados, por desvio da finalidade, o SNI voltando a investigar. É uma questão delicada. (...) Com a Polícia Federal, vamos andar no fio da navalha sem se machucar. Podemos colaborar. Como? Com troca de eventuais informações, com escola de inteligência e tudo. Não vamos criar área de conflito com a competência da inteligência da PF.”

101

Data: 14/07/2004

Web site: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=136135>

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Cida Fontes (de Brasília)

“É PRECISO ANTECIPAR JOGADAS”, DIZ CHEFE DA ABIN
Mauro Marcelo ressalta que o governo não pode ser surpreendido por escândalos

O novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, deu o tom político ao discurso de posse ao defender ontem, de forma velada, a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Temos certeza de que vamos ganhar de goleada e, no final do jogo, a torcida, extasiada com a atuação do time do Estado, vai gritar: é campeão, é campeão”, bradou. “E não será surpresa para mim se, no final do jogo, esta torcida pedir bis.”

O delegado Mauro Marcelo disse que pretende atuar como “beque central” desse time. “Precisamos é antecipar as jogadas, evitar as jogadas adversárias e jogar a bola nos pés do capitão do time para fazer o gol”, disse, enfatizando que o governo não pode, em hipótese alguma, ser surpreendido.

Ele disse que o governo de Lula estaria agora no 34.^º minuto do primeiro tempo, ou seja, tem muito jogo ainda pela frente. “Estamos ganhando esse jogo, já fizemos vários gols, tomamos alguns cartões amarelos, mas a maioria do estádio ovaciona esse time”, ressaltou. “É bem verdade que existe uma pequena torcida do contra, mas a maioria absoluta do estádio é nossa”.

Diante do conselho de Lula, que pediu para não ser partidário nem ideológico, o novo diretor-geral da Abin reconheceu que precisará de uma trégua com os funcionários, divididos em, pelo menos, cinco grupos.

Ele preferiu dar pouca importância à disputa interna classificando-a como um descompasso, informando que vai conversar com as facções ligadas a sindicatos, associações ou funcionários do extinto SNI (Serviço Nacional de Inteligência), militares, entre outros. “São fagulhas numa oficina de trabalho”, afirmou, acrescentando que não pretende fazer demissões, mas resolver os problemas de carreira, o que poderá resolver “98% dos problemas”. “Crises e disputas internas são coisas do passado e já consegui que fumássemos o cachimbo da paz.”

Transparência

O delegado Mauro Marcelo informou que pretende ter uma atuação transparente do serviço de inteligência. A idéia é desmistificar o que ficou conhecido como fantasma do passado, porões do SNI e teias de aranha do serviço. Para mudar essa imagem, ele pretende criar uma ouvidoria destinada a manter contatos com a sociedade e com os próprios funcionários da agência que, segundo disse, poderão mandar mensagens diretamente para ele via internet. Outra medida anunciada é ampliar a Abin no exterior, instalando escritórios na Colômbia e Paraguai.

A agência funciona em Miami e na Argentina. O diretor-geral quer, ainda, estreitar o relacionamento com a imprensa.

Outra máxima de Mauro Marcelo é “não confundir o interesse público com o interesse do público”. Na primeira entrevista coletiva, foi cauteloso quando questionado sobre o papel da Abin na apuração das denúncias contra o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz e no caso de espionagem, que envolveria dois jornalistas que trabalham no Palácio do Planalto, que estariam passando informações para adversários políticos do governo. Ele disse que os dois episódios aconteceram antes de sua posse e, portanto, as investigações ainda estão em curso.

No caso da espionagem, ele afirmou ter três opções: arquivamento, abertura de processo administrativo e comunicação ao Ministério Público. Em relação ao inquérito de Waldomiro Diniz, afirmou que a Abin não investiga pessoas, apenas faz um levantamento básico e prévio antes das nomeações. “Podemos colaborar com troca de eventuais informações, mas não vamos criar áreas de confronto com a inteligência da Polícia Federal”.

Em relação aos movimentos sociais, o novo presidente da Abin deixou claro também que “o MST não é problema para a Abin, o problema é a questão agrária”. “Da mesma forma, o PCC e o Comando Vermelho não são problemas da Abin, são de segurança pública”.

105

Data: 15/07/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Brasil – Seção: Coisas da Política - Página: 002)

Autoria: Dora Kramer

"BIS" DA QUESTÃO

O novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, acha que foi mal interpretado em seu discurso de posse quando, ao externar a certeza de que a sociedade pedirá "bis" ao governo Lula, pareceu defender a reeleição do presidente.

“Sou um profissional de polícia, não sou político nem tenho pretensões políticas”, diz, reiterando convicção no papel de “órgão de Estado” — e não de um só governo — da Abin.

O “bis”, segundo ele, foi fruto do entusiasmo e uma forma de agradecer ao presidente a indicação.

106

Data: 15/072004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Editorial – Página: 012)

Autoria: Jornal do Brasil

DIFERENÇAS RELEVANTES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), reafirmou a compulsiva inclinação por discursos de improviso — inevitavelmente tisnados por frases desconexas ou desconcertantes disparates. Não deixa de haver uma vantagem nesse traço de comportamento: Lula escolhe alvos com comovente singeleza e primeiro fala, para só depois pensar. Assim vai ampliando a galeria de curiosidades produzidas pela retórica presidencial. O valor é duvidoso. O acervo se mostra bastante vasto.

Neste espasmo recente, Lula esbanjou irritação com a imprensa brasileira. Estava particularmente aborrecido com o "denuncismo" que enxerga nos meios de comunicação. Esse fenômeno, explicou, resulta "na divulgação de informações precipitadas, na difamação de pessoas e no vazamento de dados sobre o governo". Não é só, queixou-se. "No fim, ninguém prova nada e nem pede desculpas pelo estrago", lastimou o presidente. "Essa atitude não contribui para a democracia, como alguns pensam".

Quanto aos conceitos emitidos, nada a objetar: são endossados por quaisquer profissionais decentes. Manda a ética que só sejam divulgadas notícias com fundamento, que se atire ao lixo o rumor improcedente, que se ouçam as partes envolvidas, que se trate com cautela a honra alheia. Tais regras figuram nos manuais do bom jornalismo (nem sempre respeitados, convém ressalvar). Os mesmos manuais determinam que tudo seja apurado com isenção, independência e autonomia intelectual. **"Denuncismo" é pecado a combater: o neologismo embute os riscos da pressa, da precipitação. Denúncia, que dispensa aspas, é coisa bem diferente. Fazê-la, quando pertinente, é dever da imprensa.**

Caso pronunciado em outro cenário, outro contexto, outros tempos, o discurso de terça-feira poderia até sugerir que, também neste campo, Lula e o PT amadureceram politicamente. Em mais de 20 anos na oposição, com a freqüente conivência de profissionais das redações, o atual presidente da República e seu partido especializaram-se na prática do que o chefe hoje estigmatiza como "denuncismo" (ou acusação sem provas). Ao desistir de candidatar-se à reeleição nos anos 80, por exemplo, o então deputado federal Lula da Silva informou que contabilizara no Congresso ao menos "300 picaretas". Nunca revelou a lista.

Meses depois de reeleito para o segundo mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi acusado pelo deputado José Dirceu de ter cometido delitos tão medonhos que não havia solução além do impeachment. "Fora FHC", berravam petistas sob o olhar paternal do companheiro comandante. Naqueles tempos, Lula acompanhava com prazer o noticiário, marcado por histórias tão injustas quanto algumas divulgadas hoje.

Reflexões tardias, sobretudo ditadas por necessidades políticas, também levam a deduções precipitadas - e ao elogio da bobagem. É esse, evidentemente, o equívoco que permeia o discurso de Lula. Ele não está arrependido dos excessos do passado. O problema é que virou vidraça, e tem sobrado pedras de notável solidez e bom tamanho. **"Denuncismo", insista-se, é uma espécie de doença que publicações sérias costumam eliminar. De qualquer forma, o Brasil segue à espera de explicações sobre acontecimentos envolvendo ex-integrantes do governo e membros do PT. Fatos até hoje encobertos pela penumbra.**

Não é necessário esperar que réus confessem seus crimes para divulgar notícias. Certas evidências bastam.

107

Data: 15/07/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Estado de São Paulo (Editorial)

Autoria: O Estado de São Paulo

ESTRÉIA DESASTRADA

Para usar a alegoria futebolística - já meio surrada, é verdade, pelo excesso de uso presidencial - o novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, fez um verdadeiro gol de placa (contra) em seu discurso de posse. Ele até que teve uma boa saída de meio-de-campo, quando afirmou, no primeiro tempo de seu discurso, que a Abin é um “órgão de Estado” e suas atividades não podem ser confundidas com ações do governo — o que demonstrou afinidade com idéia do mesmo teor, exposta pelo presidente da República, no evento. Mas, no decorrer de seu desempenho discursivo, o sr. Lima e Silva desandou num palavreado que apontava para algo justamente oposto, ou seja, um descabido engajamento político-partidário que mereceria, no mínimo, um cartão amarelo da opinião pública.

Disse o novo encarregado do serviço de inteligência do Estado brasileiro que pretende atuar como “beque central” e que precisa antecipar as jogadas, evitar as jogadas adversárias e “jogar a bola nos pés do capitão do time para fazer o gol”. Aí cabe uma dúvida interpretativa, pois o presidente Lula já comunicou várias vezes que o capitão de seu time é o ministro José Dirceu. Estaria então o novo diretor-geral da Abin já fazendo uma tabelinha com o ministro chefe da Casa Civil? Também é bom lembrar que nem sempre o capitão é o atacante ou o artilheiro...

Enfatizando que o governo não pode, em hipótese alguma, ser surpreendido e que o governo Lula (aí não mais falou em Estado) estaria agora no 34º minuto do primeiro tempo, tendo ainda, portanto, “muito jogo pela frente”, Lima e Silva enfatizou: “Estamos ganhando esse jogo e já fizemos vários gols, tomamos alguns cartões amarelos, mas a maioria do estádio ovaciona esse time.” E com o exagerado entusiasmo, próprio de um técnico não muito preocupado em esconder a tática a ser usada em campo, asseverou : “Temos certeza de que vamos ganhar de goleada e, no final do jogo, a torcida, extasiada com a atuação do time do Estado, vai gritar: É campeão, é campeão.” Então, arrebatado concluiu: “E não será surpresa para mim se, no final do jogo, esta torcida pedir bis.” Quer dizer, um funcionário do Estado, que afirmara não ter função a ser confundida com a de governo, deixa mais do que claro, já em sua posse, que, além de governamental, sua função será partidária, eleitoral propriamente dita, na qualidade de prosélito confesso da reeleição do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois de aparentar não ter dado muita importância às divergências e facções internas do órgão de inteligência que vai dirigir, considerando apenas “fagulhas numa oficina de trabalho” todo o quiproquó que veio a público, sobre espionagem interna, vazamentos de informação deliberados e “camas-de-gato” armadas entre colegas da Abin, o novo diretor-geral, em entrevista coletiva, fez afirmações não de todo compreensíveis, como se estivesse falando em código para uma opinião pública sem condições de decifrá-lo. Afirmou, por exemplo, que não se deve confundir “o interesse público” com o “interesse do público” (qual a essencial diferença?). Disse que “o MST não é problema para a Abin, o problema é a questão agrária”; e que, “da mesma forma, o PCC e o Comando Vermelho não são problemas da Abin, são de segurança pública”. Em sã consciência, o que significa isso? A Abin deverá atuar na questão fundiária - entrando na seara do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra — sem qualquer interesse em obter informações sobre uma organização que utiliza de métodos ilegais e violentos (como a invasão de uma sede do principal partido do governo)? E quanto ao PCC, estará a Abin inteiramente alheada de quaisquer problemas relacionados à segurança pública no País? Então, ainda que mal perguntemos, para que serve mesmo a Agência Brasileira de Inteligência? Como e em que áreas ou setores poderá esse organismo beneficiar a sociedade brasileira?

Talvez a única justificativa que o sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva encontre, para atenuar a decepção dos surpresos “torcedores”, seja a do nervosismo, típico dos dias de estréia...

108

Data: 15/07/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Editoriais - Página: A2)

Autoria: Folha de São Paulo

SERVIÇO SECRETO

Começou mal o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, que assumiu o cargo anteontem. Diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo responsável pelo serviço secreto brasileiro afirmou que a “atividade de inteligência possui padrões éticos que beiram o mimetismo de certos animais”. Sendo assim, em sua visão, “o que é considerado antiético e às vezes ilegal dentro do país é absolutamente desejável, indispensável e até vital para um Estado, quando realizado no estrangeiro”.

As declarações, candidamente transparentes para alguém do ramo, reafirmam a atmosfera de excepcionalidade que cerca os serviços de informações, ou seja, a idéia de que para eles a ética e as leis são parâmetros relativos, cuja validade se subordina ao território onde se atua e às finalidades da ação. Tomado como tese universal, esse raciocínio implica a aceitação de que agentes estrangeiros ajam da mesma forma no Brasil.

A questão do acompanhamento desses serviços por parte da sociedade é problemática: como controlar um órgão cuja atuação é por definição “secreta”, portanto implicitamente à margem da lei? A questão é internacional, como atesta o papel da CIA norte-americana e do serviço secreto britânico na construção das “evidências” de que o Iraque armazenaria armas de destruição em massa — falsidade que serviu de pretexto para a invasão daquele país.

Afortunadamente, as ações da Abin e os temas de seu interesse estão longe de poder colocar em risco a paz mundial. Podem, porém, como se viu em alguns episódios, dar lugar a desvios, gerar dossiês com finalidades escusas e fomentar um ambiente interno de chantagem e insegurança.

O fato é que a Abin ainda está por demonstrar a tese, a princípio defensável, de que há uma função relevante a ser cumprida no Estado brasileiro por um serviço de inteligência.

Erramos: 16/07/2004

As declarações atribuídas ao novo diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, no editorial “Serviço secreto” (Opinião, pág. A2, 15/7), foram na realidade proferidas por seu superior hierárquico, o general Jorge Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança

112

Data: 19/07/2004

Website: <http://www.defesanet.com.br/noticia/abincb19jul04/Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias>

Publicação: Estado de Minas

Autoria: Lucas Figueiredo

PT ESQUECE O QUE ESCREVEU

Projetos de lei de José Dirceu para “desmilitarizar” o serviço secreto foram abandonados.

A crise no serviço secreto que o governo enfrenta hoje poderia ter sido evitada, caso o órgão tivesse sido reformulado. Projetos nesse sentido não faltaram, inclusive do PT. Mais de uma vez, petistas de quatro costados, como José Genoíno e José Dirceu, propuseram alterações profundas na instituição. Porém, ao se tornar governo, em 2003, o Partido dos Trabalhadores adotou o estilo “esqueçam o que escrevi” e abandonou seus planos de reformulação do serviço secreto.

Conforme o ESTADO DE MINAS revelou na edição de domingo, o governo não detém hoje o controle absoluto sobre a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Cinco grupos disputam o poder no órgão, utilizando, como armas, a espionagem, o vazamento de informações e a “plantação” de boatos. A briga já respingou no Palácio do Planalto mais de uma vez.

São duas as origens da disputa interna que corrói o serviço secreto. A primeira é uma contradição vivida pelo órgão desde a sua criação, na década de 40: o serviço secreto é uma instituição civil, mas, controlado pelas Forças Armadas, assumiu um caráter militar. Outro fator que influi nas tensões provocadas pela Abin é excesso de poder que a instituição detém. Em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, a atuação dos serviços secretos é limitada ao chamado “campo externo” ou seja, eles só podem operar fora de suas fronteiras. É o que acontece, por exemplo, como a CIA, o serviço secreto dos EUA. A instituição tem poderes enormes para praticar espionagem em outros países e investigar a vida de estrangeiros, mas seu espaço de atuação é extremamente pequeno quando se trata de casos dentro dos Estados Unidos envolvendo norte-americanos (uma das poucas exceções é para o terrorismo).

No Brasil, o serviço secreto atua no campo interno desde a sua criação, em 1946. Seu principal alvo tem sido os movimentos sociais. Hoje, por exemplo, o MST é uma das prioridades da Abin.

Projetos engavetados

As tentativas de “enquadrar” o serviço secreto no Brasil começaram tão logo acabou o regime militar (1964-1985). O primeiro embate ocorreu na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). Naquele época, o PT, vítima histórica do serviço secreto, apoiou um projeto de lei do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) que previa a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), antecessor da Abin. A proposta foi rejeitada, mas os petistas não desistiram. Em 1989, o então deputado José Genoíno, hoje presidente nacional do PT, apresentou um novo projeto para acabar com o SNI, mas a proposição também foi rejeitada.

O SNI seria extinto no ano seguinte, por decisão do então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Collor, no entanto, não abriu mão de ter um serviço secreto, criando, no lugar do SNI, o DI (Departamento de Inteligência). Foi então que o PT entrou novamente em ação. O então deputado José Dirceu (hoje ministro-chefe da Casa Civil) patrocinou um projeto de lei visando reformular profundamente o serviço secreto. Pela proposta de Dirceu, o órgão não poderia bisbilhotar a vida da população nem poderia ser dirigido por militares. Engavetado pelo Congresso, o projeto foi reapresentado por José Dirceu dois anos depois, com pequenas alterações. Mas a proposta foi novamente rejeitada.

Mais do mesmo Logo após a vitória de Lula na eleição presidencial de 2003, cogitou-se que o PT poderia, enfim, acabar com o controle do serviço secreto por parte dos militares. A idéia seria alterar a subordinação da Abin, tirando-a do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), órgão conhecido antigamente como Casa Militar, e colocando-a sob domínio da Casa Civil. A proposta, no entanto, não prosperou. Lula acabou deixando a Abin subordinada ao general-de-exército Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI.

O governo do PT também evitou fazer qualquer alteração na estrutura da Abin, que, assim, se manteve voltada para o campo interno (principalmente para os movimentos sociais). No ano passado, o general Félix chegou a divulgar que o governo estudava a possibilidade de patrocinar a legalização de gramos telefônicos e escutas ambientais (microfones escondidos) por parte da Abin. Assim, o serviço secreto

poderia fazer a chamada “espionagem eletrônica”, com autorização da Justiça, o que hoje é proibido. No entanto, o balão de ensaio foi mal recebido pela opinião pública, e o governo achou por bem engavetar a proposta, pelo menos por enquanto.

Veteranos do SNI

O que seria inimaginável alguns anos atrás aconteceu em 2003: sob o governo de Lula, o Departamento de Operações de Inteligência da Abin (que abriga a nata dos agentes secretos) ficou sob comando de Gerci Firmino da Silva. Trata-se de um militar da reserva que, na década de 70, combateu a guerrilha do PC do B no Araguaia. No governo de Fernando Henrique Cardoso, Gerci chegou a ser formalmente acusado, pelo Ministério Público, de ter participado de uma operação clandestina montada para espionar as decisões do governo em relação à privatização da Telebrás (caso que ficou conhecido como grampo do BNDES). Gerci ficou seis meses no cargo e acabou sendo substituído por Ceilson Ludolf Ribeiro, outro veterano do SNI.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Até as pedras da Esplanada dos Ministérios sabiam que o serviço secreto daria dor-de-cabeça a Lula, caso ele fosse eleito presidente. Afinal, a Abin é uma continuação mal repaginada do SNI e preserva muito dos defeitos desta instituição maldita do regime militar. Desde o início da restauração da democracia, em 1985, o País vem adiando uma reforma definitiva no serviço secreto. Emendou-se aqui, passou-se um verniz ali, mas o cerne do SNI foi mantido na Abin: o caráter militar e a atuação no campo interno. A verdade é que, até que esses dois pontos sejam enfrentados, continuará inacabada a transição democrática no Brasil. O PT tem, assim, a chance de virar uma página na história do País. Resta saber se está à altura da tarefa.

114

Data: 20/07/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Globo/Jornal de Brasília e outros periódicos (Coluna Cláudio Humberto)

Autoria: Cláudio Humberto

HIPOSTASIADO

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Mauro Marcelo Lima e Silva, considerou-se “hipostasiado” pelos jornais que deram “outra vida e outro contexto” à palavra “bis”, usada no discurso de posse. Lembra que trabalha para o Estado e não pode nem deve pregar a reeleição do governo.

119

Data: 23/07/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Estado de Minas

Autoria: Lucas Figueiredo

ABIN ESTENDE TENTÁCULOS NO SETOR PÚBLICO

Se, de fato, informação é poder, como diz o ditado, o serviço secreto está, pouco a pouco, se tornando um colosso entre os organismos do Estado. Além dos diversos instrumentos de coleta de informações de que dispõe, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vem estabelecendo, nos últimos cinco anos, “parcerias” estratégicas com outros órgãos públicos. Estão nessa lista a Receita Federal, o Banco Central e a Polícia Federal, entre outros. Com as “parcerias”, o serviço está multiplicando a quantidade de informações à sua disposição, aumentando, com isso, seu raio de ação. Ao lançar seus “tentáculos” sobre o Estado, o serviço secreto inaugura um novo ciclo de sua história.

A trajetória do serviço secreto brasileiro pode ser dividida em quatro fases. A primeira delas (1956-1964) é caracterizada pela improvisação e pela timidez. Nessa época, o órgão se chamava Serviço Federal de Informações e Contra-informação (Sfici) e tinha presença, basicamente, no Rio e em São Paulo. Com o golpe militar, em 1964, uma nova e vigorosa etapa foi iniciada, com a substituição do Sfici pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Durante o regime militar (1964-1985) e o governo José Sarney (1985-1990), o SNI foi um dos principais pilares do Estado. Seu poder era praticamente ilimitado e sua força capaz de fazer tremer até mesmo presidentes da República. Pelos menos três deles (os generais Arthur da Costa e Silva, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo) foram ameaçados por conspirações surgidas ou alimentadas pelo serviço secreto e seus “parceiros”.

A terceira fase do serviço secreto começou em 1990, com a assunção de Fernando Collor de Mello à Presidência. Com uma canetada, Collor extinguiu o SNI, que tinha status de ministério, e, em seu lugar, criou um reles departamento. O período de vacas magras e falta de prestígio durou até 1995, quando, eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso começou a recuperar o órgão, sob inspiração militar.

No início de seu segundo mandato, FHC sancionou a lei que criava a Abin e, de quebra, reinaugurou a política de “tentáculos” no serviço secreto que havia vigorado no regime militar e no governo Sarney. Na mesma lei que criou a Abin, Fernando Henrique fez da agência o “órgão central” do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Trata-se de uma poderosa associação de órgãos públicos que produzem informações estratégicas nas áreas de defesa externa, segurança interna, relações exteriores, economia e finanças, orçamento, indústria, políticas sociais e pesquisa. Ou seja, de alfinete a foguete.

Com a criação do Sisbin, em 1999, o serviço secreto virou “parceiro” de instituições como Banco Central e Receita Federal, serviços secretos militares e Polícia Rodoviária Federal, entre outros (veja relação completa no quadro ao lado). Dessa forma, a Abin passou a coordenar uma rede de informações que varre praticamente todos os setores da sociedade.

Na época, o PT foi o primeiro a chiar. O partido acreditava que a instituição do Sisbin faria do serviço secreto um superórgão dentro do Estado. “O Sisbin é a volta do sistema antigo, mas com nome novo. Ele vai recriar a ‘comunidade de informações’ no País”, disse o então deputado federal José Genoíno, hoje presidente nacional do PT. Ao citar a “comunidade de informações”, Genoíno se referia à associação de órgãos de segurança e informações que, durante a ditadura, sustentou a política do tacape dos militares.

Governo

Lula Pouco mais de três anos após o desabafo de Genoíno, o PT chegou ao poder. O desenho do serviço secreto, no entanto, continuou o mesmo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não mexeu no Sisbin e manteve a Abin como “órgão central” do sistema. Até hoje, o Sisbin não funciona conforme determina a lei. Vários órgãos públicos mantêm restrições à parceria com o serviço secreto, como é o caso da Polícia Federal. Aos poucos, no entanto, a Abin vai quebrando resistências e se impõe como cabeça do Sisbin. O serviço secreto já consegue ter acesso, por exemplo, a muitas informações sobre movimentações bancárias e declarações de renda. A Abin também tem se articulado com governos estaduais para estabelecer “parceiras” com secretarias de segurança pública, que controlam as polícias civis e militares. A principal meta declarada do serviço secreto nessa área é obter informações sobre o crime organizado.

Na prática, o serviço secreto estende seu poder por outras áreas estratégicas. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que comanda a Abin, também é responsável pela segurança pessoal do presidente Lula, pelo monitoramento de problemas na área de segurança pública e pelas políticas anti-drogas (prevenção e tratamento).

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Com a reportagem desta sexta-feira, o ESTADO DE MINAS encerra a série especial sobre a crise no serviço secreto. Não há outra conclusão possível: a sociedade está à mercê de um organismo que, desde 1956, vive de bisbilhotar a vida da população e de transformar brasileiros em “inimigos internos”. A falta de reformulação no serviço secreto provoca uma situação perigosa: passados 19 anos do fim da ditadura, o País ainda não chegou à democracia plena. Está, portanto, no meio do caminho. Se irá para trás ou para frente, dependerá única e exclusivamente da sociedade. Pela sua omissão ou pela sua ação. A escolha é nossa.

120

Data: 24/07/2004

Web site : <http://www.apeb.com.br/apeb/arquivo/imprensa/2004/abin.htm>

Publicação: Correio Braziliense (Editorial)

Autoria: Correio Braziliense

O MONSTRO ESTÁ VIVO

O general Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo do extinto regime militar, muito antes de morrer afirmou que criara um monstro. Referia-se ao Serviço Nacional de Informações, o SNI, nascido de proposta sua ao governo ditatorial (1964-1985). Restaurada a ordem democrática, acreditava-se que o monstro, cevado nos desvãos sombrios da tirania, não resistiria à luz intensa das liberdades públicas. Engano pueril. Série de reportagens deste jornal encerrada na sexta-feira mostra a aberração tão sadia quanto no dia em que nasceu.

O SNI está vivo, mudou apenas de nome, agora batizado de Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 1999 pelo então presidente FHC. Sua estrutura não só permaneceu a mesma como foi reforçada. Passou a ocupar a posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

A Sisbin estende arco de dominação sobre órgãos públicos encarregados de produzir informações estratégicas sob controle da Abin. Suas atividades abarcam as áreas de defesa externa, segurança interna, relações exteriores, economia e finanças, orçamento, indústria, políticas sociais e pesquisas. Com tamanho poder — e não se deve ignorar que informação é poder — não será grande exagero enxergar a Abin como um Estado dentro do Estado brasileiro.

O estilo operacional da Agência conserva o modelo, os vícios, os abusos funcionais, o autoritarismo e as desavenças internas do SNI. Opera com as antenas ligadas em grupos de pressão. Ocupa-se em bisbilhotar a vida de pessoas por interesse próprio ou para alimentar facções empenhadas em intrigas palacianas. Vaza informações para o plano externo com o propósito de prejudicar a imagem pública de determinadas pessoas ou entidades.

Serviço secreto é estrutura estratégica para munir o Estado de informações capazes de orientá-lo na tomada de decisões e dar-lhe as bases de conhecimento para medidas de correção e prevenção políticas. Mas o instrumento de trabalho da Abin é a intriga, forma de identificar brasileiros como inimigos internos. E, assim, não serve ao Estado, desdenha do governo e desnatura o regime democrático.

Mais grave é que, com autonomia ilimitada, a Abin não está sujeita a nenhum controle. A comissão mista do Senado e da Câmara criada para controlar a agência é peça política nula. Nem sequer dispõe de regimento interno. O Congresso não só necessita rever a legislação pertinente à matéria como tomar a si a responsabilidade de fiscalizar os órgãos secretos de informação. É tempo de extinguir de vez as formas totalitárias com que ainda atuam os serviços de segurança do país.

123

Data: 28/07/2004

Web site: http://veja.abril.com.br/280704/p_056.html

Publicação: Revista Veja – Edição nº 1864 (Seção: Espionagem)

Autoria: Thaís Oyama, com reportagem de Monica Weinberg

O SHERLOCK DA ABIN

O delegado paulista Mauro Marcelo, que assumiu o comando do serviço de inteligência, é conhecido por seu talento. Para investigar e aparecer

A nomeação do delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva para a direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) desagradou a militares por uma razão objetiva e outra nem tanto. A objetiva: desde que foi criado o órgão sempre teve em seu comando um general ou alguém ligado à categoria. Em maio, quando a ex-diretora Marisa Del'Isola, integrante dos quadros da agência desde que ela se chamava SNI, foi afastada do cargo, os militares deixaram claro que gostariam de vê-lo ocupado por um igual. Não foram atendidos e, ainda por cima, tiveram de engolir alguém muito diferente. E põe diferente nisso. Em contraste com o estereótipo do militar sisudo e discreto, o delegado Mauro Marcelo é um adepto fervoroso da visibilidade. Não se importa em posar para capas de revista vestido de Sherlock Holmes, distribui fotos suas autografadas aos funcionários e adora apresentar seu gabinete a visitantes dizendo que ele é “o maior do governo federal”. E, antes que lhe perguntem, completa: “Sim, maior até que o do presidente Lula”.

Foi o presidente quem o indicou para o cargo. Conheceram-se em 1994, quando o delegado chefiou as investigações que resultaram na prisão dos seqüestradores de um sobrinho de Roberto Teixeira, compadre de Lula. O rapaz foi libertado após onze dias de cativeiro, sem pagamento de resgate. “A partir daí, a qualquer problema que havia com o pessoal do PT o Lula dizia: ‘Chama o Mauro que ele resolve’”, conta o delegado. Entre seus pares, Mauro Marcelo é tido como um policial brilhante. Especialista em crimes cometidos pela internet, formou-se delegado classe especial agraciado com o título de melhor da turma (na ocasião, compôs, para cada um dos professores, poesias que recitou de pé, uma delas intitulada “Gotas de sabedoria”). Colegas elogiam sua rapidez na resolução de crimes. “Enquanto a média dos delegados precisa de algumas semanas para resolver um caso, ele leva poucos dias. Às vezes, chega a uma conclusão em questão de horas”, diz a delegada Inês Cunha, que trabalhou com ele em São Paulo. Sobre crimes na internet, Mauro Marcelo dá cursos, palestras e responde a dúvidas que colegas lhe enviam por e-mail.

Um de seus maiores orgulhos é ser um dos vinte policiais brasileiros já convidados a fazer o disputado curso do FBI nos Estados Unidos – experiência cujo registro reluz em um de seus dedos na forma de um anelão de pedra vermelha com a inscrição “FBI 1993”, ano em que passou quatro meses estudando os métodos de investigação da polícia americana. É fã de Edgar Hoover, a ponto de enfeitar um de seus cartões de visita com a foto do manda-chuva mais famoso do FBI. “Não se trata de idolatria”, afirma. “É um conceito educacional. Faço muitas palestras para crianças e adolescentes e, dessa maneira, crio uma empatia com o meu público”, justifica. Pois é, o novo chefão da Abin tem “um público”. A admiração pelo FBI e sua estrela maior já lhe rendeu uma dorzinha de cabeça. Uma ala, digamos, protonacionalista chegou a dizer que sua “ligação com a polícia americana” colocaria sob suspeição sua atuação na Abin. “Queriam que eu fosse aprender a investigar com a polícia do Paraguai?”, reagiu MM. MM? – e não é que até suas iniciais têm jeito de produto ianque?

Casado com uma promotora de Justiça, Mauro Marcelo tem três filhos, vive em um apartamento em Perdizes, bairro de classe média em São Paulo, e gaba-se daquilo que considera ser uma de suas maiores qualidades. “Posso bater no peito e dizer: sou incorruptível”, proclama. Há menos de um mês no comando da Abin, o delegado diz ter duas prioridades: conferir “transparência” ao órgão e seus métodos de investigação e levantar o moral da tropa, dividida por recentes disputas internas. Para isso, adotou o hábito de almoçar diariamente no “bandejão” que serve os funcionários (“Nenhum diretor jamais fez isso”, informa) e instituir o “Dia do Aniversariante”: toda sexta-feira, decidiu, convidará um punhado deles para tomar chá em seu gabinete – ocasião em que distribuirá aos homenageados cópias

de sua foto oficial, por ele autografadas. “É uma forma de dar carinho aos funcionários. Eles sentem falta disso”, diz.

Aos 44 anos, Mauro Marcelo comandará um órgão que nasceu controverso e segue polêmico. Com 1.600 funcionários, a Abin tem como tarefa fundamental municiar o governo de informações de interesse do Estado – definição vaga o suficiente para abrigar uma gama de ações que vão do monitoramento dos movimentos sem-terra ao acompanhamento de atividades nas fronteiras – passando, eventualmente, por incursões a gabinetes de Brasília nem sempre referendadas por lei, como já registrou a história recente. A tarefa de dirigir a Abin exigirá de seu novo diretor discernimento para transitar na linha tênue que separa a legalidade da arapongagem inescrupulosa. Mauro Marcelo se define como “um policial, 24 horas por dia”. Diz ser “do tipo que anda com algemas dentro do carro” e afirma já ter perdido a conta de quantas vezes deu voz de prisão no trânsito. “É um impulso que vou ter de aprender a conter.” Tudo indica que não deverá ser o único.

124

Data: 29/07/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção: Tendências/Debates – Página: A3)

Autoria: Mauro Marcelo de Lima e Silva (Delegado de Polícia, Diretor-Geral da Abin)

A NOVA ABIN

A nossa atuação está balizada por rigorosos limites éticos e legais na proteção da sociedade

Discorrer sobre a atividade de inteligência num regime democrático é um grande desafio. O conjunto da sociedade não tolera mais a repetição de fatos vincados pela conotação de um Estado paralelo - em que se cometiam as mais variadas arbitrariedades em detrimento do interesse público. Mas também seria impensável imaginar um país sem um serviço de informação. A produção de conhecimento e inteligência é indispensável à decisão estratégica do presidente da República, aos interesses nacionais e ao Estado. É um serviço para o Estado, e não para o governo. Os governos passam. O Estado fica.

A Agência Brasileira de Inteligência, Abin, é o órgão central do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), criado pela lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999. A criação da agência deu ao Estado instrumentos institucionais para processar e coordenar informações necessárias às decisões de governo.

No universo específico em que trabalha, a Abin tem, entre suas competências: a) planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o presidente da República; b) planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis (econômicos, industriais e científico-tecnológicos) relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; c) avaliar ameaças, endógenas e exógenas, à ordem constitucional; d) promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de inteligência.

Em resumo, a Abin deve planejar, executar, supervisionar e controlar a atividade de inteligência do país – além de assessorar o presidente da República nas questões de interesse do Estado e da sociedade, basicamente nas duas vertentes de sua atuação, a inteligência e a contra-inteligência. Está claro que a missão da agência está revestida de caráter estratégico.

A melhor analogia encontrada vindica uma Abin como uma espécie de "beque central do Estado" – e não do governo. Cabe a esse beque central antecipar as jogadas (oportunidades). Também deve evitar o ataque adversário (proteção ao conhecimento, à sociedade, ao Estado democrático de Direito e aos interesses nacionais). A diferença entre Estado e governo é imperceptível para o senso comum, mas norteadora da nossa administração. Digamos, essa

separação, no regime democrático merecedor desse termo, remonta aos velhos axiomas do Iluminismo: encontrará um exemplo na integral separação entre a igreja e o Estado.

Ao assumir a direção geral da instituição, destaco, mais uma vez, o caráter democrático que rege minhas convicções. E a certeza de que essa será uma gestão a primar pela transparência. Infelizmente, boa parte da crônica da inteligência é episódica de tocaias contra a cidadania, de vilanias contra o senso comum. Esses tempos, em que a atividade de inteligência era um dos kits de sobrevivência do Estado paralelo, foram definitivamente encerrados. Graças à singular fricção que aprendemos, dia a dia, com o pleno exercício democrático.

Vamos manter — abertos e permanentes — canais de diálogo com a sociedade, além de buscar mecanismos adequados para o melhor desempenho de suas atribuições e controle. Críticas e cobranças sempre existirão. E, naturalmente, a Abin as espera e agradece por elas, afinal, são demandas vitais em um regime democrático. Mas também não nos falta percepção de que temos de nos dedicar com afinco a redefinir prioridades na configuração e na execução do sistema de inteligência do país. É possível mencionar aspectos de grande relevância, tais como a elaboração de uma nova política nacional de informação, a sistematização de uma coleta ética de dados, além da indispensável reciclagem constante dos analistas de informação. Mas sempre lembrando: não nos é permitido errar.

As relações sociais globalizadas, com as quais convivemos, passaram a exigir novas e sofisticadas qualificações dos profissionais de inteligência. Aqui, a Abin tem como meta permanente ajustar o foco de sua atuação; dispomos de funcionários dedicados, patrióticos, que trabalham em silêncio e com perfil lapidarmente discreto. Possuem uma visão sistêmica e holística, não bastando apenas o conhecimento, mas também o emprego do metaconhecimento e o uso da lógica na produção de inteligência para a decisão governamental.

A Agência Brasileira de Inteligência busca constantemente o aperfeiçoamento, dentro de parâmetros éticos, da atividade de inteligência, principalmente porque seu instrumento de trabalho, a análise, baseia-se no raciocínio e no argumento -portanto na lógica dedicada à procura do conhecimento, e não apenas de uma opinião. Suas demandas, ativas e passivas, estão pulverizadas num largo espectro, estendido do terrorismo à biopirataria, da espionagem econômica aos crimes transnacionais, da violência interna aos diferentes tipos de tráfico.

A nossa atuação, como se sabe, está balizada por rigorosos limites éticos e legais na proteção da sociedade brasileira, que é a nossa principal missão. Combinando a atividade de inteligência com democracia, devemos nos antecipar a qualquer ameaça que possa colocar em perigo os cidadãos e a soberania do país.

Fui indicado pelo governo para um trabalho de Estado, e não de governo. Tenho plena consciência disso. Peço a confiança da sociedade, e para isso só disponho de uma peculiar credencial: a minha biografia.

Mauro Marcelo de Lima e Silva, 44, delegado de polícia, é o diretor-geral da Abin.

126

Data: 01/08/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Tânia Monteiro (de Brasília)

“QUEREMOS FAZER GRAMPO”, DIZ DIRETOR DA ABIN

O novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Mauro Marcelo de Lima e Silva, pretende mudar a lei que criou a Abin. Ele quer permissão para que a agência possa fazer gramos telefônicos,

mediante autorização judicial, e possa também colocar escutas em ambientes. A proposta surge justamente no momento em que o próprio governo apresenta projeto para proibir a divulgação do conteúdo de gramos ilegais.

Ele reconhece as dificuldades de pôr a idéia em prática. Para vigorar, ela depende da aprovação de uma proposta de emenda constitucional, que exige três quintos dos votos do Congresso. “Queremos fazer grampo de telefone sim, mas é evidente que só com autorização judicial. Tudo dentro da legalidade”, declarou, em entrevista ao Estado, alegando que isso é necessário, principalmente quando se trata de investigação de questões de segurança nacional. Hoje, explica, a autorização para escutas é concedida à Polícia Federal.

Mauro Marcelo justificou que esse tipo de permissão tem a vantagem de trazer mais controle sobre a Abin. “Hoje temos controle interno e externo, mas não temos controle por parte do Poder Judiciário nem do Ministério Público. A partir do momento em que pudermos pedir ordem judicial, esses dois órgãos nos controlariam também”, comentou.

Entre suas novas propostas de trabalho, o diretor da Abin citou a necessidade de ampliar o número de representações em países da América do Sul. “Temos previsão de abrir 2 ou 3 representações ainda este ano”, contou. Os novos escritórios deverão ser instalados no Paraguai, Colômbia e Venezuela. “Estamos interessados na integração com os países latino-americanos e este passo é fundamental para isso.”

Mauro Marcelo encampou também uma proposta polêmica, de um arquiinimigo do governo, senador Antero Paes e Barros (PSDB-MT). Ele acha que o diretor-geral da agência deve ter um mandato. Mas ainda não conversou sobre o assunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem é amigo. “Vou conversar antes com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a quem sou subordinado”, contou. **“Vou ter liberdade de contato, mas o meu chefe é o ministro general Jorge Félix.”**

Porta aberta

O novo diretor da Abin já começou a promover mudanças internas. Trabalha de porta aberta, criou um e-mail “fale com o diretor” e anunciou a criação de um 0800 para denúncias. Mas ainda não informou as alterações que serão realizadas.

Essa nova proposta de trabalho só será definida depois de Lula e do ministro do GSI receberem um diagnóstico de situação do setor. O diretor explicou que somente depois de ter em mãos um raio X da Abin é que as novas orientações de funcionamento serão definidas.

Segundo ele, “o presidente ainda não disse que modelo de agência de inteligência deseja, mas a função da Abin está estabelecida em lei e prevista na Política Nacional de Informações”. Ele contou ainda que está sendo desenvolvido um plano de consulta à sociedade, com o objetivo de definir as prioridades e, se for o caso, propor uma nova Política de Inteligência. Mauro Marcelo disse que o presidente Lula não fez críticas ao atual serviço de inteligência, mas já disse que quer “uma agência eficiente e confiável”.

Arapongagem

Em uma clara demonstração de que está vestindo a camisa da Abin, o diretor [Mauro Marcelo] repudiou as acusações de que a agência faz arapongagem. “Nós e os funcionários da Abin abominamos a questão da arapongagem. A Abin não bisbilhota ninguém e vamos provar que é possível fazer inteligência em um regime democrático.”

Mauro Marcelo se recusa a usar a expressão de que haverá uma limpeza na agência. “O termo limpeza é muito forte, porque denota sujeira e não temos sujeira. Temos alguns ajustes de foco e a adequação das diferentes carreiras internas”, diz.

Ele disse que o seu grande desafio é encontrar o resultado da equação entre o maior e o menor sigilo, para chegar à curva de eficiência de inteligência.

“Não queremos um SNI (Serviço Nacional de Informações), mas não queremos as portas totalmente abertas porque dessa forma também é impossível de se trabalhar”, reconheceu, ressaltando que não existem porões na Abin.

167

Data: 14/09/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Ilustrada– Seção: Mônica Bergamo - Página: E2)

Autoria: Mônica Bergamo, com a colaboração de Alvaro Leme e Daniel Bergamasco

ABIN, EU?

O governo convidou o arquiteto Oscar Niemeyer para fazer um monumento em homenagem - pasme! - à Abin (Agência Brasileira de Inteligência), substituta do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações). Comunista, Niemeyer tem horror à sigla, símbolo maior da ditadura militar. E, num primeiro momento, declinou do convite. O governo pediu que ele pensasse um pouco melhor. Pelo menos seis meses, para se certificar de que a Abin agora vai trabalhar com transparência e em prol do povo.

168

Data: 14/09/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Povo/CE

Autoria: Não especificada

DENÚNCIAS DE ESPIÃO TRAZEM CHEFE DA ABIN A FORTALEZA

As denúncias sobre a suposta participação do agente “S”, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin/Ceará), no tráfico internacional de drogas e escutas telefônicas clandestinas a políticos, alteraram o roteiro de viagem de Mauro Marcelo de Lima e Silva, 44. Há dois meses como diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo vem fazendo viagens sistemáticas aos Estados e cidades onde existe representação da Agência de informação. O escritório em Fortaleza estava na rota das “nspeções”, mas, devido a gravidade do que foi noticiado pelo O POVO, saltou na lista de prioridades e recebeu visita antes da data prevista.

Sem revelar se vai ou não promover mudanças na Abin/Ceará, Mauro Marcelo informou que alguns coordenadores estaduais já foram substituídos. Motivo? Em alguns casos, a valorização de funcionários da própria casa. Prêmio ao critério técnico. Pelo menos isso é o que diz Mauro Marcelo, sem entrar em detalhes no que é sigiloso. Em outros casos, o comando problemático e viciado serviu de causa. No Pará, por exemplo, a indicação deu-se após ser diagnosticado que o escritório de lá era uma das dores-de-cabeça que Abin nacional não deveria continuar tendo.

Sobre os crimes que o agente “S” teria cometido no Estado, Mauro Marcelo diz que “no passado” o comando local da Agência entendeu que não havia materialidade nas denúncias feitas pelo espião Raimundo Alves Ferreira Filho, morto em 2003. Como não houve apuração e o caso não deu em nada, apesar de ser objeto de uma lenta investigação (desde 2000) na Polícia Federal e Procuradoria Geral da República no Ceará (PGR-CE), seria necessário acontecer fatos novos para se reabrir o procedimento administrativo na Abin/Ceará.

Antes de ser entrevistado pelo O POVO, na manhã de ontem, em uma das salas da PGR-CE, Mauro Marcelo conversou com o procurador Oscar Costa Filho, um dos responsáveis pelas investigações do

Caso Abin/Ceará. Passou por lá para receber informações sobre o que chegou ao Ministério Público Federal sobre as denúncias envolvendo a Abin no Estado. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

O Povo — *Qual o motivo da visita do senhor ao Ceará?*

Mauro Marcelo de Lima e Silva — Hoje (ontem) completa-se o segundo mês que estou no comando da Abin. Fui convidado pelo presidente. A minha principal missão nesses dois anos e meio que tenho, em tese, se não tiver problema nenhum... Tenho plena consciência da minha atividade de estado e não de governo. Nem hipoteticamente posso imaginar eventual reeleição do presidente ou renovação de convite. Não penso nisso. Não sou petista, sou apolítico. Sou técnico. Sou delegado de polícia, fui convidado, aceitei o desafio. E a minha principal missão é provar que é possível fazer uma atividade de inteligência em pleno regime democrático, em pleno funcionamento institucional que vivemos no País. Desmitificar a atividade de inteligência. Até o Vaticano tem um serviço de inteligência. O País não pode prescindir de um serviço de inteligência. Acontece que nós temos missão. O foco da Abin é como se fosse o Norte de uma bússola. Eu preciso saber qual é a missão. O serviço de inteligência em Israel tem um foco 100% palestino. O foco da atividade de inteligência norte-americana hoje é exclusivamente o terrorismo. Cada país tem o seu foco. Na Coréia do Sul, o foco é a Coréia do Norte. E o Brasil? O Brasil é um grande problema. Porque não temos bem delineada uma definição de qual é o foco aqui. Isso se perdeu. Na época da repressão, tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo. A época da ditadura, os desmandos, abusos, violência, arbitrariedade que foram praticadas no passado. Isso é fato, os senhores sabem melhor que eu. O grande problema hoje é descobrir o foco. A Abin trabalha basicamente em duas vertentes: Inteligência e Contra-inteligência. Na Inteligência, buscamos a oportunidade. Coletamos fatos, informações, e produzimos conhecimento, que vai nas mãos do presidente na forma de planejamento de cenário. Isso principalmente na busca de oportunidades. E na Contra-inteligência, no chavão da proteção das instituições nacionais, proteção da sociedade e do estado democrático de direito.

OP — *O senhor traçou aí um paralelo com o SNI (Serviço Nacional de Informações). O que ainda tem de vício do SNI na atual Abin?*

Mauro Marcelo — Não se modifica a cultura do povo, de uma instituição, do dia pra noite. É evidente que alguns vícios ainda existem. Em algumas reuniões, só faltava o pessoal bater continência. Quebrei o gelo lá com todo mundo. Hoje estamos comandando, eu e a nova diretoria — modifiquei 80% dos cargos de direção — estamos trabalhando muito mais como se fosse um colegiado. Nada é feito na Abin sem passar na mesa do diretor. Chamei a responsabilidade de que tudo que a Abin faça passe na minha mesa. Em tese, a Abin só pratica qualquer tipo de ato, qualquer operação, com ciência do diretor.

OP — *A Abin nacional?*

Mauro Marcelo — Toda. O País inteiro. O pior cenário, pra mim, é aquela história do funcionário autorizado com conduta não autorizada. Isso a gente não vai encontrar só na Abin. Vai achar na Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, até na imprensa. É sempre um cenário ruim. Mas estou chamando a responsabilidade. Nada se faz na Abin sem a ciência de seu diretor. Existem alguns vícios, mas se a gente pegar o que existe de SNI ainda, se a gente separar a Abin entre o que é SNI e o que não é SNI, eu vou ter o pessoal de oito anos pra cá, só. Porque o primeiro concurso que foi feito pra gente começar a reformular foi oito anos atrás. Esses dias um jornalista me perguntou: “O senhor modificou 80% do pessoal, mas esse pessoal que está ao lado do senhor não é do SNI?”. Eu tenho excelentes funcionários lá que têm 30 anos de atividade de inteligência. Então, ele vem do período do SNI. Não é militar, não tem nenhum militar no comando, mas ele vem um pouco daquela época. Só se eu montasse a agência apenas com funcionários de oito anos de serviço. Eu não posso nem administrativamente pegar uma pessoa que acabou de sair concursado e colocar num cargo de confiança, ali na diretoria. Então o que eu fiz? Tem muita gente aposentada, que estava ocupando cargos que seriam de funcionários, eu estou prestigiando os funcionários. Numa dúvida entre um funcionário de carreira e um funcionário aposentado ou um

militar aposentado que está ocupando o cargo, estou prestigiando o funcionário de carreira. Não consigo modificar do dia pra noite. **Estou só com dois meses de comando.**

OP — *Nesse caso específico do Ceará...*

Mauro Marcelo — Um pouquinho antes de entrar no caso do Ceará: tenho 1.800 funcionários, 12 agências e 17 escritórios. Eu tenho toda semana, desde que assumi, visitado uma agência ou escritório. Eu não vim ainda aqui para o Ceará. Só falta Fortaleza, Recife, Goiânia e São Paulo. São os únicos quatro que faltam para eu visitar. Por isso que não estive aqui antes.

OP — *Antes da sua visita ao escritório da Abin/CE, o senhor veio à Procuradoria da República conhecer mais detalhes sobre o caso do agente "S". O que o senhor sabe sobre esse caso?*

Mauro Marcelo — (Silêncio) Eu queria perguntar por que o jornal até hoje não identificou o “S”?

OP — *Porque ainda não houve uma denúncia do Ministério Público formalizada, o inquérito foi iniciado como um procedimento administrativo, ainda está em andamento e ninguém, dos acusados, foi chamado formalmente para depoimento, além do próprio informante (Raimundo Alves Ferreira Filho, conhecido como "Billy") que morreu.*

Mauro Marcelo — Mas o jornal não estaria com medo de nominar o funcionário...

OP — *Não. É porque não existe uma denúncia formal (do Ministério Público à Justiça ou a conclusão do inquérito pela Polícia Federal).*

Mauro Marcelo- Mas é posição pessoal ou do jornal?

OP — *É procedimento comum do jornal. Ele (agente S) ainda é, em tese, uma pessoa inocente.*

Mauro Marcelo- Estou até surpreso, porque O POVO está com uma conduta exemplar, coisa que não acontece em outros jornais.

OP — *Esse procedimento, o jornal já adota há bastante tempo. Mas, nesse caso, temos documento de tudo que foi publicado. Procuramos várias pessoas para essa matéria. Até ser publicada, foi pelo menos um mês de apuração. Mas, voltando, gostaríamos de saber o que o senhor sabe do caso?*

Mauro Marcelo — Eu tô acompanhando. É evidente que o fato chegou ao meu conhecimento. Mas nós temos alguns problemas. É um caso antigo, que está dando repercussão pelo jornal agora. Nem me lembro se na época chegou a ter alguma repercussão...

OP — *Não, é a primeira vez*

Oscar Costa Filho — (O procurador assistiu a toda a entrevista, após ter conversado reservadamente com o diretor-geral da Abin, na sala de reunião da Procuradoria) Publicamente, não.

Mauro Marcelo — Mas na época, essa situação que envolvia esse problema entre o funcionário e essa fonte (o informante Billy), ele foi objeto de uma avaliação pelo (setor) jurídico da Abin. E eles entenderam que não havia motivos para instaurar uma sindicância para apurar, porque os fatos ali partiam de uma denúncia formulada por uma pessoa, mas essa denúncia não tinha consistência. Por isso, naquela época, naquele ano, naquele dado momento que aconteceu o fato, não foi instaurada sindicância.

OP — *Foi sobrestado?*

Mauro Marcelo — Não. Foi feita uma apuração preliminar, antes da sindicância. Nós temos uma apuração preliminar, tem a sindicância e tem o processo administrativo. Essa apuração preliminar não achou motivos suficientes para instaurar sindicância. Eu não posso questionar. É a visão da época, foi o que foi decidido. Aliás, quem olha muito no retrovisor, tromba no futuro. O fato veio a público agora, já na minha gestão. Eu não posso reabrir aquela apuração ou instaurar uma nova sindicância, sendo que já tem uma manifestação anterior, se eu não tiver fatos novos. O que está sendo analisado agora é se tem algum fato novo que possa servir de motivo para a gente instaurar uma sindicância aqui ou um processo administrativo lá, que seria o procedimento. Não existe fato novo. Isso não quer dizer que a Abin não instaura. Eu tô com várias sindicâncias aí por coisas muito mais simples.

OP — *E o fato dessas suposições estarem sendo objeto de inquérito na Polícia Federal, de investigação na Procuradoria Geral da República? Isso não é o suficiente para reabrir. É desde 2000. Há uma vasta documentação nessas duas instâncias. Isso não é o suficiente?*

Mauro Marcelo - Mas eu não tenho provas. Tráfico de entorpecentes, não tenho nenhuma materialidade. Eu tenho uma pessoa, que acabou falecendo numa circunstância... O inquérito já foi concluído, do suicídio dele (Billy)?

Oscar Costa Filho — Não, não.

Mauro Marcelo — Tá em andamento. Caso envolvendo contrabando, que é citado aí, eu não tenho poder de polícia judiciária (Polícia Civil). **Nossos "policiais" não podem andar armados. Nossos "policiais" não tem poder...** (risos) Ato falho aí. **Os nossos agentes, nossos analistas da Abin não podem andar armados. Não podem fazer investigação.** Grampo de telefone, foi apreendida alguma fita, tem alguma conversa dele gravada? Então não existe materialidade. Se eu tivesse um pouco de droga apreendida em algum lugar.

OP — *Os agentes não podem fazer investigação em torno desse caso?*

Mauro Marcelo - Nós, lá dentro da Abin? Nós não fazemos investigação.

OP — Nem como levantamento de informação?

Mauro Marcelo — Não, nós podemos fazer sindicância, como fazemos. Nós não fazemos investigação policial.

OP — *Mas, nesse caso, não é procedimento de informação fazer um levantamento disso que está saindo no jornal, sobre os fatos que envolvem esse agente?*

Mauro Marcelo — Foi feito na época e se chegou à conclusão de que não era necessário se instaurar nem sindicância, porque não havia fatos. No passado.

OP — *Então, essas acusações que O POVO está trabalhando agora, referentes ao passado, documentadas, de escuta clandestina, tráfico de droga, lavagem de dinheiro, pelo menos essas que pesam contra o agente “S”, não vão ser reabertas?*

Mauro Marcelo — Não, porque já foram apreciadas no passado. Se aparecer algum fato novo, de repente aparece um grampo de telefone ou uma fita com a voz das pessoas. Ou aparece droga, ou um extrato bancário dizendo que ele tem conta no Exterior, aí é diferente.

OP — *Mas o inquérito ainda está aberto...*

Mauro Marcelo — São instâncias diferentes. Eu posso instaurar uma sindicância sem ter inquérito nenhum. Posso punir, posso instaurar processo administrativo, posso demitir um funcionário sem instauração de inquérito. Pode ter um inquérito e não ter a sindicância. Não necessariamente o fato de ter um inquérito indique que tenha que ter uma sindicância. O inquérito está lá para apurar. Vamos supor que ao final do inquérito ele seja indiciado, denunciado, aí sim, basta o procurador encaminhar uma cópia da denúncia. Aí imediatamente nós instauramos sindicância, processo administrativo, para ver que tipo de pena no ambiente administrativo pode ser dada.

OP — *Temos informações que esse agente estaria ocupando cargo de chefia. De alguma forma, cria-se uma suspeição, oficial ou não na Abin, mas cria-se.*

Mauro Marcelo — Não era para eu estar hoje aqui. Não era minha programação vir hoje (ontem).

OP — *O senhor antecipou?*

Mauro Marcelo — Antecipei, por causa desse caso, evidente.

OP — Então como vai ser tratado o caso?

Mauro Marcelo — Vou chegar na agência à tarde para saber.

OP — *De surpresa? O pessoal tá sabendo?*

Mauro Marcelo — Não, eles estão sabendo.

OP — *O senhor tem informações do escritório da Abin/Ceará? Quem trabalha e se é uma agência viciada?*

Mauro Marcelo — Não tenho grandes problemas, não. Em relação a produção?

OP — *Produção, procedimentos éticos... transparência...*

Mauro Marcelo — Eu tenho outras agências com mais problemas.

OP — *Quais?*

Mauro Marcelo — O Pará, por exemplo. Tô com problema lá. Tô mudando tudo.

OP — *Que tipo de problema?*

Mauro Marcelo — Tem alguns problemas em andamento lá.

OP — *Mas que tipos de problema? O senhor pode dizer?*

Mauro Marcelo — (Silêncio) São problemas... internos, lá, que estão sendo apurados através de sindicâncias e processos administrativos.

OP — *Qual é a demanda da Abin hoje no Ceará? Que tipo de relatório é produzido aqui?*

Mauro Marcelo — Como vocês sabem, eu tenho 80% da nossa atividade na coleta de informação com fontes abertas. E 20% nós vamos buscar informação negada. E a lei nos permite trabalhar inclusive de maneira sigilosa. Está previsto em lei. Trabalhamos nessas duas vertentes, informação e contra-information.

OP — *Qual a ligação que a Abin/Ceará tem com o governo do Estado? Com a Casa Militar, Polícia Militar?*

Mauro Marcelo — A Abin é o órgão central do Sisbin, Sistema Brasileiro de Inteligência. A lei que cria o Sisbin é a mesma que cria a Abin (lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999). A Abin é mencionada no artigo 3º dessa lei. Quando o legislador criou essa lei, deu mais importância ao Sisbin do que à própria Abin. Como órgão central do Sisbin, é como se fosse uma roseta. A Abin é o órgão central do sistema. Aí tenho o Exército, Marinha, Aeronáutica, Receita Federal, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e diversos outros órgãos que integram todo o Sistema Brasileiro de Inteligência. Não existe ascendência hierárquica, mas por lei a Abin coordena todo esse sistema. O que nós temos feito, para implementar o Sisbin, é contato com a Secretaria da Segurança Pública nos Estados para criar uma agenda positiva e de encontros para saber o que a Secretaria da Segurança precisa da Abin e o que a Abin precisa da Secretaria da Segurança. E assim aumentar a capilaridade do serviço. Nós temos feito isso em todos os Estados. Eu deveria me encontrar com toda a cúpula da Secretaria da Segurança Pública daqui, mas como me antecipei para resolver um problema, então isso vai ficar para uma segunda etapa.

OP — *Há especulações de que a Abin, durante muito tempo, teria sido usada como braço da Casa Militar do Governo do Estado. Isso tem alguma veracidade? Nesses dois meses de sua gestão, o senhor tem essas informações daqui?*

Mauro Marcelo — Hummmmm... Eu vou conhecer a agência agora. Não poderia antecipar eventuais situações.

OP - *Por onde o senhor passou...*

Mauro Marcelo — Já fiz várias mudanças.

OP — *Acaba se tornando viciadas e...*

Mauro Marcelo — Não. É o mesmo acordo que fizemos com o Ministério Público no País inteiro, acordo assinado no ano passado. O que estamos fazendo é até bom. Vamos transformar em oficial a informalidade. Hoje, no País inteiro, a Abin conversa com as secretarias da segurança pública, só que conversa informalmente. Não tem nada por escrito. Amanhã eu não sou mais o diretor, o secretário não é mais o secretário, então acaba a informalidade? Nós vamos formalizar, através de um convênio, e tornar oficial o que era só informal.

OP — *O senhor admite, nesse seu período de dois meses, já ter encontrado a Abin trabalhando em investigações particulares ou de interesse menor que o interesse estratégico a que o órgão se propõe?*
Mauro Marcelo — Eu poderia dizer que algumas irregularidades estão sendo sanadas com a instauração de processos administrativos, com a mudança de pessoal. Mudei 80% do comando. Estou mudando lá em cima. Mudei meu diretor-adjunto. A gente está começando a mudar.

OP — *Esse caso denunciado pelo O POVO é um que entraria nessa sua lista de problemas a serem resolvidos?*

Mauro Marcelo — (Risos) Eu não posso antecipar fatos antes de conversar com o pessoal daqui.

OP — *Quantos coordenadores o senhor já mudou nos estados?*

Mauro Marcelo — Eu posso até falar, mas é uma informação que eu não queria que se tornasse pública, porque tem alguns em vias de... e alguns que não foram comunicados ainda. De repente, se sai amanhã no jornal, "o delegado vai mudar oito agências", você imagina o transtorno que o jornal O POVO vai me causar. Algumas mudanças deverão ocorrer. Estou falando no País.

OP — *Que critérios o senhor está utilizando?*

Mauro Marcelo — O critério é prestigiar funcionário de carreira e a missão que o presidente me deu. Ele não estava contente com a agência. Ele queria uma Abin mais rápida e mais confiável, que antecipasse os fatos à decisão governamental. Estava com esse problema, então nós demos esse choque.

OP — *O senhor que definir esse novo cenário até quando?*

Mauro Marcelo — Eu tenho um espaço de tempo muito curto para assimilar uma grande quantidade de informações. Tenho que fazer um relatório situacional para o presidente de como encontrei a Abin, aonde quero chegar e o que preciso para chegar a isso. Estamos com os projetos "Abin+5" e "Abin+15". Seria uma previsão de Abin daqui a cinco anos e daqui a 15 anos.

OP — *Esse é seu projeto, mesmo trabalhando com o período de seu mandato em dois anos e meio (tempo aproximado para o fim deste mandato de Lula)?*

Mauro Marcelo — É, a gente trabalha com cenário prospectivo, mas têm algumas situações pontuais que eu quero fazer nesses dois anos e meio.

OP — *O presidente deu carta branca para qualquer mudança estrutural?*

Mauro Marcelo — Eu tenho carta branca. Nesses dois meses, todas as mudanças que eu fiz até agora, ninguém me questionou.

OP — *Há alguma ingerência política para nomeação na Abin?*

Mauro Marcelo — (Enfático) Absolutamente. Todas as mudanças são de responsabilidade minha.

OP — *O que o senhor detectou antes, havia diferença?*

Mauro Marcelo — Eu não posso me manifestar sobre problemas anteriores porque pode...

OP — *Na revista IstoÉ (edição 1816, de 28 de julho último), o senhor citou, em entrevista, a ex-diretora. O episódio de quando ela assumiu e o general Alberto Cardoso (ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência) falou que ela não daria entrevista durante todo o período da gestão. E ela não falou com a imprensa durante oito anos.*

Mauro Marcelo — **Sem criticá-la, a posição minha é completamente diferente.** Eu quero é levantar **esse manto do secretismo**. Eu fiz até um gráfico aqui (tira o laptop de sua bolsa e exibe o gráfico no monitor). O que detectei é que existe um preconceito muito grande com a atividade de inteligência, não só no Brasil mas em vários países, por causa de desmandos no passado. A idéia é desmitificar. O senso comum do povão é pautado por filme hollywoodiano, literatura ficcional. Todo mundo pensa que somos agente secreto, James Bond, carros bonitos, mulheres bonitas. **Não é assim. A Abin é pobre. Temos problemas de recursos.** Estamos tentando melhorar nosso parque tecnológico, temos carência de funcionários. Somos 1.800 funcionários.

OP — *Esse concurso que a Abin abriu oferece quantas vagas?*

Mauro Marcelo — 220. Mas nós temos 2 mil vagas em aberto. Se eu pudesse, faria concurso para 2 mil novos agentes. Mas a lei não permite. Tenho que fazer só 200 por ano. A carência da Abin é de 2 mil funcionários.

OP — *O senhor fôlou dessa imagem hollywoodiana, mas o governo passou por episódios interessantes neste ano. A questão da Kroll, o governo deve ter tirado lições a respeito. Nesse caso, o que houve de mudança de parâmetro?*

Mauro Marcelo — Nós estamos trabalhando um grupo de estudo dentro da Abin para propor um projeto de lei de controle da atividade de inteligência empresarial. Assim como a Polícia Federal controla a segurança privada, a Abin quer controlar a inteligência competitiva. Hoje, o que está acontecendo é um grande problema de espionagem industrial. Saíu uma reportagem minha, nesse fim de semana, na IstoÉ/Dinheiro.

OP — *Os jornais anunciam, diariamente, detetives oferecendo serviço de espionagem industrial de uma forma muito ostensiva. Isso vai ser uma atividade controlada pela Abin?*

Mauro Marcelo — Nossa idéia é controlar.

OP — *De que forma?*

Mauro Marcelo — É só ter uma lei que atribua a Abin a competência de fazer esse controle da investigação corporativa. O que mais irrita o pessoal da Abin são pessoas da iniciativa privada dando palestras de proteção do conhecimento sensível, que é o carro-chefe nosso. É o PNPC, o Plano Nacional de Proteção ao Conhecimento. Ex-antigos agentes do SNI... porque quando acabou a Guerra Fria, o mundo estava naquele processo de globalização, esses espiões não tinham mais o que fazer. Aí eles viram nesse filão da globalização a idéia de fazer espionagem competitiva. Isso se espalhou no mundo inteiro.

OP — *A escuta clandestina é crime. Isso é oferecido publicamente e não acontece nada com esses criminosos.*

Mauro Marcelo — Eles costumam falar "fazemos varredura antigrampo". Um empresário quer alguém para saber se está grampeado. Eles usam como fachada o antigrampo, mas na verdade eles é que fazem o grampo.

(Nota da Redação: Neste momento da entrevista, o diretor da Abin mostra no seu laptop o gráfico “urva da Eficiência da Inteligência” com curva de nível da variação de eficiência e ineficiência cortada por mais ou menos sigilo nas atividades do órgão).

Mauro Marcelo — Esse é o gráfico que eu queria mostrar. A partir do momento que vou dando mais ou menos sigilo a atividade de inteligência, vou parar num tipo de serviço ineficiente. É aqui que mora o SNI, as arbitrariedades, os abusos. A partir do momento que vou dando menos sigilo e mais transparência, se eu der transparência total à atividade de inteligência, vou ter um serviço ineficiente também. O que é que pode ter sigilo? De repente, o Brasil descobre uma maneira de enriquecer urânio que ninguém pode saber. É um negócio que não posso publicar na Internet. Como o Brasil vai agir no caso de uma guerra? Não pode se tornar público. Tem um monte de informação que precisamos manter o sigilo nela.

OP — *O seu método de trabalho, com base nessa transparência que o senhor fala, como isso foi recebido nessa estrutura antiga da Abin?*

Mauro Marcelo — Há uma pesquisa interna sendo feita, para saber a repercussão dentro dos meus 1.800 funcionários, o que eles estão achando. Informalmente, eu tô contando com um maciço apoio, mas eu quero números.

OP — *Mas o senhor fôlou que o pessoal só faltou lhe bater continênci, no início? Eles não tendem a continuar concordando?*

Mauro Marcelo — Todo dia eu faço uma reunião com a cúpula na Abin. A primeira reunião que fiz, eu falei, falei, falei, e o todo mundo "sim, sim, sim". Na segunda, todo mundo "sim, sim, sim". Na terceira, "não, tudo bem". Eu falei, ôpa, peraí, será que estou falando alguma besteira? Não posso estar certo 100% do tempo. Eu quero ser questionado. A maior briga na reunião foi essa. Eles não tinham essa cultura. Existe o temor reverencial à figura do diretor, chefe do serviço secreto brasileiro. Estou sentando na cadeira que foi do general Figueiredo (João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, de 1979 a 1985), do general Medeiros (Otávio de Medeiros, chefe do SNI do governo Figueiredo), do Golbery (do Couto e Silva, considerado o principal estrategista do anos de ditadura militar no País). Então falei, eu quero é ser questionado. E já começou a mudar. Na outra reunião eu já fui questionado. Eu tenho a experiência de 18 anos na atividade policial. Trabalhei muito tempo na área de informações, mas a minha visão é mais no prisma policial. E agora estou numa visão estratégica. Estou me policiando para não dar uma visão policialesca à minha atividade. Se bem que grandes temas envolvem crimes transnacionais, terrorismo, grupos criminosos aqui no Brasil.

OP — *Há uma revelação feita ao O POVO pelo informante Billy, antes de morrer, de que a Abin/Ceará teria participado - agentes ou a estrutura do escritório local - da invasão na casa da ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney, na apreensão de uma grande quantidade de dinheiro que gerou aquela polêmica quando ela era pré-candidata à Presidência da República. Isso foi verdade? O senhor soube de alguma coisa a respeito?*

Mauro Marcelo — Não sei, mas eu acredito que não.

OP — *Tinha ouvido falar?*

Mauro Marcelo — Não. Mas acredito que não, porque diversas operações da Polícia Federal, a Abin participa. Mas não na parte operacional. Os nossos agentes não andam armados. Não têm competência para andar armados. A não ser que ele tenha um porte de arma particular legalmente. Eles vão poder agora. De acordo com a nova lei, o diretor vai poder dar porte de arma para os funcionários. Não é para todo mundo. Se bem que a prerrogativa é quase que inerente a todos os funcionários. Há prerrogativa, sim, mas vou ter um número limitado de arma, que terá o nome da Abin. Eles vão ter que fazer curso. Não são todos que vão andar armados. Talvez todos vão ter a prerrogativa de andar com a arma funcional, mas não terei arma suficiente e nem precisa. Serão casos específicos.

OP — *Quantos funcionários tem a Abin/Ceará?*

Mauro Marcelo — O número exato, não lembro agora. Acho que entre 30 e 40.

OP — *Que informações o senhor tem, que possa falar publicamente, sobre o escritório da Abin/Ceará?*

Mauro Marcelo — É um dos 12 que tenho, que está com um problema aí, que é anterior à minha chegada, cuja repercussão está dando agora. É um problema que já foi administrativamente submetido ao crivo da diretoria e do jurídico anterior. Que entenderam que não era o momento de instaurar sindicância. Porque não havia nenhum fato concreto. A não ser que surja um fato novo, uma denúncia do Ministério Público, um eventual resultado de investigação da Polícia Federal. Se surgir um fato novo, tenho elemento para instaurar sindicância.

OP — *O senhor sabe que contribuição esse rapaz que morreu, o Raimundo Alves Ferreira Filho (Billy) deu à Abin daqui, como informante?*

Mauro Marcelo — Eu não uso o termo informante. Trabalhamos com fontes, como vocês trabalham. É tudo muito compartimentado. Se ele era ou não fonte do funcionário, é o funcionário que tem que explicar isso.

OP — *Existe um cadastro dessas fontes na Abin?*

Mauro Marcelo — A Abin não faz um cadastro por pessoa. Faz por assunto.

172

Data: 15/09/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: IstoÉ Dinheiro – Edição nº N°367

Autoria: Manoel Fernandes

“ESPIONAGEM AGORA É ECONÔMICA”

O diretor da Agência Brasileira de Inteligência diz que as empresas brasileiras são alvo dos arapongas internacionais e oferece ajuda para quem deseja proteger informações estratégicas

O delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva confirmou em julho passado uma impressão que o acompanhava desde os tempos da Polícia Civil de São Paulo. Ao assumir a diretoria-geral da Agência Brasileira de Inteligência, ele teve acesso a dados que mostram que o caráter político da espionagem internacional foi substituído pelo econômico. Os governos deixaram de ser os únicos alvos. Empresas passaram a contratar arapongas da Guerra Fria para obter de maneira ilegal informações de concorrentes. “Estamos na agenda desse pessoal porque há companhias no País de alcance global”, diz o diretor da Abin. “A espionagem econômica é muito lucrativa para quem a faz e para quem paga para tê-la”, diz. Lima e Silva tem conversado com empresários para tentar mostrar a importância de proteger informações estratégicas e dizer que a Abin, quem diria, pode ajudá-los a evitar os espiões do século 21. Ele também quer romper com o passado e jogar para os arquivos da História as ligações da Abin com o antigo Serviço Nacional de Inteligência, criado pelos militares. Tanto que trocou 80% dos cargos de chefia da agência com 1.700 funcionários. Nessa entrevista à DINHEIRO, o diretor diz como está sendo o seu novo trabalho.

Dinheiro – *O Brasil é um dos alvos da espionagem econômica internacional?*

Mauro Marcelo de Lima e Silva — Certamente. O final da Guerra Fria entre Estados Unidos e a União Soviética soltou no mercado milhares de espiões. São profissionais bem treinados que perderam as funções políticas e buscam oportunidades em todo o mundo para atender a demanda de clientes interessados em arrancar de maneira ilegal informações estratégicas de concorrentes. Essa mudança na geopolítica do planeta coincidiu com a explosão da globalização, dos interesses internacionais atrelados à questão econômica e do aumento da concorrência comercial entre países e empresas. Então, os espiões se posicionaram como prestadores de serviços dessa nova ordem, da qual não temos como escapar.

Dinheiro – *Como é a dinâmica de trabalho dos arapongas? Como eles atuam?*

Lima e Silva — De maneira muito sofisticada e profissional. A tecnologia é um grande diferencial dessa mão-de-obra. Outro aspecto desse profissional é o seu conhecimento de como conseguir informações fora dos padrões de legalidade. Tarefa fácil diante da falta de cuidado que muitas empresas têm em relação às suas informações confidenciais.

Dinheiro – *Por que o Brasil está na agenda de trabalho desse pessoal?*

Lima e Silva — O desenvolvimento econômico, tecnológico e o alcance global das nossas empresas e do governo é em alguns casos comparável ao de nações mais desenvolvidas. Temos companhias de primeira linha nas áreas de tecnologia espacial, matrizes energéticas e biotecnologia. São mercados disputados nos quais cada informação pode fazer uma grande diferença no preço final do produto. É um campo muito fértil para os arapongas. A espionagem econômica se dá de empresas contra empresas e de governos contra governos.

Dinheiro – *Quais são os alvos prioritários no País?*

Lima e Silva — Já identificamos alguns setores da economia, mas por questão de segurança não podemos revelar os casos já rastreados. Há exemplos públicos como a tentativa de registro da marca Cupuaçu no Japão (uma empresa solicitou, mas após uma batalha jurídica financiada por companhias brasileiras a Justiça daquele país rejeitou o pedido). Também temos informações sobre a atuação de ONGs na selva amazônica e de cientistas de outros países fazendo biopirataria.

Dinheiro — *As empresas do Brasil não protegem de maneira adequada as suas informações estratégicas?*

Lima e Silva — Infelizmente não. Nossas companhias relaxam quando a economia está crescendo como agora e tentam fechar as portas quando o cenário piora. Não existe a estratégia da antecipação. É preciso criar mecanismos de blindagem para evitar a perda das informações estratégicas e também um plano de contingência para quando ocorrer a quebra de segurança. As empresas nacionais precisam proteger o seu conhecimento sensível que vai desde as informações econômicas até planos estratégicos de expansão.

Dinheiro — *A Abin tem como ajudar o empresariado nacional a se proteger dessa ameaça?*

Lima e Silva — **Acho equivocada essa idéia que somos um bando de 007 fazendo espionagem política. Não quero ficar preso ao que já foi. Quem olha pelo retrovisor bate de frente com o futuro. A Abin sabe o que está acontecendo no mundo de hoje e temos as ferramentas adequadas para ajudar quem nos procura.** Tanto no governo como na iniciativa privada. Quando cheguei encontrei em execução o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento. A idéia é simples e muito eficaz. Nossos analistas (o diretor da Abin não utiliza a expressão espião ou araponga para se referir aos 1.700 funcionários da agência) viajam pelo País fazendo palestras e seminários para empresários e executivos da área pública. Esse é o primeiro passo.

Dinheiro — *E os outros?*

Lima e Silva — Em breve vamos elaborar um documento com algumas medidas que as empresas devem tomar para tentar evitar a quebra da segurança das suas informações. É uma maneira de demonstrar para sociedade brasileira qual o nosso papel dentro da ordem constitucional vigente. Quero fugir do estigma de ser o extinto SNI.

Dinheiro — *O antigo SNI foi criado para atender as supostas necessidades de segurança nacional dos governos militares. Era o Estado querendo se proteger e investigar seus próprios cidadãos.*

Lima e Silva — Conheço o desafio e agradeço ao presidente Lula por me oferecer esta oportunidade. O serviço de inteligência é uma atividade de Estado, e não de governo. Sou funcionário do Estado brasileiro que respeita a Constituição, as instituições democráticas e os Três Poderes da República. Esse é o grande diferencial da minha gestão à frente da Abin.

Dinheiro — *E o governo, como se protege?*

Lima e Silva — Temos instrumentos sofisticados para evitar a quebra de segurança das nossas informações confidenciais. Toda a comunicação do presidente, o vice e os ministros é feita por canais seguros e criptografados, tecnologia que codifica qualquer tipo de informação em equipamentos eletrônicos. Temos na Abin um departamento que cuida exclusivamente do desenvolvimento de tecnologias para garantir a privacidade dos integrantes do governo. Parte desses recursos podemos colocar à disposição da iniciativa privada.

Dinheiro — *Qual a missão de uma agência de inteligência no século 21?*

Lima e Silva — Depende muito da questão cultural. Por exemplo, em Israel a estratégia é voltada para a guerra com os palestinos. Nos Estados Unidos, as questões mais importantes são relacionadas à segurança interna e ao terrorismo. No Brasil é complicado. Não temos inimigos. Atuamos basicamente em dois vetores: inteligência e contra-inteligência. No primeiro, coletamos fatos e produzimos relatórios que ajudam nas decisões governamentais. Montamos cenários para auxiliar o presidente na tomada de decisões. Oferecemos informações e o presidente dá a palavra final, como ocorre em todos os casos. Na contra-inteligência temos o chavão da proteção da sociedade, do Estado democrático e das instituições nacionais. São diversos aspectos que envolvem bioterrorismo, biopirataria e problemas na fronteira.

Dinheiro — *Como é na prática o trabalho dos analistas da Abin?*

Lima e Silva — Vamos imaginar que uma praga comprometa as plantações de soja nos Estados Unidos. Identificamos o problema e informamos ao presidente, porque pode ser importante para o governo naquele momento incentivar os produtores nacionais a buscar oportunidades de negócios no

mercado americano. Outro exemplo. O tráfego do Canal da Panamá (a passagem entre os oceanos Pacífico e Atlântico) fica comprometido em função de um acidente com alguma embarcação. O Brasil tem 200 navios cargueiros se dirigindo para aquela região. Isso vai afetar o desembarque, nossa economia e nós precisamos de um plano estratégico para antever esse problema e dá uma sugestão ao presidente de como direcionar uma saída.

Dinheiro — *Esse procedimento é adotado dentro do País? Como investigar as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e informar tudo ao governo?*

Lima e Silva — Como já falei, a agência trabalha dentro da ordem democrática. Não investigamos grupos específicos como o MST. Nossa tarefa interna é acompanhar as demandas sociais. O MST não é um problema nosso. Agora, a questão agrária exige cuidado e atenção de nossa parte porque o governo não pode ser surpreendido.

Dinheiro — *Quem no governo centraliza os relatórios diários da Abin?*

Lima e Silva - O ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Amado Félix, a quem estou subordinado. É ele que faz os despachos diários com o presidente e entrega nossos documentos.

Dinheiro — *Os grupos internos que existem na Abin criaram até agora algum tipo de problema para o sr.?*

Lima e Silva — Existem dois mundos dentro da agência. O primeiro é pessoal, mais antigo, que tem uma visão bem diferente da atividade de inteligência. São antigos funcionários da época do SNI. Temos uma nova geração que entrou recentemente vindo de ambientes mais questionadores como universidades. Até agora, esses grupos estão trabalhando sem problemas. Modifiquei 80% da área de comando e estou prestigiando funcionários de carreira. Quero implementar uma visão para todos em que tudo muda e de que a atividade de inteligência precisa mudar.

Dinheiro — *O sr. assumiu a função sob algumas críticas em relação ao fato da sua ligação com o FBI, a polícia federal americana. Isso o incomodou?*

Lima e Silva — Acho tudo uma bobagem. Sou brasileiro e funcionário do governo brasileiro. Minhas obrigações são com o meu País. A relação com o FBI é puramente educacional. Estudei lá como outros já fizeram. Não fui o primeiro nem serei o último a aprender as boas técnicas de investigação e conhecer os recursos tecnológicos que os agentes americanos têm à disposição. Também fiz cursos no Japão e no Canadá e ninguém me acusou de ter estreitas ligações com os serviços de inteligência desses países.

Dinheiro — *Por que o sr. evita o termo espião quando se refere aos empregados da Abin?*

Lima e Silva — *E um termo da literatura e distante da nossa atual realidade. Não somos espiões nem agentes secretos. Somos analistas. A espionagem é a busca da informação por meios ilegais. Nós buscamos dentro da legalidade.*

173

Data: 16/09/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Ilustrada – Seção: Mônica Bergamo)

Autoria: Mônica Bergamo

AGENTE 86

O governo começou a desenvolver um projeto ambicioso para proteger as comunicações entre o presidente Lula, seus ministros e principais auxiliares. A presidência pediu à Abin (Agência Brasileira de Inteligência) que desenvolva um projeto próprio de aparelho celular criptografado, que seria fabricado pelo próprio governo, em pequena quantidade, para uso exclusivo de autoridades.

Enquanto isso não acontece, serão comprados celulares estrangeiros e encomendados outros tantos para uma fábrica nacional que tem tecnologia para fabricá-los.

“Alô, companheiro Dirceu?? Sapato-fone errado chefe, esse número de sapato-fone é do Palocci. O governo fabricando celular criptografado. Durma-se com um barulho desses. Será que vai ser vermelho, igual a linha quente do Batman???”

178

Data: 20/09/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Correio Braziliense (Política - Entrevista com Mauro Marcelo Lima e Silva)

Autoria: Ricardo Miranda e Matheus Machado (da equipe do Correio)

ABIN CONTRA DOSSIÉS

Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência critica comércio de denúncias em período eleitoral

Políticos em campanha, cuidado com os dossiês que te oferecem. Nos últimos dias da disputa eleitoral, uma fartura de documentos contra candidatos abastece a praça, boa parte vendendo gato por lebre — falsos como uma nota de R\$ 3. São instrumentos de chantagem ou, como explica o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), uma forma de “tirar dinheiro de incautos” usando a paranóia reinante no meio político de que todo mundo está sendo observado.

“Existe essa cultura do dossiê e no período pré-eleitoral é um absurdo. Temos conhecimento de vários dossiês circulando. Tem muito estelionato no meio”, afirma Mauro Marcelo. Um deles foi parar no comitê de um candidato à prefeitura de São Paulo, que identificou a fraude a tempo. Mas a agência encarregada de abastecer de informações o presidente da República garante que não está vigiando candidatos. “Não estou a serviço de partido nenhum”, afirma ele.

Prestes a completar 45 anos, 18 deles como delegado da Polícia Civil de São Paulo, uma carreira meteórica até o posto mais alto da inteligência brasileira, Mauro Marcelo enfrenta a guerra de dossiê nas eleições como mais uma prova no caminho de uma nova Abin. Livrar-se do fardo de sucessor do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), o órgão de espionagem da ditadura militar, e explicar sua função para a sociedade, num regime democrático, faz parte dessa renovação.

Nessa entrevista ao Correio em seu gabinete na sede da Abin, Mauro Marcelo fala de eleições, de movimentos sociais, de gramos telefônicos e, uma de suas maiores preocupações, da necessidade de reaparelhar e reequipar a agência — que hoje tem apenas 1,8 mil dos quatro mil homens que julga necessários. Só outra coisa incomoda tanto Mauro Marcelo. Insinuarem que ele só galgou o cargo máximo da inteligência nacional por causa de sua amizade com o presidente Lula. “A escolha do meu nome foi técnica”, garante.

Correio Braziliense — *Dizem que o senhor só está ocupando o cargo por causa de sua amizade com o presidente Lula. Há até quem tema que possa usar politicamente a função.*

Mauro Marcelo de Lima e Silva — A escolha do meu nome foi técnica. Não estou a serviço de partido nenhum, tenho plena consciência que minha atividade é de Estado e não de governo. Quero provar que é possível fazer uma atividade de inteligência em pleno regime democrático, em pleno funcionamento institucional que vivemos no país. Independente de quem esteja no poder. Tenho dois anos e meio para fazer mudanças em favor da sociedade.

Correio — *Existe uma cultura de gramos e dossiês no país, especialmente no meio político?*

Mauro Marcelo — Existe, sempre existiu e é uma cultura que no período pré-eleitoral é um absurdo. Temos conhecimento de vários dossiês aí circulando. Agora, tem muito estelionato aí no meio. Vende-se dossiê.

Correio — *O que o senhor recomendaria para esses políticos?*

Mauro Marcelo — Em período pré-eleitoral corre muito dossiê e a Abin está atenta e acompanhando. A Abin gosta de receber informações. Temos até um site na internet onde recebemos diariamente centenas de informações de todos os tipos.

Correio — *Tem muito grampo clandestino no país?*

Mauro Marcelo — Fala-se muito, mas existe uma paranóia maior do que algo realmente acontecendo.

Correio — *A Abin enfrentou recentemente problemas com agentes fazendo gramos por fora. Até que ponto a instituição controla seus agentes?*

Mauro Marcelo — Meu pior cenário é o funcionário autorizado com conduta não autorizada. Isso a gente sempre vai encontrar — na Abin, na Polícia Federal, no Ministério Público, na Justiça, na imprensa. Ninguém está imune.

Correio — *Por que o senhor decidiu tornar a Abin mais transparente?*

Mauro Marcelo — **A sociedade precisa conhecer melhor o que faz o serviço secreto de um país.** E a Abin é o órgão central desse serviço de inteligência. Hoje nós temos deputados e senadores que **nem sabem pra que serve a Abin. Ou o que é a Abin.** Freqüentemente ligo para órgãos públicos e quando eu falo em Abin, eles me perguntam se é associação de alguma coisa. As pessoas não entendem a importância da nossa área. Sem falar que existe uma grande mácula por nosso passado, todo mundo liga a Abin a eventuais abusos que aconteceram em outros tempos. A sociedade precisa conhecer nossas atribuições, resguardado o sigilo de nossas informações. Isso não quer dizer que vamos escancarar nossas portas.

Correio — *E para que serve a Abin?*

Mauro Marcelo — Trabalhamos na coleta de dados, fatos e informações, e produzimos conhecimento para decisões governamentais. Nosso cliente principal é o presidente da República. O cliente é o Estado. Se temos uma determinada demanda na área de energia elétrica, traçamos o cenário do que pode acontecer com o país nesse setor para as próximas semanas ou meses. A gente diz qual o direcionamento ideal que o país tem que adotar naquela situação. Às vezes o governo quer saber como a greve em um outro país pode afetar a economia brasileira ou precisa acompanhar problemas como conflitos agrários e a questão indígena. Não queria nomear grupos — sem-terra, MST, PCC, Comando Vermelho. O fato é que a demanda social é preocupante. Isso não quer dizer que estejamos fazendo infiltração. Vamos supor que chegue uma informação, hipotética, de que uma entidade em Belém do Pará, travestida de ONG, está fazendo um trabalho contra os interesses nacionais. Para aquela situação é montada uma operação.

Correio — *O trabalho de ONGs é uma preocupação da Abin?*

Mauro Marcelo — É uma preocupação da Abin acompanhar todo e qualquer movimento que possa causar transtornos ao estado democrático, aos interesses nacionais e à proteção da sociedade. Dentre eles, essas eventuais ONGs de fachada.

Correio — *O que mais?*

Mauro Marcelo — Trabalhamos também na contra-inteligência, protegendo os conhecimentos sensíveis, blindando o Estado para evitar a ação da inteligência estrangeira ou a ação de espionagem de outros órgãos internacionais.

Correio — *Existem espiões de outros países agindo dentro do Brasil?*

Mauro Marcelo — Isso na área econômica é contumaz. Com o fim da guerra Fria, o mercado global ficou com excesso de espiões sem ter o que fazer. E isso ocorre no momento em que começa a deslanchar a globalização. Esses espiões identificaram um grande filão na espionagem econômica. Daí

começou o que chamamos de inteligência competitiva. O grande foco é a espionagem econômica. Precisamos estar atentos.

Correio — *A Abin tem agentes no exterior também?*

Mauro Marcelo — Temos (um na Argentina e outro nos Estados Unidos).

Correio — *Quais os maiores problemas enfrentados pela Abin?*

Mauro Marcelo — Estamos reformulando tudo, fazendo várias mudanças, para assessorar o presidente e proteger o Estado brasileiro. Temos um problema sério aqui de cargos, salários e carreiras.

180

Data: 28/09/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Diário do Nordeste/CE

Autoria: Marcus Peixoto

SERVIÇO SECRETO ABRE AS PORTAS

Nos tempos da repressão militar, chegou a ser o temido Serviço Nacional de Informação (SNI), em que o alvo principal das investigações era um suposto inimigo interno. Em muitos casos, tratavam-se de brasileiros que contestavam o regime militar. Nos tempos da democracia chama-se Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). **Desarticulados pelo então presidente Fernando Collor, o serviço secreto e os funcionários remanescentes reconhecem que chegaram a sofrer uma crise de identidade. Isso ocorreu porque o trabalho de inteligência não apenas deixou de ser importante para o presidente, mas também visto com desdém pela sociedade.** No Ceará, a transição do SNI para a ABIN não foi menos traumática. Há nove anos no cargo, o coordenador geral da ABIN no Estado (abrangendo ainda o Piauí e Maranhão), Rômulo César Mourão Rodrigues, 55 anos, admite que também se padeceu da falta de um norte. “Nós ficamos de uma maneira que as pessoas já não nos davam importância. Continuamos trabalhando e trabalhando muito”, afirma o coordenador, que está se despedindo do cargo, com as novas mudanças implementadas pelo diretor geral da ABIN, Mauro Marcelo de Lima e Silva. Especialista em Análise de Informações, Mourão diz que em quase uma década pôde dar sua contribuição a importantes missões, como o combate ao crime organizado e, sobretudo, ao desmantelamento de redes de prostituição infantil e da lavagem de dinheiro.

Diário do Nordeste — *O senhor está deixando o cargo após nove anos como coordenador da ABIN. Que atuações elencaria como as mais importantes do órgão no Ceará?*

Rômulo Mourão — Não gosto de falar da minha gestão, mas da ABIN como um corpo geral. Tivemos ações bem concretas com o uso da inteligência, mas que não são trabalhos típicos da inteligência. Fizemos dois grandes simpósios de proteção ao conhecimento, com o apoio do Banco do Nordeste.

Diário do Nordeste — *Esse não seria o lado “light” da ABIN?*

Rômulo Mourão — É o lado “light”, mas é de fundamental importância para a contra-espionagem. Com relação aos grandes temas policiais, realizamos um trabalho profundo contra o crime organizado, algumas ações em conjunto com a Polícia Federal. Realizamos uma ação notória com relação às descobertas envolvendo o tráfico de fósseis no Cariri, também em conjunto com o Ministério Público. Fizemos um trabalho precursor na área de descoberta dos cartãozeiros. Nós subsidiamos o Ministério Público de informações que deram origem ao trabalho realizado da força-tarefa contra os cartãozeiros. Considero, no entanto, mais importante o de combate à prostituição infantil.

— *Qual é atuação da ABIN no Ceará?*

Rômulo Mourão — Tanto no Ceará como no Brasil, a atuação da ABIN é ampla, porque é um órgão muito disciplinado, muito setorial e seu objetivo maior é subsidiar o processo decisório nacional. Portanto, forma um leque grande de responsabilidades para o órgão. Então, só para se dar como

exemplos, os grandes temas são o meio ambiente, inovações tecnológicas, a questão fundiária, dentre outros. Na área de contra-inteligência, a proteção do saber intelectual e apurar o crime organizado.

— *No Ceará, qual deveria ser o foco concentrado da ABIN?*

Rômulo Mourão — Na minha opinião, seria o crime organizado, o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento, que interessa a todo o País, pois temos tecnologia que interessa ao estrangeiro e a contra-espionagem.

— *Além disso, seriam necessárias ações específicas para cada região, tendo em vista suas especificidades?*

Rômulo Mourão — Exatamente. Eu falei de enfoques concentrados para o nosso setor, que abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Para o Norte, há outras políticas como a atenção da preservação da biodiversidade, a defesa das fronteiras e controle de estrangeiros. A ABIN não pode tratar de temas gerais, porque o Brasil é um Continente. O que é prioridade aqui, em São Paulo não vai ser. Não convivemos, assim de uma forma tão acentuada, com o problema do narcotráfico.

— *A ABIN, quando apura atividades criminosas, recorre a escutas telefônicas?*

Rômulo Mourão — Infelizmente não podemos fazer. Vou explicar porque. Muitos órgãos podem fazer, porque tem o mandato, representando o Estado. Para nós, é vedada a escuta telefônica. Para se trabalhar em torno do crime organizado e da contra-espionagem, somente esses dois itens, é fundamental a escuta telefônica. Nós temos muitas dificuldades por conta dessa limitação. Então, recorremos as nossas fontes humanas. Muitas dessas pessoas colaboram conosco por patriotismo, por acreditar na ABIN. Eu penso que se existe um inimigo comum esse é o crime organizado. Não temos mais um inimigo interno.

— *Sabemos que todos os Serviços de Inteligência fazem escuta telefônica. A ABIN no Ceará seria a exceção?*

Rômulo Mourão — É uma exceção de muitos, não digo de todos. A CIA faz escuta normalmente. E tem mais: aqui no Brasil ela somente pode ser realizada se autorizada judicialmente. O que podemos fazer é ajudar na análise daqueles que podem fazer legalmente as escutas telefônicas. Nós estamos encaminhando ao Congresso um pedido de autorização de escuta telefônica, da mesma forma como procedem outros órgãos. Poderia ser até com autorização judicial, atuando juntamente com outro órgão.

— *Em alguns países os órgãos de inteligência nem sempre estão em sintonia com órgãos policiais. No Brasil, existe trabalho integrado entre a Polícia Federal e a ABIN?*

Rômulo Mourão — Aqui no Ceará, temos vários trabalhos integrados com a Polícia Federal. Há dois anos fizemos um grande trabalho, com a PF agindo na forma como lhe compete, que são as ações policiais, a instauração dos inquéritos. Nós ajudamos no subsídio da informação, típica da atividade de inteligência. Mais recentemente, não tem havido essas ações conjuntas muito mais porque não houve necessidade. Mas considero nossas relações muito boas. Agora, choques burocráticos existem como há em qualquer parte do mundo. Temos também bom relacionamento com a Polícia Rodoviária, que nos tem informado sobre fatos que acontecem nas estradas, com a polícia Civil, as Forças Armadas e, mais recentemente, temos trabalhado com muita integração com o Ministério Público.

— *O senhor falou que hoje o principal instrumento de trabalho é o informante...*

Rômulo Mourão — Nós não falamos informante. Falamos fontes.

— *Então, como ocorre o recrutamento dos informantes ou das fontes, como o sr. prefere chamar? Elas são pagas?*

Rômulo Mourão — O recrutamento pode ser feito mediante remuneração, isso está previsto, mas o que existe muito é aquela colaboração espontânea. Se você como jornalista recebe uma informação sobre o tráfico de fósseis no Cariri, prossegue com a cobertura jornalística. Nós também recebemos essa informação de um modo espontâneo e encaminhamos para o nosso usuário principal, que é o presidente da República, para que se tome ações de governo. No campo científico, conseguimos essa

adesão de informações porque o pesquisador precisa de dinheiro para prosseguir com suas pesquisas, precisa proteger o conhecimento, então procura a ABIN, para que dentro do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), possa proteger não apenas o conhecimento, como a instituição de pesquisa.

— *A ABIN envolve-se com o submundo para buscar informações?*

Rômulo Mourão — O envolvimento com o submundo não acontece de forma regular porque atuamos diferente da Polícia, que precisa buscar provas. Nós buscamos a informação, sem que a nossa pessoa se envolva diretamente. Às vezes, isso é inevitável. Vejamos o caso dos estrangeiros. Dificilmente nos envolvemos com os estrangeiros. Mas quando estão metidos com a prostituição infantil, aumenta muito o número de pessoas implicadas e podem nos repassar informações. Nesse caso, procuramos levantar o mapeamento da prostituição infantil, o modus operandi, quem são os usuários (podem ser até por categorias), se há ou não tráfico de mulheres (daí temos que fazer um acompanhamento de vôos), o que é muito fácil fazer e não há mistério nenhum. Pessoas que trabalham na orla, nas áreas onde essas pessoas são usuárias e agenciadoras também nos repassam informações.

— *Quando ocorre esse tipo de trabalho, não há um risco para o controlador da fonte?*

Rômulo Mourão — Risco sempre há, porque quando você tem como alvo um grande grupo criminoso você também passa a ser alvo desse grupo criminoso. É o que acontece com um bom delegado. Se ele combate o crime, o criminoso passa a ter também aquele delegado como alvo. Se você combate o crime organizado, já subsidiou várias operações de combate, então pode se tornar um alvo. A instituição, naturalmente, vai angariar toda a hostilidade do outro lado.

— *Quando se desenvolve uma atividade de inteligência, não se cria uma ciúmeira com outros órgãos que desenvolvem atividades de informação similares como a Polícia Federal?*

Rômulo Mourão — Acho que não. A Polícia Federal é um órgão altamente competente, tem um campo bem delimitado dentre suas atribuições, porque é uma instituição que procura formar provas para o Tribunal. Tem um interrogatório que pode fazer, pode ouvir as testemunhas. Não fazemos nada disso. O nosso trabalho é complementar, quando subsidiamos alguma investigação. Não é para haver ciúmeira. O que pode haver é entre alguns integrantes. Mas como instituição não.

— *Quando se fala que hoje a ABIN atua em áreas tão diversas e diferentes, não se pode reconhecer que há uma crise de identidade para a genuína ação de inteligência?*

Rômulo Mourão - Bom, o que falei anteriormente, embora pareça assuntos diversos estão muito bem associados. Porque o crime organizado é o mesmo. Atua de forma organizado no contrabando de fósseis, na prostituição infantil e no tráfico de drogas. Agora, a crise de identidade tivemos quando acabou o SNI, porque ficamos no limbo. Se acabasse, arrebentasse, mas se criasse um órgão de inteligência, a imprensa bateria muito, mas esse estaria vivo, porque não se bate em quem está morto. Todo mundo lembra que o SNI foi muito criticado pela imprensa, às vezes de forma justificada e outras vezes não. Mas houve uma crise de identidade com relação ao nome do órgão que o substituiu, o de Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ninguém sabia o que isso queria dizer. Nós ficamos de uma maneira que as pessoas já não nos davam importância. Continuamos trabalhando e trabalhando muito. Houve o resgate dessa identidade quando da criação da ABIN.

— *Sobre denúncia de um integrante da ABIN que estaria envolvido com atividades criminosas. O que tem a dizer?*

Rômulo Mourão — Não toco muito nesse assunto, porque vi apenas denúncias vazias. Eu não tenho nada formal denunciando nenhum integrante da ABIN. Ou seja, não tenho nada que alguém tenha sido intimado por órgãos policiais ou da segurança pública como um todo. O que tem existido, na verdade, não são denúncias, mas acusações que não se aparam em nada, quer seja uma prova material ou testemunhal. Não tenho nada formalizado contra nenhum servidor da ABIN. Em nove anos, não tenho nada contra nenhum servidor.

— *Os serviços de Inteligência exercem funções conjuntas com as Forças Armadas?*

Rômulo Mourão — Mantemos boas relações trocamos informações, mas as Forças Armadas hoje envolvem-se em assuntos militares, não era como acontecia no passado. Há um relacionamento bom, mas com muita pouca troca de informações. À exceção tem sido casos envolvendo a Amazônia.

— *Ao contrário de ter sido contido, não há um recrudescimento do crime organizado?*

Rômulo Mourão — Existe uma tendência, não é um caso particular do Ceará, que essa atividade, mesmo paulatinamente, vai-se diversificando. Não vemos ações globais, maciças que levem a neutralizar grande parte do crime organizado. Eles são organizados, detentores do poder econômico, trabalham livremente. Nós não trabalhamos livremente, porque não somos autorizados sequer a fazer interceptações telefônicas como um órgão de inteligência e trabalhamos de forma muito estanque. Não sei se seria o caso de desenvolvermos mais força-tarefa, porque força-tarefa é algo que se desgasta também.

— *Sem poder fazer escutas telefônicas, sem se envolver com o submundo do crime e, também, contando com um recrutamento limitado por gastos financeiros, a ABIN não realiza um trabalho muito aquém do que faz o Mossad, o MI-6 e outros órgãos internacionais de inteligência?*

Rômulo Mourão — Para a nossa realidade não. Primeiro, porque o serviço brasileiro é um dos melhores em análise. Operacionalmente, temos o fator humano muito bom. Não somos deficientes em recursos humanos. Mas temos uma deficiência tecnológica e financeira muito grande. Com os recursos que dispomos, realizamos bem a nossa obrigação.

185

Data: 07/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Povo/CE

Autoria: Não especificada (da Agência Estado)

MILITARES DA RESERVA CRITICAM CHEFE DA ABIN

Entrevista publicada em O POVO com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Mauro Marcelo Lima e Silva, causa polêmica entre os oficiais da reserva que integram o Grupo Guararapes. Eles enviaram carta ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, protestando contra as declarações de Mauro Marcelo.

As insistentes declarações do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo, contra a participação de militares no serviço secreto do governo têm causado constrangimentos entre oficiais da ativa das Forças Armadas e reações indignadas de generais da reserva. Em carta de 14 de setembro endereçada ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Félix, e obtida pela Agência Estado, quatro generais da reserva do Exército classificaram de “infame e cretina” as declarações do chefe da Abin que, para eles, relembraram os “desmandos, abusos, violência e arbitrariedades praticadas no passado” pelo antigo SNI.

Sentindo-se ofendidos, os generais Francisco Batista Torres de Melo, Luciano Salgado, Luis Domingues e Manoel Gaspar de Oliveira Neto - líderes do chamado Grupo Guararapes - recomendaram a Félix “abrir mais os olhos para não ser traído pelo seu subordinado”, tratado na carta como “repugnante pessoa”.

A revolta dos generais foi alimentada por várias entrevistas de Mauro Marcelo desde a sua posse. Mas o estopim foi a declaração feita no último dia 14 de setembro, em entrevista exclusiva ao O POVO, quando ele se referiu ao regime militar dizendo: “Na época da repressão tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo”. Mauro Marcelo veio a Fortaleza motivado por uma série de denúncias que envolviam um agente da Abin no tráfico internacional de drogas e escutas telefônicas clandestinas. Depois da visita ao Ceará, o coordenador local da Agência, Rômulo Mourão, foi exonerado e substituído por Carlos Alberto Ataídes Trindade.

“Nós, mesmo na reserva, não podemos aceitar que em 1964 tivéssemos como inimigo o povo brasileiro”, protestaram os generais. “Inimigo do povo brasileiro é um diretor da Abin que procura denegrir a imagem das Forças perante o seu povo que as tem em elevada credibilidade. É mais do que evidente que este indivíduo não tem a menor condição de exercer qualquer função pública que exija um mínimo de dignidade”.

O texto de duas páginas foi enviado ainda aos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e chama a gestão da Abin de “capciosa e incompetente”. Sobram estilhaços até para o general Félix. A carta diz que Mauro Marcelo “falta com o mínimo de respeito ao seu chefe” “E se o chefe aceita que as suas estrelas que lhe continuam válidas na reserva não sejam respeitadas, temos que concluir que estamos caminhando para o fim de tudo”. Em outro trecho eles provocam o chefe do GSI: “Não podemos admitir que Vossa Excelência, se for o caso, esteja valorizando mais o cargo e as benesses que dele usufrui, do que a honra, não só a militar, mas a de homem digno e respeitável”.

Por meio de sua assessoria, o general Félix mandou dizer que “a correspondência foi pessoal e não pretendia tratar publicamente do assunto”. O comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, divulgou nota alegando não ser da alçada da Força manifestar-se sobre o conteúdo da correspondência. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, distribuiu nota dizendo que não recebeu pessoalmente a carta, mas teve conhecimento do seu conteúdo, que, segundo ele, traduz os juízos e sentimentos de valores manifestados pelo Grupo Guararapes.

Na impossibilidade legal de fazer declarações públicas, um significativo segmento de oficiais das Forças Armadas ouvidos pelo Estado concorda com os generais do Grupo Guararapes, mas faz questão de criticar os excessos das críticas nas referências às supostas intenções de Mauro Marcelo de atacar os militares. Procurado, o diretor da Abin não se manifestou.

TRECHOS DA CARTA

“Em defesa do Estado Democrático de Direito, da Sociedade e dos Interesses Nacionais”
O grupo Guararapes fez esta carta na defesa de nossa dignidade. A carta é ao ministro.

Fortaleza, CE, 14 de setembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor General de Exército
Jorge Armando Felix

Nós, oficiais generais reformados, abaixo assinados, estamos chegando até Vossa Excelência para levar o nosso protesto e revolta pelo modo como esse novo Diretor da ABIN vem se portando com relação aos MILITARES. Parece-nos que estão criando uma nova profissão neste País. Procuram nos atacar como se fôssemos inimigos da Nação. Esta nova profissão, cujo nome não sabemos bem, pode ser a de ATACANTES DOS MILITARES. O senhor MAURO MARCELO DE LIMA E SILVA, novo diretor da ABIN, é o mais novo funcionário a exercer essa indicada profissão infame e cretina...

...Na FOLHA DE SÃO PAULO, de 10 de setembro de 2004, afirma num café da manhã oferecido aos jornalistas: "que mudou 70% dos ocupantes de cargos de chefia. As mudanças na cúpula da ABIN foram importantes devido à crise de identidade que a agência enfrenta. Que agora, não há nenhum militar em posto de comando, uma reivindicação dos funcionários contratados. A maioria do pessoal". Foi o que escreveu o jornal. E mais disse o senhor diretor: "O público de universitários, aprovados em concursos, tem divergências culturais com militares do extinto SNI que ainda estão na ABIN?..."

....Agora ele vem ao Ceará e concede uma entrevista ao jornal O POVO. A entrevista é de duas páginas, parecendo que temos um novo artista no mundo da hipocrisia, ferindo um dos principais princípios do serviço de inteligência que é a discrição. Nesta desastrada entrevista ele afirma: "O foco da atividade é como se fosse o norte de uma bússola. Eu preciso saber qual a missão.Cada país tem o seu foco. E o Brasil é um grande problema porque não temos bem delineada uma definição

de qual o foco aqui. Isso se perdeu. Na época da repressão tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo. À época da ditadura, os desmandos, abusos, violência, arbitrariedade que foram praticados no passado. Isto é fato, os senhores sabem melhor do que eu". Lá para o fim continua numa linguagem depreciativa: "É evidente que alguns vícios ainda existem. Em algumas reuniões, só faltava o pessoal bater continência". É muito complexo contra os militares. Na certeza não serviu a nenhuma força armada; se serviu foi mal soldado, deve ter levado cadeias, o que aconteceu decerto, pelo mau caráter que demonstra ser.

...Aproxima-se a DITADURA DO PROLETARIADO, ou seja, o comunismo marxista. As novas medidas que o governo pretende implantar: Conselho Nacional de Jornalismo; Conselho para Arte, TV e Áudio Visual; controle do Ministério Público; e a propalada lei da mordaça - são indícios que nos permitem confirmar a nossa assertiva acima. Foi isso que combatemos em 64 e com o que pudemos SALVAR O POVO BRASILEIRO DE TAL DESGRAÇA....

...Não aceitamos e repelimos insinuações malévolas. A HONRA DA FARDA é para nós SAGRADA. Temos certeza de que o é, também, para Vossa Excelência...

Atenciosamente

General de Divisão Reformado FRANCISCO BATISTA TORRES DE MELO.
General de brigada reformado Luciano Salgado Campos.
General de brigada reformado Luis Henriques Domingues.
General de brigada reformado Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Neto.
Com o apoio dos demais membros do Grupo Guararapes.

186

Data: 07/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Leonel Rocha

MILITARES DA RESERVA ATACAM CHEFE DA ABIN

As insistentes declarações do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo, contra a participação de militares no serviço secreto do governo têm provocado constrangimentos entre oficiais da ativa das Forças Armadas e reações indignadas de generais da reserva. Em carta de 14 de setembro endereçada ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Félix, e obtida pelo Estado, quatro generais da reserva do Exército classificaram de “infame e cretina” as declarações do chefe da Abin que, para eles, relembraram os “desmandos, abusos, violência e arbitrariedades praticadas no passado” pelo antigo SNI.

Sentindo-se ofendidos, os generais Francisco Batista Torres de Melo, Luciano Salgado, Luis Domingues e Manoel Gaspar de Oliveira Neto - líderes do chamado Grupo Guararapes - recomendaram a Félix “abrir mais os olhos para não ser traído pelo seu subordinado”, tratado na carta como “repugnante pessoa”.

A revolta dos generais foi alimentada por várias entrevistas de Mauro Marcelo desde a sua posse. Mas o estopim foi a declaração feita em setembro a um jornal do Ceará, quando ele se referiu ao regime militar dizendo: “Na época da repressão tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo.”

“Nós, mesmo na reserva, não podemos aceitar que em 1964 tivéssemos como inimigo o povo brasileiro”, protestaram os generais. “Inimigo do povo brasileiro é um diretor da Abin que procura denegrir a imagem das Forças perante o seu povo que as tem em elevada credibilidade. É mais do que

evidente que este indivíduo não tem a menor condição de exercer qualquer função pública que exija um mínimo de dignidade.”

O texto de duas páginas foi enviado ainda aos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e chama a gestão da Abin de “capciosa e incompetente”.

Sobram estilhaços até para o general Félix. A carta diz que Mauro Marcelo “falta com o mínimo de respeito ao seu chefe”. “E se o chefe aceita que as suas estrelas que lhe continuam válidas na reserva não sejam respeitadas, temos que concluir que estamos caminhando para o fim de tudo”. Em outro trecho eles provocam o chefe do GSI: “Não podemos admitir que Vossa Excelência, se for o caso, esteja valorizando mais o cargo e as benesses que dele usufrui, do que a honra, não só a militar, mas a de homem digno e respeitável.”

Por meio de sua assessoria, o general Félix mandou dizer que “a correspondência foi pessoal e não pretendia tratar publicamente do assunto”.

O comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, divulgou nota alegando não ser da alçada da Força manifestar-se sobre o conteúdo da correspondência. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, distribuiu nota dizendo que não recebeu pessoalmente a carta, mas teve conhecimento do seu conteúdo, que, segundo ele, traduz os juízos e sentimentos de valores manifestados pelo Grupo Guararapes.

Na impossibilidade legal de fazer declarações públicas, um significativo segmento de oficiais das Forças Armadas ouvidos pelo Estado concorda com os generais do Grupo Guararapes, mas faz questão de criticar os excessos das críticas nas referências às supostas intenções de Mauro Marcelo de atacar os militares. Procurado, o diretor da Abin não se manifestou.

187

Data: 08/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: O Povo/CE

Autoria: Não especificada

GENERAL REFORMADO DO EXÉRCITO FRANCISCO TORRES MELO RECOMENDA QUE DIRETOR DA ABIN FIQUE CALADO

“Ele tem que ficar calado”. A afirmação é do general reformado do Exército Francisco Batista Torres de Melo, coordenador do grupo Guararapes - instituição que congrega oficiais da reserva no Brasil. A recomendação, em tom de crítica, foi dirigida ao diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado civil Mauro Marcelo de Lima e Silva.

Na última quarta-feira, tornou-se pública uma carta elaborada pelo grupo Guararapes, enviada ao general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República. O documento criticava declarações de Mauro Marcelo dadas ao O POVO no último dia 14. Em uma das falas, o diretor da Abin afirma que “na época da repressão tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo”.

Segundo Torres de Melo, as Forças Armadas não consideravam o povo como inimigo. Foi esse o trecho da entrevista que mais teria irritado os militares do Guararapes. “Os governos militares combateram o terrorismo, o assalto, o seqüestro e o banditismo da esquerda que queria implantar uma ditadura do proletariado igual à existente em Cuba”.

Torres de Melo, ex-comandante da Polícia Militar de São Paulo de 1974 a 1977, voltou a reforçar que “falar demais” não é virtude para alguém que se propõe a trabalhar com serviço de informação. “Isso é

despreparo. O que ele não pode é estar falando. Tem que se colocar no lugarzinho, calado. Você nunca viu o diretor da CIA falando. Serviço de informação, na União Soviética ou em qualquer lugar do mundo, exige-se o silêncio estratégico. Informações, eu as colho e repasso ao governo para que ele decida em relação a algum assunto”.

O documento do grupo Guararapes é assinado também por outros três generais reformados cearenses: Luciano Salgado Campos, Luis Henriques Domingues e Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira. Os três não quiseram dar declarações ao O POVO, ontem. Disseram que o general Torres de Melo falaria em nome do grupo.

Procurado pelo O POVO ontem à tarde, o diretor da Abin, que participa na Argentina de um encontro de chefes de agências de inteligência da América do Sul, informou que não se pronunciaria sobre as declarações do general Torres de Melo.

188

Data: 08/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Diário da Tarde/MG

Autoria: Não especificada

DITADURA DO PROLETARIADO - A REVOLTA DOS GENERAIS

As insistentes declarações do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo, contra a participação de militares no serviço secreto do governo têm provocado constrangimentos entre oficiais da ativa das Forças Armadas e reações indignadas de generais da reserva. Em carta de 14 de setembro endereçada ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Félix, e obtida pela Agência Estado, quatro generais da reserva do Exército classificaram de “infame e cretina” as declarações do chefe da Abin que, para eles, relembraram os “desmandos, abusos, violência e arbitrariedades praticadas no passado” pelo antigo SNI.

Sentindo-se ofendidos, os generais Francisco Batista Torres de Melo, Luciano Salgado, Luis Domingues e Manoel Gaspar de Oliveira Neto líderes do chamado Grupo Guararapes recomendaram a Félix “abrir mais os olhos para não ser traído pelo seu subordinado”, tratado na carta como “repugnante pessoa”.

Estopim

A revolta dos generais foi alimentada por várias entrevistas de Mauro Marcelo desde a sua posse. Mas o estopim foi a declaração feita em setembro a um jornal do Ceará, quando ele se referiu ao regime militar dizendo: “Na época da repressão tínhamos o foco do inimigo interno, que era o povo”.

“Nós, mesmo na reserva, não podemos aceitar que em 1964 tivéssemos como inimigo o povo brasileiro”, protestaram os generais. “Inimigo do povo brasileiro é um diretor da Abin que procura denegrir a imagem das Forças perante o seu povo que as tem em elevada credibilidade. É mais do que evidente que este indivíduo não tem a menor condição de exercer qualquer função pública que exija um mínimo de dignidade”.

O texto de duas páginas foi enviado ainda aos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e chama a gestão da Abin de “capciosa e incompetente”. Sobram estilhaços até para o general Félix. A carta diz que Mauro Marcelo “falta com o mínimo de respeito ao seu chefe”. “E se o chefe aceita que as suas estrelas que lhe continuam válidas na reserva não sejam respeitadas, temos que concluir que estamos caminhando para o fim de tudo”. Em outro trecho eles provocam o chefe do GSI: “Não podemos admitir que Vossa Excelência, se for o caso, esteja valorizando mais o cargo e as benesses que dele usufrui, do que a honra, não só a militar, mas a de homem digno e respeitável”.

Concordam

Por meio de sua assessoria, o general Félix mandou dizer que “a correspondência foi pessoal e não pretendia tratar publicamente do assunto”. O comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, divulgou nota alegando não ser da alçada da Força manifestar-se sobre o conteúdo da correspondência. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, distribuiu nota dizendo que não recebeu pessoalmente a carta, mas teve conhecimento do seu conteúdo, que, segundo ele, traduz os juízos e sentimentos de valores manifestados pelo Grupo Guararapes.

Na impossibilidade legal de fazer declarações públicas, um significativo segmento de oficiais das Forças Armadas ouvidos pelo Estado concorda com os generais do Grupo Guararapes, mas faz questão de criticar os excessos das críticas nas referências às supostas intenções de Mauro Marcelo de atacar os militares. Procurado, o diretor da Abin não se manifestou.

Guararapes

Criado em 1991, o Grupo Guararapes abriga o pensamento da direita brasileira. Representa a mesma facção militar que assumiu o poder com o golpe de 1964 e até hoje defende o regime fardado como a salvação do País contra o que eles chamam de perigo comunista. São 323 militares generais, coronéis e tenentes da reserva e 401 civis.

Estes militares e civis de militância aparentemente não partidária são, antes de qualquer definição ideológica, nacionalistas. O Guararapes já elaborou mais de 500 pequenas análises sobre conjuntura política nacional e internacional. Também envia cartas de protesto ou de apoio a parlamentares e personalidades do País, sempre distribuídas pela Internet. Com sede em Fortaleza, onde moram os generais autores da carta enviada ao CSI, o Guararapes se intitula um grupo de estudos de temas brasileiros.

Na carta, os generais alertam: “Aproxima-se a ditadura do proletariado, ou seja, o comunismo marxista. As novas medidas que o governo pretende implantar Conselho Nacional de Jornalismo; Conselho para a Arte, TV e Áudio Visual; controle do Ministério Público e a propalada lei da mordaça são indícios que nos permitem confirmar a nossa assertiva acima”.

208

Data: 23/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Correio Braziliense

Autoria: Não especificada

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL ACIONOU A ABIN SOB PRESSÃO DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

A versão da Agência Brasileira de Inteligência sobre as fotos de Vladimir Herzog, divulgada pelo ministro Nilmário Miranda, da Secretaria de Direitos Humanos, foi produzida mais para confundir do que para explicar. Além de revoltar a viúva do jornalista assassinado no Doi-Codi, Clarice Herzog, provocou protestos do Grupo Tortura Nunca Mais, mobilizou a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E também enrolou novamente o governo na herança do regime militar, ao resgatar um caso de seqüestro e intimidação — de que foi vítima o padre Léopold D'Astoud (Leia entrevista na página 6).

O assunto Herzog era para ter sido encerrado com a segunda nota do Exército, por exigência do presidente Lula, mas a comunidade de informações exigiu a contestação de que as fotos eram do jornalista assassinado. A nota divulgada pelo ministro Nilmário Miranda, com a versão de que as fotos eram de uma investigação ilegal, ocorrida em 1974, foi preparada pelo general Jorge Armando Felix,

ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, de comum acordo com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e assumida pela Abin para não expor ainda mais o Exército.

A divulgação de fotos e documentos do antigo Doi-Codi, com base nos arquivos entregues pelo ex-cabo José Alves Firmino à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, provocou mal-estar no governo e no Exército, que ainda não foi completamente superado. A revelação dos arquivos incomoda, sobretudo, aos oficiais dos serviços de inteligência. Até ontem o site do Exército não divulgou a nota do general Francisco Albuquerque, comandante da Força, sobre o caso Herzog, em que, pela primeira vez, uma autoridade do Exército lamentou a morte de um prisioneiro do regime militar.

Nomes e fotos

O secretário de Direitos Humanos, que assumiu a responsabilidade por divulgar a versão, em conversas reservadas tem dito que apenas transmitiu à viúva de Herzog e à opinião pública as informações recebidas da Abin. Ontem, por meio da assessoria, Nilmário informou que a Abin vai averiguar a informação de que o padre canadense Léopold D'Astous nega ser ele a pessoa das fotos publicadas pelo Correio. Nilmário espera ter uma resposta final sobre o assunto na segunda-feira.

A insatisfação entre os militares da área de inteligência do Exército é grande por causa do vazamento de alguns dos nomes verdadeiros e de fotos identificando a equipe do Exército que atuava em Brasília até pelo menos 1996, publicados pelo Correio na quarta-feira. Os principais líderes políticos de esquerda do país foram espionados pelos militares, inclusive o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A equipe onde atuava o cabo Firmino Alves Filho, com cerca de trinta homens, era chefiada, segundo o militar, pelo então major Jorge Alberto Forrer Garcia, o “Dr. Henrique”, hoje coronel e comandante da escola de inteligência do Exército. Garcia não quis dar declarações sobre o tema.

Clarice mostra relógio e temor

A publicitária Clarice Herzog, viúva de Vladimir Herzog, apresentou ontem, pela primeira vez, um dos detalhes que sustentam sua convicção de que o homem que aparece nas fotos divulgadas pelo Correio é seu marido. Ela mostrou o relógio que mantém guardado, um Omega redondo, de pulseira azul-marinho, que pertenceu a Vlado. Nas fotos aparece um homem nu, com a cabeça entre as mãos e um relógio no pulso direito.

“Vlado não tinha outros relógios, só usava este”, garante. “Quando recebemos o corpo no Instituto Médico-Legal (IML), no dia 26 de outubro de 1975, mandaram devolver os poucos pertences dele no cárcere: algumas peças de roupa e o relógio, que eu conservo comigo”, rememora. Ela diz estar intrigada apenas com o fato de Herzog não usar relógio no pulso direito, como mostra a foto.

Clarice também teme que razões políticas ditem o comportamento do governo federal no caso. Segundo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não é Vlado o homem que aparece nas fotos. “Por que esta posição tão pouco flexível? O que há por trás disso? Se for jogo político, muito me preocupa.”

O protesto dos radicais

O grupo de militares extremados conhecido como Guararapes, que reúne oficiais da reserva, distribuiu ontem um manifesto em que critica o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, por emitir terça-feira a nota em que reconheceu como inadequada a opinião, expressa em nota anterior, de que eram revanchistas as reportagens sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. “O Grupo Guararapes não aceita nem comunga com a postura submissa que teve, no caso, o comandante do Exército”, afirmam os oficiais, sustentando que “preferível cair com honra do que permanecer no posto de cabeça baixa.”

O protesto começa dizendo que os oficiais tiveram esperança ao tomar conhecimento do primeiro pronunciamento do Exército sobre a reportagem e as fotos publicadas domingo pelo Correio. “Parecia que iríamos trilhar novos rumos e que as Forças Armadas (...) deixariam de sofrer tantas humilhações“, diz o comunicado, ressaltando que, “com a nota de retrairo do comandante do Exército, (...) não padece dúvida de que mais uma trincheira caiu”.

Alívio no primeiro encontro

No primeiro encontro oficial que teve com os Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em mensagem lida por um locutor durante a cerimônia de comemoração do Dia do Aviador, na Base Aérea de Brasília, que “as aparentes dificuldades só representam, na verdade, estímulo para trabalhar mais, com maior dedicação e com intensa disciplina”.

Durante toda a solenidade, Lula, o ministro da Defesa, José Viegas, e os três comandantes tentaram demonstrar que as dificuldades surgidas no início da semana, com a nota do Exército defendendo o golpe de 1964 e tratando as publicações sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog como revanchismo, estavam superadas. Lula conversou descontraidamente durante a cerimônia.

Segundo auxiliares do presidente, ele estava aliviado por entender que a questão foi superada. Antes da cerimônia presidida por Lula, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, foi homenageado.

212

Data: 23/10/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil – Página: A5)

Autoria: Eliane Cantanhêde (Colunista da Folha) e Iuri Dantas (da Sucursal de Brasília)

DESPRESTIGIADO, FÉLIX PEDE DEMISSÃO A LULA

Presidente quer que chefe do Gabinete de Segurança Institucional espere até reforma ministerial no fim do ano

O chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, 65, pediu demissão nesta semana ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe fez um pedido: esperasse até a reforma ministerial do fim do ano. Conforme a Folha apurou, Félix alegou que estava se sentindo desprestigiado e atropelado pelo chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), delegado Mauro Marcelo. Apesar de funcionalmente subordinado a Félix, Marcelo tem despachos diretos com o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e com o próprio Lula.

A insatisfação de Félix vem desde maio, quando Lula decidiu mudar a direção da Abin, tirando Marisa Del'Isola Diniz e nomeando Marcelo. Em vez de deixar a escolha a critério do general, Lula escolheu Marcelo, que é delegado da Polícia Civil, e destacou Félix para ir a São Paulo conhecê-lo e formalizar o convite.

Amigo de Lula há muitos anos, Marcelo costuma conversar com o presidente inclusive nos finais de semana. Félix se queixou disso a interlocutores, considerando quebra de hierarquia. Na avaliação do Planalto e de outros setores do governo, Marcelo está adaptando a estrutura e os quadros da Abin aos “novos tempos”, ou seja, promovendo mudanças operacionais e substituindo antigos agentes e militares.

A função do GSI — antiga Casa Militar — é cuidar da segurança da Presidência. Subordinados à pasta estão a Abin, a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas) e a Seae (Secretaria de Estudos e Acompanhamento Estratégico), o gabinete de crises do governo. A Abin tem a função de manter o presidente informado sobre assuntos estratégicos e mantém arquivos oriundos da época da ditadura militar, por exemplo. Segundo apurou a Folha, a idéia do governo é fortalecer a Abin, vinculando-a

diretamente à Presidência. Marcelo assumiu a agência se comprometendo a “modernizá-la”: retirar a imagem de “arapongagem” que o órgão tem desde a época do SNI (Serviço Nacional de Informações).

Em razão da crise desta semana por conta de uma nota do Exército enaltecedo a ditadura militar, ontem havia rumores de que um dos cotados para substituir Félix seria o comandante da Força, general Francisco Albuquerque. Assumindo o GSI, ele deixaria de ser subordinado ao Ministério da Defesa e passaria a responder diretamente ao presidente da República. Esses rumores, porém, não se confirmaram.

223

Data: 25/10/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Folha de São Paulo (Painel do Leitor)

Autoria: Fábio Kerche (Leitor da Folha)

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Não tem fundamento a notícia publicada na Folha sob o título “esprestigiado, Félix pede demissão a Lula”(Brasil, pág. A5, 23/10). Ao contrário do que afirma a matéria, em nenhum momento o presidente e o ministro trataram desse assunto ou cogitaram interromper essa relação de confiança. A Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República lamenta que à Folha tenha faltado a cautela de publicar versões antes de confirmar sua veracidade. (Fábio Kerche, secretário-adjunto de Imprensa e Divulgação da Presidência da República - Brasília, DF).

248

Data: 14/11/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Folha de São Paulo

Autoria: Eliane Cantanhêde (Colunista da Folha) e Iuri Dantas (da Sucursal de Brasília)

PARA GENERAL FÉLIX, ARQUIVOS VÃO EXPOR VÍTIMAS DO REGIME

Chefe do gabinete de Segurança Institucional condena abertura de documentos da ditadura.

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, é radicalmente contra a abertura dos documentos da ditadura militar (1964-1985): "Não há nada bonito ali", diz ele. Curiosamente, justifica que sua preocupação não é poupar os torturadores e sim os perseguidos e torturados.

A versão de Félix, 65, é na prática um alerta às vítimas do regime que exigem a abertura dos documentos: os registros, segundo ele, mostram uma esquerda corrupta, que mantinha relações extraconjugalas e delatava companheiros.

“Tem gente que naquela época estava na clandestinidade, tinha outra mulher e hoje está com a antiga. Se isso aparecer, você pode destruir uma família. Tem os companheiros que entregaram, está escrito ali”, disse Félix à Folha, no seu gabinete, a poucos metros do gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o general, nem sempre as delações eram forçadas: “Às vezes, não forçava, não. Às vezes, [o preso] chegava lá e abria tudo. Por medo, não é?”.

E quanto à tortura e aos desaparecimentos? “Não encontrei nada na Abin até agora”, respondeu.

Cercado no Planalto por antigos opositores da ditadura, como o próprio Lula e os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Aldo Rebelo (Articulação Política), ele declarou: “O pior inimigo que você pode ter é o Estado. Não queira ter o Estado como inimigo”.

Folha — *A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) é o novo SNI (Serviço Nacional de Informações)?*
Jorge Armando Félix — O SNI foi extinto.

Folha — *É um filhote?*
Félix — É uma outra criança.

Folha — *Em que casos Lula recebe um relatório da Abin?*
Félix — Não recebe todos, nem daria tempo. Recebe aquilo que a Abin acha que deva chegar ou ao presidente ou a algum outro órgão. Algumas coisas eu levo ao presidente. Outras apenas comento.

Folha — *O atual diretor da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, é a favor da permissão para escutas telefônicas. O sr. também?*
Félix — Em alguns casos, seria interessante. Exemplo: chega alguém no Brasil suspeito de terrorismo. Acompanhar visualmente é possível, eventualmente vejo que está telefonando. Para quem? Falando o quê? Não sei.

Folha — *O sr. entregou o cargo ao presidente e ele pediu para esperar a reforma ministerial?*
Félix — Não. Ainda não me passou pela cabeça fazer um pedido de demissão. Nunca houve nenhuma razão, tenho tido todo tipo de consideração por parte do presidente e de todos os ministros. Não tenho problema de saúde na minha família, como alguns jornais andaram anunciando, não tenho nenhum tipo de problema com o diretor da Abin. Antes de ele assumir, conversamos várias vezes. Ele sabe exatamente o papel dele, não temos nenhum tipo de contencioso. Ele não despacha diretamente com o presidente. Não despachou nenhuma vez, desde que assumiu.

Folha — *E os encontros nos finais de semana?*
Félix — Eles são amigos.

Folha — *Isso não é uma forma de despacho, general?*
Félix — Não. O presidente respeita o espaço de todas as pessoas. Tenho absoluta certeza de que não tratam de inteligência. Se porventura se encontraram não foi mais do que duas ou três vezes. Eventos sociais até.

Folha — *Por que autoridades do próprio governo dizem que o sr. pediu demissão?*
Félix — Não sei. É possível que haja pessoas ou grupos que queiram que eu peça demissão.

Folha — *Por quê?*
Félix — Não sei. Posso ser um obstáculo a determinados interesses e, às vezes, sou.

Folha — *Por exemplo.*
Félix — Interesses políticos. Às vezes tenho que tomar posições. Recebo a informação, levo ao presidente para ser trabalhada. O que vai ser feito com essa informação é um problema político.

Folha — *Qual foi a sua reação quando o sr. viu a primeira nota do Exército, defendendo a ditadura e até os órgãos de repressão? Como o sr. soube?*
Félix — Li nos jornais. No começo não houve muita reação, mas depois foi crescendo.

Folha — *A primeira impressão?*
Félix — Claro que a gente tem a sensação de luz amarela. A luz amarela acendeu, não é?

Folha — *Inclusive no gabinete de crises do GSI?*
Félix — Não houve luz amarela.

Folha — *O sr. disse que acendeu.*

Félix — Acendeu para mim, pela repercussão. Claro que procuramos acompanhar, mas não houve uma articulação nossa, porque é um outro tipo de problema, não é alguma coisa que exigisse articulação de vários ministérios.

Folha — *O ministro da Defesa pediu demissão.*

Félix — Isso aí foi um assunto tratado pelo ministro da Defesa e pelos comandantes militares. Só entramos, junto com os Direitos Humanos, porque [no caso das fotos que pareciam ser do jornalista Vladimir Herzog] éramos os detentores de uma informação que os outros não tinham.

Folha — *Algumas perguntas ficam. Quem escreveu a nota? Por quê? É um indício de que há setores descontentes nas Forças Armadas?*

Félix — Essas perguntas o Exército tem que responder, e acho que já respondeu até, de certa forma. Como militar, me preocupo porque vi uma repercussão muito negativa, mas, institucionalmente, funcionalmente, não podia me meter e não me meti.

Folha — *Inteligência trabalha com cenários. Um dos cenários a partir da nota é que existe um foco de insatisfação, seja por salário ou por falta de equipamento, que pode vir a criar uma situação de confronto ou de constrangimento para o poder civil?*

Félix — Acho difícil esse tipo de constrangimento. As Forças Armadas estão hoje perfeitamente enquadradas no funcionamento normal da sociedade. Elas têm um papel e o desempenham. Agora, há manifestações de grupos, de pessoas, que não são manifestações da instituição.

Folha — *Mas a nota foi uma manifestação da instituição.*

Félix — Foi corrigida, não é?

Folha — *Ou seja, era errada. Alguém, ou algum grupo, fez uma coisa errada e não aconteceu nada com os responsáveis.*

Félix — Esse é um problema que diz respeito às Forças Armadas.

Folha — *E se não houvesse recuo na nota? Seria preocupante?*

Félix — Não necessariamente. É um problema muito mais político do que um problema de crise. Nas crises políticas não entramos.

Folha — *Se houver um foco de insatisfação e a inteligência não detectar, não alertar, a responsabilidade não vai ser sua?*

Félix — Por não ter prevenido. Por isso é que tem que ter um anteparo entre o presidente e a estrutura, para ter alguém para mandar embora.

Folha — *O vice-presidente da República é demissível no Ministério da Defesa?*

Félix — O vice-presidente da República tem habilidade suficiente para contornar qualquer crise. Ele é muito hábil e muito competente. Certamente vai levar muito bem o Ministério da Defesa.

Folha — *Que arquivos da ditadura estão guardados na Abin?*

Félix — Temos arquivos da Comissão Geral de Investigações, depois vamos recolher os do Conselho de Segurança Nacional, que fazia as cassações. Isso vai tudo para o Arquivo Nacional, no Rio. Temos os arquivos do SNI, estão microfilmados. E é aquela história. Não tem nada bonito ali.

Folha — *Não tem nada bonito dos dois lados?*

Félix — Não, só tem de um lado. É corrupção. Tomamos todas as precauções, porque ali trata-se de pessoas, e é preciso que se preserve a individualidade, o direito à privacidade. Essas pessoas estão aí, estão vivas.

Folha — *E os documentos sobre tortura, desaparecimentos?*

Félix — Não encontrei nada na Abin até agora. Há dossiês que nos preocupam, porque tratam de pessoas em situações extremamente constrangedoras. Eu até gostaria de destruir esse tipo de documento. Isso não é história, não vai fazer bem a ninguém. Se aparecer, só vai fazer mal à reputação das pessoas, e tem gente aí, hoje, com 75, 80 anos de idade. Para que serve isso?

Folha — *E o material dos Doi-Codi?*

Félix — O que há ali são as microfichas. As pessoas fazem pedidos, já respondemos a 7 ou 8.000 pedidos de informação.

Folha — *O governo diz que os documentos do Araguaia foram incinerados, mas isso exigia os termos de destruição. Onde está?*

Félix — Nós não encontramos dentro da Abin. Continuamos procurando.

Folha — *E nos órgãos de inteligência das Forças Armadas?*

Félix — Isso é um problema das Forças Armadas.

Folha — *O sr. vê problema em divulgar os arquivos?*

Félix — Tem problema divulgar porque ali você fala de pessoas, de indivíduos. Tem gente que naquela época estava na clandestinidade, tinha outra mulher e hoje não tem, está com a antiga. Se isso aparecer, você pode destruir uma família. Tem os companheiros que entregaram, está escrito ali. Aquilo ali é problema daquela pessoa. Ninguém mais deve tomar conhecimento disso a não ser com autorização da pessoa ou da família, se ela tiver morrido.

Folha — *Se houve delação, é porque alguém forçou.*

Félix — Às vezes, não forçava, não. Às vezes, chegava lá e abria tudo. Por medo, não é?

Folha — *Havia bons motivos para ter medo, não é, general?*

Félix — O pior inimigo que você pode ter é o Estado. O Estado é muito poderoso. Não queira ter o Estado como inimigo. Não quero

251

Data: 16/11/2004

Web site: <http://investigpreciso.incubadora.fapesp.br/portal/noticias/arquivossecretos>

Publicação: Tribuna da Imprensa/RJ

Autoria: Não especificada (de São Paulo)

MP QUER ARQUIVOS DE 64 A 85

A Procuradoria da República quer abrir os arquivos secretos da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica. Por meio de uma petição que será entregue hoje à Justiça Federal no município de Guaratinguetá (SP), o procurador João Gilberto Gonçalves Filho requer acesso aos documentos relativos ao período de 1964 a 1985 que ainda estariam sob custódia daqueles setores.

Na semana passada, o juiz Paulo Alberto Jorge acolheu ação civil do Ministério Público Federal e determinou, em caráter liminar, que o Comando do Exército entregue em 15 dias seus arquivos, “independentemente do grau de sigilo que lhes tenham sido atribuídos por qualquer autoridade política, administrativa ou legislativa, civil ou militar”.

A decisão ficou restrita ao Exército porque o Ministério Público, em sua ação, pretendia concentrar as buscas aos registros do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). Agora, o procurador quer estender a pesquisa à PF, à Abin e aos outros dois comandos militares que também mantiveram em atividade aparatos repressivos.

Ele planeja examinar documentos reservados que contenham dados sobre operações policiais e militares realizadas naquela época, seus resultados, e a relação e motivos de prisões efetuadas. “A extensão do pedido é para dar maior eficácia à ordem judicial”, anotou João Gilberto. “É preciso ampliar o levantamento a todos os órgãos que eventualmente ainda mantenham guardados documentos da ditadura.”

DOPS

O procurador está convencido de que a Abin herdou os arquivos de seu antecessor, o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele também acredita que na Polícia Federal poderá encontrar dados que reputa importantes.

Na década de 80, a PF abrigou a documentação do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo) que fechou as portas no início do governo Franco Montoro (1983-1987). “Se a busca ficar centrada no Exército é possível que não seja completa”, ressaltou o procurador. Na ação civil, ele destacou que “não imagina como os arquivos que trazem detalhes das atrocidades da ditadura possam ser sigilosos”.

Segundo João Gilberto, a Constituição estabelece que o sigilo só pode ser decretado quando “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Ele sustenta que “altas autoridades militares de hoje foram absolutamente coniventes com o regime militar e suas atrocidades”.

O procurador trabalha com a hipótese de que “muitos políticos daquela época, que se alimentavam do poder e eram coniventes com os atos atrozes da ‘revolução’, continuam com forte expressão política”. Não cita nomes. Ele suspeita da existência de um pacto. “A pressão política, a moeda de troca entre parlamentares e governo, oposição e governo, provavelmente impede esses documentos de virem à tona”.

Interesses

“O Ministério Público Federal não é ingênuo nem pode se dar ao luxo de ser”, anota João Gilberto. “Falemos às claras: sabemos todos que o ‘podre’ de algumas pessoas, o passado obscuro, inconfessável, acaba servindo de moeda de troca política nos bastidores do poder. Nesta hipótese, o sigilo dos documentos atende aos interesses escusos de algumas poucas pessoas e não ao interesse coletivo ou geral de publicidade, que é a regra num estado democrático de direito.”

João Gilberto admite a possibilidade de documentos que estão em poder dos militares e dos órgãos de informação encontrarem-se legalmente protegidos pelo sigilo. Para ele, a administração pública federal, recusando-se a divulgar os documentos dos tempos da repressão, “esa o direito popular fundamental e difuso de ter acesso a eles, lesa a Constituição atendendo a motivos mesquinhos, satisfazendo a interesses meramente particulares, de menor importância”.

O procurador considera o Decreto 4.553/2002 — que tranca por 50 anos documentos com a tarja ultra-secreto —, “prova inarredável de exacerbação dos limites de discricionariedade administrativa”

253.

Data: 16/11/2004

Web site: <http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/2004/novembro/16-11-2004NAC.htm#MP%20quer%20acesso%20a%20todos%20os%20documentos%20da%20repressão>

Publicação: O Estado de São Paulo

Autoria: Fausto Macedo

MP QUER ACESSO A TODOS OS DOCUMENTOS DA REPRESSÃO

Procurador pedirá abertura de arquivos da Abin, PF, Marinha e Aeronáutica do período de 1964 a 1985

A Procuradoria da República quer abrir os arquivos secretos da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica.

Por meio de uma petição que hoje será entregue à Justiça Federal no município de Guaratinguetá (SP), o procurador João Gilberto Gonçalves Filho requer acesso aos documentos relativos ao período de 1964 a 1985 que ainda estariam sob custódia daqueles setores. Na semana passada, o juiz Paulo Alberto Jorge acolheu ação civil do Ministério Público Federal e determinou, em caráter liminar, que o Comando do Exército entregue em 15 dias seus arquivos, “independentemente do grau de sigilo que lhes tenham sido atribuídos por qualquer autoridade política, administrativa ou legislativa, civil ou militar”.

A decisão ficou restrita ao Exército porque o Ministério Público, em sua ação, pretendia concentrar as buscas aos registros do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna).

Agora, o procurador quer estender a pesquisa à PF, à Abin e aos outros dois comandos militares que também mantiveram em atividade aparatos repressivos. Ele planeja examinar documentos reservados que contenham dados sobre operações policiais e militares realizadas naquela época, seus resultados, e a relação e motivos de prisões efetuadas.

“A extensão do pedido é para dar maior eficácia à ordem judicial”, anotou João Gilberto. “É preciso ampliar o levantamento a todos os órgãos que eventualmente ainda mantenham guardados documentos da ditadura.”

DOPS

O procurador está convencido de que a Abin herdou os arquivos de seu antecessor, o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele também acredita que na Polícia Federal poderá encontrar dados que reputa importantes.

Na década de 80, a PF abrigou a documentação do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo), que fechou as portas no início do governo Franco Montoro (1983-1987).

“Se a busca ficar centrada no Exército é possível que não seja completa”, ressaltou o procurador. Na ação civil, ele destacou que “não imagina como os arquivos que trazem detalhes das atrocidades da ditadura possam ser sigilosos”.

Segundo João Gilberto, a Constituição estabelece que o sigilo só pode ser decretado quando “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Ele sustenta que “altas autoridades militares de hoje foram absolutamente coniventes com o regime militar e suas atrocidades”.

O procurador trabalha com a hipótese de que “muitos políticos daquela época, que se alimentavam do poder e eram coniventes com os atos atrozes da ‘revolução’, continuam com forte expressão política”. Não cita nomes.

Ele suspeita da existência de um pacto. “A pressão política, a moeda de troca entre parlamentares e governo, oposição e governo, provavelmente impede esses documentos de virem à tona”.

Interesses

“O Ministério Público Federal não é ingênuo, nem pode se dar ao luxo de ser”, anota João Gilberto. “Falemos às claras: sabemos todos que o ‘podre’ de algumas pessoas, o passado obscuro, inconfessável, acaba servindo de moeda de troca política nos bastidores do poder. Nesta hipótese, o sigilo dos documentos atende aos interesses escusos de algumas poucas pessoas e não ao interesse coletivo ou geral de publicidade, que é a regra num estado democrático de direito.”

João Gilberto admite a possibilidade de documentos que estão em poder dos militares e dos órgãos de informação encontrarem-se legalmente protegidos pelo sigilo. Para ele, a administração pública federal, recusando-se a divulgar os documentos dos tempos da repressão, “lesa o direito popular fundamental e difuso de ter acesso a eles, lesa a Constituição atendendo a motivos mesquinhos, satisfazendo a interesses meramente particulares, de menor importância”.

O procurador considera o Decreto 4.553/2002 — que tranca por 50 anos documentos com a tarja ultra-secreto —, “prova inarredável de exacerbação dos limites de discricionariedade administrativa”.

255

Data: 17/11/2004

Web site: <http://veja.abril.com.br/171104/radar.html>

Publicação: Revista Veja - Edição 1880 (Seção: Radar)

Autoria: Lauro Jardim

OS ARQUIVOS DO SNI

Sem alarde, o governo liberou parte da verba de que a Abin precisa para digitalizar as 220 000 fichas (que, estima-se, podem conter até 4 milhões de documentos) produzidas pelo finado SNI. É o primeiro passo para saber o que realmente existe ali. O diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo Silva, avalia que **“95% desse total é baboseira”**. Em seis meses deve estar tudo digitalizado.

259

Data: 19/11/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Correio Braziliense

Autoria: Não especificada

NADA DO QUE PASSOU, PASSOU

“**Não tem nada bonito ali**”, avisou o general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. “**Pelo menos 95% desse total é baboseira**”, garantiu Mauro Marcelo Silva, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Ambos falavam, em momentos distintos, sobre os documentos que Exército, SNI ou Doi-Codis produziram no período da ditadura militar. Um fez, indiretamente, chantagem. O outro, pouco caso. Ambos justificam, cada um a seu jeito, a disposição do governo em não abrir essa papelada para a sociedade. E mostram, claramente, que dificilmente será no governo Luiz Inácio Lula da Silva que os militares se retratarão oficialmente pelos excessos cometidos pela repressão.

O tom ensaiado do discurso de algumas autoridades para evitar a abertura é de que ela não cause traumas ou sustos. Mais cuidados ainda? A quem causará traumas, desta vez? Por que a Argentina e o Chile, cujas ditaduras foram mais sangrentas que a nossa, começam a admitir os crimes cometidos pelos seus governantes? E a ponto de pedir perdão publicamente?

Tenho uma suspeita: há muito se debate a forma como a máquina burocrática cooptou, mudando-os e adequando-os ao seu jeito de agir, esquerdistas históricos. E como a máquina política transformou-os, a ponto de acharem normais acordos toma-la-da-cá com o Congresso. Agora, parece ficar claro que esses neogovernantes também foram “assimilados” e assimilararam a histórica rede social de relacionamento e proteção dos poderosos da República.

O próprio presidente Lula, descobrimos depois, tem um carinho especial pela categoria militar. Na adolescência, sonhava ser um deles. O outrora comunista Aldo Rebelo sonha comandar o Ministério da Defesa. O ex-guerrilheiro José Genoino virou amigo de infância de alguns coronéis. E por aí vai. Daí essa sensação pesando no ar de que tudo será feito para não incomodar a farda.

É, de fato, uma pena. Por isso, palmas para gente como Audálio Dantas — que em 1976, quando presidia o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, liderou um movimento rechaçando publicamente a tese oficial de suicídio para o assassinato de Vladimir Herzog. Audálio, 30 anos mais velho, volta a organizar outro movimento para reivindicar a abertura dos arquivos da ditadura. Audálio não tem como meta incomodar ninguém. Só sonha fazer o país apagar essas mágoas, acabar com esse silêncio angustiante.

274

Data: 29/11/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Estado de Minas

Autoria: Lucas Figueiredo

EX-AGENTE CONTROLA ARQUIVOS

David Bernardes de Assis é um veterano do extinto SNI. Hoje, ocupando um cargo de chefia na Abin, ele guarda documentos sigilosos, cuja abertura é pedida pela sociedade

Os arquivos secretos da Abin, cuja abertura tem sido insistente pedida por entidades da sociedade civil, estão sob controle de um veterano do Serviço Nacional de Informações.

David Bernardes de Assis, chefe da Coordenação Geral de Documentação da Abin, ingressou no SNI durante o regime militar. Após a queda da ditadura, Assis sobreviveu aos governos Jose Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No governo FHC, o agente caiu nas graças dos militares que comandavam o serviço secreto. Foi quando tornou-se o responsável pela guarda dos arquivos da Abin, cargo para o qual ascendeu com o aval do coronel Ariel De Cunto (então diretor-geral da Abin) e do general Alberto Cardoso (chefe da Casa Militar, depois renomeada Gabinete de Segurança Institucional, o GSI).

O SNI não é a única referência de Assis no universo militar. Em 2002, o agente concluiu o curso superior de inteligência estratégica da ESG, voltado sobretudo para militares e agentes da área de inteligência. Fundada na década de 40, em plena Guerra Fria, a ESG desenvolveu a Doutrina de Segurança Nacional. Durante a ditadura, foi com base nessa doutrina que as Forças Armadas passaram a combater o “inimigo interno”, ou seja, aqueles que eram considerados adversários do regime.

Escola de agentes

Nem mesmo a escola da Abin, que forma os novos agentes do órgão, está livre da cultura do SNI. Para comandar a Escola de Inteligência (Esint), Mauro Marcelo escolheu uma integrante do antigo Serviço Nacional de Informações: Ana Maria Junqueira Dantas. Ela é considerada uma pessoa ligada à caserna. Neste ano, recebeu a Medalha do Pacificador, uma das principais condecorações do Exército.

275

Data: 29/11/2004

Website: <http://www.reservaer.com.br/gblrnew/index.php?paginaAtual=11&qtosPagina=30#>

Publicação: Correio Braziliense

Autoria: Lucas Figueiredo (do Estado de Minas)

SNI DOMINA ABIN

Funcionários do antigo Serviço Nacional de Informações ocupam 25 dos 27 cargos mais importantes da Agência Brasileira de Inteligência

Extinto há 14 anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) — um dos sustentáculos da ditadura militar (1964-1985) — continua assombrando a instituição que o sucedeu, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A lista dos titulares dos cargos mais importantes do serviço secreto, obtida com

exclusividade pelo Estado de Minas, revela que até hoje o órgão é dirigido majoritariamente por ex-servidores do SNI.

Dos atuais 27 ocupantes dos principais postos de chefia da Abin, 25 trabalharam no antigo SNI. Ou seja, 93% da direção do serviço secreto é composta por pessoal da “velha guarda”. A chamada “nova geração” — agentes escolhidos por concurso público a partir de 1994 — permanece marginalizada. Apesar de vários agentes concursados já contarem com uma década de experiência na Abin, nenhum deles ainda conseguiu ascender aos postos de direção do órgão.

Há pouco mais de dois meses, o novo diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, anunciou com pompa e circunstância que havia feito mudanças em 70% dos cargos de chefia do serviço secreto. A realidade, porém, é outra. Mauro Marcelo trocou apenas 11 dos 26 ocupantes dos cargos chaves da Abin — ou seja, 42%. Ainda assim, não se pode dizer que houve renovação, já que os onze escolhidos pertenceram aos quadros do antigo SNI.

Mas não é somente a turma que ascendeu com Mauro Marcelo que fez parte do Serviço Nacional de Informações. Dos 15 dirigentes nomeados no passado e mantidos pela atual direção da Abin, 14 passaram pelo SNI.

Missão

A principal missão de Mauro Marcelo quando tomou posse no cargo de diretor-geral da Abin, em julho do ano passado, era apazigar as diversas correntes da agência que se degladiavam numa barulhenta disputa por poder. A crise era alimentada com operações de espionagem clandestinas e vazamento de informações.

No entanto, MM - como Mauro Marcelo é conhecido entre os arapongas - tem se escorado na “velha guarda” do serviço secreto. Os dois cargos mais importantes da Abin abaixo de Mauro Marcelo, por exemplo, foram preenchidos com ex-integrantes do SNI: José Milton Campana (diretor-adjunto) e Athos Irigaray dos Santos (secretário-executivo de Planejamento e Coordenação).

A fase “pão&circo” de MM

Delegado de polícia há 18 anos, Mauro Marcelo foi escolhido para a direção da Abin pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem mantém uma relação de proximidade há dez anos.

Desde que tomou posse como diretor-geral da Abin, o delegado tem procurado limpar a imagem negativa do serviço secreto, tanto para o público interno quanto para o externo. A ordem do dia é “humanizar” a Abin. Para tanto, Mauro Marcelo tem recorrido ao que agentes do órgão apelidaram de política “pão & circo”.

No próximo sábado, é dia de “circo”, aliás, de show. Nesse dia, a título de confraternização de final de ano para seus mais de 1.400 funcionários, a Abin promoverá um jantar/show com Jorge Ben Jor e a Banda do Zé Pretinho. O evento será realizado na ultravigiada sede da Abin, localizada no Setor Policial Sul de Brasília. No convite, os agentes são incentivados a comparecer à festa vestidos com roupas azul e branco, as cores da logomarca da Abin.

Os funcionários da agência que forem à festa terão de desembolsar R\$ 15. O dinheiro, contudo, servirá para cobrir apenas os custos com comida e bebida. A reportagem questionou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) — órgão da Presidência da República que controla a Abin — quanto custará o show e quem arcará com as despesas, mas não obteve resposta.

Somente o cachê de Jorge Ben Jor e sua banda é de R\$ 47 mil. O patrocinador do show ainda tem de arcar com 12 passagens aéreas, diárias de hotel para dez pessoas, serviço de van, carregadores de

equipamentos, multas das companhias aéreas pelo excesso de peso nas bagagens (600 kg), montagem do palco e iluminação. O custo final não fica por menos de R\$ 55 mil.

Cinema, dança, tricô

O cine-teatro da Abin, um dos melhores de Brasília, também serve à política “pão & circo”. Na semana passada, os funcionários da agência puderam assistir ao filme “Pelé Eterno” no mesmo local onde, durante a ditadura, os agentes secretos assistiam, em sessões de adestramento, a filmes produzidos por países comunistas.

Mauro Marcelo também apóia a chamada Feira de Talentos, um evento que já existia antes de sua gestão, mas que agora tende a crescer. Na feira, que tem duração de uma semana e é aberta apenas ao público interno, os agentes da Abin mostram o que sabem fazer, como cantar, dançar ou representar, por exemplo. Há ainda os que optam por exibir uma peça de tricô ou crochê.

O pão da política “pão & circo” é servido a cada quinta-feira. Nesse dia, Mauro Marcelo promove um chá da tarde para homenagear os aniversariantes da semana. Na ocasião, são servidos salgadinhos e refrigerantes, e o diretor-geral tira fotografias junto com os homenageados. Os custos — aproximadamente R\$ 120 por semana — são assumidos por Mauro Marcelo.

O novo diretor-geral também pretende instituir um hino e uma bandeira para a Abin. Enquanto isso não acontece, ele trata de promover algumas mudanças no site do órgão (www.abin.gov.br). Além de colocar sua foto e seu currículo no site — que inclui suas passagens por cursos no FBI (polícia federal dos EUA) — Mauro Marcelo incluiu um link para que os internautas possam ouvir o discurso que proferiu em sua posse.

276

Data: 29/11/2004

Web site: <http://www.reservaer.com.br/gblrnew/index.php?paginaAtual=11&qtosPagina=30#>

Publicação: Correio Braziliense

Autoria: Lucas Figueiredo (do Estado de Minas)

VELHA GUARDA CONTROLA ARQUIVOS

Funcionário que serviu ao SNI é quem cuida dos documentos secretos relacionados à repressão militar. A abertura deles foi reivindicada ontem, sob intensos aplausos, no palco do festival de cinema de Brasília

Os arquivos secretos da Abin, cuja abertura tem sido insistentemente reclamada por entidades da sociedade civil e até pelo comando do PT, estão sob controle de um veterano do Serviço Nacional de Informações: David Bernardes de Assis.

David é o chefe da Coordenação Geral de Documentação da Abin. Ele ingressou no SNI durante o regime militar. Após a queda da ditadura, sobreviveu aos governos José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

No governo FHC, o agente Assis caiu nas graças dos militares que comandavam o serviço secreto. Foi quando se tornou o responsável pela guarda dos arquivos da Abin, cargo para o qual ascendeu com o aval do coronel Ariel De Cunto (então diretor-geral da Abin) e do general Alberto Cardoso (chefe da Casa Militar, depois renomeada Gabinete de Segurança Institucional, o GSI).

O SNI não é a única referência de Assis no universo militar. Em 2002, o agente concluiu o curso superior de inteligência estratégica da ESG, voltado sobretudo para militares e agentes da área de inteligência. Fundada na década de 40, em plena Guerra Fria, a ESG desenvolveu a Doutrina de

Segurança Nacional. Durante a ditadura, foi com base nessa doutrina que as Forças Armadas passaram a combater o “inimigo interno”, ou seja, aqueles que eram considerados adversários do regime.

Nem mesmo a escola da Abin, que forma os novos agentes do órgão, está livre da cultura do SNI. Para comandar a Escola de Inteligência (Esint), Mauro Marcelo escolheu uma integrante do antigo Serviço Nacional de Informações: Ana Maria Junqueira Dantas. Ela é considerada uma pessoa ligada à caserna. Neste ano, recebeu a Medalha do Pacificador, uma das principais condecorações do Exército.

A reportagem ligou para o gabinete de Mauro Marcelo na quarta-feira e pediu uma entrevista. Foi informada, no entanto, que qualquer assunto referente ao serviço secreto deveria ser tratado com a assessoria de comunicação do GSI, órgão da Presidência da República ao qual a Abin é subordinada. No dia seguinte, a reportagem encaminhou um questionário com perguntas ao GSI, mas não obteve resposta até as 3h de sábado, quando a reportagem foi concluída.

278.

Data: 29/11/2004

Web site: Intranet Institucional - Portal Abin - Base Institucional de Notícias

Publicação: Estado de Minas

Autoria: Lucas Figueiredo

ABIN AINDA TEM A CARA DO SNI

Dos atuais 27 ocupantes dos principais postos de chefia do serviço secreto brasileiro, apenas dois não trabalharam no extinto Serviço Nacional de Informações, órgão da ditadura militar

Extinto há 14 anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) – sustentáculo da ditadura militar (1964-1985) – continua assombrando seu sucessor, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A lista dos titulares dos cargos mais importantes do serviço secreto, obtida com exclusividade pelo ESTADO DE MINAS, revela que até hoje o órgão é dirigido majoritariamente por ex-servidores do SNI.

Dos atuais 27 ocupantes dos principais postos de chefia da Abin, 25 trabalharam no antigo SNI. Ou seja, 93% da direção do serviço secreto é composta por pessoal da “velha guarda”. A chamada “nova geração” – agentes escolhidos por concurso público a partir de 1994 – permanece marginalizada. Apesar de vários agentes concursados já contarem com uma década de experiência na Abin, nenhum deles ainda conseguiu ascender aos postos de direção do órgão.

Mudanças domésticas

Há pouco mais de dois meses, o novo diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, anunciou com pompa e circunstância que havia feito mudanças em 70% dos cargos de chefia do serviço secreto. A realidade, porém, é outra. Mauro Marcelo trocou apenas 11 dos 26 ocupantes dos cargos chaves da Abin (ou seja, 42%). Ainda assim, não se pode dizer que houve uma renovação, já que os 11 escolhidos pertenceram aos quadros do antigo SNI.

Mas não é somente a turma que ascendeu com Mauro Marcelo que fez parte do finado Serviço Nacional de Informações. Dos 15 dirigentes nomeados no passado e mantidos pela atual direção da Abin, 14 passaram pelo SNI.

Amigo de Lula Delegado de polícia há 18 anos, Mauro Marcelo foi escolhido para a direção da Abin pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem mantém uma relação de proximidade há dez anos. A principal missão de Mauro Marcelo era apaziguar as diversas correntes da agência que se digladiavam numa barulhenta disputa por poder. A crise era alimentada com operações de espionagem clandestinas e vazamento de informações.

No entanto, desde que tomou posse, em julho passado, MM – como Mauro Marcelo é conhecido entre os arapongas – tem se escorado na “velha guarda” do serviço secreto. Os dois cargos mais importantes

da Abin abaixo de Mauro Marcelo, por exemplo, foram preenchidos com ex-integrantes do SNI: José Milton Campana (diretor-adjunto) e Athos Irigaray dos Santos (secretário-executivo de Planejamento e Coordenação).

Outro lado

A reportagem ligou para o gabinete de Mauro Marcelo na quarta-feira passada e pediu uma entrevista. Foi informada, no entanto, que qualquer assunto referente ao serviço secreto deveria ser tratado com a assessoria de comunicação do GSI, órgão da Presidência da República ao qual a Abin é subordinada. No dia seguinte, a reportagem encaminhou um questionário com perguntas ao GSI, mas não obteve resposta até às 3h de sábado, quando a reportagem foi concluída

281

Data: 30/11/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião -- Seção: Brasília - Página: A2)

Autoria: Eliane Catanhêde

NÓS, OS ESPIÕES

Há uns 25 anos, fuça daqui, fuça dali, entrei sem anúncio prévio numa ASI - Assessoria de Segurança e Informações, braço do velho SNI em cada ministério para levantar a ficha dos candidatos a cargos, vetar “subversivos” e espionar reuniões, decisões, funcionários e quiçá o próprio ministro.

Para quem esperava parafernálias dignas de filmes de espionagem, uma decepção. Era uma salinha bagunçada, um telefone, uns gatos pingados e montes de papéis nas mesas e no chão, sobretudo jornais recortados. Parecia uma Redação decadente.

Duas décadas depois, o regime mudou radicalmente, não há mais SNI, nem ASIs, nem salinhas como aquela. Mas a imprensa continua sendo fundamental para os espiões.

Segundo o general Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, de 90% a 95% das informações trabalhadas pelos órgãos de inteligência do mundo inteiro são colhidas basicamente em jornais.

“Somos um pouco parasitas do trabalho de vocês. Na verdade, vocês trabalham para nós”, me disse ele. E comparou: **a Abin (sucessora do SNI) tem pouco mais de 1.400 agentes, mas há milhares de repórteres bisbilhotando por toda parte.**

E os outros 5% a 10% de informações? Em tese, é aí que entram o informante, o grampo telefônico (oficialmente vetado) e as operações de campo da Abin, que soma tudo, analisa e manda relatórios para o GSI. Depois da triagem, a coisa cai na Casa Civil e no colo do presidente. E seja o que Deus e a política quiserem.

É, pois, principalmente com base na imprensa e nas próprias declarações, manifestações e textos de entidades e de movimentos sociais que o governo Lula prevê muita “bandeirada” em 2005. Os jornais (inclusive do interior) mostram cada movimento, mas a Abin tenta juntar os cacos e formar um mosaico. Sua principal conclusão é que os discursos não são específicos, mas unificados contra o governo Lula, o que aproxima sem-terra, caminhoneiros, estudantes, policiais...

E o que poderia ser reivindicação caminha para ser contestação.

290

Data: 05/12/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil –Página: A4)
Autoria: Eliane Cantanhêde (Colunista da Folha) e Iuri Dantas (da Sucursal de Brasília)

É PRECISO LAVAR ROUPA SUJA, DIZ NOVO DIRETOR-GERAL DA ABIN

Mauro Marcelo de Lima e Silva defende abertura de arquivos e diz que tem 'batata quente' na mão

Em sua primeira entrevista exclusiva após tomar posse, em julho, o diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, reclamou que está com “uma batata quente na mão” e defendeu a abertura dos documentos da ditadura (1964-1985).

“Precisa abrir, porque aí lava-se tudo, lava-se a roupa suja, vê o que aconteceu de errado e o que não aconteceu, acaba essa história e vamos começar de novo”, disse ele à Folha, na sexta, mostrando 13 fileiras de arquivos de aço da antiga CGI (Comissão Geral de Investigação), com processos de corrupção contra adversários do antigo regime.

Dois técnicos, vestidos de branco e usando máscaras hospitalares, faziam o trabalho de higienização dos documentos, a serem remetidos da sede da Abin para o Arquivo Nacional, no Rio. Lima e Silva, porém, apresentou duas limitações à abertura: o excesso de material, com 4 milhões de páginas só do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações), antecessor da Abin; e o conteúdo, que pode constranger os perseguidos da ditadura e seus familiares. Para ele, eles devem decidir sobre o destino dos papéis. Paulista, 45 anos, delegado da Polícia Civil de São Paulo, tem cursos nos EUA e conhece há dez anos o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A seguir, a entrevista.

Folha — *Que arquivos da ditadura estão guardados na Abin?*

Mauro Marcelo de Lima e Silva — Temos três grandes arquivos. O do SNI, do CGI e da Secretaria Geral do CSN [Conselho de Segurança Nacional]. O primeiro tem 250 mil fichas, de 1964 até 1982. Algumas vão até 1990.

Folha — *Qual a diferença?*

Lima e Silva — Os do SNI foram produzidos pelos Dops [extinta polícia política], ASIs [extintas assessorias de informação dos ministérios]. A CGI é onde faziam aqueles inquéritos relativos a corrupção. O CSN são as cassações.

Folha — *E a liberação?*

Lima e Silva — A CGI vai ser o primeiro a ser liberado. Tenho a expectativa de que vai ser antes do Carnaval, mas, para mandar para o Arquivo Nacional, tenho que terminar a parte de higienização.

Folha — *Por que esse? Acabou o prazo de classificação?*

Lima e Silva — Não, é que o governo resolveu demonstrar que realmente quer abrir o arquivo.

Folha — *O sr. é a favor?*

Lima e Silva — Sou. Temos de verificar. Precisa abrir, porque aí lava-se tudo, lava-se a roupa suja, vê o que aconteceu de errado e o que não aconteceu, acaba essa história e vamos começar de novo. **A gente precisa contextualizar essa situação do SNI na época. Faço paralelo com a época do macarthismo nos EUA. Hoje perseguir comunista é bobagem, estamos cansados de saber. Mas na época era o inimigo público número um.**

Folha — *O general Jorge Armando Félix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, disse à Folha que não havia "nada de bonito" nas fichas, citou adultério e defendeu que a abertura não interessaria a ninguém.*

Lima e Silva — Não me ponham contra o general, por favor. Temos unidade de pensamento. **É que nos arquivos há aqueles "constam que", "dizem que", que ofendem as pessoas. Existia tendência na época de botar tudo no papel, todas as fofocas. Ou de apurar fofocas e questões que envolvessem sexualidade, uso de drogas. Era uma maneira de fazer pressão.**

Folha — *O que fazer então?*

Lima e Silva — Esse arquivo dentro da Abin é uma situação muito complicada, é uma batata quente aqui na minha mão. Não posso jogar fora isso, não posso devolver para as Forças e a outras instituições. Porque as informações estão todas misturadas, o SNI não existe mais, não posso devolver para a Polícia Federal nem para o Dops estadual que nem existe mais. É um arquivo que tem informações históricas, mas tem muita mentira, muita verdade e meias mentiras e meias verdades.

Folha — *Quem já leu?*

Lima e Silva — Esse é um problema. Mesmo que o governo quisesse abrir os arquivos, há limitação material, pois vai demandar uns oito meses para analisar tudo o que tem. Posso ter nesse arquivo do SNI quase 4 milhões de documentos. Quantas folhas você lê por dia, entende e comprehende? Cem folhas? Se você for ler 4 milhões de folhas, vai ter 40 mil dias. Vai dar mais de cem anos.

Folha — *Onde estão os arquivos sobre quem perseguiu, quem era do Dops, atuava na rua Tutóia?*

Lima e Silva — Não analisei tudo, mas não me lembro de ter visto informação desse tipo. Ninguém pratica um ato ilegal e faz um documento dizendo dia e hora.

Folha — *- As Forças Armadas...*

Lima e Silva — Não falo por Exército, Marinha e Aeronáutica.

Folha — *Mas o sr. pode pedir informações a eles sobre as torturas, sobre a guerrilha do Araguaia. Pedi?*

Lima e Silva — Não, não. Já procurei nos meus arquivos sobre o Araguaia e não havia nada. Logo que cheguei aqui, a primeira coisa que fiz foi saber se havia alguém envolvido com qualquer alegada violência ou arbitrariedade no passado, porque eu não queria.

Folha — *Quantos saíram?*

Lima e Silva — Não cheguei a tirar. Assim que assumi, dias depois, a pessoa saiu, um remanescente.

Folha — *Nome?*

Lima e Silva - (risos)

Folha — *O decreto de FHC duplicou os prazos. Cada documento tem uma classificação diferente? O sr. pode reclassificar?*

Lima e Silva — Sim, cada documento tem uma classificação e não houve reclassificação. Posso desclassificar até o nível de secreto para baixo. Posso desclassificar informação gerada por mim, mas não pelo Exército.

Folha — *Não é mais fácil do que mudar a lei?*

Lima e Silva — Está sendo discutido isso. Mas temos uma questão de alguns impedimentos e algumas situações que devem ser analisadas. Tenho a informação de que determinada pessoa já falecida tinha uma amante, e a esposa está viva ainda, com os filhos. Eles vão querer que esse documento venha a público? Uma das idéias é liberar a informação aos interessados e descendentes dos interessados primeiramente, para ver se querem que isso venha a público.

Folha — *A Abin é dominada pelos remanescentes do SNI?*

Lima e Silva — Todos os meus diretores aqui realmente passaram pelo SNI, pela SAE [Secretaria de Assuntos Estratégicos, primeira substituta do SNI e antecessora da Abin]. Renovei 70% dos cargos, mas com o pessoal antigo mesmo. Os mais novos passaram por concurso há seis anos.

Folha — *Isso significa que o sr. pode ter 70% de ex-diretores inimigos? Está num ninho de cobras?*

Lima e Silva — Alguns se aposentaram e alguns ficaram. De 1.700, pode ter meia dúzia descontente.

Folha — *O sr. tem a ficha deles?*

Lima e Silva — Não fazemos isso. O que estou criando é uma divisão de assuntos internos para evitar vazamento de informações.

Folha — *Uma corregedoria?*

Lima e Silva — Parecido. O termo corregedoria é um pouco pesado para a instituição, mas é para evitar algo inconcebível: uma agência de inteligência permitir vazamento de informação. Isso sai de funcionários descontentes.

Folha — *O governo reclama de falta de recursos. A Abin também?*

Lima e Silva — Há falta de ferramentas. Eu, por exemplo, sempre defendo que a gente possa fazer grampo telefônico e ter acesso a banco de dados, inclusive a alguma coisa de sigilo bancário e fiscal, para robustecer o sistema.

Folha — *E as nomeações?*

Lima e Silva — Todas passam aqui, e em muitas nós damos o contra, com base em 90% de fonte aberta, no cartório, na imprensa.

Folha — *A Abin participou do caso Waldomiro Diniz?*

Lima e Silva — Vou ser sincero: esse caso teria acontecido já comigo aqui? Teria sim. Nós não temos ferramentas legais que dêem mais poder para a agência buscar informação. Não temos poder de polícia, como na Colômbia. Lá, a agência pode até prender. Aqui, não. Aqui, há 17 postos da Abin pelo país, e os funcionários são chamados de arapongas e espiões, mas são analistas. O que é uma grande bobagem é dizerem por aí que a Abin quer meios para fazer espionagem política. Isso não existe. É preciso acabar com a idéia de que somos James Bond, temos carros bonitos, mulheres bonitas, não é nada disso. Isso é ficção. Nessa atividade existe o risco de cooptação por agentes estrangeiros.

Folha — *Houve casos?*

Lima e Silva — Isso é informação classificada, só posso dizer que houve, sim.

Folha — *O sr. diz que faltam ferramentas e que os salários deixam os funcionários vulneráveis. Os relatórios para Lula são falsos, então?*

Lima e Silva — Não é o ideal, mas a gente faz o possível com o que a gente tem.

Folha — *E o caso Kroll?*

Lima e Silva — Foi floreado um pouco. O ministro Luiz Gushiken [Comunicação e Gestão Estratégica] teve alguns emails furtados antes de assumir e que apareceram depois só para causar aquele fator impactante. Ele não foi investigado. Há pessoas que dizem que quem fez foi a Kroll, mas existem dúvidas. Há quem diga que foi contra-inteligência

291

Data: 05/12/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Brasil - Página: A6)

Autoria: Eliane Cantanhêde (Colunista da Folha) e Iuri Dantas(Da Sucursal de Brasília)

PARA LIMA E SILVA, PROTESTOS ADOTAM DISCURSO COMUM CONTRA O GOVERNO

Movimentos querem "farra e bagunça", diz Diretor da Abin

O ano de 2005 deverá ser de “conflitos”, “tensões” e grandes demandas sociais no campo e nas cidades, conforme alertam os relatórios da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em muitos casos, de acordo com o diretor-geral da Abin, delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, o que preocupa nem são exatamente as reivindicações específicas, mas o

discurso comum contra o governo. “Eles [os movimentos sociais] nem sabem o que estão pedindo. Eles estão protestando. Estão querendo farra e bagunça”, declarou em entrevista concedida à Folha. Leia a seguir.

Folha — *Como a Abin vê o cenário de 2005?*

Mauro Marcelo Lima e Silva — Existem expectativas de conflitos em várias áreas, que podem ou não ocorrer. A nossa função é tentar antecipar. Esse cenário de 2005 não é uma “achologia”, bola de cristal ou de qualquer visionário. Isso é trabalhado com metodologia científica. Nossos analistas trabalham com pensamento lateral, diversas técnicas, tentam não emitir opinião pessoal.

Folha — *O que projetam?*

Lima e Silva — Temos vários cenários, bons e ruins, para 2005. Como nosso trabalho é antecipar crise, já encaminhamos isso para o ministro general Félix [Jorge Armando Félix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional] e já foi para o presidente Lula. Vários deles são preocupantes. Eu não posso dar detalhes.

Folha — *A Abin traçou um cenário de preocupação...*

Lima e Silva — De tensão. Existem várias tensões para 2005 e são nesses conflitos, nessas tensões, que a gente está dirigindo a maior carga de trabalho para tentar abastecer o governo.

Folha — *A questão agrária é a mais importante?*

Lima e Silva — As demandas sociais. Sem dúvida, a Abin acompanha as demandas sociais. Isso não quer dizer infiltração. A gente acompanha os movimentos e as milícias armadas. Acompanhamos uma situação de conflito no campo que é prejudicial para o Estado.

Folha — *Os movimentos abdicaram de reivindicações específicas e adotaram um discurso comum?*

Lima e Silva — Muito bem posicionada essa frase. Eles nem sabem o que estão pedindo. Eles estão protestando. Estão querendo farra e bagunça.

Folha — *Contra o governo?*

Lima e Silva — Não sei. É?

Folha — A sucessão presidencial de 2006 vai ser um componente nas tensões de 2005?

Lima e Silva — Para a Abin, e os funcionários têm essa consciência, a questão eleitoral entra como um processo natural nesse universo. Porque não existe absolutamente questão partidária nenhuma dentro da instituição. Para nossos funcionários não importa quem é o presidente, nossa função é antecipar fatos.

Folha — *Os funcionários da Abin vieram do SNI que espionava Lula e atuais ministros. Como é essa convivência?*

Lima e Silva — O que é bom, de certa maneira, é que os funcionários aqui são enquadrados. Eles têm alguma coisa que não é exatamente doutrina militar, mas tiveram comandantes militares durante muitos anos e adquiriram um respeito muito grande à hierarquia. Hoje, quem manda na agência sou eu. O pior cenário é o do funcionário autorizado com conduta não autorizada.

Folha — *Um funcionário que possa usar informação privilegiada para fazer chantagem?*

Lima e Silva — Não chego a tanto, mas um funcionário que possa usar sua delegação para se infiltrar num movimento, por exemplo. Recentemente, falaram até que o governo federal queria voltar a se infiltrar nos movimentos de sem-terra.

Folha — *E não é verdade?*

Lima e Silva — Não. Não fazemos infiltração, mas o governo quer saber onde há acampamentos e principalmente onde existem milícias armadas. O presidente não pode ser surpreendido.

Folha — *Se não há infiltração, como a Abin vai saber que os sem-terra pretendem invadir o sítio do presidente, como já aconteceu no governo FHC?*

Lima e Silva — Trabalhamos com uns 90% de informações abertas, mas também trabalhamos com dados negados. Não cometemos nada de ilegal. Pode até ser eticamente questionável, mas não há nada ilegal.

Folha — *Como a Abin busca o chamado dado negado?*

Lima e Silva — Posso dar um exemplo clássico, que é a investigação do lixo. Se colho sua lata de lixo todo dia de manhã, durante uma ou duas semanas, levanto sua vida inteirinha. É o cheque rasgado, o que você come, o que você bebe. É crime? Não. Mas é eticamente questionável. Eu ficaria puto se fizessem comigo

294

Data: 07/12/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Seção – Brasília - Página: A2)

Autoria: Eliane Cantanhêde (de Brasília)

O “SNI DE LULA”

Com duas entrevistas exclusivas, com o general Jorge Armando Félix (Segurança Institucional) e com o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva (Agência Brasileira de Inteligência) (textos 249 e 291/292, em meses diversos – 14.11 e 6.12), a Folha deu um perfil ao leitor dos órgãos de informação do governo- por uma questão de clareza: do “SNI do Lula”.

Para o general, os arquivos da ditadura só mostram coisas muito feias dos esquerdistas e nadica de nada dos torturadores e de seus mandantes. Não há registros sobre estes, diz. Para o delegado - concordando com que muita "fofoca" e muito "consta que" vão pular da arca da ditadura para assustar o presente das vítimas do passado - o melhor é jogar o que ele chamou de "batata quente" no colo dos próprios perseguidos e de suas famílias. Eles que decidam.

Tanto um quanto outro, porém, falavam apenas dos arquivos das comissões de inquérito que colocavam os adversários políticos como réus de crimes de corrupção, dos tribunais de exceção que cassavam mandatos políticos e do SNI, que “investigava” na base da pressão e da fofoca.

Até agora, ninguém falou sobre o principal: os arquivos do “outro lado”, que tinha o poder, a força, a caneta, a escuta, o pau-de-arara e a versão que, na época, era confundida com a “verdade”. O Planalto está mudo, as Forças Armadas martelam que não há nada da guerrilha do Araguaia, o general não sabe e o delegado não viu. Mas em algum momento isso tem de surgir das cinzas.

Sobre a segunda parte de Lima e Silva, em que diz que os movimentos sociais querem "farra e a bagunça": o ex-secretário nacional Antidrogas Wálter Maierovitch, do governo FHC, e o chefão de um dos movimentos reagiram. E eles não têm nada a ver um com o outro.

Para Maierovitch, é um absurdo o chefe da Abin falar em remexer o lixo como meio de investigação. Fere os direitos e garantias fundamentais da Constituição, que protege a intimidade e a vida privada.

E o dirigente é irônico: “Um governo com um serviço de inteligência como esse não precisa mais nada!”.

315

Data: 12/12/2004

Web site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Publicação: Folha de São Paulo (Editoria: Opinião – Página: A3)

Autoria: Paulo Sérgio Pinheiro (pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência da USP e membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi secretário de Estado dos Direitos Humanos no governo Fernando Henrique)

POR UMA COMISSÃO DA VERDADE

Quer dizer que a Abin espiona gostosamente para o governo movimentos reivindicativos e legais?

Nos idos de 1984, no Palácio dos Bandeirantes, Eduardo Muylaert e eu, assessores especiais do governador, dividíamos uma sala. A pedido do governador Franco Montoro, Eduardo determinou às polícias Civil e Militar nos enviarem diariamente todos os casos de homicídio e lesões graves cometidas pelas polícias. Todo dia recebíamos os telex da Secretaria da Segurança em grandes envelopes.

Uma vez abri alguns envelopes. Ali estavam relatórios de assembleias sindicais, o cotidiano de líderes sindicais, transcrição de conversas - tudo elaborado pelo Dops. Enganaram-se de destinatário. Fechei os envelopes e os levei para o gabinete vizinho, onde havia uma enorme pilha de envelopes semelhantes, fechados. Montoro jamais se interessara pela espionagem do Dops.

Os relatórios do Dops eram praticamente iguais no formato àqueles da polícia que eu havia lido no arquivo do presidente Artur Bernardes, sobre o cotidiano dos parlamentares da oposição, a agitação operária, as greves. Em 1927. Que esses relatórios ainda existissem em 1984 não espanta, pois os dois primeiros anos do governo Montoro transcorreram sob o regime autoritário.

Ao lermos na Folha a entrevista do diretor-geral da Abin (Brasil, pág. A4, 5/ 12), damo-nos conta de que o governo federal, como há 80 anos ou há 20 anos, continua a espionar os movimentos sociais. Pouco parece ter mudado. O conceito que a Abin tem das organizações da sociedade civil se ajusta como uma luva às concepções autoritárias da Velha República ou da ditadura militar: “Eles nem sabem o que estão pedindo. Eles estão protestando. Estão querendo farra e bagunça”. Sob o pretexto de antecipar os fatos, “acompanha os movimentos”, conflitos, tensões: “Não fazemos infiltração, mas o governo quer saber onde há acampamentos e onde há milícias armadas”; acompanhar “uma situação de conflito no campo que é prejudicial ao Estado”.

Quer dizer que a Abin espiona gostosamente para o governo movimentos reivindicativos e legais? A agência coloca o MST no mesmo nível dos jagunços dos fazendeiros. Ora, espionagem sobre as organizações da sociedade civil é entulho autoritário e forma incompetente de se preparar para cenários futuros.

Na mesma toada de seu chefe, o ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional, o diretor-geral da Abin adverte sobre os riscos se os arquivos do SNI forem abertos. Quem corre maior risco não são as vítimas do terrorismo do Estado, mas aqueles que espionaram ilegalmente, que obtiveram confissões falsas, aterrorizaram, seqüestraram, torturaram e assassinaram brasileiros durante 21 anos, como reconheceu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, oferecendo reparação às famílias das vítimas.

Está na hora de abrir todos os arquivos da repressão, os do SNI, da Comissão Geral de Investigação e da Secretaria do Conselho Nacional de Segurança, inclusive do Cenimar e congêneres, como os do Ciex, Doi-Codi e Polícia Federal no período de 1964 a 1984.

O governo, afinal, mobilizado pelo Judiciário, deveria propor uma legislação ampla de acesso aos documentos cuja liberação não pode ficar adstrita às próprias agências. A idéia de uma comissão de averiguação e análise de informações é boa, desde que ali tenha assento o ministro dos Direitos

Humanos. As mesmas regras devem ser aplicadas a todos os ministérios, inclusive aos da Defesa e das Relações Exteriores, que não devem se arrogar privilégio de "sigilo eterno" para alguns documentos. Isso não existe em democracias.

Quanto ao que os documentos podem revelar sobre as violações de direitos durante a ditadura militar, o Brasil está muito atrasado em relação à África do Sul ou ao Chile e à Argentina, países que fizeram relatórios oficiais e onde as Forças Armadas reconheceram sua responsabilidade pelas violações passadas. No Brasil apenas temos na sociedade civil o formidável Brasil Nunca Mais, do cardeal Arns e do pastor Jaime Wright.

O governo federal deve seguir o exemplo daquelas democracias e abrir os arquivos _não apenas para as famílias das vítimas, pois a verdade interessa a toda a nação. Urge criar uma Comissão da Verdade, com membros independentes, que estabeleça a verdade individual, o conhecimento de casos individuais, mas também a verdade global, a análise das estruturas da repressão ilegal e o contexto em que as violações ocorreram.

É muito difícil, lembrava havia pouco o jurista Rodolfo Matarollo, que possa haver reconciliação nacional verdadeira sem respostas adequadas às demandas de justiça e reparação, fundadas no conhecimento pleno da verdade e no reconhecimento pelo Estado e pela sociedade. O Estado brasileiro, 20 anos após o fim da ditadura, deve promover o encontro com a verdade. Enquanto continuar a reprimir esses fatos, volta e meia eles voltarão à tona nos assombrando a todos.

326

Data: 18/12/2004

Web site: <http://200.255.13.10/inicial/jb.htm>

Publicação: Jornal do Brasil (Editoria: Cartas - Página: 010)

Autoria: Wanderley Jorge Bueno e Júlio Ferreira (Leitores do JB)

ARQUIVOS DA DITADURA

Muitas pessoas influentes, principalmente políticos e interessados, trabalham no sentido de exigir a abertura dos arquivos com informações secretas da Abin/SNI. Isso é faca de dois gumes. Pode aparecer informações registradas de: informantes, traficantes, sequestradores, assaltantes de bancos, opressores, tomadores de conta de cativeiros, torturadores, traidores, ladrões e contrabandistas de armas. Deve ser por esse motivo que a divulgação só poderá ser feita com a autorização do citado. Alguns ex-militantes, que acusam os militares do antigo regime, poderiam aparecer com o rosto descoberto da máscara atual. (*Wanderley Jorge Bueno*, Rio de Janeiro).

O flagrante dos documentos secretos sendo incinerados na Base Aérea de Salvador, fartamente veiculado pela mídia, não pode ser tratado com “panos mornos”. Na verdade, o episódio deixa explícita a “má vontade” de alguns segmentos militares, em relação à abertura dos arquivos secretos da ditadura militar. Além da gravidade do fato em si, pois denota insubordinação, fica ainda a nítida impressão de que não se trata de um caso isolado, sendo na verdade parte de um sombrio esquema montado por remanescentes das forças de repressão. (*Júlio Ferreira*, Recife).

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	18/01/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
2	21/01/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
3	21/01/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
4	29/01/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
5	29/01/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
6	16/02/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
7	16/02/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
8	16/02/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
9	26/03/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
10	24/04/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
11	25/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
12	27/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
13	27/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
14	28/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
15	28/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
16	28/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
17	28/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
18	28/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
19	29/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
20	29/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
21	29/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
22	29/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
23	29/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
24	30/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
25	30/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
26	30/05/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
27	30/05/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
28	01/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
29	01/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
30	01/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
31	01/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

32	01/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
33	01/06/1999	JORNAL DO COMMERCIO/PE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
34	01/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
35	02/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
36	02/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
37	03/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
38	04/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNAL
39	05/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
40	06/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
41	06/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
42	07/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
43	06/06/1999	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNAL
44	07/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	NÃO ESPECIFICADA
45	09/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
46	09/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
47	10/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
48	11/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
49	12/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	NÃO ESPECIFICADA
50	15/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	NÃO ESPECIFICADA
51	15/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	NÃO ESPECIFICADA
52	15/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
53	16/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
54	16/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
55	17/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
56	18/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
57	18/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
58	18/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
59	20/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
60	20/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
61	21/06/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	LEITOR
62	27/06/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO CAMPELLO)	NÃO ESPECIFICADA
63	30/07/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

64	02/08/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNAL
65	04/08/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
66	08/08/1999	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
67	29/08/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
68	29/08/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
69	20/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
70	21/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
71	21/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
72	22/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
73	22/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
74	23/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
75	23/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
76	23/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
77	24/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
78	24/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
79	25/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
80	27/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
81	27/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
82	28/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
83	28/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
84	28/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
85	28/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
86	28/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
87	29/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
88	29/09/1999	REVISTA ISTOÉ	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
89	29/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
90	30/09/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
91	30/09/1999	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
92	30/09/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNAL
93	03/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
94	03/10/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNAL x ABIN
95	03/10/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

96	05/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
97	06/10/1999	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
98	06/10/1999	REVISTA ISTOÉ	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNAL x ABIN
99	09/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
100	10/10/1999	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
101	10/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
102	15/10/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
103	16/10/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
104	16/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNAL x ABIN
105	19/10/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
106	24/10/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (RIOCENTRO)	JORNALISTA
107	10/11/1999	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
108	12/11/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
109	07/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
110	08/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
111	08/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
112	08/12/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
113	08/12/1999	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
114	12/12/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA
115	15/12/1999	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
116	15/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
117	16/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
118	16/12/1999	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: CRIAÇÃO LEGAL	JORNALISTA

Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	11/01/2000	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
2	15/01/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
3	15/01/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
4	15/01/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
5	18/01/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
6	29/01/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
7	29/01/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

8	01/02/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
9	01/02/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
10	06/02/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
11	05/03/2000	DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
12	15/01/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
13	21/03/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
14	02/04/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x CONVIDADO
15	25/04/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
16	25/04/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
17	03/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	JORNALISTA
18	03/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	JORNALISTA
19	04/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	COLABORADOR
20	07/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
21	07/05/2000	JORNAL DO COMMERCO/PE	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
22	08/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	NÃO ESPECIFICADA
23	09/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
24	09/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
25	10/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
26	10/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL x CONVIDADO
27	10/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL x ABIN
28	11/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
29	11/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
30	11/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNAL
31	11/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
32	11/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
33	12/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNAL
34	12/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
35	13/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
36	14/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
37	14/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNAL x ABIN
38	15/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
39	16/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

40	16/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
41	16/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
42	16/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
43	18/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
44	18/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
45	19/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
46	19/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
47	19/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
48	19/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
49	23/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
50	23/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
51	24/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
52	25/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
53	26/05/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
54	26/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
55	26/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
56	26/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
57	27/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
58	27/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
59	28/05/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
60	01/06/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA
61	02/06/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (DOSSIER CARIBE)	NÃO ESPECIFICADA
62	03/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
63	10/06/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
64	11/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM	JORNALISTA
65	11/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
66	12/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
67	12/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
68	12/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
69	21/06/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
70	21/06/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
71	05/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

72	07/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
73	07/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO CLEONICE)	JORNALISTA
74	08/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO CLEONICE)	JORNALISTA
75	14/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	NÃO ESPECIFICADA
76	14/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	NÃO ESPECIFICADA
77	14/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
78	15/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO CLEONICE)	JORNALISTA
79	15/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
80	15/07/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
81	15/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
82	15/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNAL x CONVIDADO
83	15/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
84	15/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
85	19/07/2000	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	NÃO ESPECIFICADA
86	19/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNAL
87	19/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
88	28/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
89	28/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	NÃO ESPECIFICADA
90	28/07/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
91	20/08/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
92	25/08/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
93	26/08/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
94	29/08/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
95	29/08/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
96	30/08/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
97	30/08/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
98	31/08/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNAL
99	01/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
100	01/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
101	08/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
102	10/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x CONVIDADO
103	19/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA

**ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR
TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).**

104	19/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
105	20/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
106	20/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
107	22/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
108	23/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
109	24/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
110	26/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
111	26/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
112	27/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
113	28/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
114	28/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
115	28/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	NÃO ESPECIFICADA
116	28/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
117	29/09/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA
118	30/09/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
119	01/10/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
120	10/10/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	JORNALISTA
121	12/10/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
122	11/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
123	13/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
124	13/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
125	14/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
126	15/11/2000	REVISTA VEJA	EDITORIAL	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	REVISTA
127	15/11/2000	REVISTA VEJA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
128	15/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
129	15/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
130	15/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
131	15/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
132	15/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
133	15/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
134	16/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
135	16/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

136	16/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
137	16/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
138	17/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
139	17/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
140	17/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
141	17/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
142	17/11/2000	REVISTA ISTOÉ	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNAL x ABIN
143	17/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
144	17/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
145	17/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
146	19/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
147	19/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
148	19/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL
149	20/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
150	20/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
151	21/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
152	21/11/2000	A NOTÍCIA/SC	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
153	21/11/2000	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	COLABORADOR
154	22/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
155	22/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
156	22/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	COLABORADOR
157	22/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	COLABORADOR
158	22/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
159	22/11/2000	REVISTA VEJA	CARTA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	LEITOR
160	22/11/2000	REVISTA VEJA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
161	23/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
162	24/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
163	24/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
164	25/11/2000	REVISTA ISTOÉ	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	REVISTA x CONVIDADO
165	26/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
166	26/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
167	27/11/2000	REVISTA ÉPOCA	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

168	27/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
169	27/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
170	27/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
171	27/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNAL x CONVIDADO
172	27/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
173	28/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
174	28/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
175	28/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
176	28/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNAL x CONVIDADO
177	28/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
178	29/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENQUETE	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNAL
179	29/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	RESPOSTA A ENQUETE	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	LEITOR
180	29/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
181	29/11/2000	REVISTA VEJA	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
182	30/11/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
183	30/11/2000	JORNAL COMMERCIO/PE	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
184	30/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
185	30/11/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
186	01/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
187	01/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNAL x ABIN
188	01/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
189	01/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
190	01/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
191	01/12/2000	O ESTADO DE SÃO PAULO	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
192	01/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
193	01/12/2000	HORA DO Povo/RS	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
194	01/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
195	01/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
196	02/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
197	02/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
198	02/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

199	02/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
200	02/12/2000	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
201	02/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM	JORNALISTA
202	02/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
203	02/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
204	02/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
205	03/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
206	03/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x ABIN
207	03/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO BIZERRIL)	JORNALISTA
208	03/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
209	03/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
210	03/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
211	03/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
212	04/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
213	04/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNAL
214	04/12/2000	A NOTÍCIA/SC	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
215	04/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
216	04/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
217	05/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
218	05/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
219	05/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
220	05/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO BIZERRIL)	JORNALISTA
221	05/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO	TORTURA (CASO CAMPELLO)	JORNALISTA
222	06/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
223	06/12/2000	REVISTA VEJA	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
224	06/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
225	06/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA (CASO BIZERRIL)	JORNALISTA
226	06/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
227	06/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
228	07/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	TORTURA (CASO BIZERRIL)	NÃO ESPECIFICADA
229	07/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO BIZERRIL)	JORNALISTA
230	07/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN - MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

231	07/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA (CASO BIZERRIL)	JORNALISTA
232	07/12/2000	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
233	07/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
234	07/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA (CASO DEL MENEZI)	JORNALISTA
235	07/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
236	07/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
237	08/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
238	08/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA	JORNALISTA
239	08/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA	NÃO ESPECIFICADA
240	08/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA	JORNALISTA
241	09/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TORTURA	JORNALISTA
242	10/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
243	10/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	ABIN
244	10/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
245	11/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
246	12/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
247	12/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
248	13/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
249	14/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	CORRUPÇÃO (CASO NICOLAU)	JORNALISTA
250	16/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
251	17/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	COLABORADOR
252	17/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
253	17/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
254	18/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
255	18/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
256	18/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	TORTURA	JORNAL x CONVIDADO
257	18/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TORTURA	JORNALISTA
258	18/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
259	18/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
260	18/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
261	19/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
262	19/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (NO PLANALTO I)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

263	20/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
264	20/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO PLANALTO I)	JORNALISTA
265	20/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
266	20/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	NÃO ESPECIFICADA
267	20/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNALISTA
268	21/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
269	21/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	COLABORADOR
270	24/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (DOSSIER CARIBE)	JORNALISTA
271	24/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (DOSSIER CARIBE)	JORNALISTA
272	24/12/2000	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (DOSSIER CARIBE)	NÃO ESPECIFICADA
273	26/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
274	31/12/2000	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (CONDOR)	JORNALISTA

Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	08/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
2	09/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
3	09/01/2001	O GLOBO/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA	JORNALISTA
4	10/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
5	10/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
6	11/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
7	11/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
8	15/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
9	15/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
10	15/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
11	17/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	COLABORADOR
12	18/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
13	20/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
14	20/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
15	21/01/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ESPIONAGEM (PLANALTO I)	JORNAL
16	21/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM	COLABORADOR
17	27/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	JORNALISTA
18	29/01/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	NÃO ESPECIFICADA
19	02/02/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO INOCÉNCIO)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

20	03/02/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO INOCÊNCIO)	JORNALISTA
21	22/03/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
22	03/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
23	04/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
24	05/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
25	09/04/2001	REVISTA ÉPOCA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
26	10/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
27	11/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
28	26/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
29	26/04/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
30	26/04/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
31	27/04/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
32	27/04/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
33	27/04/2001	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
34	08/05/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
35	08/05/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
36	08/05/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	ABIN
37	16/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS (CRISE ENERGÉTICA)	JORNALISTA
38	18/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	COLABORADOR
39	19/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
40	20/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO MARKA)	NÃO ESPECIFICADA
41	21/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO MARKA)	NÃO ESPECIFICADA
42	22/05/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO MARKA)	JORNALISTA
43	29/05/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	CARTA	POLÍTICAS PÚBLICAS (CRISE ENERGÉTICA)	JORNALISTA
44	05/06/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO MARKA)	JORNALISTA
45	27/06/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
46	29/06/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
47	29/06/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
48	05/07/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	NÃO ESPECIFICADA
49	05/07/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	NÃO ESPECIFICADA
50	05/07/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	JORNALISTA
51	05/07/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	COLABORADOR

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

52	06/07/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	JORNALISTA
53	26/07/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS (ICP BRASIL)	COLABORADOR
54	02/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
55	04/08/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	NÃO ESPECIFICADA
56	04/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
57	04/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
58	05/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
59	05/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES - URNAS ELETRÔNICAS	ABIN
60	06/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	LEITOR
61	06/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
62	07/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	LEITOR
63	08/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
64	08/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
65	08/08/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE CHAMADA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	NÃO ESPECIFICADA
66	10/08/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
67	10/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNALISTA
68	17/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
69	18/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	NÃO ESPECIFICADA
70	20/08/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	JORNAL x CONVIDADO
71	02/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (CRISE ENERGÉTICA)	JORNALISTA
72	12/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
73	15/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
74	18/09/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
75	19/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
76	20/09/2001	JORNAL DO COMMERClO/PE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (EXÉRCITO / MST)	NÃO ESPECIFICADA
77	21/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
78	21/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
79	24/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	TERRORISMO	ABIN
80	27/09/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	NÃO ESPECIFICADA
81	30/09/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	CARTA	TERRORISMO	LEITOR
82	14/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
83	04/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

84	15/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
85	16/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
86	16/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	TERRORISMO	JORNALISTA
87	17/10/2001	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
88	31/10/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	COLABORADOR
89	04/11/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
90	04/11/2001	ZERO HORA/RS	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
91	06/11/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
92	07/11/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
93	24/11/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
94	24/11/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
95	05/12/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	NÃO ESPECIFICADA
96	05/12/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	NARCOTRÁFICO E CRIME ORGANIZADO	NÃO ESPECIFICADA
97	12/12/2001	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
98	30/12/2001	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL

Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	04/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
2	05/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
3	06/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
4	07/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
5	07/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
6	08/03/2002	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
7	08/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
8	10/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
9	10/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
10	12/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
11	13/03/2002	REVISTA VEJA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
12	14/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
13	14/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
14	14/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
15	15/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

16	15/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
17	15/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
18	17/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
19	17/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
20	19/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
21	20/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
22	20/03/2002	REVISTA VEJA	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
23	21/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
24	21/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
25	24/03/2002	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
26	25/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
27	25/03/2002	JORNAL DO COMMERCIO/PE	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
28	25/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
29	26/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
30	26/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
31	26/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
32	26/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
33	27/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
34	27/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
35	27/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
36	27/03/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
37	27/03/2002	JORNAL DA TARDE/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	COLABORADOR
38	28/03/2002	REVISTA ISTOÉ	REPORTAGEM	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
39	01/04/2002	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
40	02/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	NÃO ESPECIFICADA
41	12/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
42	14/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
43	17/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO LUNUS)	JORNALISTA
44	21/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
45	21/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
46	29/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA
47	29/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

48	29/04/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
49	01/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
50	03/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
51	04/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
52	12/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	JORNALISTA
53	20/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
54	25/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	ABIN
55	30/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA
56	31/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DA IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
57	31/05/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
58	04/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
59	06/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
60	06/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA
61	06/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	NÃO ESPECIFICADA
62	11/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	COLABORADOR
63	12/06/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	LEITOR
64	10/07/2002	REVISTA VEJA	NOTA DE COLUNA	ELEIÇÕES	JORNALISTA
65	21/07/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
66	06/08/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
67	06/08/2002	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
68	08/09/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x CONVIDADO
69	12/09/2002	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
70	13/10/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
71	17/10/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
72	25/10/2002	HORA DO PVO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ELEIÇÕES (URNAS ELETRÔNICAS)	JORNALISTA
73	06/11/2002	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
74	08/11/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	TERRORISMO	JORNALISTA
75	12/11/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO BNDES)	NÃO ESPECIFICADA
76	17/11/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
77	18/12/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
78	19/12/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM	JORNALISTA
79	19/12/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

80	19/12/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
81	20/12/2002	JORNAL DA TARDE/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
82	20/12/2002	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL
83	20/12/2002	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
84	26/12/2002	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA

Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	12/01/2003	ZERO HORA/RS	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
2	17/03/2003	GAZETA DO IGUAÇU/PR	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
3	19/03/2003	REVISTA VEJA	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
4	31/03/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNAL x CONVIDADO
5	13/04/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
6	13/04/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
7	19/04/2003	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
8	20/04/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
9	29/04/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (GREVE)	JORNALISTA
10	26/05/2003	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
11	04/06/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
12	06/06/2003	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
13	27/07/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNAL x ABIN
14	29/07/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
15	30/07/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
16	01/08/2003	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
17	08/08/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
18	10/08/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
19	13/08/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
20	13/08/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
21	05/09/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
22	06/09/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
23	07/09/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
24	11/09/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
25	04/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
26	13/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

27	14/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
28	16/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
29	16/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
30	16/10/2003	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
31	16/10/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
32	16/10/2003	JORNAL DA TARDE/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
33	16/10/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
34	16/10/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
35	17/10/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
36	17/10/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
37	17/10/2003	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
38	17/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
39	17/10/2003	DIÁRIO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
40	19/10/2003	ZERO HORA/RS	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
41	19/10/2003	CORREIO BRAZILIENSE/DF	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
42	19/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
43	20/10/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x ABIN
44	21/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
45	25/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
46	25/10/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
47	28/10/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
48	04/11/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
49	04/11/2003	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
50	06/11/2003	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
51	07/11/2003	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
52	11/11/2003	REVISTA ISTOÉ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
53	15/11/2003	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
54	18/11/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
55	19/11/2003	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
56	28/11/2003	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
57	30/11/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	TORTURA	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

58	03/12/2003	REVISTA ISTOÉ	NOTA ESCLARECIMENTO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	ABIN
59	10/12/2003	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
60	15/12/2003	GAZETA DE ALAGOAS/AL	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
61	27/12/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
62	27/12/2003	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
63	29/12/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
64	29/12/2003	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA

Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
1	02/02/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x CONVIDADO
2	18/02/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
3	18/02/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
4	18/02/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
5	19/02/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
6	19/02/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	CARTA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	LEITOR
7	23/02/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
8	23/02/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	COLABORADOR
9	25/02/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	CARTA	ELEIÇÕES	LEITOR
10	05/03/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
11	06/03/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
12	07/03/2004	O DIA/RJ	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
13	16/03/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	NÃO ESPECIFICADA
14	16/03/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
15	17/03/2004	REVISTA ISTOÉ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
16	20/03/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
17	23/03/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
18	29/03/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
19	29/03/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
20	31/03/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	JORNALISTA
21	03/04/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
22	04/04/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ESPIONAGEM (CASO WALDOMIRO)	NÃO ESPECIFICADA
23	22/04/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (GARIMPAGEM)	JORNALISTA
24	27/04/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (GARIMPAGEM)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
25	30/04/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (GARIMPAGEM)	JORNALISTA
26	05/05/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	POLÍTICAS PÚBLICAS (GARIMPAGEM)	JORNALISTA
27	19/05/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
28	19/05/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
29	19/05/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
30	20/05/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
31	23/05/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
32	24/05/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
33	26/05/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
34	26/05/2004	O LIBERAL/PA	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
35	30/05/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
36	06/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
37	07/06/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
38	07/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
39	10/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
40	12/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
41	13/06/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
42	13/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
43	13/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
44	14/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
45	14/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
46	15/06/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
47	15/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
48	15/06/2004	O GLOBO/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
49	15/06/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
50	15/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
51	15/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
52	15/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
53	15/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
54	16/06/2004	REVISTA VEJA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
55	16/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
56	16/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNAL

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
57	16/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
58	16/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
59	16/06/2004	O GLOBO/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
60	16/06/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
61	16/06/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
62	16/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
63	16/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
64	17/06/2004	ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
65	17/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
66	17/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
67	17/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
68	17/06/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
69	17/06/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
70	17/06/2004	ZERO HORA/RS	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
71	17/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
72	17/06/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
73	19/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
74	19/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
75	21/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	NÃO ESPECIFICADA
76	21/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
77	23/06/2004	REVISTA VEJA	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
78	27/06/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
79	30/06/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
80	30/06/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
81	04/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
82	13/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
83	13/07/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
84	13/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
85	13/07/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
86	13/07/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
87	13/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

88	14/07/2004	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
89	14/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
90	14/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
91	14/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
92	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
93	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
94	14/07/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
95	14/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
96	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
97	14/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
98	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
99	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
100	14/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
101	14/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
102	14/07/2004	JORNAL DO COMMERCIO/RS	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
103	14/07/2004	O DIA/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
104	14/07/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
105	15/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
106	15/07/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	EDITORIAL	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL
107	15/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL
108	15/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNAL
109	18/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
110	18/07/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	COLABORADOR
111	19/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
112	19/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	REPORTAGEM	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
113	19/07/2004	O GLOBO/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
114	20/07/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
115	20/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
116	21/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
117	21/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
118	22/07/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
119	23/07/2004	ESTADO DE MINAS/MG	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

120	24/07/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL
121	27/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
122	28/07/2004	REVISTA VEJA	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
123	28/07/2004	REVISTA VEJA	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
124	29/07/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	ABIN
125	30/07/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
126	01/08/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
127	02/08/2004	ZERO HORA/RS	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
128	02/08/2004	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
129	03/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
130	07/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
131	08/08/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
132	08/08/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
133	10/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
134	12/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
135	12/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
136	12/08/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
137	12/08/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
138	13/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
139	19/08/2004	O LIBERAL/PA	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
140	21/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
141	27/08/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
142	28/08/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
143	30/08/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
144	30/08/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNALISTA
145	30/08/2004	O POVO/CE	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNAL x CONVIDADO
146	30/08/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNALISTA
147	31/08/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNALISTA
148	31/08/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
149	31/08/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNAL
150	02/09/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
151	02/09/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

152	03/09/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
153	09/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
154	10/09/2004	DIÁRIO DO PARÁ/PA	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
155	10/09/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
156	10/09/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
157	10/09/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
158	10/09/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
159	10/09/2004	O POVO/CE	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
160	10/09/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
161	10/09/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
162	10/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
163	10/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
164	10/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
165	13/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
166	13/09/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	TERRORISMO	NÃO ESPECIFICADA
167	14/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
168	14/09/2004	O POVO/CE	ENTREVISTA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	JORNAL x ABIN
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
169	14/09/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
170	14/09/2004	DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
171	15/09/2004	ZERO HORA/RS	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
172	15/09/2004	REVISTA ISTOÉ/DINHEIRO	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x ABIN
173	16/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
174	16/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
175	16/09/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ESPIONAGEM (GRAMPO NO CEARÁ)	NÃO ESPECIFICADA
176	17/09/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
177	19/09/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	TERRORISMO	JORNALISTA
178	20/09/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ENTREVISTA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL x ABIN
179	20/09/2004	DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
180	28/09/2004	DIÁRIO DO NORDESTE/CE	ENTREVISTA	ESPIONAGEM - GRAMPO NO CEARÁ	JORNAL x ABIN
181	28/09/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ESPIONAGEM - GRAMPO NO CEARÁ	NÃO ESPECIFICADA
182	05/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
183	05/10/2004	TRIBUNA DA BAHIA/BA	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

184	07/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
185	07/10/2004	O POVO/CE	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
186	07/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
187	08/10/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
188	08/10/2004	DIÁRIO DA TARDE/MG	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
189	18/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
190	18/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
191	20/10/2004	O LIBERAL/PA	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
192	21/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
193	22/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
194	22/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
195	22/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
196	22/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
197	22/10/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
198	22/10/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNAL x CONVIDADO
199	22/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
200	22/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
201	22/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
202	22/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	REPORTAGEM	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
203	22/10/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
204	22/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
205	23/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
206	23/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
207	23/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNAL x CONVIDADO
208	23/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
209	23/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
210	23/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	REPORTAGEM	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNAL
211	23/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
212	23/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
213	24/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
214	24/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNAL x CONVIDADO
215	24/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

216	24/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
217	25/10/2004	CORREIO DA PARAÍBA/PB	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
218	25/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
219	25/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
220	25/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
221	25/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
222	25/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
223	25/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	CARTA	ARQUIVOS SECRETOS	LEITOR
224	25/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
225	26/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
226	26/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	COLABORADOR
227	26/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
228	26/10/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
229	26/10/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
230	27/10/2004	REVISTA ISTOÉ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
231	27/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
232	27/10/2004	REVISTA VEJA	NOTA DE COLUNA	ABIN - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
233	28/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
234	28/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	COLABORADOR
235	29/10/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNALISTA
236	29/10/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
237	29/10/2004	O POVO/CE	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	NÃO ESPECIFICADA
238	29/10/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS (CASO HERZOG)	JORNAL x CONVIDADO
239	29/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
240	29/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
241	29/10/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
242	31/10/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
243	03/11/2004	REVISTA ISTOÉ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
244	03/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
245	07/11/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
246	08/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	REPORTAGEM	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
247	13/11/2004	JORNAL DA TARDE/BA	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

248	14/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNAL x ABIN
249	14/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
250	14/11/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
251	16/11/2004	TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
252	16/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
253	16/11/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
254	17/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
255	17/11/2004	REVISTA VEJA	NOTA DE COLUNA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
256	17/11/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	EDITORIAL	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
257	18/11/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	EDITORIAL	ARQUIVOS SECRETOS	JORNAL
258	18/11/2004	GAZETA DO POVO/PR	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
259	19/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
260	21/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
261	22/11/2004	REVISTA ÉPOCA	REPORTAGEM	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
262	22/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	ARTIGO DE OPINIÃO	ESPIONAGEM (PLANALTO II)	JORNALISTA
263	22/11/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
264	22/11/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
265	25/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
266	25/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
267	26/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
268	26/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
269	28/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
270	28/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	QUADRO EXPLICATIVO	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
271	28/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
272	29/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
273	29/11/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
274	29/11/2004	ESTADO DE MÍNAS/MG	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
275	29/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
276	29/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
277	29/11/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
278	29/11/2004	ESTADO DE MINAS/MG	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
279	30/11/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

280	30/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	NÃO ESPECIFICADA
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
281	30/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
282	30/11/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
283	01/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
284	02/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
285	02/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
286	04/12/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
287	04/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
288	04/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
289	05/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE CHAMADA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
290	05/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNAL x ABIN
291	05/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ENTREVISTA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNAL x ABIN
292	06/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTA DE COLUNA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	NÃO ESPECIFICADA
293	06/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
294	07/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
295	07/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	JORNALISTA
296	07/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
297	07/12/2004	FOLHA POPULAR/TO	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
298	07/12/2004	JORNAL DO TOCANTINS/TO	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNALISTA
299	07/12/2004	DIÁRIO DO Povo/PI	NOTÍCIA	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	NÃO ESPECIFICADA
300	07/12/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
301	07/12/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
302	07/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
303	07/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
304	07/12/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
305	08/12/2004	ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
306	08/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
307	08/12/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
308	08/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	CARTA	MOVIMENTOS SOCIAIS (MST)	LEITOR
Nº	DATA	ÓRGÃO DE IMPRENSA	GÊNERO	TEMA	AUTORIA
309	09/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
310	09/12/2004	DIÁRIO DO AMAPÁ/AP	EDITORIAL	ABIN: MISSÃO INSTITUCIONAL	JORNAL

ANEXO A – CORPUS DE TRABALHO - 2. QUADRO DO CONJUNTO DE MATERIAS JORNALÍSTICAS COLETADAS NO PERÍODO DE 1999 A 2004, TENDO POR TEMA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN).

311	09/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
312	09/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
313	09/12/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
314	09/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
315	12/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	COLABORADOR
316	13/12/2004	O GLOBO/RJ	NOTA DE COLUNA	ABIN: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	JORNALISTA
317	14/12/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
318	15/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
318	15/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
320	16/12/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
321	16/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	ARTIGO DE OPINIÃO	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
322	16/12/2004	O GLOBO/RJ	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
323	16/12/2004	JORNAL DE BRASÍLIA/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	NÃO ESPECIFICADA
324	16/12/2004	O ESTADO DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
325	16/12/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
326	18/12/2004	JORNAL DO BRASIL/RJ	CARTA	ARQUIVOS SECRETOS	LEITOR
327	21/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
328	21/12/2004	CORREIO BRAZILIENSE/DF	EDITORIAL	ARQUIVOS SECRETOS	JORNAL
329	27/12/2004	DIÁRIO DA MANHÃ/GO	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA
330	30/12/2004	FOLHA DE SÃO PAULO/SP	NOTÍCIA	ARQUIVOS SECRETOS	JORNALISTA